



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXX SUP. A AO Nº 33, QUINTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)

1º Secretário

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4º - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)

Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)

1º Vice-Presidente

Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)

2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)

1º Secretário

Deputado Lula da Fonte (PP-PE)

2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)

3ª Secretária

Deputado Sergio Souza (MDB-PR)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)

2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)

3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)

4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025

Ata da 1ª Reunião, realizada em 20 de Agosto de 2025	4
Ata da 2ª Reunião, realizada em 26 de Agosto de 2025	55
Ata da 3ª Reunião, realizada em 28 de Agosto de 2025	187
Ata da 4ª Reunião, realizada em 1 de Setembro de 2025	420





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Tereza Cristina, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Magno Malta, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Leila Barros, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Augusta Brito, Damares Alves, Cleitinho, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Julio Arcoverde, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Beto Pereira, Zé Trovão, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Rogério Correia, Orlando Silva, Mauricio Marcon, Lucas Redecker, Josenildo, Marcel van Hattem, Luiz Lima, Ricardo Maia e Soraya Thronicke, e ainda dos Parlamentares Pauderney Avelino, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Styvenson Valentim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Renan Calheiros, Cid Gomes, Adriana Ventura, Rafael Brito, Romero Rodrigues, Mário Heringer e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às onze horas e cinquenta e três minutos e reaberta às doze horas e oito minutos. **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação e Eleição. **Resultado:** Instalada a comissão, eleito Presidente o Senador Carlos Viana e designado relator o Deputado Alfredo Gaspar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/20>

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 7, de 2025, para investigar fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Esta reunião destina-se à instalação e à eleição da Mesa desta Comissão.

Instalada a Comissão, consulto as Lideranças sobre as indicações para o preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Eu concedo a palavra aos candidatos que colocaram aqui seus nomes, por cinco minutos.

Temos aqui sobre a mesa... Do Senador Davi Alcolumbre: "Sr. Presidente, comunico a V. Exa. a candidatura do Senador Carlos Viana, do Podemos, de Minas Gerais, para ocupar a Presidência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS".

Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Presidente, bom dia. Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Bom dia, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Bom dia aos Srs. Senadores, Deputados, Senadoras presentes. Quero agradecer a possibilidade pelo meu partido de estar aqui presente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu coloco a minha candidatura, Excelência, por uma questão de equilíbrio e, principalmente, de responsabilidade com a população brasileira e com o contribuinte deste país. Aqui não há, da minha parte, Governo atual, Governo anterior; há da minha parte o compromisso com todos os aposentados brasileiros em dar uma explicação sobre esse escândalo, essa roubalheira que foi o INSS, e agora todo esse rombo sendo coberto com dinheiro do contribuinte, com dinheiro do Tesouro.

Por obrigação, esta Casa tem a responsabilidade de fazer uma investigação profunda, sem partidos, apartidária, mas, principalmente, uma investigação responsável, para que a população brasileira volte a confiar em cada um de nós que recebemos o voto para representar a todos os brasileiros.

Hoje o país se pergunta como foi possível que acontecesse um escândalo desses por tantos anos, tantos bilhões desviados de pessoas que contribuíram a vida inteira para a Previdência Social e que agora exigem da nossa parte essa investigação e principalmente o esclarecimento de quem foi beneficiado – se foi, de que maneira foi – e como esse dinheiro pode ser trazido de volta aos cofres do nosso país. Nós não podemos em momento algum baixar a cabeça, nos sentir tolhidos em qualquer situação, porque é a nossa obrigação dar respostas ao povo brasileiro.

Eu me coloco aqui como candidato. Peço aos colegas a avaliação do meu nome. Fui Relator da CPI de Brumadinho, durante vários meses, investigamos o crime ambiental que aconteceu em meu estado; uma CPI em que, inclusive, os autos todos foram usados até pelo Supremo Tribunal Federal como forma de acompanhamento dos processos que advieram daquele desastre que matou quase 300 pessoas.

Portanto, Srs. Senadores, Deputados, me sinto preparado para que a gente possa conduzir essa CPI da forma mais equilibrada, mais respeitosa, mas, principalmente, mais efetiva para toda a nação brasileira.

Sei que o nosso desafio aqui é grande. Sei que os olhos da nação estão sobre nós, mas nós não nos furtaremos a dar as respostas necessárias à investigação e principalmente a dizer como tudo isso aconteceu. Nós não podemos mais permitir que outros eventos como esse possam surgir e, infelizmente, manchar e envergonhar a nossa pátria...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Silêncio aí, gente! O Senador está falando.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco/PODEMOS - MG) – ... especialmente agora, em que nós temos uma CPI que não pode decepcionar o povo brasileiro – e não será da minha parte.

Os senhores tenham certeza absoluta de que nós vamos trabalhar aqui com profundidade, mas, volto a dizer, com profundo respeito a todos os partidos. Mas a investigação é em resposta ao povo brasileiro. Nós não estamos aqui para trabalhar para qualquer tipo de governo, anterior ou presente. A minha intenção é valer o compromisso que nós fizemos nas urnas; fomos trazidos para cá e vamos, com a graça de Deus, com muita sabedoria e com o apoio dos senhores, trabalhar esta CPI de uma forma com que ela efetivamente traga resultados para a nação brasileira.

Sra. Presidente, agradeço as palavras.

Acredito que a hora é de nós agirmos, não é hora mais de nós ficarmos aqui apenas no discurso. O país anseia por respostas e principalmente por decisões da nossa parte, e é o que eu pretendo fazer, sacrificando inclusive boa parte do nosso tempo, porque sei, nós estaremos aqui dedicados 24 horas a essa investigação, que, eu tenho muita clareza, chegará a bom termo e respostas a toda a população brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Pergunto se tem mais algum candidato que queira fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar nossa querida Senadora Tereza Cristina, que para minha honra nos preside neste momento. Quero cumprimentar as Sras. Parlamentares aqui, os Srs. Parlamentares, todos os que vieram neste momento tão esperado.

Deputado Luiz Lima, é um momento tão esperado pela nação brasileira, e acho que demorou muito a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputada Bia, porque esse roubo escancarado dos aposentados do Brasil merece uma resposta. Por muito menos – por muito menos –, nós tivemos aqui, na época do petrolão, do mensalão, pessoas, uma dúzia de pessoas presas, e a gente não está vendo isso agora. O que é que está acontecendo que agora a gente não vê? Vê carros, dinheiro sendo apreendido, propriedades, escândalo por cima de escândalo, mas não vê ninguém preso.

Então, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem... nós temos o dever de desvendar isso, revelar o que é que está acontecendo, punir os culpados por isso, para que a nação saiba realmente o que é que aconteceu.

Eu queria também, efetivamente, colocar a minha candidatura à disposição dos colegas aqui, pedir o voto dos colegas, porque eu já tive a oportunidade – e me dou muito bem com o Senador Omar Aziz – e tinha dito, inclusive, na imprensa esses dias que era candidato, porque, com todo o respeito à pessoa... Eu já fui presidido pelo Senador Omar Aziz aqui na CPI da Pandemia da covid, que o Brasil parou para assistir num momento de sombra, num momento difícil, e eu não percebi nenhuma imparcialidade do Presidente naquele momento. Respeito a pessoa, mas a condução foi muito ruim. Houve uma blindagem de Prefeitos e Governadores. E foi um requerimento meu que deu origem àquela CPI também, aqui no Senado, com o Senador Randolfe querendo investigar o Governo Federal, e eu querendo investigar o Governo Federal, os estados e os municípios, que receberam bilhões na época. Não me deixaram fazer esse trabalho. O Presidente teve uma postura, no meu modo de ver, totalmente parcial. Durante o período da CPI, se reuniu inclusive com o Presidente Lula em jantares, naquele momento em que era o Presidente da CPI. Isso não é coisa de alguém que está com imparcialidade, porque ali era um palanque que estava sendo feito, escancarado, em cima de caixão, de pessoas sofrendo, com o objetivo de desgastar o Governo Federal daquela época, a que eu também tinha críticas. Mas eu não posso compactuar com injustiça, com marmota nesse tipo de condução. Tivemos também uma série de outras situações aqui com médicos, médicos que foram humilhados,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que estudaram a vida inteira, e nós tivemos aqui momentos tristes em que eles não puderam se manifestar.

Então, eu não posso compactuar, com todo o respeito ao meu colega Senador Omar Aziz, com a presidência dele em outra Comissão que precisa de imparcialidade.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu gostaria, depois de conversar com o Rogerio Marinho, depois de conversar com o Deputado Sóstenes, neste momento, em que eu vi aqui a candidatura do Senador Carlos Viana, para fazer um gesto mais uma vez, eu gostaria, Presidente, de, neste momento, pedir àqueles colegas que votariam em mim para que façam esse voto no Senador Carlos Viana. Porque ele assinou *(Palmas.)*, ele, inclusive, assinou esta CPMI, diferentemente de outros candidatos a Presidente aqui, que, no caso, não assinaram.

Então, eu quero fazer esse gesto e dizer que renuncio aqui a minha candidatura em nome do Senador Carlos Viana, para que a gente tenha o mínimo de imparcialidade.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Eu gostaria de perguntar ao Senador Omar Aziz se ele gostaria de fazer uso da palavra neste momento. *(Pausa.)*

Senador Omar Aziz... *(Pausa.)*

Senador Omar Aziz, o senhor gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é normal um embate democrático, político, sem ser ofensivo e faltar com a verdade, como é de costume do Senador, do Ceará, Girão – como é de costume. Narrativas e narrativas, e porque viu não sei onde e tal... Eu sempre respeitei todos os meus colegas e respeito todos os meus colegas. Ser Presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para mim, não é o fim do mundo, ser ou não ser. Investigar e aprofundar as investigações eu acho que é o mais importante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui não deve ser uma guerra de narrativas, quem é culpado ou quem é inocente. Não dá para prejudicar quem é culpado nem inocentar antes de investigar. O papel nosso seria esse aqui nesta CPMI, do que eu estou entendendo, e não narrativas, não formas de depreciar o trabalho das pessoas, porque todos nós nos envolvemos no trabalho e nos aprofundamos. Temos pensamentos diferentes, mas convergimos em algumas coisas. Todos nós convergimos em relação a procurar não só punir as responsabilidades, mas também evitar futuramente que isso aconteça. Nós iremos passar – todos nós vamos passar –, mas a previdência vai continuar; nós somos mortais, amanhã a gente não tem mandato, amanhã a gente morre, mas a previdência vai continuar.

O que nós queremos evitar, além de tentar, neste momento, apurar quem teve responsabilidade, independentemente de governo A ou B... até porque eu não acredito, sinceramente, que esse trabalho que nós vamos fazer aqui e nos dedicar seja favor, é uma obrigação nossa – não é favor nenhum, é obrigação de todos nós Parlamentares – de nos aprofundarmos nessa discussão e trazer à responsabilidade aqueles responsáveis e que sejam punidos. Há uma demora, há uma demora, mas nós vamos ter início, meio e fim.

E, no final, quando desse relatório final, um relatório isento, temos que tirar propostas para o Congresso aprovar leis que previnam esse tipo de fraude que aconteceu com aposentados e pensionistas. Em todas as regiões do país, pessoas humildes, pessoas que não sabiam nem o que estavam fazendo, ou foram ludibriadas através de descontos que não tinha benefício nenhum, e pior ainda, em relação a consignado. Tem aposentado e pensionista devendo uma fortuna de consignado sem nunca ter visto um real desse consignado.

Então, o trabalho que nós temos que fazer não é um trabalho aqui ideológico. Independente de quem esteja na Presidência, seja de centro, seja de direita, seja progressista, seja de esquerda, as pessoas que foram prejudicadas, não está escrito na testa delas qual é a tendência política delas. Nós temos que trabalhar é por essas pessoas.

E, no meu entendimento, quando a Deputada começou a assinatura, foi pensando assim, dessa forma, que ela faria um trabalho não só para investigar e punir os responsáveis por isso, mas também para evitar futuramente que isso aconteça novamente.

Porque, Girão, independente de divergências de pensamento...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco/PSD - AM) – ... a obrigação nossa aqui – e não é favor, não é sacrifício – é apurar, e apurar com profundidade, e não fazer pré-julgamento de A ou de B, e nem inocentar A ou B antes de a gente começar as investigações e ter fatos concretos. Narrativas não dá. Mas eu espero que eu possa contar com a ajuda de todos, independente de partido político, independente de quem vai votar em A ou vai votar em B, após a eleição da Presidência, após a indicação do Relator, que a gente possa fazer um trabalho aqui, um trabalho conjunto, respeitando as ideias, os pensamentos de todos os Senadores, de todas as Senadoras, de todas as Deputadas e de todos os Deputados.

Dito isso, eu não tenho mais o que falar. Sobre isso... Só acho que o Senador Girão extrapola um pouco quando ele personaliza as coisas. Ele extrapola demais.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – E respeito é bom e todo mundo gosta.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – É isso aí.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – E caldo de galinha não faz mal a ninguém, viu, Girão?
(Risos.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Bom, eu queria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Presidente, só uma questão – art. 14.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Art. 14. Eu gostaria de fazer rapidamente aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Qual o fundamento?

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Não falei...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – O senhor não foi...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Ele me chamou de mau caráter.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Não, ele falou o colega, ele não citou seu nome.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Não, ele falou, ele falou meu nome, sim. Ele falou meu nome várias vezes do Ceará.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Mas não foi...

Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu quero dizer o seguinte...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Senador...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Senador, eu queria, por favor, pela ordem agora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Eu vou pedir a palavra.

Nós temos aqui uma CPI importantíssima para o povo brasileiro. Já foi dito aí pelos três candidatos – né? – a profundidade que nós temos que chegar, a isenção que nós temos que ter para esta Comissão ter êxito.

Não interessa aonde ela vai chegar nem a quem ela vai pegar. É o trabalho sério que eu tenho certeza de que os colegas que ficarão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu preciso de um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – ... quem ficar à frente desta Presidência poderá levar a cabo e a fim.

Mas eu gostaria de pedir para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu preciso só de um minuto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Não, Girão, calma.

Eu pediria a vocês que, por enquanto, nós não tivéssemos fala. Se vocês quiserem um minuto para ver se há acordo, será concedido; senão, eu quero passar à votação. Eu acho que temos que passar à votação. A votação será na cabine.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Presidente, eu falo depois, então. Eu quero fazer... eu quero falar depois.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Depois a palavra vai estar livre.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Está bom. Está bom, eu quero fazer...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Inclusive, já está seu nome aqui, inscrito.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Está bom. Põe aqui – põe aqui. Girão.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Sra. Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Senadora Tereza, me inscreva, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Espera um minutinho. *(Pausa.)*

Então, eu vou abrir a votação. A cabine já está... Eu vou... A eleição será realizada pelo sistema eletrônico de votação e escrutínio secreto, conforme o art. 88 do Regimento Interno do Senado.

Faremos a votação de Presidente em um único escrutínio. Há duas cabines de votação: uma dentro do Plenário, outra externa.

Declaro aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Em processo de votação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Presidente, enquanto está havendo a votação, é possível falar?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Espera aí! Espera aí! Eduardo.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – É possível falar enquanto está havendo a votação?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Quem mais? Hã?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. TEREZA CRISTINA (PP - MS) – Aqui tem uma, e outra lá fora.

Quem mais está inscrito?

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Contarato. Quem mais quer se inscrever? Já está, você já está.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Sidney. Sidney. *(Pausa.)*

Você já está. A Bia.

Você, você é titular?

Luiz Lima e Bia. *(Pausa.)*

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Então, na votação, a gente pode falar, né?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Não, não. Não faça confusão, mais do que já tem. *(Pausa.)*

Srs. Senadores, Sras. Senadoras e Deputados e Deputadas, eu vou ler a lista de inscrição para a ordem de falas aqui e vou abrir o microfone. Enquanto a votação ocorre, eu vou abrir o microfone, para que possam falar. *(Pausa.)*

Bom, eu quero começar a lista de inscrições, e aí, pela ordem, vou conceder a palavra por cinco minutos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito, não é?

É bastante. *(Pausa.)*

Três minutos. Três minutos. Senão, nós não vamos acabar. Três minutos.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Senadora Tereza...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Oi?

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Minha inscrição, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Beto. Põe Beto Pereira e... É, sim...

(Tumulto no recinto.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Espere aí, espere aí, gente! Calma, calma! Vamos com calma, que aí a coisa flui bem. Vamos com paciência.

Todo mundo vai ter tempo de fala. *(Pausa.)*

Bom, por três minutos, eu vou conceder a palavra agora ao Senador Girão, depois é o Senador Izalci, Deputado Zé Trovão, Deputado Duarte Jr., Coronel Chrisóstomo, Deputado Mauricio Marcon, Deputado van Hattem...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Espera aí, calma. *(Pausa.)*

Não, você não é a quarta, você é a sétima. *(Pausa.)*

Cadê? Nós estamos seguindo a lista.

Acho que vocês erraram; é Coronel Fernanda aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Ela está dizendo que era a quarta pela lista A. É que depois fizeram uma outra. Mas, está bom, nós vamos colocá-la em quarto.

Deputado Mauricio Marcon...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. PP - MS) – Não... Está votando.

Deputado Marcel van Hattem, Coronel Fernanda – nós vamos trocar, porque está na lista primeira –, Senador Rogerio Marinho, depois Senador Eduardo Braga, Senador Fabiano Contarato, Deputado Sidney Leite, Deputado Luiz Lima, Deputada Bia Kicis, Deputada Caroline de Toni, Deputado Beto Pereira, Deputado Orlando Silva, Senador Seif e Deputado Alencar. Essa é a lista da ordem das falas.

Encerrada a lista.

Agora, passo a palavra para o Senador Girão por três minutos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Podemos encerrar a votação também, Senadora.*(Intervenções fora do microfone.)***A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. PP - MS) – Calma!**O SR. MAURICIO MARCON** (PODEMOS - RS) – Já deu. Era às 11h a reunião, Presidente.**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. PP - MS) – Senador Girão, a palavra é sua.

Olha, gente... Gente, calma.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – As falas não eram após o resultado, Presidente?**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. PP - MS) – Vamos lá.**O SR. EDUARDO GIRÃO** (NOVO - CE) – Presidente...**O SR. BETO PEREIRA** (PSDB - MS) – As falas não eram após a proclamação do resultado?**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. PP - MS) – Não. Enquanto não se encerra...**O SR. BETO PEREIRA** (PSDB - MS) – O rito foi da senhora, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – ... a gente começa, depois a gente continua.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – O rito foi da senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Hã?

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Encerra, Presidente. Encerra para dar continuidade às falas, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Pode encerrar a votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Muito bem. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Encerrada a votação.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Então, mas... Ô, gente, nós temos horário para chegar, tem que ter ordem.

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

(Tumulto no recinto.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu peço respeito.

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Olha, eu vou suspender. Eu vou suspender. Olha aqui, se vocês não pararem, por favor... Gente, por favor. Vocês não ajudam em nada. Calma. Nós precisamos continuar, dar sequência e declarar o vencedor. (*Pausa.*)

Gente, eu peço, por favor, silêncio, senão eu vou suspender.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Então, por favor... Vamos continuar aqui o processo. É uma vitória a comemorar, mas agora vamos dar continuidade. Vamos lá!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a apuração, temos o seguinte resultado: Presidente da CPI, Carlos Viana, com 17 votos.

Eu agora passo a Presidência para o Senador Carlos Viana, para que ele possa continuar a sessão. (*Palmas.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sra. Presidente!

Senadora!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Quem está pedindo?

Fala, Omar.

Tem de ligar o microfone.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Eu quero desejar ao Senador Carlos Viana toda sorte e que ele possa conduzir o trabalho com a isenção que é peculiar de todos nós. É uma disputa democrática em que ganha quem tem mais votos, está certo? Assim como o Lula ganhou do Bolsonaro, porque teve mais votos.

E aqui também a senhora encerrou a votação antes de completar o número. Mas essa é uma outra questão que eu não vou discutir aqui nem com a senhora nem com ninguém.

Mas eu quero desejar ao Senador Carlos Viana um bom trabalho e que ele possa fazer um trabalho digno da história dele, não só como jornalista, mas como Parlamentar de Minas. Boa sorte, Carlos Viana.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS) – Obrigada, Senador Omar.

Eu quero, aqui, antes de sair da cadeira de Presidente da eleição, também desejar sucesso ao Carlos Viana. Quero agradecer a gentileza do Senador Omar Aziz em dizer que vai colaborar também muito com essa CPI. E que a gente possa conduzir, gente, essa CPI para que nós realmente cheguemos aos resultados, para punir quem tem que ser punido.

Aqui eu tenho certeza de que o Senador Carlos Viana, que ganhou a eleição, ou se fosse o Senador Omar Aziz, os dois conduziram essa CPI, porque nós estamos brincando com a vida de muita gente, gente vulnerável, gente humilde, que foi surrupiada, e não interessa onde





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

começou nem onde terminou. Nós precisamos chegar realmente à causa do problema e trazer soluções de legislação nova e de segurança para o sistema do INSS.

Então, essas eram as minhas palavras. Desejo sucesso ao Senador Carlos Viana e peço para que ele venha ocupar, aqui, a cadeira da Presidência. *(Pausa.)*

(Soa a campanha.)

Senador Omar Aziz, eu queria dizer para o senhor que eu respeitei o Regimento. Já tinha votado a grande maioria dos Senadores e Deputados aqui presentes, os titulares. Então por isso foi possível encerrar a eleição. Eu não faria isso se não tivesse aqui o acompanhamento da Mesa, dizendo que ainda poderia estar aberto o painel.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Primeiramente, meu agradecimento a cada um dos 17 Parlamentares que depositaram a confiança em meu nome, uma articulação que foi feita nos últimos dias, especialmente nas últimas 24 horas.

Conversei com a maioria dos membros, com todos eles. Percebi em cada um o desejo de que esta CPMI traga respostas e cumpra com o papel dela.

A população brasileira, o povo brasileiro espera muito de nós. E eu tenho confiança absoluta de que nós não vamos decepcionar o nosso Brasil.

Quero aqui, mais uma vez, deixar claro aos senhores que não há este Governo, o Governo anterior, não há aqui qualquer desejo de prejudicar a quem quer que seja que esteja na responsabilidade do INSS nos dias atuais ou dias passados. Quem está aqui é um Presidente eleito que quer esclarecer o que aconteceu, pedir a punição dos culpados e principalmente gerar novos projetos e políticas que não permitam a repetição de um momento tão vergonhoso para o Brasil como o desvio de dinheiro de aposentados, pensionistas, pessoas que trabalharam uma vida inteira e depositaram a confiança na previdência, outros que dependem da previdência para a sua sobrevivência, por necessidade, por idade.

Nós temos uma missão muito grande pela frente, Srs. Deputados, Srs. Senadores. E eu confio principalmente no bom senso, na responsabilidade, mas no respeito entre todos os





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

partidos e todos os Parlamentares. Nesses sete anos em que estou Senador, tenho dialogado com todos os grupos, todas as bancadas, todas as vertentes ideológicas e partidárias; E acredito que, nesses sete anos, conseguimos construir um tempo de muito diálogo, mas principalmente muito produtivo para o Senado da República e agora, com a CPMI do INSS.

Eu já quero, de imediato, fazer a indicação do nome, com quem conversei muito, para a relatoria. Posso fazer?

Quero dizer primeiramente o seguinte: pegar aqui um currículo básico, para que os senhores entendam por que eu decidi por esse nome. Primeiramente, nós precisamos, para a relatoria, de um nome técnico, alguém que conheça das leis e principalmente tenha experiência também nas investigações. Nós não podemos fazer com que esta CPMI perca o rumo, muito menos que ela caia em armadilhas políticas, ideológicas ou mesmo não consiga atingir as pessoas que são responsáveis por esse desvio do INSS.

Portanto, eu indico, pela experiência que tenho como Parlamentar e principalmente pela experiência que tenho como profissional do Ministério Público, o Deputado Federal Alfredo Gaspar para ser o Relator desta CPMI. *(Palmas.)*

Deputado Alfredo Gaspar, conversamos bastante sobre o desafio desta CPMI, e estou me ancorando numa grande experiência curricular daquele que, durante toda a vida, se dedicou a proteger a Constituição. É um representante do Ministério Público, hoje Parlamentar, que, eu tenho certeza, vai fazer um grande trabalho e atender, de forma muito equilibrada, a todos os Srs. Deputados e Deputadas. *(Pausa.)*

Tenho uma primeira colocação também, para encerrarmos a questão da composição da mesa, aos Srs. Deputados e Senadores: nós ainda não elegemos um Vice para esta CPI, que é um cargo importante e relevante. Pergunto se nós temos interessados, Senadores ou Deputados que se coloquem como candidatos.

Marcel van Hattem, Zé Trovão, Bia Kicis, Deputada Coronel Fernanda...

Podemos fazer um acordo para...

Deputado Duarte Jr.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto se nós poderíamos suspender, por alguns minutos, a reunião, para que a gente possa buscar um consenso e um nome único.

Mais alguém se coloca para a Vice-Presidência? *(Pausa.)*

Então, esta CPMI está suspensa por 15 minutos, para que a gente possa decidir a questão do Vice, como será a escolha, e retornaremos aos trabalhos.

(Suspensa às 11 horas e 53 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 08 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

Senhores, vamos retomar os trabalhos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, diante da indefinição dos candidatos e dando mais tempo a que outras representações também possam se apresentar para o cargo de Vice-Presidente, eu decido, por ofício, que nós iremos fazer a escolha do Vice-Presidente ou até de um segundo Vice-Presidente, de acordo com o que for negociado esta semana, na próxima sessão desta CPMI, que será marcada.

Retomo aqui os oradores inscritos.

Primeiramente, Senador Eduardo Girão, que pediu pelo art. 14, por ter sido citado.

Senador Girão. *(Pausa.)*

Deputado Zé Trovão, com a palavra por cinco minutos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Três minutos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – São três ou cinco? Decidam. Três com cinco dão oito. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Três minutos...

Ah, não. Deputado, perdoe-me, é porque já tem uma lista pronta aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Ah, é verdade, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Agradeço a gentileza. Vamos respeitar aqui o que já está marcado.

Senador Izalci Lucas, com a palavra por três minutos.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem: o senhor pode repassar os primeiros dez nomes, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Posso. Estão aqui inscritos: Senador Izalci Lucas, Deputado Zé Trovão, Deputado Duarte Jr., Coronel Chrisóstomo, Mauricio Marcon, Marcel van Hattem, Coronel Fernanda, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Senador Eduardo Braga, Senador Fabiano Contarato, Sidney Leite, Deputado Luiz Lima, Deputada Bia Kicis, Deputada Caroline de Toni, Deputado Beto Pereira, Deputado Orlando Silva, Senador Jorge Seif, Deputado Alencar, Deputado Paulo Pimenta e Senador Magno Malta. São 21 inscritos.

Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro quero parabenizar V. Exa. pela eleição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Por gentileza. (*Fora do microfone.*) Vou pedir aos assessores, a todos que estão acompanhando – nós estamos com a sala muito cheia – silêncio para que a gente possa ouvir as palavras dos Parlamentares.

Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente, quero cumprimentá-lo pela eleição. O discurso de V. Exa. é exatamente aquilo que nós iríamos cobrar do novo Presidente. V. Exa. falou muito bem: nós precisamos cuidar das pessoas. Esse é o papel do político: cuidar das pessoas, principalmente das pessoas mais vulneráveis. Então, essa questão do INSS é uma questão, assim, de prioridade total. Esta CPMI tem que se dedicar e dar a resposta imediata.

Quero parabenizar V. Exa. pela escolha do Deputado Alfredo Gaspar como Relator, pela sua experiência no Ministério Público – conhece realmente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos resgatar a credibilidade das CPMLs. Não podemos continuar, como algum tempo atrás: a gente teve CPML com narrativas construídas antes – essa condução para chegar a um relatório que já estava definido. Nós temos que ser imparciais. Nós precisamos, de fato, apurar os fatos. Nós temos... Independente de partido, independente de tempo, esse é o nosso papel.

Quero dizer a V. Exa., como auditor que sou: participei de todas as CPIs como Deputado e como Senador. Já tenho 300 requerimentos prontos, porque, durante o recesso, em função da urgência e da importância desta CPML, eu me dediquei a estudar tudo isso. E espero que a gente possa, de fato, aprovar os requerimentos importantes de informações, de quebra de sigilo, de convocações, e que não haja aqui nenhuma interferência, seja de base de Governo, seja de qualquer um, com relação a isso.

Eu tenho certeza de que, com essa dupla presidindo e relatando, nós vamos dar a resposta que o Brasil tanto espera. Eu tenho certeza de que, após essa eleição, as pessoas que estão nos assistindo vão dar a essa CPI uma credibilidade maior, e cabe a nós, participantes aqui, integrantes...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... fazer realmente um trabalho técnico, um trabalho imparcial, para que a gente dê resposta.

E quero só registrar, Presidente: o Supremo Tribunal Federal determinou a devolução dos recursos dos aposentados e pensionistas, mas condicionou... para que eles desistissem de ação ou que não entrassem na Justiça, porque todos sabem que, de acordo com o Código Comercial, o Código de Defesa do Consumidor, eles têm direito a receber em dobro. Então, é uma covardia o que estão fazendo com os aposentados e pensionistas.

Sucesso para V. Exa., sucesso ao Relator, e estou aqui, à disposição, para ajudar e dar transparência total a essa CPML, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci. O senhor tenha a certeza absoluta de que todos os requerimentos de convocação serão votados por esta





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casa, independentemente do nome, da origem ou do cargo que ocupem. Se for do interesse da investigação, nós estaremos aqui, oferecendo à população o depoimento correto.

Agora, desde já, quero dizer também aos Srs. Deputados e Senadores: nós não vamos permitir que nenhuma – nenhuma – pessoa, nenhum convocado seja, de qualquer maneira, desrespeitado nesta Casa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Todos aqueles que forem convocados a falar, terão aqui a mais ampla liberdade e o respeito de todos nós, e eu peço, desde já, que a gente caminhe nesse sentido.

Obrigado. (*Palmas.*)

Deputado Zé Trovão, com a palavra por três minutos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero começar a minha fala parabenizando o senhor e dando um recado lá de Governador Valadares, terra onde eu passei toda a minha infância. Os parentes todos parabenizam o Senador, eleitores do senhor e que agradeceram muito por o senhor ser o Relator... ser o nosso Presidente. Parabenizo o Alfredo Gaspar, nosso Deputado, que vai relatar de maneira brilhante.

Eu quero dizer a todos os senhores que hoje o Senado Federal viu algo acontecer que não era imaginado: uma união de todos da oposição que lutaram muito para que este momento fosse possível, capaz e que fosse assertivo.

O senhor disse algo que é muito importante. Esta CPMI não pode começar com vícios, e ela já estava iniciada viciada na fala dos outrora Presidente e Relator, que já vinham dando indícios de como eles conduziram os trabalhos. Muito triste a entrevista que saiu na CNN, do Omar Aziz e também do antigo Relator, que seria do cargo.

E digo a todos que nós estamos aqui não é para ter *like* em rede social, que isso é muito importante, porque são pessoas que lutaram a vida inteira, e foi um desgraçado – desculpe a palavra –, e roubou essa pessoa, porque quem rouba uma pessoa de idade não pode ter a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

complacência desta Casa. Essa pessoa tem que não só devolver o dinheiro, mas passar um bom tempo da sua vida atrás das grades.

Nós não podemos, de maneira nenhuma, nos furtar à responsabilidade de fazer um trabalho sério, um trabalho digno, responsável e mostrar para o Brasil que ainda não se perdeu o Parlamento brasileiro. Está na boca do povo que este Parlamento não existe mais, porque o STF faz o que quer, porque o Presidente Alcolumbre não tem responsabilidade, porque o Presidente Hugo Motta não tem responsabilidade. É isso que está na boca do povo hoje.

(Soa a campanha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – É só sair na rua e perguntar.

E nós vamos ter a oportunidade, nesta CPMI, de mostrar que nós vamos vencer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado. Para encerrar, Deputado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... vencer essa guerra.

Sr. Presidente, o primeiro que eu vou protocolar – já vai ser protocolado – é a quebra de sigilo dos cem anos do Senado Federal. Nós não podemos ter nenhum sigilo sobre a investigação do INSS, em nenhum local, seja aqui, seja na Câmara dos Deputados, seja onde for. Nós faremos justiça de maneira limpa, ordeira e séria.

Parabéns a todos os membros. Parabéns, Coronel Fernanda, pela luta. Parabéns, Coronel Chrisóstomo, Bia Kicis, a todos que se empenharam. Em especial, parabéns ao nosso Líder do PL, Líder Sóstenes, que ontem dedicou a sua vida para que este momento se tornasse realidade.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Zé Trovão.

Eu pergunto ao Senador Eduardo Girão se cederia a palavra à Deputada Caroline de Toni, que está grávida e precisa sair, se o senhor poderia fazer essa gentileza. *(Risos.)*

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Com certeza.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Ela me... Se ninguém sabia, perdoe-me.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PL - SC) – Imagine.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... mas está na argumentação.

Então, Deputada, três minutos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PL - SC. Pela ordem.) – Presidente, muito obrigada pela oportunidade.

Hoje o Brasil assiste a um capítulo importante da nossa história, em que o instrumento de oposição vai estar na mão de pessoas independentes, como tem que ser. Nós vimos, nas últimas investigações, as Comissões Parlamentares de Inquérito serem manipuladas pelo Governo para acabarem em pizza; e hoje, nós da oposição exercemos o nosso direito de lançamento de candidaturas avulsas, com nomes que são nomes independentes, sobretudo, de pessoas que têm o interesse de buscar a verdade dos fatos, porque quem tem a coragem de roubar de velhinhos, de aposentados que dedicaram suas vidas ao trabalho e agora estão sendo saqueados... E o Governo, em vez de querer punir os culpados, está querendo pegar e cobrar de novo o dinheiro da população para acabar com esse rombo, em vez de buscar os responsáveis.

E iam usar dessa CPMI para instrumentalizar, para acabar em nada, porque, com todo o respeito aos demais aqui, Senadores e Deputados, a gente assistiu – e o Brasil a olhos vistos viu – à palhaçada que se transformou, a encenação, o teatro que eles queriam fazer nessa CPMI. Mas nós, inclusive com compromisso com a verdade, sabemos que a independência do Alfredo Gaspar e a sua independência como Presidente vão tocar no rumo certo, como tem que ser uma investigação para chegar à verdade, achar os culpados e puni-los.

E nós, para colaborar para que isso não aconteça mais, protocolamos um projeto de resolução na Câmara e vamos fazer um protocolo no Congresso Nacional – e peço apoio dos Senadores e Deputados –, com qual a finalidade? Para que as pessoas que sejam indicadas para Presidente e Relator sejam subscritoras da CPI, porque é muito fácil, na CPI, que é um instrumento de minoria e de oposição, colhermos as assinaturas, enfrentarmos as dificuldades...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E parabéns, Coronel Fernanda, por toda a luta que você teve nesse sentido. Enfrentou muitos preconceitos, mas você e a Damares foram exemplos de mulheres aguerridas para chegarmos ao dia de hoje, e nós reconhecemos isso.

(Soa a campainha.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PL - SC) – Eu protocolei a seguinte alteração no Regimento: é vedada a designação para cargo de Presidente e Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito de Deputado que não tenha subscrito o requerimento – justamente para a gente não ter a manipulação daqueles que não querem investigação para assaltarem a investigação e manipularem para fins ignóbeis, para fins que o Brasil não quer.

Então, parabéns a todos os envolvidos. Parabéns à oposição por ter retomado, porque isso, sim, é justiça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PL - SC) – E a gente vai chegar à verdade, doa a quem doer.

Muito obrigada, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, parabenizo V. Exa. pela eleição, parabenizo o nosso nobre Relator escolhido, mas o que me gera preocupação e estranheza é perceber o comportamento de alguns Parlamentares aqui muito mais preocupados em defender governo A ou governo B. A CPMI não é para defender Governo ou defender oposição. Nós estamos aqui para defender as pessoas, defender aqueles consumidores, aposentados, pensionistas que foram lesados.

Eu não sou advogado do Lula, nem sou advogado do Bolsonaro. Eu sou advogado daqueles que mais precisam. Eu sou advogado dos pensionistas, dos aposentados. Eu sou o advogado daqueles que têm benefícios cortados injustamente. Quantas mães atípicas hoje não sabem como comprar o medicamento para seus filhos? Olha o que está sendo feito com o BPC. Esse recurso que está sendo devolvido... Será que está sendo devolvido?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não está falando de uma fraude que começou agora. Essa fraude, se for a fundo, ela começou em 1991. Faz muito tempo que o povo brasileiro está sendo lesado. E aqui nós não podemos passar o pano se aquele que comete crime é de um partido da direita ou um partido da esquerda. Não importa quem errou. Se errou, não importa se tem filiação partidária ou se não tem. Não importa se tem amigo rico ou se tem amigo que tem privilégio. Vai responder com todo o rigor que a lei prevê. E é por essa razão que eu conclamo todos os Deputados e Senadores que aqui estão, tendo uma oportunidade única de fiscalizar, de investigar, a que tenham maturidade para fiscalizar e investigar com toda a seriedade. Não importa quem errou, mas punindo com toda a firmeza.

As pessoas estão lá fora sendo lesadas, sendo roubadas, sendo prejudicadas. São essas pessoas que aqui têm que ser lembradas. São pescadores, são aposentados que ganham um benefício que não passa de um salário mínimo e têm descontos mensais que ultrapassam R\$50 todo mês.

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Para além desses descontos do INSS, nós precisamos ampliar essa investigação para os descontos indevidos realizados pelas instituições financeiras, os descontos realizados pelos bancos. E é por essa razão que também estou apresentando requerimento de informações à Febraban. O que os bancos estão fazendo neste país com os consumidores é o mesmo que o INSS: descontando sem comunicação prévia, sem anuência, sem contrato. Os consumidores estão sendo roubados, e cabe a nós, que aqui estamos, usar toda a força de uma CPMI para fazer com que eles sejam identificados, sejam punidos, e os consumidores tenham os seus direitos garantidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Duarte Jr. Deputado Coronel Chrisóstomo, com a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, perdão. V. Exa. tem razão. Pelo art. 14, questão de ordem, Senador Eduardo Girão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para explicação pessoal.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo por essa vitória histórica. É um dia histórico que nós estamos tendo aqui nesta Casa.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – E o senhor, que é o Líder da bancada evangélica aqui nesta Casa, tem uma grande missão de Deus. Quero dizer para o senhor – e falei há pouco tempo depois da sua eleição – que a porta larga vai se escancarar para o senhor. Mas eu tenho fé, vou estar orando e conheço sua pessoa, de que é a porta estreita da justiça que o senhor vai buscar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – E conte comigo nesse sentido.

Nós temos – e do Deputado Alfredo Gaspar a gente sabe da postura dele, ética – uma dupla independente. Não é nem governista nem oposição. E o Brasil espera essa postura de vocês. Eu quero dizer que nada como um dia atrás do outro. Tudo que a gente planta a gente colhe, é a lei da semeadura. E nós tivemos aqui, nesses últimos dias, cantando vitória, dando entrevista como Presidente, como Relator dessa CPI... E a verdade veio hoje, a verdade veio hoje.

E eu quero dizer que muito me lamento. Eu fico triste porque na minha fala aqui eu não coloquei absolutamente nada contra pessoa nenhuma. Muito pelo contrário, eu ressalvei a pessoa do Senador que era candidato contra o senhor, assim como eu também era candidato. Mas ele resolveu atacar a minha pessoa, né? Eu costumo dizer que, nós podemos ser adversários – é como no futebol, como na política –, podemos ser adversários no campo das ideias, jamais inimigos, porque nós somos irmãos, filhos do mesmo Deus. Essa é a postura que eu quero colocar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... e quero dizer para o senhor que essa CPI lave a alma, não com vingança, não com justificação...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... mas que ela traga para o brasileiro a verdade desse roubo escandaloso que aconteceu exponencialmente, multiplicado no Governo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tenho 40 minutos, eu vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Quarenta minutos?

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Quarenta segundos. *(Risos.)*

... exponencialmente no Governo Lula. A gente não pode aqui tapar o Sol com a peneira. Basta você ver os gráficos do escândalo, do roubo dos aposentados: começou no Governo Lula, mas nós temos que investigar todos, todos os governos, doa a quem doer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – E a gente precisa cumprir esse trabalho. E eu estou à sua disposição a partir de agora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado. Nosso compromisso é com a verdade.

Deputado Mauricio Marcon, com a palavra.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Agora é Chrisóstomo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Chrisóstomo? Ah, perdão. Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, cumprimentar o Sr. Senador Carlos Viana. Parabéns pela Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Confiamos no senhor – confiamos no senhor. Esse trabalho foi de ontem para hoje. E quero agradecer também ao grande articulador, o nosso Deputado Líder do PL, Sóstenes. Trabalhamos isso ontem e hoje foi concretizado em nome do Brasil, porque os brasileiros vão gostar do senhor sentado nessa cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Também quero parabenizar o Deputado Alfredo Gaspar. Parabéns, Alfredo Gaspar, nós também confiamos em você, tá? O Brasil espera o melhor relatório possível e que se faça justiça. É o que queremos, está bem? Que faça justiça em dizer quem realmente está roubando e que todos os que estão sendo roubados recebam esse dinheiro, esse recurso de volta com os dividendos necessários, não é só devolver o que já perdeu. Isso aí os senhores vão conduzir com certeza. Tenho certeza de que os senhores vão conduzir o melhor trabalho, contem conosco. Nós estamos prontos para ajudá-los. Vamos buscar também muitos elementos para elucidar o melhor relatório possível.

Tem nomes, nomes que não foram ventilados por ninguém ainda, que são os responsáveis por esses roubos. Tem nomes que são... o grande responsável, o grande condutor, Senador, o senhor não sabe ainda. O cabeça ainda não apareceu. Eu estou com o nome dele aqui. O cabeça vai aparecer, os senhores vão ver...

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... e todos os nossos Líderes aqui verão.

Então, Presidente, meus cumprimentos. Cumprimentos a todos os meus colegas Parlamentares aqui, titulares e suplentes. Agora somos todos nós responsáveis para ajudar o Brasil a saber a verdade. Não tem Bolsonaro, não, para com isso. Bolsonaro não foi...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para, para encerrar, Deputado, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Para encerrar.

Bolsonaro ajudou a impedir o roubo, porque na verdade os ladrões são de hoje, são de agora.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, meus cumprimentos.

Fiquem com Deus e que o Brasil conte com todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Presidente Carlos Viana, Relator Alfredo Gaspar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Acho que o microfone não está ligado, Deputado.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Presidente, agora vai.

Presidente Carlos Viana, Relator Gaspar, vocês hoje representam a esperança do povo brasileiro. A vitória de vocês hoje é a esperança do povo brasileiro de fazer uma investigação verdadeira, Alfredo Gaspar, sobre aqueles que roubaram o dinheiro dos aposentados. Basta quem está em casa ver como está esta CPMI neste momento: toda a "petezada" e o Governo se mandaram de forma covarde.

Quando nós fomos patrolados, Senador Magno Malta, na do 8 de janeiro, nós ficamos aqui porque nós queríamos investigar a verdade. Hoje se mandaram e devem estar em salas pensando como vão fazer para que os requerimentos que esta CPMI precisa aprovar para investigar os ladrões, que são sindicalistas que na realidade são organizações criminosas promovidas para roubar o povo brasileiro... Eles estão certamente em alguma sala pensando como vão evitar essa investigação. Desapareceram da nossa sala, Senador Girão. Desapareceram da CPMI, porque o grande objetivo deles, Presidente, era calar a voz da oposição e enterrar esta CPMI. Fizeram tudo que podiam para demorar, para que isso aqui acontecesse. Esperaram o recesso, ganharam tempo, colocaram candidatos que nem sequer tinham assinado a investigação.

Mas nós, de uma forma corajosa, apanhando nas ruas, como nós nunca tínhamos uma vitória, hoje entregamos à sociedade brasileira talvez a maior vitória até agora deste mandato





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do corrupto Lula. Porque nós não deixamos esmorecer. Mesmo com as críticas, Coronel Fernanda, você que foi atrás das assinaturas...

(Soa a campanha.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – ... lutamos para que hoje nós tivéssemos aqui uma CPMI transparente.

Tenho certeza, Presidente – para concluir –, que é isto que o senhor, junto com o Relator Alfredo Gaspar, vai fazer: aprovaremos requerimentos e pegaremos os ladrões do PT.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Marcon.

O próximo da lista é o Deputado Marcel van Hatten.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente Senador Carlos Viana, Relator Deputado Alfredo Gaspar, permitam-me ler um tuíte: "Anuncio que o relator da CPMI do INSS será o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO). Desejo a ele, ao presidente Omar Aziz (PSD-AM) e a todos os integrantes um excelente trabalho nessa pauta tão relevante para o país" – Deputado Hugo Motta, Presidente da Câmara, anunciando, Senador Girão, no dia 15 de agosto, quem seriam os vencedores de uma disputa que não tinha ainda sido travada.

Por isso eu quero primeiro agradecer a V. Exa., Senador Girão, por ter se colocado desde o primeiro momento como candidato, expondo o que estavam tentando fazer aqui. Aqueles que não assinaram o requerimento de investigação estavam sendo anunciados pelos Presidentes das duas Casas como os condutores aqui do trabalho.

E quero também, Senador Eduardo Girão, dizer que, a depender de quem venha a ofensa, como o senhor ouviu hoje, sendo chamado inclusive de mau caráter, é na verdade um elogio. Fique despreocupado, porque é uma medalha de honra ao mérito receber ofensas a depender de quem vêm e do currículo ou folha corrida que possui.

Portanto, Senador Carlos Viana, Deputado Alfredo Gaspar e todos os demais membros desta CPMI, eu estou muito orgulhoso da decisão de fazer, ao longo dessa madrugada, desta manhã, todas as articulações para que os senhores pudessem sentar-se, porque os senhores





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinaram o requerimento de investigação de quem roubou dos velhinhos, dos aposentados, dos deficientes físicos. V. Exas. estão preocupados com a punição a esses ladrões que, aliás, são liderados pelo Governo Lula.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – O que é isso?

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Aquele que foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro, e descondenado por quem, agora, arrogou-se o direito de fazer a investigação do INSS, que é o Supremo Tribunal Federal. Tirou da primeira instância para quê? Para acabar com a investigação, mas o Congresso decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tenho 40 segundos ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim, perfeitamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O Congresso decidiu que, se o STF acha que vai manter o rumo da impunidade no país, nós não deixaremos. Por isso, estou orgulhoso, Senador Girão, da nossa Bancada do Novo, da oposição, de todos aqueles – Luiz Lima, Marcon, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda –, que propuseram, aliás, a CPI e a CPMI, estou orgulhoso deste dia, porque eu vejo que vale a pena lutar até o fim, porque o jogo só termina, Bia Kicis e Cabo Gilberto, quando acaba.

Esse tuíte aqui do Deputado Hugo Motta, Presidente da Câmara...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... envelheceu mal, muito mal!

Parabéns, Presidente Carlos Viana, Relator Alfredo Gaspar! Contem com este Deputado aqui, em defesa do povo brasileiro.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Marcel, e obrigado pela gentileza de manter os três minutos, para que a gente possa dar a palavra a todos.

A Deputada Coronel Fernanda é a próxima da lista.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente Senador Carlos Viana, meu colega Deputado Alfredo Gaspar, primeiro, parabéns! Que Deus possa iluminá-los e protegê-los, porque vocês dois vão ser muito atacados! Deus precisa protegê-los de todas as formas.

Quero aqui agradecer... esta minha fala é só de agradecimento, Presidente. Há mais ou menos dois, três meses, a minha equipe juntamente comigo trouxemos a ideia de fazer a CPMI, porque nós sabíamos que a CPI ia ser travada lá na Câmara Federal. Ao convidar a Senadora Damares, para que ela fizesse parte desse projeto, ela aceitou. Ali começou um trabalho de formiguinha, de estratégia, para que a gente colhesse o máximo de assinaturas possível, para que isso acontecesse no dia de hoje. Então, eu tenho que agradecer muito à Senadora Damares, a toda a equipe dela, que esteve junto com a minha equipe nesse trabalho. Parabéns, vocês foram tão vencedores quanto nós, Parlamentares!

Quero aqui agradecer a todos os Parlamentares, Deputados Federais, Senadores, que nos apoiaram assinando esta CPI... esta CPMI, para que isso acontecesse neste momento. É um momento histórico.

Nós estávamos muito cabisbaixos, porque sabíamos qual era o jogo que estava posto: esse xadrez que já dava para nós a sentença de perdedores, mas não esperávamos que o nosso Líder Sóstenes juntamente com toda a oposição tivessem planos diferentes para este momento, orientados principalmente por Deus. A coragem que todos tiveram mudou esse jogo, e o jogo de xadrez agora começou com peças novas. Essas peças, com certeza, vão andar para fazer justiça àqueles mais vulneráveis, fazer justiça àqueles idosos, àqueles pensionistas que foram roubados de forma vil, para que eles possam receber de volta o seu dinheiro, para que o Brasil comece a andar numa linha de respeito, e não na da corrupção, como foi colocado. O povo brasileiro não aguenta mais ser enganado.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E o Brasil pode ter certeza de que uma minoria que está aqui não quer que esse processo ande, mas a maioria aqui está coberta por Deus, quer que esse processo chegue ao fim e que, ao final, a gente possa colocar atrás das grades aqueles que roubaram as pessoas mais simples, com menos conhecimento, que não têm oportunidade sequer, às vezes, de pedir socorro ao próprio INSS. Pessoas que foram relegadas por este Governo, que não teve a capacidade de colocar à disposição do povo carente uma forma para se resolver essa situação e esperou que o Congresso tomasse iniciativa, porque a única coisa que este Governo fez, Presidente, foi tentar jogar debaixo do tapete a sujeira que há muito e muito tempo ele vem realizando: roubando o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputada, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Para encerrar, eu peço ao povo brasileiro que orem por esta Comissão, orem pelos Deputados, pelos Senadores que aqui estão, porque aqui tem homens e mulheres de coragem, e nós vamos até o fim para esclarecer e condenar aquele criminoso que está acima de qualquer um de nós, se achando o pedestal do momento, que nada fica em cima, que nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigada, Deputada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Só para completar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – E nós vamos colocar todos no seu devido lugar.

Parabéns e obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela eleição. Nosso Relator, Deputados e Deputadas...

Primeiro, quero dizer que entendo que é salutar que esta CPMI não tenha pré-julgamento e que todos aqueles que supostamente estejam envolvidos no desvio dos recursos dos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentados e pensionistas da Previdência Social possam ser devidamente investigados e encaminhados para os órgãos competentes para que possam ser punidos.

A CPMI não tem réus pré-definidos, tem fatos a serem esclarecidos.

E, Sr. Presidente, eu antecipo aqui e peço apoio dos colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras... Nós vimos inclusive dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União, em períodos de levantamento de valores, que são valores que chamam a atenção. Nós não estamos falando de milhões, nós estamos falando aqui de valores que chocam a todos nós: de empréstimos consignados sem autorização do tomador, sem que esse beneficiário, aposentado ou pensionista da previdência social tivesse solicitado neste período.

E eu vou aqui apresentar um requerimento – ouvindo a técnica legislativa do Senado e da Câmara dos Deputados – para que a gente possa também investigar isso, não só os descontos fraudulentos, mas também que a gente possa investigar esses empréstimos consignados que viraram uma farra, infelizmente. Como é que pode uma pessoa que, muitas vezes, nem sequer consegue adentrar um banco ou acessar um gerente bancário ter um empréstimo que nem sequer solicitou? Isso é muito grave!

E há outra gravidade, Senador Carlos: hoje nós temos uma fila de espera significativa de pessoas que estão aguardando uma aposentadoria, um benefício...

(Soa a campainha.)

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – ... inclusive acontecendo o seguinte: de pessoas que morrem e não garantem o seu benefício. E como é que pode uma pessoa, no dia que consegue o seu benefício... no outro dia o banco ligar, entrar em contato, oferecendo empréstimo consignado? Tem alguma coisa errada.

Esses dados, esse sistema do INSS se demonstra um sistema frágil, que facilita esse tipo de corrupção, esse tipo de desvio de dinheiro, esse tipo de roubalheira que nós vamos investigar a partir desta data.

Eu me coloco à disposição do senhor, para que a gente possa estar juntos aqui, no sentido de fazer desta CPMI esse instrumento, e que o resultado dela possa não só indicar os culpados, mas que a gente possa blindar essa instituição, que é o INSS, que hoje nós estamos nesse





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, mas ela precisa continuar, porque é a instituição que garante o maior programa de proteção social deste país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Sidney Leite.

Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Senador Carlos Viana, primeiro, parabenizá-lo. O senhor tem, certamente, um ponto de inflexão na sua vida política, e que seja um ponto de inflexão positivo.

O Deputado Alfredo Gaspar, o qual admiro demais, todos que estão na mesa, o Alfredo Gaspar é um exemplo de Deputado, representando Alagoas, o Senador Carlos Viana, Minas Gerais...

E, Senador, nós temos um desafio imenso pela frente. Ninguém mencionou aqui o sindicato Sindnapi, presidido pelo irmão do Presidente da República, e a gente ouve um silêncio ensurdecedor da Justiça brasileira, que não deu 48 horas a este Governo para responder ao maior escândalo de desvio de recurso público do brasileiro.

O Partido Novo e sua assessoria legislativa, que é exemplar, já fez aqui: "Sindicato de fachada". Uma série de sindicatos com CNPJ, sendo presididos, muitos deles, por aposentadas que recebem Bolsa Família com mais de 80 anos! E iremos convidar aqui, infelizmente, para essas senhorinhas aqui passarem para a gente como elas chegaram a presidir sindicatos com 30, 40 anos que movimentam milhões. Possivelmente laranjas.

Operadores financeiros do esquema.

Nós temos empresas aqui ligadas a uma pessoa, empresas familiares, quadrilhas familiares ligadas aos recebedores de propina do INSS, envolvendo diretor de governança, planejamento e inovação, envolvendo Procurador-Geral do INSS, Diretor de Benefícios do INSS...

Olha, eu lembro que eu ainda não era político e tivemos aqui a CPMI da Petrobras, que serviu ali como um ponto de morte, na época, para o desgoverno daquela época. E o desespero





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados, hoje, da situação, aqui foi nítido. É o meu sétimo ano aqui, e eu nunca vi tanto nervosismo.

Essa votação demonstra como o Senado e a Câmara dos Deputados estão descoladas deste Governo, e a gente precisa aqui, como mencionado por outros Deputados...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu já termino, Senador Carlos Viana.

Precisamos quebrar o sigilo das imagens aqui do Senado. Nós tivemos aqui, presentes no Senado, pessoas que são peças fundamentais nessa fraude que pode superar 40, 50 bilhões, inclusive, supera a taxa cobrada pelo Trump em relação às nossas exportações. O escândalo ainda é maior, só que isso aqui estava no nosso descontrole.

Então, Senador Carlos Viana, a gente vai ter muito trabalho.

Isso aqui é uma amostra do que o Partido Novo fez: todas as ligações. E a gente vai ter muito trabalho pela frente.

Que Deus abençoe o senhor, e agarre essa janela de oportunidade de serviço ao Brasil. Os aposentados não só de Minas Gerais, mas do Brasil, vão ficar muito agradecidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiramente, cumprimentá-lo por essa vitória, essa vitória que, certamente, surpreendeu o Brasil, que foi fruto, primeiramente, da sua disponibilidade em ocupar essa cadeira desta CPMI, que agora representa a esperança dos brasileiros.

E de todo um trabalho de articulação competente do nosso Líder Sóstenes Cavalcante, de toda a bancada aqui do PL, da oposição, do nosso Senador Rogerio Marinho, de tantos outros que se envolveram nessa batalha, que realmente é uma batalha em prol do povo brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, depois disso, um outro sinal de que foi muito acertada essa sua eleição: a indicação do Relator, o Deputado Alfredo Gaspar, que nós já conhecemos das batalhas na Câmara dos Deputados e sabemos, sabemos da sua seriedade, da sua competência. Então isso nos faz ficar com o coração realmente em festa, porque ontem, quando nos reunimos à noite, a palavra que se dizia era: esta é uma CPMI que já nasceu morta.

Mas nós, Senador Eduardo Girão, aqui agradeço também pela sua honradez, pela sua humildade também, espírito de colaboração sempre para com o povo brasileiro, que abriu mão da sua candidatura, já anunciada há um tempo, e que contava, sim, com a simpatia desta aqui que vos fala neste momento, com certeza, e o apoio, mas conseguimos um nome de consenso, que saiu vitorioso. E essa vitória, Senador Presidente, não é sua apenas; é de todo o povo brasileiro.

Nós vamos buscar os responsáveis. Nós vamos buscar os culpados. Melhor seria dizer os irresponsáveis.

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Aqueles que não têm sequer vergonha de roubar de vulneráveis, roubar o dinheiro, a aposentadoria tão suada de idosos, de pessoas que dependem desse dinheiro para ter certo conforto no final da vida, dignidade. Essas pessoas merecem apenas que nós possamos identificá-las, e que elas respondam por esse ato tão absurdo, tão ignóbil, que causa tanta repugnância no povo brasileiro.

Nós queremos também contar com a imprensa brasileira. Que desta vez, a mídia se coloque ao lado do povo, para que não possa haver narrativas que tentem sufocar o trabalho que será feito aqui nesta Comissão.

Na verdade, quero conclamar a todos, sejam governistas, oposição. Este é o momento de nos unirmos em prol daqueles brasileiros que foram roubados, surrupiadados e que têm agora, neste Congresso, a esperança da reparação, e que possam também, ao fim e ao cabo desta CPMI, receber tudo aquilo que lhes foi tirado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada. Agradeço, mais uma vez, pelo cumprimento do nosso prazo.

Deputado... Já falou. Deputado Beto Pereira.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, parabenizo V. Exa. pela eleição e desejo, junto com o Deputado Alfredo Gaspar, que tenham aí muita lucidez e que a isenção que foi a bandeira da sua eleição norteie os trabalhos que serão conduzidos por ambos.

Quero destacar aqui a posição de Relator do Deputado Alfredo Gaspar, posição essa que é algo que nos enche de esperança. Nós estamos entregando a V. Exa., junto com este Plenário, a esperança do povo brasileiro.

Quero dizer que, para muitos, esse problema já havia acabado, já estava sendo devolvido o dinheiro, a normalidade já tinha voltado. Agora, para a maioria esmagadora do povo brasileiro, uma ânsia muito grande de ver os trabalhos desta CPMI acontecerem e de forma independente. E eu consigo hoje enxergar que isso de fato vai acontecer.

Presidente, ouvi aqui atentamente todos que me antecederam e todos, de forma recorrente, disseram da importância de apurar os fatos, colocar atrás das grades aqueles que, de alguma forma, concorreram para o crime, responsabilizando-os cível ou criminalmente, por omissão...

(Soa a campainha.)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... por conivência, por prevaricação, quaisquer que sejam os crimes.

Mas também quero aqui destacar o papel desta Comissão para que nós possamos avançar em legislação, de uma vez por todas, acabar com qualquer tipo de desconto para aposentados e pensionistas no INSS. Nós não podemos mais conviver com uma legislação que permite isso. E, ao final, também promover diligências, bloqueios, sequestro, qualquer instrumento que seja necessário para tentar reparar e mitigar o prejuízo que a sociedade brasileira e que os cofres públicos tiveram. Essas devem ser as três vertentes que norteiam os nossos trabalhos aqui nesta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo ao nosso Relator e ao Presidente desta Comissão, Senador Carlos Viana, sucesso nessa empreitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, todos aqui presentes, Senadores, Deputados, Relator, acho que a CPI, primeiro, precisa trabalhar como princípio básico buscar a verdade, a verdade absoluta. E, se a gente fizer um trabalho com muita seriedade, com essa finalidade, não tenho dúvida de que chegaremos, ouvindo representantes dos órgãos, desde o início da gestão anterior, representantes das entidades, demais pessoas que porventura a gente assim indicar. Esperamos que o trabalho de fato seja feito com essa finalidade, de maneira imparcial. O Relator parece que já tem uma opinião pré-definida, afinal de contas, ele apontou no Twitter agora dizendo que já sabe quem é o culpado. Isso macula e muito o trabalho desta CPI, afinal de contas, o trabalho do Relator é muito importante, muito importante. Mas, se ele parte de uma premissa básica, o resultado fica comprometido e não adianta vir aqui dizer que é imparcial, se já tem na mente um resultado anterior. Então esperamos que o trabalho não seja conduzido dessa forma.

Nós aqui que estamos no Plenário, vamos ter nossas opiniões, vamos apresentar requerimentos, vamos fazer o debate, agora não pode o Relator já dizer que tem uma opinião sobre o processo. Assim que foi eleito, ele postou, indicado. Isso macula e muito.

Presidente, e para que os trabalhos corram com respeito, dentro do Regimento, num debate amplo e de fato com a finalidade de buscar a verdade, a condução de V. Exa. vai ser fundamental, dando espaço para todo mundo e respeitando o Parlamento – respeitando o Parlamento, tenho certeza. E esperamos que V. Exa. assim conduza.

E é importante a gente dizer da história, claramente. Se o Bolsonaro tivesse sido reeleito, essa roubalheira continuaria...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... afinal de contas, servidores da gestão anterior foram até ameaçados de morte quando fizeram a denúncia na Polícia Federal, que não apurou nada.

O Senador Izalci ontem reafirmou, num debate comigo, que ele sabia já em 2019 e que levou ao conhecimento do Presidente Bolsonaro, mas eles não denunciaram ao Ministério Público, à Polícia Federal, não tomaram nenhuma providência efetiva, ou prevaricaram ou foram omissos ou tinham de fato uma participação efetiva nisso. Então, nós vamos ter que apurar. O Senador reafirmou em duas oportunidades, anteriormente e na entrevista de ontem. Nós temos que trazer aqui o ex-Presidente para que ele diga se o Senador relatou isso para ele ou não e qual foi a providência tomada.

Então, senhoras e senhores, o Governo não tem medo, porque a gente trabalha com a verdade e quem cessou esse roubo foi o Governo do Presidente Lula.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Vai sonhando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar. Peço a gentileza de todos respeitarmos a fala. Estão todos podendo falar livremente. Então, desde já, temos que começar aqui dando espaço para que todas as opiniões sejam ouvidas nesta CPMI.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – O Relator foi citado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Passo a palavra ao Relator Alfredo Gaspar, por ter sido citado pelo Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui nesta posição; agradecer a V. Exa. essa designação; agradecer ao Presidente Rueda por minha designação junto ao Líder Pedro Lucas; e a todos os membros desta CPMI, que elegeram V. Exa., e V. Exa. indicou o meu nome.

Sei que aqui nesta Casa tem muitos outros Parlamentares muito competentes e que caberiam muito bem nesta posição, mas quiseram Deus e V. Exa. que eu fosse o indicado.

O que eu posso dizer a V. Exa. é que palavras não são mais fortes do que atitudes; palavras não são mais fortes do que a verdade. Infelizmente, o Deputado que citou o meu nome, que eu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco conheço, errou. Ontem, antes de sonhar em ser Relator desta CPMI, publiquei um tuíte que expressava que o meu comportamento aqui seria de acordo com a verdade e que o roubo causado nas contas dos aposentados e pensionistas, sob o Governo atual, nós levaríamos até o fim para descobrir a verdade.

Hoje fui tomado pela surpresa quando fui chamado dizendo que o meu nome, caso o Senador Viana fosse eleito Presidente, iria ser colocado como Relator. Recebo esta missão, Senador, como eu recebi aos meus 20 anos a de ser pai de família – hoje completo 35 anos de casado –; como aos meus 25 anos, quando passei no concurso público pela Fundação Carlos Chagas para ser Promotor de Justiça; dez anos como coordenador do Grupo de Combate ao Crime Organizado no Estado de Alagoas; Chefe do Ministério Público duas vezes; Secretário de Segurança, quando o meu estado deixou de ser o estado mais violento da Federação; e eleito em Alagoas, o segundo Deputado Federal mais votado, com muito orgulho, sem comprar um voto, pelo serviço prestado. *(Palmas.)*

Os senhores podiam ter escolhido qualquer um. Escolheram uma pessoa simples, que tem como patrimônio a honra. É assim que conduzirei os trabalhos. Eu não sou dono da verdade, não quero sê-lo, mas pode ficar na certeza, Deputado Santana: não sei quem o senhor conhece, com quem o senhor convive, mas, a partir de hoje, o senhor está convivendo com alguém que tem honra, palavra, equilíbrio e compromisso. E o meu compromisso nesta CPMI é o compasso com a verdade, seja de que bandeira for, seja de onde partir.

O que o Brasil deseja é que os ladrões sejam descobertos, o dinheiro devolvido, a corrupção seja cessada e que, independente de ideologia, a cadeia seja o único caminho possível, para dar o exemplo a este país de que a impunidade pela corrupção não pode ser a tônica desta nação.

Portanto, Sr. Presidente, o senhor terá aqui um parceiro equilibrado ao seu lado, para, com a verdade, apresentarmos a esta nação, independente do poderoso de plantão, seja ele Senador, seja ele Presidente, seja ele Deputado, seja ele grande empresário... Nós temos que mostrar ao Brasil que bandido é bandido, seja qual for a posição que ocupe.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Alfredo Gaspar.

Passo a palavra... Temos ainda o Senador Magno Malta, o Deputado José Medeiros, o Senador Cleitinho e a Senadora Damares. Aí encerramos as falas.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – E eu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Cabo Gilberto, me perdoe. Perfeitamente, perfeitamente.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, nós sempre fizemos o bom combate e o bom embate. Na CPMI do dia 8, que é um instrumento da minoria, proposta pelo Deputado André Fernandes... E sempre foi praxe nas duas Casas... A grande imprensa aqui está, vejo ali o Hugo Marques, jornalista antigo, investigativo e meu amigo pessoal – acho que essa é a melhor parte –, que tem prestado um serviço grande ao país na área investigativa e com matérias muito sérias. Assim, minha fala, estou até... É tão rápido, três minutos, e eu estou gastando um tempo assim, até porque eu comecei a conviver com o Hugo desde a CPI do Narcotráfico, por isso posso falar como ele se comporta. Está ali, ouvindo tudo.

Eu quero dizer uma coisa: dia 8, eles tomaram a CPMI. Tomaram. E sempre houve uma praxe nas duas Casas – eu estou aqui há três mandatos e um mandato na Câmara Federal. A praxe é que quem propõe a CPI, quem faz o fato determinado, se torna Presidente ou Relator. Era uma coisa que é mais ou menos uma cláusula pétrea de fio de bigode, e foi explodido isso de uma forma irresponsável, desrespeitosa.

Hoje, quem faz o fato determinado fica... Se possível, eles tiram até... Não participa nem como membro. E o normal seria que, realmente, quem fez o fato determinado, buscou as assinaturas presidisse e conduzisse os trabalhos. Sempre foi assim e deu normalidade.

Dia 8, nós não conseguimos aprovar nada na CPI do dia 8. Eles traziam sempre o que eles queriam.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Traziam uma montanha e pariam o rato.

Eu quero dizer que não tem problema nenhum: quem disse que sabia, quem é a pessoa responsável por tudo isso foi o Presidente do Senado, quando ele colocou um sigilo de cem anos na entrada do Careca do INSS no Senado. E esse é o meu requerimento que está pronto para ser já protocolado, para quebrar o sigilo dos cem anos da entrada do Careca do INSS no Senado. Aí, sim. Por que cem anos na entrada do Careca? Porque vai saber onde é que o Careca entrou, onde ele articulou, com quem ele ficou, quantas horas ele ficou aqui dentro. E as pessoas aposentadas... Olha, eu tenho três tias diabéticas, aposentadas, cegas... Foram abrir o contracheque e lá tem descontos de coisas que elas nunca fizeram.

O Paulo Bernardo, o marido da Gleisi...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Já encerro, já encerro, Sr. Presidente, é porque... Eu já encerro, Sr. Presidente!

O Paulo Bernardo, marido da Gleisi... ex-marido da Gleisi, foi Presidente, foi Ministro da previdência... E foi aí que estourou um grande escândalo de que Paulo Bernardo fazia empréstimo consignado sem que os aposentados pedissem. Numa operação da Polícia Federal – a gloriosa Polícia Federal, que não tinha a Gestapo lá, era uma Polícia Federal de verdade –, explodiu tudo. Ele foi preso – preso – por roubar aposentados. Então, nada disso nós precisamos politizar, com nomes de Presidentes da República, porque esses assaltos certamente indicarão quem são os grandes líderes, com quem eles têm relacionamento. E o que nós sabemos é que existe muita lenha para queimar.

A V. Exa., como Presidente, eu quero dizer: eu só sou um suplente, mas conte comigo! Tenho uma experiência de CPI e trato todo mundo com dignidade. Do meu lado aqui e do Relator, já se sentaram bandidos, abusadores de criança, narcotraficantes, assaltantes. Eles foram tratados com respeito, mas não com um pano na cabeça, com carinho. Nos vagabundos que roubaram os aposentados e vão se sentar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... é verdade que não tem que dar esculacho, mas também não tem que passar a mão na cabeça e dizer que para o cara, que está do outro lado do banco, é muito difícil. Do outro lado do banco é muito difícil estar sentado, aqui, mas ladrão é ladrão. E nós esperamos, e a nação brasileira, que, ao final desta CPI, esses vagabundos todos vão parar na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é um dia histórico. E no Brasil, que já estava sem esperança de que esta CPI resultasse em algum proveito investigatório, ressurge a esperança.

Eu não tenho dúvida de que V. Exa. e o Dr. Deputado Alfredo Gaspar farão um trabalho que vai satisfazer as expectativas do povo brasileiro, porque são mais de 6 bilhões, e provavelmente a gente vai descobrir mais. Foi falado aqui sobre os consignados; esse negócio de consignado não é de hoje. O Deputado Magno Malta falou muito bem. Na época, o Ministro Paulo Bernardo contratou uma empresa ali, no Ministério do Planejamento, e foi apurado pela Polícia Federal que eles aumentavam em 70% a mais as taxas para poder repassar ao Ministro. Isso para deixar só no Ministro, né?

Mas o fato é que, dessa vez, o golpe foi baixo demais. São 6 bilhões retirados de pessoas que, na maioria das vezes, não tinham a mínima ideia de que estava sendo achacadas, pessoas que...

Esse partido que diz que cuida dos pobres, estava cuidando do bolso deles, se propondo a ser o cavaleiro que defendia os bens deles contra terceiros, né? E os tomava para si, como dizia Ulpiano.

Então, Sr. Presidente, eu não tenho dúvida de que nós vamos poder prestar um serviço muito importante ao Brasil, porque esta CPI, tal qual a CPI da Pedofilia e dos abusos infantis produziu vários projetos de proteção das crianças, esta CPI vai poder dar subsídio para daqui





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

saírem projetos que possam proteger os aposentados, porque, mesmo diante de tudo que está sendo feito, está todo dia a insistência desse pessoal para continuar do jeito que está.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Quando o Presidente Jair Bolsonaro propôs que se parasse com esses descontos, foi derrubado por essa galera que está aqui, dizendo que o culpado é Bolsonaro. E foi justamente quando acabou, quando caiu aquela medida de não poder descontar em 2019, que o gráfico começa a subir, mas isso é assunto de mérito que nós vamos debater aqui; com certeza vamos poder chegar a bom termo.

Então, nesses últimos 31 segundos, eu quero dizer ao povo brasileiro: não tenha dúvida de que aqui o único interesse dessa Presidência e desse Relator, que eu não tenho dúvida... Já vi principalmente o Deputado Alfredo Gaspar em outros momentos, e a sua responsabilidade foi invejável.

E nós vamos trabalhar aqui para que, no final dos trabalhos aqui, nós saíamos com o aposentado brasileiro protegido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Cabo Gilberto.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem.) – Muito bom, Sr. Presidente. Muito obrigado, viu?

Eu quero parabenizar a todos que estão aqui presentes. Foi uma vitória do Brasil; aqui não tem vitória de oposição, nem de partido A, nem de partido B. É uma vitória do Brasil, a indicação do Senador Carlos Viana como Presidente e do Deputado Alfredo Gaspar. Infelizmente, o Deputado do PT falou inverdades e saiu daqui, mas tudo bem, faz parte.

Sr. Presidente, é muito grave o que está acontecendo no nosso Brasil. O Governo assumiu o poder em janeiro de 2003. Governa este país há quase 20 anos. Quatro mandatos consecutivos do PT, depois dois anos de Temer, quatro anos de Bolsonaro e agora quase três anos de Lula, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O INSS que... O Congresso Nacional aprovou essa lei em 1991. De lá para cá, foi só roubo aumentando a cada ano. Teve um declínio no Governo do Presidente Bolsonaro – isso é fato, os números provam –, mas explodiu no Governo do PT. Então, como sempre, eles querem colocar a culpa e terceirizar a responsabilidade. Eles não esquecem o Governo passado. Governam este país há tanto tempo.

E o senhor pode fazer esse discurso, sim, porque o senhor é político, Alfredo Gaspar. O senhor foi eleito porque o senhor defendeu uma forma de agir, e como representante do povo brasileiro, lá no Estado de Alagoas. E a população lhe creditou o mandato de Deputado Federal. O senhor pode fazer o posicionamento político, como o Senador Carlos Viana e como qualquer Parlamentar, seja ele de que partido for. Quem não pode fazer posicionamento político são os Ministros do STF, que estão fazendo, rasgando a Constituição, a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei do Impeachment, de 1950.

Então, o Deputado fala e sai, mas tudo bem, faz parte do PT. Nós já sabemos a estratégia que eles vão fazer: eles vão querer colocar a culpa em terceiros, como eles sempre fazem. Roubam, roubam, roubam, corrupção em cima de corrupção, e recorrem para a Suprema Corte do nosso país, que presta um serviço desprezível hoje, Srs. Senadores – eu tenho que falar isso aqui, infelizmente eu tenho que falar isso aqui. A Suprema Corte de hoje do nosso país é um braço do PT.

(Soa a campainha.)

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) – Tem lá o judicialismo de coalizão, já que ele não tem base no Congresso Nacional.

E eu suplico aos Senadores da República que restabeleçam o Estado democrático de direito através do art. 49 da Carta Magna, que dá Poderes ao Congresso Nacional, como um todo, e do art. 52 da Carta Magna, que dá poder exclusivamente a V. Exas. de restabelecer o Estado de direito tão usurpado pela Suprema Corte. Onde está, Deputado Alfredo Gaspar, que a Suprema Corte pode fazer leis? Onde é que está na Constituição que eles podem interferir nos demais Poderes como eles estão interferindo? Fechando o Congresso Nacional como eles estão fechando? Então, o Congresso Nacional precisa ouvir as vozes das ruas – precisa ouvir! –, senão,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no ano que vem, a população vai perguntar: "Para que Deputado, para que Senador, se os Ministros fazem o que querem no Brasil?".

Então, a CPMI vai trazer a verdade à tona e que os culpados paguem, e paguem caro, e devolvam em especial o dinheiro dos nossos aposentados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Cabo Gilberto.

Passo a palavra ao penúltimo orador, Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Serei rápido, Sr. Presidente.

Primeiro, quero poder dar parabéns ao Relator e a V. Exa. E nós somos a terra de mineiros. Espero que V. Exa. – sei que o senhor tem – tenha muita coragem e traga quem precisar de trazer aqui, doa a quem doer.

O que mais me chama a atenção na política, gente, e que me deixa envergonhado é: como é que pode na política ter sigilo de uma coisa que é pública? Colocar um sigilo de quase cem anos aqui para que não se possa falar e mostrar o que esse Careca do INSS estava fazendo aqui no Senado. Coloca os 81 Senadores na vala. E o Careca do INSS, esse vagabundo, esse cretino, para mim, tem que ser o primeiro a ser convocado aqui. Para mim, ele não é bolsonarista, nem lulista, não; ele é simplesmente um ladrão, um covarde, um lobista. Isso que ele é. E o que mais tem aqui no país aqui são lobistas, e o que mais frequenta o Congresso Nacional aqui são lobistas.

E parem de ficar com torcida de lado A, lado B, que "foi o Governo passado", que "foi o Governo presente", que "foi o governo A" ou que "foi o governo B". Isso para mim era quase legalizado. Isso já é roubado, já vem ó... de anos que isso aqui acontece no país. E a gente tem que achar agora os culpados. Não vejo que seja o Bolsonaro ou que seja o Lula que faz isso, não. Isso aqui é uma coisa institucional que sempre aconteceu na vida pública aqui. E a gente tem uma chance agora de cortar esse mal pela raiz. Então, a gente tem que parar de ficar de lado A, de lado B; e trazer quem seja, quem for. O irmão do Lula também? Traga ele. Ele tem que ser ouvido aqui. Ó, saiu ontem, está aqui para todo mundo ver – aqui é o irmão do Lula, ó; tem que trazer ele –: "Sindicato de irmão de Lula pagava 'caixinha' para amiga de ex-ministro". Está





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui. Está aqui, ó. É do Metrôpoles; não sou eu que estou falando, não. Processa o Metrôpoles. O irmão do Lula tem que ser convocado também. O ex-Ministro Lupi também tem que ser convocado. Todos têm que ser convocados – todos! –, doa a quem doer, seja de esquerda, seja de direita.

Como é que se vai levar um país desse a sério que coloca sigilo, gente? Colocou um sigilo aqui de cem anos para poder não mostrar a imagem desse canalha, desse lobista, Careca do INSS, frequentando aqui. O meu gabinete ele não frequentou.

(Soa a campanha.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Lobista não frequenta meu gabinete, Presidente.

Aqui, esses dias para trás, eu e o Girão estávamos brigando aqui para que não voltasse extintor de incêndio, porque alguém ia ganhar com isso, fazer o povo ter que pagar.

No corredor aqui, junto com um pastor que eu não sei quem é, um dono, acho que de extintor de incêndio, "Cleitinho, vamos sentar e vamos conversar." "Conversar o que, meu amigo? Pode ir embora, comigo não tem conversa, não. Vou votar contra."

Então, para a população brasileira saber que o Congresso Nacional, a vida inteira, foi frequentado por lobistas. A vida inteira, foi frequentado por canalhas, ladrões que gostam de levar benefício próprio. E é com isso que a gente tem que acabar, porque quem perdeu com isso foi só aposentado, que é tanto de esquerda, quanto de direita, tanto aposentado que é eleitor do Bolsonaro, quanto aposentado que é eleitor do Lula.

O que a gente tem que fazer aqui, Presidente, para finalizar, é cortar o mal pela raiz. Então faça como Tiradentes, tenha coragem. Traga, convoque todos. Todos que roubaram o dinheiro do aposentado têm que pagar e têm que ir para a cadeia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Cleitinho. O senhor tenha a certeza de que as convocações não farão exclusão de qualquer nome. Aqui nós queremos ouvir a todos, independentemente da ligação com quem quer que seja.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Última oradora, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, quero cumprimentar o senhor e o Deputado Alfredo por esta missão que está sendo dada aos senhores e pela eleição aqui. Só que eu dormi Vice-Presidente desta Comissão e acordei membro.

Eu quero lembrar aos colegas o seguinte: nós não derrotamos o PT ou o Governo elegendo Carlos Viana e Alfredo Gaspar. Nós derrotamos a indicação do Presidente do Senado e a indicação do Presidente da Câmara. Então, que fique bem claro: não houve aqui uma derrota do Governo, nem do PT. Portanto, o PT não sai derrotado. Ele ainda continua forte nesta Comissão.

Presidente, mas eu só queria trazer uma fala aqui para a gente trazer uma organização para o trabalho da Comissão. De fato, o indicado do Senado, do Presidente do Senado, para ser Presidente tinha conversado comigo para eu ser a Vice. E ele o fez tão somente no sentido de me honrar, porque eu sou a autora do requerimento. E ele se sentiu constrangido quando foi escolhido, e não eu. E eu achei muito bonito da parte dele, mas cheguei para ele e falei: "Quem tem que ser honrada é a Deputada Coronel Fernanda."

Hoje de manhã, não sabendo o resultado, ele podendo continuar Presidente, apresentei os dois e disse: honre a Coronel Fernanda. Nós temos, aqui nesta bancada, as três pessoas que deram a cara para bater. Eu e a Fernanda na CPMI, mas a gente tem o Chrisóstomo, que foi o autor da CPI. Por que eu e Fernanda entramos com a CPMI? Porque a gente viu que a CPI dele ia para uma fila muito grande, e a CPMI, não.

Então eu gostaria muito, Presidente, que a gente honrasse a Coronel Fernanda, a iniciativa dela.

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Muita gente assinou esse requerimento por causa da Coronel Fernanda, por acreditar no trabalho dela. Como também muita gente acreditou no trabalho do Chrisóstomo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero ser Vice, por favor. Eu tenho muita responsabilidade nesta Casa, presidindo uma Comissão. Mas na hora da escolha do Vice, da eleição, eu queria muito que os colegas considerassem o trabalho que a Coronel Fernanda teve para que a gente estivesse instalando hoje uma Comissão. *(Palmas.)*

Ela merece todas as honras, todo o trabalho foi dela. É difícil. Então fica aqui...

E desejo também, Deputado Alfredo, uma sugestão. Eu fui assessora do Senador Magno Malta em três CPIs. Na CPI da Pedofilia, na CPI das Próteses e na CPI dos Maus-tratos contra crianças e adolescentes.

E ele trouxe uma prática muito interessante, que foi sub-relatoria, relatoria setorial, especialmente na CPI da Pedofilia. Este trabalho do senhor aqui vai ser muito grande, porque esta é uma CPI muito técnica. Aqui vai ser uma CPI, CPMI, de cruzamento de dados. Não tem como a pessoa chegar aqui e negar, porque já está feito o desconto, é papel, é documento. Então, se o senhor for trabalhar uma relatoria, relatorias, sub-relatorias, fica aqui também a sugestão do nome do nosso Deputado Chrisóstomo, que trabalhou tanto para que tivéssemos uma CPI lá.

Mas tenho certeza de que o trabalho aqui vai ser extraordinário. Quero cumprimentar vocês dois. A oposição fez um trabalho incrível – eu não imaginava. E estou muito feliz, Carlos Viana, que seja você o Presidente, mas eu preciso honrar também o Omar Aziz. Nós estamos "sub-julgando" que o Omar ia fazer um trabalho horrível. Não. Ele sentou comigo, conversou como ele gostaria muito que fosse conduzido o trabalho, então, não vamos "sub-julgá-lo" pelo passado, dizer que ele faria um trabalho ruim. Não, vamos honrá-lo também. Ele vai ser membro, vamos trazê-lo para trabalhar junto, aliado, e vamos, daqui para frente, a minha sugestão, como eu sonharia se eu fosse Presidente desta CPMI: daqui para trás, todo mundo para cadeia – quem cometeu crime –, mas, se a gente puder apontar, fechar todas as brechas para que não tenha mais fraudes no futuro, será a maior contribuição que esta CPMI pode dar.

Que Deus te abençoe, o senhor e o Deputado Alfredo, na condução dos trabalhos, e eu vou estar aqui para ajudá-los muito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Encerrados os oradores. Primeiro, Deputado Alfredo, muito obrigado por aceitar o desafio de caminharmos juntos, mais uma vez, nesta CPMI. O Brasil espera muito de nós, e nós não vamos decepcionar. Muito obrigado.

Conforme já adiantado pela Secretaria, os requerimentos somente poderão ser apresentados por membros da Comissão e deverão ser protocolizados por meio do Sedol, para membros do Senado Federal, e por meio do Infoleg Autenticador, para os membros da Câmara dos Deputados.

Não havendo mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, que será anunciada muito em breve. Hoje, às 16h, eu e o Relator teremos a nossa primeira reunião para planejamento de trabalho e anunciaremos a data dessa próxima sessão.

Declaro encerrada a presente reunião de instalação da CPMI do INSS.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 19 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Omar Aziz, Eliziane Gama, Ana Paula Lobato, Augusta Brito, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Leila Barros, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Humberto Costa, Tereza Cristina, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Adriana Ventura, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Julio Arcoverde, Rafael Brito, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Romero Rodrigues, Beto Pereira, Mário Heringer, Zé Trovão, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Rogério Correia, Orlando Silva, Delegado Fabio Costa, Ricardo Maia, Bruno Farias, Paulinho da Força, Marcel van Hattem, Luiz Lima e Sóstenes Cavalcante, e ainda dos Parlamentares Paulo Paim, Marcio Bittar, Wellington Fagundes, Gisela Simona, Sérgio Petecão e Zucco, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Renan Calheiros, Eduardo Girão e Coronel Fernanda. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada.** Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Deliberação sobre normas de funcionamento da Comissão e apresentação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Plano de trabalho aprovado. As normas de funcionamento da Comissão não foram apreciadas. **2ª Parte - Deliberativa.** Foi realizado acordo para que os ex-Ministros tivessem seus requerimentos de convocações pautados aprovados como convites. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 822 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra Eliane Viegas Mota, Diretora de Auditoria de Previdência e Benefícios da Controladoria-Geral da União (CGU)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 824 de 2025** que: "Requer que seja convocado a prestar depoimento, perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o senhor Bruno Oliveira Pereira Bergamaschi, Delegado da Polícia Federal." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 825 de 2025** que: "Requer que seja convocada a prestar depoimento, perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a sra. Patrícia Bettin Chaves, Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária da Defensoria Pública da União - DPU." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 826 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Eli Cohen,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogado responsável pelas investigações particulares iniciais que culminaram na deflagração da Operação da Polícia Federal "Sem desconto". **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 827 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), ex-Ministro do Trabalho e Previdência. (Aprovado como convite)" **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 828 de 2025** que: "Requer que seja convocado a prestar depoimento, perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o sr. Carlos Roberto Lupi, ex-Ministro da Previdência Social." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 829 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano, ex-secretário de Previdência do Ministério da Fazenda.(Aprovado como convite)" **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 830 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Ministro da Previdência Social." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 831 de 2025** que: "Requer, à CGU, informações sobre o sistema MACROS da Controladoria-Geral da União (CGU), bem como requisitar ao menos 3 credenciais, mediante atribuição de perfis no mais amplo grau de acesso, para utilização pelos servidores da equipe de apoio técnico apenas durante o andamento das investigações desta CPMI." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 832 de 2025** que: "Requer, à Polícia Federal, informações e acesso aos autos de inquéritos policiais relacionados à prática de descontos fraudulentos em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em especial os autos da investigação que deflagrou a Operação Sem Desconto." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 833 de 2025** que: "Requer, ao STF, informações e acesso, mediante transferência de sigilo, quando for o caso, aos autos dos inquéritos relativos aos descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS, e aos autos das ADPFs 1224 e 1236, envolvendo, respectivamente, pedido de suspensão de descontos ilegais e o acordo do governo para ressarcimento das vítimas." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 834 de 2025** que: "Requer, à DPU, informações e acesso aos procedimentos instaurados envolvendo descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 835 de 2025** que: "Requer, à CGU, informações e acesso aos documentos de auditorias ou demais formas de fiscalização envolvendo descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS, em especial os relativos à Operação Sem Desconto." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 836 de 2025** que: "Requer, ao TCU, informações e acesso a documentos de auditorias ou outros procedimentos fiscalizatórios instaurados envolvendo descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 837 de 2025** que: "Requer, ao INSS, informações e acesso integral aos processos administrativos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sindicância e processos administrativos disciplinares que tenham sido instaurados, desde janeiro de 2015 até a presente data, no âmbito dessa Autarquia previdenciária, para apurar denúncias sobre irregularidades e responsabilidade de servidores que tenham relação com os descontos fraudulentos em benefícios pagos pelo INSS, tanto no tocante aos descontos associativos quanto aos descontos de crédito consignado, em especial os processos relacionados à investigação que deflagrou, pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), a Operação Sem Desconto, mediante transferência de sigilo, quando for o caso." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 838 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Previdência Social, informações e acesso integral aos processos administrativos de sindicância e processos administrativos disciplinares que tenham sido instaurados, desde janeiro de 2015 até a presente data, no âmbito dessa Pasta, para apurar denúncias sobre irregularidades e responsabilidades de servidores que tenham relação com os descontos fraudulentos em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tanto no tocante aos descontos associativos quanto aos descontos de crédito consignado, em especial os processos relacionados à investigação que deflagrou, pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), a Operação Sem Desconto, mediante transferência de sigilo, quando for o caso." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 839 de 2025** que: "Requer, ao Conselho Nacional de Previdência Social, informações e acesso integral às atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, realizadas desde janeiro de 2015 até a presente data, bem como de relatórios, apresentações, comunicações ou qualquer outra espécie de documento produzido ou recebido no âmbito do Conselho, que trate da gestão dos descontos nos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incluindo alertas e denúncias sobre fraudes e irregularidades nos descontos associativos e de crédito consignado, em especial os processos relacionados à investigação que deflagrou a Operação Sem Desconto, mediante transferência de sigilo, quando for o caso." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 840 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Lindolfo Neto de Oliveira Sales, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 841 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Renato Rodrigues Vieira, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 842 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 843 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 844 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Elisete Berchiol da Silva Iwai, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 845 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 846 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Glauco André Fonseca Wamburg, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 847 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Leonardo de Melo Gadelha, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 848 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 849 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Francisco Paulo Soares Lopes, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 857 de 2025** que: "Requisita dois servidores (Auditores Federais de Finanças e Controle) da Controladoria-Geral da União (CGU) para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 856 de 2025** que: "Requisita servidor (Auditor Federal de Controle Externo) do Tribunal de Contas da União (TCU) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 855 de 2025** que: "Requisita servidor do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 854 de 2025** que: "Requisita servidor (Auditor) do Banco Central do Brasil (BACEN) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 853 de 2025** que: "Requisita dois Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB) para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 852 de 2025** que: "Requisita ao Ministério Público Federal (MPF) a disponibilização de dois Procuradores da República para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 851 de 2025** que: "Requisita à PGR informações e acesso, mediante transferência de sigilo, quando for o caso, aos autos de procedimentos investigatórios criminais, inquéritos civis ou procedimentos preparatórios de inquéritos civis, instaurados no âmbito do MPF, relacionados a descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 850 de 2025** que: "Requisita três servidores (um delegado de polícia, um agente de polícia e um perito) do Departamento de Polícia Federal (DPF) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 36 - REQUERIMENTO Nº 35 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO Nº 346 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO Nº 358 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO Nº 362 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO Nº 377 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, ex-presidente do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO Nº 387 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 42 - REQUERIMENTO Nº 402 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Nunes." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - REQUERIMENTO Nº 436 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - REQUERIMENTO Nº 484 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Ricardo Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 45 - REQUERIMENTO Nº 699 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 46 - REQUERIMENTO Nº 787 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Senhor Antônio Carlos Camilo Antunes, indiciado pela Polícia Federal como o principal operador do esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões por meio de Acordos de Cooperação Técnica firmados pelo INSS com entidades associativas." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 47 - REQUERIMENTO Nº 820 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Antônio Carlos Camilo Antunes, sócio da Prospect Consult Empresarial Ltda. e da Brasília Consultoria Empresarial S.A." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 48 - REQUERIMENTO Nº 906 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 49 - REQUERIMENTO Nº 999 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 50 - REQUERIMENTO Nº 53 de 2025** que: "Requer a convocação da Sr. Maurício Camisotti, empresário." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 51 - REQUERIMENTO Nº 400 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Maurício Camisotti, empresário." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 52 - REQUERIMENTO Nº 544 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Maurício Camisotti, Grupo Total Health." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 53 - REQUERIMENTO Nº 555 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Maurício Camisotti, que mantinha relação direta e societária com o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Luiz Lima. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 54 - REQUERIMENTO Nº 598 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Maurício Camisotti, empresário." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 55 - REQUERIMENTO Nº 707 de 2025** que: "Requer a convocação da Sr. Maurício Camisotti, empresário." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 56 - REQUERIMENTO Nº 769 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Maurício Camisotti, Grupo Total Health." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 57 - REQUERIMENTO Nº 895 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Maurício Camisotti, vinculado ao Grupo Total Health." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 58 - REQUERIMENTO Nº 781 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Onyx Dornelles Lorenzoni, ex-ministro do Trabalho e Previdência. Aprovado como convite." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 59 - REQUERIMENTO Nº 30 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 60 - REQUERIMENTO Nº 525 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro da Previdência Social." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 61 - REQUERIMENTO Nº 926 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 62 - REQUERIMENTO Nº 931 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Elisete Berchiol da Silva Iwai, Ex-Presidente INSS (2015 a 2016)." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 63 - REQUERIMENTO Nº 528 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Leonardo Melo Gadelha, ex-Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 64 - REQUERIMENTO Nº 770 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Leonardo Melo Gadelha, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 65 - REQUERIMENTO Nº 891 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Leonardo Melo Gadelha, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 66 - REQUERIMENTO Nº 930 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Leonardo Melo Gadelha, ex-Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 427 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Francisco Paulo Soares Lopes, ex-Presidente do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 479 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Francisco Paulo Soares Lopes, ex-presidente do INSS." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 765 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Francisco Paulo Soares Lopes, ex-presidente do INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 70 - REQUERIMENTO Nº 865 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Francisco Paulo Soares Lopes, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 71 - REQUERIMENTO Nº 442 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Renato Rodrigues Vieira, ex-presidente do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 72 - REQUERIMENTO Nº 866 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Renato Rodrigues Vieira, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 73 - REQUERIMENTO Nº 1003 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Renato Rodrigues Vieira, ex-Presidente do INSS (entre 2019 e 2020)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 74 - REQUERIMENTO Nº 397 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Leonardo Rolim, ex-presidente do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 75 - REQUERIMENTO Nº 541 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Leonardo Rolim, ex-presidente do INSS." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 76 - REQUERIMENTO Nº 767 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Leonardo Rolim, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 77 - REQUERIMENTO Nº 903 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Leonardo Rolim, Ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 78 - REQUERIMENTO Nº 401 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, ex-presidente do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 79 - REQUERIMENTO Nº 550 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, ex-presidente do INSS." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 80 - REQUERIMENTO Nº 784 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 81 - REQUERIMENTO Nº 893 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, ex-Presidente do INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 82 - REQUERIMENTO Nº 375 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Glauco André Fonseca Wamburg, ex-presidente do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado.

ITEM





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 83 - REQUERIMENTO Nº 33 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 84 - REQUERIMENTO Nº 350 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 85 - REQUERIMENTO Nº 368 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 86 - REQUERIMENTO Nº 431 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 87 - REQUERIMENTO Nº 458 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 88 - REQUERIMENTO Nº 488 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 89 - REQUERIMENTO Nº 490 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Deputado Delegado Fabio Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 90 - REQUERIMENTO Nº 536 de 2025** que: "Requer que seja convocado a prestar depoimento, perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Senhor Alessandro Antonio Stefanutto." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 91 - REQUERIMENTO Nº 701 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 92 - REQUERIMENTO Nº 808 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Senhor Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 93 - REQUERIMENTO Nº 899 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 94 - REQUERIMENTO Nº 395 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Gilberto Waller Júnior, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 95 - REQUERIMENTO Nº 428 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Gilberto Waller Júnior, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 96 - REQUERIMENTO Nº 44 de 2025** que: "Reque a convocação do senhor André Paulo Félix Fidelis, ex-diretor de benefícios e relacionamento com o cidadão do INSS." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM EXTRAPAUTA 97 - REQUERIMENTO Nº 385 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. André Paulo Felix Fidelis, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 98 - REQUERIMENTO Nº 406 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. André Paulo Felix Fidelis, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 99 - REQUERIMENTO Nº 425 de 2025** que: "Convoca o Sr. André Paulo Fidelix Fidélis, ex-Diretor de Benefícios do INSS." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 100 - REQUERIMENTO Nº 432 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. André Paulo Félix Fidelis, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento do INSS." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 101 - REQUERIMENTO Nº 447 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. André Paulo Felix Fidelis, ex-diretor do INSS." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 102 - REQUERIMENTO Nº 553 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. André Paulo Félix Fidelis, ex-diretor de Benefícios do INSS." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 103 - REQUERIMENTO Nº 702 de 2025** que: "Reque a convocação do senhor André Paulo Félix Fidelis, ex-diretor de benefícios e relacionamento com o cidadão do INSS." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 104 - REQUERIMENTO Nº 759 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. André Paulo Félix Fidelis, ex-diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 105 - REQUERIMENTO Nº 813 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Andre Paulo Felix Fidelis, ex-Diretor substituto de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 106 - REQUERIMENTO Nº 907 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. André Paulo Félix Fidelis, ex-diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 107 - REQUERIMENTO Nº 527 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, ex-diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 108 - REQUERIMENTO Nº 803 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, ex-diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 109 - REQUERIMENTO Nº 897 de 2025** que: "Requer a convocação do SR. Alessandro Roosevelt, ex-diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 110 - REQUERIMENTO Nº 111 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Edson Akio Yamada, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 111 - REQUERIMENTO Nº 661 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edson Akio Yamada, ex-





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretor de benefícios do INSS." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 112 - REQUERIMENTO Nº 782 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edson Akio Yamada, ex-diretor de benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 113 - REQUERIMENTO Nº 892 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Edson Akio Yamada, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 114 - REQUERIMENTO Nº 42 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-diretor de benefícios e relacionamentos com o cidadão do INSS." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 115 - REQUERIMENTO Nº 344 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS afastado cautelarmente por decisão judicial." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 116 - REQUERIMENTO Nº 404 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 117 - REQUERIMENTO Nº 616 de 2025** que: "Requer que seja convocado a prestar depoimento, perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Senhor Vanderlei Barbosa dos Santos." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 118 - REQUERIMENTO Nº 771 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-diretor de Benefícios (DIRBEN) do INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 119 - REQUERIMENTO Nº 817 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 120 - REQUERIMENTO Nº 881 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-diretor de benefícios e relacionamentos com o cidadão do INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 121 - REQUERIMENTO Nº 80 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alexandre Guimarães, Ex-Diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 122 - REQUERIMENTO Nº 393 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Alexandre Guimarães, ex-diretor de Governança e Gerenciamento de Riscos do INSS." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 123 - REQUERIMENTO Nº 394 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Alexandre Guimarães, ex-diretor de Governança e Gerenciamento de Riscos do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 124 - REQUERIMENTO Nº 662 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alexandre Guimarães, ex-diretor de benefícios e ex-diretor de integridade, governança e gerenciamento de riscos do INSS." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 125 - REQUERIMENTO Nº 778 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alexandre Guimarães, ex-





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretor de Benefícios e de Integridade, Governança e Gerenciamento de Riscos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 126 - REQUERIMENTO Nº 952 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Alexandre Guimarães, apontado como sócio da Vênus Consultoria Assessoria Empresarial S.A." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 127 - REQUERIMENTO Nº 41 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Giovanni Batista Fassarella Spiecker, Ex-coordenador-geral de suporte ao atendimento ao cidadão do INSS." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 128 - REQUERIMENTO Nº 429 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Giovanni Batista Fassarella Spiecker, ex-Diretor-substituto de Benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 129 - REQUERIMENTO Nº 464 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Giovanni Batista Fassarella Spiecker, diretor-substituto de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 130 - REQUERIMENTO Nº 772 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Giovanni Batista Fassarella Spiecker, ex-diretor substituto de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 131 - REQUERIMENTO Nº 810 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Giovanni Batista Fassarella Spiecker, ex-Diretor substituto de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 132 - REQUERIMENTO Nº 898 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Giovanni Batista Fassarella Spiecker, ex-diretor substituto de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 133 - REQUERIMENTO Nº 112 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Sebastião Faustino de Paula, ex-Diretor de Benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 134 - REQUERIMENTO Nº 811 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Eli Cohen, advogado responsável pelas investigações particulares iniciais que culminaram na deflagração da Operação da Polícia Federal "Sem desconto"." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 135 - REQUERIMENTO Nº 883 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Eli Cohen, advogado responsável pelas investigações particulares iniciais que culminaram na deflagração da Operação da Polícia Federal "Sem desconto"." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 136 - REQUERIMENTO Nº 574 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), ex-presidente e ex-diretor de Benefícios do INSS." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 137 - REQUERIMENTO Nº 928 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Lindolfo Neto de Oliveira Sales, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 138 - REQUERIMENTO Nº 426 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia, ex-presidente do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 139 - REQUERIMENTO Nº 890 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 140 - REQUERIMENTO Nº 440 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Rodrigo Ortiz D'Ávila Assumpção, Presidente Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev)" **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 141 - REQUERIMENTO Nº 876 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Rodrigo Ortiz D'Ávila Assumpção, Presidente Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 142 - REQUERIMENTO Nº 882 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto, ex-presidente da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 143 - REQUERIMENTO Nº 114 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 144 - REQUERIMENTO Nº 483 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 145 - REQUERIMENTO Nº 522 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 146 - REQUERIMENTO Nº 606 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 147 - REQUERIMENTO Nº 777 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 148 - REQUERIMENTO Nº 918 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 149 - REQUERIMENTO Nº 924 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 150 - REQUERIMENTO Nº 960 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, apontado pela Advocacia Geral (AGU) como sócio-administrador da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 151 -**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 982 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Anderson Ladeira Viana, presidente da Associação de Assistência Social à Pensionistas e Aposentados - AASPA, e Sócio-Administrador da DATAQUALIFY." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 152 - REQUERIMENTO Nº 548 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Antônio Fratic Bacic, dirigente da Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 153 - REQUERIMENTO Nº 871 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antonio Fratic Bacic, signatário de acordo entre a Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 154 - REQUERIMENTO Nº 962 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Antonio Fratic Bacic, apontado pela Advocacia Geral (AGU) como sócio-administrador da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 155 - REQUERIMENTO Nº 694 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alberto Gonzaga de Lima." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 156 - REQUERIMENTO Nº 975 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Alberto Gonzaga de Lima, Advocacia Geral (AGU) como diretor da Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social - AAPPs Universo." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 157 - REQUERIMENTO Nº 666 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Altair dos Santos Lima, dirigente da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - APDAP Prev." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 158 - REQUERIMENTO Nº 755 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Altair dos Santos Lima, dirigente da Associação de Proteção e defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 159 - REQUERIMENTO Nº 51 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 160 - REQUERIMENTO Nº 470 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Aristides Veras dos Santos, ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 161 - REQUERIMENTO Nº 815 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Aristides Veras dos Santos, Secretário de Finanças (licenciado) da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 162 - REQUERIMENTO Nº 925 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 163 - REQUERIMENTO Nº 108 de 2025** que: "Requer a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 164 - REQUERIMENTO Nº 412 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (Conafer)." **Autoria:** Senador Eduardo Girão e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 165 - REQUERIMENTO Nº 535 de 2025** que: "Requer que seja convocado a prestar depoimento, perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o senhor Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares (CONAFER)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 166 - REQUERIMENTO Nº 605 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil (CONAFER), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 167 - REQUERIMENTO Nº 630 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais do Brasil – CONAFER." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 168 - REQUERIMENTO Nº 653 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares (CONAFER)." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 169 - REQUERIMENTO Nº 867 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - Conafer." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 170 - REQUERIMENTO Nº 901 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares (CONAFER)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 171 - REQUERIMENTO Nº 52 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cecília Rodrigues Mota, ex-Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN) e da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 172 - REQUERIMENTO Nº 352 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cecília Rodrigues Mota, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - AAPB." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 173 - REQUERIMENTO Nº 403 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Cecília Rodrigues Mota, advogada." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 174 - REQUERIMENTO Nº 448 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Cecília Rodrigues Mota, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 175 -**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 590 de 2025 que: "Requer a convocação da Sra. Cecília Rodrigues Mota, advogada." **Autoria:** Deputado Luiz Lima. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 176 - REQUERIMENTO Nº 766 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cecília Rodrigues Mota, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 177 - REQUERIMENTO Nº 870 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cecília Rodrigues Mota, ex-Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN) e da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 178 - REQUERIMENTO Nº 938 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cecília Rodrigues Mota, que exerceu a presidência da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN), anteriormente denominada Associação Brasileira dos Servidores Públicos (ABSP)." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 179 - REQUERIMENTO Nº 958 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Cecília Rodrigues Mota, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB) e a Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN)" **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 180 - REQUERIMENTO Nº 601 de 2025** que: "Requer que sejam convocadas a prestar depoimento, perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, as Sras. Cecília Rodrigues Mota e Maria Eudenes dos Santos, presidentes da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 181 - REQUERIMENTO Nº 117 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Claudemilson Fernandes Lima, Presidente da Asbrapi - Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 182 - REQUERIMENTO Nº 422 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Claudemilson Fernandes Lima, Presidente da Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBRAPI)." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 183 - REQUERIMENTO Nº 955 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Claudemilson Fernandes Lima, apontado pela Advocacia Geral (AGU) como Presidente da Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - Asbrapi." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 184 - REQUERIMENTO Nº 347 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Edina Costa Pinto, Presidente da Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados, Servidores e Pensionistas do Brasil (ASABASP)." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 185 - REQUERIMENTO Nº 192 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edmar Policarmo Júnior, presidente do Centro de Estudo dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas - CEBAP." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 186 - REQUERIMENTO Nº 604 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Bartolomeu Evangelista de Franca, sócio da Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (AP BRASIL), para prestar depoimento perante





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 187 - REQUERIMENTO Nº 714 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Edmilson Miguel Arcanjo Dias de Andrade, relacionado à Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas do Regime Geral da Previdência Social - AAPPS UNIVERSO." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 188 - REQUERIMENTO Nº 969 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Edmilson Miguel Arcanjo Dias Andrade, apontado pela Advocacia Geral (AGU) como sócio-administrador da Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social (AAPPS Universo)." **Autoria:** Deputado Sóstenes Cavalcante. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 189 - REQUERIMENTO Nº 617 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Felipe Macedo Gomes, ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Brasil Clube de Benefícios - ABCB." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 190 - REQUERIMENTO Nº 795 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Felipe Macedo Gomes, ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Brasil Clube de Benefícios - ABCB." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 191 - REQUERIMENTO Nº 910 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Felipe Macedo Gomes, ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Brasil Clube de Benefícios - ABCB." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 192 - REQUERIMENTO Nº 957 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Francisca da Silva de Souza, apontada pela Advocacia Geral (AGU) como sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 193 - REQUERIMENTO Nº 231 de 2025** que: "Requer a convocação das senhoras Francisca da Silva de Souza e Maria Eudenes dos Santos, Sócias Administradoras da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN), anteriormente denominada de Associação Brasileira dos Servidores Públicos (ABSP)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 194 - REQUERIMENTO Nº 693 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Gilcinea dos Santos, Presidente da Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados, Servidores e Pensionistas do Brasil - ASABASP BRASIL." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 195 - REQUERIMENTO Nº 670 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Janie Lupinhez Piva, presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios - ABCB." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 196 - REQUERIMENTO Nº 366 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Hermicesar Brilhante Palmeira, dirigente e sócio da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 197 - REQUERIMENTO Nº 973 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Jose Hermicesar Brilhante Palmeira, apontado pela Advocacia Geral (AGU) como dirigente da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - Ambec." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 198 - REQUERIMENTO Nº 354 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Hermicesar Brilhante Palmeira, presidente da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 199 - REQUERIMENTO Nº 933 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor José Lins de Alencar Neto, sócio das empresas procurador da AAPB(Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil)" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 200 - REQUERIMENTO Nº 967 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. José Lins de Alencar Neto, apontado pela Advocacia Geral (AGU) como sócio-administrador da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - AAPB." **Autoria:** Deputado Sóstenes Cavalcante. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 201 - REQUERIMENTO Nº 357 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Luciene de Camargo Bernardo, dirigente e sócia da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 202 - REQUERIMENTO Nº 968 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Luciene de Camargo Bernardo, apontada pela Advocacia Geral (AGU) como sócia-administradora da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - Ambec." **Autoria:** Deputado Sóstenes Cavalcante. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 203 - REQUERIMENTO Nº 343 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marci Eustaquio Teodoro, presidente da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB)." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 204 - REQUERIMENTO Nº 627 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marci Eustaquio Teodoro, presidente da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB)." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 205 - REQUERIMENTO Nº 206 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marci Eustaquio Teodoro e da Sra. Maria das Graças Ferraz, dirigentes da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 206 - REQUERIMENTO Nº 966 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Marci Eustaquio Teodoro, apontado pela Advocacia Geral (AGU) como Presidente da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos - Unaspub." **Autoria:** Deputado Sóstenes Cavalcante. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 207 - REQUERIMENTO Nº 355 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcos José Lins Moura Santos, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social - AAPPS UNIVERSO." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 208 - REQUERIMENTO Nº 524 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcos José Lins Moura Santos, presidente da Associação dos Aposentados Pensionistas dos Regimes Geral e Próprio de Previdência Social (Universo)." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 209 - REQUERIMENTO Nº 660 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcos Jose Lins Moura Santos, Presidente da Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social (AAPPS





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

UNIVERSO)." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 210 - REQUERIMENTO Nº 965 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Marcos José Lins Moura Santos, apontado pela Advocacia Geral (AGU) como presidente da Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social - AAPPS Universo." **Autoria:** Deputado Sóstenes Cavalcante. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 211 - REQUERIMENTO Nº 452 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Lins Moura Santos, Presidente da Associação dos Aposentados Pensionistas dos Regimes Geral e Próprio de Previdência Social (Universo)." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 212 - REQUERIMENTO Nº 593 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria das Graças Ferraz, sócia da União Nacional de Auxílios aos Servidores Públicos - UNASPUB." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 213 - REQUERIMENTO Nº 607 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria das Graças Ferraz, dirigente da União Nacional de Auxílios aos Servidores Públicos - UNASPUB." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 214 - REQUERIMENTO Nº 919 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria das Graças Ferraz, relacionada à União Nacional de Auxílios aos Servidores Públicos - UNASPUB." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 215 - REQUERIMENTO Nº 961 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria das Graças Ferraz, apontada pela Advocacia Geral (AGU) como sócia-administradora da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos - UNASPUB." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 216 - REQUERIMENTO Nº 711 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria Eudenes dos Santos, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 217 - REQUERIMENTO Nº 768 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria Eudenes dos Santos, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 218 - REQUERIMENTO Nº 956 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria Eudenes dos Santos, apontada pela Advocacia Geral (AGU) como sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 219 - REQUERIMENTO Nº 868 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria Ferreira da Silva, sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - AAPB." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 220 - REQUERIMENTO Nº 971 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria Ferreira da Silva, como presidente, entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022, da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 221 - REQUERIMENTO Nº 552 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria Inês Batista de Almeida, presidente da Associação de Benefícios Mútuos dos Empregados da Caixa Econômica Federal - Ambec." **Autoria:** Deputado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 222 - REQUERIMENTO Nº 764 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria Inês Batista de Almeida, presidente da Associação de Benefícios Mútuos dos Empregados da Caixa Econômica Federal - Ambec." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 223 - REQUERIMENTO Nº 929 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria Inês Batista de Almeida, presidente da Associação de Benefícios Mútuos dos Empregados da Caixa Econômica Federal - Ambec." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 224 - REQUERIMENTO Nº 760 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria Liduína Pereira de Oliveira, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB)." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 225 - REQUERIMENTO Nº 963 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria Liduína Pereira de Oliveira, apontada como presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - AAPB." **Autoria:** Deputado Sóstenes Cavalcante. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 226 - REQUERIMENTO Nº 594 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria Luiza Ferreira de Abreu, Presidente da Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas - CAAP." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 227 - REQUERIMENTO Nº 687 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria Luiza Ferreira de Abreu, presidente Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas - CAAP" **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 228 - REQUERIMENTO Nº 939 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcos José Bulgarelli, dirigente do Sindicato dos Aposentados e Pensionista (SINDNAPI)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 229 - REQUERIMENTO Nº 360 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Marilisa Moran Garcia, dirigente e sócia da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 230 - REQUERIMENTO Nº 750 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Marilisa Moran Garcia, presidente da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 231 - REQUERIMENTO Nº 964 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Marilisa Moran Garcia, apontada pela Advocacia Geral (AGU) como sócia-administradora da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC." **Autoria:** Deputado Sóstenes Cavalcante. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 232 - REQUERIMENTO Nº 367 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Baptista de Souza Filho, diretor-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 233 - REQUERIMENTO Nº 421 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Baptista de Souza, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI)." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 234 - REQUERIMENTO Nº 669 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Baptista de Souza, presidente da Sindicato Nacional dos Aposentados,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pensionistas e Idosos - SINDNAPI." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 235 - REQUERIMENTO Nº 754 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Baptista de Souza Filho, diretor presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi)." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 236 - REQUERIMENTO Nº 812 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi)." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 237 - REQUERIMENTO Nº 423 de 2025** que: "Requer a convocação do Presidente do Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP)." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 238 - REQUERIMENTO Nº 667 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Raimunda Cunha, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil – AAPB." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 239 - REQUERIMENTO Nº 688 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Raimunda Cunha, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil – AAPB." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 240 - REQUERIMENTO Nº 934 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Raimunda Cunha, dirigente da AAPB (Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil)" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 241 - REQUERIMENTO Nº 972 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Raimunda Cunha, apontada pela Advocacia Geral (AGU) como sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - AAPB." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 242 - REQUERIMENTO Nº 749 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Valdira Prado Santana Santos." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 243 - REQUERIMENTO Nº 796 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Valdira Prado Santana Santos, dirigente da AAPPS Universo, ou Universo Associação de Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 244 - REQUERIMENTO Nº 974 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Valdira Prado Santana Santos, apontada pela Advocacia Geral (AGU) como sócia-administradora da Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social (AAPPS Universo)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 245 - REQUERIMENTO Nº 609 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Warley Martins Gonçalves, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 246 - REQUERIMENTO Nº 118 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Carlos de Jesus, Presidente da Apdap Prev - Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **ITEM EXTRAPAUTA 247 - REQUERIMENTO Nº 345**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. José Carlos de Jesus, Presidente da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (APDAP PREV)." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **ITEM EXTRAPAUTA 248 - REQUERIMENTO Nº 686 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Carlos de Jesus, Presidente Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - APDAP PREV." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **ITEM EXTRAPAUTA 249 - REQUERIMENTO Nº 959 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. José Carlos de Jesus, apontado pela Advocacia Geral (AGU) como Presidente da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - APDAP PREV." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **3ª Parte - Eleição. Finalidade:** Eleição do Vice-Presidente. **Resultado:** Eleito para o cargo de Vice-Presidente da CPMI, por aclamação, o Deputado Duarte Jr. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/08/26>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia, senhores, bom dia, senhoras.

Peço a gentileza de ocuparem os seus lugares para darmos início aos nossos trabalhos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS 2025, que se realiza nesta data, 26 de agosto de 2025.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da primeira reunião, realizada em 20/08/2025.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, em primeiro lugar, sejam muito bem-vindos a esta Comissão que hoje o Brasil olha com profundo senso de esperança em nosso trabalho e no combate à impunidade em nosso país.

É com um senso de responsabilidade que abrimos os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que irá investigar as fraudes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O nosso trabalho não é simples, devemos apurar com cautela e coragem todos os responsáveis pelos desvios nas aposentadorias e pensões, devemos igualmente apontar meios para que esse tipo de prática nunca mais ocorra. Estou seguro, porém, de que as colegas e os colegas aqui presentes estão à altura desse desafio.

Antes de mais nada, gostaria de assegurar que os trabalhos desta Comissão estarão muito além de qualquer embate político ou ideológico, o nosso compromisso é com a verdade para o povo brasileiro, o nosso empenho é com a transparência acima de qualquer interesse.

Senhoras e senhores, as investigações da Polícia Federal e da Controladoria Geral da União indicam desvios da ordem de R\$6,3 bilhões ocorridos entre 2019 e 2024.

Esses são valores retirados das mesas de jantar de milhares de aposentados brasileiros, da sobrevivência daqueles que trabalharam uma vida toda ou não puderam trabalhar e que dependem da previdência brasileira. São recursos escassos de pensionistas que contam com cada centavo no final do mês. Quem de nós aqui não tem na família um pai, uma mãe, uma pessoa querida que viva da aposentadoria e que passe dificuldades todos os meses, para conseguir fechar as contas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não podemos permitir que fraudes ocorram em nosso país, especialmente na previdência social. Para tanto, devemos nos comprometer com um trabalho de investigação profundo e apartidário.

Este é um convite, um clamor que faço a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras: vamos trabalhar pela investigação e por respostas ao nosso país. Nós Parlamentares não podemos fazer parte de uma minoria privilegiada, inconsciente dos seus compromissos com os cidadãos brasileiros. O mínimo que a população espera de nós é seriedade, comprometimento, isenção e, com certeza, trabalho duro.

Nobres colegas Senadores, nobres colegas Deputados, os primeiros requerimentos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito serão votados ainda hoje. Também teremos a oportunidade de discutir, nesta manhã, detalhes do plano de trabalho que será apresentado pelo Deputado Alfredo Gaspar, Relator desta Comissão, homem experiente, oriundo do Ministério Público, que sabe o tamanho do desafio e da responsabilidade que temos.

Pretendemos aqui realizar o trabalho ao mesmo tempo extenso e ágil. Buscaremos entender o mecanismo das fraudes, as pessoas e os interesses envolvidos, as falhas no sistema. Mais importante: procuraremos compreender amplamente esse verdadeiro roubo aos aposentados e pensionistas, independentemente do período investigado. Todos os governos serão alvo de nossa apuração. O que está em jogo é o fim da impunidade que assombra o nosso país.

Quero, mais uma vez, agora como Presidente já da Comissão... Primeiramente, eu tenho um compromisso, tanto com o Governo atual quanto com a oposição, com os partidos, de nós darmos previsibilidade aos trabalhos desta Comissão. Aqui não haverá surpresas nem para um lado, nem para o outro. Nós estaremos sempre trabalhando com a maior transparência possível, mas também com a maior agilidade necessária, para que a gente chegue a bom termo em nossa CPMI.

Procuró sempre... É a minha trajetória nesses anos em que estou no Senado, em que aprendi muito com várias das figuras que estão aqui, tanto da Câmara quanto do Senado, homens e mulheres que, há anos, exercem aqui o papel de Parlamentares e que hoje conhecem em profundidade a política do nosso país. Minha posição é sempre de diálogo, de buscarmos o entendimento no interesse da população brasileira.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, senhores, fui eleito com quase 3,6 milhões de votos no Estado de Minas Gerais. Milhões desses votos são aposentados e pensionistas que confiaram em me dar a responsabilidade de ser um Senador da República. E hoje eu sei do tamanho da nossa empreitada, mas principalmente do quanto nós vamos trabalhar.

Sei que os embates são naturais, sei que cada posição aqui será colocada com firmeza, mas também serei firme o suficiente para permitir que todos sejam ouvidos, que os tempos sejam respeitados e que haja igualdade entre todos os pedidos, requerimentos e posicionamentos.

Nós temos um trabalho, e a população nos observa e espera resultados. Nossa missão é árdua, mas estou absolutamente confiante de que, ao final do nosso encargo, teremos claras as responsabilidades de cada um dos envolvidos neste escândalo. Vamos, portanto, ao trabalho.

E, se me permitem, dentro da minha fé, pedir àquele que é senhor de todas as coisas, alguns que chamam de Deus, outros têm outros nomes, mas aquele que é criador de tudo que nos dê sabedoria e que nos dê a capacidade de respeitar os votos que nós tivemos.

Muito obrigado.

Senhores, vamos ao plano de trabalho aqui, a segunda parte da nossa reunião.

Nós, primeiramente, por acordo... Já quero confirmar com os representantes do Governo, Deputado Pimenta, Senador Marinho, se podemos proceder à escolha do Vice, como estava previsto, por acordo nesta reunião. Concorda, Senador?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. *Fora do microfone.*) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Há um consenso em o nome do Deputado Federal Duarte Jr. para ser o Vice-Presidente desta Casa. Será uma votação simbólica para que já tenhamos todo o quadro já representado.

Os Parlamentares – Senadores, Deputados e Deputadas, Senadoras – que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado.

O Deputado Duarte Jr. será o Presidente desta Comissão. (*Palmas.*)

Passo de imediato a palavra ao Relator, o Deputado Alfredo Gaspar, para a apresentação do relatório de trabalho. (*Pausa.*)

Só um minuto, o senhor me permite?

Com a palavra o Deputado Duarte Júnior.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Pela ordem.) – Primeiramente, quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui, não só representando o povo do Estado do Maranhão, os consumidores maranhenses, mas todos os brasileiros e brasileiras, em especial os aposentados.

Quero aqui agradecer tanto à oposição como ao Governo pela confiança e por encontrar em meu nome um nome de razoabilidade, um nome que vá ter a isenção técnica e a certeza de que nós não estamos aqui para conservar bandidos de estimação. Nós estamos aqui para investigar, nós estamos aqui para dar a resposta devida, doa a quem doer. Não importa se quem cometeu crimes é da direita ou da esquerda; se cometeu crimes, cabe a nós investigar e garantir a punição.

Por essa razão, aqui eu quero salientar uma passagem bíblica, Presidente, que está no Livro do Evangelho de Mateus, 13,24, que cabe a nós diferenciar o joio do trigo. Assim como numa colheita, aqui na humanidade, aqui nesta CPMI, a gente tem pessoas de vários tipos. Tem pessoas que pensam ideologias diferentes, pessoas que defendem coisas diferentes, e cabe a nós fazer a distinção. Tem gente boa em tudo que é lugar. Tem gente boa na esquerda, tem gente boa na direita, assim como tem criminosos que estão na direita e estão na esquerda. E é por essa razão e nesse sentido que eu quero agradecer e reafirmar aqui o compromisso que, como Vice-Presidente desta CPMI, nós temos um lado, o lado dos aposentados. E nós vamos nos dedicar ao máximo, colaborar com os trabalhos para garantir que esses aposentados possam ter os valores que lhes foram roubados restituídos, devolvidos. E vamos além. Muitos desses crimes que são praticados não só por meio das estruturas do INSS, mas também por meio de instituições financeiras são praticados por lacunas legislativas, e nos cabe apresentar uma regulamentação para proteger o consumidor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No INSS, a gente tem a noção do valor que foi roubado. Mas e os empréstimos consignados? Que são derivados de autorização do Banco Central desde 2019, que autorizam instituições financeiras a descontar do consumidor, sem ciência, sem anuência, valores que ultrapassam aquilo que nós conhecemos. São R\$50 por mês, R\$100 por mês, às vezes R\$10 por mês. São valores bilionários. E é por essa razão que eu quero aqui pedir um esforço de cada Parlamentar, que tem, claro, a sua ideologia, mas que nessa CPMI a gente possa deixar a ideologia um pouco de lado e focar nas pessoas. Assim como preceitua a Constituição Federal de 1988, no parágrafo único do art. 1º, o poder emana do povo e cabe a nós, ao exercer esse mandato, esse instrumento de representação, olhar para o povo, olhar para as pessoas.

Portanto, muito obrigado àqueles que representam o Governo, muito obrigado àqueles que representam a oposição, pelo voto de confiança. Vamos juntos garantir mais respeito e garantir o direito dos aposentados do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Duarte Jr.

Duas orientações aqui importantes: a primeira delas é que nós vamos abrir a lista de oradores para os próximos 30 minutos. Nós vamos sempre trabalhar desta forma: todas as vezes que iniciarmos uma sessão, 30 minutos para as inscrições de oradores. Dos requerimentos que forem comuns, e nós daremos, nominaremos todos os Parlamentares que fizeram o mesmo requerimento, por regra, o que já está estabelecido em outras CPLs, o primeiro requerente será o primeiro a falar logo depois de um depoimento de uma testemunha ou de um investigado. Isso já está bem claro. E eu vou pedir aos senhores que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, os outros terão que entrar na lista de inscrição para poder falar.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Trovão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Eu só gostaria de saber como vai funcionar exatamente a lista, porque, por exemplo, às 7h30 da manhã eu já estava aqui em Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... esperando para dar presença e, consequentemente, assinar, só que da Secretaria não tinha ninguém aqui. O Senador Izalci deixou uma lista ali, que a gente fez, inclusive, na última.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu queria saber como que nós vamos proceder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O procedimento, Deputado – obrigado pela pergunta –: aberta a sessão, nós teremos as inscrições por 30 minutos, para que a gente possa... por 30 minutos. E aí todos os inscritos terão direito de falar durante a sessão da CPMI.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É feita...

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Eu já quero fazer a minha inscrição, Presidente. Não sei como vai ser, mas quero já pedir a minha inscrição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, essa inscrição já foi feita. Aliás, o Izalci é o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Hoje, inclusive, não há previsão... Eu estou abrindo, por uma deferência, a todos os Parlamentares. Hoje o dia seria apenas para votarmos requerimento.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Um momento, um minutinho. Vamos dar pela ordem a cada um.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pela ordem, Presidente. Eu queria me inscrever pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senador Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Srs. Senadores, rapidamente aqui, eu vou falar bem rápido aqui. Eu tentei me inscrever também e estou... eu vou aceitar a argumentação e a forma regimental que V. Exa. vai instituir.

Como, certamente, eu vou falar um pouco depois, eu quero desejar ao nosso Vice-Presidente, a V. Exa. e ao Relator um trabalho excepcional, isento, e que nós tenhamos o cuidado aqui de nos munirmos, todos nós, dos argumentos técnicos e das condições reais para nos pronunciarmos.

Por exemplo, eu quero fazer um pequeno reparo, Sr. Relator. Os empréstimos consignados desde 2003 estão autorizados; não foi em 2019. E tem inclusive uma lei chamada Lei 10.820. Então, assim, nós temos que ter o cuidado aqui de buscarmos quem de fato fraudou a previdência...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, pela ordem, não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... e quem de fato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, vamos seguir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante. Deixem... Senhores, senhores... Deputada Eliziane, Senador Rogerio...

Senadora Eliziane, todos falarão pela ordem. Todos falarão pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante... Deixem-me... Senhores, senhores...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vamos seguir o rito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputada Eliziane, Senador Rogerio...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Então, eu vou aguardar. Estou inscrito e vou aguardar. Está feito aqui...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É porque senão a gente entra na discussão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senadora Eliziane, todos falarão pela ordem – todos falarão pela ordem.

Eu peço que os colegas respeitem a fala do outro; se não, numa sala cheia dessas, se a gente começar a interromper, nós não vamos chegar a lugar algum, vamos ficar aqui a manhã toda inutilmente.

Peço a gentileza aos Srs. Parlamentares de que a gente siga as regras do Parlamento.

Senador Marinho, para encerrar, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não, agradeço a V. Exa.

É apenas uma contribuição aqui para o debate e dizer a V. Exa. que nós vamos aguardar da maneira como nós estaremos aqui inscritos, e, oportunamente, vou utilizar aqui o espaço como...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... democraticamente todos nós iremos fazer, oportunamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Pela ordem, Senadora Eliziane Gama; em seguida, Deputado Mário Heringer.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, só um minutinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só para dizer que pela ordem é pela ordem, para a gente não entrar na discussão, senão atrapalha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Isso. Obrigado, Senadora.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas eu fiz um registro de uma questão de ordem que, aliás, é sobre as regras de procedimento. Se V. Exa. permitir que eu já faça essa questão de ordem, que é referente às regras de procedimento, às regras de votação, seguindo, por exemplo, o rito que nós temos hoje tanto no Regimento Comum quanto no Regimento do Senado e no da Câmara, que é seguir a ordem daqueles...

Eu já posso, então, remeter, Presidente, com a permissão de V. Exa. essa questão de ordem? Porque eu acho que é pertinente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Senadora. É o próximo tema, inclusive.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A nossa próxima pauta é a questão das regras da CPMI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Para questão de ordem.) – Porque, veja, Presidente, nós temos uma série de requerimentos. O Relator apresentou aí, inclusive – é claro, dentro da prerrogativa dele –, uma série de requerimentos.

A minha sugestão dessa regra de procedimento é que a gente faça um acordo para que aqueles requerimentos que fossem consenso do Plenário a gente votasse em bloco, e aqueles que não fossem consenso a gente votasse de forma individualizada, dando oportunidade para que cada Parlamentar possa, na verdade, proceder ao seu voto. Eu acho que isso agiliza e, ao mesmo tempo, também garante as prerrogativas individuais de cada um dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Acolho a questão de ordem, e a discutiremos após a apresentação das regras da CPMI.

Mas o caminho é exatamente este: os requerimentos em que houver consenso votaremos em bloco; nos que não houver, nós vamos colocar ao escrutínio de cada um dos Parlamentares.

Deputado Mário Heringer, de Belo Horizonte.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG. Pela ordem.) – Presidente, bom dia. Bom dia a todos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão é a seguinte: o senhor abriu a orientação para a gente com relação à inscrição para pronunciamentos. Tudo bem, está compreendido daqui para frente, mas, quando chegamos, tinha uma lista sobre a mesa, na qual nós fizemos as nossas inscrições. Eu gostaria de saber do senhor qual é o procedimento que nós vamos ter a partir de agora com relação a essa lista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Pela ordem, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Bem, uma das questões era se essa lista hoje será também acatada – já foi feita essa observação.

A outra observação, Presidente, é que nós votaremos hoje requerimentos apenas do Relator. Então, outros requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, Senador. Nós votaremos hoje todos os requerimentos que têm consenso, que foram pedidos por vários Parlamentares.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É porque, na lista de hoje, estavam apenas os do Relator, não? Na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, na pauta, foram colocados os requerimentos a pedido do Relator, mas, na hora da leitura dos requerimentos, serão lidos todos os nomes dos Parlamentares que fizeram o requerimento idêntico...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Destes requerimentos que foram do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – De todos eles. Eu quero que, em todo requerimento, cada Parlamentar saiba que foi colocado aqui o nome dele para que a gente dê sequência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Tá.

A questão que eu pergunto a V. Exa. é: os autores que também foram autores desses requerimentos também terão a prioridade na fala quando forem inquirir os convidados? Porque





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senão fica apenas o Relator para fazer a inquirição, e os outros que fizeram os requerimentos também, qual a ordem que ficaria, como é que o senhor está prevendo isso?

Se isso for para ser discutido, Presidente, depois da apresentação do relatório, não tem problema, fazemos o debate depois, mas era apenas para colocar essa questão para que a gente discuta então esse funcionamento após a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Paulo Pimenta, pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sr. Relator, quando eu cheguei hoje, Presidente, também era antes das 8h30, e, de fato, havia uma lista...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já sobre a mesa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... sobre a mesa.

Eu me dirigi à Secretaria e fui informado que, na realidade, como a gente ainda não tinha votado os procedimentos, os Parlamentares que chegaram antes fizeram essa lista, e acabou que a lista ficou uma lista que todo mundo foi chegando e foi assinando.

Eu entendo que ocorreu isso hoje porque ainda não havia uma regra clara.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como V. Exa. já disse, pretende abrir as inscrições meia hora antes dos trabalhos. Portanto, eu entendo que, a partir da próxima sessão, se a reunião for às 9h, formalmente vai estar aberta às 8h30 – não adianta chegar às 7h ou às 7h30, vai abrir é às 8h30.

Segunda questão: uma coisa é um requerimento ser assinado por vários Parlamentares, o mesmo requerimento; outra coisa são vários requerimentos apresentados individualmente por cada Parlamentar. Pelo que eu entendi da manifestação de V. Exa., seria considerada a fala do Relator e, depois, só o primeiro Parlamentar que apresentou o requerimento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem sido assim nas CPIs, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Os demais Parlamentares, mesmo que tenham apresentado de forma individual, não seriam considerados autores. Essa, pelo que eu entendi, sempre foi a sua...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, serão todos autores, só não terão, na sequência das falas após o depoimento, a primazia – aquele que foi o primeiro, falar. Mas eu coloco também... Vamos colocar em votação, porque, se for interessante, nós colocamos todos os Parlamentares. Não vejo problema algum.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, só estou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E nós damos sequência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu acho que o importante é que a gente combine...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esclareça. Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e aquilo que ficar combinado...

Então, na interpretação exposta por V. Exa., seria só o primeiro – o primeiro que protocolou a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente. E depois os demais já inscritos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Os demais estariam na lista, junto com os demais Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – sem precedência pelo fato de terem sido autores ou não. Essa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. É isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É isso que eu entendi...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... da sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O posicionamento é esse, mas vou fazer uma proposição aqui à CPMI: como hoje é o nosso primeiro dia e a regra não estava clara, eu proponho que nós sigamos a lista que já estava aberta aqui e que, na próxima sessão, a lista de inscrições seja aberta meia hora antes do início da CPMI e encerrada meia hora depois do início das sessões. Os senhores concordam? Há unanimidade? *(Pausa.)*

Então está definida a nossa colocação.

Eu vou passar a palavra ao Relator, porque a questão das regras eu gostaria já de votar, mas vamos dar sequência no plano de trabalho. Logo em seguida a gente vê isso.

Vou passar a palavra ao Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Se V. Exa. permite, é uma rápida... É um rápido pela ordem, só para esclarecimento da parte de V. Exa. sobre a condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – V. Exa. passará para o Sr. Relator a palavra agora para a apresentação do plano de trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou passar... Antes de passar para ele, Senador, eu já ia colocar isto para a Comissão. Eu conversei com o Deputado Paulo Pimenta, pelo Governo, conversei com o Rogerio Marinho: não há previsão regimental para votação de plano de trabalho, mas... Não há, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Há uma divergência, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, mas o que é que nós vamos fazer? Ele vai ler...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – E, se o senhor me permite, uma questão de ordem nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Ele vai ler o plano de trabalho. Eu vou suspender a sessão por algum tempo, para que todos possam ler e nós buscarmos o consenso nas sugestões tanto do Governo quanto do Relator e fazermos um plano de trabalho conjunto. É isso, essa é a pretensão dessa CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Eu só quero antecipar a V. Exa. que nós, em questão de ordem – aí, eu não estou aqui apresentando a questão de ordem, mas em questão de ordem –, inclusive, conforme a literatura comparada de outras Comissões Parlamentares de Inquérito – e suscito, em destaque, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do 8 de Janeiro –, arguimos e requeremos a necessidade de apreciação do plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, eu recolho a questão de ordem de V. Exa. Daremos uma resposta definitiva após a leitura do plano de trabalho pelo Relator. Uma tentativa de consenso. Caso não exista, nós então passaremos à definição por essa Presidência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, era possível, Sr. Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Só para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Só para contraditar e tornar melhor aqui o debate.

Veja, o Líder Randolfe, apresenta uma questão de ordem e ele chama de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. *Fora do microfone.*) – Ainda não foi apresentada.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Anuncia a possibilidade ou apresentou?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A questão de ordem dele já foi recolhida, Senador Randolfe. Nós vamos dar... Essa Presidência dará uma resposta final.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não, é porque eu achei o argumento, assim, inusitado: é literatura comparada? Como é que foi o nome?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Literalidade comparada?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – É, pode chamar jurisprudência também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É porque ele é historiador e segue as regras da história.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Só que eu tenho alguma dificuldade de compreensão, obrigado.

Agora eu quero dizer a V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, a gente só precisa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senadora Eliziane, só um minutinho, por favor. A senhora, quando falar, eu vou pedir que todos respeitem a sua fala, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Não, é só o plano...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Nós estamos vivendo um momento que se chama democracia relativa, justiça relativa. Então, dentro do nosso Regimento está-se falando especificamente que o que é posto em votação são proposições. Plano de trabalho não é proposição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não é proposição, é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador... Senhores...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... é uma discricionariedade do Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Mas, como a gente está vivendo a relatividade, pode ser que a gente encontre uma forma...

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – Nosso trabalho é proposição, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, nós caminharemos... Essa Presidência decide que o Relator irá ler o plano de trabalho, posteriormente suspenderemos a sessão para que os dois lados possam avaliar e sugestões serem apresentadas. Se não houver consenso, essa Presidência responderá à questão de ordem aceita a pedido do Senador Randolfe.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, é possível...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com a palavra o Presidente... Senhores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Só uma questão...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É possível distribuir para nós, desse lado, a proposta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Claro, claro que sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só queremos a cópia, Presidente. Somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Será providenciada uma cópia para cada um dos Parlamentares.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Para que a gente possa acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, enquanto está sendo distribuído o plano de trabalho, eu quero primeiro agradecer a Deus essa oportunidade

(Soa a campanha.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – ... agradecer a V. Exa. a nossa escolha...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Me dê um instantinho só. Eu vou pedir aos assessores que estão aqui acompanhando os Parlamentares para colaborarem, por favor, no silêncio. E quero também fazer um alerta aos senhores jornalistas que cobrem aqui a CPMI, de que toda e qualquer informação particular dos Parlamentares – seja em telefone celular, seja em computadores, seja em relatórios – está preservada por sigilo de lei.

Os veículos de comunicação – porque nós já tivemos essa experiência – que publicarem informações particulares em telefones, computadores ou relatórios fotografados nessa Comissão Parlamentar de Inquérito terão a sua credencial suspensa. Peço a colaboração dos senhores no respeito a esse princípio e na liberdade dos Sr. Parlamentares de trabalharem nessa Comissão.

Senador.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Dando continuidade, Sr. Presidente, quero agradecer a confiança do meu partido, na pessoa do Presidente Antonio Rueda, do Líder Pedro Lucas.

Quero agradecer também, e não poderia deixar de registrar meu agradecimento, ao Senador Rogerio Marinho, ao Deputado Marcel van Hattem, ao Deputado e Líder Sóstenes, à Deputada Bia Kicis e à Deputada Adriana Ventura, que, desde o primeiro instante, acreditaram nessa relatoria e me incentivaram a assumir essa função. Em nome deles, quero saudar a todos que, confiando na democracia, elegeram o Presidente Carlos Viana como nosso líder na condução dos trabalhos.

Mas não poderia deixar aqui de fazer um agradecimento e um reconhecimento especial. Eu quero dizer que a esta Casa eu cheguei oriundo do Ministério Público e pensei em conhecer pessoas que teriam muito pouco a me acrescentar, e estava redondamente enganado. Conheci homens e mulheres muito honrados também. Evidentemente, somos um retrato da sociedade. Aqui tem todas as representações.

Mas, infelizmente, pela não escolha consensual da Presidência, nós tivemos uma eleição com algumas surpresas, e já estava declinado o nome de uma dessas pessoas, que eu reputo um homem decente, honrado, e quero aqui fazer esse reconhecimento, que é o Deputado Ricardo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ayres, que antes estava designado Relator. Deputado Ricardo Ayres, quero que o senhor saiba da minha consideração e da minha admiração.

Também gostaria de deixar aqui registrado, no início desses trabalhos, a grandeza e o esforço de três Parlamentares para que esse momento acontecesse: Deputada Coronel Fernanda, Senadora Damares e Deputado Coronel Chrisóstomo, que lutaram muito pela instalação da Comissão de Inquérito, e aqui estamos nós.

E vi, nesses últimos dias – e fui muito bombardeado –, que o Relator é de direita. Sou de direita com muito orgulho. Tenho uma história limpa, uma história decente e de trabalho pela justiça. Tenho minhas preferências políticas? Claro que tenho, como todos os senhores e as senhoras as têm. Aqui não existe ninguém imparcial no âmbito político. Vamos deixar isso bem claro. O que nós vamos medir é se as nossas preferências políticas, se as nossas divergências ideológicas irão atrapalhar no que interessa: a busca da verdade, diante dos fatos e dos documentos. Passei 24 anos no Ministério Público e, graças a Deus, tive a oportunidade de entrar e sair pela porta da frente.

Quando V. Exas. escolheram o Presidente, e o Presidente me indicou, os senhores não estavam aqui escolhendo um Deputado estrela, um Deputado dos holofotes, mas também não é um Deputado que está em lista de empreiteira nenhuma, não é um Deputado que desonrou nunca a sua história de vida.

Passei a ter muito cuidado nas minhas palavras, porque, antes de ser Relator, eu era membro da CPMI, da oposição.

Passei a ter muito cuidado nas minhas palavras, porque, antes de ser Relator, eu era membro da CPMI, da oposição. E, como membro da CPI, eu tinha todo o direito de expor as minhas preferências. Como Relator, eu tenho a obrigação de seguir aquilo que a coerência dos fatos impede. Portanto, eu reconheço, eu estou aqui porque a oposição lançou um candidato alternativo e esse candidato, de forma legítima, ganhou e me escolheu, mas o meu compromisso com um trabalho sério, técnico e com a justiça é muito maior do que qualquer preferência política.

O Presidente Jair Bolsonaro, na semana anterior à escolha, com quem eu tive pouquíssimos contatos, mas eu tenho consideração – da minha parte – por ele, perguntou, por meio do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogado, se queria que eu fizesse... se permitiria que eu fizesse uma visita a ele, porque ele gostaria de me convidar para uma visita. E eu disse que iria com muita honra, e assim foi feito o pedido. Depois, eu fui escolhido como membro da CPMI e depois como Relator. Eu quero dizer que estou declinando desse convite para manter a imparcialidade dos trabalhos, mas que me senti honrado com ele.

Olha, não conheço o Lula, tenho pouco conhecimento com o Bolsonaro. Não quero mal nenhum ao Governo, mas aqui no meu relatório não haverá protegidos nem perseguidos. Eu estarei aqui para cumprir o rito da investigação. Quem meteu a mão no dinheiro do povo sofrido brasileiro não perguntou a mim se era conveniente. Também ninguém vai ter o direito de dizer: "Olha, poupe o fulano ou persiga o sicrano".

Eu li os requerimentos de convocação e das quebras de sigilo, e a situação e a oposição irão ajudar muito na condução desse relatório. Inclusive, foi por meio desses requerimentos que eu consegui ter uma visão muito ampla do que temos pela frente. Olha, e tem muito ladrão precisando ser trazido a público para mostrar coberturas, jatinhos, lanchas, *offshores*... Não depende de ideologia política; muita gente se aproveita da oportunidade.

Meu primeiro requerimento nesta Comissão foi convocar o irmão do Lula como membro da CPMI. Eu fiz o requerimento, mas, como Relator, eu tenho a obrigação de seguir um rito procedimental de investigação. Tudo terá o seu tempo. Foi com base nesse procedimento que eu fiz o relatório de trabalho. Portanto, os senhores não terão no relatório de trabalho uma flecha apontada para quem quer que seja. Esse relatório de trabalho busca tão somente que nós tenhamos liberdade para investigar.

Esta Comissão está muito dividida: tem uma parte da oposição e uma parte da situação. Se quiserem travar a Comissão, quem vai nos fiscalizar é o povo brasileiro, porque o povo não acredita em Comissão Parlamentar de Inquérito, o povo não acredita na classe política, o povo não acredita na nossa boa-fé. Então, nós já começamos com uma pizza pronta no imaginário popular, isso os senhores e as senhoras tenham certeza. Quem pode desmistificar isso somos nós.

Da minha parte, eu não jogarei a minha história construída com muita luta e o único patrimônio que tenho uma honra para proteger quem quer que seja. Portanto, serei duro e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

implacável com todos aqueles que cometeram crime, independente de qual Governo tenham participado.

Estou aberto a dialogar com a situação e a oposição, mas em nenhum momento venham me fazer pedido de proteção ou concessão, porque não faz parte da minha história, nem eu irei começar essa nova história hoje, aos 55 anos de idade.

Vou ler o relatório e vi uma preocupação...

Olha, o Deputado Paulo Pimenta está pedindo a disponibilização do relatório, e eu estou esperando justamente para poder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Os relatórios já estão disponíveis nos computadores dos senhores.

Aqueles que desejarem cópias impressas podem solicitar à Secretaria desta Comissão.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

Os Deputados e Senadores que desejam a cópia impressa, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – Presidente, nos computadores não está o relatório do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A Comissão... A Secretaria providenciará de imediato, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – Mas não está colocado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Solicito à Secretaria da Comissão que providencie pelo menos 15 cópias impressas para entrega aos Deputados e Senadores interessados.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – Não, tem que ser uma para cada membro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Mas aqueles...

Eu acabei de perguntar: "Quem desejar a cópia impressa, por favor, se manifeste".

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não, todo mundo tem que levantar então?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador, o senhor é da Amazônia, nós temos que pensar no desmatamento, reduzir o uso de árvores.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – Não, Presidente, por favor, eu acho que nós estamos começando a CPI, e o Estado do Amazonas é o mais bem preservado....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu sei disso, eu sei disso.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – ... eu não conheço o de Minas Gerais, mas não vou falar sobre o seu estado.

Eu apenas quero a cópia do relatório para poder acompanhar o meu dever como membro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A Amazônia é de todos nós, Senador, e Minas Gerais também.

Serão feitas cópias para todos.

Relator, com a palavra.

O SR. ALFREDO GASPARI (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Senador Randolfe, em respeito à sua questão de ordem, quero dizer a V. Exa. que, quando V. Exa. tiver acesso ao relatório, o senhor vai ver que isso vai ser matéria superada, mas estou aqui aberto... Estou aqui aberto a quaisquer sugestões que venham engrandecer o trabalho.

Nós sabemos que numa investigação não tem como prever o meio e o fim, portanto, o relatório é um plano de trabalho neste momento, que pode ser modificado a qualquer instante, porque o Colegiado é soberano.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria só relembrar a V. Exa. que, na CPI da covid, V. Exa. era Vice-Presidente – Vice-Presidente –, e na Vice-Presidência, sob sua condução, o plano de trabalho não foi submetido à votação, não, o plano de trabalho foi só lido.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Foi de... Foi, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. *Fora do microfone.*) – Foi.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, não. CPI da covid.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Relator, por gentileza.

Relator, vamos dar sequência na...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – A de 8 de janeiro foi aprovada.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Estou esperando só a distribuição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – A CPI da covid foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência.

Por gentileza, a leitura do relatório.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A CPI da covid.

Da covid... Eu estou falando...

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Deputada, eu estou falando do Senador Randolfe quando era Vice-Presidente da CPI da covid, o plano de trabalho foi submetido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Relator, a leitura do relatório, por gentileza.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu não posso começar a leitura do relatório, Sr. Presidente, sem antes haver a distribuição para os membros.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem...

Pois não...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Deputado Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem.) – Primeiro, bom dia, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Bom dia.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – ... colegas Deputados e Senadores.

Presidente, o senhor sentou nessa cadeira de modo gentil, cortês...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – ... e tem procurado conduzir a sessão dessa maneira.

O Senador Randolfe Rodrigues fez uma questão de ordem, que o senhor recolheu.

O senhor já antecipou que, no momento oportuno, vai fazer a comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Qual é o pedido de ordem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – O Relator está com a palavra para fazer a apresentação do plano de trabalho e não para responder questões anteriormente apresentadas por Parlamentares. Parece até provocação quando ele aponta para o Parlamentar e fala: "Olha, sobre aquilo que você falou...". Ele não está na condição de comentarista da reunião. Ele está na condição de Relator que vai apresentar o plano de trabalho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Presidente, eu rogo a V. Exa., que tem conduzido com paciência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – ... tranquilidade e serenidade: recomende ao Relator que apresente o plano de trabalho em vez de fazer comentários sobre falas de outros Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Orlando Silva.

Vamos à sequência.

Relator, por gentileza, a leitura do plano de trabalho.

Vamos... Nós já estabelecemos, senhores, como nós vamos caminhar, para que a gente possa ter bom termo nesta sessão.

Será feita a leitura do plano de trabalho; em seguida, nós suspenderemos a sessão para uma avaliação dos dois lados e a busca de consenso.

Por gentileza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Só uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Pela ordem, Senador Rogério Carvalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, com a *data maxima venia* ao Sr. Relator, só na oportunidade devida, para fazer a réplica devida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Só em apartada síntese.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está anotado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Na CPI da covid, foi consenso; na CPMI do 8 de janeiro, foi votado; na CPI da Braskem, foi votado. Eu posso assentar uma lista de planos de trabalho votados aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Senador Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Senador ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Quem sabe um dia. Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Senador, é só para dizer isto: na CPMI, comparando CPMI com CPMI, foi votado por 18 a 12, por exigência da oposição. Então, na época nós acatamos a exigência da oposição e votamos por 18 a 12. Se nós formos ver, portanto, o histórico... apenas que V. Exa., que vai dar o resultado, leve em consideração o que foram todas elas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu volto a pedir – eu volto a pedir – aos Srs. Deputados e Senadores o seguinte: vamos buscar o consenso. O interesse de todos nós aqui é elucidar o que aconteceu e apresentar respostas.

O plano de trabalho, naturalmente, passará pela avaliação dos dois lados, já está disponível em anexos aí do computador, será entregue uma cópia impressa a todos aqueles que desejarem.

Vamos buscar um consenso. O Relator já colocou que está disposto a aceitar sugestões, e assim nós vamos caminhar em direção ao resultado que nós esperamos.

Estamos apenas começando o nosso trabalho. Tenho certeza de que, com muita tranquilidade, com muito respeito às falas de cada um, nós chegaremos a um ótimo objetivo, teremos uma boa convivência, como mandam aqui as regras do Parlamento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para...

O nobre Deputado Orlando Silva fez uma inquirição contra o Relator que não é adequada. Ele não diz o que o Relator fala ou deixa de falar na CPMI.

Eu acho que, para o bom andamento, precisa primeiro de respeito. E, se a palavra do Relator não for respeitada, aí já começou errado.

Nós, por acordo, por obediência a um bom trabalho, aceitamos o nobre Deputado Duarte Jr. como Vice-Presidente. Então, eu vou pedir muita calma aqui aos apressadinhos da esquerda para respeitar o que for falado pelo Relator.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Onde está o desrespeito? Onde está o desrespeito?

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Orlando, por favor...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ninguém se sentou na cadeira do Presidente para impedir o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, eu vou...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Ninguém perguntou nada para você.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, obrigado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Ninguém perguntou nada para você.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só para nós sermos justos aqui, na fala, na última fala de comentário, a Senadora Eliziane Gama, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só que o senhor esclarecesse um pouquinho mais...

Só um minutinho, gente. Vamos lá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu também quero dizer que V. Exa... Todos nós conhecemos a atuação de V. Exa. aqui, no Senado.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Senhores, nós temos uma Parlamentar falando. Deputado Rogério Correia, nós temos uma Parlamentar, sua colega falando, inclusive.

Senadora Eliziane Gama, por favor.

Não, não é uma ameaça.

Senadora, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Senador Carlos Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... sobre a recomendação que V. Exa. deu à imprensa. Eu queria até iniciar também dizendo que V. Exa. tem uma postura muito equilibrada, pela trajetória, que nós lhe conhecemos. E a gente espera que, naturalmente, V. Exa. continue com essa mesma postura aqui com o Presidente, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas a sua colocação sobre a imprensa me trouxe uma certa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A gente deveria ter esclarecimento sobre isso, porque a imprensa tem a livre abertura de fazer as suas publicações e as suas divulgações. Eu acho que aqui, se alguém quer se precaver, é o Parlamentar. A gente não pode chegar e criar uma certa, eu diria, até censura ou mordada para esse jornalista.

Eu acho que o critério maior... Se o Parlamentar está tendo acesso a documento sigiloso – que aliás é o que o senhor vai explicar daqui a pouquinho –, o documento sigiloso... Você vai lá numa sala-cofre, você vê lá e faz as anotações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senadora Eliziane Gama, isso foi feito na CPI de 8 de Janeiro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, o cerceamento dessa liberdade é preocupante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Eu quero...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Até porque, Presidente... Só para eu finalizar. Até porque, quando, lá atrás, a recomendação foi dada, é porque não havia um atrelamento da divulgação desse jornalista ao seu veículo. O veículo tem responsabilidade compartilhada com o jornalista, se, eventualmente, tiver alguma informação que a gente queira questionar, que não seja real. Agora, limitar isso, pura e simplesmente, eu, até como jornalista, tenho uma preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora.

Eu vou repetir aqui a colocação seguinte – na CPI de 8 de Janeiro foi colocado esse ponto, e eu vou repetir –: as informações particulares de celulares de Parlamentares, de computadores de Parlamentares, as imagens que foram consideradas dentro da Lei de Proteção de Dados individual, se forem publicadas, levarão à suspensão da credencial do veículo de comunicação.

Eu não estou falando de dados da CPI que estarão livres e transparentes. Eu estou falando de informações que, muitas vezes... E isso é uma condição sobre que vários me procuraram: está ali com o celular, e alguém tira uma foto e publica. Isso não será permitido nesta Comissão.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, já acatei a solicitação de V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, o que é isso...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Agora o Relator.

Por gentileza...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, por gentileza – por gentileza –, vamos à leitura do plano de trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Plano de trabalho para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS.

Relator: Alfredo Gaspar.

Este plano busca consolidar...

Presidente, fica difícil, com essas conversas paralelas, fazer a leitura. Peço a V. Exa. que estabeleça o silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senadora Eliziane Gama, por gentileza, V. Exa. terá a fala em todos os momentos, mas não neste momento, para tumultuar, por favor.

Eu vou... Se for assim, eu quero evitar ter que cortar o microfone, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu só peço a fala para que depois do Relator V. Exa. conclua.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – V. Exa. já falou. V. Exa. já falou mais que todos nós aqui. Terá a fala o tempo que quiser...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... mas agora nós vamos deixar ler o relatório.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Muito obrigado, senhores.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Este plano de trabalho busca consolidar a linha de investigação, as atividades a serem desenvolvidas durante os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ó, Deputado Rogério, só um instante, porque aí V. Exa., quando é a sua vez, pede silêncio.

... durante os trabalhos da CPMI do INSS, criada em decorrência da aprovação do Requerimento Congresso Nacional nº 7, de 2025, bem como o seu cronograma.

A CPMI foi proposta com o objetivo de investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado pelo INSS, envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas, nos termos dos arts. 51 da Constituição Federal e 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

De acordo com a justificação que acompanhou o referido requerimento, esta CPMI teria por objetivo apurar as responsabilidades dos agentes públicos e das entidades associativas pelo esquema que cobrava mensalidades irregulares, descontadas dos benefícios de aposentados e pensionistas, sem a autorização deles, com estimativa de um dano inicial da ordem de R\$6,3 bilhões, segundo a Controladoria-Geral da União, contribuindo assim para a individualização das condutas com vistas à aplicação das sanções cabíveis, bem como da recuperação dos recursos desviados dos beneficiários.

As autoras do requerimento destacaram na justificação que esse montante bilionário não representa apenas um grave dano ao Erário, mas também a subtração direta...

Presidente, pede aqui um pouco de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Não permita entrar por essa porta não, por gentileza – a dos Parlamentares. Mas podem entrar e pedir para a gente...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – ... não representa apenas um grave dano ao Erário, mas também a subtração direta de renda de milhões de brasileiros que dependem do INSS para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sua sobrevivência. A maioria das vítimas são idosos e pensionistas, grupo especialmente vulnerável a práticas abusivas.

Como destacado na justificação, a magnitude e a duração do esquema apontam para uma fraude sistêmica, facilitada por fragilidades institucionais dentro do próprio INSS. O caso envolveu não apenas pessoas externas, mas também servidores públicos, inclusive o então Presidente do INSS, que foi afastado por decisão judicial e posteriormente demitido.

A investigação de uma CPMI é fundamental para identificar e corrigir essas falhas, aprimorando os mecanismos de controle e fiscalização do órgão. Conforme veiculado na imprensa, são 9 milhões de aposentados que sofreram algum desconto associativo nos últimos cinco anos. Destes, 5,2 milhões já fizeram consultas e apresentaram contestações, seja no sítio eletrônico Meu INSS, canal 135 ou na agência dos Correios.

O Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, fez a leitura do requerimento no dia 17 de junho de 2025, tendo sido efetivamente instalada a Comissão no último dia 20 de agosto de 2025.

O plano de trabalho é, por definição, um ponto de partida, uma linha inicial de investigação que, naturalmente, será incrementada e enriquecida pelos depoimentos, perícias, estudos e documentos oficiais que serão reunidos ao longo das atividades da CPMI.

Delimitação temporal.

Não obstante a profusão de notícias de que as fraudes contra aposentados e pensionistas podem ter se iniciado em 1994, com a celebração do primeiro acordo de cooperação técnica (ACT) entre uma entidade associativa e o INSS, faz-se necessário ter um horizonte factível de identificação e individualização de condutas. Para tanto, como marco temporal para investigação com resultados exitosos e sem incidência do instituto da prescrição, concentramos nossos trabalhos a partir do ano de 2015, abrangendo os Governos Dilma 2, Temer, Bolsonaro e Lula 3. A fixação desse recorte temporal responde a princípios constitucionais e processuais fundamentais, tais como a segurança jurídica, a proporcionalidade e a celeridade, uma vez que investigações sem limite temporal geram incerteza jurídica, comprometem a preservação de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

provas pela perda de memória e de documentação, consomem recursos públicos de modo desigual e podem redundar em tratamentos processuais desiguais e potencialmente abusivos.

Dos fatos.

No gráfico 1, é possível identificar uma escala de valores associativos descontados ao longo dos últimos dez anos. E aqui tem um gráfico, com a fonte do próprio INSS, a respeito desses descontos associativos – 2015 a 2025. Já expliquei a V. Exas. que nós estamos nos guiando na investigação não apenas pelos indícios, mas também pelo prazo prescricional. Então, ano de 2015, 365 milhões de descontos associativos; ano 2016, pouco mais de 418 milhões de descontos associativos; 2017, pouco mais de 469 milhões de descontos; 2018, mais de 648 milhões de descontos; 2019, pouco mais de 641 milhões de descontos; 2020, pouco mais de 521 milhões de descontos; 2021, mais de 574 milhões de descontos; 2022, mais de 782 milhões de descontos; 2023, mais de 1,296 bilhão de descontos; 2024, mais de 2,723 bilhões de descontos; 2025, interrompido em abril, mais de 885 milhões em descontos. Esse é o gráfico disponibilizado pelo INSS.

Conforme destacado pelo relatório de auditoria da CGU, a maioria das vítimas desses descontos é um grupo vulnerável a práticas abusivas: idosos e pensionistas. E esse é um dado fundamental.

A partir das entrevistas realizadas com beneficiários do INSS, verificou-se que, dos 1.273 entrevistados, 1.242, 97,6% dos entrevistados, informaram não terem autorizado o desconto. E 1.221 afirmaram – isso ainda é mais grave – não participar de associação, 95,9%, o que revela que há uma grande probabilidade de os descontos estarem sendo feitos sem a autorização devida e prévia dos beneficiários.

As entrevistas do relatório da CGU demonstram esse quantitativo de beneficiários que relatam não ter autorizado o desconto de mensalidade associativa, mesmo constando como autorizado.

E aí a quantidade de entrevistados. Vou fazer aqui apenas uma demonstração rápida. Foram entrevistados, no Acre, 53 que estão como autorizados os descontos desses aposentados ou pensionistas, e os 53 disseram que não tinham dado essa autorização, o que representa 100%.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Alagoas, no meu estado, de 50 entrevistados, 49 disseram que não tinham autorizado previamente esse desconto, 98%. Apenas por amostragem, Minas Gerais teve 77 entrevistados, e os 77 disseram que nunca tinham autorizado esse desconto, o que representa 100%. E por aí caminha essa entrevista, entre 89% a 100%, dizendo que não tinham autorizado previamente esses descontos.

Além disso, o relatório da CGU também apontou situações em que houve 50 mil inclusões por uma mesma entidade em uma única competência no final de 2022 até final de 2024. Eu nem vou ler essa parte, porque isso está demonstrado aí, mas vou deixar aqui apenas esse gráfico.

A figura 1 representa graficamente as situações de, no mínimo – olhem, de no mínimo –, 50 mil inclusões de desconto em benefícios, conforme descrito acima. No ano de 2016, teve uma situação dessa. No ano de 2017... Nós estamos falando de inclusões de 50 mil benefícios. No ano de 2017, foram para três; no ano de 2018, foram para 12; no ano de 2019, uma inclusão; em 2020, uma inclusão; em 2021, uma inclusão; em 2022, uma inclusão. Quando se fala uma inclusão, diz respeito a um bloco nesse exercício de 50 mil pessoas. No ano de 2023, teve 15 inclusões com um bloco de no mínimo 50 mil pessoas. E, no ano de 2024, 24 inclusões. Essa fonte é da CGU, controladoria-geral de investigação... Controladoria Geral da União. Desculpa.

Com efeito, deve-se ter em mente que diversas entidades eram administradas por laranjas vinculados a empresários que desviavam recursos de aposentados por meio de descontos irregulares, incluindo uma engenharia que permitia o pagamento de suborno, por meio de pessoas jurídicas, a parentes de servidores do INSS.

Segundo a investigação – coloquei aqui só como exemplo de uma dessas organizações criminosas que já estão detalhadas –, nessa engenharia, três pessoas físicas dessa organização criminosa específica tiveram um papel destacado. Uma delas, Antônio Carlos Camilo Antunes, o conhecido Careca do INSS, Domingos Sávio de Castro e Maurício Camisotti.

Como disse, botei aqui, coloquei aqui apenas como exemplificação, diante do montante – já apurado – desviado por essa organização criminosa.

Linhas gerais da investigação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos metodológicos, esta relatoria sugere a estratégia que podemos manter consistente até o termo final da CPMI, ainda que nos coloquemos permeáveis às contribuições que certamente serão ofertadas pelos nobres membros da Comissão. Assim, investigaremos fatos determinados, como manda o §3º do art. 58 da Constituição Federal, e não exploraremos teorias, versões ou narrativas.

Repise-se, nossa busca irrestrita e incansável será, portanto, pela elucidação dos fatos, nada além ou aquém disso. Mais do que isso: a população ordena que nenhum brasileiro assista a um festival de horrores. Impõe-se, portanto, a condução de um trabalho técnico, permeado de seriedade e serenidade. Faz-se, pois, necessário um ponto de partida previamente especificado num plano de trabalho, que nos mantenha na linha planejada.

Registramos que não nos furtaremos a investigar fatos que ocorreram em quatro gestões governamentais. Repita-se: em quatro gestões governamentais: Governo Dilma 2, Governo Temer, Governo Bolsonaro e Governo Lula 3. Nesse sentido, buscaremos identificar e punir as organizações criminosas com indícios fortes de tentáculos nos poderes constituídos, no setor empresarial e no mercado financeiro.

Como visto, trata-se de atuação organizada entre agentes públicos dos poderes constituídos: empresários, entidades associativas, sindicais e financeiras, que se apropriam indevidamente de banco de dados e valores dos benefícios de aposentados e pensionistas há muitos anos.

E, aí, passemos aos eixos investigatórios.

Dividi a investigação em seis eixos.

O primeiro eixo: o eixo do mapeamento do esquema fraudulento e do *modus operandi*.

A escala das fraudes criminosas, conforme apontado nos relatórios da CGU e em notícias reiteradas ao longo dos anos, sugere a atuação de organizações criminosas com ingerência nos poderes constituídos, no setor empresarial e no mercado financeiro. Caberá a esta Comissão investigar o funcionamento detalhado do esquema fraudulento, incluindo métodos de falsificação de assinaturas e fraude em consentimentos para descontos em folha, criação de associações de fachadas, ardis promovidos por meio de ligações telefônicas, manipulação de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentação, nomeação de membros de organização criminosa em áreas estratégicas do poder público, apoio político facilitador da operação e eventual acesso indevido aos sistemas do INSS e Dataprev, que possibilitara a captura criminosa de dados pessoais de milhões de aposentados e pensionistas.

Ademais, o fluxo financeiro dos descontos irregulares será analisado, incluindo possíveis fraudes nos empréstimos consignados, que estão dentro do escopo investigativo de descontos irregulares, verificando-se o destino final dos recursos desviados, quais entidades, tipo associações, sindicatos ou empresas, e pessoas físicas se beneficiaram, bem como os possíveis crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa, corrupção ativa e passiva, concussão, dentre outras infrações relativas ao desvio de valores. Buscar-se-á ainda compreender o modo de atuação da organização criminosa e a evolução do esquema ao longo do tempo.

Como marco temporal, tendo em vista o que nós falamos do óbice da prescrição, serão consideradas as condutas criminosas praticadas a partir do segundo Governo da ex-Presidente Dilma Rousseff, perpassando todos os Governos subsequentes até os dias atuais, ou seja, não tem cor partidária, está todo mundo aqui sorteado para ser investigado.

Eixo dois da investigação: identificação e responsabilização dos envolvidos.

Esta Comissão deve apurar o papel de todos os responsáveis, sejam eles de quaisquer organizações criminosas que tenham atuado de forma sistemática para retirar o dinheiro do povo tão sofrido, como aposentados e pensionistas. Dentre esses envolvidos, incluem-se servidores do INSS, da Dataprev, do Ministério da Previdência Social, membros dos Poderes constituídos, integrantes do empresariado e do mercado financeiro, além de outros agentes infratores.

Destaca-se que agentes públicos em cargo de gestão ou de viés operacional deverão ser convocados para prestarem esclarecimento sobre as medidas de controle adotadas ou omitidas em suas gestões.

De igual modo, será verificada a participação de agentes externos como intermediários, associações ou empresas terceirizadas e possíveis redes criminosas organizadas.

Após profunda investigação, serão apontadas as infrações penais praticadas e a individualização das condutas dos diversos autores e partícipes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre os crimes cometidos, encontra-se fraude eletrônica contra idoso vulnerável, corrupção ativa, passiva, organização criminosa, lavagem de dinheiro, além de várias outras infrações penais.

O terceiro eixo investigativo, que interessa demais ao país e a esta Comissão também, é o impacto nas vítimas e no Erário. Como terceiro eixo de investigação, esta Comissão buscará levantar o número de vítimas afetadas, com foco em idosos e pensionistas. Sendo possível, proceder-se-á à análise dos dados das vítimas por distribuição territorial, verificando-se a hipótese de desigualdades regionais terem contribuído para maior vitimização.

Deve-se ainda quantificar os danos individuais e coletivos, como subtração de renda essencial para a sobrevivência de aposentados e pensionistas, propondo-se mecanismos de reparação e restituição integral com perdas e danos.

O quarto eixo, um dos eixos também importantíssimos, é o caminho do dinheiro – um desvio de recursos da ordem de R\$6,3 bilhões. Segundo a CGU, esse é o tamanho aproximado do roubo aos aposentados e pensionistas da nação. Nesse prisma, nada mais importante do que seguir o dinheiro surrupiado das vítimas, conhecer e punir seus verdadeiros destinatários.

Escândalo após escândalo de corrupção, o Brasil tem assistido a malas e montanhas de dinheiro em posse de agentes corruptos que teimam em lesar o cidadão brasileiro, sangrar os cofres públicos e confiar na impunidade.

A eficiência e tecnologia avançada dos meios de investigação, com a amplitude e possibilidade de obtenção de dados, serão fundamentais para a descoberta e recuperação dos ativos criminosamente obtidos. Os criminosos não terão êxito em manter oculta a lavagem de dinheiro de tamanha monta, sendo este um norte fundamental para o sucesso da investigação.

O quinto eixo de investigação é a análise de falhas institucionais e dos mecanismos de controle.

Em 1991, logo após a nossa Constituição, o Brasil foi sacudido por um dos maiores escândalos de fraude previdenciária da sua história: o caso Jorgina de Freitas. Jorgina, uma advogada, liderou uma organização criminosa que incluía juízes, procuradores e funcionários públicos, responsável por desviar impressionantes R\$2 bilhões dos cofres da Previdência Social.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais de 30 anos depois, infelizmente, a história se repete, envolvendo cifras ainda mais expressivas em um esquema criminoso de maior robustez.

Sem dúvida, a história nos mostra a perpetuação de falhas sistêmicas de prevenção e fiscalização que permitiram a subtração criminosa de recursos dos cidadãos mais vulneráveis. A partir dessa perspectiva, esta Comissão avaliará fragilidades existentes em um sistema de controle e fiscalização do INSS que permitiram a perpetuação da prática criminosa dos descontos associativos e empréstimos consignados e indevidos ao longo dos anos, como falhas em auditorias internas ou em protocolos de autorização de descontos e integração com bases de dados governamentais.

Outrossim, serão verificados motivos que levaram ao fato de denúncias junto ao próprio INSS sobre esses descontos indevidos terem sido reiteradamente ignoradas ao longo dos anos pelos diretores e presidentes. Deve-se averiguar o motivo de a instituição não ter notado que tais descontos se tratavam de uma fraude sistêmica.

Medidas preventivas e de aperfeiçoamento. É o último eixo desses seis eixos de investigação.

Por fim, caberá a esta Comissão estudar as proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional relacionadas às fraudes previdenciárias e à proteção dos mais vulneráveis. Neste sentido, poderão ser propostas iniciativas legislativas e recomendações visando ao fortalecimento dos mecanismos de transparência e controle com o objetivo de restaurar a confiança nas instituições governamentais.

Da atuação da Comissão. Informados os eixos de investigação, passemos a abordar os eventos específicos que deverão ser examinados em nossa sugestão de forma sucessiva. Rememoremos, mais uma vez, que teremos 180 dias para a conclusão da investigação. Logo, não há qualquer prejuízo para uma abordagem que eleja determinados fatos como os primeiros a serem investigados, na medida em que ainda teremos tempo hábil para a eventual mudança de rumos ou para a decisão pelo aprofundamento em determinado ponto merecedor de atenção.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, sem ordem de prioridade, apresentamos as linhas gerais de investigação, sem prejuízo de que novos fatos conexos possam vir a ser incluídos nesta relação – como falei, aqui é a título de exemplificação, não existe investigação petrificada; sugestão:

- A atuação das gestões do Ministério da Previdência, do INSS e da Dataprev desde 2015 até os dias atuais, no que se refere aos descontos associativos indevidos;

- A atuação de todas as entidades associativas e sindicais que celebraram acordos de cooperação técnica com o INSS com o objetivo de realizar descontos associativos, também com o marco temporal de 2015 até os dias atuais;

- A identificação dos responsáveis pelos desvios e a destinação dos recursos desviados com a finalidade de reparar – que é mais do que devolver o dinheiro – as vítimas e ressarcir os cofres públicos, sob pena de uma dupla penalidade ao conjunto da sociedade;

- A realização de atuação conjunta e complementar às investigações e apurações em curso, em outras instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, de modo a promover a recuperação de ativos;

- O rastreamento dos fluxos financeiros entre entidades associativas com Acordos de Cooperação Técnica com o INSS e outras entidades privadas e pessoas físicas e jurídicas;

- Realizar a oitiva de convidados especialistas, servidores públicos e autoridades públicas que possam contribuir para a realização deste trabalho, incluindo membros do Ministério Público, da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas da União, e Parlamentares autores ou Relatores de projetos ligados ao tema, operadores de direito em geral, além de representantes de organizações especializadas em previdência social e combate à corrupção, entre outros;

- Ouvir pessoas que interessam ao esclarecimento dos fatos, na condição de testemunhas ou investigados;

- Realizar sessões de debates nas quais os membros terão a oportunidade de expor suas experiências sobre o tema;





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Realizar estudos sobre a legislação pátria e internacional relacionada às fraudes previdenciárias;
- Verificar, junto ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, às defensorias e às polícias judiciárias, as denúncias de fraudes no âmbito do INSS, a fim de se obter o panorama sobre essa modalidade de prática criminosa em nosso país;
- Realizar o levantamento das proposições legislativas relacionadas ao tema da CPMI que estão em andamento na Casa Legislativa;
- Realizar diligências para averiguação de denúncias de fraudes no INSS, incluindo visitas a instituições públicas e privadas e análise de sistemas internos;
- Quantificar e dimensionar a distribuição territorial dos descontos irregulares, com focos em idosos, pensionistas e pessoas com deficiência;
- Apontar a responsabilidade criminal e as imputações devidas conforme a legislação penal brasileira;
- Analisar e investigar o crime organizado para o cometimento de delitos no INSS, incluindo redes internas e externas;
- Analisar os dados da Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela CGU em 23 de abril de 2025, com o intuito de compreender o *modus operandi* da organização que foi responsável pelas fraudes previdenciárias em benefícios pagos pelo INSS;
- Analisar relatório de dados de eventuais quebras de sigilo, com o objetivo de verificar conexões entre integrantes da organização criminosa e agentes públicos que porventura tenham criado facilidades que permitiram um quadro de fraude sistêmica nos descontos realizados em benefícios administrados pelo INSS;
- Realizar reuniões administrativas com a finalidade de avaliar os trabalhos desenvolvidos, a fim de se assegurar a qualidade do relatório a ser produzido;
- Solicitar aos órgãos do Poder Judiciário as medidas cautelares necessárias.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao cabo das investigações, deverão ser oficiados os órgãos estatais de persecução penal, além das autoridades administrativas competentes, com vista à responsabilização dos envolvidos, seja pela prática de crimes comuns, seja pela prática de crime de responsabilidade ou pelo cometimento de infrações administrativas, além dos inúmeros ilícitos de natureza civil aptos a gerarem o poder-dever de o Estado cobrar justa reparação pelos vultosos prejuízos sofridos.

Outrossim, a Comissão também buscará o aperfeiçoamento da legislação de referência, para conferir-lhe a estrutura e a força necessárias para melhor orientar a atuação das autoridades públicas para melhor orientar a atuação das autoridades públicas, com destaque à elaboração de propostas legislativas para o fortalecimento dos mecanismos antifraude do INSS.

Roteiro de trabalho.

Diante desse quadro, após a apresentação do plano de trabalho, deliberaremos um conjunto de requerimentos iniciais para aprovação, que em muito contribuirão para a elucidação dos fatos. E, como justificado, em um primeiro momento, serão foco da apuração os eventos relacionados aos descontos associativos ilegais a partir de 2015.

Serão deliberados os requerimentos de informações, RIFs, requisições de investigações em curso, requerimentos de convite e convocação e outros que se fizerem necessários, a partir dos quais se espera, como natural desdobramento, a elucidação dos fatos elencados no requerimento que embasou a instauração desta CPMI.

O plano de trabalho que propomos prevê, desde o início, a oitiva de ministros da Previdência e de Presidentes do INSS dos Governos Lula 3, Bolsonaro, Temer e Dilma 2, bem como com a oitiva do Advogado Eli Cohen e de outros agentes públicos ou privados que interessem às investigações.

O curso das investigações será enriquecido pelas sugestões... Olha só: o curso das investigações será enriquecido pelas sugestões e requerimentos que venham a ser apresentados ao longo dos trabalhos, de modo a alcançar com mais efetividade os objetivos desta Comissão.

A criação de um canal próprio da CPMI será outro instrumento de trabalho que poderá nos auxiliar a colher informações e manter um contato direto com o cidadão, inclusive orientando sobre como proceder no caso de descontos indevidos, por meio do e-Cidadania ou endereços





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

equivalentes, a serem divulgados no *site* desta Comissão, de maneira permitir que situações de aposentados lesados cheguem ao conhecimento da CPMI.

Do ponto de vista do funcionamento prático dos trabalhos, e tendo em vista as várias linhas de investigação que serão abertas, consideramos necessário avaliar a requisição de servidores da Controladoria-Geral da União, da Secretaria da Receita Federal, da Polícia Federal, do Tribunal de Contas da União, do Banco Central do Brasil e do Ministério Público Federal que detenham conhecimento de gestão de investigação e de análise de dados, para que participem da equipe de apoio aos trabalhos desta CPMI, inclusive para elaboração de perícias e aprofundamento das investigações.

Ao final dos trabalhos, a CPMI apresentará seu relatório, em que espera elucidar os fatos e identificar as autoridades e os demais cidadãos que agiram à margem da lei.

Reiteramos que o intuito é que esta relatoria possa funcionar como uma sistematizadora de ideias, sempre com uma atuação imparcial e comprometida com a busca pela verdade dos fatos.

Cronograma.

O requerimento de criação desta CPMI estabeleceu o prazo de 180 dias para a conclusão dos trabalhos, que foi instalada em 20 de agosto último. Considerando o recesso parlamentar, entre os dias 23 de dezembro e 1º de fevereiro, temos o prazo final de 28 de março de 2026 para a apresentação e votação do relatório, salvo prorrogação consensual.

Conclusão. Este, portanto, é o plano de trabalho que apresento aos ilustres membros desta CPMI. Afinal, cabe a nós, Parlamentares democraticamente eleitos e representantes do povo brasileiro, a defesa intransigente dos nossos aposentados e pensionistas. E essa é a nossa principal missão.

Finalmente, é necessário que se compreenda que milhões de aposentados e pensionistas sofreram descontos ilegais em seus benefícios, e que tais ilícitos merecem repressão severa. Logo, o norte a ser seguido será investigar a atuação de agentes públicos e privados, organizações criminosas, entidades associativas corruptas, lavagem de dinheiro, tudo com o objetivo de proteção ao nosso povo e às nossas instituições, mormente as previdenciárias.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Alfredo Gaspar, Relator. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator. Obrigado pela leitura.

Dando sequência a esta Comissão, pergunto ao Deputado...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... eu pergunto ao Deputado Paulo Pimenta se ainda mantém a posição de fazer sugestões ou se podemos dar sequência. No microfone.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... conforme o senhor havia sugerido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... e o Relator também, eu peço a suspensão dos trabalhos, para que a gente possa ter uma conversa com o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... apresentar nossas sugestões e tentar construir um plano de trabalho consensual.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Acho que nós temos aqui condições de apresentar alguns itens que para nós são importantes. E acredito que, tendo boa vontade por parte do senhor e do Relator, a gente pode construir um plano de trabalho comum.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Eu quero encaminhar à Comissão uma proposta. Nós temos 29 inscritos para poderem se manifestar na manhã de hoje. Nós já estamos aqui, 10h45. Se concordarem, o Relator, o Líder do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, representantes, saem, vão para a Secretaria, se reúnem lá, e a gente vai dando sequência aos Parlamentares inscritos para se manifestarem. Se houver concordância dos senhores, faremos dessa maneira.

Há concordância, senhores? *(Pausa.)*

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só guarda a minha inscrição para quando eu voltar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente. Aqueles que não estiverem aqui quando chamados, terão o direito. Então daremos sequência aos oradores enquanto o Relator, os representantes do Governo e também...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Sr. Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, quem?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Aqui ó.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor poderia fazer a leitura dos inscritos na ordem, só para a gente também poder se organizar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Posso perfeitamente. Só um minutinho. Pois não, já está passada a limpo aqui.

Senador Izalci é o primeiro, Deputado Paulo Pimenta é o segundo, Deputado Duarte Jr. o terceiro. Tem uma assinatura não identificável aqui, depois de Paulo Pimenta... É Rogério Correia.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – V. Exa. me inscreveu, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Depois tem...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – ... nessa lista aí?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É essa lista aqui?

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Mas V. Exa. me inscreveu? Eu solicitei a V. Exa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Nós combinamos desde o início que essa lista aqui hoje valeria.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Então? Se meu nome está aí... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É porque você é suplente, Zé Trovão. Primeiro os Parlamentares que são efetivos, posteriormente os suplentes.

Então aqui, olha, Deputado Duarte Jr., Rogério Correia, Senador Rogério Carvalho, Deputada Adriana Ventura, Senadora Eliziane Gama, Deputado Mário Heringer.

Vamos lá. Rafael Brito e os outros três aqui, olha: Sidney Leite, Deputado Coronel Chrisóstomo, Senador Fabiano Contarato, Senadora Damares Alves. Aí na sequência, vêm os suplentes que estão já nessa lista: Deputado Zé Trovão, Rogério Correia...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um minutinho.

Deputado Luiz Lima, Deputado Orlando Silva, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Soraya Thronicke, Deputada Bia Kicis e Senador Magno Malta.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Só um minutinho, Senador. Pois não, Deputado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O microfone, por favor. Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem.) – Eu estou... Eu me inscrevi em 11º...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Está numerada a lista, eu tirei foto inclusive agora.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Isso, é que o senhor não fez a leitura do meu nome, estou em 11º.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, espere aí que nós vamos corrigir agora. O Deputado tem razão.

Pois não, Senadora Soraya Thronicke.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante, Senador.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Quanto tempo de fala cada Parlamentar tem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Quanto tempo de fala cada um terá?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O senhor está em décimo, Deputado Alencar Santana. É o décimo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um minutinho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está prevista a fala por dez minutos para cada Parlamentar. Eu peço respeito a esse prazo. O.k.?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, pela ordem.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pela ordem, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu não tenho surpresa em não ter ouvido o meu nome, porque de fato eu não fui à frente, eu não tinha entendido o prazo que era e talvez... Aliás, já assumo a culpa de antemão, porque pelo visto foi exposto. Mas, em virtude de ser a primeira reunião, V. Exa. poderia manter talvez por cinco minutos aberta a lista e quem não se inscreveu ainda se inscreve?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Não há problema nenhum.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu agradeço. Obrigado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, um de cada vez.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Eu quero solicitar minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputada do Novo, Líder do Novo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, o nosso Líder agora é o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu queria só fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Até para dar tempo de todos falarem, eu gostaria de sugerir aqui aos membros, se a gente, talvez, pudesse reduzir o tempo de dez minutos para cinco, para contemplar todo mundo. Se todo mundo... É só uma sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Se concordarem em cinco minutos... Há consenso?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ah, vamos? Aí todos falam.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Cinco minutos. Vamos dar origem...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vamos dar início às falas.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Pela ordem.) – Presidente, só gostaria de solicitar a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Jorge Seif, pela ordem.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria da inscrição, como titular, do Senador Jorge Seif e, como suplente, do Senador Rogerio Marinho, Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Pois não, Deputado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Beto Pereira. Está inscrito.

Então, por cinco minutos.

Deputado...

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Fabio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Fabio Costa, vamos anotando.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL. Pela ordem.) – Inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Fabio Costa.

O primeiro orador é o Senador Izalci Lucas, por cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente... É só um minutinho, Izalci.

Presidente, é só pela ordem, só por questão de honestidade, eu sou suplente, o meu estava inscrito como titular.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu vi aqui.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Só uma sugestão que nós fizemos na CPMI, até para que o suplente seja valorizado, se nós não podíamos fazer – claro, submetido a todos – três inscrições de titulares e uma de suplente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, Senador. Já definimos aqui que serão primeiro os titulares.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas, por cinco minutos.

Senhores, silêncio, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, quero inicialmente parabenizar V. Exa. pela escolha do Relator, o nosso querido Deputado Gaspar, que tem muita competência, experiência, e falou para que veio aqui. Realmente, não vai passar a mão na cabeça de ninguém. E a gente vai realmente poder oferecer para a população um relatório muito transparente, uma CPMI para resgatar a credibilidade das CPMIs, porque realmente estavam muito desgastadas, muitas delas já vinham aqui já com uma narrativa pronta, um relatório praticamente pronto. Então, quero saudar aqui o nosso Relator.

Segundo, Presidente, quando eu sugeri essa lista de inscrição que nós assinamos hoje, foi também fruto de experiência de CPLs anteriores. Essa questão de 30 minutos antes dá uma confusão tão grande aqui que já deu até briga entre Parlamentares que chegam aqui e querem atropelar a fila – a não ser que a gente faça aqui a senha de quem vai entrar, para não ter problema. Então tem que ter muito cuidado com relação a essa questão dos 30 minutos. Eu gostaria que V. Exa. tivesse uma atenção especial para isso, Senador Carlos Viana, porque, de fato, isso aí já aconteceu em várias CPMIs.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Segundo, V. Exa. também, acho, que já se posicionou sobre esses requerimentos que estão na pauta de hoje. Então, por exemplo, aqui tem o item 5, Requerimento 827, e eu tenho o Requerimento 86, que trata exatamente da mesma matéria. Então acho que será ampliada essa votação, colocando os requerimentos idênticos para que sejam votados, para que a gente possa fazer...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Segundo, Presidente, tem alguns requerimentos de informação que não estão na pauta, mas que eu julgo, assim, muito importantes para a gente ganhar tempo com relação a isso. Por exemplo, a AGU; na pauta não tem informação da AGU, que é muito importante e não está na pauta de hoje. Nós temos informações também da Dataprev. Se a gente pudesse colocar também esses requerimentos de informação, porque isso demora a voltar para cá, para a gente ter mais tempo de poder trabalhar com eles. Então, se o Relator pudesse depois ampliar para esses requerimentos de informação para agilizar, realmente seria muito bom.

Essa proposta de chamar todos os ex-presidentes e ex-ministros é muito boa, mas são 14 convidados aqui. Se a gente não usar esse tempo adequadamente, nós vamos perder muito tempo. Como o prazo da CPMI é muito curto, a gente precisa estudar uma forma para que não haja, por exemplo, cada um em dias diferentes; vamos ter que chamar três, quatro no mesmo dia para a gente ganhar tempo, senão a gente vai ter realmente muita conversa e pouca produção, porque muitos serão repetitivos. E tem muita gente que precisa ser chamada que tem documentos que podem ajudar muito na decisão aqui do Relator.

Então, eu quero dizer a V. Exa. da minha alegria de V. Exa. estar presidindo os trabalhos. A população pode ter certeza absoluta de que, tanto V. Exa. quanto o Relator e a oposição de um modo geral – a gente tem colocado isso –, não vamos passar a mão na cabeça de ninguém, não tem questão partidária. O que nós queremos é atender realmente os aposentados e pensionistas.

E uma das coisas, Presidente, em que a gente precisa também ter uma atenção... V. Exa. observou que o Supremo Tribunal Federal determinou a devolução dos recursos. Primeiro, recurso público; segundo, condicionou os aposentados e pensionistas a não entrarem na Justiça e aqueles que entraram a abrirem mão do processo.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu acho isso mais uma covardia muito grande com os aposentados e pensionistas, até porque nós, como Senadores e Deputados, temos que exigir que a legislação seja cumprida. E nós temos o Código de Defesa do Consumidor, que é uma lei





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

complementar aprovada e já consolidada, que determina a devolução em dobro. Então, exigir que o aposentado que foi lesionado, que foi roubado tenha que devolver, que tenha, para receber os seus recursos, de abrir mão dos processos judiciais é muita covardia com eles. Então, é um tema em que eu peço a atenção do Relator e do Presidente, para que a gente possa tratar desse assunto com muita seriedade, porque, de fato, os aposentados e pensionistas que ainda não se inscreveram para receber o dinheiro de volta têm que acompanhar a CPMI para realmente poderem exercer seu direito de devolução.

Bom trabalho, Presidente! Sucesso nessa empreitada e também para o nosso Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Os requerimentos serão todos votados, conforme a sugestão de V. Exa., à medida que os depoimentos forem sendo encerrados e as fases do plano de trabalho forem sendo cumpridas.

Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

Está presente o Senador Rogério Carvalho? (*Pausa.*)

Deputada Adriana Ventura, com a palavra por cinco minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Primeiramente, eu quero desejar a V. Exa. e ao Relator um excelente trabalho. Contem sempre com a nossa ajuda, com a nossa colaboração.

Em primeiro lugar, quero elogiar muito o plano de trabalho feito pelo Relator Alfredo Gaspar. Eu acho fundamental ele ter puxado uma linha temporal que tenha contemplado todo o período, tenha considerado a questão prescricional e que mostre realmente que o importante aqui é fazer uma análise e prender bandidos, seja qual bandido for, favorito de quem quer que seja. Então, eu acho que foi muito rico, e a postura dele foi muito louvável.

Agora, o que eu acho muito triste é ver que hoje, com tantos bilhões desviados, com 98% dos descontos não autorizados – sem autorização dos beneficiários –, a gente veja que ainda tem várias resistências e movimentos no sentido de colocar sigilo de cem anos em entradas no Senado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o que foi feito pelo Senador Davi Alcolumbre – do Careca do INSS. Eu gostaria de entender como esta Comissão vai proceder...

Gostaria também de entender como a gente vai fazer para que tudo seja investigado, todos os responsáveis sejam punidos e todo esse dinheiro roubado seja, de fato, devolvido para a população.

Agora, os atores desse esquema todo – basicamente, sindicatos, entidades associativas – precisam ser penalizados de uma maneira dura. E me preocupa um pouco este conluio de algumas entidades, de parte do Estado, de fazer uma vista grossa, absurda, para saquear aposentado.

Agora, a medida... O Governo lançou um crédito extraordinário de 3,3 bilhões para fazer essa devolução, e eu quero saudar aqui a inteligência do nosso Relator de separar bem o que é ressarcimento e o que realmente foi criminoso, porque, mesmo que devolvam o dinheiro para os aposentados – e vamos combinar que quem está pagando essa devolução somos nós e os próprios aposentados –, mesmo que devolvam o dinheiro, o crime está ali, e os bandidos precisam ser punidos de qualquer jeito. Então, eu acho que é muito importante que todo mundo aqui assuma este compromisso de ir até o final, de descobrir quem mandou, quem roubou, quem executou, quem fez esqueminha... Todo mundo aqui tem que ter compromisso com a verdade.

A gente viu cenas grotescas nas últimas CPIs... Na CPI do BNDES, era bandido e prova que não acabavam, mas tudo acabou em pizza. Foi lamentável. Então, eu acho que aqui, sim, nós temos esse compromisso.

E esse dinheiro... A gente precisa ir atrás dele... Contas ligadas aos sindicatos, às entidades, todo esse caminho do dinheiro que o Relator e toda esta Comissão vai fazer, porque esta CPMI não pode ser utilizada para proteger interesses. A gente precisa realmente tratar de buscar justiça, de buscar verdade, porque os aposentados já foram roubados, né? Duas vezes – agora a gente não pode deixar que ocorra a terceira –, porque, primeiro, foi o roubo de fato do desconto indevido e, segundo, foi a omissão das sucessivas presidências, diretorias, todo mundo que fez vista grossa. Agora, a terceira a gente não pode deixar acontecer, que é a omissão desta Comissão, ou o jogo de empurra e busca de interesses, porque a gente já tem dinheiro público envolvido. Então é um terceiro cuidado que temos que ter.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no mais, Presidente, eu vou até poupar um minuto da minha fala...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... para que a gente caminhe... Eu espero que realmente o acordo do Governo com o Relator aconteça, para que a gente possa aproveitar esse plano de trabalho.

Eu queria perguntar, Sr. Presidente, se já está certa a questão das segundas, às 15h, e quintas, às 9h, se a gente já pode bater o martelo, porque nós aqui da Câmara, como a gente começa às terças-feiras, precisamos mudar todas as passagens. Então esse esclarecimento eu gostaria de ter de V. Exa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada Adriana Ventura.

Sim, a CPI se reunirá nas segundas-feiras. Há um pedido para que seja às 16h por conta de voos para Brasília. Nós vamos propor aqui, se houver concordância, às segundas, mas todas as segundas e quintas, às 9h da manhã, nós estaremos para os trabalhos da CPMI.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exa.; cumprimento meu amigo Sóstenes, que está à mesa; e o Vice-Presidente, o Deputado Duarte Jr.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que todos nós, nesta CPI, temos um objetivo que deve nos orientar, que é evitar que segmentos da sociedade, como aposentados, pensionistas e outros segmentos – neste caso em particular este segmento que tem uma vulnerabilidade grande, por várias questões, como acessibilidade, várias questões –, acabem tendo seus proventos, seus benefícios subtraídos de alguma forma por espertezas de diversas naturezas. Então, eu acho que cabe a nós, aqui nesta CPMI, trabalhar para identificar esses problemas, identificar responsáveis por isso e encaminhar ao Ministério Público e à Justiça para que a gente evite casos dessa natureza outras vezes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer que, na medida em que o Governo do Presidente Lula identificou, as providências foram adotadas, inclusive ressarcindo quase 80% já dos beneficiários, aposentados e pensionistas do INSS que tiveram descontos indevidos. Já foram ressarcidos pelo Governo Federal aqueles que conseguiram chegar às agências dos Correios, via *síte* do próprio INSS... Esse trabalho está sendo feito e deve chegar à totalidade dos que tiveram descontos. Então, isso é uma medida, ou foi... é uma medida, porque está em curso, de extrema relevância e de responsabilidade do Governo com os aposentados e pensionistas.

Creio que tem outros problemas que devem ser objeto desta CPI. Nós estamos aqui com aposentados e pensionistas. Não foram só e não são só entidades que desviaram recursos dos pensionistas e aposentados do INSS. É preciso que a gente coloque luz sobre o segmento que são os consignados também, que também produziram danos e vêm produzindo danos a aposentados e pensionistas. Acho que esse é um foco que precisa ser observado dentro do limite do objeto, do fato determinado da CPI.

Por fim, Presidente, eu quero colocar aqui a necessidade de a gente ter um tratamento entre nós o mais cordial e respeitoso possível, para que o trabalho possa fluir e que a gente possa apresentar os resultados de forma a dar uma resposta à sociedade brasileira, que espera do Parlamento brasileiro uma postura que seja compatível com a função que nós todos exercemos aqui de Parlamentares, Senadores, Deputados, Deputadas, Senadoras, no Congresso Nacional.

Então, Presidente, quero desejar a V. Exa. bom trabalho e que a gente possa, com diálogo e com muita sabedoria e discernimento, fazer o que é melhor para aposentados e pensionistas e para consolidar as instituições brasileiras. Não podemos transformar isso num ambiente de destruição das instituições brasileiras, porque isso não interessa a ninguém. Nós precisamos identificar quem faz, nessas instituições, o mal ao Brasil e aos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Agora com a palavra o Deputado mineiro Mário Heringer.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG. Pela ordem.) – Presidente, senhoras e senhores, companheiros presentes aqui nessa CPMI, é um prazer estar falando com vocês aqui hoje, mas aqui me incomoda muito, neste momento, a disputa. Nós não podemos pensar inicialmente nessa CPMI como um local de disputa. Nós temos que pensar nessa CPMI como um local de solução – solução de um problema muito grave, muito feio, que acomete este país há muitos anos. Não acometeu este país; acomete este país há muitos anos.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que essa CPMI, se feita da maneira como o senhor propôs, Sr. Presidente Carlos Viana... E eu gostei muito da maneira com que o senhor propôs a nossa CPI, principalmente com a questão da previsibilidade, tanto do ponto de vista da agenda quanto do ponto de vista da pauta. Isso é muito importante para a gente, para que alguns movimentos erráticos não possam parecer malandragem ou coisas que foram feitas por essa direção para levar para um lado ou para o outro. E eu tenho certeza – eu o conheço bem e conheço a sua história – de que o senhor a colocará dessa maneira correta. Isso é muito importante. Sabe por quê? Porque aqui não é lugar de a gente errar; aqui é lugar de a gente acertar. É lugar de a gente buscar o caminho que este Brasil espera há muito tempo e que nós, às vezes, tentamos resolver com uma estilingada só, resolver de uma maneira rápida, de uma maneira quase que cirúrgica.

Naturalmente que essa coisa não é nova – todos nós sabemos – e essa questão temporal é fundamental. Mas há uma questão que está no âmago dessa disputa e dessa conversa e dessa loucura que nós estamos vivendo, que é a permanência dos agentes corruptos e corruptores dentro de um sistema entranhado há anos. E a gente, quando vai discutir isso na política, vai pela superficialidade, pela disputa de posições políticas do momento: a gente começa, às vezes, a atribuir responsabilidades ao ministro da vez, ao presidente do INSS da vez, ao sujeito que estava ali naquela posição da vez. Estou falando isso, porque eu tenho convicção de que tanto todos os outros ex-presidentes do INSS, como ex-ministros, serão convidados, e eu creio que deveria ser convite, não deveria ser convocação, porque eu entendo que a maioria deles, se não todos, não têm responsabilidade direta nenhuma nesse tipo de ação, e a gente tem que partir desse princípio, é o princípio da presunção de inocência. E se nós fizermos isso, nós vamos, com certeza, trabalhar com uma CPI, do ponto de vista das nossas relações, uma CPI racional, uma CPI que pode funcionar de maneira efetiva para dar o resultado que o povo brasileiro quer. Se não, Presidente, nós passaremos aqui 180 dias fazendo uma verdadeira guerra de bugios: nós vamos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

jogar nos outros os excrementos que nós achamos que eles merecem, e isso não é bom, não é assim que se resolve.

De uma maneira geral, a proposta do Relator quanto ao plano de trabalho é uma proposta muito boa: tem itens que me contemplam; tem itens que faltam, mas eu acho que, nessa conversa e pela abertura que ele deu, poderão ser aditados. Eu acho que pode ser uma boa condução.

Procurei me informar, é verdade: quem era o Deputado Alfredo Gaspar – procurei me informar –, porque eu quero saber quem está sentado ali, o nível de com quem eu estou conversando. E tive excelentes recomendações a respeito da pessoa.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Gostei muito quando ele colocou a sua posição ideológica, porque não podem pairar dúvidas quanto às posições ideológicas nem quanto à posição de magistrado que cada um que estiver sentado nessas duas cadeiras deve exercer. Essa posição não é de livre vontade, essa posição é de magistrado. É uma posição que o senhor – eu tenho certeza – vai ocupar, com certeza, com muita dignidade e muita certeza, e também o Relator, porque procurei saber quem é.

Entretanto, estou aqui para dar o benefício da análise para qualquer um a que for imputado qualquer crime e também dar a punição necessária a qualquer um que restar comprovado que meteu o dedo na cumbuca e que tirou os recursos dos pobres. Isso aqui é um absurdo, e nós temos que rever isso para que isso não mais aconteça, porque do jeito que está não pode ficar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Agradeço, Deputado Mário Heringer.

Com a palavra o Vice-Presidente da Comissão, Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Pela ordem.) – Mais uma vez, obrigado, Presidente.

Agradeço novamente a todos os membros desta Comissão pelo exemplo que está sendo dado à sociedade: a capacidade de dialogar, a capacidade de a gente unir pessoas diferentes em um propósito comum, que é apurar esses crimes – apurar –, identificar quem cometeu esses crimes e ir além dessa identificação, ir além do ressarcimento. A gente precisa ultrapassar a esfera de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir que o consumidor, garantir que o aposentado, o pensionista tenham o dinheiro de volta. A gente precisa garantir uma punição justa que possa ir além do caráter punitivo, coercitivo, mas sobretudo pedagógico. A gente precisa aqui, enquanto legisladores, garantir uma regulamentação mais segura, por exemplo: por que não caracterizar esse crime de subtrair, de roubar aposentado, pensionista, beneficiário de programas sociais como um crime de caráter hediondo, imprescritível, inafiançável? Enquanto Deputados e Senadores, nós podemos fazer isso. A gente precisa garantir regras mais claras.

Agora há pouco, o Senador Rogerio Marinho comentava sobre a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, quando eu comentava sobre a Resolução 4.790, de 2020. São questões diferentes. Se aqui no Parlamento há uma confusão, imaginem para aquela pessoa mais humilde que está lá no interior do Estado do Maranhão, que está nas regiões mais longínquas deste país, que tem dimensões continentais. A resolução do Banco Central é diferente da Lei Federal 10.820.

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A Lei 10.820 garante que o empregado regido pela CLT possa fazer um empréstimo, e, nesse empréstimo, em razão daquele contrato, com base naquele contrato, e o cidadão aceitou as cláusulas contratuais, se possa fazer um desconto no seu salário, no seu contracheque, um débito em conta. Agora, a Resolução do Banco Central, de 2020, 4.790 é ainda mais perigosa. Ela é ainda mais severa, porque essa resolução permite o desconto sem que haja contrato, sem que haja conhecimento, sem que haja consentimento. Aqui a gente está diante de uma situação que é muito mais perigosa, muito mais severa, muito mais prejudicial do que o que aconteceu nesse escândalo com essa quadrilha do INSS.

E, quando eu falo de uma severa punição, é porque quem está pagando a conta mais uma vez é o povo brasileiro. Qualquer um aqui, se for a uma agência do INSS, vai ver um péssimo atendimento. E não é por culpa dos bons funcionários públicos, é pela falta de estrutura, é pela falta de condições.

E é nesse sentido que aqui eu comemoro essa união, esses comentários, esses discursos que agora foram apresentados da preocupação de Deputados e Senadores de investigar com toda a seriedade, deixando de lado questões ideológicas, questões partidárias. Todos aqui que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

me antecederam repetiram esse discurso, porque é fundamental garantir a restituição e a justa e severa punição e resgatar a fé das pessoas na política e nos políticos.

Aqui, quando eu agradeço a oportunidade de atuar nesta CPMI, colaborando com os trabalhos do Senador Carlos Viana, enquanto Vice-Presidente, aqui eu faço questão de informar o meu histórico, enquanto advogado, enquanto ex-Presidente do Procon Maranhão, dos PROCONs Nordeste, onde nós realizamos operações que garantiram a renovação da frota de ônibus em mais de 60%. Fui Presidente da CPI dos Combustíveis. Enquanto Presidente do Procon, nós garantimos no Estado do Maranhão uma redução, no período de 2015, 2016, 2017, 2018, uma redução no valor do combustível em R\$0,50 o litro. E nós conseguimos fazer isso, porque agimos com técnica. Pouco importando quem estava do outro lado, se cometeu erros com o consumidor, nós agimos com todo o rigor que a lei prevê. E é nesse sentido que aqui eu comemoro esta oportunidade.

Peço mais uma vez a sensibilidade de todos os membros desta CPMI: que, nos próximos 180 dias, nós possamos unir forças e esforços para poder garantir a imediata restituição e a punição severa de todos esses criminosos, dessa instituição criminosa que ultrapassa governos, que está há décadas usurpando o povo brasileiro.

Eu posso aqui destacar, por fim, nestes 20 segundos que restam, os beneficiários do BPC. Se hoje está tendo burocracia, se hoje está tendo dificuldade, é porque está faltando dinheiro, porque o dinheiro foi roubado. É esse dinheiro que a gente tem que devolver ao povo brasileiro para garantir mais respeito, para garantir mais oportunidades.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Duarte. Jr.

Com a palavra o Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom dia a todos, bom dia a todas.

Eu queria parabenizá-lo, Presidente, pela condução desses trabalhos, desejar a melhor sorte possível e toda fidalguia que o senhor tem apresentado com esta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer o seguinte, Presidente: são 6,5 milhões de vítimas, R\$6,3 bilhões de desvio, 9,9 milhões de vítimas.

A gente não está tratando e não vai investigar aqui um desvio; a gente vai investigar aqui uma verdadeira indústria de fraudes. E, para isso, eu queria dizer, Presidente, que tem me incomodado alguma coisa, já nesta primeira reunião, que faz parte da nossa atuação parlamentar, que é a gente tratar de Governo, tratar de oposição... A gente precisa, quando passar daquela porta, despir o nosso espírito da nossa ideologia, seja ela Governo, seja ela oposição, seja ela mais ao centro. A gente está aqui para defender o interesse desses quase 10 milhões de pessoas, 10 milhões de aposentados que tiveram o seu dinheiro roubado por quem deveria defendê-los, e essa, sem dúvida, será a função de todos que fazem parte desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Eu tinha algumas coisas para falar para o Relator, meu conterrâneo, Deputado Alfredo Gaspar, e ele, no seu plano de trabalho, pede uma ampliação do prazo do escopo inicial do documento que pede a abertura desta CPMI. Eu queria dizer que eu não sou contra, Presidente, ampliar esse escopo para qualquer prazo que seja, desde que seja para defender esses 10 milhões de pessoas.

E, aí, eu vi hoje, na pauta, alguns requerimentos, Presidente, e eu apresentei uma série de requerimentos também, como vários outros Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, apresentaram, e, se a gente ampliará esse escopo para o Governo Dilma, para o Governo do Presidente Temer, para o Governo do Presidente, enfim, para qualquer Presidente que seja, está faltando, na reunião de hoje, a convocação de dois ex-Ministros da Previdência. Todos estão contemplados na pauta de hoje, menos dois: o ex-Ministro Onyx Lorenzoni e o ex-Ministro Paulo Guedes. Nenhum dos dois... São os únicos que, de todo este período que o Relator colocou para ser apresentado, não estão pautados na reunião de hoje.

Então, eu queria colocar isso, Presidente, e dizer que é muito importante – e tenho certeza de que V. Exa. assim o fará – que, quando tivermos a previsibilidade melhor destas pautas, a gente tenha requerimentos pautados da maioria da apresentação das Sras. Senadoras, dos Srs. Senadores, das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, justamente para que a gente possa, no momento de preparar uma pauta, contemplar todos que deveriam ser ouvidos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu não estou, neste momento, dizendo que todos devem ser chamados porque todos são e devem ser investigados. Eu acho que o princípio é totalmente o inverso: todos esses ex-Ministros devem estar aqui para que eles possam mostrar que são inocentes. O princípio é totalmente o inverso. Não é porque a gente apresenta o requerimento para vir figura A, B ou C que a gente está, nesse momento, já acusando essa pessoa por alguma coisa. Eu acho que todos devem ter o direito de vir a esta CPMI, para mostrar que medidas fizeram, enquanto gestores públicos, para que 10 milhões de brasileiros não tivessem a sua aposentadoria roubada.

Por fim, Presidente, tem um outro requerimento, sobre o qual eu posteriormente falarei com o Relator, que não foi apresentado ainda por nenhum Deputado, por nenhuma Deputada, nenhum Senador, nenhuma Senadora, de uma associação cujo Presidente é sócio de uma empresa certificadora de assinatura digital.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O mesmo Presidente da associação é dono de uma empresa certificadora de assinatura digital. E todas as fraudes sistematicamente são feitas na empresa de que ele é o dono.

Então é importante que a gente amplie esse escopo, não só para figuras públicas, mas que a gente possa realmente perseguir – e a palavra é essa – as pessoas que roubaram o dinheiro dos aposentados do Brasil.

Muito obrigado, Presidente, e boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Rafael Brito.

Nós temos hoje já quase mil requerimentos apresentados à CPMI, e acertei com o Relator – e também tenho conversado com os Líderes – que nós iremos fazendo as convocações ou os convites, porque naturalmente será um ponto de discussão aqui com todo o Plenário, à medida que nós formos ouvindo e o plano de trabalho for sendo cumprido.

E volto a dizer a V. Exa.: ninguém estará isento de ser convidado a estar aqui, para estar conosco, e falar – e concordo plenamente –, e mostrar que é inocente.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Presidente, só pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Pela ordem.) – Como a gente não sabe a ordem das oitivas, se será pela ordem da aprovação dos requerimentos, aí talvez isso, como a gente vai discutir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Será pela ordem da aprovação dos requerimentos. Esta Presidência é quem faz a definição, juntamente com o Relator, e vamos apresentando. Porque não há sentido nenhum em nós apresentarmos mil requerimentos de uma vez, até porque em muitos não há consenso, e aí nós teríamos que discutir um por um.

Então vamos por blocos e, à medida que formos avançando, vamos convidando os demais.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado e boa sorte.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado... Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem.) – Por oportunidade, o senhor podia me fazer um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – ... à luz do questionamento do colega Rafael?

É o seguinte: eu vi e achei oportuna a ideia do Relator de convidar os ministros e os Presidentes do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Aí vai se ver a linha do tempo, como é que vai ser convidado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Mas me causou espécie – além dos ministros, o que me parece adequado, e do presidente do INSS, o que me parece adequado – ele pinçar um advogado. O senhor sabe dizer qual o fundamento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sei: esse advogado foi o primeiro a fazer a denúncia sobre os descontos indevidos, e foi, inclusive, um dos primeiros nomes a colocar na imprensa o surgimento do escândalo. Então, ele será convidado, naturalmente, para que venha trazer aqui as informações, nesta CPMI.

Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, colegas Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras que aqui estão e quem nos acompanha, nós estamos diante de uma CPMI, de uma Comissão que vai ser assunto e ter um acompanhamento da imprensa, da sociedade brasileira, do nosso povo, durante seis meses – até o início do ano que vem. É importante que a gente tenha isso muito claro na consciência de cada um e a responsabilidade que temos. Em qualquer investigação, a gente não vai atrás de pessoas, nós vamos atrás dos fatos, o que pode porventura chegar na responsabilidade de alguém, na culpa de alguém.

É algo que deixou toda a sociedade estarecida, algo que foi revelado a partir de investigação que se iniciou neste Governo, que tomou a atitude efetiva, clara, objetiva, cujas irregularidades cessaram neste Governo por ordem do Presidente Lula, e cujas pessoas vítimas foram ressarcidas.

Mas nós temos que chegar nos responsáveis que praticaram o roubo, uma organização criminosa que cadastrou e permitiu que entidades fraudulentas acessassem o INSS e ali pudessem fazer descontos indevidos.

A fala de V. Exa., como Presidente, e a do Relator, num primeiro momento, foram falas boas, dizendo que vão trabalhar de maneira imparcial – e assim esperamos; esse tem que ser o compromisso de todo mundo. Lógico que há disputa política, é natural, faz parte, mas nós





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos aqui com o papel de também investigar, de apurar. É uma competência a mais que temos, quando a gente monta uma CPI. E é assim que a gente tem que atuar de fato: com responsabilidade e firmeza.

E aí eu quero concordar aqui com o Deputado Rafael. Primeiro, para a gente começar a ter... saber que o trabalho vai ser sério, a gente tem que ficar preso àquilo que nós pactuamos de uma forma geral. Quando a CPI foi instalada por um movimento da oposição, ela, no seu requerimento, delimitou um tempo – ela delimitou um tempo –, de 2019 em diante. A gente ampliar, não que não possamos, a gente pode estender o nosso olhar e desfocar daquilo que nós temos como responsabilidade maior: ao invés de ajudar, é atrapalhar o trabalho. Eu acho que esse não é o objetivo de V. Exa. e do conjunto dos Deputados.

Por isso, o plano de trabalho, ao propor isso, acho que comete um erro, porque pode prejudicar a apuração efetiva daquilo que, no primeiro momento, foi revelado pelas investigações, pelas apurações da CGU, pela própria Polícia Federal e daquilo que está na imprensa, que nós estamos acompanhando, tanto é que foi objeto de proposição. E no relatório, se a gente pegar alguns dados, num plano de trabalho, os números que ele traz é referente a esse período objeto inicial. Portanto, não tem sentido alongar.

E também concordando com o Deputado Rafael – e para que a gente não fulanize a disputa –, se nós vamos apresentar e aprovar a convocação de todos os ex-ministros, ex-presidentes do INSS, ex-diretores da Diretoria de Benefícios, que a gente faça isso – todo mundo – de uma vez. Se a gente excluir alguém, parece que nós queremos proteger. E aí nós vamos ficar na disputa em torno do nome. Nesse primeiro momento não é bom isso. Não é bom. Não é bom. Porque é estranho, de fato, Deputado Rafael.

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A gente põe alguns e ali não está, por exemplo, o Guedes, que teve responsabilidade; o Ônix, o penúltimo Ministro; ou o anterior ao Oliveira, que é um personagem central.

Aliás, sugiro que o Relator, no relatório – quero citar isso ao Relator –, não mencione nenhum nome; que ele mencione alguns que são importantes: o Careca e outros, mas nós podemos falar do Rolim, nós podemos falar do Oliveira. Então não é bom mencionar. Nós temos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

um plano imparcial. Nós temos que ter linha de trabalho. Quando a gente começa a fulanizar, a gente pode ter uma disputa desnecessária no momento.

Então também faço coro de que o ex-Ministro Guedes esteja lá, o Ônix esteja lá, e nós temos um Senador que faz parte dessa CPMI, que também foi ministro e que lá colocou um personagem, por exemplo, importante, que é o Rolim, que está convocado. O Ministro, então, pode colaborar conosco com informação.

Então que todos estejam, para que a gente não prejudique o trabalho e os andamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, *(Fora do microfone.)* Deputado Alencar Santana.

Com a palavra o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, quero desejar êxito na sua condução à frente dessa CPMI.

E entendo... Inclusive, Deputado Coronel Chrisóstomo, eu apresentei um requerimento e aguardo a análise desta Mesa para ampliação do objeto de investigação para que também sejam apurados eventuais fraudes na celebração de contrato de empréstimo consignado. Lembrando que essa CPMI tem um fato atípico: a gente começa a CPMI, mas já há investigação tanto da Polícia Federal quanto do Ministério Público Federal e, inclusive, denúncia da AGU por parte de pessoas que já estão sendo devidamente responsabilizadas e acusadas.

Dito isso, Sr. Presidente, pelo relatório do Tribunal de Contas da União, somente em 2003, nós temos um volume de 35 mil operações de crédito consignado, superior a R\$90 bilhões, e há identificação de que parte desses empréstimos foram realizados sem sequer o conhecimento desse beneficiário, desse tomador do empréstimo. Lembrando que, no Brasil que a gente conhece, um trabalhador, um aposentado que recebe um salário mínimo muitas vezes não consegue chegar à mesa do gerente de banco, Deputado Rafael, não por discriminação, mas pela prioridade que o banco dá em realizar um empréstimo, fora a burocracia. É estranho uma pessoa sem pleitear um empréstimo, e o banco esteja resolvendo essa situação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já foi dito aqui, nós temos milhões de brasileiros e brasileiras. Eu venho de um estado que é o maior estado da Federação, com 1.500.040.000 de quilômetros quadrados, que é o Estado do Amazonas. Nós não temos um médico perito em todo o interior do Estado do Amazonas. Mas essa realidade da ausência desse tipo de profissional não é estranha à Amazônia brasileira, em que milhões de pessoas esperam o benefício da previdência social e, quando conseguem o benefício, no outro dia tem uma instituição bancária oferecendo crédito. Isso é muito estranho. E eu entendo que é importante que essa CPMI também se aprofunde nessa questão, é lógico, ouvindo a consultoria jurídica e o entendimento deste Colegiado, para que a gente possa também investigar essas fraudes, com esses valores já identificados de R\$6,3 bilhões, que atingem aí aproximadamente 9 milhões de beneficiários da previdência social, entre aposentados e pensionistas.

Mas lembro o seguinte, o que é importante, Sr. Presidente – eu entendo dessa forma e eu não tenho dúvida que, com a experiência e o conhecimento de V. Exa... -: o INSS é uma instituição importante para este país. Talvez seja uma das instituições responsáveis por mitigar aquele que é o maior abismo social do Brasil, que é a desigualdade social.

(Soa a campainha.)

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E nós precisamos aqui não só responsabilizar culpados, mas tirar indicadores para que a gente possa preservar e blindar essa instituição, para que situações que ocorreram, como essa, não voltem a repetir. Não só em relação ao INSS, mas que também, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, eu vou descontar.

Por gentileza, temos um orador em fala.

Por favor, pois não.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Mas que também, Sr. Presidente, a gente possa aqui tirar esse encaminhamento para que eventuais programas sociais do Governo não estejam passando pelo mesmo problema de fraude, porque, se isso ocorre em situações como essa em que idosos, em que arrimos de família, em que pessoas em condições de extrema pobreza estão sendo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vítimas dessa situação, a gente não pode permitir. Ao identificar isso, que a gente tenha solução enquanto Parlamento de blindar o INSS e de melhorar a transparência na execução dos programas sociais do Governo.

Era isso, Sr. Presidente. Eu me coloco à disposição e corroboro o Deputado Rafael: a gente deve convidar todos os ex-presidentes do INSS, todos os ex-ministros da Previdência Social e todos aqueles que estejam envolvidos.

E encerro minha fala pedindo que seja analisado pelo Relator o meu requerimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Como último orador para este momento da sessão, o Deputado Coronel Chrisóstomo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, depois nós vamos para a finalização do acordo do plano de trabalho. *(Pausa.)*

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos.

Eu estou um pouco nervoso, porque esse final de semana, Presidente, além de eu estar em recuperação de saúde, eu fiquei desapontado – desapontado – com a homofobia desse Presidente do Brasil em dizer que negro e sem dente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Racismo, aliás; homofobia, não. Racismo total em dizer que negro sem dente não pode aparecer para o mundo. Eu fiquei desestabilizado, Presidente, com o racismo total imposto por esse Presidente aos negros brasileiros. Então me desculpe, eu estou realmente bastante abalado com essa fala de racismo desse Presidente homofóbico e racista do Brasil. É, Brasil, a coisa está feia com esse Governo.

Presidente, eu queria fazer uma solicitação antes: que sejam apresentados todos os aposentados, pensionistas e deficientes físicos que foram roubados por esse desgoverno, por





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado. Por que, eu vou lhe dizer, por estado? Porque eu não sei se, no meu estado, tem gente roubada. Eu até sei, mas oficialmente eu não sei. Quantos foram roubados no meu Estado de Rondônia? Eu não sei, eu ainda não sei! Eu preciso saber, porque eu estou ao lado dos aposentados, pensionistas e deficientes físicos do Estado de Rondônia. Eu não sei se são meia dúzia, milhares. Eu acho que é importante, nos nossos estados, nós sabermos, Presidente. Então, faço essa solicitação ao senhor, que apresente esses dados para nós Parlamentares podermos defender os nossos aposentados, pensionistas e deficientes físicos que estão sendo roubados por esse Governo.

Outra solicitação que quero fazer para o senhor: eu sei que o Governo está pagando com o dinheiro do povo os nossos aposentados, pensionistas e deficientes físicos, mas nós temos, Presidente, que tirar esse dinheiro das associações, dos sindicatos e daqueles que roubaram. Nós temos que tirar tudo deles para devolver esse dinheiro aos que estão sendo roubados! E não o Governo tirar dinheiro do povo para devolver aos nossos aposentados e pensionistas.

Então, aqui eu quero falar para o Brasil: o dinheiro tem que sair dos sindicatos! Tirem tudo dos sindicatos, tirem tudo do que essas associações têm, para devolvermos o dinheiro de quem foi tirado: aos pensionistas, aos aposentados e aos deficientes físicos.

É uma vergonha o que está sendo feito por este Brasil, por esse desgoverno que mente ao povo, que rouba descaradamente dos brasileiros. Isso nos enoja. Não só... Eu sei que tem gente da esquerda também que está totalmente insatisfeito com esse desgoverno.

E aqui, Presidente, eu sei que tem vários Parlamentares – em especial, da esquerda – que sequer assinaram a CPI ou a CPMI, mas estão dando de galo aqui, ó. Não assinaram! A maioria da esquerda não assinou nem CPI, nem CPMI.

E aqui, Presidente, eu fico feliz. E aqui, olhando nos olhos do povo brasileiro, este Deputado de Rondônia, Coronel Chrisóstomo, foi o primeiro Parlamentar do Congresso a se mexer para buscar assinatura para a CPI e descobriremos quem está roubando os nossos aposentados e pensionistas. Eu agradeço muito aos Parlamentares que assinaram em tempo recorde, mas eu tenho que dizer para todos que eu me mexi por primeiro para descobriremos quem está roubando dos nossos aposentados, pensionistas e brasileiros, Presidente. Está bem?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Agradeço esta oportunidade e digo para o meu Estado de Rondônia e para o Brasil: vou continuar lutando até o fim para descobrir quais são os ladrões!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Na sequência dos oradores, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar V. Exa. pela Presidência, pela forma como vem conduzindo os trabalhos, ao passo que eu quero aqui também saudar o Relator, o Deputado Alfredo Gaspar: que tenha serenidade, equilíbrio e paute a relatoria com bastante responsabilidade.

Acho que o plano de trabalho é extremamente positivo e nós temos que apurar. O objetivo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é apurar a responsabilidade, doa a quem doer, né? Doa a quem doer. Eu tenho minha consciência muito tranquila com relação à CPMI, como a forma como eu pauto minha vida, tanto no Parlamento como aqui. Tenho muito orgulho de dizer que eu exerci por 27 anos a função de delegado de polícia civil e sou Professor de Direito Penal e Processo Penal – com muito orgulho.

Espero que esta CPMI tenha respeito com relação aos colegas Parlamentares e que a gente faça as inquirições e a coleta de provas de natureza objetiva e subjetiva, para ao final responsabilizar quem de qualquer forma tenha concorrido para essa prática nefasta e criminoso.

Agora, eu também quero fazer uma ressalva sobre esse ressarcimento para as vítimas. Eu duvido se outro governo faria imediatamente esse ressarcimento, porque quem não pode ficar sem assistência são as vítimas, para que, aí sim, em seguida, apurando-se quem foi que deu causa a isso, entre com as ações regressivas para que elas possam ser responsabilizadas. Mas, no primeiro momento, o principal destinatário é o ressarcimento desses aposentados e pensionistas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que ter a responsabilidade de entender que o Governo tem tido e vem agindo de forma extremamente contundente na apuração, no fortalecimento. Claro, está apurando agora o comportamento da Polícia Federal, da CGU, não importa. As instituições estão funcionando e estão apurando. Veio à tona, está-se dando a resposta, doa a quem doer. E agora o papel da CPMI é buscar de onde que veio, analisar qual foi ou quais são as entidades associativas que efetivamente agiram com dolo, má-fé e praticaram esses crimes e responsabilizá-las penal, civil e administrativamente, na certeza de que nós podemos, sim, dar uma contribuição.

E essa CPMI tem essa responsabilidade de apurar na sua totalidade – e eu volto a falar: na sua totalidade, doa a quem doer –, apurando, desde o início, como esse fato... qual foi a conduta, o *modus operandi* e responsabilizando eventuais entidades associativas, seja pessoa física, seja pessoa jurídica; mas, volto a frisar, com a responsabilidade penal, civil ou administrativa que lhe possa ser atribuída, tanto a título de dolo como a título de culpa, tanto a título de ação quanto a título de omissão, seja autor, seja coautor ou partícipe na prática criminosas.

E eu espero que essa CPMI vá, sim, dar uma resposta, que ela seja propositiva e que nós tenhamos aqui a serenidade, a sobriedade, o equilíbrio emocional para dar uma resposta a toda a população brasileira, na certeza de que temos aqui um trabalho muito propositivo com essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Parabéns, Sr. Presidente, Senador Carlos Viana. Parabéns ao Deputado Alfredo Gaspar, que é o Relator. Acredito no trabalho, na seriedade de V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Enquanto nós terminamos aqui a finalização do acordo, com a palavra a Senadora Damares Alves, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, só uma informação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Pela ordem.) – É porque eu estava inscrita, mas eu estava participando lá da reunião com os colegas. V. Exa. me permite a fala depois da Damares?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Logo em seguida à Senadora Damares, V. Exa. terá a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro eu lamento a ausência de uma mulher na Mesa. E não é uma pauta aqui de mi-mi-mi, não é uma fala de mi-mi-mi, de feminista, não; é porque nós mulheres somos diferentes, temos uma sensibilidade muito grande, poderíamos muito ajudar na condução dos trabalhos. Mas estou feliz: Duarte também tem uma sensibilidade muito grande, vai nos ajudar muito.

Relator, a minha fala é muito rápida. Numa investigação desse porte, nós vamos ter muitos danos colaterais, muitos. E pessoas inocentes poderão ser alcançadas. Já existe, Relator, um número enorme, Presidente, de requerimentos para trazer a esta Comissão a D. Francisca da Silva de Souza. Eu queria fazer um apelo à Mesa: a D. Francisca da Silva de Souza – eu fui investigar, eu estou olhando o nome de todos os que estão sendo convidados ou convocados – é uma senhora de 72 anos de idade, analfabeta. E abriu-se uma associação e a colocaram como Presidente. E os descontos dessa associação são enormes, mas, pelo que eu sei, ela não sabe de nada, inclusive ela está assustada com tantas vezes que o nome dela tem sido citado. Eu busquei o processo sobre ela, ela tem um defensor público.

Eu queria sugerir ao Relator e ao Presidente que, antes de a gente trazer uma senhora de 72 anos – que está, inclusive, já adoentada por causa de tantas citações do nome dela –, a gente trouxesse o defensor público que está cuidando da defesa dela em inúmeros processos. Dessa forma, Relator, a gente garante o mínimo de respeito à dignidade humana. Porque os bandidos usaram muitas pessoas inocentes, e eu estou com muito medo de a gente trazer pessoas inocentes que serão expostas aqui. Às vezes o dano que a gente vai causar à imagem desse inocente não vai trazer nenhum benefício para as nossas investigações. Que a gente tivesse esse olhar apurado para essas pessoas humildes que foram usadas como laranja: antes de serem trazidas para cá, a gente pode ter uma conversa, quem sabe de forma reservada, com elas. A exposição, para muita gente, vai ser assim, na verdade, um horror. Então, uma dessas pessoas é a D. Francisca da Silva de Souza.

O que a gente pode fazer? Trazer o defensor. Segurar a aprovação desses requerimentos um pouco, conversar com os autores, trazer o defensor dela, um defensor público, e a pessoa que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a antecedeu na presidência dessa associação, que, de forma maldosa, passou a presidência para ela para que acontecessem tantos desvios.

É só esta a minha preocupação, Presidente e Relator: com os danos a terceiros que nós podemos provocar, esses danos colaterais que uma investigação desse porte poderá ter – e poderá prejudicar muita gente.

Então, é só isso. E inclusive já tem muito requerimento apresentado. É a gente buscar esses requerimentos e segurar um pouquinho.

Essa é a minha fala hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Damares Alves.

Na sequência, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente Carlos Viana, Sr. Relator, Deputado Alfredo Gaspar, eu já inicio, Presidente, lhe desejando sucesso como Presidente desta Comissão. V. Exa. sabe do respeito e apreço que tenho por V. Exa., muito grandes.

Quero também desejar sucesso ao Deputado Alfredo Gaspar. Eu sei que a trajetória dele como fiscal da lei e carreira no Ministério Público será importante para que este relatório possa ser de fato conclusivo, um relatório imparcial, um relatório que foque nas investigações.

E inicio isso, Presidente, dizendo que, quando o Brasil inteiro foi surpreendido por esta grave denúncia de descontos não autorizados por idosos, no Brasil, na verdade, chocou a população brasileira, porque a gente sabe que é muito terrível desviar recursos de qualquer setor, é algo abominável. Mas desviar recursos de pessoas pobres – algumas em situação de muita vulnerabilidade, e ainda mais pela sua idade –, que vivem a vida inteira num trabalho e, ao final da vida, ainda têm que passar por uma situação como essa de constrangimento, de subtração dos seus recursos e, portanto, é claro, de um roubo, que tem que ser inaceitável... Passa, é claro, por uma investigação apurada, que deve abarcar, além de ex-ministros, ex-presidentes do INSS, da Previdência do nosso país, diretores de benefícios – não é? –, associações que claramente têm uma ligação direta com esse tipo de fraude.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a nossa torcida é que isso ocorra de forma imparcial, para que as prerrogativas dos Parlamentares aqui neste Colegiado possam ser asseguradas. É um Colegiado plural, com pessoas que pensam diferente, que têm opiniões diferentes e que precisam ser resguardadas no exercício da sua atuação parlamentar.

Eu quero deixar aqui, Presidente – não quero usar todo o meu tempo –, que a nossa posição nesta Comissão será uma posição rigorosa de exigir uma investigação aprofundada, célere, para chegar de fato aos verdadeiros culpados por esta roubalheira dos idosos na nossa nação brasileira.

E finalizo deixando os meus cumprimentos ao Presidente da República, o Presidente Lula, que, imediatamente ao ter conhecimento desta fraude, promoveu as exonerações necessárias dos possíveis envolvidos com essa fraude. Essa exoneração foi de forma imediata. E, posteriormente, ele promoveu a retomada desse recurso para os idosos do Brasil – os dados apontam 6 bilhões de dinheiro retirados dos idosos, e, já até o presente momento, chega a 2 bilhões o retorno desse recurso para o bolso dos nossos idosos no nosso país. Para além disso, o Presidente imediatamente também, além do ressarcimento, fez a suspensão dessas cobranças. Também foi um fato importante, porque ele interrompeu uma fraude que vinha caminhando – e é bom que se diga – de vários governos anteriores a este.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senadora Eliziane Gama, só um minutinho – vou contar o tempo.

Senhores, se formos continuar no... Está tudo certo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, então, poderíamos ir para a secretaria e lá darmos sequência aos acordos, para que a gente possa respeitar a fala dos oradores que estão em plenário.

Senadora Eliziane, por favor.

Mais um minuto, por favor, para a Senadora Eliziane Gama.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A postura do Presidente Lula mostra que a fraude não começou no seu Governo, mas o interrompimento aconteceu no Governo, por uma ação enérgica, célere e responsável do Presidente Lula. A postura dele demonstra claramente que, além de ele não ter qualquer tipo de participação e qualquer tipo de responsabilidade, ele interrompe e defende uma investigação célere. A Controladoria-Geral da União, da mesma forma como a AGU, teve um papel primordial nesse papel... O Ministro Messias recebe de nós os nossos cumprimentos e o reconhecimento do que ele representa no processo de investigação e de buscar os verdadeiros culpados para naturalmente aí fazer a aplicação *a posteriori* pela magistratura brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Em resposta a V. Exa. e também aos questionamentos da imprensa, eu quero ler aqui o embasamento da decisão que tomei com relação à proteção dos dados individuais.

A respeito da norma sobre os trabalhos da imprensa no andamento dessas investigações, esta Presidência não trouxe qualquer novidade em relação ao que foi decidido na CPMI dos Atos de 8 de Janeiro. Naquela CPMI, não houve qualquer questionamento.

Ainda, a elaboração dessa norma contou com o auxílio da Advocacia do Senado, com vistas a resguardar a sua absoluta legalidade. Esta Comissão e esta Presidência resguardam na máxima amplitude a liberdade de imprensa e a atividade dos profissionais de comunicação.

Assim, a norma não fixa qualquer dever desarrazoado, conforme exemplos: portar visivelmente a credencial ou autorização, agir com urbanidade e disciplina no desempenho das atividades, cumprir as normas regulamentares do Senado.

Por outro lado, é dever da minha Presidência, como Presidente, garantir o bom andamento das investigações, as quais se desenvolvem em boa medida neste plenário. E isso se trata de cumprir o art. 58, §3º, da Constituição Federal.

Há, evidentemente, uma tensão dialética entre o dever investigativo da CPI e outros direitos de envergadura constitucional.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero ressaltar aqui o que está na Lei de Proteção de Dados: art. 5º, inciso X: assegura a intangibilidade da esfera íntima dos indivíduos, tendo consagrado, inclusive, o direito à sua reparação em caso de violação; art. 5º, inciso XII: a inviolabilidade das comunicações pessoais, entre as quais se inclui a telefônica – esse sigilo de dados constitui uma das expressões do direito de personalidade, somente podendo ser quebrado mediante ordem judicial devidamente fundamentada.

Nota-se que o acesso a este plenário é restrito, diante da quantidade de membros desta Comissão, e é necessário resguardar dados de natureza eminentemente privada, não apenas dos membros, mas de todos os presentes.

Destaco que não se trata de qualquer tipo de censura, mas tão somente de cumprir dispositivos da Constituição, da Lei Geral de Proteção de Dados, resguardando direitos constitucionais de intimidade.

Tenho certeza de que não haverá qualquer arbítrio desta Presidência na aplicação de normas, mas peço o cumprimento do que está previsto em lei, como disse no início.

Vamos dar sequência aos nossos trabalhos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Pela ordem.) – Em cima da decisão do 8 de janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... que foi tomada lá atrás pelo Arthur Maia – e, registre-se, com o meu posicionamento diferente, contrário –, houve naquele momento uma decisão do Ministro Fux sobre essa decisão, considerada inclusive por ele como desproporcional, porque violaria o livre acesso e o direito de exercer a sua profissão por parte do fotógrafo. Aliás, decisão que foi, na sequência, remetida ao Plenário.

A minha observação nesta Comissão, Presidente, é porque V. Exa. colocou uma decisão muito ampla. É muito complicado você impedir, por exemplo, que um fotógrafo não registre. Agora...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu nem estou me referindo a documento sigiloso. Eu acho que, com documento sigiloso, o próprio Parlamentar tem que ter esse cuidado, porque você entra numa sala-cofre, você vai lá... Tem alguns documentos que sequer saem da sala-cofre.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você apenas faz a sua anotação por escrito e de lá você sai com essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, eu acho que há um pouco de excesso de deixar isso de forma muito ampla.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senadora, o recorte que V. Exa. faz não está dentro do que foi colocado por esta Comissão, por esta Presidência. Nós estamos falando aqui de documentos ou mensagens individuais e privadas que estão protegidas pela Lei de Dados, de que V. Exa. inclusive votou a favor e que a gente precisa relembrar.

As fotos da CPMI, dos documentos são perfeitamente livres e disponíveis. Mas eu só lembro que as informações pessoais estão protegidas por lei e nós vamos dar garantia a essas questões aqui.

Senador, Senador... Deputado Relator, temos um acordo, Deputado Relator?

O SR. ALFREDO GASPARI (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Tivemos uma conversa lá com a oposição e a situação. O Líder da situação pediu o acréscimo de um texto muito curto em relação ao plano de trabalho, com o qual eu concordei, que é a respeito do bloco de entidades que foram cadastradas, o período. E nós iremos colocar.

E também pediu para que retirasse do plano de trabalho a questão da amplitude do acesso de técnicos da CGU, além de técnicos da CGU, e nós também concordamos.

Então, foram essas as duas principais reivindicações.

E, no plano de trabalho, pelo que eu entendi, está tudo o.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acredito que foi uma reunião importante entre o Relator, os representantes da oposição, representantes do Governo e Líderes dos partidos que quiseram acompanhar a reunião. E, mais do que uma discussão sobre o plano de trabalho, foi uma reunião para que nós pudéssemos também estabelecer procedimentos... Nós, aqui, que somos Parlamentares, sabemos que, entre nós, muitas vezes, aquilo que é falado e aquilo que é acordado sequer precisa estar escrito. Eu, pelo menos, sou dessa tradição, dessa forma de fazer política, e considero que tudo aquilo que foi tratado na reunião tem um valor muito grande.

O que é que nós decidimos, se eu bem entendi e se é essa mesmo a compreensão do Relator e dos demais integrantes, desse diálogo que nós estabelecemos? Vamos aprovar o plano de trabalho, com essas pequenas considerações que nós solicitamos para o ilustre Relator, e entramos um pouco também já na discussão dos requerimentos, como parte desse entendimento.

E o que é que nós conversamos, Presidente? Desde questões mais simples, como: só vamos votar requerimentos em bloco quando forem requerimentos de acordo, nós não vamos criar polêmica sobre pedidos de informação – a princípio, todos os Parlamentares que quiserem buscar informações terão os seus requerimentos aprovados – e vamos trabalhar numa ordem cronológica no que diz respeito à participação de ministros, presidentes do INSS e diretores de benefício do INSS. Isso não interfere em outras pessoas que o ilustre Relator ache importante que sejam ouvidas já de início, como o delegado que está conduzindo o inquérito principal, a representante da CGU que participou da investigação...

Então, nós estamos tratando aqui da questão cronológica dos agentes públicos. Quais seriam? Todos os ministros, de 2015 para cá, que tinham responsabilidade direta na gestão do tema da previdência; os presidentes do INSS; os diretores de benefício – todos os diretores de benefício –; Dataprev; e os presidentes das associações – todos os presidentes de associações.

Então, nós aprovaríamos, de acordo, requerimentos que respeitem esse entendimento. Vou repetir: os ministros, dentro daquilo que nós acordamos; os presidentes do INSS; os diretores de benefício; os presidentes da Dataprev; e os presidentes de associação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir disso, então, o plano de trabalho terá o apoio de todos nós. E nós vamos conduzir os trabalhos levando muito em consideração a fala de V. Exa. e a manifestação do Relator de que nós vamos trabalhar aqui para investigar a fraude do INSS, identificar os responsáveis por esse roubo bilionário, quem foram os agentes públicos que ajudaram para que esse esquema criminoso funcionasse e quem foram os beneficiados...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... onde é que foi parar o dinheiro. Dentro desse compromisso e desse escopo de trabalho, nós acreditamos que é possível que a gente possa aprovar o plano de trabalho de forma consensual.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Paulo Pimenta. Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Bom, Sr. Presidente, nós, na verdade, havíamos escutado atentamente o Deputado Alfredo Gaspar na ocasião em que ele apresenta o plano de trabalho. Fizemos aqui algumas sugestões que foram contempladas, inclusive em comum aqui com o Deputado Paulo Pimenta, como a questão da Dataprev, a questão da própria cronologia, que vai nos permitir ter uma ideia do escopo do processo como um todo.

Eu até acredito que nós poderíamos voltar um pouco mais no tempo, mas, no acordo, é importante que nós tenhamos aqui, minimamente, uma condição de definição de em que nós vamos nos debruçar. Ficou claro também que, se surgirem algumas situações ligadas a outras possibilidades de infração ou de esbulho aos aposentados, como é o caso da questão dos consignados, do seguro-defeso, a própria circunstância vai fazer com que nós possamos nos debruçar sobre o tema.

Eu fiquei muito preocupado com o que eu entendo que é uma seletividade – aí eu peço a atenção do nosso Relator da investigação –, porque a imprensa deu muita publicidade ao Maurício Camisotti e ao tal do Careca do INSS. São 41 entidades, e só são duas entidades ligadas a essa situação, me parece que são – deixe-me ver se não estou enganado aqui – a Ambec e a Cebap, são essas duas.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Tem três.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Tem três? Mais uma. Então, a gente está falando de 41 entidades. Na hora em que houver o convite ou a convocação para que os presidentes de entidades estejam presentes, é importante que todos eles sejam convidados ou convocados.

E uma preocupação que tivemos – aí eu chamo a atenção do ilustre Líder Deputado Pimenta – é que, até por uma questão de civilidade, de trato, no caso específico dos Srs. Ministros, nós temos a possibilidade de convidá-los num primeiro momento. Caso eles não tenham o interesse de participar, aí sim, nós partiríamos para uma convocação. Mas era importante que a gente tivesse essa gradação, que foi acordada com o Relator e com o Líder do PT.

Então, acho que nós estamos contemplados. Bola para frente e vamos fazer um bom trabalho, não tenho dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela ordem.) – Na verdade é só esclarecimento do Relator: entre as entidades, eu queria consultar se, da Amar Brasil, o Sr. Felipe Macedo está incluso. A Amar Brasil me parece que está com uma ABCB, não é isso?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Exatamente.

Agora, se o senhor me permite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – ... o Presidente acabou de dizer – e eu acho que é o termo mais apropriado – que todas elas, estando ou não nos requerimentos, estarão convocadas, na qualidade dos presidentes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não, eu estou considerando...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, eu estou considerando...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente, a gente tem que respeitar a ordem da lista, senão fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só um instante.

Nós vamos retornar aos oradores.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Nós estamos definindo aqui a questão do acordo para o plano de trabalho.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – E, na verdade, Pimenta, nós já estamos falando dos requerimentos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Nós temos um plano de trabalho primeiro, que a gente precisa colocar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... é que é parte do acordo, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vou propor ao Plenário o seguinte.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É parte do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vou fazer ao Plenário o seguinte: nós vamos, num primeiro momento, aprovar o plano de trabalho, que já é consenso. Em seguida, eu vou devolver a palavra aos oradores e nós vamos fazer juntos, com a Secretaria, os requerimentos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os detalhes que estão sendo colocados aqui, para que seja feito e a gente possa aprovar sob consenso.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Pela ordem, Presidente – pela ordem.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Vamos... Eu acho que o encaminhamento de V. Exa. é bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Vamos cumprir aquilo que foi acordado: vamos aprovar o plano de trabalho e vamos aprovar os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Em separado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... nos termos do que foi feito, o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Isso, perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – De 2015 para cá, na ordem cronológica, entre ministros, Presidentes do INSS, diretores de benefício, Dataprev e presidentes de associação, de todas as entidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – De todas.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Peço apenas a gentileza, se o Líder concordar, de que os ex-ministros sejam convidados, como foi proposto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Isso está dentro do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Os demais serão todos convocados.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Para mim, tudo que foi acordado está valendo.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, o Deputado Alencar Santana.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Pela ordem.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, só para que V. Exa... V. Exa. falou que, mesmo que uma entidade não esteja arrolada – requerimento específico para ela –, todas serão convocadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Todas.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – E o mesmo quero que, sim, seja feito também aos ex-presidentes e ministros. Se porventura algum nome faltou, que tenha o compromisso de todo mundo de que eles sejam convidados, no caso de ministro, e convocados, no caso de presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente, é só uma questão de ordem sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Pela ordem.) – É só um alerta ao Relator, porque alguns documentos de informação não foram incluídos. Por exemplo, o Requerimento nº 4 fala... O 236 fala da AGU. A AGU tem muita informação, e a gente precisava ter acesso a isso. Nós temos também o Conselho Nacional de Previdência Social, que também tem várias informações, como atas e etc., que são importantes. Dataprev, também tem dois requerimentos importantes de informação, o Requerimento 237 e tal. É que são informações para a gente pedir, não é?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor me permite só um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deixe-o terminar a palavra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Izalci, por favor, encerre sua fala.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – É só para contribuir, que é importante pedir logo essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator Alfredo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, comungando da ideia do senhor e dos que fizeram o acordo, as informações serão sempre concedidas, dentro daquele escopo de consenso, o que será muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Dando sequência, então, ao trabalho desta Comissão, coloco aqui em votação o acordo do plano de trabalho que foi apresentado.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o plano de trabalho.

Devolvo a palavra aos oradores, dessa vez ao Senador Jorge Seif, enquanto a Secretaria, o Relator e os representantes das Lideranças já finalizam a redação dos requerimentos que serão colocados em votação a seguir.

Senador Jorge Seif, cinco minutos, por favor.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero primeiramente agradecer e parabenizar o senhor pelo trabalho; e o Relator também.

Agora, vai ter que ser um trabalho de muita coragem, e eu explico para o senhor. Nós ouvimos há pouco, aqui, alguns Parlamentares, de forma inclusive falaciosa, dizendo que o Presidente Lula está preocupado, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante, Senador.

Eu peço, por gentileza, silêncio para que possamos ouvir o orador.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – E, pelo que nós vemos na imprensa, e não é difícil achar, o Lula tentou interferir, através do Supremo Tribunal Federal, que é o seu jardim de infância, um conluio, para que suspendessem as investigações do INSS por motivos óbvios.

Sr. Presidente, olhe aqui: 41 instituições estão sendo investigadas; a CGU apontou 25; a AGU e a Polícia Federal só querem investigar 12. E o detalhe: uma das maiores, que mais concedeu ... Mais concedeu não, que mais cometeu fraudes, tem o irmão do Lula. E aqui eu preciso ouvir que o Lula está interessado.

Essa aqui foi a maior derrota do Governo desde que eu tomei posse, em 1º de fevereiro de 2023. A cara dos governistas... Estão em desespero.

O senhor e o Sr. Relator têm uma grande responsabilidade com cada um dos aposentados aqui. Nós não podemos afrouxar, nós não podemos recuar. Já sabemos que estão, inclusive, oferecendo cargos, estão oferecendo estatal, estão oferecendo o diabo para comprar voto aqui e mudar membro aqui. Nós não fomos eleitos por projeto de poder, nós temos um compromisso com o Brasil. E o senhor tem a grande oportunidade, e eu tenho certeza de que o fará, de elevar o Estado de Minas Gerais e mostrar que eles perderam por duas questões: estratégica e – pela ajuda de Deus – por alguns membros, do lado dele, não votarem. E aí foi encerrada a votação, e eles tomaram um pau gigante. E é a nossa grande oportunidade. E agora eu quero provar...

Presidente, pelo amor de Deus, tem que respeitar. Eu fico ouvindo-os falando um monte de besteira na minha vez. Eles estão atrapalhando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eles estão... Calma, Senador. Calma, calma, Senador. Calma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Não te perguntei nada, meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, calma, Jorge, por favor. Nós temos aqui um tratamento sempre cortês com todos, inclusive com as diferenças. Peço a gentileza de V. Exa. para se acalmar, para que a gente possa dar sequência.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O grupo já está lá para elaborar.

Continue, Excelência.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente, só para finalizar, vou mostrar aqui a quem está nos acompanhando: recorde de fraudes, em 2023, com 1,295 bilhão; em 2024, em que eles já estavam mais à vontade ainda no Governo, 2,723 bilhões; e agora, em 2025, quando veio o escândalo à voga, 885 milhões. De 2015 a 2022, nós estamos delimitados por esse tempo – de 2015 a 2025, nesse marco temporal –, nós vemos que, sob a gestão Lula, foram os maiores prejuízos. E se houve ladrões em Governos anteriores, inclua aqui o do meu Presidente Bolsonaro, de Temer, de Dilma, nós não temos bandidos de estimação, nós vamos atrás, nós vamos investigar.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – E eu espero que membros da direita, da esquerda tenham compromisso não com o Governo, não com ladrões, mas tenham compromisso com os aposentados que foram lesados.

Sr. Presidente, com essas minhas palavras, eu agradeço. Desejo sorte. Que Deus abençoe o senhor, que Deus abençoe o nosso Relator Alfredo Gaspar, porque a missão é grandiosa com o nosso Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputado Beto Pereira. *(Pausa.)*

Está presente? *(Pausa.)*

Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Deputado Zucco.

O SR. ZUCCO (PL - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, dia histórico. Começa hoje aqui a CPMI, Deputados e Senadores, de quem lesou idosos, pensionistas e – acreditem! – pessoas com deficiência. Essas pessoas são desumanas e vão pagar caro por tudo o que estão cometendo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses crimes bilionários só estão aqui sendo debatidos porque nós da oposição demos luz, após a denúncia de um *site*. Nós da oposição, os Líderes e os partidos sérios exigiram que este momento acontecesse. E – pasmem! – este Governo de um ex-presidiário tentou de tudo para que não acontecesse a CPI para investigar os roubos do INSS. E o pior – acreditem! –: eles queriam colocar, Deputados e Senadores, um Presidente e um Relator que nem tinham assinado esta CPI. Talvez teatro, ou pizza, ou enrolação, mas nós da oposição mostramos o que é o correto, fizemos o que é certo e não o que é fácil. Temos hoje um Presidente em quem o Brasil confia, um Relator extremamente capacitado, técnico, Promotor de Justiça, tarimbado, que vai trazer à tona a transparência dos roubos que aconteceram aqui.

Para vocês terem uma ideia... Peguei alguns estados... No meu, no Rio Grande, foram entrevistados, Sr. Presidente, idosos, e 90% dos entrevistados não autorizaram nenhum desconto. Mas vamos lá, 90% é muito? Em Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, 100% dos entrevistados não autorizaram desconto. Criminosos, desumanos! E detalhe: querem falar com a narrativa... Os Deputados da esquerda, apavorados com esta CPI: "Não, vamos chamar os ex-Ministros". Chamem! Não temos criminosos de estimação.

Mais um detalhe: nos últimos dois anos e meio, agora, neste Governo Lula, quase R\$5 bilhões, mais da metade do que está sendo levantado só nesses dois anos e meio... A coisa vai esquentar. Vai ter gente que vai cair. Já teve um Ministro que caiu. E – por que não? – não teremos mais Ministros e, por sorte, um histórico Presidente que comete crime?

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer para o senhor que confiamos no senhor, Senador Carlos Viana. Minas Gerais está orgulhosa de o senhor ter sido escolhido. Alagoas está feliz com o meu grande amigo, técnico – que não é da oposição, ele é técnico –, Deputado Gaspar. E a gente está aqui deixando claro que vamos atrás do papel dos sindicatos, das associações lincadas a este Governo de esquerda.

Estamos passando por um período muito difícil no cenário político. Olha quanto tempo demoramos para investigar roubos dos nossos idosos, pensionistas, pessoas com deficiência.

(*Soa a campanha.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZUCCO (Bloco/PL - RS) – Enquanto isso, enquanto o Supremo e este Congresso dão celeridade para condenar um Presidente que nem crime tem, inventam tudo – é uma condenação relâmpago, né? –, aqui é moroso, justamente quando se trata da sociedade, da população, de milhões e milhões de idosos que foram atingidos.

O Brasil exige justiça. E nós, Deputados da oposição, Senadores da oposição, vamos garanti-la.

É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Zucco.

Com a palavra – agora eu vou dar início aos suplentes – o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou fazer a troca com a Deputada Bia Kicis, porque ela tem que sair. Eu falo na vez dela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Deputado Zé Trovão, pela gentileza.

Colegas, Líder da Oposição, Deputado Zucco, todos aqui presentes, esse é um momento realmente em que nós temos que assumir a responsabilidade de fazermos parte dessa CPMI, que eu acredito que seja a maior bomba que vai explodir nesse desgoverno. Aqui a gente tem Deputados da base governista que dizem que querem investigar. A gente espera que sim, porque todas as demonstrações que V. Exas. deram até agora, inclusive o Presidente da República, é de que não queriam investigação. Tanto é que, à exceção de talvez um membro do PT, os demais não assinaram e fizeram de tudo para evitar que esta CPMI ocorresse.

E, ao mesmo tempo, o Judiciário se armou também para impedir as investigações. Os processos, as ações estavam concentradas, com o Ministro Dias Toffoli, que paralisou todas as ações em outras instâncias para que as pessoas tentassem recuperar o seu prejuízo.

Mas, felizmente, a oposição agiu de forma organizada, com estratégia, e nós conseguimos reverter algo que era já um prenúncio de uma CPMI fracassada. É como se diz no dito popular:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma CPMI que terminaria em pizza. Felizmente, não haverá pizza desta vez, porque conseguimos a eleição de V. Exa., um Presidente que é equilibrado, que é uma pessoa independente, que está nessa cadeira para honrar esse papel, e de um Relator que nós conhecemos, sabemos da sua seriedade, do seu compromisso, seu único compromisso: a busca da verdade e da justiça.

Então, nós estamos aqui para isso. Estamos presentes, a oposição, iremos trabalhar com afinco e – por que não? – esperamos que os demais também trabalhem dessa forma. E que o Governo não venha usar das suas artimanhas, das suas manobras, que ele utilizou em outros momentos, outras CPIs, CPMIs, para exatamente fazer com que ela fosse uma CPMI do fracasso. Aqui não, porque o povo está de olho.

E a gente espera – mais uma vez eu vou dizer – que a imprensa tenha um papel fundamental, porque ou ela vai se colocar a favor dos trabalhos desta CPMI, com seriedade e a favor do povo brasileiro, que, nesse caso, é representado pelos mais humildes, os mais vulneráveis, ou ela vai se colocar contra esse povo e será lamentável esse papel.

Sr. Presidente, nós temos muita esperança, de fato, de que as investigações levem à punição dos culpados. Nós temos aqui situações esdrúxulas, como: "INSS: governo não processa sindicatos ligados ao irmão de Lula e à esquerda". Nós temos aqui uma matéria que saiu, se não me engano, hoje, no Metrôpoles, que fala da mansão, da grande mansão da família do já falecido então Presidente desse sindicato, que... Olha aqui: "Família de sindicato do irmão de Lula fez casa de 519m²; veja fotos". Aí fala da família do Inocentini, em Jarinu, São Paulo, e mostra aqui que eles recebiam comissão – comissão – por cada desconto indevido.

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Ou seja, é uma organização criminosa que está, há muito tempo, há décadas – há décadas –, dominando o INSS, fraudando, roubando, fazendo pouco caso dos pobres, das pessoas que trabalharam a vida inteira para ter direito a uma aposentadoria digna.

Eu tenho, na minha casa, uma funcionária que trabalha comigo há muitos anos, e ela constatou também o desconto ilegal, há muitos anos, na sua aposentadoria, além desses empréstimos consignados que a pessoa não faz, com que ela é enganada e tem também descontos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos aqui para trabalhar com seriedade. Vamos lutar contra qualquer tipo de manobra para prejudicar as apurações devidas.

Quero que todos contem comigo, com o meu trabalho e minha dedicação integral a esta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada Bia Kicis.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, o senhor poderia recuperar minha inscrição, porque eu estava, há pouco, lá dentro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Só dando sequência aqui, e já passo a palavra a V. Exa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está bom. Obrigado, Deputado. Obrigado, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, Senador Carlos Viana, primeiro, desejo a V. Exa. uma boa Presidência na nossa Comissão e que a gente possa fazer, de fato, uma investigação séria, porque esses crimes foram contra aposentados e também consignados, que nós vamos ver, por bancos e pessoas pobres por este Brasil afora. E não são poucos os aposentados – aliás, a grande maioria – que sequer sabiam que tinham descontos nas suas folhas de pagamento: R\$40, R\$30, R\$20, e eles sequer sabiam que entidades eram essas. E isso há muito tempo. Alguém disse aqui que se demorou a investigar – é verdade. Bolsonaro, por exemplo, sabia de tudo há quatro anos. Quem disse isso foi o Senador que estava aqui, ao meu lado, Izalci, em debate com o nosso colega, o Deputado Alencar Santana...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... que entregou a ele, inclusive, toda uma documentação de fraudes. E Jair Bolsonaro, tendo aquilo, eu agora – não o Izalci – falo: não fez nada. Nós ficamos quatro anos sem nenhuma apuração sobre esse fato. Se Izalci entregou isso





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Presidente, disse que havia fraude, foi lá com servidores do INSS, para mim, Jair Bolsonaro teria que depor, porque não fez nada. Esse seria... Teria que vir aqui evidentemente. O Relator, não sei por que, não o colocou.

O Senador Izalci deveria pedir que Jair Bolsonaro viesse aqui. Falo com sinceridade, porque, se foi entregue a ele, no mínimo ele prevaricou. Ele teria que levar isso à Polícia Federal, à Controladoria-Geral da União, teria que ter visto que era fraude e punido. Pelo contrário, durante o Governo Bolsonaro, vocês vão ver que várias entidades foram cadastradas, entidades que deram o cano nesses servidores e mais, mais e mais. Então, realmente demorou a apuração.

A apuração veio a começar no Governo do Presidente Lula, através da Controladoria-Geral da União, que é órgão que é independente, mas ligado ao Governo, e também da Polícia Federal, que iniciaram essa investigação. Ao saber de tudo isso, o Presidente interrompeu qualquer desconto e está devolvendo, já devolveu 80% dos aposentados.

Olhem quanta diferença! Bolsonaro recebeu tudo, nada fez. Lula soube, está devolvendo o dinheiro e fazendo a investigação.

Então, é mais um tiro no pé que a oposição dá ao colocar esta CPMI... Aliás, o segundo tiro no pé, porque o primeiro foi na CPMI do golpe, em que eles tentaram dizer que Jair Bolsonaro nada tinha a ver com o golpe, que era um coitado, um inocente que estava nos Estados Unidos passando mal e por lá viu aquilo, aquele quadro absurdo, que ele nada tinha a ver, um verdadeiro anjo! Não é o pensamento do Supremo, da Procuradoria-Geral da República, da Polícia Federal... E ele agora – começa o julgamento final no dia 2 –, no dia 12, estará preso e será, portanto, o presidiário Jair Bolsonaro. Então, a CPMI que foi um tiro no pé será outro tiro no pé.

Mas dados já falam disso. O Relator sabe desse processo, já deve ter lido isso nas matérias. Vocês ouviram aí o tal Careca do INSS. Olhem a matéria de onde o Careca do INSS se enriqueceu, vocês vão ver quando. Então, ele conseguiu comprar uma casa em fevereiro de 2024 – portanto, ele acumulou esse recurso antes – no valor de US\$3,3 milhões, ou seja, quase R\$20 milhões, com que o Careca do INSS comprou uma casa na Flórida, na praia, ou seja, ele vinha acumulando riqueza, esse Careca do INSS, porque, pelo passado dele, ele não teria esse recurso. Então, é evidente que houve, sim, todo um procedimento de roubo dessas entidades durante esse processo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa quadrilha continuou posteriormente? Sim! E tudo será descoberto...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A quadrilha se iniciou num período e está sendo investigada...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... até o dia em que se interromperam os processos. Então, essa quadrilha tem que ser toda colocada em xeque.

Eu pedi uma entidade em particular, que é de Belo Horizonte, Senador Carlos Viana: Abamsp. É uma entidade de Belo Horizonte de que ninguém nunca ouviu falar. Eu procurei saber dela. Ela existiu exatamente, acho, dois anos, depois ela sumiu de novo. Ela acumulou milhões e milhões, ela de repente... Ela tinha em torno de 4 mil servidores e passou para mais de 40 mil, 50 mil pessoas... Prestou serviços a aposentados durante dois anos e sumiu. Essa entidade eu já estou procurando saber, inclusive já convoquei a Presidenta. Ela não está ali no requerimento. Então, como tem um acordo, eu peguei o número do requerimento, e não sei por que não está ali, já foi colocado por mim. Essa entidade precisa ser verificada, porque é de BH, e o pessoal tem me cobrado que diabo de entidade é essa que roubou tanto, mas nós vamos descobrir.

Então, boa sorte, um trabalho bom para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente, art. 14. Peço a V. Exa. só um tempo para eu responder aqui, porque já é a segunda vez que colocam o meu nome, e eu não estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Para explicação pessoal.) – Eu quero explicar de uma forma definitiva essas questões que foram levantadas aqui.

O PT tem essa mania de criar uma narrativa mentirosa e ficar repetindo até achar... Eles mesmo achando que é verdade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui eleito Senador em 2018, recebi no meu gabinete, depois fui lá na associação dos peritos que solicitava – naquela época, em 2018, não tinha tomado posse ainda – para que os peritos pudessem ter acesso ao novo Governo, porque existia a questão da aposentadoria, em que bastava a declaração do sindicato, a questão do seguro-defeso – na época, Brasília tinha... acho que não caberiam os pescadores aqui no lago. Então, tinha uma série de irregularidades, e eles queriam inclusive participar com um bônus para os peritos e também participação lá no... e ir para o Ministério da Economia, não para o da Previdência. Eu sugeri que eles fossem lá no CCBB, onde estava a transição – Jair Bolsonaro não tinha tomado posse ainda. Eles foram, e, 17 dias depois – dia 17 de janeiro –, o Presidente da República encaminhou para esta Casa a MP 871, exatamente para evitar essas aposentadorias. Então, para estabelecer definitivamente.

E, depois, quando chegou aqui, eu fui Presidente da Comissão da MP 871. E quem votou contra esses controles foi exatamente o Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Essa é a minha explicação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Art. 14 respeitado.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Art. 14 também, porque eu fui citado pelo Deputado Rogério Correia também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Para explicação pessoal.) – Da mesma maneira como o Senador foi citado, também fui citado e quero esclarecer aqui: eu participei de dois debates ao vivo com o Senador Izalci Lucas, onde ele disse que tomou conhecimento de irregularidades no INSS, de descontos indevidos, e ele disse que levou ao ex-Presidente Bolsonaro, ao conhecimento dele.

Eu indaguei, Senador, ao vivo, se V. Exa. e se o ex-Presidente levaram ao conhecimento da Polícia Federal, se levaram ao conhecimento do Ministério Público, se tomaram alguma medida





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de suspensão dos descontos, se tomaram alguma medida de investigação, e V. Exa. ficou silente, calado. E repetiu ainda, na primeira entrevista: "Não, eu tomei conhecimento. Eu tomei conhecimento e levei ao Presidente". V. Exa... E depois teve uma outra entrevista dez dias atrás, V. Exa. repetiu isto com orgulho: "Tomei conhecimento e levei ao Presidente Bolsonaro". Indaguei novamente se V. Exa. levou à Justiça, se levou ao Ministério Público Federal, se cessou os descontos, se o Governo anterior... V. Exa.: "Não". E ainda fala que enviaram uma MP. Ora, e a Justiça, para apurar as irregularidades? Relator, V. Exa., que é um Promotor público... O Ministério Público teria competência, um Governo Federal, um Senador tomando conhecimento de levar isso ao Ministério Público para apurar e pedir ao Ministério da Previdência de então, ao Presidente do INSS que se cessassem esses descontos indevidos, mas nada foi feito. Ou foram omissos ou prevaricaram. Isso é claro e nítido. Não fui eu que disse, não fui eu que assumi, Presidente; foi um Senador, que depois disse que presidiu a Comissão da medida provisória, que veio para cá... Olha só, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado. Por gentileza, para encerrar.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não, não. Espere um minuto, só um instantinho.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Só um segundo, Presidente, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante. Eu estou sendo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não, não. Art. 14 só pode ser citado duas vezes. Eu estou sendo aqui gentil em ceder a palavra a todos. Então, eu vou pedir ao Deputado Alencar para encerrar, para a gente continuar a sequência dos oradores.

Por gentileza.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Vou concluir, Presidente, dentro do tempo.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Só para dizer que é mentira – viu, Presidente?



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Izalci, o senhor teve a palavra, Senador. Agora vamos ouvir.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Vamos passar a entrevista aqui ao vivo? O senhor topa? O senhor topa passar a entrevista aqui ao vivo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar, por gentileza...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor está dizendo que é mentira. O senhor topa passar a entrevista ao vivo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado Alencar, para encerrar.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Eu expliquei para vocês...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado Alencar, para encerrar, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Ele está me chamando de mentiroso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, por favor, para encerrar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor peça para ele também comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, nós temos aqui...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Peça comportamento. E ele está dizendo que eu sou mentiroso. Eu topo passar a entrevista aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por favor...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – V. Exa. presidiu a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vou dar sequência aos oradores. Vou dar sequência aos oradores.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – E você era o Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por gentileza, Deputado. Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exa. pela tolerância e pela condução...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é complicado, é complicado.

(Soa a campainha.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Senador Izalci... Senhores, teremos muito tempo ainda, de agora para frente, para colocarmos a limpo.

Obrigado.

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Presidente.

Obrigado e quero parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu estou tentando ser, assim, o mais claro possível, porque já disseram até que eu estou ameaçando a imprensa. Então, em um dia tenso como esse aqui, a gente está querendo estabelecer regras de convivência, de boa convivência. Então, por favor, eu peço aos Srs. Parlamentares que, o máximo possível, possamos nos tratar com a deferência que esse Parlamento exige.

Por gentileza, Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Até começo por aí, Presidente. Com todo o respeito que eu tenho à imprensa, eu entendo que dificilmente vão postar alguma imagem de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

telas de celular do Deputado, porque nem as mensagens da "vaza toga" a imprensa brasileira em geral, com exceções, quis publicar e praticou autocensura.

Nós vivemos num momento muito difícil, e muitas coisas que nós vimos acontecer hoje no Brasil, em termos de censura, contaram e continuam contando com a colaboração da imprensa brasileira – repito, salvo exceções. Espero que aqui a imprensa faça cobertura, de fato, de tudo aquilo que precisa ser apresentado.

Mas também faço aqui uma ressalva, Sr. Presidente, elogiando o trabalho do Relator, Deputado Alfredo Gaspar, que tem minha admiração irrestrita. Faço uma ressalva porque, Sr. Presidente, esse gráfico mesmo, por mais que tenha aparecido aqui e ali na imprensa, praticamente não é mencionado, né, Luiz Lima?

Porque é o seguinte: o PT está a dizer que o roubo começou antes, lá no Bolsonaro, aí o Lula viu, investigou e está devolvendo. Essa é a narrativa. A verdade, Sr. Presidente, é que desde que o mundo é mundo... Bom, desde que o INSS é INSS, existe roubalheira no INSS. Eu lembro que, quando criança ainda, via no Jornal Nacional a Jorgina de Freitas e o escândalo do roubo dos aposentados. Eu não estou dizendo que um crime justifica o outro; muito antes, pelo contrário, todos os ladrões devem ser punidos. Felizmente, em alguns momentos da nossa história, ladrões do INSS foram investigados e punidos.

Agora, Sr. Presidente, essa narrativa do PT não fica de pé, porque é o seguinte: o estouro realmente das contribuições foi justamente sobre o Lula – de R\$782 milhões em 2022 para R\$1,3 milhão praticamente em 2023, e um salto para R\$2 bilhões... Me corrige o Deputado Chrisóstomo muito bem: bilhões! Foram R\$2,7 bilhões no Governo Lula. E aí diz que o Lula descobriu e foi investigar? Não, não, não! Se o Lula descobriu, ele mandou roubar mais, porque ficaram mais de dois anos nessa roubalheira até, finalmente, ter uma investigação que levou aos... Mais de dois anos o PT roubando, e aí foram eles que decidiram parar com a roubalheira? Não. Foi o trabalho sério de delegados da Polícia Federal, uma polícia que, lamentavelmente, na sua cúpula, está aparelhada e, por isso mesmo, apesar do trabalho sério de vários delegados da Polícia Federal, nós vimos o chefe da Polícia Federal tentar amorcegar a participação do sindicato do irmão do Lula, ou seja, até a família do Lula está envolvida. E o que vimos foi o chefe da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, em entrevista à imprensa, dizer que: "Não, não havia investigação...".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele deu um rodeio, um floreio numa resposta que demonstrava claramente, na minha opinião e na opinião de quem assiste a uma entrevista daquelas, que ele estava tentando preservar o entorno da família do Presidente Lula.

Felizmente, Presidente, Deus nos deu a oportunidade de tê-lo conduzindo esta CPMI. E quero desejar a V. Exa., Senador Carlos Viana, e mais uma vez ao Deputado Alfredo Gaspar, Relator, e a todos os Deputados, independentemente de partido, que façamos uma investigação séria, que se punam de fato os responsáveis, se devolva o dinheiro, e a população brasileira não veja mais uma CPI acabar em pizza. No que depender de mim, com certeza este não será o resultado. Nós vamos até o fim, estarei aqui em todas as reuniões, e vamos trabalhar pelo nosso Brasil e para que os nossos aposentados sintam-se, pelo menos neste caso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... representados por quem luta por eles.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Marcel Van Hattem.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Pela ordem.) – Presidente...

Presidente, eu gostaria que restabelecesse a minha inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – ... por conta da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu acredito, como muitos aqui, que é importante que nós tenhamos aqui a serenidade





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a civilidade no trato para buscarmos o que espera de nós a sociedade brasileira: que esse crime hediondo não fique sem punição. E é um crime hediondo porque nós podemos compará-lo, guardadas as devidas proporções, a se retirar de uma criança desprotegida o seu alimento ou a sua proteção. A maior parte dessas pessoas que foram fraudadas são, inicialmente, aposentados rurais; aposentados rurais que foram ludibriados, alguns há mais de 30 anos! Quando determinamos aqui, na negociação que fizemos, um marco temporal, nós, na verdade, limitamos no tempo uma situação que se arrasta há dezenas de anos, pelo menos 30 anos!

Escutei há pouco aqui uma discussão: "Ah, porque o Governo sabia ou deixava de saber...". Gente, por favor, vamos ter responsabilidade no que a gente coloca. Agora, no dia 16 de maio de 2025, está aqui na GloboNews: "Idosa descobriu que teve descontos indevidos do INSS por 30 anos". E eu vou contar para vocês – eu gostaria de ter atenção –, para vocês saberem qual é o *modus operandi* dessas associações sindicais que roubaram os aposentados brasileiros, principalmente os mais fragilizados, por mais de 30 anos.

Vamos remontar a 1988, com a Constituição Cidadã, que determina que o antigo Funrural não era mais vigente, ou seja, aqueles que, mesmo que não tenham contribuído para a previdência e se aposentavam no sistema de assistência, com a aposentadoria rural, tinham direito a um salário mínimo pelo menos – um salário mínimo, Sr. Presidente. E isso só foi pago a partir de 91. E a primeira CT de que se tem notícia de importância e relevância foi em 1994, entre a Contag e o INSS. E foi dada à Contag – a confederação tão famosa que reúne os trabalhadores rurais – um poder cartorário de fé pública. O cidadão que precisava se aposentar tinha que ir ao sindicato rural e pedir à Contag uma certidão para apresentar à previdência. Isso é que permitia a sua aposentadoria, só que a maioria desses aposentados eram analfabetos ou analfabetos funcionais e preenchiam uma ficha onde, na verdade, permitiam que houvesse esse desconto, sem conhecimento. E passaram alguns deles 30 anos sendo roubados. E por que é que eu estou afirmando isso? Porque a Advocacia-Geral da União – e está aqui no documento que V. Exa. apresenta, ilustre Relator – fez uma aferição com mais de mil aposentados, e quase 98% – ou seja, é um teste de DNA – disseram "eu não dei causa a essa contribuição".

E o Governo, não satisfeito com isso, monta uma operação que é o crime perfeito, ou seja, roubaram os aposentados, e estamos pagando ou ressarcindo os aposentados com dinheiro dos aposentados, ou seja, dos pagadores de impostos. E com um agravante – quero que vocês





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestem atenção ao nível de periculosidade que é colocado contra aqueles que não têm como se defender –: o acordo feito entre a AGU, o Ministro Toffoli, do STF, e os aposentados rurais, impede que eles possam, de acordo com a lei, receber em dobro. Deveriam receber em dobro; estão recebendo só uma vez. E mais: a presunção de culpa cai sobre o aposentado, na contramão do que diz o relatório. O aposentado reclama e se manda para a associação para dizer: "o senhor tem prova de que esse aposentado é um contribuinte seu?". Aí a associação tem 15 dias para responder, normalmente com documentos falsos ou obtidos de forma fraudulenta, e o aposentado que é confrontado com essa situação fica a ver navios e é orientado a procurar o Judiciário. Ou seja, o Governo parte do pressuposto de que o aposentado que reclama está mentindo e parte do pressuposto de que as associações falam a verdade. E tanto é verdade que mais de 50% dos que requereram não foram ressarcidos, com essa lógica perversa, para preservar associações ligadas a sindicatos.

Agora, nós aqui vamos escutar muitas narrativas. E eu espero, sinceramente, que todos nós aqui tenhamos espírito público...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... para entender que neste momento estamos sendo observados pela sociedade brasileira.

Independente do viés ideológico de quem quer que seja, nós temos aqui a obrigação de identificarmos quem foi – em qualquer Governo, porque nós não temos bandido de estimação – , quem deu causa a esse tipo de comportamento criminoso e reiterado que explodiu justamente em 2023 e 2024, lesando milhões de aposentados brasileiros, e que eles sejam expostos e penalizados exemplarmente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Que possamos propor aqui, Sr. Presidente, para concluir, mecanismos para que isso não se repita mais. E a começar por um requerimento que já apresentei aqui neste Colegiado, de evitar que essas contribuições possam ser implantadas ou reimplantadas antes do término do nosso trabalho aqui na Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana. Parabéns pela condução dos trabalhos, o senhor é firme, equilibrado.

Ao Relator Alfredo Gaspar, toda a minha admiração; fico muito satisfeito em ter o senhor como colega. E boa sorte ao Vice-Presidente Duarte.

Presidente Carlos Viana, é o meu segundo mandato, e, no primeiro mandato na Câmara dos Deputados, eu sempre estive muito presente – eu nunca faltei a nenhuma sessão em sete anos. Eu nunca vi um Deputado Federal do PT, então oposição ao Governo Bolsonaro, sugerir uma CPI de investigação do INSS. Pelo contrário, nós, a todo tempo, nos quatro anos de Governo Bolsonaro, tentamos apresentar mecanismos de controle para que isso não ocorra.

Mas eu gostaria de fazer uma reflexão aqui: a ótima assessoria legislativa do Partido Novo já aponta aqui inúmeros sindicatos de fachada, operadores financeiros do esquema, recebedores de propina, mas quem está por trás protegendo todo esse esquema? Quem são as pessoas que, através do silêncio, protegem essas pessoas? Fazer política, muitas das vezes, é ficar em silêncio. É se abster em votação...

Eu quero lembrar aqui que o PT – e o José Dirceu foi muito feliz quando falou que popularidade é diferente de poder, e o PT entendeu o que é poder –, em quase 20 anos de lulopetismo no Brasil, essa turma, esse grupo político indicou 15 Ministros ao STF: o Presidente Lula, dez ministros, e Dilma Rousseff, cinco ministros. São esses ministros que ficam em silêncio, e, com o decorrer dos anos a gente chega ao pico de R\$2,7 bilhões de desvios de recursos em 14 estados, e, como apresentado pelo Relator Alfredo Gaspar, 100% das pessoas não sabiam que eram descontadas. A gente tem um acréscimo, durante o Governo Lula, de 29 instituições que receberam mais de 50 mil inscrições de aposentados, e perto de 100% desses aposentados não sabem que são descontados.

Ricardo Lewandowski, indicado para Ministro pelo Presidente Lula em 2006, trabalhou com Marta Suplicy em São Paulo – ligação forte com o PT. Ricardo Lewandowski tem o seu filho com um escritório de advocacia defendendo entidades como a Cebap, a Ambec, apontadas aqui pela





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Liderança do Senado Federal, liderada pelo Senador Rogerio Marinho, ambas vinculadas a Maurício Camisotti, que é apontado como sócio oculto dessas operadoras financeiras de esquema e tem o Sr. Enrique Lewandowski, com seu escritório, sendo contratado um mês e meio antes da Operação Sem Desconto, em 23 de abril.

Ora, tem que ser muito ingênuo para achar tudo isso normal. O brasileiro... Olha como esse grupo, que, infelizmente, comanda o nosso país no século XXI há 20 anos, nos faz de palhaço. É duro acreditar que esta CPML... E eu agradeço, porque foi graças a esta CPML que as fraudes foram interrompidas, em abril, porque já estavam batendo R\$800 milhões e iriam bater recorde em 2025. Nós já estamos fazendo muito.

Aliás, roubaram os aposentados e agora batem no peito: "O PT vai devolver". O PT não vai devolver coisa nenhuma, é dinheiro nosso. Agora, todo brasileiro vai ser roubado, porque quem não é aposentado vai pagar a conta. Por que vocês não apontam o dedo para as pessoas que deveriam ter denunciado isso, que é a Justiça brasileira? Por que o STF dava 48 horas para o Presidente Bolsonaro explicar por que não usava máscara...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... e não dá 48 horas aqui, ó, para o Sr. Maurício Camisotti explicar como é que é feito esse esquema todo aqui, e os demais servidores do INSS, Alexandre Guimarães, Virgílio Oliveira Filho, André Fidelis? Por que a gente não pega aqui, ó, a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (Contag), que foi uma das responsáveis pela fundação da CUT em 83? Está tudo interligado. Por que esse silêncio sepulcral do STF?

Olha, é muito difícil esses criminosos serem presos no Brasil, enquanto a gente tem aqui... o Presidente Bolsonaro vai ser julgado pela Primeira Turma do STF, cinco ministros, quatro indicados pelo Lula e o outro ministro com ressentimento, indicado pelo Temer. Olha, a gente já está fazendo muito por este país, mas não adianta nada a gente apontar quem cometeu o crime se a Justiça brasileira não condenar.

Que Deus nos abençoe...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Amém.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... ao Senador Carlos Viana, ao Deputado Alfredo Gaspar, Relator, e ao Vice-Presidente Duarte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Terminando a relação dos titulares, com a palavra o Deputado Beto Pereira.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Pela ordem.) – Nobre Presidente, antes de mais nada, parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos. Parabenizar o Relator, Alfredo Gaspar, pela apresentação do relatório muito bem estruturado, muito bem equilibrado. Essa questão do lapso temporal tecnicamente perfeita, resguardando a questão prescricional. A estratégia de investigação apresentada, plano de trabalho aprovado...

E aqui eu quero dizer, de ordem prática, à sociedade brasileira o que nós hoje aqui conseguimos produzir: aprovamos o plano de trabalho, esse plano de trabalho muito bem estruturado; fizemos um amplo acordo para a aprovação de requerimentos em bloco, requerimentos esses de convocação, requerimentos de documentos. Isso vai possibilitar que nós tenhamos aí um trabalho já prioritário dessa CPI. Portanto, hoje nós conseguimos aqui, tanto Parlamentares de oposição quanto Parlamentares governistas, promover um grande acordo, importante acordo que vai nos garantir argumentos e instrumentos sólidos para dar continuidade à investigação.

Portanto, Presidente, nobre Relator, fico contente de poder nesta manhã ter contribuído para a celebração desse importante acordo.

É o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

Para encerrar também a lista – me esqueci, peço desculpas –, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sr. Relator, demais integrantes desta Comissão, eu quero dizer aos senhores, de forma muito tranquila, que ninguém tem mais interesse...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por gentileza...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, eu vou esperar um pouquinho, acho que deu um probleminha ali com o colega. Pode me restituir meu tempo, por gentileza? Restituir meu tempo, por gentileza, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Peço à Secretaria que restabeleça o tempo do Deputado.

Com a palavra o Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ninguém mais do que o Governo tem interesse que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tenha êxito no trabalho que nós vamos realizar. Por quê, Sr. Presidente? Porque é muito importante que a verdade apareça e que a sociedade brasileira possa compreender esse esquema que fraudou, que roubou bilhões de reais dos aposentados e aposentadas do nosso país.

Agora, Sr. Presidente, para que a gente possa entender esse mecanismo, é preciso que a gente entenda o que aconteceu. Quando é que foram mudadas as normas que permitiram que estas entidades fantasmas que não representam ninguém, que nunca tiveram trabalho sindical em lugar nenhum, pudessem fazer os descontos? Quando é que isso foi feito? Nós vamos apurar isso. E nós vamos identificar em que momento isso aconteceu, quem era o ministro da época, quem era o diretor de benefícios, quem era o presidente do INSS. Nós vamos avançar na investigação e nós vamos descobrir quem mudou as normas, porque até então só era possível ter o desconto associativo com autorização do segurado. Quem é que mudou a norma? – para que nós pudéssemos ter esse escândalo de até 50 mil associados sendo lançados para o desconto sem que as pessoas soubessem. Em que governo foi feito isso? Quem era o ministro? Quem era o presidente do INSS? Quem era o diretor de benefícios? Quando é que foram alteradas as regras que afrouxaram a capacidade de fiscalização, que exigiam, até então, que essa autorização fosse renovada? E depois, inclusive, numa medida provisória, foi incluída uma emenda jabuti para que esses descontos passassem a ser eternos. Quando é que foi feito isso? Foi feito no Governo do Presidente Lula? Não foi. Foi feito no Governo da Presidente Dilma? Não foi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse esquema criminoso só aconteceu porque ele foi arquitetado, engendrado de forma profissional por criminosos que tomaram de assalto a estrutura do poder. Mas foram colocados lá por quem? Pelo Espírito Santo? Não foram. Quem eram os políticos da época que tinham influência para colocar os bandidos para comandar o INSS, a Previdência e fazer com que esse roubo pudesse acontecer?

E aí, Sr. Presidente, eu tenho visto V. Exa. falar e o Relator falar, e eu concordo: nós vamos rastrear o dinheiro e vamos descobrir onde é que foi parar o dinheiro. Foi na campanha nossa? Alguém sabe de alguém do PT que tenha recebido dinheiro, na campanha eleitoral, do esquema criminoso na Previdência? Eu não sei. Mas eu sei de ministro da Previdência da época que teve dinheiro na conta, depositado por conta das figuras que estão envolvidas no roubo do INSS. Onde é que foi parar esse dinheiro? Nós vamos rastrear esse dinheiro. Vamos descobrir quem são as conexões, com que grupos políticos...

Aliás, a gente vai pegar as agendas e vai saber, na época, quem foram os Deputados que foram lá na Previdência, no INSS, gestionar para que as entidades fantasmas fossem cadastradas.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Vai ser muito bom que tudo isso possa aparecer. E, na medida em que isso aparecer, a sociedade brasileira vai compreender que o esquema criminoso foi gestado no Governo Bolsonaro e acabou no Governo do Lula. Quem acabou com a corrupção, quem acabou com o roubo fomos nós. E quem garantiu que o dinheiro seja devolvido para os aposentados e aposentadas foi o Governo do Presidente Lula.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos muito tranquilos.

Quero dizer que eu fiquei satisfeito com o plano de trabalho apresentado pelo Relator. E eu espero que, no decorrer do trabalho, a gente possa aprofundar essa investigação, fazer com que a verdade possa aparecer e que efetivamente esses criminosos sejam identificados, responsabilizados, para que isso nunca mais se repita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente, um rápido pela ordem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela ordem.) – A primeira parte do pela ordem é para o que o senhor vai encaminhar agora, que imagino que seja a votação. O segundo é que para que não se repita, até pelo bom relacionamento de nós aqui... Estamos primando, tivemos um debate muito proveitoso ainda há pouco com o Líder Rogerio Marinho, com o Relator. Então, pedir a V. Exa. que, para que não ocorram incidentes como este do início da fala do Deputado Paulo Pimenta ainda há pouco, V. Exa. chame a atenção dos Parlamentares ao que diz subsidiariamente ao Regimento Comum, o art. 19, inciso I, do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

Senhores, vou dar sequência aqui na segunda parte da nossa reunião, que é a deliberativa, antes de passar aos demais oradores.

Vou ler aqui o texto que foi acordado entre todos os representantes e o Relator.

Conforme acordo firmado entre representantes do Governo e Oposição, [...] [aprovaremos] hoje:

- Todos os requerimentos de convite de Ministros da Previdência a partir de 2015 até a presente data. Os requerimentos sobre este tema do Relator serão convertidos em convite;

- Requerimentos de convocação [...] das pessoas que detiveram ou detêm os seguintes cargos a partir de 2015 até a presente data: Presidente do INSS, Diretores de Benefícios, Presidentes da Dataprev e presidentes de entidades e associações cujos ACTs estiveram ou estiverem vigentes entre 2015 até hoje;

- Os demais requerimentos que haviam sido pautados serão aprovados, exceto o item 9, relativo à cessão do Macros;

- Requerimentos de convocação de Antonio Carlos Camilo Antunes e de Maurício Camisotti.

Os requerimentos correlatos de outros Parlamentares serão dados como aprovados, em prestígio aos membros da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria publicará os requerimentos aprovados e, se houver qualquer divergência, esta poderá ser levantada na reunião subsequente, na qual ouviremos o Delegado da Polícia Federal Bruno Oliveira Pereira Bergamaschi, a Defensora Pública e o Advogado Eli Cohen.

Restou acordado, ainda, que os requerimentos de informação [nas próximas reuniões] serão aprovados em bloco e em consenso, exceto se envolverem informações sigilosas.

Coloco os referenciados requerimentos em votação.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos, e a Secretaria fará a devida publicação.

Até aqui, muito obrigado aos senhores pelo diálogo, pela boa participação.

Esta é a parte chata do Presidente: a gente colocar as regras, né?

Mas vamos em frente com os oradores.

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero começar minha fala parabenizando o senhor, parabenizando o Relator, o Duarte Jr., nosso Primeiro-Vice-Presidente; e dizer que esta Comissão tem, com certeza, um... *(Pausa.)*

(Soa a campainha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu estou com uma voz muito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vou pedir só menos ruído, por favor.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – E se puder retornar minha fala, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Peço à Secretaria que restitua o tempo do Deputado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente aqui os Deputados da esquerda que falaram e culparam Bolsonaro pelos rombos, pela fraude, por isso, por aquilo, mas não vi nenhum Deputado da esquerda ressaltando o que eu vou ressaltar neste momento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fraude dos nossos velhinhos é de 6,3 bilhões.

E olha que interessante, Presidente: a AGU só mandou bloquear 2,5 bilhões dos roubos que foram feitos. Mas o que é mais interessante é que a própria AGU deixou de fora mais de 3 bilhões que eles deveriam ter inserido, quase 4 bilhões, nos bloqueios, porque a fraude é de 6,3.

Pasmem, senhores! A AGU comandada pelo "Bessias", que todos sabem que é um ativista político de Luiz Inácio Lula da Silva, deixou exatamente a Contag e o Sindnapi. O Sindnapi, que levou R\$259 milhões, é simplesmente parte integrante da família do Presidente atual. E eu fico aqui me perguntando: precisa de óleo de peroba para a esquerda? Ou eles vêm aqui com um discurso de que eles querem encontrar os verdadeiros bandidos somente para criar a lacração?

Ouvi muitos aqui falando o nome do Presidente Bolsonaro, mas eu não sei o que tem o Presidente Bolsonaro com esse atual momento. Até porque foi bem dito: nosso Presidente Bolsonaro fez a MP 871, que foi derrubada pelo Congresso. Esta MP proibia o desconto indevido, mas o Congresso a derrubou. Interessante, né? A culpa é do Bolsonaro...

Bom, se a culpa for do Presidente Bolsonaro, ficará exposto aqui. Agora, o meu requerimento, Sr. Presidente, eu peço que ele tenha atenção absoluta de todos os pares.

Requerimento 446, de 2025, de minha autoria. Eu estou requerendo a convocação imediata do Sr. Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União, Sr. Jorge Messias, para que ele explique por que ele, ao invés de bloquear todas as entidades que participaram do roubo, não indiciou – deixou a do amigo e do irmão do Lula de fora. E estou também, neste mesmo requerimento, solicitando a sua imediata, o seu imediato afastamento, porque nós não podemos ter um Ministro-Chefe que tem e é parcial... E quem disse isso foi a própria CNN Brasil, no dia 8 de maio, quando denunciou...

(Soa a campainha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... este que é conhecido como cumpridor de ordens de Luiz Inácio Lula da Silva. Não é só ele, não. A gente sabe que o STF, na sua grande maioria, cumpre bastante as ordens do descondenado, mas sabemos também que o Messias tem sido enfático em deixar o bandido do irmão do Lula de fora dos bloqueios judiciais e os seus amigos.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Só a prevaricação, né, Deputado?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Exatamente, Senador Portinho, prevaricação. E é embasado nisto que o meu requerimento foi construído: ele não pode permanecer à frente da AGU até que se elucide quem ajudou a roubar os nossos idosos.

Digo mais, Sr. Presidente, para encerrar minha fala. A todos os aposentados de Santa Catarina, vocês têm um representante que vai elucidar, junto a esta CPMI, quem roubou o dinheiro do catarinense e de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Deputado Rodrigo da Zaeli...

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Esse requerimento entrou no acordo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está aqui dentro do acordo já, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O Deputado Rodrigo não está.

Deputado Evair de Melo, com a palavra.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente Carlos Viana, com certeza esta CPMI está entregue nas mãos de um mineiro que com certeza vai honrar as histórias e as tradições.

Nosso Relator, Alfredo Gaspar, que felicidade esta CPMI ter V. Exa. com o currículo, com o caráter e com o orgulho que eu tenho de quando eu olho para o painel de votações de V. Exa. durante o seu mandato, o que deixa muito bem claro a sua postura e a sua retidão.

Mas, possivelmente, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu devo ser o Parlamentar que desde 2023 mais atuou nesse tema. Eu tenho sob as minhas mãos, depois vou passar isto ao Relator e ao Presidente, mais de 42 documentos que o nosso gabinete produziu entre março de 2023 até abril de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira notificação que eu fiz oficial ao Ministro Carlos Lupi, Sr. Relator, foi dia 7 de março de 2023. Ele esteve em audiência na Câmara recentemente e ele foi desmascarado quando ele disse que só ficou sabendo agora no meio do ano de 2025. Portanto, eu provei que o Carlos Lupi é um mentiroso.

Reforçando essa tese, em 16 de março de 2023, em audiência pública, com a presença do Carlos Lupi, eu apresentei todos os documentos que já mostravam esses descontos irregulares. E na sua resposta – está em vídeo – ele se calou, não deu resposta. E esse foi o principal motivo, porque, quando ele fala que, quando ficou sabendo, tomou providência, foi mostrado em documentos e em vídeo que ele estava mentindo.

Portanto, cai por terra qualquer argumento da base do Governo Lula aqui nesta Casa de que, quando o Governo ficou sabendo, tomou providências. Eles estão mentindo, ou o Governo mentiu para eles. Possivelmente, os Parlamentares da base governista aqui nesta CPMI nunca trataram desse tema, estão aqui caindo de paraquedas, tentando defender o indefensável, porque contra fatos não há argumentos, contra documentos não há argumentos. E eu tenho estudado muito esse tema.

E para concluir, Sr. Relator – já estive com V. Exa. e vou repassar esses documentos –, nós estamos diante de uma quadrilha. O que montaram foi um crime organizado. Nós votamos o fim do imposto sindical em 2017, mas desde 2015 – quem era Presidente, vocês sabem muito bem – esse crime começa a ser arquitetado, porque isso é uma engenharia complexa. E ladrão é assim mesmo, ele começa aos pouquinhos, ele pega primeiro uma laranja, depois ele pega um abacate, depois ele pega uma mexerica; para o dono da propriedade já está tudo bem, daí a uns dias já pega uma cesta de fruta, daí a pouco ele leva um balaio de fruta... E o PT faz exatamente isso, porque tem uma relação de quadrilha e crime organizado que liga ao PCC, que liga ao Comando Vermelho, que liga às FARC. E vai chegar assim ao tal do Frei Chico, o irmão do Lula.

Olha, Sr. Presidente, eu vou falar aqui, possivelmente o Lulinha está lavando o dinheiro do seu tio, porque o enriquecimento ilícito do Lulinha, a não comprovação do seu enriquecimento... Possivelmente nós vamos achar agora a origem de parte desse enriquecimento que o Sr. Lulinha fez.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A coisa da Contag – e eu digo isso porque o Presidente da Contag, nós tentamos convocá-lo algumas vezes na Câmara e ele não veio –, possivelmente, é uma das mais inescrupulosas.

(Soa a campanha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – E o braço está lá no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, lá no município. A primeira denúncia que eu faço é do Município de Santa Maria de Jetibá, um pomerano lá das montanhas do Espírito Santo. Sindicato dos Trabalhadores Rurais, federação estadual, que é a Fetaes, e o braço da Contag – covardia, maldade – têm uma ligação com isso porque você vai ver que no interior sempre tem um Vereador que é eleito com essa base dos trabalhadores rurais da aposentadoria.

Portanto, temos que fazer... Eu tenho certeza de que essa escalada do crime de 2015 a 2022 foi só treinamento, foi pouca coisa. Então foram treinando, aprendendo, aperfeiçoando. Quando tomaram o Governo, aí perderam completamente o escrúpulo, romperam completamente a cerca e exploraram, de forma absurda, esse roubo dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES) – Então parabéns a V. Exa. pela Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES) – ... e ao nosso Relator.

Todos os documentos que eu produzi desde 2023 eu vou disponibilizar para que possam ser investigados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Esta Presidência foi inquirida sobre o Requerimento nº 446, de 2025, de autoria do Deputado Zé Trovão, também pelo Senador Carlos Portinho. Eu quero aqui fazer uma correção: o requerimento não foi aprovado, será objeto de deliberação em uma próxima reunião.

Com a palavra, para encerrarmos, o Deputado Fernando Rodolfo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade. Eu gostaria aqui apenas de parabenizar a sua eleição na semana passada e a forma como o senhor está conduzindo os trabalhos aqui na CPMI.

Quero dizer que, até na semana passada, a gente tinha uma expectativa de que isso aqui fosse um grande circo, um jogo de cartas marcadas, mas, graças à disponibilidade de V. Exa. em disputar o cargo de Presidente, nós temos uma outra expectativa agora de que de fato isso aqui vai ser um amplo debate, um ambiente de discussão, onde nós vamos chegar àqueles que lesaram o aposentado brasileiro.

Estou feliz pela sua escolha, Presidente, de indicar como Relator o Deputado Alfredo Gaspar, que é conhecido nosso, lá do Estado de Alagoas, do vizinho Estado de Alagoas, um homem obstinado pela justiça, que, ao ser Secretário de Segurança daquele estado, colocou ordem na casa e mostra que é alguém que não gosta de bandido. Portanto, não tinha nome melhor para ser Relator desta Comissão do que o nome que V. Exa. escolheu do Deputado Alfredo Gaspar.

Muito me orgulha aqui, Presidente, ser o único Deputado do Estado de Pernambuco a compor esta CPMI. Venho aqui com muito orgulho e com um desafio gigante de dar voz aos pernambucanos. Lá em Pernambuco, nós temos, infelizmente, a triste estatística de sermos um dos estados que mais teve vítimas dessa quadrilha que saqueou os aposentados brasileiros através do esquema dos descontos indevidos.

Eu quero trazer aqui, à luz dessa discussão, a Instrução Normativa do INSS 162, de 2024, em que, no art. 11, está escrito de forma muito clara que:

Art. 11. A entidade responde administrativa, civil e penalmente por todo e qualquer ato praticado ou efeitos decorrentes dos comandos de averbações encaminhados à Dataprev.

Parágrafo único. Caberá à entidade a responsabilidade:

I – pela restituição de todos os valores descontados indevidamente dos beneficiários; e
II – pela devolução dos valores descontados indevidamente, no prazo máximo de dez dias [...].





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Governo precisa explicar aqui por que isso não está acontecendo, porque é o próprio Governo, com o dinheiro do povo brasileiro, que está assumindo essa responsabilidade de devolver o dinheiro que foi roubado. Então, nós vamos colocar esse ponto também em destaque.

Mas fico feliz, Relator, Deputado Alfredo Gaspar, em ver que o seu relatório também vai além desse esquema dos descontos indevidos promovidos pelas associações e vai também chegar num outro grave esquema de corrupção dentro do INSS que é aquele que diz respeito aos empréstimos consignados.

Para o senhor ter uma ideia, em março deste ano – está aqui publicado em vários veículos de imprensa –, a Polícia Federal fez uma operação na cidade de Garanhuns, pertinho ali da sua terra em Maceió, a 200km, e, lá na agência do INSS de Garanhuns, um único servidor operou um esquema de liberar, de desbloquear empréstimos consignados em todos os estados do Brasil. Um único servidor, em um computador do INSS em Garanhuns, operou esse esquema. Ele está afastado. Inclusive, houve busca e apreensão na casa dele, e foi encontrada até arma de fogo. Mas a gente precisa ter acesso a essa investigação também e entender, porque ele sozinho não fez isso. Há um braço muito forte sustentando esse esquema, que partiu da cidade de Garanhuns, no meu Estado de Pernambuco.

Então, a gente precisa colocar isso aqui também. E fico feliz em ver que o seu relatório...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – ... vai além da questão dos descontos do INSS.

Portanto, era isto o que eu queria colocar aqui: a minha felicidade em ver esta Comissão sendo presidida pelo senhor, Senador Carlos Viana, e relatada pelo Deputado Alfredo Gaspar.

O que eu falei aqui sobre a instrução normativa do INSS também já tinha sido colocado anteriormente pelo Deputado Coronel Chrisóstomo, que foi um dos autores dos pedidos para a criação desta CPMI.

E me causa estranheza ouvir aqui Deputados do PT dizendo que são eles os maiores interessados no trabalho desta CPMI, quando se recusaram a assinar o pedido para que ela fosse instalada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Fernando Rodolfo.

Os objetivos e diretrizes da reunião, eu peço à Secretaria que coloque à disposição de todos os membros desta CPMI, inclusive com as modificações que foram feitas, para que, na próxima reunião, marcada para quinta-feira, dia 28 de agosto, às 9h, possamos deliberar toda a parte de trabalho, as regras, os objetivos e diretrizes desta CPMI.

Ufa!

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, convidando para a próxima CPI a ser realizada na quinta-feira, 28, às 9h da manhã.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Jussara Lima, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jorge Seif, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Leila Barros, Randolfe Rodrigues, Tereza Cristina, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Adriana Ventura, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Alfredo Gaspar, Delegado Fabio Costa, Ricardo Maia, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Romero Rodrigues, Mário Heringer, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Mauricio Marcon, Bruno Farias, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda do Deputado Delegado Caveira, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Renan Calheiros, Omar Aziz, Coronel Fernanda, Duarte Jr. e Beto Pereira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às doze horas e cinquenta e um minutos e reaberta às treze horas e oito minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e trinta e cinco minutos e reaberta às dezesseis horas e quarenta e oito minutos como reunião secreta. A reunião é suspensa às dezessete horas e trinta e um minutos e reaberta às dezessete horas e trinta e dois minutos. A reunião é suspensa às dezenove horas e quarenta e oito minutos e reaberta às dezenove horas e cinquenta e três minutos. Passa-se à pauta que se divide em quatro partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho.** **Finalidade:** Deliberação sobre as normas de funcionamento da Comissão. **Resultado:** Aprovadas as Normas de Funcionamento. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 233 de 2025** que: "Requer, ao INSS, o envio de Processos Administrativos de Responsabilização (PARs); Acordos de Cooperação Técnica (ACTs); Registros de Autorização e Fiscalização; Dados Financeiros e Comunicações Internas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 234 de 2025** que: "Requer, ao Departamento de Polícia Federal (DPF), o envio de relatórios e autos da Operação sem Desconto." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 235 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), o envio de relatórios de auditoria da CGU sobre o INSS; documentos sobre entidades conveniadas; comunicações oficiais entre CGU e INSS; dados e relatórios da operação "Sem Desconto"; análises de conformidade e alertas ignorados. Aprovado com alteração do período da solicitação, para que seja a partir do ano de 2015." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado com alteração do período da solicitação, para que seja a partir do ano de 2015. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 236 de 2025** que: "Requer, à Advocacia-Geral da União (AGU), o envio de relatórios peças judiciais, dossiês e relatórios referentes à investigação de agentes públicos; documentação técnica referentes à estratégias de ressarcimento e recuperação de ativos; relatórios de apuração e fraudes digitais; documentação referente à comunicações institucionais, e atos processuais; dados financeiros e documentos-base; atas e registros pertinentes para subsidiar os trabalhos da Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 237 de 2025** que: "Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV), o envio de Registros de Processamento de Descontos Associativos de 2019 a 2025; documentação dos sistemas de desconto; registrosd e auditorias e controles internos; comunicação com INSS e entidades associativas; dados de acesso e segurança do portal Meu INSS; contratos e utilização de inteligência artificial referentes ao objeto de investigação para subsidiar os trabalhos da Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 238 de 2025** que: "Requer, à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE-INSS), o envio de documentos relacionados aos acordos de cooperação técnica; correspondências e comunicações internas; pareceres; notas técnicas; informações sobre o Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho; auditorias e controles internos; dados sobre beneficiários e descontos; portarias e normas procedimentais; informações sobre outros servidores; interações com outros órgãos, informações sobre ressarcimento, necessários para subsidiar os trabalhos da Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 239 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Previdência Social, o envio de documentos como acordos de cooperação técnica; relatórios de auditoria e inteligência previdenciária; dados financeiros e operacionais; alertas e comunicações institucionais; medidas de controle e ressarcimento; registro de denúncias e atendimento; investigações administrativas e punições; listagem de entidades suspeitas, com intuito de subsidiar os trabalhos da Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 240 de 2025** que: "Requer, ao Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), o envio de documentos referentes às reuniões, atas, relatórios, ofícios, memorandos, correspondências com outros órgãos, acordos de cooperação técnicas, pareceres entre outros, para compreender a cronologia dos fatos e as ações referentes ao objeto de investigação da Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 241 de 2025** que: "Requer, ao TCU, o envio de relatórios e auditorias; documentos sobre medidas cautelares; informações sobre entidades e agentes envolvidos; dados sobre ressarcimento e prejuízos; interações com outros órgãos; esclarecimento sobre atrasos e condução de processo; e outros documentos relevantes necessários para subsidiar os trabalhos da Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 249 de 2025** que: "Requer, à Dataprev, o envio de relatórios de segurança cibernética, auditorias, conformidade à LGPD e registros de instabilidade





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e acessos indevidos aos sistemas do INSS e DataPrev, abrangendo o período de 2020 a 2025."

Autoria: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 252 de 2025** que: "Requer, ao INSS, o envio de documentos e informações com vistas a investigar as denúncias de ilegalidade e irregularidades no programa "Meu INSS Vale+"." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 278 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Previdência Social, o envio de documento que especifica: relatório completo dos registros de entrada do Senhor Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências do Ministério da Previdência Social, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 279 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de documento que especifica: relatório completo dos registros de entrada do Senhor Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências do INSS, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 337 de 2025** que: "Requer à Advocacia-Geral da União cópias, em formato digital, dos seguintes documentos: 1. Cópia integral de todos os procedimentos investigativos, de bloqueio de bens e/ou ações civis públicas propostas em razão das fraudes perpetradas contra aposentados e pensionistas do INSS; 2. Comprovação documental do montante de recursos efetivamente bloqueado, até a data da formulação da resposta a essa questão para a CPMI, das entidades suspeitas de fraudes contra os aposentados e pensionistas brasileiros." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 339 de 2025** que: "Requer à 4ª Vara Criminal Federal de São Paulo cópia, em formato digital, de todos os inquéritos e processos, sigilosos ou não, relacionados à Operação Sem Desconto, incluídos os inquéritos e os feitos derivados de desdobramentos específicos e dedicados a investigar a atuação de particulares e de autoridades públicas." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 340 de 2025** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia integral, em formato digital, de todos os inquéritos, sigilosos ou não, relacionados à Operação Sem Desconto, instaurados no âmbito da Corte, incluídos os inquéritos derivados de desdobramentos específicos e dedicados a investigar a atuação de autoridades públicas." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 341 de 2025** que: "Requer, à Procuradoria-Geral da República, o envio de cópia integral de todos os inquéritos e procedimentos investigativos relacionados à Operação Sem Desconto, instaurados no âmbito das diversas unidades do Ministério Público Federal." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 390 de 2025** que: "Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV): 1) cópia integral dos procedimentos instaurados para o cumprimento das determinações feitas pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n.º 1115/2024 – Plenário (Tomada de Contas n.º 032.069/2023-5); 2) Informação sobre a interposição ou não de recurso a essa decisão." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 391 de 2025** que: "Requer à Controladoria-Geral da





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

União - CGU: 1) cópia integral das auditorias realizadas junto ao INSS; 2) cópia integral dos processos ou procedimentos administrativos instaurados com a finalidade de apurar a responsabilidade de servidores do INSS ou do Ministério da Previdência Social e das entidades envolvidas nas fraudes; 3) cópia integral das auditorias e processos administrativos disciplinares instaurados com a finalidade de apurar a responsabilidade de servidores do INSS ou do Ministério da Previdência nas fraudes." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 444 de 2025** que: "Requer ao Diretor-Geral da Polícia Federal informações sobre as provas produzidas no âmbito do Inquérito Policial instaurado para apurar possíveis práticas de crimes e outras infrações vinculadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 445 de 2025** que: "Requer à Controladoria-Geral da União informações referentes à apuração de possíveis práticas de crimes e outras infrações vinculadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 451 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), informações relacionadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas, incluindo apurações internas, processos administrativos e demais documentos." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 453 de 2025** que: "Requer, ao Banco Central, o envio de informações relacionadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas, incluindo apurações internas, processos administrativos e demais documentos." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 454 de 2025** que: "Requer, à Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o envio de informações relacionadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas, incluindo apurações internas, processos administrativos e demais documentos." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 455 de 2025** que: "Requer, ao Tribunal de Contas da União, informações relacionadas às auditorias e processos de fiscalização e controle realizados no âmbito do Tribunal de Contas da União para apurar irregularidades, possíveis práticas de crimes e outras infrações vinculadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 610 de 2025** que: "Requer ao Diretor-Geral da Polícia Federal cópia de todos os inquéritos e procedimentos da "Operação Sem Desconto" e outros que apurem os descontos indevidos em benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 611 de 2025** que:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cópias de documentos, dados, procedimentos e auditorias relativos aos descontos indevidos em benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 612 de 2025** que: "Requer à Controladoria-Geral da União - CGU cópia de todos os procedimentos, auditorias e processos administrativos que apurem descontos indevidos em benefícios previdenciários." **Autoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 613 de 2025** que: "Requer à Advocacia-Geral da União cópia de todas as ações, diligências e procedimentos judiciais e extrajudiciais relacionados às apurações, ressarcimento e responsabilização das pessoas físicas e jurídicas envolvidas nos descontos indevidos em benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 626 de 2025** que: "Requer à Polícia Federal o envio de cópias de inquéritos referentes a descontos ilegais em benefícios do INSS, bem como os que dizem respeito à "Operação sem desconto"." **Autoria:** Deputado Ricardo Ayres. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 664 de 2025** que: "Requer, ao Tribunal de Contas da União -TCU, o envio de documentos atinentes aos processos TC 032.069/2023-5 e TC 037.762/2023-0." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 703 de 2025** que: "Requer, à Polícia Federal, o envio de informações e documentos sobre a apuração de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 704 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações e documentos sobre irregularidades relacionadas a descontos indevidos em benefícios previdenciários do INSS" **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 878 de 2025** que: "Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV, o envio de relatório circunstanciado sobre o funcionamento da plataforma "Meu INSS", com dados de acessos, falhas, custos de manutenção e medidas de segurança cibernética." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 884 de 2025** que: "Requer, ao Tribunal de Contas da União, o envio de informações e o acesso a documentos de auditorias ou outros procedimentos fiscalizatórios que se referem a descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 885 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o envio de informações e o acesso a documentos de auditorias ou outros procedimentos fiscalizatórios que dizem respeito a descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS desde 2016." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 886 de 2025** que: "Requer, à Polícia Federal, o envio de informações e o acesso a inquéritos policiais relacionados à prática de descontos fraudulentos em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS) desde 2016." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 911 de 2025** que: "Requer ao Tribunal de Contas da União informações sobre todos os documentos referentes aos Processos nº TC 032.069/2023-5 (apuração de irregularidades no âmbito do INSS) e TC 037.762/2023-0 (inspeção na consignação de empréstimos e mensalidades associativas em benefícios do INSS)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Depoimentos. Oitiva do Patrícia Bettin Chaves, Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária da Defensoria Pública da União (DPU), em atendimento ao requerimento 825/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. **4ª Parte - Reunião Secreta para Oitiva. Finalidade:** Oitiva em reunião secreta. Oitiva do Bruno Oliveira Pereira Bergamaschi, Delegado de Polícia Federal, em atendimento ao requerimento 824/2025. **Resultado:** Oitiva em reunião secreta realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas das partes ostensivas.

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/08/28>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia. Bom dia, senhores e senhoras. Bom dia a todos.

Peço a gentileza de se acomodarem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deixa eu abrir a sessão, Senador Girão, só um instantinho.

Meu bom dia, senhores e senhoras, a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS 2025, que se realiza nesta data, 28 de agosto de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 26/08/2025.

As Sras. e os Srs. Senadores e Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata; será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Foram disponibilizados os itens da nossa pauta de hoje, como o compromisso que fizemos, com a antecedência necessária, para que todos pudessem saber com clareza o que faríamos e o que faremos em cada uma das reuniões.

Na nossa primeira parte do trabalho, nós temos que aprovar, por regimento, as normas de funcionamento da Comissão, que já estão, de certa forma, consagradas por outras Comissões, mas que precisam de que o Plenário dê a sua concordância.

Eu pergunto aos Líderes do Governo e da oposição se no documento que foi disponibilizado, se na leitura há alguma dúvida, se podemos votar de forma simbólica as normas de funcionamento da Comissão.

Em votação...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para discutir.) – Nós temos algumas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só um minutinho. Eu tinha tudo anotado, mas eu não imaginei que a gente ia sair agora. Só me ajuda a assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É o primeiro item da pauta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O quórum para verificação, Sr. Presidente, porque aí tem que o quórum é de 15 Deputados, segundo o que diz ali...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Hum-hum.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... 20 Deputados, e nem há 20 Deputados na Comissão. Acho que precisaria ter uma redação um pouco mais clara nesse sentido. *(Pausa.)*

É, diz que o quórum de verificação de votação é de 20 Deputados, e não há 20 Deputados na Comissão, a menos que sejam Líderes que representam 20, porque aí ficaria mais claro e ficaria correto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

Olha, qualquer... A informação que tenho da Secretaria é de que qualquer Líder ou Vice-Líder pode pedir e que não há uma norma clara sobre isso em outras situações, até no próprio Regimento. É uma questão nossa, de acordo, aqui, internamente. E foi dessa forma nas demais CPMLs e ou CPLs que nós tivemos, anteriormente, Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, vão ser Líderes que representem os 20 Deputados, qualquer Líder?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Qualquer Líder ou Vice-Líder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Talvez fosse melhor, então, alterar, né? Aí fica claro.

Outra pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Qual a sugestão de redação de V. Exa.?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A sugestão é exatamente o que o senhor está dizendo: que se substitua o número de Deputados e Senadores por "qualquer Líder". Já fica mais claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Tá.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Aí fica o que é, e não o que a gente acha que é.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Bem, não há necessidade de mudança, segundo a Secretaria, por conta que são normas regimentais que já estão estabelecidas.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Já é regimental – já é regimental.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, já responde.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas está registrado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Tranquilo. Muito obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mais uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Parece-me óbvio que Líderes de partido todos têm um tempo para comunicações. Porém, está apenas exposto Líder de Oposição, se não me engano, e de Governo. Mas, só para esclarecer, qualquer Líder de partido também terá o seu tempo garantido para falar, como é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Terá, da minha parte, a garantia para que todos possam se manifestar no momento oportuno, Senador.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E não precisa ser membro Líder para poder se manifestar, certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, nós temos aberto...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Nem em minha defesa, porque eu sou membro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, nós estamos abrindo a todos os Parlamentares.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Até mesmo os que não são membros têm o direito de se pronunciar dentro da nossa lista, como combinamos. Meia hora antes, meia hora depois a lista se encerra. Nós começamos pelos titulares, vamos para os suplentes e os não membros.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E os Líderes a qualquer tempo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Os Líderes a qualquer tempo.

De acordo o Governo?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Mais uma coisa?

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente... Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – À disposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um minuto. Pela ordem, o Senador Izalci foi o primeiro a pedir.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, é uma demanda aqui, no §1º, aqui do art. 1º, em razão da grande quantidade de membros do Bloco PL, União, PP, PMDB, PSD, Republicanos, Podemos, PSDB, Cidadania e tal. Então, são vários partidos com apenas quatro crachás. Então, tem vários partidos sem possibilidade de ter o crachá para entrar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria a V. Exa., se teria como... Principalmente para a Câmara que estão pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Se poderia ampliar um pouco, para que os partidos pudessem ter acesso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Enquanto isso, pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela ordem.) – Só para ficar claro, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – ... o prazo para inscrição vai até as 9h30. Perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Positivo. Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Até as 9h30.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É, não... Começa meia-hora antes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Começa às 8h30...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... e se encerra meia-hora depois do início dos trabalhos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Ou seja: nós, hoje, começamos os trabalhos às 9h15...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, vamos até...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Então, iria até 9h45...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Exatamente, Senador. Essa é a regra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Paulo Pimenta. Pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para questão de ordem.) – Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, por favor: silêncio!

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu gostaria de apresentar uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... que talvez, inclusive, V. Exa. tenha que levá-la para a Mesa do Congresso ou como V. Exa. entender mais adequado.

O que é que ocorre? Nós temos uma diferença, do ponto de vista regimental, entre Câmara e Senado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... na questão que envolve os suplentes, quando são indicados pelos blocos.

Quando é formado um bloco parlamentar na Câmara, a suplência continua sendo do partido. Pelo Regimento do Senado, a suplência é do bloco.

O bloco parlamentar do qual nós fazemos parte foi desfeito, e nós gostaríamos de apresentar uma questão de ordem sobre o efeito do encerramento do bloco neste momento, para saber se, a partir de agora, a questão da suplência passa a ser do partido, ou se – pelo fato da existência do bloco quando da instalação da Comissão – permanece a regra do momento da instalação da Comissão.

Então, eu gostaria de apresentar uma questão de ordem a V. Exa., para que, a partir do momento em que o bloco foi desfeito, que a questão das suplências passasse a ser do partido...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Presidente, para contraditar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... diante da não existência mais do bloco.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... que eu gostaria de apresentar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Recolho a questão de ordem e...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Para contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

Recolho a questão de ordem, e responderemos, porque se trata de uma decisão do Congresso Nacional. Eu não tenho como atribuição uma resposta, nem a Secretaria. Nós temos que consultar todo o Congresso, a Presidência da Casa, para que a gente possa...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Calma.

Pela ordem, Senador Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Para contraditar.) – Bom, até para que, na hora em que essa questão de ordem for apresentada à Mesa do Congresso, trazer um subsídio que seja relevante: nós tivemos a CPMI, se eu não estou enganado, do 8 de janeiro. Naquela oportunidade, já foi consignado pelo então Presidente Rodrigo Pacheco que o que vale é a composição dos blocos partidários por ocasião da leitura da CPMI, da instalação do requerimento da CPMI. Então, por favor...

Eu acho que a gente está voltando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Matéria já enfrentada.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... a uma situação que já foi acordada recentemente.

Sei que a gente vive na época da relatividade, mas eu espero que esse precedente, tão recente, não seja ultrapassado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – O direito de petição assiste a todos – o nobre Líder conhece.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Me sinto representado...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Estamos vivendo o momento de "democracia relativa, direito relativo".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É o "jus esperneandi".

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Vamos aguardar a posição da Mesa do Congresso, e a gente vai encaminhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Garanta o direito de petição, pelo menos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, senhores...

Por favor, nós estamos começando bem, cada um terá direito de falar, já ouvimos a questão de ordem do Governo – que tem que ser recolhida, para ser respondida –, a posição da oposição, e vamos dar sequência aos nossos trabalhos.

Mais algum pedido pela ordem, senhores?

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu gostaria, Presidente. Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Eduardo Girão, pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu acho importante, neste momento, a gente esclarecer algumas coisas.

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Senador Carlos Viana e o Deputado Alfredo Gaspar, pela condução desses trabalhos aqui com muita imparcialidade. A gente percebe essa independência muito claramente.

Agora, saiu uma *fake news* que se espalhou aí pelo Brasil e que deixou a população – uma parte dela – muito preocupada, com relação ao irmão do Lula, o Frei Chico: que não seria, através de um acordão feito, não seria chamado aqui nesta CPMI. Eu tenho certeza de que isso não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu. Eu conversei com o nosso Líder Marcel van Hattem, nosso Líder Rogerio Marinho, que participaram da reunião...

E eu gostaria, Presidente, até porque as matérias aqui... A CNN: "[...] sindicato que tem irmão de Lula arrecadou R\$259 milhões desde 2019".

Então, existe um clamor natural na população, sem fazer prejulgamentos, de que as pessoas importantes nesse escândalo do roubo dos velhinhos sejam chamadas aqui, em algum momento. Acredito... Eu vi seu vídeo, inclusive, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Parabenizo por seu vídeo nas suas redes sociais.

Eu queria fazer esse questionamento, porque esse acordão – eu não estou sabendo – não existiu, mas seria importante que o senhor, como Presidente, colocasse em relação a isso... Inclusive, tem requerimento do senhor para chamar também, eu acho que do próprio Relator, meu também e de vários outros colegas.

Eu acho que, para dirimir as dúvidas, se quiser colocar isso, nós estamos à disposição para votar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Girão.

Bem, para dar uma sequência aos trabalhos, eu vou apenas responder ao colega, agradecendo a posição.

É o seguinte: não há, da minha parte e da do Relator, qualquer acordo para que a gente blinde quem quer que seja. Toda e qualquer pessoa poderá ser chamada. Qual é a regra... (*Palmas.*)

Só um minutinho, Senador.

Qual é a regra que nós estabelecemos e que está sendo muito clara a todos? Serão chamados aqui aqueles que, no decorrer dos depoimentos, houverem nexos causais. A pessoa participou, recebeu, influenciou qualquer um dos inquéritos ou questões do escândalo do INSS. Se não houver nexo causal, se não houver razões específicas, jurídicas, para que a gente chame





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer pessoa, nós não o faremos. Não será nesta CPMI aqui a exposição da privacidade de qualquer pessoa que não esteja ligada aos casos do INSS. Então, a posição da CPMI é muito clara em relação a isso.

Coloco em votação os regulamentos de funcionamento, normas de funcionamento da Comissão disponibilizadas com antecedência a todos os participantes.

Os Srs. Senadores, Deputados, Deputadas e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o conjunto de normas de funcionamento da Comissão.

Agradeço a todos.

Passamos à primeira parte da nossa reunião de hoje.

É bom esclarecer também a todos que haverá uma reunião secreta e que, nessa reunião secreta, pelo Regimento Interno – não é uma decisão deste Presidente –, só poderão permanecer em Plenário os Parlamentares. E nós temos, em acordo, de decidir quantos assessores ficarão da parte do Governo e quantos assessores da parte do... Esta é uma deliberação da Presidência de dizer "sim" ou "não", mas, como nós estamos trabalhando conjuntamente aqui, eu peço que os dois lados definam os assessores que permanecerão dentro da reunião secreta com o Delegado.

O Delegado da Polícia Federal, por função e por constituição, tem o direito de pedir a reunião secreta e até mesmo de não delimitar partes da investigação que ainda estejam em curso.

Então, desde já, eu peço desculpas a todos que não são Parlamentares ou assessores, porque, quando iniciarmos a sessão secreta, eu, como Presidente, terei de pedir o esvaziamento da sala. Aí vocês decidam.

Bom, vou dar a palavra rapidamente ao nosso Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Marcos Rogério, por gentileza.

Deixa só o Relator se manifestar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É só um adendo à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – É uma terminologia, para não haver uma exploração indevida. As reuniões que serão fechadas... É só uma sugestão usarmos o termo reunião reservada e não secreta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O termo é esse, Senador, reunião secreta.

Como Presidente, a minha função aqui é resguardar as normas de funcionamento. Há determinadas questões que ultrapassam até o meu desejo de colocar... Foi o que aconteceu semana passada, e a gente tem que se posicionar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Com dois ou três, secreto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Mas o Delegado da Polícia Federal, por função, tem o direito de pedir que esta reunião seja fechada, reservada, secreta, não é?

Porque secreta, de fato, fica parecendo que nós estamos querendo esconder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Exato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Será uma reunião fechada.

Obrigado pela...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, bom dia! E a todos e a todas.

O Deputado Paulo Pimenta fez uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – E, aproveitando o tema... Eu vi que V. Exa. vai responder *a posteriori*, mas eu queria que, se V. Exa. puder, nos fornecer e fazer a leitura, se possível, aqui para todo o Parlamento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – ... do ofício que indicou os membros Deputados do PL para esta Comissão. E peço o mesmo em relação ao PT, no caso do PT e da Federação Brasil da Esperança.

Eu acho que esses dois documentos são muito esclarecedores dessa questão. Seria muito importante se esta Casa pudesse tornar público a todos os membros Deputados e Senadores que compõem essa CPMI qual o ofício, qual o documento que o Líder Sóstenes encaminhou para cá indicando os membros Deputados do PL, e o Líder Lindbergh, os membros do PT. Se puder V. Exa. fazer isso, agradeço.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Presidente, qual a necessidade disso, se pode até...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

Se um colega falou, eu peço que não interrompam, porque a palavra tem que ser devolvida ao Presidente; senão nós não teremos aqui continuidade dos trabalhos.

Excelência, eu não vou ler os requerimentos, porque eles já estão disponíveis, desde o início, para a consulta de todos. Aqui não há, a meu ver, necessidade. Nesse ponto não atendo ao pedido de V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Item 1.

Atenção: item 1 da nossa pauta.

Requer...

Apesar de já termos feito um acordo genérico de aprovação de itens, eu vou ler um por um dos requerimentos que estão para votação hoje, para que não existam dúvidas sobre as convocações e a sequência das nossas sessões.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor quer se manifestar, Relator?

Passo a palavra ao Relator para se manifestar também.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, primeiro, quero dar bom dia ao senhor e a todos os integrantes.

Eu só queria esclarecer que, na reunião que precedeu os acordos relacionados ao rito procedimental, ficou acertado antecipadamente que todo requerimento de informação seria aprovado em bloco, salvo quando se tratasse de medida restritiva, como quebra de sigilo, para prestigiar os membros da CPML, ou seja, aí tem requerimentos da situação, da oposição. Portanto, para abreviar o tempo de V. Exa., esse foi o acordado na reunião, salvo se houver mudança de oposição... de posição, mas ficou previamente acordado que seria votado em bloco sem manifestação contrária, salvo casos sigilosos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, Presidente, para dizer que a reunião que nós fizemos para construir o acordo foi uma reunião em que participaram vários Líderes, foi uma reunião extremamente respeitosa, uma reunião transparente, e nós não deveríamos aqui alimentar qualquer tipo de *fake news*, mentiras, sobre a transparência e a seriedade da maneira como nós tratamos as questões da CPI.

Eu acho que aqui a gente tem que ter uma postura sóbria, responsável, e eu agradeço muito a maneira como o senhor tem conduzido as coisas desde o início e a forma como a gente tem tratado todos os assuntos até agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ilustre Relator, V. Exa. tem absoluta precisão no que está dizendo, com um único detalhe: são requerimentos que não dizem respeito ao escopo da CPI. Então, eu acho que nós temos que só precisar essa questão: pedidos de informação sobre os temas atinentes à Comissão, o.k., automaticamente nós não vamos criar qualquer tipo de discussão a respeito deles, é o direito de todos os membros da Comissão buscar todas as





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações. Porque nós temos que ter um único cuidado: requerimentos que não dizem respeito aos temas que estão sendo investigados.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Tais como?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Na medida em que aparecer algum, a gente vai trazer, entende?

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Ah, o.k.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Então, eu acho assim, nós temos que só ter esse cuidado. Existe um escopo na criação da CPI, ela tem um objeto, então todos os requerimentos que dizem respeito a esse objeto, nós temos absoluta concordância, devem ser aprovados de forma consensual, para possibilitar que todos os Parlamentares possam exercer da melhor forma possível as suas prerrogativas. Só vamos ter cuidado, porque a gente sabe que numa Comissão tem requerimentos que muitas vezes não dizem respeito e que nós temos que evitar, inclusive a utilização da Comissão para que sejam aprovados requerimentos que tenham outro objeto, outra natureza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador... perdão, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É essa a ressalva que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Será mantido o acordo e teremos sempre o cuidado de publicar com antecedência todos os itens, para que haja concordância da parte de todos.

Pela ordem, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Não, eu apenas perguntei ao nobre Líder do Governo aqui se era algum tema específico.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Vai aparecer.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Como ele disse que... Na hora em que aparecer aqui, então a gente discute, vamos ver se realmente tem a ver ou não com o escopo do processo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Item 1, Requerimento nº 233, de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 233/2025**

Requer, ao INSS, o envio de Processos Administrativos de Responsabilização (PARs); Acordos de Cooperação Técnica (ACTs); Registros de Autorização e Fiscalização; Dados Financeiros e Comunicações Internas.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Posso ler genericamente os títulos, para que a gente possa votar em bloco?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) –

2ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 234/2025**

Requer, ao Departamento de Polícia Federal (DPF), o envio de relatórios e autos da Operação sem Desconto.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Primeiro item, Senador Izalci Lucas; segundo item, Senador Izalci Lucas.

2ª PARTE**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 235/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), o envio de relatórios de auditoria da CGU sobre o INSS; documentos sobre entidades conveniadas; comunicações oficiais entre CGU e INSS; dados e relatórios da operação "Sem Desconto"; análises de conformidade e alertas ignorados.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 236/2025

Requer, à Advocacia-Geral da União (AGU), o envio de relatórios peças judiciais, dossiês e relatórios referentes à investigação de agentes públicos; documentação técnica referentes às estratégias de ressarcimento e recuperação de ativos; relatórios de apuração de fraudes digitais; documentação referente a comunicações institucionais e atos processuais; dados financeiros e documentos-base; atas e registros pertinentes para subsidiar os trabalhos da Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 237/2025

Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV), o envio de Registros de Processamento de Descontos Associativos de 2019 a 2025; documentação dos sistemas de desconto; registros de auditorias e controles internos; comunicação com INSS e entidades associativas; dados de acesso e segurança do portal Meu INSS; contratos e utilização de inteligência artificial referentes ao objeto de investigação para subsidiar os trabalhos da Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE**ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 238/2025**

Requer, à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE-INSS), o envio de documentos relacionados aos acordos de cooperação técnica; correspondências e comunicações internas; pareceres; notas técnicas; informações sobre o Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho; auditorias e controles internos; dados sobre beneficiários e descontos; portarias e normas procedimentais; informações sobre outros servidores; interações com outros órgãos, informações sobre ressarcimento, necessários para subsidiar os trabalhos da Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE**ITEM 7****REQUERIMENTO Nº 239/2025**

Requer, ao Ministério da Previdência Social, o envio de documentos como acordos de cooperação técnica; relatórios de auditoria e inteligência previdenciária; dados financeiros e operacionais; alertas e comunicações institucionais; medidas de controle e ressarcimento; registro de denúncias e atendimento; investigações administrativas e punições; listagem de entidades suspeitas, com intuito de subsidiar os trabalhos da Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE**ITEM 8****REQUERIMENTO Nº 240/2025**

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), o envio de documentos referentes às reuniões, atas, relatórios, ofícios, memorandos, correspondências com outros órgãos, acordos de cooperação técnicas, pareceres entre outros, para compreender a cronologia dos fatos e as ações referentes ao objeto de investigação da Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE**ITEM 9****REQUERIMENTO Nº 241/2025**

Requer, ao TCU, o envio de relatórios e auditorias; documentos sobre medidas cautelares; informações sobre entidades e agentes envolvidos; dados sobre ressarcimento e prejuízos; interações com outros órgãos; esclarecimentos sobre atrasos e condução de processo; e outros documentos relevantes necessários para subsidiar os trabalhos da Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE**ITEM 10****REQUERIMENTO Nº 249/2025**

Requer, à Dataprev, o envio de relatórios de segurança cibernética, auditorias, conformidade à LGPD e registros de instabilidade e acessos indevidos aos sistemas do INSS e DataPrev, abrangendo o período de 2020 a 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 252/2025

Requer, ao INSS, o envio de documentos e informações com vistas a investigar as denúncias de ilegalidade e irregularidades no programa "Meu INSS Vale+".

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 278/2025

Requer, ao Ministério da Previdência Social, o envio de documento que especifica: relatório completo dos registros de entrada do Senhor Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências do Ministério da Previdência Social, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 279/2025

Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de documento que especifica: relatório completo dos registros de entrada do Senhor Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências do INSS, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 337/2025

Requer à Advocacia-Geral da União cópias, em formato digital, dos seguintes documentos: 1. Cópia integral de todos os procedimentos investigativos, de bloqueio de bens e/ou ações civis públicas propostas em razão das fraudes perpetradas contra aposentados e pensionistas do INSS; 2. Comprovação documental do montante de recursos efetivamente bloqueado, até a data da formulação da resposta a essa questão para a CPMI, das entidades suspeitas de fraudes contra os aposentados e pensionistas brasileiros.

Autoria: Deputado Beto Pereira

2ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 339/2025

Requer à 4ª Vara Criminal Federal de São Paulo cópia, em formato digital, de todos os inquéritos e processos, sigilosos ou não, relacionados à Operação Sem Desconto, incluídos os inquéritos e os feitos derivados de desdobramentos específicos e dedicados a investigar a atuação de particulares e de autoridades públicas.

Autoria: Deputado Beto Pereira

2ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 340/2025

Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia integral, em formato digital, de todos os inquéritos, sigilosos ou não, relacionados à Operação Sem Desconto, instaurados no âmbito da Corte, incluídos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

os inquéritos derivados de desdobramentos específicos e dedicados a investigar a atuação de autoridades públicas.

Autoria: Deputado Beto Pereira

2ª PARTE**ITEM 17****REQUERIMENTO Nº 341/2025**

Requer, à Procuradoria-Geral da República, o envio de cópia integral de todos os inquéritos e procedimentos investigativos relacionados à Operação Sem Desconto, instaurados no âmbito das diversas unidades do Ministério Público Federal.

Autoria: Deputado Beto Pereira

2ª PARTE**ITEM 18****REQUERIMENTO Nº 390/2025**

Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV): 1) cópia integral dos procedimentos instaurados para o cumprimento das determinações feitas pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n.º 1115/2024 – Plenário (Tomada de Contas n.º 032.069/2023-5); 2) Informação sobre a interposição ou não de recurso a essa decisão.

Autoria: Deputado Beto Pereira

2ª PARTE**ITEM 19**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 391/2025

Requer à Controladoria-Geral da União - CGU: 1) cópia integral das auditorias realizadas junto ao INSS; 2) cópia integral dos processos ou procedimentos administrativos instaurados com a finalidade de apurar a responsabilidade de servidores do INSS ou do Ministério da Previdência Social e das entidades envolvidas nas fraudes; 3) cópia integral das auditorias e processos administrativos disciplinares instaurados com a finalidade de apurar a responsabilidade de servidores do INSS ou do Ministério da Previdência nas fraudes.

Autoria: Deputado Beto Pereira

2ª PARTE**ITEM 20****REQUERIMENTO Nº 444/2025**

Requer ao Diretor-Geral da Polícia Federal informações sobre as provas produzidas no âmbito do Inquérito Policial instaurado para apurar possíveis práticas de crimes e outras infrações vinculadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Nos itens que o senhor está lendo, aparece a autoria aqui de outro Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Nós colocamos os primeiros a pedirem, por ordem de entrada dos requerimentos, Deputado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Ah, obrigado.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Item 21, Requerimento 445, Deputado Duarte Jr.

2ª PARTE**ITEM 21****REQUERIMENTO Nº 445/2025**

Requer à Controladoria-Geral da União informações referentes à apuração de possíveis práticas de crimes e outras infrações vinculadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

2ª PARTE**ITEM 22****REQUERIMENTO Nº 451/2025**

Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), informações relacionadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas, incluindo apurações internas, processos administrativos e demais documentos.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

2ª PARTE**ITEM 23****REQUERIMENTO Nº 453/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao Banco Central, o envio de informações relacionadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas, incluindo apurações internas, processos administrativos e demais documentos.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

2ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 454/2025

Requer, à Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o envio de informações relacionadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas, incluindo apurações internas, processos administrativos e demais documentos.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

2ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 455/2025

Requer, ao Tribunal de Contas da União, informações relacionadas às auditorias e processos de fiscalização e controle realizados no âmbito do Tribunal de Contas da União para apurar irregularidades, possíveis práticas de crimes e outras infrações vinculadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas.

Autoria: Deputado Duarte Jr.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE**ITEM 26****REQUERIMENTO Nº 610/2025**

Requer ao Diretor-Geral da Polícia Federal cópia de todos os inquéritos e procedimentos da "Operação Sem Desconto" e outros que apurem os descontos indevidos em benefícios do INSS.

Autoria: Senador Jorge Seif

2ª PARTE**ITEM 27****REQUERIMENTO Nº 611/2025**

Requer ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cópias de documentos, dados, procedimentos e auditorias relativos aos descontos indevidos em benefícios do INSS.

Autoria: Senador Jorge Seif

2ª PARTE**ITEM 28****REQUERIMENTO Nº 612/2025**

Requer à Controladoria-Geral da União - CGU cópia de todos os procedimentos, auditorias e processos administrativos que apurem descontos indevidos em benefícios previdenciários.

Autoria: Senador Jorge Seif

2ª PARTE



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 613/2025

Requer à Advocacia-Geral da União cópia de todas as ações, diligências e procedimentos judiciais e extrajudiciais relacionados às apurações, ressarcimento e responsabilização das pessoas físicas e jurídicas envolvidas nos descontos indevidos em benefícios do INSS.

Autoria: Senador Jorge Seif

2ª PARTE

ITEM 30

REQUERIMENTO Nº 626/2025

Requer à Polícia Federal o envio de cópias de inquéritos referentes a descontos ilegais em benefícios do INSS, bem como os que dizem respeito à "Operação sem desconto".

Autoria: Deputado Ricardo Ayres

2ª PARTE

ITEM 31

REQUERIMENTO Nº 664/2025

Requer, ao Tribunal de Contas da União -TCU, o envio de documentos atinentes aos processos TC 032.069/2023-5 e TC 037.762/2023-0.

Autoria: Deputado Rogério Correia

2ª PARTE

ITEM 32





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 703/2025

Requer, à Polícia Federal, o envio de informações e documentos sobre a apuração de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas.

Autoria: Deputada Bia Kicis

2ª PARTE**ITEM 33****REQUERIMENTO Nº 704/2025**

Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações e documentos sobre irregularidades relacionadas a descontos indevidos em benefícios previdenciários do INSS

Autoria: Deputada Bia Kicis

2ª PARTE**ITEM 34****REQUERIMENTO Nº 878/2025**

Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV, o envio de relatório circunstanciado sobre o funcionamento da plataforma "Meu INSS", com dados de acessos, falhas, custos de manutenção e medidas de segurança cibernética.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE**ITEM 35**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 884/2025

Requer, ao Tribunal de Contas da União, o envio de informações e o acesso a documentos de auditorias ou outros procedimentos fiscalizatórios que se referem a descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

2ª PARTE

ITEM 36

REQUERIMENTO Nº 885/2025

Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o envio de informações e o acesso a documentos de auditorias ou outros procedimentos fiscalizatórios que dizem respeito a descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS desde 2016.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

2ª PARTE

ITEM 37

REQUERIMENTO Nº 886/2025

Requer, à Polícia Federal, o envio de informações e o acesso a inquéritos policiais relacionados à prática de descontos fraudulentos em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS) desde 2016.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

2ª PARTE





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 911/2025

Requer ao Tribunal de Contas da União informações sobre todos os documentos referentes aos Processos nº TC 032.069/2023-5 (apuração de irregularidades no âmbito do INSS) e TC 037.762/2023-0 (inspeção na consignação de empréstimos e mensalidades associativas em benefícios do INSS).

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Pergunto aos Srs. Senadores e Deputados presentes se aprovam os requerimentos ora lidos pela Presidência.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... quero destacar dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu só quero conferir se essa minha pauta aqui é a última e é a mesma que o Presidente está utilizando. É o item 3...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Item 3. É do Senador Izalci Lucas.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito.

E o item... E o item 20.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Bem, o item...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vou ler aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Para ser mais preciso, Requerimento 235 e Requerimento 252.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Itens 3 e 20 da pauta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não, eu não sei, porque eu recebi várias...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É porque nós, ontem à noite...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Requerimento 235 e Requerimento 252.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, só um instante. O 235 é o item 3 da pauta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O 235 é bem simples.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Requer a... Vou ler, vou ler ao Plenário: "Requer, à Controladoria-Geral da União [...], o envio de relatórios de auditoria da CGU sobre o INSS; documentos sobre entidades conveniadas; comunicações oficiais entre CGU e INSS; dados e relatórios da operação "Sem Desconto"; análises de conformidade e alertas ignorados". Está dentro do escopo, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito, perfeito. Mas o que eu... A minha questão é a seguinte: o ilustre Senador está pedindo só de 2023 para cá. O que eu quero pedir é de todo o período do plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Desde 2015.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – De 2015. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Izalci Lucas, concorda com o pedido da oposição?

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Não tenho nenhuma dificuldade em ampliar, só que a auditoria foi feita. Ela tem prazo de início e prazo de final.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Agora, Presidente, a oposição a partir de janeiro de 27, por favor. O Governo é quem está fazendo a solicitação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não entendi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, é porque ele disse que era a oposição que estava fazendo. Eu estou só retificando aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O que eu estou sugerindo é que para que a gente não tenha que fazer um outro requerimento ampliando o prazo, já faz um requerimento só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu entendi, Senador.

Senador Rogerio Marinho, o Governo está fazendo a solicitação de redação. O senhor concorda, Senador Rogerio Marinho?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Concordo, não tem dificuldade. Eu apenas fiz uma explicação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque se a gente for ater a essas pequenas coisas, nós não vamos andar aqui, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, só dizendo que V. Exa. chamou o Governo de oposição. Eu estou dizendo que hoje é Governo, a oposição só em janeiro de 2027. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois bem. Então, concordam os senhores? Resolvido.

Qual o outro item, Deputado Paulo Pimenta? Mais algum?

Coloco em votação os requerimentos lidos por esta Presidência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tenho outro, Sr. Presidente. Eu levantei duas questões. Essa é a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A segunda é o Requerimento 252.

O Requerimento 252 diz respeito ao programa Meu INSS Vale+.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu entendo, Sr. Presidente, que esse requerimento diz respeito a um tema que não é parte do escopo da nossa Comissão. Por que, Sr. Presidente? Pelo que eu entendi, trata-se de um mecanismo de antecipação de benefício criado pelo INSS. Não envolve desconto associativo, não envolve entidade, não há absolutamente nenhuma relação entre o que nós estamos trabalhando na investigação, que é a fraude bilionária que assaltou milhões de aposentadas e aposentados do Brasil de forma indevida, utilizando entidades fantasmas, descontos não autorizados, com esse serviço, esse empréstimo. Por que eu estou dizendo isso? Porque se nós não criarmos claramente um limite, vai aparecer todo tipo de requerimentos sobre os mais variados tipos de empréstimos ou outros serviços que são prestados pelo INSS.

Então me parece, sinceramente, Presidente, que esse requerimento não tem absolutamente nenhuma relação com os temas que dizem respeito ao trabalho que nós estamos fazendo nessa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Para defender o Requerimento, Senador Izalci, o autor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, este Requerimento foi fruto, inclusive, da fala do Ministro que esteve conosco aqui explicando a questão do INSS. Esse assunto foi... É um prejuízo muito grande para os aposentados e pensionistas. Isso... Por incrível que pareça, em novembro saiu uma instrução normativa do INSS permitindo que os aposentados pudessem pegar recurso sem juros para ser descontado antecipadamente. Isso foi feito, não foi feita nenhuma licitação para conhecimento público aqui, né? A única instituição que ganhou essa questão, que foi a JBS, através do PicPay, sem nada, é da PicPay isso. E depois passaram para R\$400 e passaram a cobrar juros que não podia. Fizeram a instrução normativa em novembro de 2024 e revogaram agora em 2025.

Então, Presidente, esse foi um dos motivos... E pode ter certeza, tem muito... um valor muito alto descontado de aposentado e pensionista que sequer sabe o que está descontando. Então,



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho... não devemos limitar um assunto tão importante que trouxe um prejuízo muito grande para os aposentados, e houve descontos, sim, indevidos durante esse processo.

Então, eu mantenho o requerimento e peço o apoio dos colegas. Não vamos limitar aqui essa roubalheira que foi feita com os aposentados e pensionistas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, só um instante.

Senhores, coloco em votação os itens de 1 a 38, com exceção do item nº 11, destacado, para que a gente possa buscar um acordo.

Os Parlamentares...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o item 11. É o 11, 252, não é isso?

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Não, é 20. Item 20.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É o item 11. É o item 11 da pauta.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O item 11.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

Requerimento 252, da questão do Meu INSS.

Eu coloco em aprovação os itens de 1 a 38, como lidos pela Presidência, com exceção do item 11, 252.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Se o relator entende que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

Os Srs. Senadores, Senadoras e Deputados que aprovam os demais itens permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os itens de 1 a 38, com exceção do item 11.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Presidente, Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

Pela ordem, Deputado Paulo Pimenta, primeiro.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Depois, aqui questão de ordem para o Coronel Chrisóstomo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Se o Relator entender que esse requerimento está dentro do escopo do plano de trabalho que ele pensou, nós não vamos criar polêmica em torno dele. Eu só estou chamando a atenção para que a gente não abra um precedente porque, amanhã, vão aparecer aqui mil requerimentos sobre todo tipo de empréstimos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Agora, se o Relator entende que isso contribui para o trabalho que ele vai fazer, eu não vou colocar nenhuma objeção para que ele seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Pimenta. Excelente posicionamento.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Presidente, questão de ordem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Quem pediu a questão de ordem? Eu não vi.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Só um instante, Coronel.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, no plano de trabalho, nós deixamos lá consignado que os empréstimos também fariam parte da investigação. O relatório da Polícia Federal da Operação Sem Desconto, se está público, trata, em várias oportunidades, sobre a questão de consignado. Portanto, Sr. Presidente, com todo o respeito a qualquer divergência, eu acho muito importante nós não ampliarmos de forma difusa a investigação, mas não para os itens essenciais como descontos irregulares, incluindo empréstimo consignado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado Chrisóstomo, pela ordem.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Excelência, ontem à noite, foi retirada a quebra de sigilo do Careca, está fora da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Gostaria que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É porque nós fizemos o acordo sobre solicitação de informações e questões da CPMI. As informações sobre quebra de sigilo bancário ou qualquer outra serão votadas separadamente. Se nós fôssemos votar isso aqui hoje...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Ah, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Claro. Se nós fôssemos votar isso aqui hoje, nós não conseguiríamos fazer a sessão. Então, eu estou trazendo os itens que têm acordo para que a gente possa limpar a pauta.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – O senhor tem previsão, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Claro. Já vamos colocar logo à frente, porque esse requerimento e todos eles serão colocados em votação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Temos acordo, Governo, oposição?

Pois não, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Não, eu quero inclusive elogiar aqui a postura agora do Deputado Paulo Pimenta. E eu iria relembrar aqui – havia pedido a palavra anteriormente – que nós aprovamos um plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – E só para ler aqui o plano de trabalho, um itenzinho rápido que corrobora o que falou o Relator:

A CPMI foi proposta com o objetivo de "investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas, nos termos dos arts. 58 da Constituição Federal [...] [etc.]".

Então, descontos irregulares, inclusive, significam empréstimos consignados que são concedidos de forma graciosa sem o conhecimento dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rogerio Marinho.

Item 11 em votação, Requerimento 252, por acordo.

Srs. Senadores, Senadoras e Deputados que concordam, que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o item destacado.

Passamos à terceira parte da nossa reunião.

Convido a tomar assento à mesa a Sra. Patrícia Bettin Chaves, Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária da Defensoria Pública da União.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Quem nos acompanha por todo o Brasil, especialmente os aposentados, pensionistas, são muito bem-vindos na participação.

Solicito a presença da Sra. Patrícia Bettin Chaves. *(Pausa.)*

Com a palavra a Sra. Patrícia Bettin Chaves.

Muito obrigado, senhora.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Bom dia a todos. Cumprimento aqui os presentes, na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador Carlos Viana.

Inicialmente, eu gostaria de demonstrar minha solidariedade a todos os aposentados e pensionistas que foram lesados com os descontos indevidos em seus benefícios previdenciários e pensões.

Inicialmente, eu gostaria de esclarecer qual é a atribuição da Defensoria Pública da União. A Defensoria Pública federal atua na defesa das pessoas mais vulneráveis deste país, ou seja, a Defensoria Pública da União é a voz do povo e dos vulneráveis, aqueles que não têm acesso à Justiça.

Então, como que foi feito esse trabalho pela Defensoria Pública da União em relação às fraudes e aos descontos associativos? Esse trabalho é um trabalho conjunto de várias áreas técnicas internas da DPU: a Coordenação da Câmara de Revisão Previdenciária, a Coordenação da Câmara de Coordenação e Revisão Cível, a Defensora Nacional de Direitos Humanos e os Defensores Regionais de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União. Então, esse é um trabalho conjunto e estratégico. Ele foi feito e conduzido desta forma.

Como que a Defensoria Pública da União atuou em relação aos descontos indevidos? Esse é um trabalho que foi desenvolvido desde o início de 2024, de forma estratégica. As denúncias chegavam à DPU através dos atendimentos realizados, principalmente em comunidades remotas, quilombolas, indígenas, itinerantes, que foram realizados em comunidades mais remotas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desta forma, como é que foi a atuação da Defensoria Pública da União? Nós, inicialmente, atuávamos nas ações individuais, nos nossos processos de assistência jurídica individuais, fazendo a exclusão desse desconto associativo, através dos canais remotos ou através do nosso sistema de acesso para requerimentos de benefícios junto ao INSS, que a gente denomina de SAG/requerimentos e hoje é denominado de PAT/requerimentos.

Então, o que o defensor fazia? Ao constatar um desconto indevido no benefício do segurado ou pensionista, ele fazia a exclusão deste desconto de forma rápida pelo sistema e imediatamente esse desconto era cessado.

As demais providências eram tomadas de forma algumas vezes extrajudicial, outras vezes de forma judicial, pedindo ressarcimento daqueles valores que foram descontados, em alguns casos até com ações judiciais buscando o dano moral.

Então, umas das linhas de atuação da DPU foram essas.

Posteriormente, nós fizemos atuações extrajudiciais, frisando aqui que a Defensoria Pública da União não tem apenas uma atribuição de atuar em juízo; ela tem a atribuição de resoluções extrajudiciais, buscar a resolução extrajudicial.

Então, como que foi feito esse trabalho? Desde fevereiro de 2024, a Defensoria Pública da União, juntamente com o Ministério Público Federal, iniciou apontar algumas questões e problemas que ocorriam em relação aos descontos indevidos num grupo de trabalho interinstitucional da previdência e da assistência social. Esse grupo de trabalho é composto pelo Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública da União, pelo INSS, pela AGU, pelo Tribunal de Contas da União, pela CGU e demais órgãos: Ministério Público da Previdência Social, Ministério do Desenvolvimento Social. Então, esse grupo de trabalho, desde 2024, vem apontando a questão dos descontos irregulares, indevidos nos benefícios de aposentadoria e pensões dos segurados.

A partir daí, foram tomadas algumas medidas extrajudiciais, e esse tema sempre foi pautado de forma permanente nesse grupo de trabalho.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – No grupo de trabalho interinstitucional, ele foi... esse tema iniciou aproximadamente em fevereiro de 2024, a Defensoria Pública da União pautou esse tema. Ele já vinha sendo tratado anteriormente, desde os anos anteriores ele era abordado. Acontece que, a partir desse momento, se verificou que os descontos vinham aumentando, as reclamações, os casos que eram encaminhados à Defensoria Pública da União, verificou-se ali que houve um aumento. Então, a partir...

E houve uma denúncia específica à Defensora Nacional de Direitos Humanos, lá em janeiro de 2024, feita por uma pessoa que é assistida pela Defensoria Pública da União, uma denúncia de que tinha um desconto no seu benefício que não teria sido autorizado por ele. A partir desse momento em que foi feita uma denúncia formal à Defensora Nacional de Direitos Humanos, as providências foram adotadas e a atuação da DPU começou de uma forma um pouco mais, digamos, estratégica, né? A partir daí a gente tomou várias medidas – né? –, a depender dos eixos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, o senhor me permite? Tem muito ruído ainda de fundo, ou seja, para poder prestar a atenção. Para mim atrapalha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Peço mais uma gentileza a todos, por gentileza: o silêncio, para que possamos ouvir a Defensora Pública.

Pode continuar, por gentileza.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Como eu relatava, esse grupo de trabalho interinstitucional, de que participam diversos órgãos, fazia reuniões bimestrais. A cada reunião bimestral, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal elaboravam uma pauta sobre questões de direito previdenciário ou assistencial. A pauta permanente desse GTI eram os descontos associativos e muitas vezes também empréstimo consignado.

Então, a partir do atendimento que a Defensoria Pública da União fazia nas suas unidades e nas comunidades remotas por meio de atuações itinerantes, se identificava que aqueles





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

descontos não eram autorizados pelo segurado. E isso foi identificado pelo Tribunal de Contas da União e pela CGU – isso foi identificado.

Então essa atuação foi feita de uma forma estratégica, e a Defensoria Pública da União foi fazendo alguns apontamentos nesse GTI, pedindo melhorias. Inicialmente, nos canais de reclamação. Como que o segurado ia fazer esse tipo de reclamação? Melhorias, transparência nos canais de reclamação, pedidos de... relação de todas as entidades associativas que estavam habilitadas.

Lá em março de 2024, foi editada uma Instrução Normativa de nº 162 pelo INSS. Essa instrução normativa regulamentava como que era feito esse desconto associativo e como que as entidades poderiam se habilitar para fazer esse tipo de desconto associativo, através de um acordo. Então, desta forma, essa instrução normativa previa certos requisitos para essas entidades, que deveriam ser cumpridos. E também essa instrução normativa especificava que os benefícios, os descontos associativos, deveriam ser suspensos, ou seja, a partir do momento da concessão do benefício, esse tipo de desconto era proibido, na verdade, ele era vedado; sendo que ele só poderia ocorrer se o segurado expressamente autorizasse esse desconto, através do sistema de biometria, reconhecimento facial.

Então, a partir daí é que foram se discutindo todas essas medidas, essas medidas que estavam sendo adotadas para melhoria e evitar as fraudes. Esse foi um trabalho de todos os órgãos, tanto da Defensoria Pública da União como do Ministério Público Federal, dos órgãos de controle, em que apontavam toda essa problemática.

Dentro desse grupo de trabalho, nós conseguimos melhorar os canais de comunicação, conseguimos possibilitar que os assistidos pudessem fazer a exclusão deste pedido de desconto associativo através dos canais do 135, porque da população que nós atendemos muitos não têm acesso aos meios digitais, não têm acesso à internet. Onde não há Defensoria Pública da União, não é possível: como que o segurado vai ter esse conhecimento e como que ele vai fazer esse tipo de exclusão de benefício? Então, o trabalho da Defensoria Pública da União foi estratégico.

A partir disso, nós também fizemos uma atuação de educação em direitos, publicação de matérias, notícias, entrevistas, em que nós orientávamos os assistidos da Defensoria Pública da União a realizar a exclusão e o bloqueio do desconto associativo em seu benefício e a identificar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse tipo de bloqueio no seu benefício. É importante ressaltar que a atuação aqui da Defensoria Pública da União é uma atuação de Estado. A Defensoria Pública da União é um órgão de Estado, é importante frisar essa questão. Então, a partir de todo esse trabalho, nós fomos esclarecendo a população e buscando as melhorias nesses canais de reclamação, a transparência nos dados, quantas entidades e associações estavam cadastradas e poderiam fazer esse tipo de desconto; e melhorias na transparência e na forma de autorização.

Depois, a gente também buscou a revalidação desses descontos associativos, o que foi uma determinação do TCU, inclusive. A partir da instrução normativa em março – a 162, em março de 2024 –, essa instrução normativa previa que os benefícios já saíam com esse bloqueio, mas a gente tinha um período antigo dos benefícios anteriores a essa instrução normativa, que já estavam sofrendo descontos. Então, a determinação e as recomendações do TCU eram que fosse feita uma revalidação desses descontos, que a pessoa fosse lá e dissesse: "Não, sim, eu autorizei esse desconto" ou "Não, não autorizei esse desconto, eu quero que ele seja excluído". Então, essas medidas eram cobradas do INSS dentro desse grupo de trabalho. Porém, houve um recurso do INSS junto ao Tribunal de Contas da União em relação a essa questão da revalidação. E essa decisão só foi apreciada, acredito, em maio de 2025, confirmando que o INSS teria que fazer essa revalidação. Então, nesse meio tempo, nós ficamos... Todas as instituições ficaram apontando que seria necessário fazer esse tipo de revalidação e qual seria a melhor forma.

Acompanhamos também como é que seria a forma do registro biométrico, qual era o sistema que a Dataprev estava implantando para fazer a biometria do segurado, para deixar clara a transparência aí nessa forma de aderir ou não a esse desconto associativo.

Essa foi a forma como a gente atuou. As reuniões do GTI foram todas documentadas através de memórias de reuniões e atas, que é possível que sejam solicitadas, inclusive. Esse GTI foi instituído pelo Ministério Público Federal, pela 1ª Câmara de Coordenação do Ministério Público Federal. Então, essas atas de reuniões podem ser solicitadas, provavelmente, por esta Comissão. E eram reuniões bimestrais. Então, foram várias reuniões, desde fevereiro de 2024, encerrando lá em maio de 2025.

Quando essa fraude foi divulgada nos meios de comunicação e houve a deflagração da operação da Polícia Federal, nós fizemos algumas reuniões extraordinárias específicas sobre





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconto associativo, analisando qual seria a forma de ressarcir todos os segurados. A partir daí, veio uma nova instrução normativa, disciplinando a forma de ressarcimento, como seria a forma de contestação desse desconto associativo indevido e como seria a forma de devolução desses valores.

A Defensoria Pública da União sempre acompanhou esses atos normativos, fazendo sugestões, principalmente visando alcançar aí o nosso público-alvo, que é o mais vulnerável. Aquela pessoa que reside em regiões que são remotas, que não tem acesso à internet, não possui condições de fazer uma contestação através somente do Meu INSS ou do 135. A partir daí, o INSS fez um convênio com os Correios, as agências dos Correios, o que foi uma sugestão também da DPU, para que as pessoas pudessem fazer essa contestação desse desconto de forma presencial nas agências dos Correios. Então, todo esse trabalho foi feito pela Defensoria Pública da União de forma estratégica, visando aí a evitar novas fraudes e que a população mais vulnerável fosse atingida.

Constatou-se pela Controladoria-Geral da União, em entrevistas, que, em 95% dos casos, não foram autorizados pelos segurados os descontos associativos. E a Defensoria Pública da União diariamente recebia cidadãos em suas unidades de atendimento com essas reclamações de descontos indevidos. Além desse desconto indevido associativo, estava atrelado também, na maioria das vezes, um desconto de crédito consignado, um desconto consignado em seu benefício. E, mais uma vez, a Defensoria Pública da União apontou que, na maioria dos casos em que havia desconto associativo, havia um empréstimo consignado. Isso foi constatado através da análise dos históricos de créditos dos nossos assistidos.

A Defensoria Pública da União tem acesso aos sistemas externos do INSS de consulta. Então, a Defensoria Pública da União pode consultar o Cnis, que é o extrato previdenciário, pode consultar o processo administrativo de pedido de benefício e o histórico de crédito do segurado. Quando a gente consultava o histórico de crédito do segurado, a gente verificava um desconto associativo que variava em torno de R\$30 até R\$80, R\$90.

Na época das enchentes, em maio do ano passado, lá no Rio Grande do Sul, nós fizemos diversos atendimentos itinerantes. Nesse momento, também identificávamos, através do histórico de crédito dos segurados, os descontos associativos. Na maioria dos casos, a pessoa falava que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tinha nenhum conhecimento. Os benefícios geralmente eram de valor mínimo, e o valor dessa contribuição era em torno de R\$30, R\$40, R\$50, R\$80, variava a depender da entidade associativa. Então, a DPU fez uma atuação com base nos relatos e nas constatações que foram feitas pelos nossos assistidos, as pessoas mais vulneráveis.

(Soa a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não sei se eu tenho tempo ainda. Um minuto? *(Pausa.)*

Outra questão que eu gostaria de ressaltar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Mas se V. Sa. desejar mais tempo, tenha a certeza de que estamos aqui todos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. *Fora do microfone.*) – Pode continuar a falar desses ladrões aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por gentileza, pode dar continuidade. Obrigado ao Plenário.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O que eu gostaria de ressaltar aqui é a importância que a Defensoria Pública da União tem e que mesmo hoje, com 683 Defensores Públicos Federais em todo o Brasil, nós conseguimos atingir muitas pessoas ainda. Porém, a Defensoria Pública da União não está em mais de 200 subseções judiciárias da Justiça Federal. E nós temos a Emenda Constitucional nº 80, que determina que a Defensoria Pública deve estar onde há subseções. Onde há um juiz federal, tem que ter um defensor público federal para a gente garantir o acesso à Justiça e a igualdade.

Então, eu faço aqui o meu apelo de que a gente só tem 683 Defensores Públicos Federais para atuar. Onde não há Defensoria Pública da União...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – É um para 100 mil?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – É.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado, vamos deixá-la terminar, por favor.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Onde não há Defensoria Pública da União, os segurados, aposentados e pensionistas estão correndo o risco de sofrer fraudes, de ter os seus direitos lesados – onde não há Defensoria Pública da União.

Então, eu gostaria de fazer esse apelo e registrar a importância da Defensoria Pública da União.

Ela não é devidamente interiorizada, ela possui dificuldades no seu quadro de defensores, e isso dificulta muito o acesso à Justiça à população de baixa renda. Então, eu gostaria de deixar isso registrado.

O papel da Defensoria Pública da União como órgão de Estado é promover os direitos humanos, o acesso à Justiça, à educação e direitos. Através desta forma, a gente chega às comunidades mais remotas, comunidades quilombolas, indígenas. Essa atuação, então, é muito importante. Eu gostaria de deixar esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu estou à disposição também desta Comissão para questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Eu faço a leitura agora do termo de compromisso.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tem conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeita ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha protagonizado na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Eu vou propor ao Plenário o seguinte: pelo regulamento que nós aprovamos, o primeiro a fazer o requerimento seria o primeiro a falar depois do Relator. O Relator não tem tempo estipulado, ele tem o tempo que precisar. Na sequência, vou abrir por cinco minutos para cada um dos participantes, mas o Deputado Rogério Correia, na nossa sessão passada, propôs que nós prestigiássemos todos os que fizeram o requerimento.

Então, eu pergunto ao Plenário se os senhores aprovam que a gente faça essa... Todos os que fizeram o requerimento passam a ser os primeiros a falar e a perguntar. Os senhores concordam?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Perfeitamente, Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso é para sempre?

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Me permita, Presidente. Me permite fazer a intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Mário.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG. Pela ordem.) – Não acho justo, porque senão eu faria o requerimento em todos os requerimentos só para entrar nessa fila. Não acho justo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF. Pela ordem.) – O senhor estabeleceu um horário. Só porque chegou antes...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Isso é completamente improcedente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Mas... Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – A sua proposta é que todos que *(Fora do microfone.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

... requerimento com o mesmo teor tenham a preferência?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Exatamente, após o Relator.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas isso sempre, não só hoje?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Seria uma regra daqui para frente.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Aí vai virar zona, Presidente.
Todo mundo vai...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, não está aprovada, está retirada a solicitação.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Pela ordem.) – Há um equívoco que foi colocado pela Deputada Adriana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu fiz uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Não, mas a pergunta que ela fez não é exatamente o que eles estão propondo. É que existem requerimentos em que tem dez Senadores e Deputados assinando o mesmo requerimento. E eles querem exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não. Obrigado, Senador Izalci.

Está retirada a proposta, seguiremos o regulamento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Sr. Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora Soraya Thronicke.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Quem pergunta é o primeiro subscritor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É o primeiro subscritor. É esse. Depois a lista normal.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Lista de inscritos. É isso aí.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Outro assunto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Senadora Soraya Thronicke com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Eu recorro da reunião passada que ficou avençado somente o primeiro subscritor; os demais, não. Então, aí fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Então, manteremos a regra.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Uma questão de ordem, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Porque senão eu tenho que concordar com o Mário *ipsis litteris*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É questão de ordem ou pela ordem, Deputado?

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Pela ordem.

Presidente, só para saber se, dentro dos cinco minutos que cada Parlamentar vai ter, a nossa nobre convidada vai fazer as respostas ou a gente vai ter as respostas no fim, através de um bloco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Nós vamos... Ela vai dar as... mas eu vou fazer o seguinte. Eu vou dar a palavra a três que farão as perguntas. Ela anotar e responderá aos três.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Depois mais três pessoas. Concordam? *(Pausa.)*

Então, pela regra, falará primeiro o Deputado Alfredo Gaspar, que é o nosso Relator. Em seguida, o primeiro Requerimento veio por parte da Senadora Damares Alves, que será a primeira a falar. Em seguida, teremos Senador Izalci Lucas, Deputado Fabio Costa. Vou lendo aqui, para que não fiquem dúvidas aqui. Depois a Deputada Adriana Ventura, Deputado Marcel van Hattem, Deputado Paulo Pimenta, Senador Eduardo Girão, Deputado Ricardo Maia, Senadora Soraya Thronicke, Coronel Chrisóstomo, Alencar Santana, Rogério Carvalho, Ricardo Ayres, Leila Barros, Jorge Seif, Sidney Leite – são os inscritos.

A lista já está encerrada. *(Pausa.)*

Temos mais, temos os suplentes: Deputado Luiz Lima, Orlando Silva, Mauricio Marcon, Rogerio Marinho, Bia Kicis, Randolfe Rodrigues, Marcos Rogério, Fernando Rodolfo.

E não membros já inscritos, no tempo: Deputado José Medeiros e o Deputado Delegado Caveira.

Antes de passar a palavra ao Relator...

Só um instante, só um instantinho, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – V. Exa. falou cinco minutos, e aqui, no... Nós acabamos de aprovar as normas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – São dez.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – São dez minutos.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Mas, na outra vez, nós demos cinco minutos e andamos muito bem, conseguimos atender a todos. Eu peço ao Plenário... se concordam que sejam cinco minutos por Parlamentar.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Os autores... é muito pequeno.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Dez minutos? Se nós fizermos aqui dez minutos por relator, nós vamos ficar aqui quatro horas. Cinco minutos. Cinco minutos, aprovam?

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – E a gente tem mais uma depois, Presidente. Cinco minutos está ótimo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, eu aceitaria para esta reunião, mas eu sugeriria que pudéssemos revisar se cinco minutos forem pouco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu lhe digo o porquê. Já participamos de outras CPIs, V. Exa. também, e há convidados para que cinco minutos não são suficientes para colocar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, mas para esta reunião os senhores concordam em cinco minutos para as perguntas?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Concordaria, se houver necessidade de revisão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... recorreremos a V. Exa. para que, eventualmente, possa ser revisto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Antes de dar a palavra ao Relator e à Senadora, eu quero fazer aqui, em nome desta Presidência, um pronunciamento de apoio à Senadora Damares Alves, que ontem, corajosamente, em exemplo e incentivo a todas as mulheres do Brasil, comunicou que está detectado um câncer de mama, e esse exemplo serve para que todos nós, brasileiros, tenhamos atenção a essa causa. *(Palmas.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus abençoe a senhora, e pronta recuperação o mais breve possível.

Muito obrigado.

Com a palavra o nosso Relator, Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Dra. Patrícia, bom dia. Quero iniciar dizendo o motivo de a senhora estar aqui. Nós fizemos esse convite, através de vários Parlamentares, essa convocação, pela expertise da senhora ao longo da sua carreira.

Eu gostaria de saber da senhora, primeiro, há quanto tempo a senhora exerce essa função de coordenação nessa câmara?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Eu ingressei nos quadros da Defensoria Pública da União em 2006 e exerço a atividade de coordenadora há dois anos já. Então...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora tem aí no seu currículo que é uma *expert* em direito previdenciário. Então, a senhora vem lidando com isso há muito tempo na própria defensoria. Qual foi a primeira vez na sua carreira profissional em que foram detectados casos de descontos irregulares?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Pelo que eu tenho conhecimento, os descontos irregulares de entidades associativas ocorrem, pelo menos na Defensoria Pública da União, desde 2019. Temos relatos e processos de assistência jurídica abertos a partir de 2019.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora pode, taxativamente, dizer, por sua experiência profissional e casos concretos, que esses descontos irregulares associativos só começaram – os descontos irregulares – a partir de 2019?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Isso eu não tenho como afirmar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora nunca teve conhecimento de nenhum desconto irregular anteriormente a 2019?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu, pessoalmente, não tive conhecimento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora falou algo muito interessante: a senhora disse que, em 95% dos casos de descontos irregulares, foi constatado que as autorizações eram viciadas ou falsas.

Esses descontos irregulares que a senhora citou dizem respeito também ao consignado?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acredito que não. Esses dados foram apontados pela Controladoria-Geral da União e pelo TCU, com base em entrevistas realizadas com os segurados e pensionistas. Então, esses dados não são da Defensoria Pública da União; eles são dos órgãos de controle – em torno de 95% em relação a descontos associativos indevidos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Houve uma omissão institucional generalizada para essa demora de criação de um GT ou de providências institucionais, para barrar esses descontos irregulares?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Essa omissão seria de qual parte?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, estou perguntando à senhora omissão institucional generalizada, falando dos órgãos que se depararam com esses descontos.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Essa questão eu acredito que vai ser apurada por esta Comissão, ressaltando que a Defensoria Pública da União é um órgão de defesa, de Estado, não é um órgão de controle.

Os órgãos de controle é que vão apurar se houve ou não omissão.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Defensoria Pública da União, que atende a esse povo mais sofrido, que, como a senhora mesma falou, muitas vezes não tem acesso nem à internet... A Defensoria Pública da União comunicou, por exemplo, ao Ministério Público Federal, para a tomada de providências, ou à Polícia Federal a partir de que data desses descontos irregulares?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A Defensoria Pública da União realizou, comunicou esses fatos no grupo de trabalho interinstitucional, do qual fazem parte o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, a CGU, o Ministério da Previdência Social – todos esses órgãos –, o INSS, representantes da Dataprev, representantes da Diretoria de Benefícios, a Perícia





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Médica Federal... Então, os fatos foram relatados dentro desse grupo de trabalho, foram oficiados à Presidência do INSS, à Diretoria de Benefícios...

A Defensoria Pública da União atuou em algumas ações coletivas, pedindo a sua habilitação, como *custus vulnerabilis*, em ações coletivas. Uma, do Ministério Público Federal, e outra de uma associação, que é a Abradep.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então, vou ser mais específico: antes da formação do grupo de trabalho em 2024, há alguma comunicação oficial da Defensoria Pública da União solicitando a ação de órgãos investigativos ou detentores de ação penal?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Essa Câmara que a senhora coordena há dois anos, ela cuida de que assunto relacionado a direitos dos aposentados e pensionistas?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Essa Câmara de Coordenação é um órgão temático, uma área técnica sobre direito previdenciário, direitos previdenciários e assistenciais. O papel da Câmara de Coordenação é fortalecer a atuação dos defensores na sua atividade-fim, nas suas unidades; coordenar todas as ações estratégicas que serão feitas pelo órgão, pela Defensoria Pública da União, na matéria de direito previdenciário e assistencial.

A Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária atua de forma a auxiliar todos os defensores públicos federais que atuam na área previdenciária assistencial, uma atuação e um suporte técnico feito pela Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária dentro da Defensoria Pública da União; ou seja, é um órgão interno da Defensoria Pública da União e de área técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Doutora, vamos fazer um recorte do tamanho do problema relacionado somente à Defensoria Pública da União.

Quantas ações foram ajuizadas pela Defensoria Pública da União para proteger direitos de aposentados e pensionistas relacionados a descontos irregulares?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu não tenho o número exato das ações que foram ajuizadas, porque nós temos uma dificuldade de sistema e apurar quais são efetivamente os números de ações que foram ajuizadas. Nós temos os processos de assistência jurídica que foram





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertos. Os dados que foram fornecidos... Foram em torno de 500 processos abertos em relação a essa atuação, mas esses dados não refletem a realidade da Defensoria Pública da União. Por quê? A Defensoria Pública da União atuou nos casos individuais não só em relação a essa pretensão de desconto associativo. Quando se realiza um itinerante, um atendimento pela Defensoria Pública da União, ele é multidisciplinar, ou seja, não é apenas uma pretensão. A gente vai analisar o caso daquela pessoa e, além disso, a gente pode chegar nesta pretensão específica, verificando a documentação, o histórico de crédito.

Então, muitas vezes, a pessoa procurou a Defensoria Pública da União não para esta pretensão, não para excluir um desconto associativo, não para excluir um empréstimo consignado; ela procurou por uma outra demanda, um outro tipo de benefício, ou porque ela estava vendo que estava com algum desconto e não sabia especificar, ou, na verdade, ela queria uma outra pretensão de natureza cível, outra questão que não tivesse a ver com direito previdenciário. Mas, no momento do atendimento, se identificou que ela tinha um desconto indevido. Então, os dados que nós temos, estatísticos, não refletem a realidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá, mas vamos direcionar mais um pouco.

Nesse recorte de 500 ações, daria para dizer quais foram esses descontos irregulares, quais foram as associações relacionadas a esses descontos irregulares? Só no recorte da DPU.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – São diversas associações. A Unsbras, se eu me recordo...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Se a senhora puder numerar essas associações, será muito importante.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – São mais de 33 associações que têm termos de cooperação com o INSS; então são diversas associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, mas nós estamos falando aqui desses 500 processos relacionados a atendimentos da DPU, já que é mais ou menos um corte relacionado a quem é mais vulnerável, senão não tinha atuação da DPU.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais são as associações relacionadas à atuação da DPU – então, vou mudar um pouco – em que a senhora detectou que tinha mais incidência de desconto irregular?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim.

A Asbap, a Unsbras, associações de aposentados... É que são várias associações de aposentados. Esses dados podem ser obtidos através do canal do Consumidor.gov. As reclamações são registradas ali nos canais do Consumidor.gov ou no Fala.BR.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Vou pedir um favor à senhora: que a senhora encaminhe para esta Comissão, com um recorte da DPU, as associações que foram detectadas por meio de descontos compulsórios irregulares dos aposentados e pensionistas, detectadas pela DPU.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Relator, eu só tenho uma dentro da...

Aqui, Senador Jorge Seif falando.

Dentro do que o senhor perguntou para a Dra. Patrícia, essas 500 ações são individuais?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Jorge Seif, se nós formos abrir para todos os Parlamentares se pronunciarem durante o Relator, nós perderemos a ordem já estabelecida.

Peço a V. Exa. que deixe o Relator terminar, e, na sequência, V. Exa. poderá fazer a pergunta.

Muito obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora falou também aqui e deixou isso muito claro que foi detectado um aumento de descontos irregulares, inclusive consignados. A senhora poderia dizer a mesma coisa em relação a consignados: quem é que está fazendo empréstimo consignado sem autorização? A senhora aí falou de duas associações em relação a descontos irregulares de pensionistas e aposentados. E consignados? Quem é que está emprestando esse suposto dinheiro, que, muitas vezes, o aposentado nunca viu? Quais são essas entidades financeiras detectadas pela DPU?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – No momento, eu não tenho como afirmar esses dados, porque eu não me recordo, mas eu posso apresentar um relatório de todos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Será muito importante para esta Comissão.

Falando de omissão institucional, estou com a reportagem aqui do jornal *O Globo*, de 2010, relatando descontos irregulares numa ordem de grandeza de milhões de reais. Antes de a senhora assumir a função de coordenação – a senhora assumiu em 2006 a função de Defensora Pública da União –, na sua vida profissional, a senhora recebeu alguma recomendação da Defensoria Pública da União para atuar objetivamente nesses casos e ter atenção a esses casos de desconto irregular? Quando eu falo a senhora, é como se fosse uma normativa de atuação de defensores públicos.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A minha atuação em relação a descontos associativos foi posterior ao cargo, na verdade, à função de Coordenadora de Câmara, da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária. A minha atuação iniciou-se aí dois anos atrás.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, da senhora entendi. O que eu gostaria de saber é se a Defensoria Pública da União... Se a senhora teve conhecimento, no exercício da função de Defensora Pública da União, de alguma recomendação dessa instituição tão importante para o país, para atuar protegendo aposentados e pensionistas.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A recomendação que foi feita foi pela Defensoria Nacional de Direitos Humanos. Houve recomendação da Defensora Nacional de Direitos Humanos ao INSS, cobrando, e as medidas e as recomendações que foram feitas pelo Tribunal de Contas da União e pela CGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas a senhora está falando aí do grupo de trabalho, pelo que eu estou entendendo. Eu quero saber não é quando a senhora assumiu a coordenação e as ações anteriores. Eu quero saber se a senhora tem conhecimento, como integrante da Defensoria Pública, já que a senhora é uma Defensora, se houve alguma recomendação dessa instituição que visa a defender os mais vulneráveis, durante a sua trajetória profissional, antes disso, para que tivesse uma atenção especial a esse roubo aos aposentados e pensionistas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não, não tenho conhecimento. A recomendação que se tem, ela é de 2024 e 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Era isso que eu gostaria de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – É, mas estamos... A senhora...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não entendi, Relator, acho que foi fora do microfone. O que o senhor disse?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O que eu queria saber é se a Defensoria Pública da União, diante de quadro de descontos irregulares já noticiados há tanto tempo, tinha alguma recomendação. Já, por exemplo, a Defensoria Pública deve ter recomendação para proteção de direitos de minorias – dando um exemplo. Isso aí, eu tenho certeza de que tem muitas recomendações nesse sentido. Eu queria saber se a Defensoria Pública, diante do conhecimento dessas irregularidades, dessa defesa dos mais vulneráveis, direcionou em algum momento os defensores públicos para cuidar dessa questão com mais atenção. Ela explicou aqui que a partir de 2024 essas medidas foram tomadas. Eu queria saber dela era antes disso.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não, e ela teve conhecimento em 2019, só.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Relator, dê prosseguimento, por gentileza, às perguntas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agradeço ao Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora, participando não só dessa câmara, mas até de ação judicial, pelo que eu vi, a senhora conseguiu identificar um padrão de atuação desses criminosos nos descontos irregulares? O que é que eu quero dizer "padrão"? Eu quero dizer perfil das vítimas, localização territorial, quero dizer mesmo contador das associações, mesmo local de presença dessas associações, enfim, o desconto, se era um desconto padrão, um desconto com limite até x reais; enfim, se isso parecia algo organizado de norte a sul do país.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Se identificou que esses descontos, eles tinham um certo padrão. Então, os valores, como eu já falei, variavam em torno de R\$30 a R\$80, R\$90. Não havia um padrão aí nesses descontos associativos. Se identificou que esses descontos ocorriam em aposentados e pensionistas, em sua grande maioria, pessoas idosas, mais vulneráveis, de baixa renda, ou seja, com benefício de valor mínimo. Se identificaram muitos descontos associativos em comunidades mais remotas, indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas. Houve essa identificação. Então, era um padrão, na verdade, tanto um padrão em relação a valores, e um padrão em relação à forma de desconto. Geralmente estava atrelado a um crédito consignado, um desconto de crédito consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu ia fazer outra pergunta, mas vou aproveitar essa resposta da senhora. A senhora disse o padrão já em relação a descontos de aposentados, em relação de valores aproximados. E nesses créditos consignados, a senhora conseguiria também se remeter a esse padrão de valor?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não. Nós temos um grande problema no Brasil que é o endividamento da população. Então, o crédito consignado, muitas vezes, ele é devido e, algumas vezes, ele é indevido. Então, a análise é feita caso a caso. Não há um padrão. A análise é feita de forma individual.

Aqui, só complementando o que eu falei anteriormente, a atuação do defensor público federal é de forma individual e também coletiva. A nossa forma de... A minha atuação até dois anos atrás era de forma individual, no ofício previdenciário, na unidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, ou seja, nesta minha trajetória, eu identifiquei, sim, descontos associativos. Desde lá, de 2019. E a minha atuação era uma atuação individual, caso concreto. Eu orientava o meu assistido a fazer a exclusão ou ingressava com algum tipo de ação judicial para excluir esse desconto associativo, pedindo a devolução desse benefício. Então, a minha atuação era uma atuação individual.

Quando eu assumi a coordenação, há dois anos atrás, a minha atuação passou a ser, de forma estratégica, como assessoria técnica e de uma forma mais coletiva, na verdade, ou seja, orientando todos os defensores públicos federais que atuam nos seus ofícios individuais,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdenciários, na matéria previdenciária, a como proceder em relação a esta temática: desconto associativo. Então, a partir daí, a minha atuação foi diferente do meu ofício individual.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – No ofício individual da senhora, quando detectava esse crime de apropriação indevida de recursos dos aposentados e pensionistas, a senhora chegou, em algum momento, a prestar uma notícia crime às instituições fiscalizadoras?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não. Esse não é o papel da Defensoria Pública da União. O papel da Defensoria Pública da União é a defesa, é um órgão de Estado. Essa... Nós não temos a atuação de persecução penal.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas isso eu sei. Mas a senhora...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Nós não somos órgão de controle.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas como profissional defensor de vulneráveis, não haveria a obrigação, diante de um crime, de noticiar às autoridades competentes, não?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Quando identificado um crime, seria possível denunciar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E um desconto irregular não é um crime, não?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Os fatos todos foram relatados ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas e à CGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É isso que eu estou perguntando. A senhora, na sua atuação profissional, fez essa comunicação, como a senhora está dizendo aí, Ministério Público Federal e Polícia Federal ou qualquer outro órgão de fiscalização?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado.

A senhora falou aqui, a senhora falou aqui que 95% dos casos ou pouco mais... e a senhora citou o relatório da CGU, com base no dado do relatório da CGU. A senhora poderia dizer se, no relatório da CGU, as fraudes e descontos irregulares estão citados a partir de que data?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A apuração dos relatórios tanto do TCU quanto da CGU apontam um período de 2020 a 2024, 2020 a 2024 ou 2025, se eu me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está. Olha só...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A partir de março de 2020 a março de 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como a senhora está falando se se recorda, o relatório da CGU deixa bem claro que os descontos irregulares que estavam sendo tratados no relatório tinham um recorte a partir de 2016. Então, assim, eu tenho certeza de que a senhora fala 2020 por um lapso de memória em relação ao conhecimento desse fato, por isso não vou insistir na questão. Por outro lado, por outro lado, a senhora tratando nesse GT, nesse GT, tendo acesso a muitos casos, eu queria que a senhora dissesse a esta Comissão, diante dos inúmeros pedidos de ajuda dos vulneráveis, eu queria que a senhora dissesse a esta Comissão o que é que efetivamente foi apurado pela Defensoria, que as associações prestam que tipo de serviço efetivo ao aposentado e ao associado para fazer essa contribuição, se a senhora conseguiu detectar qual é o tipo de serviço efetivamente prestado

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Em sua grande maioria, o que se constatou é que as pessoas, os segurados, aposentados e pensionistas, não tinham conhecimento sequer dos serviços prestados por essas associações. Não sabiam quais os serviços. Normalmente, os serviços oferecidos pelas associações são serviços de assistência jurídica, hã, planos odontológicos, academias, varia de... a depender da entidade associativa. Acontece que os segurados, em sua grande maioria, não tinham conhecimento sequer dessa... da espécie de associação e dos serviços que ela oferecia. Então foi isso que foi constatado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bom.

Vamos para uma pergunta importantíssima. Eu não consigo visualizar, aqui nesta sala, quem é aposentado ou pensionista. Eu não tenho dado de ninguém. Eu queria saber se a senhora conseguiu, pela sua atuação profissional, detectar de que forma os criminosos obtinham esses dados. Foi falha institucional do INSS? Foi vazamento? Foi corrupção de servidor? Foi o Dataprev quem... quem fez essa, esse vazamento seletivo? A senhora sabe dizer...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou pedindo nada além dos recortes da DPU. A senhora sabe dizer, pela sua atuação profissional, como capturaram esses dados de aposentados e pensionistas de norte a sul do país? Pela atuação da DPU?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não sei dizer, eu não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAS (UNIÃO - AL) – A senhora poderia também nos informar, se tiver conhecimento... A senhora disse que a Instrução Normativa 162 foi expedida em março de 2024. Ponto. O recorte é anterior a isso. A senhora... Pelos processos da Defensoria, a senhora poderia informar como eram obtidas essas autorizações? Vou dar um exemplo. Essas autorizações eram levadas pelas próprias associações ou era necessário ter uma falsificação de autorização do suposto beneficiário? Por que eu estou falando isso? Porque a senhora falou de assinatura eletrônica e biometria, pelo que eu entendi, a partir da Instrução Normativa 162. Antes disso, foi detectado, nos processos da DPU, de que forma essa autorização chegava aos órgãos responsáveis, tipo INSS ou Dataprev?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esses descontos chegavam com uma autorização através de um termo de adesão do segurado.

O SR. ALFREDO GASPAS (UNIÃO - AL) – Um termo de adesão do segurado direcionado às associações?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Às associações. A partir da adesão do segurado à associação, da anuência, ela é comunicada ao INSS para fazer o desconto associativo.

O SR. ALFREDO GASPAS (UNIÃO - AL) – Quem fazia essa comunicação, até a instrução normativa, de desconto autorizado eram as próprias associações?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – As próprias associações.

O SR. ALFREDO GASPAS (UNIÃO - AL) – Também pela atuação da senhora, a senhora conseguiu ver, nessa atuação, qual o grau de transparência, integridade e fiscalização do INSS em relação a essas autorizações? Que tipo de filtro era feito? Porque, tudo bem, a associação entregava lá um formulário – não sei se no papel, não sei se eletrônico, não tenho esse conhecimento... Qual era o filtro feito pelos órgãos estatais de cada adesão dessa?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esse filtro era feito pelo INSS, através de suas instruções normativas internas. Então, era feito pelo INSS, porque o INSS tem a peculiaridade, na verdade, a obrigação de efetuar esse tipo de desconto associativo, o que... Na minha sugestão, inclusive, há projetos de lei aqui, nesta Casa, para excluir essa obrigação do INSS. O INSS, por lei, pode fazer e tem obrigação de fazer esses descontos. Está previsto no art. 115 da Lei de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Desde o ano de... a senhora sabe dizer? Esse desconto está previsto na Lei de Benefício. A senhora sabe dizer o ano?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu não recordo o ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá. Só... Eu não sei se é 91 ou 94.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Noventa e quatro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá.

A senhora teve acesso a todas as ACTs que estiveram ou estão vigentes neste período de 2015 a 2025?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não tive acesso.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora teve acesso a alguma ACT?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não?

A senhora tem conhecimento qual a obrigação do INSS em relação às ACTs?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – São várias obrigações que estão previstas na Instrução Normativa 162.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Antes da Instrução Normativa 162, a senhora teve conhecimento?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Relator, apenas para esclarecer a quem está nos assistindo pela TV Senado: ACTs são acordos de cooperação técnica elaborados entre os sindicatos e as entidades e o INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Que permitem... Que permitiram – tomara que não permitam mais – descontos irregulares, roubando o povo brasileiro.

A senhora disse que fizeram um GT, e esse GT expediu uma série de recomendações. Na visão prática da senhora, como é que chegamos a esse roubo bilionário com as instituições sem acordarem ou permitindo isso? Qual seria, na visão prática da senhora, a forma de nós não termos mais esse tipo de fraude?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A forma de se evitar esse tipo de fraude – esclarecendo que esse grupo de trabalho interinstitucional foi criado pelo Ministério Público Federal, do qual participam os demais órgãos, incluindo aí o INSS –, a forma como deve ser feita, a minha sugestão, na verdade, é que seja aprovado um projeto de lei em que seja retirada essa obrigação do INSS de fazer os descontos associativos, que seja alterado o art. 115 da lei, que seja através de boleto, enfim, porque o INSS tem N problemas, há uma fila de espera, outras questões para analisar. Essa obrigação de fazer esse desconto associativo é mais uma questão que demanda força de trabalho do INSS.

Então, a minha sugestão, como Defensora Pública Federal, é que seja retirado, ali do art. 115, que esse desconto associativo pode ser feito por desconto em folha, que seja feito de forma de boleto ou de qualquer outra forma, mas não feito por desconto em folha do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Na atuação desse GT, com a presença de tantos órgãos e instituições importantes, em algum momento – em algum momento –, foi discutida a questão de proteção política de manutenção desses descontos irregulares, a exemplo de resistência institucional do INSS, do Dataprev, ou de algum órgão vinculado que deveria agir? Vocês conseguiram detectar essa resistência institucional?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Nas reuniões desse GT, a senhora falou que atas foram redigidas a partir de março de 2024.

Em algum momento foi discutido nesse GT que houve adesões em bloco de descontos associativos?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não me recordo desse fato, complementando que essas memórias de reuniões, essas atas, elas existem desde o início do GTI, que, se eu me recordo, é desde 2021. Então, as atas de todas as reuniões realizadas provavelmente são de 2021.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora ainda está nesse grupo de trabalho institucional?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esse grupo de trabalho foi extinto pelo Ministério Público Federal um mês atrás.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Há um mês.

E qual a motivação para essa extinção? A senhora saberia dizer?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não, não tivemos ciência da motivação, apenas foi comunicado à Defensoria Pública da União que o GTI seria extinto.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Houve alguma demora de respostas de ofícios ou pedido de providências por parte de instituição, tipo INSS e Dataprev?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim. Os ofícios não foram respondidos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora poderia dizer que tipos de ofícios ou documentos solicitados não foram respondidos e em que época isso aconteceu?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim. Foram vários ofícios enviados, especificamente um...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu gostaria que a senhora citasse todos os ofícios que foram solicitados, a data deles e se foram ou não posteriormente respondidos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Em 03 de outubro de 2024, a Defensora Nacional de Direitos Humanos expediu um Ofício 7477875, de 2024, à Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Esse ofício foi direcionado à Diretoria de Benefícios.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – De Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quem era o Diretor? Aí está dizendo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não me recordo. Não está dizendo aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Foi respondido esse ofício?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esse ofício não foi respondido. Aqui, neste ofício...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O que é que se pedia nesse ofício?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Alguns questionamentos foram formulados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Por favor, cite os questionamentos.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sobre as determinações do Acórdão 1115, de 2024, do TCU, se elas foram implementadas; quais as providências específicas foram adotadas para cumprir cada uma dessas determinações; em quais veículos de comunicação foi realizada a divulgação dos esclarecimentos aos beneficiários; caso haja determinações ainda não cumpridas, qual a estimativa de prazo para conclusão.

Sobre o item 9.6.4 do Acórdão TCU, foram encaminhados resultados de apuração ao TCU e ao Ministério Público? Se sim, quais os números de identificação desses documentos? Se possível, requer-se seja encaminhada na íntegra dessas apurações para acompanhamento no âmbito judicial. Na hipótese de existirem documentos, planos de ações ou outras informações pertinentes, requer-se o envio na íntegra para a instrução do presente processo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Próximo ofício.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Em 27 de novembro de 2024, a Defensora Nacional de Direitos Humanos elaborou um despacho em que apontou a ausência de resposta do INSS ao ofício anterior, 7477875, de 2000, 875... Vou localizar aqui os demais ofícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se a senhora não localizar agora, se puder ler mais algum ofício que não foi respondido... Se não, esse documento, por favor, repasse-o para a Comissão.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu fiquei numa dúvida, Relator: o ofício, quem assina é o GT?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, quem assina é Coordenadora de Direitos Humanos da Defensoria, não é isso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A Defensora Nacional de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas os ofícios não são fruto do grupo de trabalho?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não, esse ofício específico não é fruto do grupo de trabalho. Esse ofício aqui foi expedido pela Defensora Nacional de Direitos Humanos, na época, a Dra. Carolina Castelliano.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só para entender, então, são ofícios que a DPU fez?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Que a DPU fez.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não são fruto do grupo de trabalho?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas eu gostaria de saber justamente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vamos deixar dar sequência, Deputado Paulo Pimenta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – V. Exa. terá o tempo para perguntas na sequência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas está incluído no escopo da minha pergunta, da resistência institucional ao trabalho da Defensoria. A senhora pode ler os demais.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não localizei os demais aqui, mas eles podem ser solicitados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Solicito à senhora que faça chegar a esta Comissão todos os ofícios e comunicações da Defensoria Pública da União, assim como do grupo de trabalho extinto, se a senhora tiver acesso a esse último, aqui, referente aos ofícios direcionados a essa temática.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, desculpe-me, só para entender...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente, se for para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... só tem ofício da DPU a partir de 2024?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Se é sem exceção, é sem exceção!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É, estamos indo muito bem...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não tem nenhum ofício...?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Se não dá para ter intervenção...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É melhor. Deixa, Senador Paulo... Deputado Paulo Pimenta, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, só estou perguntando se não tem ofício da DPU antes de 24.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta, por favor, vamos deixar o encerramento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Posteriormente todos terão o direito de perguntar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas para atender à solicitação do Deputado Paulo Pimenta, a senhora pode englobar a partir de 2015, da Defensoria Pública da União, qualquer comunicação que fez sobre desconto irregular, pode mandar a esta Comissão, levando em consideração também que queremos esses ofícios não respondidos do período que a senhora falou e está num documento, está certo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esclareço que os ofícios provavelmente... foram expedidos ofícios anteriores a esse período. Eu aqui estou falando da atuação da Defensora Nacional de Direitos Humanos após uma denúncia feita por um assistido. Acontece que nós temos os ofícios individuais em todo o Brasil, dos defensores públicos federais, que, numa atuação individual, atendendo um assistido, podem ter feito um ofício ao INSS ou à própria entidade associativa. Muitos fizeram um ofício diretamente à entidade associativa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O que a Defensoria Pública da União puder sistematizar disso e encaminhar para a Comissão vai nos ajudar bastante.

A senhora falou uma coisa muito interessante, fruto da sua atuação: a correlação entre desconto associativo e crédito consignado. Mesma coisa, fazendo um viés estritamente institucional de atuação da Defensoria Pública da União. A senhora falou em por volta de 500 atendimentos ou 500 processos, eu não me recordo. Dá para fazer uma estimativa dessa correlação do percentual de desconto associativo com crédito consignado? Porque aí será muito interessante aqui para os nossos trabalhos. Porque, além da queda, o coice: o cidadão tem um desconto irregular da pensão, na aposentadoria, e ainda recebe um empréstimo consignado fictício. A senhora consegue fazer essa estimativa?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – No momento, eu não consigo fazer a estimativa. Ela pode ser feita e enviada a esta Comissão.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Será de muita utilidade para a Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O que eu tenho apenas são as constatações pessoais dos casos em que eu atuei. Visualizei o histórico de crédito dos assistidos, das pessoas atendidas, em que, em sua grande maioria, quando havia um desconto associativo, havia empréstimos consignados. Isso foi relatado nas reuniões do GTI ao Tribunal de Contas da União, à CGU, a todos os órgãos que participavam do grupo de trabalho interinstitucional.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora conseguiu identificar nesses atendimentos algum *modus operandi* dessas organizações criminosas em relação a créditos, empréstimos consignados? A senhora conseguiu ter essa visão?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A análise... Como ela é feita a cada caso, o que se constatou em alguns casos... O aposentado informa que não reconhece aquele empréstimo, que ele não autorizou aquele empréstimo. Então, é feita uma análise casuística em cada caso concreto, verificando se aquele empréstimo foi... Se houve anuência ou não àquele empréstimo. Então, é dessa forma como a Defensoria Pública da União atua.

Nós também temos procedimentos coletivos dentro da Defensoria Nacional de Direitos Humanos a respeito de empréstimos consignados, tanto em relação a desconto associativo quanto em relação a empréstimos consignados. Em relação aos empréstimos consignados, também foram feitas recomendações da Defensoria Pública da União.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Algo que é muito caro para esta Comissão é a proteção do que vocês fazem diariamente, do aposentado, do pensionista vulnerável. O que é que leva um aposentado ou pensionista a ir procurar a Defensoria Pública a respeito desses descontos? Digo, ele vai procurar a partir do momento em que descobre o desconto? Ele vai procurar a partir do momento em que está com dificuldades em sua manutenção? Ou eles começaram a procurar quando essas notícias foram mais divulgadas?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Acredito que sejam todos os casos. A pessoa procura a Defensoria Pública da União, porque identificou um desconto. Ela tem dificuldades, na verdade, de identificar qual o tipo de desconto ela tem em seu benefício. Ela procura a Defensoria Pública da União para verificar e buscar esclarecimentos em relação àqueles descontos em seu benefício. A partir daí, é feita uma análise, com uma orientação jurídica. Geralmente, a pessoa tem dificuldade de excluir e fazer o bloqueio desse tipo de desconto. Então, ela procura a Defensoria





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública da União, ou porque ela não tem acesso aos meios digitais, ou porque ela não tem o devido conhecimento de como fazer esse tipo de exclusão de desconto. A partir daí, a Defensoria Pública da União atua orientando ou – ela própria – fazendo esse tipo de exclusão.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Aí eu vou fazer uma pergunta em que eu tenho o maior interesse. Nesse caso de atuação da DPU, nesses casos, qual o tempo médio que se levou de pensionista e aposentado para descobrir que estava sendo roubado?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A partir do momento em que se acessa o histórico de créditos do beneficiário, identifica-se imediatamente onde está o desconto, qual a natureza do desconto. Ele vem especificado, desconto associativo, com o nome da associação e, pelas normas, ele deve ter o 0800, inclusive, da entidade, para poder fazer a reclamação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A resposta ajuda, mas o que eu estou perguntando à senhora é, entre o desconto ser implementado e o aposentado e pensionista tomar conhecimento do desconto – eu estou falando do tempo médio –, ele toma conhecimento já no primeiro mês ou geralmente leva um tempo até ele se atentar a isso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Leva um tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Esse tempo médio, a senhora consegue, pelos atendimentos, estimá-lo: três meses, quatro meses, um ano?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Alguns casos em que eu constatei, em torno de um ano. Mas varia, depende, dois meses, três meses, a depender muito do perfil do segurado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Isso é muito interessante.

Hoje, vamos falar de hoje, o INSS já implementou a biometria e a assinatura eletrônica?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acredito que sim, que está em fase de implementação, mas esses dados podem ser solicitados ao próprio INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora atuou em algum caso que, após a instalação da assinatura eletrônica ou da biometria, continuou tendo fraude?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Em algum desses casos aí, a autorização ou o serviço oferecido teve atuação de *telemarketing*?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Foi constatado que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora poderia explicar mais um pouco como funcionou essa questão do *telemarketing*?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O que se verifica é que, muitas vezes, são feitas ligações telefônicas ao beneficiário, e elas são gravadas. Já verifiquei que, em alguns casos, as gravações não correspondem à realidade, ou seja, o segurado não aderiu àquele desconto; ou seja, ou o termo apresentado possui uma assinatura falsa, ou ele tem uma gravação falsa, que é provavelmente feita através de inteligência artificial, enfim. Esses casos específicos em que eu constatei, eu os encaminhei à Controladoria-Geral da União, que está fazendo estudo a respeito dessas anuências e das fraudes que vêm ocorrendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Nesses casos específicos em que a senhora atuou, esse *telemarketing* era realizado pela própria associação?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora falou que a Instrução Normativa 162 aconteceu, se eu não me engano, em março, não foi?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Março de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – De 2024. E a senhora também citou referências a um acórdão do TCU. Eu queria falar mais um pouco sobre o acórdão do TCU. Esse acórdão do TCU, a senhora tem conhecimento de que tipo de processo surgiu?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Foi feita uma apuração pelo Tribunal de Contas da União em que foi feito um recorte realmente temporal.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – De quando?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Especificamente, eu não me recordo. Acredito que seja entre 2019 e 2024, em que foram apurados os casos de descontos indevidos em benefícios previdenciários.

A partir dessa apuração que foi feita pelo Tribunal de Contas da União, se verificou que, em sua grande maioria, esses descontos não eram autorizados pelo beneficiário, e o Tribunal de Contas fez algumas recomendações ao INSS, incluindo aí melhorias na transparência e na comunicação, melhorias no registro biométrico, implantação de registro biométrico para anuência.

Então, foram feitas várias sugestões e recomendações do Tribunal de Contas da União ao INSS, incluindo aí também a revalidação dos descontos associativos anteriores à Instrução Normativa 162, de 2024, ou seja, o TCU recomendou que o INSS fizesse a revalidação. Essa decisão foi objeto de embargos de declaração pelo INSS, e esses embargos foram julgados, pelo que eu me recorde, acredito que em maio ou junho de 2025, em que foi confirmada a decisão do TCU de que deveria ser feita a revalidação dos descontos associativos anteriores a março de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Doutora, nessas reuniões, e a senhora participou desse GT, foi discutido de onde vazaram os dados dos aposentados e pensionistas, da possibilidade de onde ter vazado isso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Foram aventadas algumas hipóteses, mas essas questões todas foram analisadas pelos órgãos de controle – o TCU e CGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora poderia dizer quais hipóteses foram aventadas de vazamento de dados?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Algumas hipóteses foram citadas em que esses dados poderiam ser vazados ou do próprio INSS, na verdade, mas eram apenas suposições que foram aventadas dentro desse GTI.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Certo.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – As apurações que foram feitas foram pelos órgãos de controle – o TCU e CGU.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Na sua atuação – e isso talvez seja o mais importante nessa atuação qualificada –, a senhora pode identificar hoje quais são as fragilidades normativas que merecem imediatamente reparo? A senhora já falou sobre a obrigatoriedade de desconto associativo, mas a senhora poderia ir além disso: essas fragilidades normativas internas do próprio INSS ou alguma outra incidência legislativa que está facilitando esse tipo de delito.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim. Eu acho que a gente passa desde a questão de não permitir mais que o INSS faça esse tipo de desconto em folha do segurado, o fortalecimento da proteção de dados dos segurados – isso é uma política pública que deve ser feita, o fortalecimento da proteção dos dados –, a fiscalização efetiva por parte dos órgãos; melhorias na questão da fiscalização. Além disso, até uma educação em direitos, uma maior conscientização do segurado a respeito dos seus direitos e quais os canais de reclamação que ele pode buscar – também é uma questão.

E anotei até aqui o número do Projeto de Lei, que é o 1.846, de 2025, que veda a realização de descontos nos benefícios previdenciários referentes à mensalidade de associações e demais entidades associativas. Esse é um projeto de lei que está em andamento. Ele é muito importante para que esses descontos não sejam feitos mais em folha de pagamento do INSS; que eles sejam feitos ou através de boleto, ou, enfim, através de outra forma.

Melhorar os canais de comunicação do segurado, a forma como ele pode fazer reclamação através dos canais remotos do INSS, Meu INSS, 135; através dos órgãos de defesa do consumidor, consumidor.gov, Fala.BR; melhorar os canais de ouvidoria, melhorar a transparência em relação a todas essas questões.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Doutora, eu nunca vi um extrato do INSS relacionado a aposentado ou pensionista. Não vai tardar para eu chegar a receber o meu, mas eu gostaria de saber da senhora: há transparência nesses extratos?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Então, é mais uma atuação que a Defensoria Pública da União fez dentro desse grupo de trabalho. Constatou-se que a obrigação era que constasse o nome da associação, o valor do desconto, o 0800, que é o canal de reclamação. Acontece que, analisando alguns históricos de crédito, se verificou que nem todos tinham o telefone para contato dessa associação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, dentro deste grupo de trabalho, um dos pedidos da Defensoria Pública da União foi que o INSS melhorasse esse detalhamento do histórico de crédito do segurado, em que, ali, tinha que constar o nome da associação e o 0800 para fazer a reclamação devida. Isso foi uma sugestão da Defensoria Pública da União dentro do GTI, para que o segurado tenha transparência e saiba qual que é o desconto que está sendo feito.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A senhora sabe informar se isso foi efetivamente implantado pelo INSS?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Foi implantado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Agora vamos falar para o povo brasileiro que recebe tão pouco e ainda é roubado nos seus proventos de aposentadoria e pensões. Vamos supor que o aposentado agora esteja nos ouvindo, pegou o extrato e detectou um desconto irregular. Oriente-o a agir – de que forma – para cessar esse desconto irregular.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O segurado que teve um desconto associativo indevido no seu benefício, pode fazer um procedimento de contestação através do Meu INSS, 135 ou nas agências do Correio.

Como que é feito esse processo de contestação? Ele vai indicar... Ele vai consultar, na verdade, se houve desconto associativo em algum momento e ele vai indicar, expressamente, se autorizou ou não esse tipo de desconto. A partir do momento em que ele informa que não autorizou, vai ser feito um procedimento para ressarcimento do segurado. Mas ele tem um trâmite: a entidade associativa vai ser cientificada, notificada, vai ter um prazo para apresentar a documentação – um termo de adesão, os documentos que foram apresentados pelo segurado... –, o segurado vai ser cientificado novamente a respeito disso e novamente ele vai afirmar se o desconto é devido ou indevido, se ele reconhece ou não aqueles documentos apresentados pela entidade associativa. Se ele informar que esse desconto não é devido, que não reconhece, vai seguir para ressarcimento da parte.

O que é que aconteceu neste caso, especificamente? Houve um acordo, que foi homologado pelo STF, em relação a ressarcimento das vítimas de fraude de desconto associativo. Deste acordo participaram vários órgãos. Esse acordo como assinado pela Defensoria Pública da





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

União, pelo Ministério Público Federal, pela OAB, pelo INSS, pela AGU, pelo Ministério da Previdência Social. Ou seja, esse acordo estabelece um fluxo de ressarcimento ao segurado. Esse valor vai ser devolvido de forma corrigida, todo o valor que foi descontado.

Para a pessoa ter esta devolução, ela vai aderir a este acordo, ressaltando que ela não é obrigada a aderir a esse tipo de acordo. Ela tem uma opção.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Só para a senhora, já que está nesse caminho, esclarecer: se ela aderir ao acordo, fica impossibilitada de quê?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Então, no acordo está previsto que, se for feita a adesão, e a opção pelo ressarcimento feita ou pela entidade associativa ou pelo INSS, ela está, na verdade, abrindo mão de qualquer ação judicial em relação ao INSS, para postular danos morais ou devolução em dobro. Este acordo foi assinado pela Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal e demais órgãos.

Este acordo foi feito pelas autoridades, órgãos máximos desses órgãos, na verdade, e este acordo foi feito visando à celeridade no recebimento dessas parcelas. Todo o acordo pressupõe concessões mútuas. A pessoa não é obrigada a aceitar este acordo. Ela pode recorrer ao Poder Judiciário.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então, era nisso aonde eu queria chegar: caso aceite o acordo, o tempo de devolução qual é?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O tempo de devolução está estabelecido nos termos do acordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim, mas...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esse fluxo todo está disponível...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas a senhora saberia dizer o tempo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Ele tem um prazo.

Primeiro, a entidade associativa tem 15 dias para apresentar a documentação e comprovar que aquele desconto é devido. Ou ela apresenta, e aí, no momento em que ela apresenta, o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurado pode ainda afirmar não reconhecer aquele tipo de documentação, pode impugnar, e o processo vai seguir para o devido ressarcimento por parte do INSS.

Algumas pessoas já foram ressarcidas. Então, o INSS tem um cronograma de ressarcimento. Esses questionamentos a respeito dos prazos, enfim – eu não me recordo agora especificamente de quais são os prazos –, podem ser feitos ao próprio INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Doutora, eu, sendo um cidadão vulnerável, aposentado, que tive um desconto irregular, conhecendo um pouco dos meus direitos, não aceitando o acordo e procurando a Defensoria Pública para litigar, para buscar os meus direitos... A Defensoria Pública é signatária desse acordo. Ela atuaria também em defesa desse não signatário do acordo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Ela vai prestar assistência jurídica a essa pessoa...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A pessoa, não aceitando o acordo, a Defensoria Pública vai defendê-la em juízo, vai buscar os seus direitos?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O que acontece? Se a pessoa não aceita esse tipo de acordo, ela vai ser orientada a procurar a Defensoria Pública do estado, que vai ingressar com uma ação em relação à entidade associativa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então... A pergunta é bem direta: sendo signatária do acordo, a Defensoria Pública vai continuar defendendo o direito individual, em juízo, de quem não aceitou os termos do acordo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – É possível, porque cada defensor público tem independência funcional, e ele pode ingressar em juízo postulando o ressarcimento em dobro ou indenização por danos morais. É possível.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ela, em outras palavras, disse que a Defensoria vai orientar no sentido do acordo. Caso não aceite o acordo feito pela Defensoria, cada defensor vai ter a independência para dizer se vai ou não atuar.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Os da União também? É sobre os da União que nós estamos falando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, do estado... Ela disse que os defensores da União, teoricamente, pelo que eu entendi, vão orientar para procurar os defensores do estado.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Nos termos do acordo que foi feito no STF, se a pessoa não aceitar o acordo, ela pode procurar a Defensoria do estado para postular o ressarcimento ou indenização em relação à entidade associativa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então, a resposta é: a Defensoria Pública da União, uma vez sendo signatária do acordo, está previsto lá que não vai atuar judicialmente em favor de direito individual sobre a mesma temática. Não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não é isso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A previsão do acordo, como a Defensoria Pública da União...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, Doutora.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... aderiu ao acordo...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas bem direto: a Defensoria Pública, após ser signatária do acordo, abriu mão de atuar em direito individual de quem não aceitou o acordo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não, não abriu mão.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então, podemos dizer ao povo brasileiro prejudicado que continue... Se não aceitar os termos do acordo proposto pelo STF, continue a procurar a Defensoria Pública da União que terá o seu pleito analisado e proposto. É isso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Terá o seu pleito analisado. Em alguns casos, ela pode ser encaminhada à Defensoria Pública do estado. Como eu mencionei aqui, cada defensor público





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

federal tem atuação para, tem independência funcional, se ele quiser propor uma ação e pode propor uma ação na Justiça Federal. Isso é independência funcional do defensor. A Defensoria Pública-Geral da União fez uma escolha de aderir a este acordo visando ao ressarcimento célere, a evitar o ajuizamento massivo de ações judiciais.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Doutora, todos nós sabemos que um acordo é melhor do que uma litigância, do que uma briga, pela demora da prestação jurisdicional. A pergunta não é essa. A pergunta é: quem não aceitar o acordo vai ter a mesma presteza da DPU para propor ação buscando os seus direitos?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto. Isso é que o brasileiro quer saber.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Se tem independência funcional, não pode proteger o Estado diante de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vamos em frente, Relator.

Por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Doutora, quem foi que conduziu esse acordo no STF? Qual foi o ministro?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esse acordo foi conduzido pelo Defensor Público-Geral Federal.

A Câmara de Coordenação, uma área técnica, fez alguns apontamentos em relação ao acordo, mas ele foi conduzido pela Defensoria Pública-Geral da União, que tem atribuição para a assinatura desse tipo de acordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas eu queria saber qual foi o ministro do STF que coordenou isso aí.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu não me recordo o nome do ministro agora. Eu posso obter aqui esse dado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Para finalizar as perguntas do Relator, queria que a senhora... Se a senhora, durante esse GT, tomou conhecimento – ou das próprias informações que a senhora tem recebido na atuação profissional – de qual o tamanho da grandeza desse roubo aos aposentados, pensionistas e também do consignado? A senhora poderia dizer quantos brasileiros – se há uma estimativa de terem sido – atingidos por esses desvios?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A estimativa é em torno de 6 milhões de aposentados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – De 6 milhões de aposentados.

A gente está falando aí de consignado ou de descontos associativos?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – De descontos associativos, nem entrando na questão dos consignados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Fora os consignados.

Doutora, muito obrigado pelas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante, Relator, antes de encerrarmos.

Sra. Patrícia Bettin Chaves, esta Comissão esperava mais dados técnicos e exatos por parte da Defensoria Pública, da qual a senhora é Coordenadora.

Desde já, eu quero deixar aqui um apelo a todos os outros órgãos que forem convidados ou convocados a esta CPML: que enviem para cá representantes que possam dar respostas efetivas, datas e, principalmente, detalhes mais profundos dos acordos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Sr. Presidente, eu discordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Desculpa, na qualidade de advogada, eu discordo. Eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deixe-me... Eu posso terminar, Senadora Soraya Thronicke? Por gentileza.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer um pedido aos órgãos. Esta é uma Comissão Parlamentar de inquérito. O que nós esperamos dos servidores públicos é que eles tragam as respostas, os detalhes, uma vez que foi participado.

Se a senhora tivesse acompanhamento aqui de parte da DPU, de secretários, a senhora poderia, por gentileza, solicitar a eles que, no caso de dúvidas que a senhora teve, fizessem uma consulta à Defensoria Pública, durante aqui a sua fala, para esclarecer alguns pontos para o Relator.

Outrossim, não exige do envio do relatório que V. Sa. se colocou à disposição para entregar a esta Comissão.

Dou sequência aqui às...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu posso esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O intuito aqui da Defensoria Pública da União é em caráter colaborativo. A gente tem que estabelecer as funções e as atribuições da Defensoria Pública da União.

A Defensoria Pública da União não é órgão de controle, não somos órgãos de persecução penal. Os dados aqui foram apresentados, foram apontados, do que eu tinha conhecimento. Meu órgão, o órgão que eu coordeno, é um órgão técnico. Esses dados estatísticos ou dados, números, não devem ser apontados pela Defensoria Pública da União. Eles são apontados pelo TCU e pela CGU. Esses relatórios estão disponíveis e acessíveis a todos eles, ou eles podem ser requisitados, inclusive. Esta Comissão também pode solicitar ou convocar outras pessoas que fazem parte da Defensoria Pública da União.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Nós temos conhecimento disso, Sra. Patrícia. Minha colocação é de que as informações que foram perguntadas aqui, todas foram manuseadas pela senhora. A senhora, dentro desse grupo de trabalho, teve acesso a todas elas. E nós esperávamos mais respostas efetivas, que nós esperamos também, agora, sejam enviadas futuramente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra aos oradores inscritos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, pela ordem, Senador Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Deputado, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero elogiar o Deputado Alfredo Gaspar – e nunca será suficiente pelo trabalho que ele tem feito e como tem conduzido aqui – e também o Sr. Senador Carlos Viana, pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Entendo que os trabalhos estão indo excepcionalmente bem, inclusive a própria convidada que está aqui, neste momento.

Agora, Senador, eu ponderaria: eu sei que a decisão foi tomada há pouco sobre os blocos de cinco e respostas depois, mas, conversando com colegas aqui, talvez fosse melhor, assim como o Relator fez, que foi excelente, brilhante, fazermos tempo corrido de dez minutos, e as perguntas e as respostas irem sendo feitas ao longo desses dez minutos, sem o acúmulo de três no bloco para depois as respostas virem. Eu lhe digo por quê: a nossa experiência é de que, quando é feita a pergunta ou quando são feitas as perguntas e depois são dadas as respostas, faltam respostas – e não é problema do convidado ou do convocado, é natural –, e aí a gente insiste numa resposta, e o tempo de quinze minutos mais as respostas acaba sendo maior do que a meia hora que nós levaremos se forem dez minutos corridos, pergunta, resposta, pergunta, resposta, encerra, passa para o próximo.

Se V. Exa. concordar, eu sugiro que nós façamos dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Nós tínhamos um acordo anterior com o Plenário de cinco minutos. Se o Plenário concordar com os dez...

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – É regimental, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É regimental os dez minutos?

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente, vamos manter os cinco minutos, que é mais razoável?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não...

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Dez minutos é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Foi colocado aqui pelo Deputado Van Hattem que nós voltemos aos dez minutos originais.

Pergunto aos Senadores, Deputados e Deputadas se concordam com a colocação.

Quem se manifesta a favor, por favor.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Há concordância, Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Há acordo, Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É com as respostas incluídas.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Se há acordo, Presidente... O acordo foi construído na semana passada. Esse acordo não é para ser votado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não, isso aí não tem...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Não, tem acordo, sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É regimental.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É com as respostas.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – O senhor citou acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante. Eu vou fazer mais uma vez a pergunta para que a gente possa tomar a decisão mais democrática possível, o.k.?

Secretaria, qual é o nosso quórum, por favor? *(Pausa.)*

Trinta e dois. Então, nós vamos agora fazer a análise dos votos.

Os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que concordam com a proposta de mantermos os dez minutos, independente do acordo que foi feito anteriormente, se manifestem, por favor. *(Pausa.)*

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Presidente, só para dizer que os dez minutos são perguntas e respostas, no mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante, espere aí. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze.

Está mantido o acordo dos cinco minutos por Parlamentar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não, Presidente. Presidente, não tem 32 aqui, não...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não, Presidente, é maioria dos presentes.

(Tumulto no recinto.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, é maioria dos presentes.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, eu vou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente, nesse sentido, então, vamos fazer a verificação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vamos. Vamos tentar novamente manter o acordo contra...

Nós estamos convivendo tão bem! Eu vou fazer diferente a pergunta aqui, o.k.?

Aqueles que não concordam com a manutenção dos cinco minutos por Parlamentar, o que foi acordado anteriormente, os que não concordam, por favor, se manifestem. Os que não concordam com cinco minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Não concordam com os cinco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com os cinco.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Eu não concordo com os cinco. Eu não quero dez?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Não concordam com os cinco?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – É a mesma coisa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É a mesma coisa, ué!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente, a pergunta ficou, a pergunta ficou confusa, Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Faça a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Ficou confusa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Ficou.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu vou repetir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Porque, Presidente, o quórum...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por favor.

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Os que não concordam com os dez, Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está bem. Só um instante. Todos terão tempo para falar. Nós só definiremos agora quanto tempo será, o.k.? Então, vou...

Posso inverter? Posso? Concordam?

Os que concordam com os cinco minutos permaneçam como se encontram.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Então, para que que tem acordo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pronto. Aí, ó. Os senhores perderam.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Presidente... Presidente, não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Levantem a mão, por favor, os que...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Para que é que tem acordo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Mas tem muitos que não estão aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Mas é... A presença é a do quórum. Levante a sua mão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Mas é porque o quórum está marcado aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O senhor está perguntando por mão?

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O quórum é o do painel e a votação é simbólica, Senhores.

Levantem a mão...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Os que não concordam com dez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... os que não... Os que querem os dez minutos. É isso. É isso. Os que querem os dez.

Não! Uma mão só, Caveira. Aí, não. (*Risos.*)

Atenção, mantenham a mão, para a gente não ter dúvida.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Tem que ser os titulares. Os titulares...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Um, dois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente, só os membros.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só os titulares. Só os membros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O Sr. Caveira não é membro.

Deputado Caveira, por favor. O senhor não é membro.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só os titulares, que são os membros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só os titulares e os suplentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente, tem não membro votando.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só os titulares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não vai votar.

Atenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Tem não membro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Eu acho melhor o senhor perguntar quem são os titulares aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É... Não, não é possível...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Vamos votar, Presidente. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... que nós tenhamos que fazer isso numa plenária, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, senhores. Não é possível.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Ah, sim, então, não tem para que ter acordo nesta CPMI.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Os que são... Não, por favor. Vamos dar final aqui.

Os que são membros...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... se manifestem, por favor, para a gente poder fazer a contagem. Os que são membros.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Que querem dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Que querem dez minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – O senhor vai contar o outro também, não é? O senhor vai contar o outro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Eu sou primeiro suplente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não precisa. Aqui, ó: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Agora o outro lado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Agora o outro lado, porque muitos saíram.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Agora o outro lado, Presidente. Conte o inverso.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores... Conteí. Conteí. Senhores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Peço verificação.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente, eu posso, eu posso... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, Deputado, só um minutinho, Deputado Mário Heringer.

Senhores, está mantido...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente, o senhor tem que exercer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É isso. Foi feito o acordo.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Exerça a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O acordo está mantido. Sinto muito, Parlamentar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então conte o outro lado, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – O acordo não está mantido.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Não vou aceitar...

Pela ordem... O acordo está mantido.

Eu passo a palavra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pela ordem, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... à Senadora Damares Alves para a manifestação por cinco minutos. Em seguida, ao Senador Izalci Lucas e ao Deputado Fábio Costa.

Senadora Damares Alves com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, é porque esse precedente, Sr. Presidente... Eu vou fazer apenas essa fala e não vou interferir mais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Tudo que V. Exa. faz aqui vai ser usado como precedente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – V. Exa. adotou uma postura que não dialoga com o Plenário, com o quórum do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Como não, Senador? Foi feita a votação aberta, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – V. Exa. poderia fazer isso... Por que V. Exa. não fez o inverso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Uai, mas eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Por que V. Exa. não perguntou então: aqueles que gostariam de manter o acordo? Porque aí V. Exa. seria coerente com o que V. Exa. está fazendo. Agora...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente, o senhor está sendo presidido. O senhor está sendo presidido pelo Senador Marcos Rogério.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não, Presidente. Não. Não.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – O Senhor está sendo presidido pelo Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não. Não há coerção nenhuma aqui. Nós fizemos um acordo inicial de cinco minutos por fala.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu estou falando respeitosamente. Não, Presidente, o Regimento se sobrepõe. Sr. Presidente... Eu estou concordando com V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Só teve um que discordou dos cinco minutos. Só teve uma pessoa ou um Parlamentar, no início

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu estou concordando com V. Exa. Só estou fazendo um alerta quanto ao precedente, porque em CPI ou CPMI, precedente acaba gerando uma regra que é desconfortável para todo mundo. E isso não é correto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Marcos Rogério, não há no Regimento o tempo estabelecido, apenas nas normas; é uma decisão do Plenário. Não há no Regimento. Então, não há questionamento sobre o Regimento aqui, Senador, está certo?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por decisão, por decisão desta Presidência, estão mantidos os cinco minutos por Parlamentar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, peço verificação nominal. Peço verificação nominal, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Faça verificação nominal, Presidente. Verificação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Tem apoio?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tem, tem, tem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A verificação tem que ser feita por Líder.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Presidente, pela ordem. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, verificação nominal.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – É extemporâneo o pedido de verificação, já foi notificado o resultado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, art. 131.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Peço verificação nominal.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Atenção, questão de ordem pelo Senador Randolfe Rodrigues.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Atenção... Senhores, se nós não... A última coisa que eu gostaria de fazer é ter que fechar os microfones.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A última coisa que eu gostaria, com sinceridade. Seria um desrespeito aos colegas que eu não quero colocar. A questão de ordem se sobrepõe ao pela ordem. Sobrepõe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para questão de ordem.) – Questão de ordem, Presidente. O art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional, subsidiado pelo art. 19, inciso II, do Regimento do Senado, que diz explicitamente o seguinte: falar sobre... Ao Senador é vedado, e, portanto, ao Plenário da CPMI, falar sobre o resultado da deliberação definitiva do Plenário, salvo em explicação pessoal. Como o senhor já proclamou o resultado definitivo, a questão é vencida.

(Tumulto no recinto.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – No início da reunião... No início da reunião, ele passou tudo!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esta Presidência... Eu vou, eu vou, eu vou ouvir a questão de ordem do Senador Marcos Rogério para dar uma decisão final.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, apenas para trazer... Quando o Regimento Comum é omissivo, adota-se subsidiariamente ou o Regimento do Senado ou o da Câmara. O que diz o art. 14, no seu inciso III, Sr. Presidente?

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

.....

III - na discussão de qualquer proposição [...], uma só vez, por dez minutos;

Está no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Para responder questão de ordem.) – Isso aqui não é uma proposição, Senador. Nós fizemos um acordo inicial aqui de procedimentos que faz parte do dia a dia e é uma escolha soberana do Plenário.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, me permita. Quando foi feito o acordo...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Deputado Van Hattem. Eu vou ouvir a todos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu espero. Eu espero.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG. Pela ordem.) – Presidente, essa discussão está se alongando em função de detalhes aqui. O senhor já proclamou o resultado. O senhor já passou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a palavra para a Senadora Damares, é extemporâneo qualquer discussão a partir desse fato. É só isso que está decidido. O senhor está presidindo.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Por gentileza, Presidente, o que eu gostaria de entender é se V. Exa. considerou a maioria dos presentes ou considerou a maioria considerando o quórum na reunião. Porque numa votação simbólica, eu entendo que temos que contar a maioria dos presentes. Então eu gostaria de entender qual foi a consideração de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi isso, Deputada Bia Kicis. Foi feito isso, Senadora. Nós consideramos a maioria dos presentes aqui.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Porque pelo que eu pude verificar, Presidente, a maioria presente foi favorável aos cinco... aos dez minutos, a maioria presente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Mas como V. Exa. disse que estava considerando o quórum...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É considerado o quórum.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Para essa votação simbólica, Presidente, eu creio... Para votação simbólica, nós temos que considerar a maioria dos presentes, porque vários Parlamentares já se retiraram...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois bem, pela ordem... Não, não. Eu não vou perder o controle. Eu quero é ouvir todos os argumentos.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Eles estão tentando fazer isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, Deputado Marcel van Hattem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Senador Carlos Viana, eu, com muito respeito, me dirijo a V. Exa., como fiz, aliás, na proposição – foi uma sugestão. V. Exa. bem sabe que, quando fizemos o acordo, que inclusive é um acordo que desfaz o acordo que nós mesmos celebramos no início desta sessão, dizendo que os membros disporão do prazo para as interpelações de até dez minutos – parágrafo único do art. 27... Já estavam definidos dez minutos. Passamos para cinco. E eu, no momento – pode pegar as notas taquigráficas, todos são testemunhas –, disse: olha, mas vamos ver o andamento do trabalho para, a qualquer momento, se for o caso, mudar. Eu...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só um minutinho, só um minutinho, deixa só eu terminar.

Eu elogiei o trabalho do Deputado Alfredo Gaspar – não foi à toa e não foi para jogar confete, não –, porque a forma como ele fez a inquirição nos ajudou a entender muita coisa. Na minha opinião, em questão de tempo, Senador Carlos Viana, ninguém perde nada, porque três blocos de cinco minutos, mais as respostas e mais... A gente sabe como a coisa vai: pergunta que não foi respondida, etc., isso vai dar 30 minutos para os três Deputados ou Senadores. Se nós fizermos dez minutos... E aqui, Senador, eu chamo a atenção para um dado que talvez não esteja sendo observado por todos: eu me propus a dez minutos com as respostas da Defensora. Se ela levar oito minutos e eu tiver só dois para fazer perguntas, eu estou o.k. com os dez minutos. A minha sugestão é que sejam dez minutos.

Agora, Senador, para a questão de justiça e para encerrar, e justiça na votação... V. Exa. está conduzindo muito bem a reunião aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, quando nós falamos de maioria, eu entendo que se deve perguntar aos dois lados, porque o painel que diz 32 não é o mesmo da presença aqui. Tem gente que deu presença – não vou declinar nomes – que não está aqui neste momento. Então, se nós vamos fazer uma votação aqui simbólica, que sejam contados os números dos titulares a favor e contra, ou se faça a verificação nominal. Eu entendo que, pelo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

número de braços que estou vendo levantados – não estou sentado na posição privilegiada de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas pelo que vi em volta, a maioria dos aqui presentes eram pelos dez minutos.

Mas, assim, até retiraria a minha sugestão, se fosse o caso, para pacificar os trabalhos; mas eu acho que ela teve um apoio tão grande aqui e vai ajudar nos trabalhos que não faz sentido a gente não deliberar a favor e contra para fazer como o Relator fez, o que achei muito positivo: eu quero perguntar e a Defensora responder. Se eu fizer em cinco minutos, depois ela esquece... Acontece – não estou dizendo com ela – com qualquer um: esquece de responder. Aí eu vou lá: "Mas, Defensora, e aquela pergunta? E aquela outra?".

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente, está se alongando muito nessa discussão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deixa, vamos ouvir.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Está se alongando muito nessa discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vamos ouvir.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – O senhor já deliberou, já colocou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu me propus a ouvir todos. Vou ouvir e depois vou à sentença aqui.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Mas há a repetição do argumento pelas mesmas pessoas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senador Marcos Rogério.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para não ficar numa fala aqui desconectada com o Regimento... E eu cumprimento V. Exa. pela abertura a ouvir os colegas Senadores e Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... e sobretudo pelo fiel cumprimento ao Regimento. Achismo aqui não; não tem espaço na CPI, porque senão a gente não consegue conviver. O que deve nos balizar aqui é o Regimento. E o que vai dizer... Eu citei um artigo e agora eu vou citar o 412, inciso III:

A legitimidade na elaboração de norma legal é assegurada pela observância [...] [tal.]

.....
III – impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o *quorum* mínimo de três quintos [...] [e tal.]

Então, acordo é possível? É possível, mas quando observado o Regimento.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante. Deputado Mário Heringer, só um instante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Então, a ponderação que faço a V. Exa... O Regimento fala do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – E agora, fazendo um adendo ao que o Deputado van Hattem disse, do ponto de vista até prático, a proposta que ele está fazendo é mais econômica do que os cinco minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sr. Marcos Rogério, eu vou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – A proposta que ele está fazendo é mais econômica do que os cinco minutos...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois bem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... de fala direta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para que não restem dúvidas, Deputado Paulo Pimenta, Senador Rogerio Marinho, determino à Secretaria que abra...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... o painel...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... para deliberação...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... Deste Plenário...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... sobre o tempo de fala de cinco ou de dez minutos.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Os que concordam com os cinco minutos...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... Votam "sim", os que não concordam com os cinco minutos...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... votam "não"...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por favor, eu determino a abertura do painel...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... para o quórum.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Com as respostas?

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – O senhor já tomou essa decisão de abrir o painel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu estou...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – O senhor já tomou essa decisão de abrir o painel, mas eu quero fazer uma intervenção, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Mário Heringer.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu também quero.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG. Pela ordem.) – O senhor, o Senador Marcos Rogério fez uma questão de ordem baseada no requerimento. Até aí tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Não tem achismo em nada do que eu falei até agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – E também não está errado quando ele diz a questão da unanimidade, mas ele se esqueceu de dizer para o senhor que ele não estava na reunião passada quando foi feito um acordo – e foi por aclamação. Então, entende-se isso que foi por unanimidade, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Então o acordo se sobrepõe a essa posição que ele tenta implantar agora com regimentalismo inadequado...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – ... e no momento impróprio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Mário Heringer.

A Deputada Adriana Ventura, pela ordem.

O painel está aberto para votação, Srs. Deputados e Srs. Senadores.

(Procede-se à votação.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, é só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É só uma sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Silêncio, por gentileza.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Abre aqui para nós.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu só gostaria de...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante que nós vamos abrir o painel.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Aí vamos encerrar essa polêmica.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente, não vamos demorar mais?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não. Não, um por vez.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está com a palavra a Deputada Adriana Ventura.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Um instante.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada, Presidente. Só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, a minha questão é a seguinte: a gente realmente, na primeira questão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Painel aberto, senhores, para votação.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu acho que até por sugestão minha, nós falamos dos cinco minutos.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – A orientação por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu só quero aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A orientação: os que concordam com os cinco minutos, votam "sim"...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu não sei como é que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... os que não concordam com os cinco minutos votam "não".

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputada Adriana Ventura.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É só para reiterar a sugestão que foi feita, porque no acordo que fizemos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não, eu já abri o voto. É voto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Gente, está o caos isso daqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por favor, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – No acordo que fizemos de cinco minutos, eu só quero reiterar aqui que o objetivo era que todos pudessem falar e que a gente fizesse um aproveitamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Essa votação, na verdade, não contempla a sugestão do Deputado Marcel van Hattem. Seria muito bom que V. Exa. firmasse que, caso vençam os dez minutos, as respostas estejam incluídas, porque senão vai ser 8h da noite e ninguém falou ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É a história.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Se ganharem os dez minutos, ficaremos até às 8h da noite.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A minha pergunta... Não, espera aí. A minha para V. Exa. é assim: ganhando os dez minutos, quando eu conversar com a Dra. Patrícia, eu gostaria muito de fazer uma pergunta, e ela responder. O senhor possibilita isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada, até para poupar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É isso o que vai ser feito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, o senhor já deu o comando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Mas só queria deixar registrado, porque esse acordo foi feito no início dos trabalhos, porventura, pode ter tido algum Senador ou Deputado que, depois da primeira parte da sessão, da pauta deliberativa, tenha se ausentado, e agora nós vamos ter um resultado diferente daquilo que foi acordado.

Eu acho que isso é muito ruim, para a Comissão como um todo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Concordo com V. Exa., mas o Plenário é soberano.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – ... e desautoriza V. Exa. nos acordos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – É muito ruim isso para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu concordo que fica, mas o Plenário é soberano. A decisão do Plenário será respeitada, o.k.?

E lembrando aos senhores que serão dez minutos, se vencerem dez minutos, ou cinco minutos, se vencerem, entre perguntas e respostas da entrevistada... da senhora convidada, por favor.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Todos votaram? Quem não votou?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Presidente, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL. Pela ordem.) – Presidente, caso os cinco minutos vençam...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Não, a resposta é depois.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Não, mas o pedido seria... já antecipando o pedido... Se os cinco minutos vencerem, eu quero saber...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Os Parlamentares da Comissão podem votar também pelo Infoleg – está aberto –, os Srs. Deputados.

Pois não, Deputado.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Presidente, se os cinco minutos vencerem, eu queria fazer um pedido a V. Exa.: que os cinco minutos pudessem ser corridos por cada Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – ... entre perguntas e respostas, para a gente não acumular em bloco, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Perfeito. Será feito assim, dessa forma.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Pela ordem.) – Só para lembrar que essa discussão é só nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Nas demais, nós vamos atender às normas que foram aprovadas, para deixar claro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Eu acho que é melhor nós seguirmos nas próximas de uma maneira como está regimental. Essa daqui nós vamos votar para esclarecer, e o Plenário é soberano. Nas próximas, a gente já segue com os dez minutos, se for já...

Todos votaram?

(Intervenções fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Todos votaram? *(Pausa.)*

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Deu, Presidente. Quem conseguiu apertar os números, os três números, conseguiu. Quem não conseguiu... *(Pausa.)*

Deu, Presidente. Vamos lá! Senão nós vamos até tarde.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Posso encerrar a votação? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por maioria, ficam mantidos os dez minutos por Parlamentar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Passo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu preciso de silêncio dos colegas. Eu sou uma pobre senhorinha e falo muito baixo. Bora! Bora! Silêncio!

Presidente, eu quero, assim, cumprimentar por a gente estar começando os depoimentos pela Defensoria, que mergulhou no assunto, mas a gente tem que entender que a nossa Defensora também tem as limitações éticas da instituição, ela não fala por ela, ela fala por uma instituição.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei um requerimento, Presidente... Ela é uma instituição pública, mas nós temos uma outra organização, privada, que é uma associação de aposentados que também entrou com muitas ações. Não é uma associação de desconto, é uma associação que eu vi depondo na Câmara e que mergulhou... Inclusive são as ações dessa associação que deram origem à matéria do *Metrópoles* que deu origem à nossa CPMI. Então a gente poderia trazer, em paralelo, essa instituição privada, para ela contar coisas que a nossa Defensora não pode contar. A Defensora tem limitação ética por causa da instituição. Então, para a gente fazer um paralelo, a gente poderia trazer a Abradeb, assim que possível, que é a autora da ação pública civil que cuida de todos esses casos. Então, fica a minha sugestão.

Eu quero cumprimentar a Defensora e dizer para a Defensora assim: parabéns pelo grupo de trabalho. Foi uma iniciativa extraordinária. Houve encaminhamentos, indicações... Essa indicação que a Defensora trouxe aí de que no contracheque tem que ter o nome da instituição é extraordinária. Então, esse grupo de trabalho trouxe uma grande colaboração. Parabéns, Defensora! Nós ficamos muito felizes com o que vocês fizeram.

Acho, inclusive, Presidente, que um dos membros desse corpo técnico que o senhor vai montar para assessorar a CPMI tem que ser alguém da coordenação dela, um membro que venha da DPU para nos auxiliar. Precisaria ser alguém da coordenação dela, porque essa coordenação realmente mergulhou nos problemas.

Mas eu quero dizer que a DPU, gente, é uma instituição forte, extraordinária. Hoje nós temos um grande Defensor Público-Geral na condução, mas em 2016 a DPU já estava trabalhando contra os descontos indevidos da previdência. Essa ação que a DPU liderou em Pernambuco é de um boletim de ocorrência de 2015, o que prova que não foram descontos a partir de 2019. A DPU já cuidava de descontos de 2015. Inclusive, parabéns à DPU, porque nesta ação de 2016, a juíza da 10ª Vara Federal de Pernambuco condena o Banco Mercantil do Brasil, Gerador, Bonsucesso, Bradesco Financiamentos a restituírem, vejam só, senhores, em dobro os valores descontados indevidamente no benefício previdenciário do cidadão. A DPU já está cuidando disso há muito tempo. Mas a nossa Defensora disse que eles têm um problema de sistema, que ela não sabe quantas ações tem, o que mostra que nós temos que fortalecer essa instituição cada vez mais. Precisamos dar orçamento para a DPU. Eu sou uma grande defensora do empoderamento da DPU.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Doutora, a minha pergunta é: é possível que a gente tenha muito mais de 500 ações, de 2015 para cá? Estou citando o exemplo de 2015 por quê? Faz diálogo com o relatório da Polícia Federal – daqui a pouco a gente vai ouvir o delegado –, em que se traz um retrato, no inquérito, de descontos a partir de 2016. Então eu tenho uma ação da DPU falando que é desde 2015 e o relatório da Polícia Federal. É possível que a gente tenha muitas ações de defensores espalhados pelo país, o.k.? Vocês não têm um sistema ainda para consolidar. A pergunta é: é possível ter mais que 500 ações? É possível?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – É possível.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Sendo possível, Relator e Presidente, eu estou apresentando um requerimento agora para a gente oficial o Defensor Geral para que ele peça aos defensores do Brasil – escutem só – que comuniquem a ele quem está em alguma ação a partir de 2010, 2015, que só comuniquem ao defensor o número dos processos, o defensor compartilha com esta Comissão, porque essas ações vão nos dar um retrato do tamanho do problema. Então, eu estou apresentando um requerimento. Aqui, eu sei que tem muito Defensor Público nos assistindo, tanto da União, como dos estados. Se já quiserem se antecipar e mandar para a CPI as ações que estão tramitando no Brasil inteiro... E vocês vão se surpreender! Os valorosos defensores estão há muitos anos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senadora Damares, só um minutinho.

Eu vou pedir temporariamente para o Senador Izalci ocupar a Presidência, enquanto vou fazer algo ali que só eu posso fazer, por gentileza. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Os defensores estão há muito tempo, o que mostra que esses descontos indevidos já estão passando de décadas.

E aí, gente, nós vamos ter que descobrir a omissão institucional, inclusive do Parlamento. Onde nós, como Parlamento, erramos em não fiscalizar o que está acontecendo? Nós vamos ter que fazer mea-culpa, Doutora – todo mundo! Nós vamos ter que entender onde as instituições se omitiram.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta, Doutora. Acho que, no seu depoimento na Câmara, a senhora falou que tinha assistido que tinha mais de um, dois descontos consignados ativos. Esse caso foi recorrente? Eu soube de um assistido que tinha mais de dez descontos ativos. Foi recorrente esse tipo de situação?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim, foi recorrente. Eu tive casos em que eu analisei o histórico de crédito do segurado, e ele tinha mais de dez descontos de empréstimos consignados.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Gente, isso é muito grave.

Primeiro, a senhora fala que em 95% dos descontos associativos a pessoa nem sabia. Agora, a senhora traz aqui uma informação que tem um assistido – somente um assistido – que tinha mais de dez descontos consignados...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Empréstimos consignados, porque desconto não... Não, empréstimos consignados...

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Consignados.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... autorizados.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Autorizados.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Porque eu questionei. Descontos associativos só podem ter um desconto. Não pode ter mais de um desconto associativo.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Tá.

A senhora falou dos indígenas. Vocês identificaram, Coordenadora, como esses indígenas autorizaram, supondo que 70% dos indígenas são analfabetos? A maioria nem documento tinha. Vocês identificaram alguma atividade estranha com participação de funcionários da Funai, que fazia o indígena nascer, providenciava o documento, já aposentava? Identificaram movimento de associações dentro de área indígena?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não, não identificamos.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Mas identificaram muitos descontos de indígenas?



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Muitos descontos de indígenas.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – E eles não sabiam que estavam sendo descontados?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não... A grande maioria não sabia. E, na verdade, dificilmente, onde residiam, sem acesso à internet, aos meios de comunicação, eles fariam um tipo de ou autorizariam um tipo de desconto como esse.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Estou apresentando, Presidente, um requerimento para a gente fazer diligência em área indígena, para a gente fazer oitiva pelo menos em uma área em cada região do país, ouvindo os indígenas, porque nós vamos descobrir indígenas que nem sabiam que tinham benefício previdenciário. Quem ficava com o cartão desse indígena? Quem produziu os documentos? E quem autorizou as associações ou não? E eu estou sabendo de empréstimos consignados em benefício de indígena que nem sabe que tem benefício. Então, estou trazendo esse requerimento para a gente fazer uma diligência e eu quero estar nessa diligência em todas as áreas indígenas.

Coordenadora, se a DPU já tinha como prática, nas ações que ganhava, que o ressarcimento tinha que ser em dobro, corrigido, como é que vocês aceitam um acordo de que, com certeza, o ressarcimento não vai ser dobro e não vai ser corrigido? Quais os critérios? Foi a celeridade? Foi tão somente a celeridade que levou a DPU a aceitar esse acordo?

(Soa a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A celeridade, na verdade, evitar a multiplicação de ações judiciais e a celeridade. Esse acordo foi firmado pela Defensoria Pública Geral da União. Então, na verdade, esses questionamentos podem ser respondidos pelo Defensor Público-Geral da União. Na verdade, a minha função é a área técnica. Analisei os termos do acordo, fiz alguns apontamentos. Mas a Defensoria da União, como instituição, optou por aderir a esse acordo, assim como o Ministério Público Federal optou por aderir a esse acordo. O Ministério Público Federal, inclusive, tinha ação civil pública em andamento. Para ter uma celeridade e uma decisão unânime em relação aos segurados, para evitar decisões conflitantes, abarrotar o Poder Judiciário. Então, foram essas as escolhas que foram feitas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – A todos os assistidos, foi dada a oportunidade a eles de aceitar ou não o acordo? Para aqueles que vocês representavam em ações, vocês faziam o acordo sem perguntar, ou todos os assistidos tiveram a oportunidade?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senadora Damares, por gentileza, os dez minutos já foram dados. Por favor!

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Só falta uma pergunta. Todos tiveram oportunidade de se manifestar?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Cada pessoa pode ou não aderir ao acordo. Ele vai ter a oportunidade, no momento em que ele vai fazer o pedido de contestação e pedir o ressarcimento, de aderir ou não ao acordo.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Doutora, por último, o que vocês viram da participação dos bancos e da atuação da Febraban em todos esses episódios?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Em relação à Febraban?

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Os bancos. Qual a participação das agências, das instituições financeiras? Omissão, conivência? Como vocês, o grupo de coordenação, avaliam a participação das instituições financeiras?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Nós fizemos algumas reuniões com a Febraban, inclusive pedindo apoio em relação e melhorias no sistema de canais de reclamações, porque o que é que se constatou? Constatou-se que o segurado, em alguns momentos, não consegue fazer esse pedido de reclamação de forma adequada. O sistema do consumidor.gov exige que a pessoa tenha senha Gov ouro ou prata, e, geralmente, os nossos assistidos não têm esse tipo de acesso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Presidente, restou provado que a proposta não é boa, que passaram três minutos e meio. Então, eu gostaria que o senhor fosse muito severo, muito severo e terminasse nos dez minutos. Eu sei que as perguntas da Senadora Damares poderiam render muito mais se fosse respondido depois.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Peço a todos os Parlamentares que nós nos mantenhamos nos dez minutos que foram acordados, por gentileza.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, só gostaria de ressaltar que foram retirados alguns requerimentos meus da pauta, mas que ficou muito claro agora pela Defensoria que os descontos estão relacionados ao consignado e à associação. Só para depois a gente discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O.k. Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, a pergunta aqui para nossa convidada: a DPU considera que a manutenção de convênios com entidades que violam a legislação ao empregar parentes de autoridades políticas em suas diretorias, como a Contag e o Sindnapi, é compatível com a defesa dos interesses dos aposentados? Por que é que eu estou perguntando isso? Existe uma lei. A Lei 13.019, de 2014, no seu art. 39, ela diz:

[...] [Fica] impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:

.....

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública [...], estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha [...] [direta], colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Então, o que eu quero dizer é que tanto a Contag como o Sindnapi – 72% dos 12,5 bilhões que foram descontados, de 2008 até hoje, 72% são dessas duas instituições – nem sequer poderiam estar trabalhando com convênio, acordo de cooperação técnica – só para dizer.

Eu pergunto, então: a DPU tem plano de tomar medida ou já tomou alguma medida para questionar esses acordos formalmente irregulares, que, segundo a análise, sinalizam uma captura institucional do Estado por interesse sindical.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – A Defensoria Pública da União questionou esses acordos através do grupo de trabalho institucional. Então, o que a Defensoria





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública da União buscou? É que fossem cumpridas as determinações da IN 162, de 2024. Essas determinações... Nesta IN, é estabelecida uma série de requisitos para uma entidade associativa poder fazer um desconto num benefício previdenciário, inclusive ter uma sede, porque a gente sabe em muitos casos...

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Ou seja, não foi cumprido. Na prática é isso.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Alguns requisitos não foram cumpridos...

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Não. Alguns, não, porque a lei é clara, não pode isso; não tendo isso, não poderia.

Então, V. Exa. sabe se teve alguma ação específica sobre isso? Não, só recomendação?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Recomendação da Defensoria Pública da União.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – A DPU não viu que isso aqui contraria os interesses dos aposentados e pensionistas?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Viu e apontou. Acontece que a gente tem que diferenciar o que é o trabalho da Defensoria Pública da União, do Tribunal de Contas e CGU.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Ou seja, omitiu, porque realmente deveria ter entrado, porque o interesse é do aposentado.

A DPU tem conhecimento do descumprimento das cláusulas de fiscalização por parte do INSS?

A senhora concorda que a concessão de medidas, como bloqueio, desbloqueio em lote para a Contag, que beneficiou 34.487 aposentados sem autorização, e a dispensa de biometria para o Sindnapi, ações que violam o decreto e determinações do Tribunal de Contas da União, demonstra a convivência institucional da atual gestão? A senhora concorda com isso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não tenho nada a esclarecer a respeito disso, não concordo com isso. Essas apurações devem ser feitas pelos órgãos de controle. Todo desconto...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Foi apurado. Eu estou perguntando: depois do relatório que foi entregue, dizendo que aconteceu tudo isso, a Defensoria não teria que entrar com ação, alguma coisa? Foi feita alguma coisa nesse sentido?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Essas medidas são tomadas pelos órgãos de controle ou pelos órgãos de persecução penal. Há uma investigação em curso a respeito disso. A Defensoria Pública da União é um órgão de defesa que atua na assistência jurídica das pessoas...

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – A Defensoria foi informada pelo Tribunal de Contas de que havia essas irregularidades. Portanto, a Defensoria teria que defender os interesses dos aposentados e pensionistas, essa é a função da Defensoria.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – E o que V. Sa. está dizendo é que a Defensoria não tomou nenhuma atitude em defesa dos aposentados e pensionistas, porque sequer essas duas instituições poderiam ter convênio, qualquer coisa nesse sentido.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – As atitudes foram tomadas, como eu falei anteriormente. A Defensoria Pública da União se habilitou em ações civis públicas que discutiam essa questão, está habilitada como custos vulneráveis, está atuando nessas ações civis públicas.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – V. Sa. puder mandar para gente cópia disso, para gente notar realmente que houve esse interesse em defesa, a gente agradece aqui, na CPMI.

Pergunto ainda...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – V. Exa. poderá fazer por requerimento, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Sim.

A DPU considera aceitável que entidades com os maiores volumes de arrecadação e os mais altos índices de descontos não autorizados, como a Contag e o Sindnapi, tenham sido excluídas das ações de bloqueio da AGU, enquanto outras, com menor tempo de atuação, se tornaram alvos prioritários? Como a DPU atuou para combater essa aparente seletividade que protege entidades com laços políticos com o Governo, em detrimento da proteção dos aposentados?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Através da habilitação das ações civis públicas que discutem essa temática.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Especificamente com relação a Contag e Sindnapi, totalmente irregular de acordo com a lei, de acordo com o decreto, de acordo com a portaria, houve uma ação específica com relação a essas duas entidades?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A reação específica foi em relação à habilitação numa ação civil pública, que é direcionada tanto ao INSS quanto à Dataprev e também tem algumas entidades associativas que estão no polo passivo dessa ação.

Então, na verdade, a Defensoria Pública da União atuou nessas ações civis públicas, apontando ali, indicando quais as principais entidades eram mais problemáticas.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Eu até fico, assim, indignado. Como que um órgão de defesa do aposentado e pensionista aceita participar de um acordo, tirando os direitos básicos – está na lei do consumidor, é uma lei aprovada pelo Congresso –, e faz um acordo em que o aposentado tem que abrir mão da ação judicial. É um absurdo a DPU fazer parte de um acordo como esse.

Eu pergunto à senhora, se a DPU já vinha pautando o problema dos descontos indevidos e apontados, a ligação com o empréstimo consignado desde fevereiro de 2024, por que demorou tanto para o Governo Federal deflagrar uma operação de combate à fraude de maneira efetiva e integrada? A senhora acredita que a investigação tem sido seletiva, ignorando responsabilidade de gestões, petições anteriores que permitiram o crescimento exponencial do problema, bem como de outros agentes, como as instituições financeiras que também se beneficiaram do esquema?

É só para V. Sa. reforçar o que V. Sa. já disse aqui, que tem uma ligação entre o consignado e os descontos associativos.

Pois não.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esses fatos serão apurados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Há uma investigação em curso. Então, a Defensoria Pública da União acompanha e aponta quais os principais problemas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – As entidades que eu citei foram excluídas; elas não foram acionadas pela AGU. A Defensoria Pública alertou a CGU, ou a AGU, ou tomou alguma providência? Porque a obrigação da defesa do aposentado e pensionista é da DPU; não é da AGU. A AGU defende os órgãos do Governo. V. Sa. e o órgão que V. Sa. representa têm que defender, tinham que defender os interesses do aposentado e do pensionista. O que eu quero dizer é isto: ou seja, a DPU não tomou nenhuma atitude com relação à seletividade de não ter realmente feito nada da AGU com relação à Contag e ao Sindnapi?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Tomou atitude, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Qual atitude?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Essas atitudes estão todas documentadas; dentro da ação civil pública, foram feitas manifestações da Defensoria Pública da União, através da Defensoria Regional de Direitos Humanos e Nacional de Direitos Humanos; essas informações podem ser solicitadas. Dentro do grupo de trabalho interinstitucional, a Defensoria Pública apontou várias falhas e problemas, todas essas questões que foram relatadas ao Tribunal de Contas da União e à CGU.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Eu quero ver se há ação específica com relação às duas entidades. Eu quero saber isso. Quem participou da ação pública ou comentou alguma coisa, aí não quer dizer nada. Quero dizer com relação a isso, objetivamente.

Mas está encerrando o meu prazo.

Considerando que a DPU já alertava para a gravidade do problema há meses, como a senhora avalia a decisão da gestão do INSS de adiar a aplicação das novas regras de segurança, como biometria, assinatura eletrônica, mantendo milhões de segurados vulneráveis aos prejuízos financeiros? A senhora não acredita que a postergação dessas medidas foi uma falha intencional da gestão petista, que permitiu que as fraudes continuassem a sangrar os cofres públicos e o bolso dos aposentados?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não tenho condições de responder a essas informações. Provavelmente, será apurado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e pelas investigações.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Só esta Comissão que vai apurar, porque o Governo não apurou é nada, muito pelo contrário: fez seletividade. Não fez o dever de casa e muito menos...

Eu estou percebendo que a DPU não está defendendo os interesses dos aposentados e pensionistas. Esse acordo... Participar de um acordo tirando um direito sagrado do aposentado de receber em dobro... Porque o Código de Defesa do Consumidor é muito claro: eles têm direito a receber em dobro.

Mas eu quero, aqui, finalizando, parabenizar, Relator, o trabalho de V. Exa. É difícil até perguntar mais coisa, quando o Relator fez, realmente, um excelente trabalho.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra...

Obrigado, Izalci. Dez minutos.

Com a palavra o Delegado Fabio Costa.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, quero cumprimentar a todos, parabenizar o Presidente pela condução dos trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – ... desejar um exitoso e profícuo trabalho por parte do eminente Relator, conterrâneo, Deputado Federal Alfredo Gaspar.

Dra. Patrícia, conforme amplamente divulgado pela mídia, ainda em junho de 2023, em reunião do Conselho Nacional de Previdência Social, presidido pelo então Ministro Carlos Lupi, a Conselheira Tonia Galleti solicitou que fosse incluída na pauta a discussão sobre os acordos de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperação técnica das entidades que realizavam descontos indevidos junto ao INSS. O pedido da Conselheira, porém, foi negado na ocasião.

Conforme registros da DPU, em 2023, já havia sinais de alerta sobre o aumento das reclamações relativas a descontos indevidos.

Já em maio de 2024, sob a coordenação da senhora, a Defensoria Pública demandava, formalmente, a suspensão de todos os descontos associativos.

Portanto, nós podemos afirmar que, desde junho de 2023, o então Ministro da Previdência foi formalmente alertado sobre esse problema, e isso significa que, há mais de dois anos, o Governo tinha um alerta formal e estruturado sobre a fraude massiva e sistemática que estava em curso.

Então, pergunto, Sra. Defensora: a senhora confirma essa cronologia e a gravidade do alerta inicial realizado pela Defensoria?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Os alertas foram feitos e estão relatados nas memórias de reunião do grupo de trabalho interinstitucional. Os alertas foram feitos, apontamentos foram feitos, estão todos documentados.

Ofícios foram expedidos, providências foram tomadas, medidas foram adotadas, tanto no âmbito judicial quanto no âmbito extrajudicial, dentro desse GTI. As autoridades estavam cientes.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – O.k., Doutora.

Após esse primeiro e contundente alerta da DPU, em maio de 2024, a senhora pode detalhar a esta Comissão qual foi a resposta efetiva do Ministério da Previdência e da Presidência do INSS naquela ocasião? Houve a criação, por exemplo, de uma força-tarefa? A suspensão dos convênios foi realizada ou a resposta na ocasião foi meramente burocrática e protelatória?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Isso em relação à reunião do GTI?

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Após o alerta da DPU, quais foram as providências efetivas por parte tanto do Ministério da Previdência quanto da Presidência do INSS?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Então... As medidas tomadas e adotadas eram relatadas dentro do grupo do GTI.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – As medidas, na época, foram eficazes após o alerta da DPU?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Em sua grande maioria, elas foram eficazes.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Quais foram as medidas imediatas?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – As medidas imediatas: melhorias nos canais de atendimento, a implantação da biometria, melhoria na transparência das reclamações. Todas essas questões foram implantadas neste meio tempo em que foi discutido dentro do GTI da Previdência.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Num prazo razoável?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Num prazo razoável.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – A senhora aponta para um massivo vazamento de dados cadastrais como a origem da fraude.

Considerando que a proteção desses dados é uma responsabilidade primária do Estado, a senhora entende que tal vazamento pode ser caracterizado como uma falha grave de segurança e governança?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – O.k.

Dra. Patrícia, durante a audiência pública na Comissão do Idoso, a senhora apontou que a DPU orientou aposentados e pensionistas... Além de se utilizarem do aplicativo Meu INSS e também do Canal 135, a senhora também orientou as pessoas lesadas a buscarem outros canais, como o consumidor.gov, para tentar excluir os descontos indevidos. Na sua avaliação, essa medida, essa orientação demonstra que os próprios canais oficiais do INSS não eram suficientes para o atendimento das denúncias de fraudes que já eram crescentes?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O que a gente apontou é que os canais de atendimento precisavam ser melhorados, aprimorados, tanto pelo Meu INSS quanto pelo 135. A forma de a pessoa poder fazer a sua reclamação e contestar esses descontos indevidos teria que ser melhorada, inclusive através dos canais remotos do INSS e através da melhoria dos *sítes* do consumidor.gov e dos canais de reclamação do próprio INSS que é o Fala.BR.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – O.k.

Para finalizar, Doutora, com base em sua experiência, a demora de mais de um ano entre o pedido de suspensão dos acordos de cooperação técnica por parte da DPU...

Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Peço silêncio ao Plenário, por gentileza.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Com base na sua experiência, a demora de mais de um ano entre o pedido de suspensão de acordos de cooperação técnica por parte da DPU e a adoção de medidas efetivas por parte do Governo, como o bloqueio generalizado de descontos suspeitos após um alerta tão claro de um órgão como a DPU, eu pergunto à senhora, Dra. Patrícia: essa demora é compatível com a gestão pública diligente e comprometida com a proteção de sua população mais vulnerável, como idosos e pessoas com deficiência?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não é compatível. Isso decorre das falhas sistêmicas que nós temos dentro do próprio INSS.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Obrigado, Defensora. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Agradeço ao Deputado Fabio Costa.

Na sequência, com a palavra, a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero cumprimentar a todos e à Defensora, Dra. Patrícia, também.

Eu vou iniciar minha fala, eu vou colocar o foco especificamente no grupo de trabalho, Defensora.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a minha primeira pergunta é assim: todo o grupo de trabalho... Quando a gente faz um grupo de trabalho – principalmente, você falou que tinha CGU, TCU, INSS, Ministério Público; era um grupo realmente de trabalho que envolvia várias instituições –, há previsão de um relatório final, senão não faz sentido ter um grupo de trabalho, ainda mais com uma força-tarefa dessa. A minha pergunta é: esse relatório final será feito, foi feito e qual é a previsão de entrega, se ainda não foi feito?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Esse relatório final pode ser solicitado ao Ministério Público Federal, que é quem criou este grupo de trabalho interinstitucional.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não. A minha pergunta é se há a previsão de um relatório. Que a gente pode solicitar, eu sei, mas a minha pergunta é se há uma previsão de um relatório. Sim ou não?

Foi concluído o relatório quando acabou o grupo de trabalho?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Possivelmente sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você não sabe? Você era do grupo e não sabe?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não, não tenho conhecimento. Na verdade, quem faz essas atas e relatórios é quem coordena o grupo. Quem coordena o grupo é a 1ª Câmara do Ministério Público Federal.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu vou para a minha segunda pergunta.

Qual é o nível do poder decisório dos participantes deste grupo, de quem participava da reunião? Então essa é... Qual é o nível de poder decisório, em linhas gerais? Era uma pessoa que tinha... Isso.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esse grupo é um grupo de atuação extrajudicial, em caráter colaborativo entre as entidades que participam.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, é crível, pela experiência da senhora, que a gravidade dessas informações, a gravidade, inclusive, da evolução – eram 700 milhões,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois passou para 1,6 bilhão, depois para 2,4 bilhões, em 2024... É crível na experiência da senhora que não tivesse sido passado para o Presidente do INSS, para o Ministério da Previdência? Que nas épocas, desde que vocês trabalharam, eles não tinham ciência disso? Sim ou não?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O INSS tinha ciência, porque, dentro deste grupo de trabalho, sempre participavam representantes do INSS, da Diretoria de Benefícios do Ministério da Previdência Social.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A senhora tem conhecimento se o Ministro da Previdência também tinha ciência? Porque o INSS sabia. Então, o Ministro da Previdência tinha ciência? É crível que ele não tivesse ciência, na visão da senhora, pela experiência da senhora?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acredito que ele tivesse ciência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Uma outra pergunta é: durante o encontro... O que me chamou a atenção na fala da senhora é que... Quais foram assim... Tinha várias entidades ali, várias instituições públicas. Quais eram as reações, manifestações em relação a essa denúncia de fraude recorrente dos descontos associativos? Assim, ficava todo mundo indignado, todo mundo achava normal? Na visão da senhora, as reações eram variadas, eram sempre as mesmas? Porque eu ouvi a reação da senhora aqui, contrária a isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputada Adriana, só um instantinho.

Peço mais uma vez, por gentileza, silêncio à sala para acompanharmos os esclarecimentos.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esses apontamentos eram recorrentes, e essa pauta era uma pauta permanente dentro do GTI. Desde o início de 2024, era uma pauta permanente. Então, era uma preocupação de todos os órgãos que faziam parte do GTI.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Agora, a minha pergunta aqui, Defensora, é em relação, especialmente, em relação ao INSS. Ele que recorreu da decisão, da revalidação e tudo. O INSS, o que é que alegava? Porque, se ele reagiu contrariamente à revalidação, ao que o TCU determinou, na sua visão, o que é que era, o que... Como você via isso, essa resistência do INSS?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – As explicações eram de que o sistema deveria ser adaptado, que ainda estava em discussão no TCU a questão da revalidação, anterior à IN 162, e que a Dataprev teria que implantar o sistema, que o sistema de biometria não é um sistema fácil, enfim, teria que ser adaptado. Inicialmente, o que é que aconteceu? As entidades associativas tinham o sistema de biometria, e depois a Dataprev desenvolveu um sistema próprio. Então, assim, as alegações eram com base na falta de força de trabalho, nas dificuldades de implantar esse sistema e de fazer efetivamente essa revalidação, porque era um número muito grande de benefícios.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O.k.

Outra pergunta: foi possível identificar se o Governo adotou alguma reação institucional após, seja por meio do INSS, da AGU, da CGU, do Ministério da Previdência ou de qualquer órgão envolvido? Você considera que o Governo tomou efetivamente uma atitude a partir de 2024? Porque sabiam, você falou que desde 2019 que sabiam – certo? –, que é 2016, na verdade. Você considera que o Governo tomou uma atitude? Sim ou não? E se sim, qual?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acredito que, com a deflagração da operação da Polícia Federal, algumas pessoas foram afastadas, e a partir daí foram tomadas providências.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas até lá, até isso acontecer, não teve nenhuma providência efetiva do Governo, certo? Você falou de depois, da Polícia Federal, que foi em 2024, certo? Correto?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Correto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Já caminhando para o final, eu quero falar um pouco dessa evolução, da evolução dos números, porque, pelo levantamento do TCU, isso, o que temos, é de 2016, e isso foi tendo... assim, escalou vertiginosamente. É o que eu estava falando, que eram 300 milhões, 700 milhões, depois passou para, em 23, para 1,3 bi, e depois para... Em 23, e 2,6 bilhões em 24.

A minha pergunta é assim: o que é que motivou, qual foi o marco, o marco que realmente falou assim, "olha, vamos atuar em várias frentes, o grupo de trabalho vai ser destinado a isso"? Porque já estava escalonando vertiginosamente antes, né? Aí você até citou 2019, mas a gente





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe que é 2016, pelo relatório do TCU. Minha pergunta é: qual foi o marco que fez com que, realmente, vocês tenham caminhado no sentido de cuidar deste assunto em 2024?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acredito que tenham sido os apontamentos e as inspeções realizadas pelo Tribunal de Contas da União, e se constatou um aumento realmente de descontos associativos e um aumento da criação das entidades, das associações. Então, houve um aumento gradual das entidades associativas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu acho que, para finalizar, Defensora Patrícia, eu queria entender – e estou falando isso não só como Parlamentar, eu acho... Sim, eu fico indignada, indignada mesmo, de ver como, às vezes, esse apego a tanta instrução normativa e cada um no seu quadrado prejudicam o país. Eu ouvi sua fala, eu vi que você estava... Tem coisas que vocês fazem, tem coisas que vocês não fazem. Eu consigo entender isso. Mas eu fico pensando: se eu fosse uma defensora pública ou se eu trabalhasse no INSS, visse isso acontecer sistematicamente e ficasse calada, eu acho que eu não iria conseguir dormir – eu, Adriana, falando, não é? Eu imagino que vocês devam ter alguns conflitos, alguns dilemas nesse sentido...

(Soa a campanha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... pela própria função que exercem. Mas, na sua visão, seja de 2016 para cá, de 2010 para cá, de 1991 para cá, pouco importa, você acha que – os órgãos – a gente poderia fazer uma revisão completa dessas revisões normativas para que realmente todo servidor público se conscientizasse de que é um cidadão brasileiro e que tem que pensar no país? – ao invés de saber que tem muita coisa errada, mas... "Este não é o meu quadrado, não está nestes... Isso é obrigação do TCU e CGU." Fazer alguma coisa, gritar, porque eu acho que eu não iria conseguir dormir.

Eu vou devolver a palavra para que a senhora possa expressar, porque, assim, eu fiquei indignada e fiquei pensando: esse cada um no seu quadrado prejudica o país.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acredito que toda a sociedade deve contribuir. Isso é uma política pública, a gente está falando do sistema da seguridade social, da previdência e da assistência social. Então, essa é a responsabilidade de todos na verdade.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas é a Defensoria a voz dos vulneráveis.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Quero deixar isso bem claro.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – É a voz dos vulneráveis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado pelo cumprimento do prazo.

Com a palavra o Deputado Marcelo Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Senador Carlos Viana, Deputado Alfredo Gaspar, permitam-me ir direto aos questionamentos à Defensora Pública da União, a quem agradecemos também pela presença aqui, Patrícia Bettin Chaves.

Eu queria iniciar perguntando, Doutora, se a senhora defendeu pessoalmente algum dos lesados do INSS na sua história como Defensora Pública da União.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Pessoalmente?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pessoalmente, como advogada?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não. Como Defensora Pública Federal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Como Defensora Pública, exato, mas como advogada ou procuradora dessa pessoa?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim. Atuei em alguns casos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E como, como é a reação dessas pessoas diante do roubo que, para elas, faz uma diferença enorme, de R\$30, R\$50, R\$100, quando os seus benefícios são pequenos?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – É uma reação de indignação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tem algum caso específico, sem mencionar nomes, que você possa citar que tenha trazido especial emoção ou comoção?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acho que os casos mais, assim, emblemáticos são os dos atendimentos que foram feitos no Rio Grande do Sul após as enchentes, atendimentos que foram feitos pela Defensoria Pública da União.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas relacionados ao roubo do INSS? Relacionados ao roubo do INSS?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E eu quero agradecer à DPU, inclusive...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... se identificou nos históricos de crédito os descontos associativos. Atendendo demandas que não eram necessariamente descontos associativos, se verificou aí um desconto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não quero deixar de reconhecer, inclusive, a Defensoria Pública no momento das enchentes do Rio Grande do Sul, quando atuou – inclusive, tem participado das reuniões da nossa coordenação, com alguma frequência, sobre esse tema –, mas não é sobre isso que estamos falando.

Gostaria de saber sobre o roubo aos aposentados: há algum aposentado específico que tenha sido lesado e que foi representado pela senhora?

Tem alguma, alguma lembrança que lhe traga algum tipo de emoção ou que, que diga: "Ó, isso aqui foi um caso tão grave que me chamou a atenção, me chocou"?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Tenho alguns casos, mas o que eu gostaria de esclarecer: eu atualmente não estou atuando no meu ofício de origem; então, eu não estou atuando nos casos individuais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo. Mas atuou alguma vez em algum caso individual na história?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Atuei.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E qual foi o caso, o primeiro caso de que você tem memória de ter atuado a favor de um lesado do INSS?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Nesse caso específico, que eu recorde, realmente, acho que foi no 2023 ou 2024.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E teve algum caso anterior? Porque a notícia que nós temos é que desde 2011, pelo menos, a Doutora trabalha na área previdenciária dentro da advocacia. E me corrige se eu estiver enganado. Talvez até tenha sido antes. Pelo menos essa é a notícia...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Desde 2006.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – De 2006. Na Defensoria a gente encontrou a informação de 2011; então, é mais antigo.

Teve algum caso, desde 2006, de defesa de algum lesado do INSS que tenha relação com descontos indevidos?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Desde 2006, não, não tenho conhecimento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E qual foi o primeiro? Em 2023?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Que eu recorde, na minha atuação como Defensora Pública Federal, os casos em que eu tenho conhecimento que eu atuei no ofício individual foram 2018 e 2019, acredito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a senhora, há pouco, disse que foi 2023.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não. 2023... A minha atuação se divide numa atuação individual.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – E depois, quando assumi a coordenação, entendeu?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo. Mas como defensora de um lesado do INSS, o primeiro caso que você defendeu foi em 2023 ou 2018?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Entre 2018 e 2019.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k., eu gostaria de que a senhora me informasse depois à Comissão exatamente qual foi esse caso, em que data foi.

Eu também gostaria de chamar a atenção aqui, de todos os colegas, para esse gráfico que está no plano de trabalho do Deputado Alfredo Gaspar, que mostra o marco temporal, entre 2015 e 2025, dos descontos do INSS. É muito importante lembrar que durante o Governo Lula foi que houve o grande disparo, certo?

Agora, antes disso, como sempre houve, lamentavelmente, roubo no INSS, nós sabemos que houve episódios, por exemplo, relatados pela imprensa. Geraldo Doca, em 2018: "INSS fará pente-fino em convênios, por suspeita de fraude", isso foi no jornal *O Globo*. E também, em 2010, o mesmo repórter: "Contribuição compulsória. Aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões".

Eu pergunto à senhora, Doutora, se esses casos já eram publicados na imprensa, e a senhora disse que só sabe a partir de 2019, sendo responsável ou titular da área previdenciária, como foi que, apesar de estar na imprensa, a senhora não sabia que isso acontecia no INSS, antes disso, pessoalmente?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Nós temos conhecimento através dos relatos dos nossos assistidos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a senhora disse antes, em resposta ao Relator, que pessoalmente a senhora só soube dos descontos a partir de 2019. Gravei bem esta palavra: "pessoalmente". O que significa pessoalmente? Significa dentro da Defensoria?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Atendimento dentro da Defensoria...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora nunca leu as matérias da imprensa antes? A senhora não conhecia as matérias da imprensa?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Conhecia as matérias.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então a senhora sabe que antes de 2019, também acontecia esse tipo de roubo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah bom! Então...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A minha resposta foi em relação quando eu atuei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está bem. Porque isso não estava claro. A senhora disse, pessoalmente, eu sei, a partir de 2019. Mas a senhora tinha conhecimento, então, pessoalmente também, fora da sua atuação?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Diretamente relacionada à atividade funcional, porque na imprensa já saía esse tipo de matéria.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Tinha conhecimento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso é importante que fique claro, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque eu gostaria de saber também se, apesar de saber... ter envolvimento pessoal desde 2019 a 2023, quando a senhora não era coordenadora, eu tenho certeza de que a senhora levou para o seu superior o conhecimento dessas atividades entre 2019 e 2023, correto?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu atuei em favor de pessoas assistidas e tomei as medidas extrajudiciais ou judiciais cabíveis.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu lhe pergunto se levou ao coordenador pelo seguinte: porque, quando a senhora foi coordenadora, a senhora tomou a ação e decidiu fazer parte, inclusive, do grupo de trabalho e ir atrás desse escândalo.

Mas, antes disso, a senhora não era coordenadora e havia um coordenador. Gostaria de saber quem é o coordenador – ou quem foi.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não me recordo. Tem que ser solicitada essa informação à Defensoria Pública da União.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora não sabe quem era o seu coordenador?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não era o meu coordenador...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não era. Como é que funciona então?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... esclarecendo que nós temos independência funcional.

O coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária não tem nenhuma ingerência em relação ao Defensor Público Federal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a senhora, tendo independência funcional, acha que a senhora não tem obrigação de levar para essa pessoa uma informação que a senhora já conhecia desde 2019, dentro da instituição, como Defensora Pública?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora não tinha obrigação...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não tinha obrigação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... de levar a essa pessoa essa informação. Eu discordo. Eu acho que a senhora... Acho que a independência funcional não pode ser utilizada para blindar um superior e prejudicar aqueles que estão sendo lesados. A senhora não concorda?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acho que o que deve ser esclarecido é como são as atribuições dentro da Defensoria Pública da União.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas isso está muito...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu não teria que relatar a nenhum coordenador...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu sou Deputado Federal e aqui são Senadores aqui. Nós todos sabemos a legislação, inclusive nós fazemos a legislação. Então, isso não seria prevaricação?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora não informar o coordenador da área de que, dentro da sua área de atuação, estão acontecendo roubos e, apesar de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoalmente... Repito aqui – me ajuda o Senador Rogerio Marinho –, pessoalmente a senhora sabia dos casos, mas não informou o coordenador. Não sabe nem quem era?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não me recordo de quem era o coordenador no momento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a senhora não acha que é prevaricação?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de perguntar para a Dra. Patrícia Bettin Chaves se o grupo de trabalho que a senhora integrava tinha prazo para encerrar.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O GTI?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Inicialmente não tinha prazo para encerramento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que o Ministério Público Federal decidiu encerrar logo depois de acontecer a Operação Sem Desconto?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Essa resposta não cabe a mim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas não foi falado nada dentro do grupo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não foi informado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não havia comunicação dentro do grupo entre os membros?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Havia comunicação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas não foi informado o encerramento?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não foi informado o motivo do encerramento; só foi informado o encerramento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Como foi feita essa informação?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Através de um ofício dirigido ao Defensor Público-Geral Federal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o Defensor Público-Geral Federal não questionou esse encerramento, e a senhora tampouco? Não achou estranho? Não solicitou prorrogação? Não disse: "Olha, a situação está tão quente aí, está todo mundo falando nesse assunto, a gente precisa continuar investigando, gente, isso é um absurdo."? "Vamos encerrar..." A senhora não fez nada nesse sentido?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esse grupo foi criado pelo Ministério Público Federal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a senhora era membro.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Era membro, mas não cabe a mim questionar...

(Soa a campanha.)

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... porque essa é uma escolha e uma decisão do Ministério Público Federal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora não podia questionar nada dentro do grupo, então a senhora não tinha participação efetiva no grupo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Tinha participação efetiva no grupo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas como é que um participante efetivo não pode questionar a decisão do seu coordenador?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não cabia a mim questionar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não podia fazer nenhuma pergunta a ele?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Poderia fazer a pergunta, mas o grupo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então a senhora poderia questionar.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... é criado pelo Ministério Público Federal.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas são duas coisas exatamente idênticas: fazer pergunta ou questionar é a mesma coisa. Então a senhora poderia ter questionado o coordenador, mas a senhora preferiu não questionar. Preferiu que o grupo encerrasse sem que a Defensoria Pública da União se manifestasse.

E a senhora diz que a DPU não é órgão de controle, mas a DPU ajuíza uma série de ações civis públicas, emite recomendações sobre políticas públicas. Eu te pergunto: por que a DPU não ajuizou nenhuma ação civil pública para afastar a cúpula do INSS ou até mesmo para tomar medidas mais drásticas para que o INSS adotasse as providências quanto à implantação da biometria, por exemplo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Última pergunta, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É esta a pergunta final: eu gostaria de saber se a DPU... Desculpa, Presidente, só pela interrupção, vou repetir para ficar bem claro: se a DPU ajuíza toda hora ação civil pública – isso aqui é muito corrente aqui –, emite recomendações sobre políticas públicas, por que, nesse caso, a senhora acredita que não foi ajuizada nenhuma ação civil pública para afastamento da culpa do INSS, ou então que se tomasse medidas drásticas para que o INSS adotasse providências quanto à implantação da biometria?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Os defensores regionais de direitos humanos ou a Defensora Nacional de Direitos Humanos têm independência funcional em avaliar qual a sua forma de atuação, que pode ser não somente judicial, mas extrajudicial, através de recomendações.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que o DPU...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas a pergunta não foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O prazo, o prazo encerrou.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas só porque não fez nesse caso. É só essa pergunta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que nesse caso não foi feito na sua opinião?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não cabe a mim responder essa pergunta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu considero extremamente importante a vinda da Dra. Patrícia. Não conhecia a Dra. Patrícia. Quero agradecê-la pelo trabalho que fez durante a reconstrução lá no Rio Grande do Sul, em nome de toda a DPU, mas a Dra. Patrícia trouxe para nós aqui informações que são muito importantes, Sr. Presidente, para a gente entender o que aconteceu e a origem da trama criminosas.

A Dra. Patrícia falou aqui que as primeiras informações mais relevantes que começaram a chegar em volume sobre essas questões foi em 2019. Alguns Parlamentares aí querem falar em 2016, 2017, não tem problema. Em 2019, o escândalo estourou.

O grupo de trabalho do Ministério Público Federal foi criado dia 11 de abril de 2019 – em 11 de abril de 2019 –, coordenado pelo Ministério Público Federal. E por que foi criado em 2019? Pelo volume de denúncias, pela quantidade de denúncias. E a Doutora fez um registro importante: pelo aumento exponencial de entidades que passaram a ser cadastradas pelo INSS para fazer o desconto associativo.

E veja como é importante a gente ver isto, Sr. Presidente: a relação direta que existe entre as entidades fantasmas cadastradas, durante o Governo Bolsonaro, e a explosão dos descontos sem autorização. Há uma relação direta entre o roubo e o cadastro das entidades fantasmas, que foram cadastradas durante o Governo Bolsonaro. As mudanças das regras que permitiram que as entidades fantasmas se cadastrassem para fazer o desconto associativo tem uma relação direta com a explosão do assalto aos aposentados e às aposentadas do nosso país.

Mas veja bem, Sr. Presidente. O consumidor.gov.br mostra que, lá em 2019, houve um aumento de 126% das queixas. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, o Idec, mostra





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que em 2020 há uma explosão de ocorrência desse tipo de situação, mas a DPU só ajuizou uma ação civil pública em 2025.

A primeira pergunta que eu faço, Dra. Patrícia: se desde 2019 nós já tínhamos o grupo de trabalho... Eu vejo aqui nas atas da reunião do grupo de trabalho, dia 19 de agosto de 2020, a Dra. Fernanda, Fernanda Hahn, pela DPU, ela já informava, lá no grupo de trabalho, o conjunto de reclamações de aposentados, 2019. Em 2025, também lá no grupo de trabalho, o Ministério Público Federal já falava sobre o histórico de recomendações não observadas pelo INSS desde 2019 sobre os ACTs. Em 2021, dia 26 de junho, D. Cristiana Koliski, do MPF, mais uma vez indagava sobre a questão dos associativos e as normas para coibir o conjunto de denúncias. Já em 17 de novembro, a Dra. Zélia, do MPF, questionou mais uma vez onde estão as portarias.

Todas as denúncias feitas para o INSS e a previdência entre 19, 20, 21, nenhuma providência adotada, nenhuma ação ajuizada. Por que essa omissão durante 19, 20, 21 e 22 dos órgãos de controle e do Governo Federal, Dra. Patrícia?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – É importante esclarecer que a Defensoria Pública da União ingressou em meados de 2020 no GTI, que foi criado pelo MPF. Então, ela não está desde o início do GTI.

Em relação às ações judiciais, várias ações judiciais individuais foram ajuizadas neste período. Ações coletivas foram ajuizadas – uma pelo Ministério Público Federal, na qual, lá em 2000...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Qual é a data, doutora?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Acho que essa ação é de 2018, 2019, acredito que é. E a habilitação, o pedido de habilitação da DPU foi em 2025.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Doutora, veja bem, ações individuais, naturalmente, devem ocorrer muitas, né? É normal que o defensor tome conhecimento de alguma...

Agora, ação civil pública contra a União, INSS, Dataprev devido à ocorrência de fraudes recorrentes da contratação de empréstimos consignados vinculados a benefícios previdenciários da DPU é de 25, correto?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – As ações civis públicas aqui em relação a desconto associativo não eram da Defensoria Pública da União.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não, a da Defensoria, doutora.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A Defensoria Pública tem uma ação civil pública em relação a empréstimos consignados.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Certo, Doutora.

Então, veja bem, ação civil pública contra a União, INSS, Dataprev, ocorrendo... é de junho de 25.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Então, veja, Sr. Presidente, os órgãos de controle... o GT do Ministério Público Federal tomou conhecimento das fraudes em 2019, tanto é que instituiu o grupo de trabalho dia 11 de abril de 2019. Entre outras coisas, por quê? Pela explosão do cadastramento de entidades-fantasma. Não aconteceu nada em 2019, 2020, 2021, 2022, do ponto de vista objetivo. Pelo contrário, as normas foram sendo modificadas para facilitar ainda mais o cadastramento de entidades-fantasma, para permitir que não houvesse mais a necessidade da autorização individual dos descontos, para permitir que as entidades pudessem mandar lotes de 10, 20, 30 mil. Depois, havia a necessidade da renovação anual: acabaram com a renovação anual, colocaram para três anos. E depois, numa medida provisória, botaram uma emenda jabuti já em 2022 para tornar o desconto eterno.

Então, durante todo o Governo anterior, a verdade é que não teve nenhuma ação concreta para acabar com o roubo. Pelo contrário, as normas que foram modificadas para viabilizar o assalto aos aposentados, todas elas, foram adotadas durante o Governo anterior. E quando é que acaba o roubo? No Governo do Presidente Lula. Quando é que acaba o assalto? No Governo do Presidente Lula. Quando é que é devolvido para os aposentados o dinheiro roubado? Durante o Governo do Presidente Lula.

E vai ser muito bom a gente ouvir aqui o delegado da Polícia Federal, porque ele vai poder nos esclarecer quantos meses a Polícia Federal aguardou desde o momento em que ela solicitou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a Justiça Federal uma ação contra esse escândalo; quantos meses a Justiça demorou para autorizar que a Polícia Federal pudesse agir. Vai ser muito importante a gente saber isso hoje.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por fim, Sr. Presidente, me parece muito importante que a gente convide para vir aqui a coordenação desse grupo de trabalho criado, desse GT do Ministério Público Federal. Afinal de contas, se esse GT existia desde 2019 e, durante 19, 20, 21, 22, não fez nada, mesmo diante de todo esse volume de denúncias, nós temos que saber por quê. Por que o INSS? Por que o Ministério da Previdência? Por que o grupo de trabalho? Por que ninguém fez nada? Pelo contrário, só foram mudando regras e regras para beneficiar cada vez mais os criminosos.

Então, Dra. Patrícia, agradeço muito a sua presença. Para mim foi extremamente esclarecedora e tenho certeza de que o Brasil entendeu muito melhor o esquema criminoso a partir das informações que a senhora nos trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado. *(Fora do microfone.)* Agradeço, Deputado Paulo Pimenta.

Pergunto à Dra. Patrícia se ela gostaria de um pequeno intervalo antes de darmos continuidade ou se podemos prosseguir, Doutora.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – É bom... Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Oi? Intervalo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – É.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu suspendo a sessão por 15 minutos.

(Suspensa às 12 horas e 51 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 08 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência às oitivas da testemunha Dra. Patrícia Bettin, da Defensoria Pública da União.

O próximo inscrito é o Senador Eduardo Girão, que cedeu a vez ao Deputado Luiz Lima.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra por dez minutos, Deputado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Presidente Carlos Viana, o Deputado que me antecedeu há pouco, representando o Governo do PT... Ou eles fizeram uma oposição incompetente ou conivente quando era oposição ao Governo Bolsonaro. Por quê? Não tem nenhum requerimento de informação, nenhum pedido de CPI, nenhuma ida à tribuna atribuindo corrupção naquele momento em relação ao INSS, e conivência do INSS com os sindicatos ligados ao PT. Não houve! Pelo contrário, os mecanismos de controle propostos pelo Governo Bolsonaro nunca eram abraçados pela oposição e pelo PT.

Eu começo aqui... Obrigado à Dra. Patrícia Bettin Chaves pela presença, mas eu vou começar, Doutora... Todos nós sabemos que foi feito um acordo, um acordo com aqueles brasileiros para serem ressarcidos, abrindo mão de não ingressarem na Justiça. O cidadão abre mão de quê, quando referenda esse acordo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Conforme os termos do acordo, se ele aceitar o ressarcimento diretamente feito pelo INSS, ele vai receber os valores corrigidos, não em dobro, e não iria postular indenização por danos morais. Isso é uma opção do segurado. Ninguém é obrigado a aderir a esse tipo de acordo. Ele pode ajuizar uma ação individual, postulando aí ressarcimento em dobro, danos morais. Então, assim, esse tipo de acordo foi feito, mas ele não impede que o segurado tenha outra opção de ir à Justiça e buscar os seus direitos conforme entendimento.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado, Dra. Patrícia.

Eu pergunto isso, porque, nós observando aqui desde o início desta audiência, o que passa para a gente, a senhora como representante da Defensoria Pública da União... Passa que o cidadão está em segundo plano, passa que a Defensoria Pública da União do Brasil está mais preocupada em defender o Estado do que o cidadão.

E eu gostaria de fazer uma pergunta para a senhora. Eu sou professor de Educação Física, a gente acompanha muita expressão de medo, de ansiedade, de alegria, de coragem. A senhora é filiada a algum partido? Já foi filiada a algum partido?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não sou filiada a nenhum partido e gostaria aqui de ressaltar que a Defensoria Pública da União ajuíza ações contra a União, contra entidades federais.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – A senhora teve alguma...?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Então, ela faz a defesa das pessoas necessitadas e mais vulneráveis que não têm condições de pagar um advogado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – A senhora teve alguma reunião com algum superior, com algum membro de partido? Porque as respostas que a senhora está dando desde o início me passam ser respostas muito viciadas e de proteção. A senhora foi blindada? A senhora teve um direcionamento para fazer tipos de respostas?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não, não sou filiada a nenhum partido político.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não se encontrou com nenhum Deputado Federal, com nenhum Senador em nenhum momento?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Nunca encontrei com nenhum Deputado Federal, com nenhum Senador.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está ótimo.

Eu vou começar aqui as minhas perguntas. Poderia compartilhar números comparativos de volume de denúncias, exclusões de descontos e irregularidades de 2022, 2023 e 2024? Qual foi o salto que motivou a atuação em várias frentes?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Mais uma vez, eu vou repetir, Defensoria Pública da União tem um sistema muito deficitário. Nosso sistema de dados é muito deficitário. Nós estamos agora migrando para o sistema Super Sapiens, que é o mesmo sistema da AGU, mas nós não temos dados estatísticos fidedignos. Nós não temos uma estrutura adequada para o nosso processamento de dados. É uma grande dificuldade da Defensoria Pública da União apurar estatísticas, quantos processos se tem, onde se vai atuar, quantos processos previdenciários se tem. Essa é uma grande demanda. A estruturação da Defensoria Pública da União deve ser feita.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Houve pedido ao Governo Lula dessa melhor estruturação por parte do seu departamento, vigente que os escândalos explodiram e os números aqui de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sindicatos pularam, aumentando de 50 mil filiados cada um para 39? No Governo Bolsonaro, nos anos de 19, 20, 21 e 22, foi de apenas uma instituição por ano, e no Governo Lula tivemos, nos anos de 23 e 24, 39 instituições cadastrando mais de 50 mil beneficiados. Não houve intenção do seu órgão em aprimorar? Um professor numa escola reivindica um ar-condicionado, ele reivindica uma boa quadra de futebol. Hoje, os defensores não se preocupam em aumentar o seu campo de atuação, pedindo infraestrutura? Houve esse pedido ao Governo Lula?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Houve. Se preocupam, sim, em aumentar, inclusive, com o processo de interiorização e cumprimento de uma emenda constitucional.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E o Governo Lula não atendeu o pedido de vocês? O Governo Lula respondeu a algum pedido de melhor infraestrutura do seu departamento ou não?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não tenho conhecimento. Esses questionamentos devem ser feitos ao Defensor-Geral.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – São essas respostas que levam a crer que a senhora foi blindada. Levam a crer, eu não estou afirmando. Mas esse tipo de resposta... A senhora milita na área da previdência há muitos anos, desde 2011, no Rio Grande do Sul. Então, seria como um técnico de natação – eu sou Professor de Educação Física – não saber a ordem de um revezamento quatro estilos na Olimpíada. É isso que passa aqui para a gente. Mas eu agradeço a sua presença.

Houve identificação de padrões recorrentes entre as entidades que promoviam os descontos como Contag, Ambec, ABCB, CAP e outras? Alguma se destacou em quantidade ou reincidência?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Várias entidades se destacaram, foram apurados em casos individuais. Essas entidades, nós podemos fazer um relatório, informando. Podem ser requisitadas essas informações. Não trouxe os dados específicos por causa da dificuldade do nosso sistema. Fui convocada para comparecer a esta Comissão em menos de 48 horas. Tenho prerrogativas, inclusive, de ser ouvida de forma acordada com a autoridade. Fui convocada em menos de 48 horas, durante uma reunião institucional em que estava fazendo o meu trabalho aqui, em Brasília, e me prontifiquei a vir aqui para os devidos esclarecimentos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado, Dra. Patrícia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira pergunta: existem relatos de atuação de operadores ou facilitadores, como o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, como o Sr. Maurício Camisotti, que, na opinião de vários membros aqui da oposição, parece ser um sócio oculto da Ambec e do Cebap? Inclusive, Ambec e Cebap têm como escritório de advocacia o Sr. Enrique Lewandowski, filho do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que defende e que foi contratado um mês e meio antes da operação... Como é que é o nome da operação? Essa operação recente aqui, que me fugiu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Isso, essa mesmo. E também da Sra. Cecília Rodrigues Mota, advogada, ex-Presidente da Aapen e da AAPB?

Tudo isso aqui foi organizado por assessores legislativos do Partido Novo, só que o que importa é as pessoas que estão aqui em volta, porque essas pessoas que a gente tem que descobrir.

Esse tipo de *lobby* ou organização ilícita que intensificou o esquema, na sua opinião?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acredito nas instituições e falo que esse escândalo ultrapassa governos e que a gente deve melhorar a política de Estado, as políticas públicas.

A Defensoria Pública da União representa os mais vulneráveis. A Defensoria Pública da União tomou todas as medidas que ela podia tomar tanto de forma extrajudicial quanto de forma judicial, ajuizando diversas ações judiciais para afastar esse desconto associativo indevido ou fazendo pedido de exclusão, caso a caso, no sistema do INSS.

Então, quando se fala que a Defensoria Pública da União não tomou providências, tomamos providências, sim. Está tudo documentado, inclusive todas as memórias de reunião que foram realizadas no grupo de trabalho. Este grupo de trabalho institucional não trata apenas de descontos associativos, ele trata de questões previdenciárias e assistenciais: fila do INSS...

(Soa a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... todos os problemas que nós temos dentro da política previdenciária. Então, a temática não é somente descontos associativos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o papel da Defensoria Pública da União sempre foi proteger os mais vulneráveis.

Ninguém teve preparo aqui para fazer nada, até porque eu, repito, fui convocada em menos de 48 horas e me prontifiquei a vir até aqui.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Dra. Patrícia, agradecemos muito a sua presença, e eu vou para a última pergunta.

Quando o Governo do PT fala que vai devolver o recurso, agora todos os brasileiros foram roubados. Porque o recurso não é do PT, o recurso é inclusive de quem não é aposentado. Por isso a importância da Defensoria Pública do nosso país.

Última pergunta: foi constatada a participação interna de funcionários do INSS facilitando cadastros ou acessos indevidos. A Defensoria Pública da União identificou falhas internas que favoreceram os abusos? E, se identificou, quais foram as providências que a Defensoria Pública da União teve iniciativa de fazer nesse contraponto, nesse absurdo todo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É a última pergunta, Deputado.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Todas as providências da Defensoria Pública da União foram dentro deste grupo de trabalho institucional, por meios de ofícios ao INSS, à Diretoria de Benefícios.

Esses fatos de que o sistema interno do INSS possui falhas, eles deverão e serão apurados pela Polícia Federal nesta operação e também podem ser apurados por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Agradeço ao Deputado Luiz Lima.

Na sequência, aqui, passo a palavra ao Deputado Ricardo Maia.

Você é a próxima, Senadora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Ah, trocou? Então, com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Início, Dra. Patrícia, me solidarizando com V. Sa., diante de todo o ocorrido. Com todo o respeito que eu nutro pelos colegas, eu quero deixar bem claro que a opinião de um ou de uns não significa a opinião de todos.

E dando sequência, eu gostaria de saudá-la e cumprimentá-la acerca da sua notória inteligência natural, parafraseando a Ministra Cármen Lúcia, mas não só sobre a inteligência natural, a parte técnica excelente, mas também pela inteligência emocional, de suma importância, algo raro de se ver hoje em dia, principalmente dentro da política. E enfrentar políticos hoje, muitas vezes não polidos, é algo bastante complicado, principalmente para nós, mulheres.

Mas, em verdade, agora, por ora, eu estou absolutamente satisfeita e não tenho nenhuma pergunta a fazer. Gostaria de trocar algumas ideias com a Doutora por conta das dúvidas que eu estou acompanhando aqui dos internautas. Até este momento, diante das perguntas e das respostas, ficaram algumas lacunas.

O Marcel fez uma pergunta – eu não sei se foi o Marcel – que a senhora... que eu iria fazer de novo, para as pessoas entenderem que elas não são obrigadas a aderirem ao acordo. Então, isso, até então, não havia ficado claro. Então, isso aí já está claro.

Outro detalhe é que eu não me atrevo... Aqui nós lidamos com todas as áreas do conhecimento. A consultoria jurídica, a Consultoria do Senado é a melhor do Brasil, e isso muito nos orgulha. Se eu quiser fazer um projeto de lei sobre medicina nuclear, eu tenho subsídio aqui para trabalhar dentro desse projeto. Porém, eu não sou formada em medicina; então, sempre será algo mais raso do que alguém que tem a *expertise*. Eu também não sou atleta, não sou campeã de natação, como o nosso amigo; então, não me atrevo a falar.

Então, diante disso, o que se percebe: principalmente ficou ruim para os internautas, os pensionistas aqui, muita gente lesada, desesperada. Vamos deixar... Apenas para deixar algumas questões bem claras, para que também não voltem a perguntar a mesma coisa para a senhora e causem ainda mais confusão por conta da forma de se perguntar. E se eu estiver errada em algum ponto, por favor, me interrompa, me corrija. Eu sou muito tranquila em relação a esse tipo de questão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

Um dos pontos foi a questão da competência da atuação da DPU. Basta você dar um Google, que você vai... Coloque aí, dê um Google: competência da Defensoria Pública da União *versus* competência da Defensoria Pública estadual. Por isso que a senhora disse que vocês remetem para a Defensoria Pública estadual quando a parte decide, opta por demandar contra as associações, as entidades, porque não é da competência da Defensoria Pública da União.

A Defensoria Pública da União vai lidar com os órgãos federais. Certo? Justiça Federal. Defensoria Pública estadual lida com Justiça estadual. Nós estamos falando aqui de TRFs e, em relação ao outro, estamos falando de TJs. Mas, para as pessoas que não são afetas e não conhecem o mundo jurídico, fica difícil. Então, é bom a gente explicar, sabe?

Então, além de tudo, também cobraram de V. Sa. que a senhora deveria, que seria da sua alçada, da sua obrigação, denunciar. Então, vamos esclarecer para os internautas que estão perguntando que toda vez que a Defensoria Pública ajuíza um processo em prol de um aposentado – estamos falando justamente desse caso –, um pensionista, quando os autos chegam ao juiz, o juiz imediatamente envia para o Ministério Público Federal – certo? –, porque é o Ministério Público Federal que atua como *custos legis*, é o MP, é o promotor de Justiça da Justiça Federal. E, por isso, o nome é diferente, é procurador de Justiça. Mas promotor é Justiça estadual; procurador é MP, Justiça Federal.

O juiz federal que recebe os autos remete para o MP. Naquele momento, mesmo sendo uma ação de natureza civil, porque busca recuperar o recurso, em primeiro lugar, vamos reparar o dano para essas pessoas que precisam ser ressarcidas em primeiro lugar, mas, de pronto, tanto o MP quanto o juiz já têm contato com a parte criminal, e o art. 40, do Código de Processo Penal, determina que, se, dentro de qualquer processo civil, na área cível, o juiz detectar indícios de crime, ele é obrigado – é ele que é obrigado – a mandar para o MP. Ponto. Eu acho que esclareceu.

Então, a senhora não deve ser cobrada como foi cobrada, e espero que não cobrem mais e que perguntem, de repente, antes, para a assessoria. A assessoria está aí. Então, fica mais fácil, e nós vamos poder ouvir o próximo convidado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ainda sobre a questão da diferença entre DPU e DPE, eu gostaria de destacar o que nós estamos vivendo no Mato Grosso do Sul e, para isso, eu louvo o nome do nosso Defensor Público da União de Mato Grosso do Sul, Dr. Silvio Rogerio Grotto, e também do Defensor Geral de Mato Grosso do Sul, Justiça estadual, Dr. Pedro Paulo Gasparini.

Acabei de falar com o Dr. Pedro Paulo, porque eu sei que lá, no Mato Grosso do Sul, nós estamos atuando em conjunto, e ele me disse que foi firmado um acordo, acho que nacional, mas, pelo jeito, não.

Quando a senhora me disse que está difícil chegar até as pessoas pelas quais a Defensoria Pública da União não está atuando, o convênio que foi feito no Mato Grosso do Sul, considerando que a Defensoria Pública nossa, estadual, está nos 79 municípios, Dr. Silvio Grotto e Dr. Pedro Paulo se organizaram para que a Defensoria Pública estadual supra a ausência da Defensoria Pública da União. Então, é um modelo que eu, humildemente, aqui, acredito que possa ajudar. Então, é a forma como nós podemos trabalhar em conjunto em prol dos mais necessitados.

Falamos sobre o acordo...

E destaco, por fim, um órgão de que ninguém falou ainda, mas quem recebeu muitas denúncias foi o Procon – está sendo o Procon. O Presidente da Associação dos Procons de Mato Grosso do Sul, Dr. Rosemar Mattos, me enviou um ofício, em 18 de outubro de 1924, com inúmeros relatos de que essas pessoas descobriram que estavam sendo fraudadas. E aí, eu, imediatamente...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – ... entreguei, enviei para o próprio INSS. Entreguei para o INSS todos os documentos que eu obtive. Só o Procon do Mato Grosso do Sul recebeu 4 mil denúncias – só o Procon. Então, algumas vítimas foram direto para a Defensoria Pública; outras, para o Procon. Então, Procon também, Sr. Presidente, é importante ouvirmos, porque nós estamos com subnotificação. Então, é importante unirmos esses dados.

Para finalizar, parabenizo V. Exa. mais uma vez, me coloco à disposição e desejo sucesso dentro das suas atribuições, que são muito, muito importantes, porque vocês atuam diante dos mais vulneráveis. E eu sei que atuam porque eu acompanho. Então, quem acompanha pode falar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra o Deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA (MDB - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, Carlos Viana, Senador, Deputado Alfredo Gaspar, colega Deputado, que é o Relator.

Eu quero falar um pouco sobre linha do tempo, que é o que convém a esta CPMI.

Como base balizadora de datas que foram colocadas aqui, 2015, uma linha do tempo relacionada.

Convida-se a Sra. Patrícia para prestar esclarecimentos e ajudar. Na verdade, ela não está aqui como investigada; ela está como colaboradora desta Comissão.

O Relator fez várias indagações, todas elas plausíveis, respondidas também pelo conhecimento da função que exerce a Sra. Patrícia, Coordenadora da Câmara de Revisão Previdenciária, que ingressou na carreira de Defensora Pública Federal em 2007.

Eu quero ler aqui um pouco do currículo, porque, às vezes, esta Casa, principalmente esta Comissão, tem que tirar essa linha política, porque o que está maior do que tudo isso, Presidente, são as pessoas que foram lesadas. Aqui não foi retirado o recurso público do Governo Federal, do Governo estadual ou do Governo municipal. Foi tirado o recurso das pessoas mais vulneráveis deste país.

E esta Comissão, com grande louvor, da direita, da esquerda ou do centro, conseguiu implementá-la. E esta Comissão tem um dever político e moral para não ser mais uma pizza fatiada depois de seis meses, como várias outras foram. E eu falo como cidadão brasileiro; é o meu primeiro mandato como Deputado Federal. Quando se inicia, já se diz que é uma pizza... Só que agora é muito grave. Há pessoas que foram lesadas, enganadas, sucumbidas do seu direito de aposentados que são em valores de R\$30, R\$40, R\$ 50 mensais. Para mim, pode ser pouco, mas para a D. Chica, que mora na Baixa da Berlenga, que teve 17 filhos e que criou os seus filhos e netos, é muito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essas pessoas querem de nós Parlamentares que sejamos maiores do que Lula, do que Bolsonaro, do que Temer, do que Dilma, que foram Presidentes dessa República, essa linha do tempo... Nunca vai passar na minha cabeça que um Presidente da República é conivente com o roubo dos aposentados. Nunca vai passar pela minha cabeça. Nunca que Bolsonaro autorizou, nunca que Dilma, Temer ou o próprio Lula... Não vai passar na minha cabeça que R\$40 foram tirados dessas pessoas.

A D. Patrícia, que querem associar a partido político, às vezes por resposta, não pela função de Defensora... A senhora é uma Defensora Pública, a senhora veio aqui para nos ajudar. Então, eu quero aqui, Presidente... Muitas perguntas eu formulei para fazer a D. Patrícia, mas foram perguntadas pelo eficiente Deputado Gaspar, por vários colegas aqui que estão nesta Casa. Mas eu tenho uma pergunta, porque ela citou 2019, e foi contraditada exatamente porque disse que "no cargo 2019, mas pela imprensa anteriormente". Ela falou como funcionária, não como pessoa.

D. Patrícia, quais foram as ações da DPU em resposta às denúncias dos descontos de empréstimos consignados que explodiram durante 2019 a 2022? Se houve alguma ação civil pública.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Em 2019?

O SR. RICARDO MAIA (MDB - BA) – De 2019 a 2022.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não houve ação civil pública ajuizada, mas houve atuação tanto extrajudicial quanto judicial nos casos individuais. Todos os casos e atendimentos que foram feitos pelos defensores públicos federais, quando viáveis juridicamente e havia documentação, foram ajuizados nas diversas subseções judiciárias da Justiça Federal onde há DPU, em nome desses assistidos. Então, nessas ações judiciais que foram ajuizadas, se buscou ali a suspensão, o ressarcimento em relação a esses descontos que foram feitos; em alguns casos, danos morais.

O SR. RICARDO MAIA (MDB - BA) – A Defensoria chegou a recomendar medidas administrativas ao INSS e ao Ministério da Previdência na época, entre 2019 e 2022?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Somente por meio do GTI da Previdência, de que eu tenho conhecimento. Essas medidas administrativas iniciaram ali, com a participação da DPU no





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

GTI, que se iniciou a partir de 2020. Esses apontamentos foram feitos através desse grupo de trabalho e através das Defensorias, a Defensoria Nacional de Direitos Humanos e as Defensorias Regionais de Direitos Humanos da DPU. O defensor que atua nesses ofícios ou nessa função, ele tem a prerrogativa não só de ajuizar uma ação civil pública, mas como de fazer uma atuação extrajudicial. Nesse sentido, a Defensoria Pública da União prioriza muito a resolução extrajudicial, porque muitas vezes ela é mais efetiva. Não basta eu ajuizar uma ação civil pública que depois não vai ser devidamente executada, por vários motivos e questões operacionais. Então, a avaliação é feita pelo defensor, de ajuizar uma ação ou fazer uma recomendação ou uma atuação extrajudicial. Isso em termos coletivos.

Em relação às questões individuais, caso a caso, o assistido que procurou a Defensoria Pública da União, que tinha um desconto associativo, o defensor vai fazer o quê? O que ele fazia? Ele ia no sistema, pedia a exclusão desse desconto associativo. Ele enviava ofício para a entidade associativa, questionando e solicitando, "cadê o contrato? cadê o termo de adesão?", e postulando a devolução dos valores. Em alguns casos houve a devolução, em outros, não. É isso que era feito. Ao mesmo tempo, ele também poderia ajuizar uma ação postulando aí a devolução desses valores.

Então, essa análise é feita caso a caso pelo Defensor Público Federal.

O SR. RICARDO MAIA (MDB - BA) – É possível constatar algum padrão regional, mais reclamações em determinados estados, ou o problema é generalizado em todo o país? Se houve um *ranking* de bancos que são maiores alvos das queixas e das entidades. Há algum levantamento com o cruzamento desses dados?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acredito que o problema é generalizado, em âmbito nacional, ele não está restrito a alguma ou algumas regiões. Esses levantamentos de dados foram realizados pelos órgãos competentes de controle, de fiscalização. O Tribunal de Contas da União tem dados, a Controladoria-Geral da União tem dados. A Defensoria Pública da União tem dados com base nos processos de assistência jurídica que são abertos em virtude dos atendimentos que são feitos às pessoas assistidas, que não podem possuir condições de pagar um advogado. Então, os dados que a Defensoria Pública da União são esses, a partir das ações que foram ajuizadas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Inclusive, todas as ações que foram ajuizadas pela Defensoria Pública da União em relação a descontos associativos podem ser solicitadas, inclusive ao próprio Poder Judiciário.

O SR. RICARDO MAIA (MDB - BA) – Já em 2019, o atual Presidente da época emitiu uma MP, a 871, de 2019. Louvável a MP, mas com conhecimento já das fraudes do INSS, já no início do seu Governo. Mas o projeto... O que me causou estranheza: o Presidente vetou ainda o dispositivo que proíbe instituições financeiras que possuem acordo ou convênio com o INSS de direcionar publicidade, ofertas e empréstimos pessoais ou cartão de crédito para os beneficiários do INSS. O ministério alega que a proibição atenta contra os princípios da livre iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É a última pergunta, Deputado.

O SR. RICARDO MAIA (MDB - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A resposta.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O Deputado se refere à medida provisória que fala da revalidação dos descontos? É isso? O Deputado se refere à medida provisória que se refere à revalidação dos descontos?

O SR. RICARDO MAIA (MDB - BA) – Sim, à Medida Provisória 871, de 2019.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim, o que houve em relação aos descontos associativos é que havia uma determinação de que seria feita a revalidação desses descontos de forma anual, e a legislação foi alterada. Ou seja, se previu que não haveria mais a necessidade de ser revalidada a cada ano. Então, essa é a questão que foi modificada. E isso prejudicou, e muito, os segurados do INSS.

O SR. RICARDO MAIA (MDB - BA) – Obrigado, Dona Patrícia.

Encerrando, Presidente, quero parabenizar a sua Presidência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado pela gentileza.

O próximo da lista é o Deputado Coronel Chrisóstomo, que pediu substituição pelo Deputado Mauricio Marcon.

Com a palavra, por dez minutos.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, quero...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Vou pedir ao Senador Izalci para ocupar aqui a Presidência para uma breve ausência, por favor.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Obrigado, Presidente.

Quero agradecer, em primeiro lugar, ao Deputado Coronel Chrisóstomo, que, de uma forma muito gentil, entendeu que eu tenho um voo aqui, apertado, e vou precisar me ausentar.

Quero cumprimentá-la, Patrícia, pela sua postura, pela sua tranquilidade, pela sua clareza. Estou muito contente de ouvi-la. E vou fazer alguns questionamentos, se possível. Se puder respondê-las, a gente agradece.

Defensora, a senhora acha importante uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito como esta para investigar os desvios ocorridos no INSS?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Acredito que é importante, sim.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – A senhora considera importante.

Então, é só para lembrar os colegas e quem assiste em casa, o pagador de impostos, que nenhum Parlamentar do PT assinou para que isso aqui acontecesse. E isso está acontecendo, Defensora Patrícia, graças à oposição deste país.

Em segundo lugar, eu quero pedir para a senhora, que falou em outra oportunidade que conviveu com segurados, que defendeu os que foram descontados, falou ali que, normalmente, eram aposentados, eram pessoas ribeirinhas, eram pessoas já com pouca alfabetização, mais





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

humildes... A senhora fica nervosa ou fica frustrada ao saber que, basicamente, nenhum dos cabeças do esquema foi preso até agora? Tem um sentimento de revolta quando a senhora vê uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito como esta tendo que ser feita porque ninguém foi para a cadeia, basicamente, até agora, dos que descontaram daquelas pessoas humildes que a senhora atendeu?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A minha revolta maior é quando uma pessoa tem um desconto no benefício e sequer sabe a origem desse desconto que ela tem, principalmente pessoas que recebem um salário mínimo e são hipervulneráveis. Essa é a minha revolta maior. Se alguém vai responder ou não e qual o tempo que isso demanda, vai depender da ação que vai tramitar, da ação penal que está em curso, enfim, as medidas são tomadas pelos órgãos competentes. A preocupação da Defensoria Pública da União é com os nossos assistidos, com os aposentados e os pensionistas, para que eles não venham a ser novamente lesados. Essa é a nossa maior preocupação.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Perfeito. Perfeito, Patrícia, Sra. Patrícia. Queria pedir...

A senhora já respondeu à pergunta anterior, mas a senhora conhece a MP 871, de 2019, tem conhecimento dela. Ela foi editada por Jair Bolsonaro dia 18 de janeiro do primeiro ano de mandato do Presidente Jair Bolsonaro. Ela visava, basicamente, a coibir os descontos que a senhora acabou de dizer, e que a senhora se revolta quando vê um aposentado ser descontado de forma irregular. Concordamos aqui. Ela visava – a senhora me corrige se eu estiver errado – a que essa revalidação dos descontos ocorresse anualmente. Concorda comigo? Essa MP fazia isso. Pois é.

Naquela altura do campeonato, o Presidente Bolsonaro já tinha recebido as denúncias e, em 18 dias de mandato, protocolou uma medida provisória para que esses descontos não acontecessem mais. Pois essa MP, defensora, recebeu diversas emendas de Parlamentares, na sua quase totalidade do PT. Entre eles, nós temos vários aqui que eu não vou citar nominalmente. Mas essas emendas são oriundas, segundo informações, da Contag. A Contag, que era presidida, caro colega Caveira, por ninguém mais, ninguém menos que Aristides Veras, irmão do Deputado Federal do PT, Carlos Veras. Ou seja, um irmão de um Deputado do PT presidia uma das entidades





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que mais roubaram os aposentados à época. Este conversou com diversos Parlamentares do PT, que apresentaram emendas à MP de Jair Bolsonaro, que visava a parar com os descontos, e o Congresso Nacional aprovou tais emendas.

Eu quero perguntar para a senhora: A senhora considera que se tivesse sido aprovada a MP 871, de 2019, do Presidente Jair Bolsonaro, que coibia os descontos dos aposentados, como ela foi editada, ou seja, exigindo o recadastramento anual pelas entidades – travestidas aí de entidades, porque na realidade são organizações criminosas –, isso teria coibido os descontos? Sim ou não?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Certamente teria diminuído os descontos associativos, evitaria fraudes. A revalidação anual é necessária.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Então, muito bom, Defensora Patrícia, a senhora acabou de confirmar o que todo mundo já sabe. Se as emendas do PT não tivessem sido colocadas no texto, nós não teríamos tido, pelo menos nessa magnitude, Senador Girão, tamanho desconto feito com os nossos aposentados. Ou seja, o roubo tem pessoas que ajudaram a fazê-lo. Porque quem apresentou emenda, defensora e colegas, para que essa revalidação não acontecesse anualmente, tinha somente uma intenção: desviar dinheiro dos aposentados. Não há outro motivo para fazer isso. Porque se eu não devo nada, não tem problema de fazer essa revalidação. Eles protocolaram essa emenda, e volto a alertar os colegas, através da Contag, presidida pelo irmão de um Parlamentar de quem? Do PT. Pois é, esse é um ponto.

Eu quero avançar em um ponto que não foi muito tratado aqui e que basicamente a gente não encontra em lugar nenhum, que é a questão dos empréstimos consignados. Que a senhora pudesse nos explicar, porque a senhora falou que desconto associativo é um, mas empréstimo consignado podem ser diversos, inclusive, se não me falha a memória, a senhora citou que tinha um aposentado que tinha 10. Alguém citou aqui que foram 10. Acho que foi a senhora inclusive que citou que tinha 10. Pois é. Quando alguém faz um empréstimo em sua conta, normalmente o dinheiro vem para a conta corrente da pessoa. Concordamos aqui, todo mundo já precisou de um dinheirinho extra, né? E depois esse desconto é feito através dos meses. Se esses empréstimos eram fraudados, para onde ia o dinheiro quando o crédito entrava na conta?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora consegue... Se não conseguir responder, tudo certo. Eu só queria entender. Foi feito um empréstimo fraudulento que gira na casa dos bilhões, de dezenas de bilhões.

Aonde ia esse recurso? Esse recurso, talvez, era desviado para essas associações? Esse recurso ia para testas de ferro, laranjas destas associações? E, depois, o aposentado que só podia ter um desconto associativo, tinha esses outros descontos dos empréstimos? Ou seja, mais ou menos, Presidente e Relator, era uma alavancagem feita por essas organizações criminosas, travestidas de sindicato, para desviar recursos. Aonde ia esse dinheiro, Defensora?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acho que é importante a gente definir que há descontos de empréstimos consignados que são devidos em que a pessoa realmente fez esse desconto. E é um problema que a gente também tem que tratar, que é o superendividamento do cidadão, inclusive do aposentado. A gente tem que abordar também a questão do assédio aos aposentados e pensionistas – é uma questão que a gente tem que abordar. Outra questão é por que esses descontos devem ser feitos em folha? – também é uma questão que a gente tem que abordar. Além desses descontos feitos na folha do INSS, tem os descontos diretamente feitos na conta do segurado.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Sim, mas o dinheiro... O crédito ia aonde, Defensora? Ele entrava na conta? Porque o cidadão ia estranhar: "Pô, apareceu R\$2 mil aqui para mim". Ele aparecia na conta? Ou ele também era desviado por essas...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Muitas vezes ele aparecia na conta, e o segurado não sabia o que era. Muitas vezes ele acreditava que eram atrasados de ações judiciais.

Veja bem, a gente está falando com pessoas extremamente vulneráveis. É um dinheiro que apareceu na conta dele, ele não sabe do que é. Pode ser...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Às vezes aparecia na conta, às vezes não?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Disso eu não tenho conhecimento, porque isso aí, na verdade, deve ser apurado pelos órgãos competentes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Mas quando chegava alguém para pedir sobre o empréstimo: "Olha, está sendo descontado um valor x, além da associativa. Eu não vi esse recurso". Tu nunca chegaste a pegar um caso desse da pessoa, tipo: "Onde está esse dinheiro?".

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Também tinha casos em que o dinheiro não tinha sido depositado.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Então, Relator, eu quero pedir que o senhor preste atenção nesse detalhe, Alfredo Gaspar, porque nós estamos dizendo que essas associações faziam empréstimos fraudulentos, o dinheiro muitas vezes não entrava sequer na conta do associado, e ele era desviado para onde? Para onde era desviado esse recurso?

O tamanho da magnitude do que nós...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – ... estamos vivendo aqui é que vai muito além dos descontos promovidos, Relator, por associativas. Elas fraudavam empréstimos; esse dinheiro, segundo a Defensora, sequer entrava na conta do associado, do aposentado, e ele já era desviado para algum lugar. Vocês conseguem entender a dramaticidade que o aposentado tinha?

Então a gente fala às vezes, Deputada Bia Kicis: "Ah, tinha R\$30, R\$40, R\$60, R\$70". Não; era muito pior, porque... Me confirma só para terminar: se a pessoa podia ser descontada dos R\$80, por exemplo, da associativa, mais parcelas, 24 vezes, 36 vezes, de valores que ela nem recebeu, é isso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim. O desconto associativo só pode ser um, então ela poderia ter um desconto associativo de R\$80 e, ao mesmo tempo, ela poderia ter mais de um empréstimo consignado incidente na folha do INSS.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Muito obrigado, Defensora. A senhora foi esclarecedora. E eu quero dizer para o Brasil que essa organização criminosa, travestida de associação, certamente deixou pessoas passando fome pelo Brasil.

Obrigado, Relator. Obrigado, Sra. Defensora.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Obrigado, Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Senador Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Próximo inscrito, Senador Rogerio Marinho.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Senador Izalci, só, antes do Senador Rogerio Marinho, eu queria...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Eu gostaria que fosse lida novamente a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Senador Rogerio Marinho, depois a Deputada Bia Kicis, depois o Senador Randolfe Rodrigues, Senador Marcos Rogério, Deputado Fernando Rodolfo.

Isso aqui são...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Não, Presidente, perdão. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – É, esses são os suplentes. Os titulares têm aqui: o Deputado Alencar Santana...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – ... Deputado Ricardo Ayres, Leila Barros, Jorge Seif, Sidney Leite.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, o suplente também é gente. Eu estou inscrito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – É, o próximo aqui é exatamente o Deputado Alencar.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu estou inscrito, Sr. Presidente. E V. Exa. não citou...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Não, porque estava aqui como suplente. É porque eles botaram a relação de suplente. O titular ainda tem alguns ainda. O próximo orador é o Deputado Alencar Santana.

Não tem aqui, Magno Malta. V. Exa. não se inscreveu.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, eu me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Porque o encerramento é 30 minutos após a abertura.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu me inscrevi. Foi um momento de fraqueza aí dos assessores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Vou recolher a questão de ordem de V. Exa. e lhe dou a resposta quando o Presidente chegar aqui.

Deputado... O próximo orador é o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Para interpelar.) – Alô, alô.

Obrigado, Presidente Izalci. Fiquei na dúvida quando V. Exa. pulou meu nome e chamou uma outra pessoa para falar, mas obrigado pelo retorno da palavra.

Eu queria começar parabenizando a Defensora Pública que aqui está pelo trabalho, parabenizar toda a Defensoria, a gente sabe da seriedade e da importância desse trabalho da defesa do hipossuficiente, de muitas pessoas que são lesadas no dia a dia, eventualmente não têm acesso à Justiça, e o direito é sagrado, nós temos que buscá-lo. Então, quero parabenizar todo o trabalho e sua trajetória e a atuação específica também, nesse caso, que envolve a previdência. Como Defensora e agora também como Coordenadora de um grupo de trabalho que lá está, de uma coordenação.

Eu queria, Defensora, primeiro fazer a seguinte pergunta, a gente sabe que a ação judicial acaba demorando, há dúvida do resultado, o tempo: como é que a senhora viu o resultado desses acordos que foram feitos agora, que restituíram de maneira rápida as pessoas que foram lesadas e que concordaram com essa possibilidade? Como é que a senhora vê isso na sua trajetória de Defensora Pública?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Como eu falei anteriormente, todo acordo pressupõe concessões. As vantagens de um acordo são que a pessoa vai receber de forma mais rápida, efetiva, sem ter que esperar a demora de um processo judicial. O processo judicial, ele tem um tempo. Então, a resposta é mais rápida, ela vai receber de forma célere e efetiva, evitando decisões conflitantes, evitando aguardar um processo judicial em que pode ter recurso, e esse processo pode demorar, assim, falando de uma forma mais simples para as pessoas entenderem do que eu estou falando.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Então a senhora considera positivo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acredito que é positivo, ressaltando que a pessoa tem a opção de não aceitar esse tipo de acordo.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Lógico. É um acordo. Ela tem que se colocar à disposição, concordar com ele.

Foram mais de 2 milhões de beneficiados que, até o momento, já assinaram o acordo. Num total de devolução que supera R\$1,3 bilhão – número significativo, o Governo foi rápido nessa proposição.

A senhora viu, em algum momento, também, ao longo da sua trajetória, um governo agir dessa maneira para justamente ressarcir as pessoas lesadas, que foram enganadas, roubadas por entidades laranjas e aquelas pessoas que participaram dessa máfia? Ou seja, a ação do Governo positiva em querer ressarcir isso, a senhora considera isso bom?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Considero positivo.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Por isso é que eu parablenizo o Governo do Presidente Lula, por ter tomado essa ação, rapidamente, de devolver às pessoas, ressarcir-las daquilo que elas foram lesadas por essas entidades laranjas, e com certeza com muita gente em torno delas.

Queria aqui também concordar com a Deputada Damares, aliás, a Senadora Damares. Nós temos que fazer diligência nas comunidades indígenas. E vamos junto levar a turma da Conafer, porque com certeza eles atuaram nessas comunidades, e a turma do Oliveira tem muito a falar sobre isso – eu não tenho dúvida. Então, Senadora, terá total apoio dos Deputados da base do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo para aprovar vosso requerimento de diligência em comunidades indígenas. Tenho certeza de que muita gente ali tem o que esclarecer. Vai ser oportuno. E vamos junto levar até o Oliveira, se a senhora quiser, não tem problema nenhum. Ele será bem-vindo nessa comitiva. E, assim como a senhora já se escalou, quero me colocar à disposição – todos juntos.

É importante aqui, Defensora, quero voltar ao tema... A senhora disse que, desde 2019, teve conhecimento – não a senhora – de que havia descontos irregulares. Disse também que provavelmente – a senhora não afirmou – ministros e dirigentes do INSS poderiam saber, todos eles, não importa o tempo nesse caso. A senhora reafirma isso?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O que eu posso afirmar é que, dentro do grupo de trabalho interinstitucional, faziam parte deste grupo representantes do Ministério da Previdência Social, representantes do INSS, representantes da Diretoria de Benefícios, do Ministério do Desenvolvimento Social, TCU, CGU, DPU e MPF, Conselho de Recursos da Previdência Social. Todos esses órgãos dentro do GTI estavam cientes dos relatos feitos tanto pela Defensoria Pública da União quanto pelo Ministério Público Federal.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – E a senhora sabe informar se esse GTI, em algum momento, desde 2019, de 2019 a 2022, pediu providência ao INSS para regularizar, acabar, suspender com os descontos associativos?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim, as providências eram solicitadas e, a cada reunião bimestral, eram fornecidas informações pelos representantes do INSS.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – E algo efetivo era feito?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Muitas coisas avançaram, principalmente a questão da transparência, da acessibilidade, da forma de melhoria dos canais de comunicação e de contestação, melhorias no canal 135, as formas de reclamação, a transparência nos dados.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Isso em quais anos? Em quais anos houve essa transparência?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Durante o GTI da Previdência, foi entre 2020, 21, 22, 23, 24, 25, durante todo esse tempo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O.k.

Presidente, eu queria solicitar, se V. Exa. já deferir... Pronto. Que a gente pedisse a ata da reunião... de todas as reuniões do GTI, desde 2019, todo período de existência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – V. Exa. pode fazer o requerimento.

Já existe requerimento nesse sentido. Nós vamos votar depois.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O.k., Presidente. Espero contar com o vosso apoio e voto.

Olha só, eu tenho aqui um relato de que, no dia 09/07/2020 – 2020 –, segundo ano do Governo Bolsonaro, houve, já com o Rolim Presidente, a discussão da pauta pelo GTI sobre a regulamentação dos descontos associativos.

Depois, em 30/07, MPF pediu que o INSS disponibilize minuta de norma sobre revalidação das entidades. Passaram várias reuniões, 2020, 2021. Eu vou colocar agora 18/08/2021: MPF perguntou sobre regulamentação; resposta do INSS: trará na próxima reunião. No mês seguinte, 29/09/2021, MPF perguntou sobre regulamentação; INSS informou que ainda não foi emitida. Em 17/11/2021, MPF perguntou sobre regulamentação; INSS informa que ainda não foi feita. E assim foi feito até o final de 2022, quando se acabou sequer com o registro anual, com o registro trianual... o cadastramento, acabou de vez.

O que é que a senhora considera sobre quando foi aprovada a medida provisória acabando com o cadastramento, seja anual, bianual, trianual, ou seja, deixou de existir? Isso ajudou quem?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Isso possibilitou o aumento das fraudes, em prejuízo dos segurados, aposentados e pensionistas. Na medida em que a revalidação não é feita de forma anual, ela acaba dando espaço para mais fraudes, descontos que não são autorizados.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Facilitou o roubo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Facilitou a perpetuação das fraudes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Defensora, se um Presidente da República ou eu, como Deputado, ou algum Senador tomar conhecimento de irregularidades e roubos, a senhora entende que nós temos obrigação de comunicar à autoridade judicial?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Acredito que sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Se eu não o fizer, estou cometendo o crime de prevaricação, no mínimo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acredito que não cabe a mim aqui apurar isso, porque...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Conceitualmente.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... definindo, a Defensoria Pública da União faz a defesa, e não a acusação.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Sim, estou dizendo se for eu, como Deputado, ou algum Senador.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Cabe ao Ministério Público Federal apurar os fatos.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Porque aqui dizem que foi editada uma medida provisória – e, à vossa Mesa, o Presidente que presidiu aquela Comissão –, que V. Exa. teria tomado conhecimento e levado ao conhecimento do Presidente o roubo, à época, de 70 bilhões, V. Exa. falou. E nada foi levado ao conhecimento da polícia, do Ministério Público, e nem os descontos foram suspensos. Isso foi um crime.

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – E eu quero perguntar à Mesa, no caso ao Presidente Senador Izalci, por que V. Exa. defende que não haja recadastramento dos beneficiários que foram lesados?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Eu não estou aqui como depoente, nem convidado, mas posso dizer a V. Exa. que quem impediu o recadastramento anual foi as emendas do PT. Só isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Senador, está aqui vossa assinatura numa emenda. O senhor fez uma proposta de alteração da MP 871/2019, cuja Comissão o senhor presidiu, em que o senhor propõe o fim do recadastramento – o fim do recadastramento. Explique! Porque na outra audiência o senhor disse que tinha mentira. Diga por que o senhor apresentou isso, ainda em 2019, medida que o Governo Bolsonaro acabou levando a cabo em 2022: acabou com o recadastramento, como disse a Defensora, facilitando o roubo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Na próxima reunião vou trazer um Lexotan para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Próximo inscrito, Senador Ricardo...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Responda!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – ... Deputado Ricardo Ayres.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Responda!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Senador Marcos Rogério, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou fazer um apelo a V. Exa., e na verdade esse apelo se dirige ao plenário. Veja, hoje é V. Exa. que está temporariamente a suprir o Presidente na sua ausência temporária, e um colega Parlamentar se dirige a V. Exa. de maneira ofensiva, desrespeitosa, antirregimental. Daqui a pouco, pode ser um governista que esteja aí. E o precedente por esse Parlamentar criado aqui vai dar o direito a outros Parlamentares de oposição a fazerem a mesma coisa.

Eu penso que o papel institucional de quem preside esta Comissão... Do ponto de vista regimental de se questionar a condução dos trabalhos, o.k., agora, quer fazer discurso político,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobe na tribuna do Plenário ou faz a sua fala, mas não cabe questionamento ao Presidente com relação a qualquer aspecto que seja em relação a isso.

Não estou fazendo aqui defesa de mérito. Estou fazendo aqui a defesa do funcionamento da Comissão e do respeito e urbanidade entre os Parlamentares.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Obrigado, Senador.

Próximo inscrito, Deputado Ricardo Ayres...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Pois não. Pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Eu quero dizer para V. Exa. que eu acho que o Senador Marco Rogério tem razão. Então, eu acho que o que tem que garantir é o seguinte: depois que o senhor sair da Presidência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Exatamente, Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... e voltar para cá, o Alencar pode falar de novo, e aí ele pode repetir todas as coisas que ele disse a respeito da sua emenda, e aí o senhor vai ter a oportunidade de responder. Então, a questão de ordem que eu...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Eu estou à disposição de perguntar de novo...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Quando o senhor sair da mesa...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Questão de... Senador Pimenta, nós temos ainda o depoimento do Delegado...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... o Deputado Alencar pode falar de novo, e aí V. Exa. pode responder...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Tenho dificuldade nenhuma de responder nada, não, mas eu só quero passar para o próximo para a gente entrar com o Delegado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo inscrito é o Deputado Ricardo Ayres.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Senador Izalci, o Pimenta está correto, o Senador Marcos Rogério está correto, o Pimenta concorda.

Nós não estamos aqui num esfaqueamento de esquerda e direita. Quem está nos assistindo é quem foi roubado. Eles precisam saber, tomar conhecimento. E, muitas vezes, usando coisas técnicas, picuinhas de política, quem está lá na ponta acaba não entendendo.

Eu, por exemplo, poderia ir embora agora, depois que o Marcon fez as perguntas dele, conversando com a Dra. Patrícia. Eu poderia ter ido embora, porque eu estava satisfeito. Estava satisfeito por este entendimento de que tem roubadores, tem gente roubada e que precisa ser punido...

Agora, esse desrespeito que foi feito a V. Exa... V. Exa. está na condição de Presidente. Aberto esse precedente... Agora, não pode é V. Exa. voltar a sentar aqui e entregar a Presidência, e ele voltar a usar a palavra para voltar a fazer a pergunta a V. Exa. Eu acho que isso já é passado, e não podemos repetir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Obrigado, Senador.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Vamos para a lista, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – O Deputado Ricardo Ayres parece que está ausente.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Presidente, estou à disposição de fazer a pergunta a qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Próxima é a Senadora Leila Barros.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Estou à disposição de fazer a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Senadora Leila Barros.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – ... e pode responder em qualquer condição, de Presidente ou Deputado, não tem problema nenhum.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Sr. Presidente, obrigada, Senador Izalci...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Com licença, colegas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Vamos respeitar a oradora.

Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Eu não quero que contem o meu tempo enquanto eu não tiver a palavra. Enquanto eu...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Vamos repor o tempo para a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, primeiramente, cumprimentar o senhor e, de forma muito especial, a Dra. Patrícia Chaves, nossa Defensora. Seja muito bem-vinda e desculpe os ânimos alterados aí dos nossos colegas. Isso é uma conduta diária que a maioria de nós enfrentamos diariamente, mas, em nome da Bancada Feminina do Congresso, seja muito bem-vinda.

Dra. Patrícia, em audiência na Câmara dos Deputados, V. Sa. destacou a importância de uma solução extrajudicial e célere para ressarcir os prejuízos causados aos aposentados e pensionistas que foram vítimas dessas fraudes.

Eu queria perguntar para a senhora: a senhora concorda que a prioridade agora deve ser proteger os aposentados imediatamente e garantir que eles recebam os valores de volta, enquanto o Estado, através até desta CPMI e das investigações da PF, processa, responsabiliza, criminal e civilmente, os culpados, sejam eles dirigentes de entidades, sejam eles agentes públicos, sejam eles também políticos envolvidos? Sabe por quê? Esse não seria o caminho mais justo? Por quê?

Tem muita gente aqui reclamando do ressarcimento, falando que é o dinheiro do contribuinte. Só que eu estou aqui, no Senado Federal, há sete anos. Esse dinheiro que é público





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acode e ajuda inúmeras situações aqui dentro do nosso país, dentre elas, situações fiscais, acode os estados na parte fiscal, acode nas urgências climáticas. Ora, o discurso é bonito quando a gente vai defender inúmeros setores. E, para os aposentados, é o dinheiro do contribuinte que nós estamos pegando para ajudar. Olha a contradição que nós temos nesta Casa.

Então, eu pergunto para a senhora: o que a senhora acha de o Governo, hoje, estar procurando ressarcir, de forma célere, aqueles que a senhora falou, denominou, na audiência da Câmara, de hipervulneráveis. Eu gostaria de ter a opinião de uma Defensora Pública. O que a senhora acha a respeito dessa iniciativa? Porque o discurso da Casa é o seguinte: quando é para acudir estados com questões fiscais, empréstimos, quando é para resolver situações climáticas, o Congresso e a atuação, beleza. Mas, para atuar, para ajudar a ressarcir fraudes de governos – governos – ao aposentado, não, aí é dinheiro do contribuinte. O que é que a senhora acha disso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Eu acredito que o principal e o mais importante é que essas pessoas que foram lesadas, aposentados e pensionistas, tenham os valores de volta, que esses descontos sejam cessados e que o sistema seja melhorado, mais transparente, evitando fraudes.

Então, esse acordo veio realmente para garantir que os segurados recebam de uma forma mais rápida.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Até porque nós estamos falando de aposentados, que a gente sabe, com idade avançada. Quanto tempo eles levariam para serem ressarcidos? A maioria talvez nem esteja mais viva. Então, é uma incoerência que existe nesta Casa absurda. Obrigada, Doutora.

Outra questão com relação ao GT. Desculpe-me porque eu vou ter que voltar ao GT – eu sei que a senhora está até cansada de responder e repetir –, mas eu vou ter que perguntar. O GT, que foi coordenado pelo Ministério Público e que a senhora integrou. Só mais uma vez, quando que a senhora entrou no GT? Só precisa falar o ano.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Dois mil e vinte e três.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – A senhora disse que o GT iniciou os trabalhos em 2019, há seis anos. A senhora saberia informar quais conclusões, recomendações que foram feitas pelo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

GT antes de a senhora ingressar? A senhora tem, existe algum documento que sinalizasse, desse recomendações a qualquer governo, seja o anterior a ele, que foi instituído em 2019? A senhora sabe se tem algum documento que foi passado por esse GT e que deu continuidade? Até a senhora chegar, houve algum documento elaborado?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Todas as reuniões foram documentadas.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Então, nós vamos pedir esses documentos, essas recomendações.

A senhora saberia dizer se há alguma providência tomada pelo INSS antes da Instrução 162, de 2024, no sentido de coibir os descontos associativos indevidos? E quais seriam essas providências do INSS antes?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Antes da Instrução Normativa 162?

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – É.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim, havia uma regulamentação interna do INSS, contudo verificou-se que, com o aumento desses descontos associativos e o aumento das entidades que estavam pedindo filiação e averbação de descontos associativos, se identificou que deveria ser melhorado esse sistema a fim de coibir fraudes.

Há ainda... As medidas foram tomadas, porque os órgãos de controle realizaram, iniciaram inspeções em relação a esses descontos, tanto descontos associativos quanto empréstimos consignados, todos os descontos que eram feitos em folha do segurado.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – E essa regulamentação aí foi de que ano? A senhora pode nos dizer?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Essa regulamentação é anterior. Eu acredito que ela é de 2022... 2021 e 22.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Dois mil e vinte e um, tá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até agora... Sobre a instrução normativa, a DPU e o GT, de forma geral, eles foram envolvidos na elaboração dessa Instrução Normativa 162? Vocês foram envolvidos, o GT e a DPU, na elaboração?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Nós fizemos algumas sugestões, mas nós fomos comunicados posteriormente...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Mas vocês foram atendidos, digamos, em parte? Como é que foi o atendimento?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Em parte, sim; em parte, sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Sim.

A senhora entende que a Instrução Normativa 162, de 24... Com essa instrução normativa, o problema foi sanado para os novos descontos, através dessa instrução normativa? A partir dela, foram sanados?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Acho que parcialmente foram sanados. Dos descontos anteriores permanece sendo necessária a revalidação. A partir da IN 162, verificou-se uma melhoria, porque os benefícios passaram a sair já com bloqueio para esse tipo de desconto associativo. Então, houve uma melhoria aí na forma de conduzir esses descontos, inclusive com mais requisitos e cobranças em relação às entidades associativas, prevendo inclusive multas, suspensões desses acordos.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Só uma pergunta: a senhora tem um recorte dos estados onde houve maiores reclamações? Assim, os estados, as entidades – eu vou só reforçar isso –, bancos. A senhora tem um recorte daqueles que foram... Digamos, a DPU tem um recorte dos que foram mais citados? Eu falo as instituições financeiras, as entidades e quais estados também onde houve maior número de reclamações?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não tenho esse recorte. Esses dados estão disponíveis no Consumidor.gov. É possível pegar um relatório das principais entidades associativas que sofreram reclamação.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Ótimo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Patrícia, em 2019, foi aprovada a Lei aqui 13.846, originada da Medida Provisória 871, e teve o meu voto. Sabemos que essa lei ampliou de um para três anos o prazo de revalidação das autorizações de descontos associativos. E ainda teve veto, veto a dispositivos que reforçariam essa proteção de dados dos beneficiários.

Esse veto...

(Soa a campainha.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – ... eu vou só ler a parte que foi vetada, rapidamente.

Art. 124-E. É vedada a transmissão de informações de benefícios e de informações pessoais, trabalhistas e financeiras de segurados e beneficiários do INSS a qualquer pessoa física ou jurídica, diretamente ou por meio de interposta pessoa, física ou jurídica, para a prática de qualquer atividade de *marketing*, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário específico ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer o beneficiário do INSS a celebrar contratos e obter captação de clientela.

Isso foi vetado.

Indago: na sua avaliação, essas flexibilizações, principalmente a que está contida nesse artigo, nas regras de concessão de benefício de proteção dos dados, tiveram algum impacto, na sua avaliação, na segurança dos aposentados que a senhora define como hipervulneráveis?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É a última pergunta.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – É a última. Obrigada.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim, o impacto foi muito grande. Isso foi apontado pelos órgãos de controle, TCU e CGU.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Obrigada, Dra. Patrícia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Leila.

Com a palavra... Pergunto se o Senador Jorge Seif não está. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Deputado Sidney Leite também não. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

Observando aqui, atento a tudo e muito horrorizado com o que a gente está vendo, sabe? Assim, é algo... Porque não é uma questão de direita, de esquerda; é uma questão de humanidade o que a gente está vendo.

Eu aprovo todos os requerimentos. Pode colocar, consignar aí para investigar qualquer Governo que tenha passado, que, de alguma forma, tenha sido incompetente ou conivente com o roubo dos velhinhos do Brasil.

E eu vejo aqui alguns colegas Parlamentares falarem esta palavra: roubo, roubo, roubo. E eu fico achando assim: mas por que não assinaram a CPI? Para investigar o roubo com que hoje eles dizem que o Governo Lula acabou, que está efetivamente devolvendo o dinheiro, quer dizer, o contribuinte paga duas vezes. Quem paga imposto, e não aguenta mais, está pagando duas vezes. Tem que ressarcir, é óbvio, mas por que ninguém foi preso ainda?

Não é o Governo que acabou com isso, muito menos na Lava Jato. A gente tinha aí uma dúzia de pessoas presas. E eu acho que este escândalo aqui, pelo que está se desenhando, vai deixar o petrolão, mensalão no chinelo, porque se aproveitar da boa-fé dos brasileiros é algo surreal.

Eu quero inclusive colocar que essa turma que se diz indignada hoje, inclusive, está federada com o Deputado que está querendo que continue a mesma coisa. Está aqui, neste exato momento, essa turma que não assinou a CPML. Apresentado o projeto pelo PCdoB, federado com o PT; um projeto está para ser votado a qualquer momento, na Câmara. A emenda apresentada pelo PCdoB, repito, federado com o PT, retorna a possibilidade de débitos para associações e sindicatos, limitando o conteúdo do projeto a descontos indevidos.

O projeto é claro: o objetivo é de parar essa sangria. Então, parece que as pessoas estão completamente surdas, cegas e mudas para essa tragédia humanitária que está acontecendo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: agradeço a presença da Dra. Patrícia aqui, que tem respondido a todas as perguntas, pelo que ela pode, o que ela sabe... A gente percebe a boa vontade dela.

Agora, eu tenho que fazer, por uma questão de dever: tenho algumas perguntas para a senhora, mas eu preciso lhe perguntar... A senhora falou com algum... A senhora disse que não falou com Parlamentar – nem com Senador, nem com Deputado – para vir a essa reunião em 48 horas, mas a senhora falou com algum assessor de Deputado, algum assessor de Senador ou do Governo Federal, do Governo... A senhora falou com alguém?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Para vir a essa reunião? Não.

A senhora disse também que não foi filiada e não é filiada a nenhum partido político. Mas já chegou a ser, em algum momento da sua vida?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Nunca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Também não.

A senhora acha que havia uma união entre os bancos e as associações, com relação a esses consignados ou com relação a esses descontos associativos? Existe algum elo, pelo que foi percebido, no grupo de trabalho firmado desde 2024?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O que nós constatamos é que há, geralmente, um desconto associativo atrelado a um empréstimo consignado. Essa foi uma constatação, que eu levei ao GTI da previdência, aos participantes do GTI da previdência, para que fosse apurado uma possível...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Há uma coincidência, né? Um elo.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... relação. Um elo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá.

A atuação da DPU, na divulgação de canais de comunicação, sobre a fraude ou aos golpes de descontos associativos, ocorreu por conta da omissão do INSS? Como se deu essa atividade?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só entender essa questão do INSS.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Como foi a atuação da DPU?

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – É. Com relação aos descontos.

Teve o grupo de trabalho, o INSS foi avisado... A senhora disse, inclusive, que o INSS, que o próprio Presidente e o Ministro da Previdência – a senhora falou aqui – têm conhecimento do caso.

Eu pergunto: o GT foi extinto. Ele foi extinto agora, no meio desse escândalo horroroso. A senhora diz que não pôde se colocar, com relação... Preferiu se omitir, com relação à questão do seu posicionamento contra ou a favor de questionar essa extinção, mas eu queria saber da sua opinião exata: a senhora acredita que deveria ter sido extinto, no meio do que está acontecendo, esse grupo de trabalho?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Inicialmente, não me omiti. Quando esse grupo foi extinto, foi devidamente comunicado à Defensoria Pública-Geral da União que esse grupo não teria mais permanência. A minha manifestação foi no sentido de que seria uma perda a extinção desse GTI, porque, não somente em relação aos descontos associativos, nós conseguimos muitos avanços em relação a temas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Então, a senhora foi contra?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu me manifestei pelo descontentamento de não ter...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Ah, tá.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... mais esse GTI, mas essa decisão não cabia a mim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Então, é bom que fique claro isto: a senhora colocou a sua opinião e continua achando que foi indevida essa extinção. O.k.

Deixa eu lhe perguntar outra coisa importante aqui: a senhora observou que alguma instituição bancária específica se repetia nessa dobradinha de empréstimos consignados e descontos associativos, algum banco específico? Verificou essa coincidência?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Tem alguns bancos, entidades que são mais problemáticas, e elas são apontadas nas diversas ações individuais e nos processos de assistência jurídica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – A senhora pode dizer os nomes desses bancos?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – São... Teria que me recordar agora de quais serão os bancos, porque são vários bancos. Eu acredito que...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá, se a senhora puder depois informar a esta Comissão...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acho que é mais adequado que sejam solicitadas essas informações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Vamos providenciar isso, Presidente, através de um requerimento.

Outra coisa: a senhora falou que tocou muito, pelo que eu percebi, durante as enchentes da tragédia que aconteceu lá no Rio Grande do Sul, que a senhora atendeu algumas pessoas menos favorecidas. Qual foi o caso que mais marcou na sua terra, no Rio Grande do Sul, quando a senhora viu que a pessoa estava tendo desconto e nem sabia do que se tratava? Teve algum caso específico?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Teve um caso específico em que eu fui analisar o histórico de créditos do um assegurado. Ele tinha 11 empréstimos consignados e um desconto associativo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O valor que ele recebia... Quanto era o valor do benefício?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Pelo que eu me recordo, era em torno de R\$600.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Seiscentos reais...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Tinha muitos descontos indevidos, tinha muitos descontos... Alguns ele reconhecia, outros ele não reconhecia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – E sobravam R\$600 – é isso? – de todo o valor dele.

Olha, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós precisamos investigar a fundo, doa a quem doer.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Parabenizo o senhor, mais uma vez, pela condução – a expectativa é enorme no país –, o Relator.

Quero dizer que está muito evidente que esse descontrole, de forma exponencial, cresceu no atual Governo Lula. Está muito evidente, os gráficos mostram isso. E não é à toa que a gente percebe que acontece exatamente neste Governo esse descontrole, porque a gente está vendo as estatais do Brasil. As estatais dando prejuízo... Quando davam lucro, até pouco tempo no Governo anterior, agora, nós estamos tendo prejuízo por cima de prejuízo. Então, o forte não é controle dessa turma que está no poder. E esta CPI tem o dever de demonstrar para a população exatamente o que aconteceu com cada brasileiro que foi lesado aqui. Nós vamos até o fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado ao Senador Eduardo Girão.

Com a palavra, o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Excelência, antes, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Excelência, antes uma questão de ordem.

Pelo art. 33, está na ordem do dia inclusive: "Os avulsos eletrônicos das matérias constantes da Ordem do Dia serão distribuídos aos Congressistas com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas".

Não ocorreu ontem. A Secretaria não tomou essa providência. Solicito a V. Exa. que evite que ocorra uma outra vez.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Mas posso responder que, durante o dia, foi publicada a pauta com uma série de requerimentos e, ao final da noite, como não houve acordo sobre alguns deles, se estavam ou não inclusos no acordo, eu, por deliberação, mandei retirar, e republicamos a mesma pauta apenas sem alguns, que inclusive são do Senador Magno Malta, que está aqui.

Mas agradeço a questão de ordem.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Agradeço muitíssimo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dra. Patrícia, meus cumprimentos.

Eu vou ser a voz do povo, Doutora. É o meu estilo. Voz do povo, jeito de povo.

Eu, que sou nascido na Floresta Amazônica, sou quilombola de uma cidade que só tem quilombola, no Vale do Guaporé, em Rondônia, vou iniciar ficando até de pé, mostrando um gráfico, o gráfico, que é público, do roubo dos aposentados.

Eu sei que a senhora não consegue ver daí. A senhora está vendo um gráfico mais compridinho aqui para vertical? A senhora consegue ver, né?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Isso aqui foi em 2024. Esse gráfico aqui que eu vou mostrar para todos, até para a imprensa, esse gráfico aqui é 2024. Sabe de quem era o Governo? Do Lula! O ex-presidiário. Foi quando, em 2023, – dá para senhora ver, eu sei também, e o Brasil também – em 2023, abaixo desse gráfico que está no teto, é um outro abaixo; é em 2023, no Governo do Lula.

Portanto, Brasil, eu estou mostrando aqui números reais, até para os petistas que estão aqui – não sei, talvez eles não conheçam ainda o gráfico. Está aqui: 2024 é no teto, é no teto. Recorde. Então não tem dúvida. Quem está roubando aqui aos montes dos nossos aposentados, pensionistas e quilombolas, Doutora? É claro. É real.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer umas perguntas à senhora.

O grupo de trabalho se iniciou a partir de 2024, conforme a senhora já apresentou, quando aumentaram exponencialmente os descontos. Isso é verdade, Doutora?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O senhor pode repetir a pergunta?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – O trabalho iniciou em 2024, o trabalho do grupo de trabalho da senhora, do GT. Foi quando aumentaram, exatamente em 2024, exponencialmente os descontos. É real o que estou falando?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Eu estou com gráfico aqui. Se a senhora tiver dúvida... Está aqui.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O senhor está se referindo ao grupo de trabalho interinstitucional?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Esse, exatamente.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esse não se iniciou em 2024; ele se iniciou lá meados de 2019, 2020.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Não, mas a senhora não começou a trabalhar a partir de 2023?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu ingressei na Defensoria Pública da União em 2006.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Isso aí eu sei.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Em 18/10/2006. A partir daí eu exerci minhas atribuições em um ofício previdenciário. Quando eu assumi a Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária? Agosto de 2023.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Pronto. Aí. Então, a partir de 2023, foi quando cresceu exponencialmente, em 24 foi no teto. A senhora tinha conhecimento disso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Tinha conhecimento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Ah, o.k. Sim, senhora.

Esse grupo de trabalho informou esses dados ao Governo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esses dados foram informados ao INSS dentro do grupo de trabalho. Foi oficiado o INSS, a sua Diretoria de Benefícios. Dentro do grupo de trabalho, tinha representantes do INSS, do Ministério da Previdência Social.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Muito bem.

Doutora, por que não estancaram os descontos imediatamente, ao tomarem conhecimento do roubo dos aposentados, em especial em 23 e 24? A senhora tem essa informação?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – É o que eu sempre perguntei dentro do grupo, do GTI. Essa informação, eu não disponho dessa informação.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – A senhora tinha conhecimento do roubo pelo sindicato do irmão do Lula, o Frei Chico?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Nunca ouviu falar nele nesse período?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Posteriormente às operações, quando iniciou, quando foi deflagrada a operação da Polícia Federal, sim. Anteriormente, não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Na sua avaliação, realizada pela Defensoria Pública da União, os controles implementados seriam suficientes para coibir o cenário de explosão das fraudes dos descontos associativos?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Acredito que ainda não foram implementados todos os controles necessários, ainda há muito que evoluir em relação a... para evitar as fraudes, tanto nos descontos associativos quanto em relação aos consignados. Acredito que devem ser aperfeiçoadas e cumpridas as determinações do Tribunal de Contas da União e da CGU.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Entendi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O grupo de trabalho analisou o art. 11 da instrução normativa, sobre a obrigação de as entidades ressarcirem os descontos em dez dias? E faltou fiscalização do INSS nesse ponto?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Essas medidas eram cobradas, principalmente pela responsabilização das entidades associativas. Foram solicitados relatórios de quais eram as entidades associativas mais reclamadas, se estariam sendo aplicadas multas; se solicitou relatório de quais entidades associativas estavam com suspensão dos acordos de cooperação; todas essas informações foram solicitadas e elas constam das memórias de reunião do GTI. Foram solicitadas ao INSS.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Doutora, é a voz do povo agora. Vai ser uma pergunta para o povo brasileiro que está assistindo aqui. A senhora, pensando nos vulneráveis, nos analfabetos, nos indígenas – eu sou indígena, tucano –, isso tocou no seu coração, essas pessoas sendo roubadas por esse Governo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Com certeza. Eu atendi várias pessoas nessa situação. A voz do povo também é a da DPU.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Muito bom. Gostei do que a senhora falou.

Se a DPU tem essa sensibilidade, por que a DPU concordou e concorda, me parece, com esse acordo, que os nossos velhinhos e velhinhas, deficientes físicos, vulneráveis têm que assinar um acordo para não recorrer à Justiça? A senhora não acha uma contradição isto: a DPU aceitar e não defender o contrário disso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A DPU continua defendendo. Acredito... E me surpreende que OAB assinou esse acordo, Ministério Público Federal assinou esse acordo...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Não, eu estou falando da DPU.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... e a cobrança é em cima da Defensoria Pública da União.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Eu vou lhe dizer por quê. Defensoria – Defensoria me parece que é para defender; Ministério Público não para é defender; OAB não é para defender, mas Defensoria –, Senadores e Deputados, não é para defender? Então, eu acho





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a DPU está precisando se inteirar de sua missão. Se é Defensoria Pública da União, é para defender, em especial, os nossos vulneráveis. E me parece que estão desviando a finalidade da Defensoria Pública da União. Eu estou falando como povo, como analfabeto, como vulnerável, como indígena que eu sou e como quilombola que eu também sou. É triste ver o posicionamento da DPU: acatar, aceitar isto: um acordo para eles receberem o recurso e não recorrerem à Justiça. Eu defendo recorrerem à Justiça todos os que estão sendo roubados. Todos, Doutora. Todos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Coronel Crisóstomo...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Posso complementar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Perfeitamente.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esse acordo faz parte da política da Defensoria Pública da União. Ele foi assinado, mas ele não impede que nenhum segurado possa recorrer ao Poder Judiciário, complementando. Isso ficou bem claro e consta do acordo. O acordo foi feito buscando uma solução, um ressarcimento, de forma rápida, para aqueles que optarem por receber dessa forma, que não quiserem aguardar um processo judicial, que muitas vezes é demorado. Então, ele pode optar por este tipo de acordo, em que ele vai ter o ressarcimento.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Excelência, para concluir, só para concluir.

Concordo com o acordo, mas não concordo com estar dentro desse acordo que eles não podem recorrer à Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, eu agradeço muito a gentileza de V. Exa. Quero inclusive elogiar a maneira como V. Exa. está conduzindo aqui os trabalhos. Elogiar aqui o nosso ilustre Relator e a sua paciência e rogar a Deus que o ilumine, né? Porque certamente escuta, ouve – que é o seu ofício – muitas versões, mas vai se debruçar sobre os fatos. E V. Exa., que tem uma larga experiência a respeito de ações





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigativas, com certeza vai chegar ao cerne dessa questão. É o que a população brasileira espera de V. Exa. e de todos nós.

Quero aqui, em especial, dizer a V. Sa., Dra. Patrícia, que a senhora é uma mulher corajosa. E eu quero lhe agradecer em nome dos brasileiros o serviço que V. Sa. presta ao nosso país. E o seu desprendimento de estar aqui hoje, né, escutando os Parlamentares dos mais diversos, dos mais diversos matizes ideológicos, e cada um, claro, representando um segmento da população. Mas aqui também é uma Casa política. Então, né, eu sei que a senhora vai relevar os excessos e vai entender, né, que nesse processo aqui, todos nós queremos chegar ao âmago do processo e conhecer a verdade, e evitar que ele se repita no futuro.

Dito isso, eu queria começar com um adágio muito famoso, em função do que eu ouvi aqui. "Acuse-os do que você faz; chame-os do que você é". Mas é impressionante, doutora.

Eu tive o cuidado de buscar informações através de LAI, nos diversos órgãos do Governo, no INSS, na CGU, no Ministério da Fazenda. E veja, as pessoas perguntaram por que o Ministério Público atuou tão pouco na época do Presidente Bolsonaro? Porque teve pouco a fazer, doutora. Os pedidos de exclusão de descontos associativos, eu chamo a atenção da senhora, em 2020 foram 43 mil por ano. Chegaram a 117 mil, em 2022, passando para 53 mil. Quando foi em 23, foi para 465 mil pedidos de exclusões. Em 2024, foi 1,515 milhão de pedidos de exclusões. 1,515 milhão de pedidos de exclusões, né, de pessoas que se sentiram lesadas, burladas no seu direito e foram ao INSS pedir que excluísse aquele benefício que... desculpa, aqueles descontos de que eles não tinham dado causa. E não... E, aparentemente, o Governo ficou em paz, não achou que havia nenhum problema. E só se manifestou...

E aí vamos aqui para a primeira parte da narrativa. Houve um aumento de ACTs – eu escutei aqui, dito por nossos amigos – em 2019. Não é verdade! Em 2019, se começa o ano com 16 ACTs e se termina com 14. Que explosão é essa? Ao contrário, é implosão. Quer dizer, teve um número menor de ACTs no final do ano, de 2019, do que no início de 2019. Então, por favor, gente, vamos ter responsabilidade com o que a gente está falando, porque a gente está falando aqui para a sociedade brasileira. Então, a mentira desacredita a instituição como um todo e todos nós. Vamos ter cuidado com o que a gente está falando.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2019, doutora, quatro entidades foram descredenciadas, né, em função de denúncias dessas 40 e tantas mil reclamações. Quatro. Mas em 2024, nenhuma foi descredenciada, com 1,514 milhão de denúncias e de pedidos de exclusão. Parece-me que há aqui uma comparação a ser feita. Então, a primeira peça dessa narrativa que o Governo faz cai por terra. Houve uma explosão de ACTs em 2019. Não é verdade, está? E no final de 2019, inclusive, 2022, o número de ACTs que se concluem é bem menor do que em 2025, que chegou a 37 ACTs. Há uma explosão, sim, no Governo do Presidente Lula.

Mas a gente aqui está querendo saber quem roubou. Se tiver gente que deu causa a esse problema em 2021, 22, 19 ou 20, a gente quer saber quem foi, não é? Quem esgarçou os mecanismos de controle.

E aí vem uma outra questão, né? Eu escutei aqui uma Senadora ou um Senador falar há pouco: a senhora acha – e a senhora respondeu – que a retirada da validação facilitou a questão da fraude? A senhora respondeu o quê? "Acho", não foi isso? A senhora... Desde quando havia validação de cadastro? De 2006 para cá, quando foi que houve? Estou lhe perguntando.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Quando foi que houve...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Quando é que no INSS havia validação de cadastro anualmente de beneficiários de descontos associativos? Quando foi? Que época? A senhora, desde 2006, era Defensora Pública ligada à previdência; me diga qual foi a época.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A obrigação era de ter uma avaliação anual.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não, a pergunta é outra. A pergunta é: quando foi que houve? De 2006 até 2025 – que a gente está aqui –, quando foi que houve?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não me recordo quando foi...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Nunca houve, Doutora.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... a data específica.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Nunca houve validação de cadastro, nunca. Você sabe quem propôs a validação do cadastro? O nosso Governo. E sabe quem lutou contra a validação do cadastro? Esses que estão dizendo que foi o nosso Governo que foi contrário. E





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

como é que se prova isso, Doutora? Dezenas de emendas que foram apresentadas por ocasião da tramitação da MP 871, assinadas por Deputados e Senadores do Partido dos Trabalhadores e do PDT na sua grande maioria – avassaladora maioria. Então, por favor – por favor –, não vamos brincar com a verdade dos fatos. O Governo que, de forma sistêmica, combateu a corrupção...

A senhora se lembra de algum Governo que tomou esse corolário de medidas no início da administração – me diga quais foram –, como a MP 871? A senhora está lembrada de algum Governo que fez isso no início da administração?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não recordo.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Pois é, porque só o Governo de Bolsonaro fez. Iniciou a gestão com revalidação anual de autorização de descontos, que o Congresso não permitiu, principalmente capitaneado pelo PT. Fim da condição cartorária da Contag – e quero lembrar à senhora que 90% desses descontos em 2019 eram Contag, ligada à CUT e ao PT. Cadastro do trabalhador rural feito pelo Governo: passou para Emater e a autodeclaração... Tirou dessa autodeclaração, com a transição para o Cnis, que até hoje não aconteceu, o que mostra a prevaricação do atual Governo, porque o prazo final era em meados de 23. Regularização do seguro-defeso: quase R\$1 bilhão foi economizado. E agora a gente está vendo os escândalos voltarem – a senhora sabe disso. Escândalos do seguro-defeso agora viraram lugar comum: cidades que têm 5, 6 mil habitantes com 10, 12 mil pescadores. Restrição do auxílio reclusão. Carência de 24 de contribuição. Proibição de acúmulo com pensão. Programa especial para análise de benefício. Pagamento de bônus – que este Governo está reeditando agora – para diminuir a fila da previdência. Cancelamento de benefícios irregulares. Cruzamento de dados e consolidação dos dados da Receita. Este Governo do Presidente Bolsonaro é o único, em 30 anos, que enfrentou a corrupção.

Agora, nós estamos vendo aqui a inversão do discurso pela narrativa que não tem nenhuma veracidade. Agora, as pessoas falam aqui com uma verdade que nos assusta. "Opa!".

A outra peça da narrativa: "O Governo do PT descobriu a fraude que começou no Governo de Bolsonaro".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutora... Por favor, Dra. Patrícia. O Governo do PT foi quem demitiu o Presidente do INSS e o Procurador-Geral, o Sr. Virgílio, assim, de *motu proprio*, espontaneamente? Houve a demissão por parte do Governo do PT, em função das denúncias que foram feitas por vocês ou pela imprensa, Dra. Patrícia?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Os afastamentos foram alguns por determinação judicial.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Todos os dois foram por determinação judicial.

Tanto o Presidente do INSS como o Procurador foram afastados por decisão judicial. Não foi porque este Governo tomou providência, não. Pelo contrário, o Governo foi instado pela senhora, por esse grupo, pelo Tribunal de Contas, pela CGU, pela imprensa e fez ouvidos de mercador. Pelo contrário, nós temos aqui o ex-Ministro do Lula dizendo o seguinte: o Presidente, demitido por Lula, do INSS é um homem altamente qualificado. Para quê? Para roubar? Certamente, né? está aqui, ó.

Uma situação também que me chama a atenção, doutora, que me deixou assim perplexo, porque os números são tão impactantes...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Veja, nós tivemos uma média mensal – uma média mensal – em janeiro de 2019 a 2020, de R\$44 milhões/mês – né? – de associativos.

Em 2021 a 2022, R\$55 milhões. Quando chega em de 2023 a 2024, isso sobe para R\$165 milhões por mês. E de junho de 2024 a 2025, R\$293 milhões por mês. Então, há um crescimento aqui de quase 700%. A senhora acha que esse tipo de situação... Nós saímos de 2 milhões – eu quero que vocês prestem atenção no que eu vou falar, tá, gente? – de 2 milhões de associados no final de 2022, e chegamos a R\$9,4 milhões em meados de 2025. Ou seja, 7,4 milhões de novos associados ingressaram no sistema nesses dois anos e meio do Governo do PT. A senhora acha normal, de repente, essas associações passarem a ser, assim, tão procuradas, objetos de consumo desses trabalhadores? E o Governo não despertou que estava havendo algum problema. A senhora acha normal que o Governo tenha ficado inerte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É a última pergunta, Senador Marinho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, doutora.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu acredito que esse problema e essa fraude ultrapassam governos. Essa fraude já existia há muito tempo. Acontece que ela foi sendo aperfeiçoada, inclusive com inteligência artificial. Então, isso dificultou e prejudicou milhares de segurados. Assim, vários fatores contribuíram: a falta de transparência, a falta de controle, a falta de exigência de biometria. Então, são vários os fatores, então ela ultrapassa governos – qualquer governo, de direita ou de esquerda.

Então, assim, a minha função aqui não é entrar nesta questão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Claro. Muito obrigado, doutora.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Só para agradecer aqui a gentileza da Procuradora. Quero dizer que, quando a Dra. Leila lhe perguntou sobre a instrução normativa que tratou dessa questão de biometria e tal, e a senhora falou de 2024, é bom lembrar que tem um decreto, o 10.410, de 2020, que determina a biometria e diz que todo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... que todo associado já nasce preso, não pode ser liberado. Isso foi... Esse controle foi liberado no Governo do Presidente Lula, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Dra. Patrícia, meus cumprimentos. Meus cumprimentos e meus parabéns pela sua coragem e pela sua atuação à frente da Defensoria Pública da União, instituição tão necessária para o Brasil.

Dra. Patrícia, deixe-me começar então lhe perguntando o seguinte: a senhora disse, numa audiência na Câmara de Deputados, e repetiu ainda há pouco, que a razão das fraudes se deu, uma das razões das fraudes, em especial, foi por conta do vazamento de dados pessoais e o uso indevido da biometria.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora poderia me dizer como isso foi constatado e desde quando isso ocorre? Só para ficar claro aqui para os membros desta CPML.

E, se puder ainda me informar, para economizar tempo, na visão da DPU, quais foram as falhas principais que permitiram a proliferação dessas fraudes?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Essas questões foram apontadas no Acórdão do TCU nº 1.115, de 2024, com base nas apurações e nas inspeções que foram feitas entre 2019 e 2024. Então, com base nisso é que eu fiz a minha fala naquela audiência pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Perfeito.

Eu lhe pergunto: se alguma norma legal, se, no aparato infralegal, jurídico sobre o INSS, constasse um dispositivo de lei dizendo o seguinte: "é vedada a transmissão de informações de benefícios e de informações pessoais, trabalhistas e financeiras de segurados e beneficiários do INSS a qualquer pessoa física ou jurídica, diretamente ou por meio de interposta pessoa, física ou jurídica, para a prática de qualquer atividade de *marketing*, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário específico ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer o beneficiário do INSS a celebrar contratos e obter captação de clientela", se esse dispositivo existisse na lei, os fraudadores, os membros dessa organização criminosa, teriam atuado desta forma contra aposentados e pensionistas?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Teriam mais dificuldade, com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Pois bem, Doutora, muito obrigado por seu depoimento.

Porque esse dispositivo foi uma emenda que foi apresentada pela oposição ao Governo anterior em uma medida proposta pelo Governo anterior. Sabe por que essa medida não prevaleceu, Deputado Paulo Pimenta? Porque o Presidente de então, Jair Messias Bolsonaro, vetou...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vetou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – ... vetou, vetou essa medida. Aí veio para o Congresso. A Bancada do Partido dos Trabalhadores e da Oposição votaram para derrubar o veto,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, ter esse dispositivo que a Dra. Patrícia está dizendo que impediria as fraudes. Mas qual foi o partido que majoritariamente votou para manter o veto? O PSL, que era então o partido do então Presidente Jair Bolsonaro. E o veto foi mantido por 257.

Então, vejam, tudo isso, toda essa história teria se encerrado em 2019, porque esse dispositivo que a oposição propôs teria sido incluído em lei.

A pergunta: por que o Governo anterior, Deputado Pimenta, vetou esse dispositivo? Porque não quis que esse dispositivo fosse implementado para impedir que fraudes ocorressem no INSS.

Muitíssimo obrigado por sua resposta, Dra. Patrícia.

E eu lhe pergunto ainda mais...

Aliás, deixa eu completar a informação. Foi dito ainda há pouco sobre a revogação da... sobre a revalidação dos dados. Então, para ficar claro, eu estou aqui com a medida provisória que foi editada em 24 de agosto de 2022, que revoga a revalidação dos dados, que foi dito ainda há pouco. A revogação da revalidação dos dados para os usuários do INSS foi assinada pelo Presidente da República em 24 de agosto de 2022. Qual é o nome do Presidente da República que está aqui? Jair Messias Bolsonaro. Ministros que subscrevem: Ronaldo Vieira Bento, José Carlos Oliveira, são os Ministros que subscrevem essa medida provisória revogando a revalidação dos dados.

Então, é só para ficar claro, porque eu acho que é importante – foi dito pelo meu colega anteriormente –, que é importante nós deixarmos tudo claro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – "Meu colega anteriormente."

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. *Fora do microfone.*) – Fui eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Foi de forma elogiosa. E nem citei o nome!

Então, vejam só, foi dito pelo meu colega anteriormente sobre a revalidação de dados, mas é importante... Foi omitido ser dito. Acho que não foi dito por inteiro, foi dito pela metade. Foi





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

omitido ser dito que foi aqui, em 24 de agosto, assinado por Jair Messias Bolsonaro, que foi revogada a revalidação de dados.

Dra. Patrícia, eu lhe pergunto: o que a senhora achou da decisão do Governo do Presidente Lula de, logo após a operação e as denúncias que foram primeiramente... E a cumprimento por isso, a senhora faz jus à ação da Defensoria Pública da União. A senhora, com sua atuação à frente da Defensoria Pública da União, justifica o sentido da DPU, para o que ela é: proteger a parte mais vulnerável, mais frágil. Por isso que é uma das instituições mais importantes da nossa República. E, de fato, merece uma atenção maior de todos nós Congressistas e das autoridades.

Eu lhe pergunto o seguinte: o Governo do Presidente Lula, logo que teve conhecimento, através da operação, a partir de suas denúncias da DPU, com a participação da CGU, deste Governo e com a participação da Polícia Federal, de imediato suspendeu os descontos após a operação. Foi a medida, *ipsis litteris*, primeira. Queria que a senhora comentasse sobre essa medida.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Houve, logo após a operação da Polícia Federal, a suspensão de todos os descontos, através de um despacho decisório do INSS. Então, houve essa suspensão dos descontos; ou seja, a partir ali de maio de 2025, todos os descontos associativos anteriores foram suspensos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Então, eu lhe pergunto subsidiariamente: se essa suspensão tivesse ocorrido em 2019, a senhora acha que seria possível ter tido tanta lesão aos aposentados e pensionistas do Brasil? Se, em 2019, o Governo tivesse tomado a medida que foi tomada agora, tivesse suspenso, a senhora acha que seria possível ter tido tanta lesão aos direitos dos aposentados e tantos aposentados e pensionistas terem sido roubados como foram?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Certamente essa fraude não teria ocorrido desta forma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Muitíssimo obrigado, Doutora. Era essa a resposta que eu queria, por óbvio.

Eu acho que é bom quando a verdade fica inteira, não pela metade. Nós vimos aqui quando foi revogada a revalidação dos dados. Está aqui: agosto de 2019... de 2022, Governo de Jair





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Messias Bolsonaro, ele subscreve; o Ministro é José Carlos Oliveira. Nós vimos aqui também que a oposição tentou incluir um dispositivo que impediria essas fraudes em 2019, mas ele foi vetado pelo Presidente de então. Se não tivesse sido vetado, se tivesse sido sancionado, ou se pelo menos em 2019 se tivesse tomado a medida que o Governo Lula tomou, nós não estaríamos nesta CPMI constatando o roubo de milhares de aposentados e pensionistas.

Assim a gente sabe a história por inteiro, não pela metade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – V. Exa. encerrou?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator, antes de passar a palavra ao Senador Marcos Rogério.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Coronel, por favor, só um minutinho.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, senhores!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, todos estão sendo ouvidos aqui com respeito e tranquilidade. Todos estão sendo ouvidos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Todos estão sendo ouvidos com...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado, por favor.

Todos estão sendo ouvidos aqui com total respeito. Peço o respeito às palavras do Senador Randolfe Rodrigues.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente, demorou para eles perderem a paciência, Presidente. Só numa fala eles perderam a paciência!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vamos adiante. O...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, tem algo que tem me incomodado, independente de quem está perguntando. Essa tem sido uma constante, tanto na oposição quanto na situação. Nós estamos convocando testemunhas. É muito importante não ser feita uma pergunta à testemunha do que é que ela acha. Testemunha não está aqui para emitir opinião do que acha. Testemunha está aqui para falar sobre fatos acontecidos. Não estou me referindo à pergunta de A, de B ou de C, mas fica muito ruim para confecção de relatório nós termos essa repetição o tempo todo: "O que é que a senhora acha? O que é que a senhora acha?". Nós não estamos aqui... Estamos repetindo rito procedimental igual a rito judicial.

É sobre isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Dra. Patrícia Chaves, eu a cumprimento pela disposição em trazer esclarecimentos importantes a esta CPMI.

E, observando aqui as muitas manifestações, é importante consignar que a condição de V. Sa. aqui é de alguém que vem colaborar com esta Comissão, não como investigada, mas como alguém que tem informações relevantes para instruir especialmente o relatório que o Relator deve apresentar junto a esta Comissão.

A senhora identificou descontos indevidos, identificou falha nos mecanismos de controle do INSS e recomendou mecanismos de proteção. Eu pergunto: na sua visão, foi negligência administrativa, cegueira deliberada ou conluio criminoso como opção de favorecer os descontos associativos?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Na visão da Defensoria Pública da União, a preocupação, na verdade, é evitar que essas fraudes continuem. O que a Defensoria Pública da União fez foi tomar medidas administrativas e judiciais para evitar que as pessoas continuassem sendo lesadas. Se houve omissão, se houve crime, isso deve ser apurado na esfera competente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Mas, como alguém que é operadora do direito, que esteve diante dos fatos, o que se observa é algo que se assemelha à negligência, à cegueira deliberada ou a uma associação criminosa com finalidade específica?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu prefiro não responder essa pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O.k.

Durante as investigações, a Polícia Federal solicitou a suspensão de todas as associações suspeitas, e o Executivo implementou apenas parte dessas medidas. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Pode repetir a pergunta, por favor?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Durante as investigações, a Polícia Federal solicitou a suspensão de todas as associações suspeitas, e o Executivo implementou apenas parte dessas medidas, muitos continuaram. Eu pergunto se a senhora tem conhecimento desse acontecimento.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não tenho conhecimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Como alguém que enxergou a angústia de aposentados, a vulnerabilidade dessas pessoas, eu lhe pergunto: poderia citar casos de entidades que, embora investigadas pela Polícia Federal, não foram atingidas pelas medidas extrajudiciais ou judiciais anunciadas pelo Governo Federal e, especialmente, pela Advocacia-Geral da União?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – As entidades que não foram...?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Isso. Alvo de investigação, de...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim. Essas informações podem ser solicitadas aos órgãos devidos, na verdade, ao Tribunal de Contas e à CGU.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – A senhora não tomou conhecimento disso?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A Defensoria Pública da União não tem essas informações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – A Defensoria Pública não tem.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não tem, não dispõe dessas informações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não dispõe.

Qual sua avaliação sobre a proteção dos direitos dos beneficiários?

A MP 871, editada pelo Presidente Bolsonaro – e aqui já foi dito –, da exigência de recadastramento com as devidas autorizações para descontos... Eu pergunto: durante a vigência dessa medida provisória, considerando o texto original, foi possível observar redução de lançamentos naquele momento? Entidades foram retiradas de operação naquele momento? A Defensoria Pública tem conhecimento disso? Quantas entidades foram afastadas nesse período?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não temos conhecimento. Essas informações podem ser fornecidas pelo INSS.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Já foi dito aqui: quatro entidades foram afastadas nesse período. Quatro entidades foram afastadas.

Depois que a medida provisória foi modificada e a partir das emendas da Bancada do PT e aliados, houve aumento no número de descontos ilegais? Como que a Defensoria Pública da União observa a evolução dos números no tempo? E qual a avaliação que se tem? O que desencadeou essa avalanche de descontos indevidos nessa fase?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A falta de controle, a falta de transparência, a falta de controle dos mecanismos em relação à anuidade dos segurados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Marcos Rogério, só um instante. Eu vou pedir a V. Exa. que repita a pergunta que ficou sem resposta anteriormente, porque a testemunha não pode se omitir à verdade. Ela está aqui sob juramento de dizer aquilo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ela sabe ou não sabe, mas ela não pode se omitir a responder qualquer pergunta dos Parlamentares. Por gentileza!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – A pergunta que fiz e que não houve resposta foi sobre as entidades que, embora investigadas pela Polícia Federal, não foram atingidas pelas medidas extrajudiciais ou judiciais anunciadas pelo Governo Federal e, especialmente, pela Advocacia-Geral da União. E eu perguntei se a Defensoria Pública da União tem conhecimento em relação a isso. É muito incomum a Defensoria Pública da União desconhecer de fatos tão relevantes, especialmente quando uma das primeiras instituições a denunciar esse escândalo, ainda que muito tempo depois, foi a Defensoria Pública da União. Essa foi a pergunta que lhe fiz e que disse que não tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sra. Patrícia, eu reafirmo aqui o posicionamento, como Presidente desta Comissão, que a senhora, como servidora pública...

Primeiro, agradecemos a disponibilidade de vir, de responder as perguntas, mas, na qualidade de testemunha, V. Sa. não pode se omitir na resposta do Parlamentar.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não me omiti na resposta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A senhora se omitiu.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... só que não tinha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A senhora disse... Não, a senhora disse que preferia não responder a pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É. O termo que V. Sa. usou...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Então, era outra pergunta.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Foi, ela disse... Qual foi a outra pergunta? Há uma pergunta que ela preferiu não responder. Tem, tem uma pergunta aqui. Ela falou claramente.

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É a pergunta... É a anterior. Eu vou fazer a pergunta novamente, é a pergunta anterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, faça a pergunta novamente, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Nessa pergunta, V. Sa. disse que não tinha a informação. A pergunta que V. Sa. disse que não gostaria de responder foi esta aqui.

A senhora identificou descontos indevidos, identificou falha nos mecanismos de controle do INSS e recomendou mecanismos de proteção. E a pergunta vem: na sua visão, foi negligência administrativa, cegueira deliberada ou conluio criminoso como opção de favorecer os descontos associativos?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Nessa pergunta, eu respondi que eu preferia não responder esta pergunta, porque você está perguntando a minha visão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Mas não há... não há essa possibilidade.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – É uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não há essa possibilidade.

Ela pode dizer que... A testemunha pode dizer que não sabe, mas a testemunha não pode deixar de responder.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Presidente, o Alencar está tumultuando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Veja, nós estamos diante de um crime que fraudou milhões de beneficiários. E eu faço três perguntas, e são perguntas, não estou pedindo a opinião para discorrer em tese. Isso aconteceu por negligência? Isso aconteceu por cegueira deliberada? Ou conluio com o objetivo de promover os descontos associativos? São três perguntas simples.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Acabou de ser dito aqui que as perguntas não deveriam ser feitas no sentido de dar opinião em relação a fatos, e o que eu posso afirmar é em





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação às medidas tomadas pela Defensoria Pública da União. Minha opção ou posicionamento pessoal não cabe aqui esclarecer.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Presidente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Olha, ela está certíssima em dizer que não pode responder por achismo, mas o Senador não perguntou se a senhora acha ou não. O Senador está perguntando com base na sua atuação profissional, pelo que a senhora apurou. Ou a senhora vai dizer a resposta, ou a senhora vai dizer que não sabe, é simples. O que não pode é a senhora calar a verdade, como a senhora disse, "prefiro não responder". Essa opção "prefiro não responder" não existe.

(Soa a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A pergunta foi "na sua opinião"; não, "a senhora sabe, tem ciência ou não tem ciência". A pergunta foi "na sua opinião".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Se o problema é na sua opinião, é na sua visão como profissional. Se a palavra "opinião"...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – É a mesma coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não, eu estou lhe perguntando objetivamente.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Só está mudando a pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Mas, se a senhora está com dificuldade para entender a pergunta, eu vou fazer de novo.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não, eu não estou com dificuldade. Talvez o senhor esteja com dificuldade de fazer a pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Então, eu vou fazer a pergunta novamente. Vou fazer a pergunta novamente, pausadamente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora identificou descontos indevidos, identificou falha nos mecanismos de controle do INSS e recomendou mecanismos de proteção. Pergunto: foi negligência administrativa, foi cegueira deliberada ou conluio criminoso, com o objetivo como opção de favorecer as quadrilhas que assaltaram os aposentados no Brasil?

(Soa a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não sei. Esses fatos serão apurados por esta Comissão ou pelos órgãos competentes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – O.k., não sabe, diferente de "prefiro não responder".

Mas, Sr. Presidente...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A pergunta foi diferente: quando se pergunta a minha opinião e quando eu tenho ciência ou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É... Veja, V. Exa., eu não... A opinião, obviamente, numa CPMI, a opinião ou a visão, a leitura que alguém tem sobre os fatos, muitas vezes, embora não seja o cerne do que se busca numa CPMI, traz a leitura, traz a visão do profissional que atuou. E muito me estranha alguém que teve esse nível de contato com os fatos se incomodar quando alguém pergunta sobre sua leitura sobre os fatos, sua avaliação sobre os fatos. Parece-me uma questão de escolha ficar ao lado daqueles que sofrem as agruras de uma quadrilha que assaltou pobres.

E veja, a fala de V. Sa. no começo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador. Eu lhe concedi mais dois minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu peço apenas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu lhe concedi mais dois minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu peço apenas para poder concluir o raciocínio, Sr. Presidente. Eu tinha muitas perguntas a fazer, mas eu já percebi...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... que muitas delas, inclusive, são repassando pontos que para mim não ficaram absolutamente claros.

Mas a fala inicial da depoente trouxe aqui: essa quadrilha, essa organização criminoso atuou com método. Ela tinha um público-alvo específico, ela buscava justamente os mais vulneráveis – palavras da depoente. Os mais idosos, os mais vulneráveis. Não disse nessas palavras, mas a leitura que eu tive é essa; e se eu estiver errado, pode me corrigir e depois as evidências vão trazer. De repente, de baixa escolaridade, com salários menores, porque aí o valor do desconto é menor, e não se chama tanta atenção.

Portanto, essa quadrilha tirou alimento da mesa dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Tirou medicamento da mesa dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É disso que se trata.

Portanto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... eu agradeço a V. Exa. a oportunidade. Acho que os trabalhos da CPMI estão apenas começando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... e não adianta vir com narrativa. Crime é crime, e os criminosos pagam pelo que fizeram aos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES *(Fora do microfone.)* – Por favor...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Perfeitamente.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Gostaria de esclarecer que eu não falei a palavra "quadrilha". Provavelmente quem escutar a gravação vai ver que em nenhum momento eu falei em quadrilha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Quadrilha sou eu que estou falando. Não, não estou...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O senhor está colocando palavras na minha boca.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não estou atribuindo a V. Sa. a palavra "quadrilha".

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não falei "quadrilha".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – De quadrilha quem está chamando sou eu.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de iniciar minha pergunta.

Doutora, quando tomado conhecimento dessas fraudes, desses roubos contra os aposentados e pensionistas – quando –, como a defensoria oficializou aos órgãos de controle e qual o meio?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Por qual o meio que foram feitas as denúncias?

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – As denúncias para os órgãos de controle, informando que estava havendo descontos ilegais...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Foram feitas as manifestações todas no Grupo de Trabalho Interinstitucional e através de ofícios enviados ao INSS.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – E aos órgãos de controle também, né?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Os órgãos de controle estavam presentes na reunião do GTI e também foram informados em relação a essas questões.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – E a senhora se recorda de quando ocorreu isso?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – No decorrer de todas as reuniões de GTI, especificamente quando iniciei a participação, a partir de 2023.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Está certo.

Considerando que os descontos que ocorreram pela Confederação Brasileira de Pesca e Aquicultura (CBPA), que, inclusive, está no relatório da AGU, nas suas visitas e entrevistas realizadas pela Defensoria Pública da União, junto à população interiorana deste país – eu estou falando aí de seguro-defeso –, foi constatado algum desconto vinculado a seguro-defeso, desconto irregular ou empréstimo consignado?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Em relação a seguro-defeso?

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – É, porque, veja bem o seguinte: na denúncia da AGU, que já está denunciando por envolvimento e ter participado dessa fraude, está a Confederação Brasileira de Pesca e Aquicultura (CBPA) – certo? –, e eu pergunto se, diante de tudo que foi constatado, a senhora identificou alguma utilização ilegal do seguro-defeso, seja de descontos para a associação, seja de empréstimo consignado.

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Não.

Obrigado.

De que forma a Defensoria Pública da União prestou assistência aos vulneráveis, em especial aos analfabetos que estão em situação de vulnerabilidade, especialmente se aqueles que não tinham acesso à internet ou apresentavam outras dificuldades para compreender ou requerer seus direitos como beneficiários... Se foram realizados mutirões presenciais para atender a este caso, e, em caso positivo, como é que funcionaram essas ações?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque eu venho de uma região, Doutora, em que a maioria da população ribeirinha e boa parte do interior do meu estado – sou do Amazonas – não têm acesso à internet – certo? –, e como é que se deu a solução disso? Porque, muitas vezes, é uma orientação, mas quem não tem acesso à internet? Como é que ficou? Como é que foi feito isso?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Os atendimentos são realizados nas unidades da Defensoria Pública da União, que não está devidamente interiorizada, e são realizados através de atuações e projetos itinerantes. Ou seja: a Defensoria Pública da União vai a determinadas localidades e faz os atendimentos itinerantes, muitas vezes, de alguma população ribeirinha, população quilombola, população indígena... Então, são atendimentos que são feitos de forma esporádica, onde não há Defensoria Pública da União.

Nesses atendimentos, foram identificados os descontos associativos indevidos, além dos nas unidades da Defensoria Pública da União.

Então, com base nesses relatos e na constatação da documentação é que a Defensoria Pública da União fez atuação.

Houve uma denúncia também, uma pessoa, à Defensora Nacional de Direitos Humanos, lá no início de 2024, relatando um caso de desconto indevido. A partir desse momento, foi aberto um procedimento interno, na Defensoria Pública da União, para verificar essa questão.

A Defensora Pública Nacional de Direitos Humanos encaminhou este processo administrativo à Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária, e, a partir daí, se iniciou uma atuação, de forma coordenada, estratégica, de forma extrajudicial, principalmente dentro desse Grupo de Trabalho Interinstitucional de Previdência e Assistência Social.

Além disso, a atuação na DPU foi, além de extrajudicial, judicial, ou seja, ajuizando diversas ações individuais, postulando a exclusão desse desconto, o ressarcimento e danos morais.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Doutora, nas suas atuações como defensora pública, você se recorda de alguma taxa de juros nos contratos desses empréstimos consignados? Você saberia dizer qual era o prazo de pagamento desses contratos que foram celebrados sem o devido consentimento de aposentados e pensionistas e beneficiários da previdência?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Pode repetir a pergunta, por favor?

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Eu gostaria de saber se lembra da taxa de juros – certo? –, bem como o prazo em média desse financiamento.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não recordo.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Não recorda.

Em resposta à consulta aqui do Congresso, o Tribunal de Contas da União...

Eu vou pegar o item 144.1 da Questão 3 – vou pegar aqui só um recorte.

A partir desses dados, observou-se que, no período, foram contratados – e o período que eu vou citar aqui é janeiro de 2023 a setembro de 2023 – R\$128.518.367.726,87 para um volume de empréstimos consignados de 15.605.260 contratos. Vou repetir: R\$128.518.367.726,87 para um volume de 15.605.260 contratos de empréstimos consignados.

Dito isso, é possível ver aqui claramente, pelos números – e são números que assustam qualquer um –, que foram feitos vários empréstimos para a mesma pessoa. Não tem como dar esse volume com esses números que estão aqui. E eu lhe pergunto: nessas apurações, foi identificado isto, que havia mais de um empréstimo para o mesmo tomador, para o mesmo beneficiário?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim, foi identificado, em muitos casos, mais de um empréstimo para o mesmo beneficiário.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Mesmo extrapolando o limite?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O limite de consignação?

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – O limite de consignação.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não, sempre respeitando o limite de consignação. Havia mais de um empréstimo – isso acontecia –, mas dentro do limite. O que acontece é que, além do desconto em folha, é possível fazer um desconto diretamente na conta do beneficiário. Aí, esse desconto é entre o banco e o beneficiário.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Certo.

A senhora se recorda... Nós temos hoje 492 mil beneficiários de INSS menores que tiveram empréstimo consignado somente em 2025. A senhora se recorda de muitos desses casos de empréstimos para menores sem a devida autorização?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não recordo.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – No caso que a senhora mencionou a respeito dos empréstimos consignados, gostaria de entender na prática qual era a queixa do aposentado. Vamos supor que ele chegava com um pedido de avaliação para a Defensoria desses contratos celebrados, mas que ocorria com o dinheiro. O que a senhora poderia nos dizer, considerando a consulta ao extrato deste beneficiário?

(Soa a campainha.)

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Havia o levantamento desse recurso? Se sim, se esse dinheiro era desviado, como era desviado e para onde?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O que se identificava era através do histórico de crédito. Muitas vezes a pessoa procurava a Defensoria Pública da União para saber a natureza daquele desconto que estava sendo feito em seu benefício. Com a análise do histórico de crédito, a gente pode verificar qual o banco, qual é o empréstimo, qual o valor. E também existe um documento no sistema do INSS, que é o histórico de consignações. Então, a Defensoria Pública da União analisava esse documento, que é o histórico de consignações, e verificava quais os descontos, quais os bancos, qual o prazo em que é feita esta contratação. E isso também pode ser feito através do Meu INSS. Isso também o próprio segurado pode consultar através do Meu INSS. Então, essa análise é feita em cada caso concreto, verificando se aqueles descontos todos ali eram reconhecidos ou não pelo segurado.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Rapidamente, por favor, Deputado.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Eu concordo com o que a senhora disse pela manhã. É de minha autoria um projeto de lei que nós deveremos votar dentro de poucos dias na Câmara





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados, acabando e proibindo essa farra de desconto via INSS. Quem quiser contribuir com a sua associação, sindicato, cooperativa que o faça em boleto, desconto da sua conta e o pague, que, com isso, a gente dá um basta nessa farra e blinda o INSS desse tipo de corrupção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Eu vou ler aqui, senhores, os últimos oradores para que os senhores tenham uma ideia.

O próximo da lista é o Deputado Fernando Rodolfo, Senador Magno Malta, Senador Cleitinho; não membros, José Medeiros e o Delegado Caveira. O.k.?

Então, com a palavra, por dez minutos, o Deputado Fernando Rodolfo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Desde já agradeço aqui a presença da nobre Defensora Dra. Patrícia, que vem nos ajudar a buscar esse esclarecimento dessa fraude bilionária que saqueou milhares de aposentados Brasil afora.

A minha preocupação aqui não é de defender governo A ou B, mas que a gente possa montar esse quebra-cabeça a partir de cada depoimento e chegar aos cabeças desse esquema, porque um esquema bilionário como esse foi pensado por muita gente.

Eu queria, Dra. Patrícia, voltar um pouquinho aqui ao início da sua fala e tirar algumas dúvidas. Em que momento a Defensoria Pública recebeu as primeiras reclamações de aposentados questionando esses descontos indevidos feitos por associações? Em que ano?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Essas informações podem ser obtidas através de um pedido de informações à Defensoria Pública-Geral da União. O que eu recorro é que nós começamos a receber reclamações lá entre 2018, 2019. A partir daí, iniciamos a receber reclamações de descontos associativos que estavam ocorrendo em benefícios previdenciários.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Em 2018, então.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Em 2018, 2019.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relação desses processos de assistência jurídica que foram abertos pode ser solicitada à Defensoria Pública da União.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – E quais foram as primeiras medidas ali adotadas, lá em 2018, ao receber essas primeiras informações?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Então, as primeiras medidas que são feitas são extrajudiciais, ou seja, solicitar a exclusão desses descontos, que eles não ocorram mais, oficiar a entidade associativa, solicitando a cópia do contrato, do termo de adesão, e o ressarcimento do segurado.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Naquele momento houve alguma resistência por parte dessas associações, nessas primeiras iniciativas extrajudiciais promovidas pela DPU?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não tenho conhecimento, mas acredito que não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – No sentido de devolver o recurso.

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – No início... Geralmente, no início eram devolvidos os valores em dobro.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – E aí não houve questionamento das associações?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não, inicialmente não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – A senhora falou aqui, mais cedo, que a partir de 2024 houve uma escalada aí no número de descontos dos aposentados. Eu queria entender o que teria motivado essa escalada ali no ano de 2024, ou seja, o aumento no número expressivo desses descontos.

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esses fatos foram apurados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União, com base em entrevistas com os assistidos e análise dos casos. O que... Acredita-se que houve um aumento porque aumentou-se o número de associações; houve um aumento do número de associações, possibilitando mais descontos associativos. Por outro lado, também houve uma falta de controle nos meios ali de anuidade do segurado. É isso que aconteceu.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Em 2024, o Tribunal de Contas da União fez uma recomendação para revalidação desses descontos, e houve um recurso do INSS contra essa recomendação. Qual foi a alegação do INSS naquele momento para impedir essa revalidação dos descontos?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Pelo que eu recorde, é porque o sistema teria que ser adaptado e demoraria um certo tempo para fazer essa revalidação. A Dataprev tem que implantar esse sistema e fazer esse tipo de revalidação, e haveria muitos descontos associativos, muitos beneficiários, e isso demandaria força de pessoal, e o sistema teria que ser adaptado.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – A senhora se recorda quem assinou esse recurso do INSS ao TCU?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não, não tenho conhecimento.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Bom, vários *sites* de notícias, Sr. Presidente, apontam que esse recurso feito pelo INSS ao Tribunal de Contas da União foi assinado pelo Procurador Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, esse mesmo que foi apontado pela Polícia Federal como alguém que enriqueceu com esse esquema milionário, bilionário do INSS, inclusive chegando até a informação de que houve até carros importados – Porsche – passados para o nome da esposa deste Procurador que recorreu contra a recomendação do TCU, que naquele momento queria revalidar os descontos, frear essa farra. O Procurador-Geral do INSS, na época, recorre, e posteriormente se descobre pela Polícia Federal que ele estava literalmente envolvido nesse esquema. Inclusive, aqui as manchetes de abril de 2025: "INSS e entidades conseguiram travar a auditoria do TCU com recursos e embargos".

Importante, Sr. Relator, que a gente tenha aqui a preocupação de fazer a convocação também desse Virgílio, que deve ser, sem sombra de dúvidas, um dos principais bandidos desse esquema que roubou os aposentados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado, ele já está com o requerimento de convocação aprovado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Já está aprovado? Muito bem. Então, vamos esperar ansiosamente que ele chegue aqui, para explicar todo o envolvimento em relação a essa fraude.

A Senadora Damares, aqui, no início, trouxe uma informação importante: que, em 2016, lá no meu Estado de Pernambuco, a Justiça Federal já tinha decisões no sentido de fazer a devolução desses recursos que foram desviados, que foram descontados dos aposentados, ou seja, lá em 2016, já tinha decisão judicial.

Minha pergunta: a Defensoria Pública da União tinha conhecimento dessas decisões judiciais anteriores a 2018, que foi o ponto inicial que a senhora colocou aqui? Lá em 2016 já tinha decisão judicial. Vocês tinham conhecimento disso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Se a ação foi ajuizada pela Defensoria da União, sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Mas só em 2023 foi criado esse grupo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O grupo de trabalho, sim. Não, em 2023, eu iniciei minhas atividades como coordenadora da Câmara de Coordenação. O grupo de trabalho interinstitucional iniciou meados de 2019, 2020.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – A senhora falou aí que houve a utilização até de inteligência artificial nesse esquema capitaneado por essas associações. Como se deu essa utilização de inteligência artificial nesse esquema?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Do que se tem notícias e foi encaminhado à CGU é que, agora, nesse processo de contestação dos descontos associativos, algumas associações, no prazo que elas têm para apresentar a documentação, comprovando que aquela pessoa aderiu ao acordo, há alguns casos em que a associação apresenta um termo de adesão com uma gravação de voz do segurado. Nessa gravação de voz do segurado, ela tem um padrão de resposta: fala o nome do segurado, o CPF, depois vão sendo feitas perguntas para ela e a resposta é feita de forma padrão. Então, isso está sendo apurado pela Controladoria-Geral da União.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Eu queria entender, só para finalizar, só uma coisa: o INSS recebe uma demanda dessas associações para promover o desconto na aposentadoria.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Qual é a documentação que essas associações apresentam ao INSS para provar ao INSS que elas têm essa autorização para fazer o desconto?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Essa documentação está prevista na IN 162. Entre elas, comprovar que tem uma sede, documentos em relação à comprovação da própria entidade...

(Soa a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... documentos para comprovar que é uma entidade associativa, a finalidade dessa entidade. Então, há uma relação de documentos que ela deve apresentar, que estão disciplinados dentro dessa Instrução Normativa 162.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Em relação à autorização do beneficiário para descontar, não apresenta nada? A associação não apresentava nenhum documento assinado pelo aposentado?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – É um dos requisitos. Ela deve apresentar um termo de adesão do segurado.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Então, era falsificado?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Em alguns casos, está sendo apurada a falsificação.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Fernando Rodolfo.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Dra. Patrícia.

Dra. Patrícia, eu sei que, quando alguém é chamado a vir a uma CPI, e no caso da senhora, acho que não foi convocada, a senhora foi convidada, foi isso exatamente?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Não. Foi convocada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Foi convocada e a senhora prontamente veio, não recorreu ao Supremo Tribunal Federal, como é de costume, para se ganhar uma liminar, para ficar calado e... Até é bobagem se recorrer ao Supremo Tribunal Federal, porque está na Constituição. E dependendo da condição em que a pessoa está numa CPI, ela está na desvantagem, porque está do lado de lá. E eu sei como é difícil. Por isso, cumprimento.

É um momento difícil da vida da nação. Nós queremos chegar ao conhecimento, porque o assalto é tão assustador, ele é tão assustador que as pessoas que estão *online* neste momento são justamente as pessoas que foram assaltadas. E não existe um crime com tamanha escala sem que tenha uma linha de produção, uma linha de produção muito bem montada, muito bem escalonada, porque – eu estava aqui falando com o Deputado –, não existe, não existe crime, não existe crime sem que tenha a mão e a proteção de autoridades. E eu falo isso com a experiência de quem já presidiu grandes CPIs. E quero até cumprimentá-lo, Senador Viana, pela maneira como está conduzindo os trabalhos.

Eu queria fazer uma pergunta à senhora muito simples: as atas das reuniões do GTI são divulgadas?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Não são divulgadas...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Não são divulgadas.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... mas elas podem ser requisitadas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Elas podem ser requisitadas?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sr. Presidente, eu queria oficial para que elas fossem requisitadas.

A senhora representando a DPU...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Magno Malta, a assessoria de V. Exa. tem que formalizar por requerimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Exato, é isso que eu falei. Eu formalizarei.

A senhora, Doutora, representando a DPU, comunicou, na reunião bimestral do GTI, ao INSS, à AGU e ao TCU o que foi constatado das fraudes sistêmicas desses descontos?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Foi comunicado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Foi comunicado. Então, esse comunicado deve estar em ata, nessas atas que...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Tudo registrado nas atas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O.k., o.k.!

Houve alguma atuação concreta do GTI? A senhora tem conhecimento?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Dentro do GTI, participam o INSS e o Ministério da Previdência Social. Então, neste... Quando as reuniões eram realizadas, o INSS trazia as informações a respeito dos descontos associativos. Como era uma pauta permanente, ali o INSS apresentava os dados em relação aos descontos associativos e às melhorias que estavam sendo feitas e também informava se estava cumprindo ou não as determinações e recomendações do TCU. Então, dentro dessas reuniões é que eram feitas todas as medidas ali de forma extrajudicial.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Até cabe a pergunta feita pelo Deputado aqui, quando ele perguntou qual era, que tipo de documentação que o INSS recebia ou exigia para que esses descontos fossem autorizados. Esse tipo de conversa, esse tipo de debate acontecia nas reuniões com a presença do GTI, e o INSS falava sobre isso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Falava; fazia exposição sobre as medidas adotadas em relação à Instrução Normativa 162; detalhava as medidas que estavam sendo tomadas, sim.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Então, nós temos a esperança de que, fazendo esse requerimento, Sr. Presidente, dessas atas, nós tenhamos, Deputado, detalhadamente todas essas informações que vão ajudar o nosso Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para encerrar aqui, a DPU não cobrou essa atuação? Bom, é mais ou menos o que a senhora acabou de responder.

Agora, por último, eu pergunto à senhora: o que a AGU... Houve manifestação da AGU? O que a AGU falou sobre isso – a Advocacia da União?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A Advocacia da União também fazia parte desse grupo de trabalho intencional. E essas informações acredito que devem ser solicitadas à Advocacia-Geral da União, porque provavelmente alguém da Advocacia-Geral da União vai ser ouvido aqui nesta Comissão. Então, todos os relatos e o que foi falado pela Advocacia-Geral da União estão relatados dentro dessas memórias de reunião do GTI.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu vou produzir também esse requerimento, Sr. Presidente, para que a gente possa requerer à AGU as manifestações da AGU diante desse quadro.

Na verdade, nós não estamos aqui... O que nós queremos saber é quem vai responder. São milhões de pessoas vivendo desgraçadamente, e uns para além da linha da pobreza. O que foi assaltado foi o suor, foi a energia, foi a saúde de anos de trabalho e de alguns que se aposentaram com quase nada, minimamente para comprar remédio. Outros não têm mais nem como comprar remédio. Alguns, com cinco empréstimos consignados. E olha que essa prática é velha. Não vamos falar "ah, foi no Governo Bolsonaro". Não. No Governo Bolsonaro, segundo os gráficos – se gráfico tem valor –, caiu, baixou. Mas isso começou lá atrás. Esse tipo de assalto é velho. Em 2016, já no Governo – e a Senadora Damares e também o Deputado que acabou, que aqui anteriormente falou, antes de mim, lá de Pernambuco... –, já havia providências sendo tomadas. Mas isso é muito mais antigo. Nós chegamos, então, na hora em que o tumor veio a furo. O que nós precisamos, neste momento, é espremer o tumor. Isso dói e fede – dói e fede –, mas necessário se faz para curar.

A minha alegria é que nós temos um Relator que não é um novato, ou que tivesse cinco ou seis mandatos, mas que não tivesse conhecimento, profundidade jurídica para produzir um relatório em que se peça a punição sem passar a mão na cabeça de nenhum desses pilantras.

Veja só. Eu tive do Presidente a garantia de que o meu Requerimento nº 989, que, num primeiro entendimento, estaria nessa primeira reunião, estará na próxima semana, para saber





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o Careca do INSS, porque, se nós não soubermos do Careca do INSS, a CPI é natimorta – sem ele, é natimorta.

Então, esses bilionários não tiveram nem a vergonha de esconder isso, e a coisa apareceu. E a minha pergunta é: que horário que o Careca entrou? Qual o horário que ele saiu? E isso no gabinete de quem? E onde e por quê? Então, quando a imprensa pede informação, a única resposta que a Casa dá é que isso fere a privacidade do Senador. Não, não é verdade. Se nós queremos, na verdade, chegar a resolver um crime... Em alguns momentos...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... em perguntas feitas a V. Sa., a senhora se mostrou humana – sabe? –, porque quem faz um troço como esse não tem humanidade, não tem simpatia, não tem... O cara imaginar que ele vai tirar R\$100 de quem recebe R\$1,4 mil?! Um cara desses não tem sentimento. Então, esses demônios não podem sair impunes disso. E o meu medo é que o relatório de uma CPI vai para o PGR, vai para o Sr. Gonet. O meu medo é que os crimes... O Lupi foi mandado embora por corrupção, pelo Governo Lula. Ele já, ele já... O Sr. Gonet já mandou arquivar, mandou arquivar dizendo que ele não tem crime nenhum. O crime agora quem tem sou eu, porque ele foi mandado embora por corrupção, eu me manifestei e ele entrou com processo contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu vou encerrar.

Mas o Careca do INSS, o Sr. Lupi, os servidores mais próximos e hoje também o Ministro que está, que era o braço direito do Lupi, não sabiam o que o Lupi fazia?

Então, Sr. Presidente, eu estou falando com uma população...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu estou encerrando.

... que está olhando para mim, para V. Exa., para a Dra. Patrícia, para o nosso Relator, que são as pessoas que estão lá fora. A mim não importa o que vem depois, se o sujeito está





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendendo o seu partido, está defendendo o seu governo, não importa quem roubou. Se alguém roubou dentro do Governo Bolsonaro, tem que ser punido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... tem que ser ouvido aqui, independentemente de qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Agradeço, Sr. Presidente, a sua atenção, agradeço à Sra. Patrícia também por ter respondido aos meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Vamos para os dois últimos oradores da tarde.

Deputado José Medeiros com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Caveira é espirituoso!

Quero parabenizar essa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O homem de dois braços levantados, né? Não vale, Deputado Caveira.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Mas, Sr. Presidente, quero parabenizar V. Exa. e o Deputado Alfredo Gaspar pela condução dos trabalhos. Quero cumprimentar a Coordenadora da Defensoria.

E preliminarmente, Presidente, eu vim falar muito aqui sobre linha do tempo e é muito importante a gente saber disso, porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um minutinho, Deputado. Eu peço que marque o tempo correto do Deputado, por gentileza.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k., Deputado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – ... foi expedida uma medida provisória, Medida Provisória 871, que depois virou a Lei 13.846, e o objetivo dessa medida provisória era justamente o escopo da discussão desta CPI, que era blindar o INSS contra as fraudes. E é interessante que essa questão da revalidação foi falada muito aqui. E eu sinto e até entendo a preocupação do Governo em tentar tirar das suas costas esse gráfico extremamente pesado que o Deputado Chrisóstomo mostrou aqui. Mas números são números.

E o que que aconteceu? Aqui no Senado surgiu uma lei, foi proposto um projeto de lei, da lavra do Senador Petecão, que tratava sobre adiamento, questões de honorários advocatícios. Quando chegou à Câmara, enfiaram uma tartaruga – mas não é daqueles cágados pequenos que tem lá no Pará, não; não é tracajá, não; enfiaram aquelas marítimas, muito grande –, assinada pelo Deputado Vilson, de Minas, que é ligado à Fetaemg; pelo atual Presidente do INSS, que na época era Deputado, Wolney Queiroz; pelo Deputado Danilo Cabral; pelo atual Presidente da Itaipu, Enio Verri, que era Deputado; e pelo Deputado Solla, do PT.

O que que ocorre? O que dizia isso, essa emenda deles? Era justamente para tirar a questão da revalidação. Essa foi a emenda que foi colocada naquele projeto. E depois a lei foi para o Plenário e foi aprovada a Lei 14.331, que acabou, em 2022, com a possibilidade de fazer a revalidação.

O que acontece? As fraudes vieram e começaram-se as narrativas.

E aí eu encerro essa preliminar dizendo aqui para o Relator, para toda esta CPI, para a imprensa e principalmente para o Deputado Sid... Deputado Sid, as moscas, as varejeiras já colocaram ovo no seu projeto. Tem uma emenda proposta pelo Deputado Lindbergh e por outros Deputados... Inclusive cita as fraudes. Mas sabe para quê? Para que continue sendo descontado... sendo feitos os descontos. Sabe qual a argumentação? A mesma da outra vez: é para a proteção dos aposentados.

Então, eu quero deixar bem claro que nesse assunto, no início, no meio, agora, em que pesem todos os órgãos de controle, está-se dizendo: "Olha, não está funcionando esse negócio, está tendo fraude, a forçando".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos uma audiência pública, nobre Relator, lá na Câmara, em que o então Presidente do INSS, Stefanutto, foi perguntado: "Você tem ciência se está havendo fraudes?". Ele falou: "Não, não está havendo fraudes". Então, quando ele vier aqui, já fica... vai ficar bem consignado: ele disse que não tinha ciência de que estava havendo fraudes. Hoje a Defensora nos diz aqui que tinha sido avisado oficialmente. Então, isso é muito importante para se consignar.

E aí eu vou aqui às perguntas. É o seguinte: a senhora falou aqui sobre a questão do acordo, e a mim e aos membros dessa CPI, com certeza, tocou o fato da missão principal da Defensoria e do sentimento que evoca em vocês, da Defensoria, da hipossuficiência e da vulnerabilidade dessas pessoas e de tudo isso que aconteceu. E aí eu pergunto o seguinte: esse acordo que foi feito... Porque todo acordo se pressupõe que é uma espécie de ganha-ganha, não é? Eu queria saber o seguinte: da parte do Governo e da parte das entidades, o que eles ganham num acordo desses, nesse acordo? Quais são as cláusulas?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Inicialmente eu gostaria de esclarecer que o acordo foi assinado pelo Defensor Público-Geral Federal, então eu não participei da assinatura do acordo. Meu posicionamento foi de área técnica, analisando os termos do acordo.

Em relação aos acordos que são firmados das questões previdenciárias, nós temos o exemplo do acordo que foi firmado lá no STF em relação aos prazos de análise dos benefícios perante o INSS. É um acordo que também foi construído com todos os órgãos públicos, atacando aí... na verdade, abordando a questão da fila de espera, tanto das perícias médicas quanto dos prazos de análise de benefícios junto ao INSS. Então, assim, na mesma linha, esse acordo foi firmado agora em relação aos descontos associativos.

Qual o ganho que se tem? O ganho que se tem é em relação ao recebimento de forma mais célere e mais efetiva.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Não, não, não, eu me refiro... Isso aí seria em relação aos aposentados, né? Eu me refiro ao Governo e às entidades. Qual a parte deles que... em que os beneficia?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Esse acordo foi assinado pela Advocacia-Geral da União, pelo Ministério da Previdência Social. Esta questão de avaliação do que beneficia ou não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve ser acompanhada a partir do que vai ser, o que vai acontecer a partir deste acordo. Vai ter que se avaliar quantas pessoas foram ressarcidas, a forma como ele foi feito, quem aderiu ou não ao acordo. Então isso é avaliado por um longo tempo, não é uma coisa imediata para se saber qual que é o benefício, as vantagens ou as desvantagens. Num acordo firmado assim demora anos para se avaliar quais os impactos que são feitos, tanto em relação aos segurados quanto em relação ao Estado, enfim, ao Governo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Doutora, eu vou procurar ser o mais direto possível. A senhora me disse o seguinte: a senhora analisou o acordo. Então o acordo tem – é simples – uma parte, tem as duas partes. Alguém ganha, alguém perde, ou todo mundo ganha. Então eu vou tentar sintetizar o que a senhora não disse aqui. A meu ver, o Governo ganha por não ter uma enxurrada de ações. E as entidades ganham uma blindagem. A minha pergunta – agora eu preferiria, eu gostaria que a senhora pudesse ser bem sucinta – é: o que ganha o aposentado?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Repetindo...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Não, não, por favor... Não!

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Repetindo o que eu já falei e também esclarecendo: um acordo pressupõe concessões mútuas, ninguém sai ganhando 100%.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – O Governo... Qual foi a concessão do Governo?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O senhor quer esclarecimentos em relação às vantagens ao segurado ou ao...?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Não, não. O que o Governo... ? Qual foi a concessão do Governo? O que ele concedeu...? Porque concessões múltiplas... Eu queria saber qual foi a concessão do Governo.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A concessão do Governo é que ele vai ressarcir de forma mais rápida. Ele vai ter que fazer o ressarcimento direto ao segurado. Ele vai obedecer a um fluxo que foi feito e ele vai ressarcir de forma mais rápida esses segurados, o ressarcimento total das parcelas descontadas com correção monetária.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – O.k. E a concessão do aposentado é...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – E a concessão do aposentado é ele não entrar na Justiça depois. É isso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Não, não é isso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não é isso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – É o quê?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – O aposentado pode optar ou não em aderir ao acordo...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Não, não. Eu estou falando de quem está dentro do acordo.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Quem está dentro do acordo, que vai aceitar o acordo, vai receber os valores corrigidos...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Não, a concessão! Não gaste meu tempo. A concessão. A concessão... Qual é a concessão dele? *(Pausa.)*

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – A concessão... O que ele está abrindo mão... É isso que o senhor está querendo falar?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Isso, isso...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Ele está abrindo mão... Se ele aderir ao acordo de ações individuais em face do INSS, somente em relação ao INSS, que trata especificamente da questão dos descontos associativos... O acordo não impede que ele busque a Justiça estadual e ingresse com ação em relação à entidade associativa e lá ele busque ressarcimento em dobro, indenização por danos morais...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Presidente, só...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Tempo encerrado, querido, até porque, como não membros, o senhor e o Caveira deveriam falar por apenas cinco minutos ou três, e eu dei a deferência de dar dez minutos. O.k.? Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Delegado Caveira.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente Carlos Viana e Sr. Relator da CPMI do INSS, Deputado Alfredo Gaspar, muito orgulhoso de ter os senhores conduzindo esta CPMI do INSS. E tenho certeza de que não se tornará pizza esta CPMI, diferente da CPMI do 8 de Janeiro, onde esquerdopatas comunistas tomaram conta da CPMI, e, aí, sim, se tornou pizza. Eu tenho certeza: se fosse Omar Aziz aí na Presidência desta CPMI, não se tornaria em nada, já poderia arquivar esta CPMI de plano.

Iniciando aqui algumas perguntas à Dra. Patrícia, que, em 2023, foi nomeada Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdencial... A senhora já afirmou e reafirmou que, em momento algum, foi filiada a partidos políticos, não é filiada a partidos políticos. Só que essa pergunta é recorrente. Eu acho que é em virtude de a senhora ser parecida com a Maria do Rosário, fisicamente. Eu pensei que alguém deve ter confundido a senhora com a Maria do Rosário.

Mas vamos lá, Sr. Presidente.

Roubo de aposentados, ladrões desviando dinheiro público, Orcrim instalada no Brasil, sem tornazeleiras; Frei Chico, que é o careca da cara gorda, e o Careca do INSS, andando tranquilamente pelas ruas do Brasil.

O que é que está acontecendo com a Polícia Federal, que está lá montando acampamento na porta da casa de um Presidente honesto, de um Presidente que nada desviou, que não roubou, enquanto os ladrões do maior roubo do Brasil, quiçá do mundo, estão libertos? São quase R\$200 bilhões. Começou muito bem a Polícia Federal, apreendendo diversos veículos, diversos imóveis, mostrando a cara, inclusive, de uma das pessoas que, com certeza, estará presa em breve, que é o Careca do INSS.

E eu sonhei essa noite, Sr. Presidente, subindo uma montanha, uma montanha muito grande, íngreme. E quando estava em cima dessa montanha, percebi a derrocada, a casa caindo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do PT, desse partido das trevas, partido demoníaco, que veio, retornou ao poder, voltando à cena do crime e mostrando que, quando não estão roubando, estão mentindo, literalmente.

E estou percebendo aqui através das perguntas da oposição e da situação. Quando se trata de perguntas da oposição, muito pouco se tem respostas. São respostas, tipo assim, passando o pano. Quando é pergunta da situação, é uma atenção, um carinho diferente, mas vamos fazer a nossa parte. Vamos fazer a nossa parte.

Sra. Patrícia Bettin Chaves, a que conclusões a senhora chegou sobre a natureza da correlação entre as modalidades de fraude nos descontos associativos e nos empréstimos dos consignados?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Em relação aos empréstimos consignados e aos descontos associativos, em relação à minha constatação, é que é possível que haja um vazamento de dados aí. A partir do momento em que a pessoa faz um empréstimo consignado, ela também pode sofrer um desconto associativo. Isso, estou falando com base na minha experiência, e foi o que eu constatei através da análise dos históricos de créditos.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) – Foram identificados padrões, indícios de que surgiram uma ação coordenada. Isso está muito evidente em virtude de várias matérias já difundidas pelas redes de TV e outros meios de comunicação.

A senhora observou se as mesmas entidades, sejam associações, correspondentes bancários ou instituições financeiras, estavam envolvidas em ambos os tipos das fraudes contra os beneficiários, os idosos, as pessoas que mais têm dificuldade neste Brasil, que são as pessoas aposentadas?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Associações têm características diversas de instituições bancárias. Via de regra, as associações prestam serviços aos segurados – seguro de vida, serviços odontológicos – e elas têm um caráter diferente das instituições bancárias, que oferecem empréstimos bancários e consignados. Então, são naturezas diversas, são duas situações distintas: descontos associativos e empréstimos consignados. Então, nós estamos falando de entidades diversas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) – Estive observando que as medidas preventivas foram tardias. A ferida já está totalmente aberta, exposta, inclusive as vísceras da corrupção e da Ocrim. É fato que medidas de segurança, como a biometria e a assinatura eletrônica, foram implementadas de formas mais robustas apenas após a fraude atingir cifras bilionárias, podendo chegar a R\$200 bilhões desviados de pessoas que mais necessitam no Brasil.

Em algum momento anterior à implantação dessas ferramentas pelo INSS e das mais recentes notícias sobre fraudes nos descontos associativos, a senhora ou a Defensoria Pública da União chegou a recomendar formalmente a adoção dessas ou outras técnicas como forma de proteger os beneficiários? Caso afirmativo, qual foi a resposta e ação, diante das recomendações, da DPU nesta ocasião?

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – As melhorias, a biometria e a assinatura eletrônica, estavam previstas já na IN 162, de 2024. O que a Defensoria Pública da União fez, através da sua Defensora Nacional de Direitos Humanos em conjunto com a Câmara de Coordenação Previdenciária e a Câmara de Coordenação Civil, foi oficialiar o INSS, questionando acerca das recomendações que foram feitas pelo Tribunal de Contas da União...

(Soa a campainha.)

O SR. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... especialmente em relação à implantação da biometria, do reconhecimento biométrico, do reconhecimento facial, das medidas que foram apontadas pelo TCU, que poderiam melhorar a questão das fraudes, a questão da assinatura eletrônica.

Então, o que a Defensoria Pública da União fez foi cobrar essas medidas e as recomendações que estavam sendo feitas pelo TCU, através de ofícios expedidos ao INSS e através da participação do Grupo de Trabalho Interinstitucional da Previdência e Assistência Social. Foram dessa forma que foram feitas algumas medidas.

Paralelamente a isso, a Defensoria Pública da União se habilitou nas ações civis públicas que tratavam desta temática, uma do Ministério Público Federal e outra da Abradeb.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) – Satisfeito, Presidente. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado ao Delegado Caveira pela gentileza e pelo tempo.

Eu estou aqui em discussão com o Líder do Governo.

Eu tento atender a todas as demandas, da melhor maneira possível, e a todos os participantes de uma forma mais tranquila. E o Senador Magno Malta não estava inscrito, mas ele havia falado comigo que queria falar, e eu quem cometi o erro de não tê-lo colocado na listagem. Então, corriji o erro aqui, pela disponibilidade.

A Deputada Bia Kicis teve que sair, retornou e pediu cinco minutos para poder fazer uma pergunta. Eu peço a paciência do Líder do Governo...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Posso terminar, por gentileza?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Peço a paciência do Líder do Governo. São cinco minutos, para que a gente possa...

E eu coloco, firmemente, que nós vamos seguir a regra, sem exceções, para que, nas próximas, a gente tenha o tempo devido.

Pode ser, Líder?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu quero falar para o senhor – e a gente está se conhecendo e começando a trabalhar junto agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Comigo, o que está tratado está tratado, o que foi dada a palavra foi dada a palavra.

Quando a gente combinou – e eu estou tendo o máximo de boa vontade –, o senhor deu a palavra para dois Senadores; o outro não estava aqui na hora, mas o senhor inscreveu dois Senadores que não estavam aqui...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... dentro do horário que nós combinamos.

Nós aprovamos um tempo, para não membros, de três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... e o senhor concedeu dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Dez minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Agora, o senhor quer, mais uma vez, pedir a nossa boa vontade para descumprir outra coisa que foi tratada.

Eu vou dizer ao senhor aqui, de forma pública, para todo mundo ouvir: não vou criar um constrangimento para o senhor nem para a Deputada Bia Kicis, mas eu quero o compromisso de V. Exa. que, a partir de hoje, não vai ter uma decisão fora do que está combinado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, Marcel Hattem, vamos deixar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Olhe, eu estou falando com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Ele manifestou, ele fez a manifestação, e eu acolho a manifestação.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só, pela ordem, depois...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com a palavra a Deputada Bia Kicis, por cinco minutos.

Muito obrigado, Paulo.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interperlar.) – Presidente, muito agradecida.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, inclusive, registrar aqui que sou membro desta comissão e estou aqui desde as 9h da manhã. E avisei que iria presidir uma Comissão na Câmara dos Deputados e voltei a tempo de fazer uso da palavra. Não tem problema nenhum.

Bom, agradeço a V. Exa., por me permitir o uso da palavra.

E indago a Sra. Procuradora – desculpe –, a Sra. Defensora, a Dra. Patrícia. Hoje, nós sabemos que, pela Instrução Normativa 162, a realização dos atos de acompanhamento e verificação tem fulcro na previsão expressa, nas cláusulas pactuadas nos ACTs.

Todo processo de apuração, Dra. Patrícia, de descumprimento de obrigações ocorre de duas maneiras: ordinária, em que o INSS solicita fichas de autorização dos descontos e documentação correlata periodicamente, bem como faz a verificação mensal da regularidade fiscal antes do repasse; e extraordinariamente, quando é recebido o registro ou reclamação sobre supostos descontos indevidos.

Eu indago V. Sa. se essas cláusulas foram cumpridas ao longo desse tempo e, senão, por que não ocorreu, e o que a Defensoria Pública fez para proteger os vulneráveis diante do descumprimento eventual dessas cláusulas.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Então, algumas exigências, verificou-se que elas não foram devidamente cumpridas pelas entidades associativas. Então, a Defensoria Pública da União buscou que essas entidades fossem suspensas e que se aplicasse multa, conforme está previsto nas normas internas, nas instruções normativas do INSS.

O segurado sempre pode buscar a ouvidoria, o Fala.BR e o Consumidor.gov. Então, da mesma forma, a Defensoria Pública da União orientou os segurados que foram atingidos a fazerem esse tipo de reclamação, ou no Fala.BR, ou no Gov.br. Além disso, foi feito um projeto, um programa de educação em direitos, ou seja, informes à população, através de mídias e das redes sociais, de qual a melhor forma de excluir esse tipo de desconto associativo e de qual a melhor forma de fazer as reclamações em relação a esses descontos que são indevidos.

Então, a Defensoria Pública da União atuou em diversas áreas, orientando a população, ajuizando ações judiciais individuais em relação a esses descontos e atuando de forma extrajudicial, junto ao GTI da Previdência e Assistência Social.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Ainda utilizando o restinho do tempo... Mas isso só aconteceu depois que estourou a bomba, depois que foi noticiado pelo Metrôpoles, depois das denúncias. Antes disso...

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Não. Isso não aconteceu só depois. Isso vinha acontecendo bem antes da operação da Polícia Federal.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Bom, mas não houve essa verificação mensal da regularidade fiscal, porque, se houvesse essa verificação mensal, teria sido corrigido, estancado bem mais cedo.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Essa verificação mensal tem que ser feita pelo INSS.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Exato.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Os apontamentos foram feitos pelos órgãos...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Certo.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – ... tanto pelo Ministério Público Federal quanto pela Defensoria Pública da União.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Mas a Defensoria reconhece que o INSS não cumpriu...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... com essa cláusula, não fez essa verificação mensal.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Verificou-se que havia falhas nesse sistema de fiscalização. Isso foi apontado pelo TCU e pelos órgãos que faziam parte do GTI.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Certo. Mas só registro aqui que outros órgãos podem ter atuado, mas o INSS falhou nessa verificação.

Muito obrigada.

E obrigada, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada Bia Kicis.

Quero agradecer...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A Liderança do Novo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Marcel Van Hattem, pela Liderança do Novo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança.) – Eu quero fazer mais um resumo do que vimos hoje, acho importante nós fazermos os registros aqui, Presidente.

O primeiro deles é que a Dra. Patrícia Bettin Chaves reconheceu aqui que esses descontos feitos, essa roubalheira no INSS, por meio de descontos indevidos, aconteciam já desde a época em que ela iniciou como defensora pública nessa área previdenciária em 2006, correto? A senhora tem conhecimento disso desde aquela época, não é isso?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Desde 2006, não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Desde quando?

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES – Eu tenho conhecimento...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu mencionei matéria de 2010, e senhora disse que...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Tempo de Líder não é para questionamento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não é mesmo?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Então, não pode dirigir a palavra para a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Ele está coberto de razão, Marcel.

É só para as suas considerações finais.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu vou fazer as considerações e se a Dra. quiser consentir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Nós já encerramos a fase de depoimento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vamos lá, vamos lá.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu quero falar como Líder depois, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor poderia, então, me repor o tempo e aí a gente começa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu agradeço, Presidente.

Então, vamos lá.

Primeiro, a parte importante: a Dra. Patrícia Bettin Chaves disse que tinha conhecimento, Sr. Rogerio Marinho, Senador, desde muito antes de 2018, de descontos associativos, descontos feitos na folha, ou melhor, diretamente dos beneficiados do INSS, porque não há como negar que a própria imprensa dava esse tipo de notícia, ou seja, a versão inicial de que, desde 2019... Caiu por terra porque, obviamente, a própria Dra. Patrícia disse que já conhecia antes esse tipo de fraude no INSS.

O segundo ponto importante, Sr. Presidente, é que fica claro que desde 2023 houve um pedido de exclusão, ou seja, os pedidos de exclusão de descontos associativos no Governo do Lula dispararam. Isto aqui foi obtido via Lei de Acesso à Informação, e foi nessa época justamente, infelizmente um pouco tardiamente, que a Defensoria Pública da União entrou com mais afinco, participando de um GTI com o Ministério Público, mas que encerrou suas atividades depois de justamente revelado o escândalo. E aí houve uma contradição, pelo menos a meu ver aqui, da depoente quando ela primeiro disse que, em resposta a mim, não questionou o encerramento das atividades; mas em resposta ao Senador Girão, disse ela, Sr. Presidente, que se manifestou contrariamente, disse literalmente aqui: "Manifestei meu descontentamento de não ter mais esse





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

GTI". E queria pedir à Dra. Patrícia que enviasse então a prova de que ela manifestou esse descontentamento, porque, para mim, ela disse que não questionou, mas depois disse que manifestou o descontentamento. Então, quero a prova de que ela manifestou esse descontentamento.

Ela também disse que não falou com nenhum Deputado, nenhum Senador, mas as fotos revelam, eu não estava aqui no momento, que o único Deputado registrado conversando com a depoente durante esse período foi justamente o Deputado Paulo Pimenta, do PT. E, finalmente, recomendou... reconheceu que as emendas que o PT sugeriu durante o Governo Bolsonaro, que pioraram a fiscalização e atrasaram a biometria foram fundamentais para que a roubalheira acontecesse, em resposta ao Deputado Mauricio Marcon.

Então, acredito que várias das manifestações aqui foram esclarecedoras. Algumas foram controversas e precisam de esclarecimento posterior. Por isso, pedi inclusive à Dra. Patrícia que nos envie as provas de certas de suas manifestações e também dos processos que anteriormente defendeu, ou em que atuou na defesa de pessoas que foram lesadas.

Mas fica aqui também, Sr. Presidente, a minha insatisfação com esse acordão que foi costurado no Supremo Tribunal Federal, que prejudica o cidadão que vai buscar os seus direitos porque foi lesado, por dois motivos principais. O primeiro é aquele em que nós já estamos aqui há muito tempo insistindo, que é o que faz com que o pagador de impostos pague a conta quando na verdade quem deveria pagar é quem roubou. Então, nós precisamos fazer quem roubou devolver o dinheiro, porque quem está pagando a conta disso tudo é o cidadão, nós todos que pagamos impostos, brasileiros, pagando os ressarcimentos. Então, era preciso que nesse acordo houvesse também uma forma de haver esse ressarcimento para que não saísse unicamente dos cofres públicos.

Mas em segundo lugar, Sr. Presidente, muito mais grave, porque a Defensoria Pública da União participou, segundo as próprias palavras da Dra. Patrícia, de um acordo que prejudica o cidadão. Porque ela disse: "Em um acordo sempre tem que todo mundo ceder um pouco". Mas esse tipo de acordo que faz o cidadão perder o direito de recorrer no Judiciário por danos morais, de ganhar o dobro do que lhe é devido...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... é prejudicial para os mais pobres. O cara já foi roubado, não foi consultado... Porque as instituições se reuniram. É aquela coisa de Brasília, né? As elites se reúnem ali. É OAB, é Ministério Público, é Defensoria Pública, Ministro do STF... O cidadão não é consultado, fazem um acordo que é prejudicial para a vítima! A vítima já foi roubada e tem direito não só ao ressarcimento, como ainda a compensações, e a própria Defensoria Pública da União acaba aceitando essas condições.

Eu acho isso revoltante, Sr. Presidente da CPMI, Senador Carlos Viana, faço questão de me expressar aqui. Aqueles que não fizeram acordo, talvez alguns precisem fazer para receber logo, porque precisam do dinheiro para comer! Agora, quem tem condição de não fazer, lembre-se: a justiça está aí para ser feita. Espero que seja feita e que as pessoas ganhem danos morais e o ressarcimento em dobro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Pela Liderança do Governo, o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadoras e Senadores, eu nem iria usar a palavra porque eu não acho correto fazer questionamento para uma pessoa que não tem mais direito de falar. Acho inclusive que, do ponto de vista ético, não é adequado questionar uma pessoa que a gente sabe que não tem mais direito de falar. Inclusive, acho bastante esquisito esse tipo de conduta.

Em segundo lugar...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Se ela quisesse respondia...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Em segundo lugar...

Ela não tem tempo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Não, ela pode responder quando ela quiser.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Em segundo lugar, eu não vou aceitar aqui, Presidente, molecagem usando o meu nome.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Certo?

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não vou aceitar! Eu conheci a Dra. Patrícia aqui hoje junto com todos vocês. Eu jamais tive qualquer contato com a Dra. Patrícia ou qualquer pessoa da minha assessoria ou que eu conheça.

Se eu cumprimentei a Dra. Patrícia na mesa, foi por uma cordialidade, da mesma forma como o senhor, que o Relator, então, insinuar aqui que possa existir qualquer vínculo é uma irresponsabilidade, inclusive com a Dra. Patrícia, que é uma profissional de carreira da Defensoria Pública da União, e as pessoas que vêm aqui merecem respeito! Levantar suspeição sobre uma pessoa dessa maneira é estimular mentira, *fake news*, que inclusive essa gente é acostumada a fazer.

Então, não aceito dizer que o fato de que eu tenha, de forma cordial, cumprimentado a senhora, da mesma forma que o senhor ou que o Relator, estabeleça qualquer tipo de suspeição ou que ela tenha falado com a verdade, quando foi questionada se ela conhecia algum Parlamentar ou se tinha tido contato com algum assessor aqui. Então, com o meu nome, ninguém vai fazer molecagem aqui dentro.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero dizer que o depoimento da Dra. Patrícia aqui foi extremamente esclarecedor. Para resumir, num minuto, o que ela disse aqui hoje. Os escândalos explodiram a partir de 2019. Havia um grupo de trabalho instalado pelo Ministério Público Federal, que não tomou nenhuma medida concreta durante todo o período do Governo anterior, e nesse grupo de trabalho tinha INSS, tinha previdência e assim por diante. Ao longo desse período, houve uma explosão do número de entidades fantasmas que foram credenciadas pelo Ministério da Previdência, e a explosão dos descontos não autorizados acompanha o crescimento dessas entidades fantasmas que foram credenciadas durante o Governo anterior. As medidas que foram adotadas para facilitar o credenciamento das entidades fantasmas, as medidas que foram adotadas para permitir que os segurados fossem descontados sem autorização individual e as medidas que foram adotadas para que não houvesse a necessidade da renovação anual, todas elas foram adotadas durante o Governo Bolsonaro. "Ah, mas teve uma emenda do Deputado tal",





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Presidente podia ter vetado se ele discordasse, e não houve nenhum veto. É ele que assina, em última análise, as mudanças que foram feitas. E, portanto, sem essa arquitetura jurídica que foi montada, esse escândalo não teria acontecido.

E foi durante este Governo que as medidas foram adotadas para acabar com o escândalo, para acabar com o roubo. Foi este Governo, foi o Governo do Presidente Lula que acabou com o roubo arquitetado dentro do Governo Bolsonaro, e foi também no Governo do Presidente Lula que o dinheiro roubado foi devolvido. O esquema foi arquitetado, o roubo foi planejado, inicia a sua execução durante o Governo Bolsonaro e é no Governo Lula que o dinheiro é devolvido para os aposentados e aposentadas que foram lesados. Esta é a verdade. Além disso, é *fake news*, é fumaça, é tentativa de desviar o foco da investigação.

Considero, Sr. Presidente, uma audiência importante...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a condução de V. Exa. aqui hoje foi extremamente importante, o trabalho do Relator, e eu me considero extremamente satisfeito com o depoimento que nós tivemos aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Pela Liderança da Oposição, Senador Rogerio Marinho.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Antes disso, Sr. Presidente, só quero esclarecer ao Deputado, à própria depoente, Dra. Patrícia, que, se pareceu qualquer tipo de insinuação, eu retiro o que falei e entendo que o próprio Deputado se excede ao dizer que foi feito molecagem, jamais vai ser o interesse.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente, já está dada a manifestação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então eu preferiria, inclusive, que ele também pudesse, nesse sentido, recuar no que diz, porque aqui não foi nenhuma insinuação. E se foi entendido dessa forma, Deputado, todos nós aqui cumprimentamos as pessoas na mesa. Eu talvez tenha entendido errado, pelo que eu ouvi de antes. Agradeço.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu aceito o seu pedido de desculpa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu vou tentar ser breve aqui. Eu não vou reprisar o processo que eu já falei anteriormente. Eu acho que estou contemplado.

Eu quero novamente agradecer aqui à Dra. Patrícia, dizer a ela que, sem dúvida nenhuma, o fato de ser servidora pública... A senhora demonstra que está à disposição da sociedade, a sua indignação... Eu apenas questioneei, na hora em que lhe perguntei, por que, só em 2019, a senhora tomou pessoalmente conhecimento de situações que estão na imprensa desde sempre – eu tenho até várias reportagens aqui a respeito do tema. Só.

É evidente que cada um fala o que quer, a narrativa está aí. Eu espero que o Deputado Gaspar tenha condição de se debruçar sobre os fatos, verificar que é importante a gente prestar uma satisfação à sociedade. Nós estamos vendo aqui que a narrativa é repetida até a exaustão, é aquele negócio: "A gente tem que repetir para ver se dá certo". Quando eu falei: "Acuse-os do que você faz; chame-os do que você é", a gente está vendo aqui o que está acontecendo na prática, mas a verdade vai acontecer, vai aparecer. E o que importa, a quem está nos assistindo agora, é que aqueles que de alguma forma perpetraram esse crime sejam expostos, e, sendo expostos, ou por omissão ou por cumplicidade, que eles possam de alguma forma ser penalizados, porque é o que o Brasil espera de todos nós.

Eu não tenho dúvida de que nós vamos ter aqui seis meses, não é, Presidente Carlos Viana?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – V. Exa. hoje já demonstrou muita paciência, a senhora abriu aqui os trabalhos, sem dúvida nenhuma, com uma enorme carga de experiência, de trabalho, e deve ter visto aqui também a multiplicidade de visões de Brasil, mas isso aqui é o Parlamento brasileiro. E eu não tenho dúvida, nenhuma dúvida, de que a gente vai chegar ao que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos nós queremos e esperamos, que é identificar os culpados, ressarcir os cofres públicos e estabelecer mecanismos para isso não acontecer mais.

Inclusive, só para fechar, quero lembrar que fiz um requerimento solicitando que fosse sobrestada qualquer tentativa de se voltar a cobrar desconto associativo, pelo menos até o final dos trabalhos da CPMI, para que a gente evite qualquer transtorno para os aposentados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rogerio Marinho.

Para encerrarmos a terceira fase desta sessão, a Sra. Patrícia Bettin Chaves tem direito a cinco minutos para as considerações finais.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para depor.) – Serei breve aqui na minha exposição, encerrando a minha fala e dizendo que vim para esta Comissão espontaneamente, porque eu fui convocada em menos de 48 horas, concordei em ser a primeira a ser ouvida nesta Comissão e vim em caráter colaborativo aqui a esta Comissão.

Foi falado muito sobre o Grupo de Trabalho Interinstitucional Previdência e Assistência Social. Esse grupo foi criado pelo Ministério Público Federal em meados de 2018, a Defensoria Pública da União entrou durante a pandemia, em meados de 2019 e 2020. E esclarecer aqui que esse grupo não apreciava apenas questões de descontos associativos, apesar de ter sido abordado em várias pautas aí do GTI. E ele tem o intuito de proporcionar a resolução extrajudicial entre os órgãos públicos sobre a temática previdência e assistência social. Então, o caráter dele é um caráter de resolução extrajudicial. Ele visa a buscar a resolução extrajudicial das demandas previdenciárias e assistenciais.

Também gostaria de frisar aqui que a Defensoria Pública da União, com 683 defensores públicos federais, não consegue chegar a toda a população. Ela está em somente 33% das subseções judiciárias federais do Brasil. Se nós tivéssemos mais defensores públicos federais, talvez menos pessoas tivessem sido atingidas, e conseguíssemos identificar os descontos indevidos e possibilitar a exclusão e a defesa das pessoas mais vulneráveis.

Então, gostaria aqui de ressaltar e parabenizar o trabalho de todos os defensores públicos federais. São 683 defensores públicos federais para todo o Brasil. E não estamos devidamente





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

interiorizados. Não é um trabalho fácil. E o nosso intuito sempre foi e sempre será representar a população mais vulnerável, aquela população que não possui condições de pagar e custear um advogado. Não somos órgãos de controle, não somos órgãos de acusação e persecução penal.

Então, gostaria de encerrar esta minha fala agradecendo aqui a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado à Sra. Patrícia Bettin Chaves, Defensora Pública da União.

Quero agradecer também a todos os telespectadores da TV Senado, os nossos ouvintes da Rádio Senado, da TV Câmara, da Rádio Câmara, que acompanharam os trabalhos desde o início da manhã.

Conforme publicado na pauta, a próxima oitiva será realizada em caráter secreto, não por desejo deste Presidente ou de qualquer membro, mas pela solicitação do delegado da Polícia Federal que será ouvido. Portanto, transformo a presente reunião em reunião secreta.

Antes de iniciarmos, eu determino que seja interrompida a transmissão pela TV Senado, pela internet, pela Rádio Senado, e que permaneçam no Plenário os Senadores, os Deputados Federais, a Secretaria da Comissão, a Taquigrafia, o depoente e seus advogados, um advogado do Senado, três assessores do Governo e igual número da Oposição e também do Relator. Determino que a Polícia do Senado Federal cumpra essa determinação. Peço aos demais que, por gentileza, se retirem do plenário, todos aqueles que não estão autorizados a permanecer no recinto.

Suspenderei a reunião por 30 minutos, para que a polícia realize a varredura no plenário.

Está suspensa a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Suspensa às 16 horas e 35 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e dez minutos do dia hum de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Leila Barros, Randolfe Rodrigues, Tereza Cristina, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Delegado Fabio Costa, Rafael Brito, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Romero Rodrigues, Beto Pereira, Mário Heringer, Zé Trovão, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Rogério Correia, Orlando Silva, Bruno Farias, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares Delegado Caveira e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Omar Aziz, Jussara Lima e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezenove horas e vinte e um minutos e reaberta às dezenove horas e cinquenta e um minutos. A reunião é suspensa às vinte e três horas e dezenove minutos e reaberta às vinte e três horas e vinte e cinco minutos. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva Eli Cohen. Finalidade:** Oitiva do Sr. Eli Cohen. Oitiva do Eli Cohen, Advogado, em atendimento aos requerimentos 811/2025, 826/2025 e 883/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1486 de 2025** que: "Representação por Prisão Preventiva das pessoas listadas." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às zero horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/01>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde, senhoras e senhores, boa tarde.

Peço que todos tomem seus lugares. Já, por gentileza, diminuamos o barulho na sala, para darmos início à nossa 4ª Reunião da CPMI do INSS.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data de 1º de setembro do corrente ano.

Quero agradecer a participação de todos, numa segunda-feira.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 28/08/2025.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Algumas recomendações aqui, antes, que eu tenho conversado com o Relator, e eu quero pedir ao Líder do Governo, também ao Líder da Oposição, os dois já estiveram comigo aqui, com a representação... Nós tomamos a decisão de convidar os ex-Ministros da Previdência, numa forma de gentileza e, principalmente, de colaboração, mas a Secretaria tem entrado em contato com os nomes, e nós não temos, oficialmente, até o momento – eu sei que já veio o *e-mail*, mas não chegou às mãos desta Presidência –, as datas em que eles se dispuseram a vir.

Então, nós vamos continuar insistindo por mais alguns dias no convite, mas, se não houver uma resposta positiva dos ex-ministros, sejam quais nomes forem, eu vou propor a este Plenário nós transformarmos em convocação, porque, como nós dissemos desde o início, aqui não há





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém blindado. Nós chamaremos todos que estiverem envolvidos e que, naturalmente, tiverem informações importantes e relevantes a darem a esta Comissão.

Peço a gentileza aos senhores que têm contato, que entrem em contato, e que eles venham de forma espontânea, convidados, para que a gente possa manter aqui os trabalhos.

Caso contrário, nós passaremos à convocação.

Antes de...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu tenho uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, questão de ordem, Líder Paulo Pimenta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu queria também fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, dentro desse espírito da transparência e do acesso às mais amplas informações que possam colaborar com o trabalho da CPI, eu fiquei muito preocupado e quero saber se V. Exa. pretende recorrer, qual é o andamento que V. Exa. pretende dar para um parecer do advogado do Senado Sr. Marcelo Cheli de Lima considerando que é inconstitucional requisitar informações de acesso de pessoas a gabinetes parlamentares.

Presidente, eu já participei de outras CPIs na minha vida, eu considero algo inaceitável que esta Comissão não tenha o direito de saber se alguns desses suspeitos, criminosos, representantes das entidades visitaram a Câmara e o Senado e em que gabinetes eles estiveram. Parece-me algo tão primário que eu fico preocupado quando eu vejo um parecer como esse.

Imaginem os senhores e as senhoras se algum membro aqui da Comissão, por exemplo, era alguém cujo gabinete o criminoso frequentava, e nós não vamos ficar sabendo? Nós não vamos ficar sabendo se algum membro aqui da Comissão ou outros Parlamentares da Casa tinham algum tipo de vínculo, de proximidade?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não estou entendendo, Sr. Presidente, e acho, eu até brincava agora com alguns colegas, que esse é um requerimento que pode, inclusive, unificar todo mundo aqui na Comissão, independente de oposição ou Governo. Eu acho inaceitável que nós possamos concordar com um parecer como esse, que, na minha opinião, está cerceando o nosso direito de investigar.

Então, quero pedir a V. Exa. que recorra dessa decisão, dizendo que nós temos a obrigação de ter acesso para saber, de fato. Eu fico muito preocupado e fico até surpreso com um parecer como esse, porque aqui é uma Casa pública. Nós somos todos Parlamentares. O acesso à Casa é público. Nós somos representantes da população. Por que razão alguém estaria preocupado em esconder que gabinetes os suspeitos ou representantes dessas entidades frequentavam?

Então, peço a V. Exa. que, como Presidente desta Comissão, se insurja diante desse parecer e busque uma mudança de posição a respeito dessa orientação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Presidente, só para esclarecer, V. Exa. me permite uma questão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – O que o Deputado Paulo Pimenta falou tem total pertinência e eu acredito que une todas as bancadas.

Eu iria pedir a V. Exa. que, se possível, fizéssemos hoje uma extrapauta solicitando essas informações do Senado para ter essa negativa oficial; e, a partir daí, V. Exa. decide, com o Colegiado, o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – V. Exa. poderá proceder ao requerimento e o colocaremos em avaliação, assim que estiver registrado.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Já tem um registrado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Pela ordem, o Deputado Marcel van Hattem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo em seguida, o Senador Contarato.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Bom, Presidente, eu vou aproveitar o ensejo para tratar deste assunto de forma muito breve – porque não era do que eu trataria, mas sim, do próximo –, mas quero dizer que a concordância nossa é integral.

Estávamos mesmo falando, o Senador Girão e eu, que ele levantaria a questão de ordem, já no início também dos trabalhos, de que é um absurdo completo negar a uma CPI – imaginem! – o acesso às informações das câmeras de quem frequentou que gabinete ou de qualquer tipo de registro de entrada de gabinete.

Precedente igual talvez só quando o Dino mandou apagar as imagens do 8 de janeiro, e a gente sabe no que deu depois. Ninguém teve acesso à verdade mesmo naquele caso, e ficamos contentes em ver o PT, desta vez, querendo a verdade, aqui, de quem acessou que gabinete no Senado da República ou na Câmara dos Deputados.

Portanto, total apoio a esse requerimento.

Queria lembrar também, Sr. Presidente, que, ao final da noite, na quinta-feira, nós encontramos uma aposentada de nome Ezimar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e foi feito o Requerimento 1.363, conforme nós havíamos tratado, para que ela pudesse ser convocada na condição de testemunha. Eu queria questionar V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... se não era de colocarmos em comum acordo as bancadas como extrapauta neste pedido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Inclusive, eu também entrei com um requerimento no mesmo sentido.

Antes, o Senador Fabiano Contarato com a palavra, pela ordem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Sr. Presidente, questão de ordem depois. Questão de ordem, Rogerio Marinho, depois, na sequência.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por gentileza, eu quero, aqui, chamar também a atenção dos colegas Senadores e Deputados de que um dos princípios que rege a administração pública é a impessoalidade.

Eu não recebo ninguém no meu gabinete, aqui, para tratar de assunto pessoal. Assunto pessoal eu trato em casa, eu trato num café, eu trato em qualquer lugar. Aqui, nós representamos as unidades da Federação.

Então, esse argumento, eu sugiro a V. Exa... Com todo o respeito ao Relator, não é buscar informação, não; é pautar o requerimento. E quem se julga... Que o Supremo decida sobre isso, se for o caso.

Agora, aqui nós temos que entender que um dos princípios que rege a administração pública lá no art. 37 é a impessoalidade. Onde já se viu decretar sigilo de cem anos para acesso de uma pessoa que está visivelmente comprometida com a prática criminosa? Quem nada deve nada teme. Ora, é isso que tem que ser visto aqui.

Então, eu sugiro que paute o requerimento e quem se julga ou não a parte interessada que busque a tutela jurisdicional do Estado, através dos meios legais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Mas a função, aqui, da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito é pautar esse requerimento, e a gente tem que chamar e buscar essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Questão de ordem, Senador Rogerio Marinho.

Senhores, questão de ordem. Antes, questão de ordem; depois, pela ordem.

Questão de ordem, Senador Rogerio Marinho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem a respeito de uma decisão a que nós fomos, na verdade, expostos hoje, de uma maneira inopinada, pelo Presidente do Congresso, Sr. Davi Alcolumbre, que muda a composição dos blocos partidários.

Então, nós temos... Eu acho que foi o Senador Randolfe que fez esse questionamento na...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Sr. Presidente, só a atenção de V. Exa., depois V. Exa. conversa com o seu auxiliar. Só um pouquinho, porque é importante.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Eu já tenho a resposta, mas vou ouvir até o final.

Por gentileza.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Agradeço a gentileza de V. Exa.

Houve um questionamento de ordem, eu acho que foi na reunião passada, ou na...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Que foi respondido, inclusive, na mesma noite.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não, V. Exa. disse que iria encaminhar ao Presidente do Congresso. E o Presidente do Congresso, parece-me... Foi de V. Exa. a decisão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não. Eu respondi que esta Presidência não poderia manter a questão de ordem...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... uma vez que a decisão era exclusiva e diretamente de ofício da Presidência do Congresso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Era a minha informação anterior, por isso eu estou me dirigindo a V. Exa. agora, diante dessa premissa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – E o Presidente resolve desconstituir os blocos e, no caso da Câmara, por exemplo, retira o PV, o PT e o PCdoB, parece-me, do bloco e restabelece a questão da precedência dos suplentes.

Qual é a preocupação que eu tenho? E quero externar para V. Exa., porque vou fazer esse questionamento ao Presidente do Congresso amanhã na sessão do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – E, dependendo de como essa questão venha, eu acredito que nós só temos uma maneira: de recorrer ao Judiciário, porque isso afronta, inclusive, a própria jurisprudência desta Casa congressional.

Em 8 de janeiro, na CPMI de 8 de Janeiro, o próprio Senador Randolfe mudou de bloco após a decisão da conformação de cada um dos blocos, e, naquela oportunidade, fomos nós que questionamos a Mesa do Congresso Nacional dizendo que não poderia haver aquela composição. E foi decidido que a composição era exatamente a mesma por ocasião – deixe-me ver aqui qual foi – da 1ª e da 3ª sessão legislativas ordinárias de cada legislatura, conforme regularmente referendado e comunicado pela Secretaria-Geral da Mesa de cada uma das Casas. Ademais, para fins de composição dos blocos parlamentares, será considerada aquela na data da leitura do requerimento de instalação da Comissão.

Então, veja que é uma decisão frontalmente contrária à que aconteceu na CPMI anterior. Desculpe-me citar o Senador Randolfe, mas é porque ele foi um personagem das duas situações. Lá, ele foi o causador do nosso questionamento e aqui ele foi quem questionou a Casa congressional, pedindo um tratamento diferenciado – que foi concedido a ele, Senador, naquela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Então, eu estou apenas colocando aqui, de forma bem clara...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... que há parcialidade nesse processo.

Eu peço a V. Exa. o apoio e vou questionar... Sei que não foi de V. Exa. a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não foi.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Mas quero deixar público a todos aqui que isso é mais um golpe, no sentido de tentar alterar maiorias. Amanhã, vou questionar o Presidente e, infelizmente, talvez seja forçado e impelido a ir pela via judicial, o que não quero, porque eu acho que a gente tem que decidir entre nós.

Agora, não dá para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... aceitar calado o fato de que, de uma CPMI para outra, a palavra relativa, que virou a palavra da moda aqui no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... venha se colocar para tentar beneficiar esse ou aquele grupo político.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Obrigado, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – É lamentável o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu não recolho a questão de ordem de V. Exa. porque a formação dos blocos é fruto de acordo. Quando o acordo é desfeito, a legislação deixa claro que a decisão é do Presidente do Congresso. E houve uma decisão favorável a que se desfizesse, portanto, essa CPMI não terá como dar sequência, a não ser que um novo acordo seja feito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não recolho a questão de ordem de V. Exa., porque a formação dos blocos é fruto de acordo. Quando o acordo é desfeito, a legislação deixa claro que a decisão é a do Presidente do Congresso, e houve uma decisão favorável a que se desfizesse, portanto, esta CPMI não terá como dar sequência, a não ser que um novo acordo seja feito.

Pela ordem, Senador Rogério Correia.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Na contramão do que foi decidido anteriormente, Sr. Presidente, deixe claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim. Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu vou acabar me candidatando a Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Uai, Excelência...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Porque V. Exa. vive...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Se tiver voto, será bem-vindo a esta Casa. *(Risos.)*

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – V. Exa. vive me promovendo a Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Ah, é verdade.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É hábito aqui, toda vez... Mas eu gosto de abençoar as pessoas, né? Dizem que isso aqui é o céu e não precisa morrer, então...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu agradeço.

Voto, eu não sei se eu tenho, mas agradeço a bondade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Rogério Correia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Senador Viana, primeiro, eu queria contraditar, me permita meu nobre colega e Senador Rogerio Marinho, talvez ir à justiça pudesse ser algo realmente para que a gente deliberasse corretamente acerca da interpretação do Regimento Interno, tanto da Casa quanto do Senado. No caso da Câmara, por exemplo, as indicações, tanto de titulares quanto de suplentes, foram feitas pelas lideranças partidárias e não pela liderança de bloco.

Então, é realmente estranho que os suplentes sejam de um determinado partido, e não do partido que indicou o titular e o suplente. Eu acho que o que está equivocado foi realmente... E nós não entramos com isso na justiça, mas se o Senador Marinho quiser entrar, pode ser algo a esclarecer, se isso vale os suplentes do bloco ou dos partidos que fizeram a indicação, lembrando que não foram os blocos que indicaram e o Líder do bloco, e sim os Líderes partidários. Então, me parece que foi equivocado considerar os suplentes do bloco e não dos partidos que indicaram. É uma boa questão, Senador Marinho, para que a gente visse, mas, Presidente, foi apenas para contrapor, mas o que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mesmo fazer questão de ordem é no sentido da extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu concordo com o que meu colega Deputado Paulo Pimenta colocou, também não tenho nada a ver com o requerimento apresentado pelo Deputado Van Hattem, mas eu tenho também vários outros requerimentos que estão na ordem que eu poderia pedir para a extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu pediria a V. Exa. que nós seguissemos o acordo e fizéssemos uma votação dos requerimentos na reunião convocada, porque senão vai virar uma moda de pedir requerimentos extrapauta e vira um casuísmo: uns aceitam, outros não. Então, sem ter divergência, eu não quero colocar na fila os que eu acho também que teriam urgência a não ser em reunião deliberativa. Eu pediria a V. Exa., portanto...



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... que não deliberasse extrapauta em nenhuma das reuniões, a não ser que V. Exa. determine a votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, vamos ao Relator, o Deputado Alfredo Gaspar; em seguida, ao Senador Jorge Seif.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, quero agradecer a V. Exa. e esclarecendo a sugestão que V. Exa. disse para adentrar com um pedido, o Requerimento 276/2025, do Senador Izalci Lucas, e o Requerimento 1.098/2025, da Deputada Adriana Ventura, já solicitam o relatório completo dos registros de entrada do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, Careca do INSS, nas dependências do Senado Federal, entre janeiro de 2019 e julho de 2025. Portanto, qualquer um dos dois requerimentos atendem bem ao pedido de extrapauta que eu solicito a V. Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Esses requerimentos todos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor.

Os requerimentos todos estão previstos já para a próxima pauta de quinta-feira, já estão, todos eles, já demarcados.

Nós só não votaremos – e aqui vou deixar os Deputados e Senadores esclarecidos – os requerimentos que não estejam dentro do mérito da CPMI, questão de seguro-defeso, por





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, e questão de BPC não estão dentro do nosso escopo de trabalho. A questão dos bancos e dos consignados será numa segunda fase, porque nós temos muitos requerimentos de informações que já estão se acumulando e, na próxima quinta-feira, nós votaremos e colocaremos...

Outro ponto importante com relação ao requerimento da Deputada Adriana Ventura e dos demais: parecer não é decisão final. O parecer simplesmente dá um entendimento que pode ser levado em consideração ou não. Nós temos um parecer sobre a visita aos gabinetes, mas esse mesmo parecer, enviado pela advocacia – eu li com muito cuidado –, não nos impede em momento algum de ter acesso às entradas deles na Casa e também até na própria Câmara dos Deputados.

A questão da visita aos gabinetes será fruto de discussão jurídica que, aprovando aqui o Plenário, que é soberano, naturalmente, nós buscaremos resolver o mais rapidamente possível para que a gente tenha essas informações.

Na sequência, eu vou pedir ao Senador Jorge...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Presidente, só com relação a esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não, não, não! Só um instantinho, Senador! Pela ordem, só um instantinho, senão a gente... Porque todos aqui têm a sua hora. Perdoe-me, Senador.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Inscreva-me por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Jorge Seif, só um instantinho, porque o Deputado Zé Trovão pediu pela ordem antes de V. Exa., e eu acabei furando a fila.

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, este foi o fruto dos meus primeiros requerimentos: a quebra de sigilo. Tudo em que se coloca sigilo já está viciado, e me assusta muito, ou não me assusta nada, partindo de Davi Alcolumbre, esse tipo de atitude, o que nós não podemos permitir.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vou me somar à fala de Paulo Pimenta. Pela primeira vez eu vou me somar à fala de um petista: nós estamos tratando de uma CPI que não pode se iniciar com vício algum, senão nós já vamos estar fadados ao fracasso. É importante essa quebra de sigilo, temos que saber, sim, qual foi o intuito da visita no gabinete do Deputado ou do Senador, quais foram os frutos de tudo isso, porque tem muita coisa que está escondida através deste roubo do INSS, que é muito maior do que parece, inclusive assuntos que iremos tratar aqui hoje. Não podemos permitir! Acho importante esse extrapauta e foram os meus primeiros requerimentos. São nove requerimentos que eu fiz de quebra de sigilo do Senado, da Câmara, porque a gente não pode permitir isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senador Jorge Seif. Em seguida, Senador Izalci Lucas e Deputado Orlando Silva.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria lembrar às senhoras, aos senhores e a todo o Brasil que está nos assistindo que a Polícia Federal já tem até o nome de Senadores e Deputados que recebiam mesadas das instituições que roubaram os nossos aposentados. Foi uma reportagem na semana passada da Record. Então, a Polícia Federal podia já contribuir e inclusive evitar ritos processuais e demora, e já liberar o nome de quais são os Deputados e Senadores que recebiam mesada dessas instituições que roubavam os nossos aposentados.

Outra coisa, Sr. Presidente, o art. 5º, o art. 37 e o art. 216 da Constituição Federal falam sobre transparência na gestão pública e no trato público, então, eu acho que não é necessário nós judicializarmos. O Senado Federal e a Câmara Federal já precisam dar transparência sobre onde esse vagabundo, esse ladrão de aposentado foi e com quem ele tinha acordo! E a Polícia Federal, que provavelmente está nos assistindo, já pode revelar os nomes! E, se tiver alguém aqui dentro, Deputado ou Senador, que participava e que recebia mesadinha de dinheiro roubado dos nossos velhinhos, que se cumpra a lei contra essas pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela Liderança do Congresso, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Randolfe Rodrigues.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela Liderança.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, é bem breve. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a escolha e predileção que o meu querido Líder da Oposição, Rogerio Marinho, tem em fazer referência a nós, mas, desta vez, não fui o autor que apresentou essa questão de ordem na semana passada, foi o meu caríssimo colega, coordenador da nossa bancada aqui na CPML, o meu querido Paulo Pimenta.

De qualquer sorte, Presidente, ao que me parece, isso é uma questão que V. Exa. vai submeter ao Presidente do Congresso e, pelo que eu ouvi do meu caríssimo Rogerio Marinho, pode ter, inclusive, desdobramentos. Ao que me parece, o que rege a formação dos blocos é o Regimento Comum. Sobre tal tema, o Regimento Comum é omissa e remete, subsidiariamente, à seguinte ordem hierárquica: primeiro, o Regimento do Senado; depois, o Regimento da Câmara.

Diz o Regimento do Senado, na inteligência do art. 81: "O lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao líder respectivo pedir, em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado". É o que diz, desde 1970, quando foi confeccionada a atual versão que temos do Regimento do Senado.

Então, não creio que não há, sobre o tema, qualquer rasgo de relatividade. O tema é claro, o Regimento Comum é omissa, remete ao Regimento do Senado, subsidiariamente remete ao Regimento da Câmara. Já foi feita a questão de ordem pelo meu colega Paulo Pimenta, V. Exa. já se manifestou e já se pronunciou sobre o tema. Secundariamente, pode ser remitido ao Sr. Presidente do Congresso, o Senador Davi Alcolumbre, e, caso não haja entendimento, vai até a última via para o seu recebimento. Não creio que há grandes controvérsias sobre o tema a serem respondidas.

Só, por último, foi apresentado pelo meu colega, o Senador Rogério Carvalho, muito bem projetado pelo senhor como Senador – não sei se essa será a escolha do meu colega Deputado, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Rogério Correia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Correia, perdão. O Senador já é o Rogério Carvalho. Meu colega Rogério Correia.

Em relação às nossas deliberações, eu acho que nós estabelecemos um acordo preliminar, em uma das primeiras reuniões da CPMI, com a presença do meu colega Líder da Oposição, com a presença desta Liderança de Governo e do meu colega Pimenta também, sobre o rito de deliberações: cumprir os pré-requisitos que também estão nos Regimentos, que tenham previsibilidade e sejam anteriormente anunciados. Mesmo em temas consensuais, eu creio que é de bom tom seguirmos esse roteiro já por nós muito bem acordado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Na reunião respectiva, com pauta anunciada, fazemos as deliberações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Eu tenho aqui, pela ordem, o Senador Izalci Lucas e o Deputado Orlando Silva, o.k.? Acredito que... Mais alguém pediu pela ordem para... Então, só um instante, Senador Marinho. Só um momentinho, só para eu não fazer injustiça com outros parceiros, colegas que tenham pedido.

Então, temos esses dois, mas, pela Liderança da Oposição, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. *Fora do microfone.*) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está sem áudio, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. *Pela Liderança.*) – Agradeço a V. Exa.

É apenas para deixar claro que a defesa que é feita pelo Líder Randolfe é muito bem-feita, só que é fora do proposto. O art. 26 do Regimento da Câmara fala que "A distribuição das vagas nas Comissões Permanentes entre os partidos e blocos parlamentares será organizada pela Mesa logo após a fixação da respectiva composição numérica e mantida durante toda a legislatura", mas essa é uma questão que eu apenas frisei aqui, Senador, entendendo que nem o Presidente da Comissão, nem V. Exa., nem nós temos ingerência sobre o caso que eu vou levar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... ao Presidente do Congresso.

Em relação ao que foi colocado pelo ilustre Senador Randolfe em relação à questão dos requerimentos inopinados, nós fizemos, de fato, um acordo de que os requerimentos fora de acordo deveriam ser objeto de um novo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Então, é apenas para deixar claro que eu participei, inclusive com o Deputado Marcel van Hattem, que está ali presente...

Deputado Marcel van Hattem, quase que eu o chamo de Senador também, mas vaticinando o futuro. (*Risos.*) Participei com V. Exa. e com o Deputado Marcel van Hattem, futuro Senador, desse entendimento.

Então, acho que qualquer outro requerimento que seja votado, desta pauta, realmente, seria importante ser fruto de um acordo, da aquiescência de todos aqui ou da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Pela ordem, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só para complementar, o nobre Relator citou o meu Requerimento 276 com relação ao Senado, mas eu quero lembrar que eu tenho um requerimento também, na sequência, para a Câmara e para o INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Nós precisamos saber também, lá no INSS, com quem o Careca conversava, na Câmara e no Senado, então são três requerimentos que devem ser colocados na pauta.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Todos esses requerimentos estão previstos para a próxima quinta-feira, a nossa votação, em sessão deliberativa.

Pela ordem, Deputado Orlando Silva.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Cumprimento-o aí pela condução dos trabalhos, cumprimento todos os Parlamentares.

Na verdade, Presidente, eu vou ouvi-lo, porque o tema, quando eu pedi a palavra, versava sobre a apreciação dos extrapauta. Na verdade, é melhor que o senhor expresse qual é a conclusão nossa, se apreciaremos ou não, porque sou daqueles que defendem que votemos aqui todos os requerimentos que caibam no objeto da CPI, porque acredito que esta CPI deve investigar a fundo, doa a quem doer, para identificar a responsabilidade e punir exemplarmente quem assaltou os nossos velhinhos, nossos aposentados e pensionistas.

Eu só quero me somar àqueles que defendem a manutenção do acordo, que, na sessão de hoje, façamos as oitivas, mas aguardo sua manifestação, que, imagino eu, seja nesse mesmo sentido de fazermos as deliberações conforme o programado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Eu, diante da colocação tanto da Oposição quanto do Governo, peço paciência ao Deputado Marcel van Hattem, é o meu requerimento, que também subscrevi, e o colocaremos em votação, na próxima quinta-feira, para que mantenhamos o ritmo que foi acordado anteriormente.

Eu convido a tomar assento à mesa o Sr. Eli Cohen.

A reunião será transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. As perguntas dos aposentados que nos acompanham em todo o Brasil são muito bem-vindas.

Antes de darmos início, eu quero aqui fazer uma saudação e um agradecimento. Na última sexta-feira, saí em viagem pelo interior de Minas Gerais – acredito que os senhores todos devam estar diante da mesma sensação –, visitei em torno de oito cidades durante o final de semana, da sexta até o sábado, e, em todas as oito cidades, há uma unanimidade de uma expectativa muito grande sobre o trabalho desta Comissão: pessoas simples de todos os lugares, de todas as idades, desde jovens até os mais velhos aposentados, me procurando para dar os parabéns a esta Comissão e expressando a satisfação em nos assistir e acompanhar o nosso trabalho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No sábado à noite, para que os senhores tenham uma ideia eu participei dos 40 anos da Convenção do Triângulo Mineiro da Assembleia de Deus. E é uma igreja, Relator, onde as pessoas até não têm o hábito de aplaudir. Eles são muito disciplinados, porque é uma igreja de uma disciplina, o pessoal. E quando eu fui anunciado e quando eu falei que a CPMI não blindaria ninguém, que nós colocaríamos aqui todas as informações de interesse da população, eu fui aplaudido por toda a igreja.

E isso, eu transmito aos senhores, esse desejo do povo brasileiro de que essa impunidade acabe no Brasil. Não tem cabimento o que os senhores acompanharam conosco aqui no depoimento do delegado. A Polícia Federal tem nomes, a Polícia Federal tem os meios, tem como todo o dinheiro foi retirado das contas dos aposentados, e nós não temos ninguém preso até hoje. Nós não temos um bloqueio de bens até o momento. Isso é de uma impunidade vergonhosa no Brasil.

E nós aqui não vamos... Eu fiquei feliz de ouvir a todos aqui da oposição e do Governo. Nós não vamos passar a mão na cabeça de ninguém. Esta CPMI vai colocar para fora todas as informações que a população brasileira deseja. E eu peço aos senhores esse compromisso e quero agradecer a paciência com que têm tratado os momentos tensos em que a gente consegue voltar ao princípio, que é da investigação da CPMI. Os senhores estão de parabéns, porque temos demonstrado ao povo brasileiro que estamos em um só sentimento de dar respostas à população.

Nosso depoente já está... *(Pausa.)*

Não, o assessor, infelizmente nós... Não, eu vou... Não é possível, Excelência. V. Sa. tem toda a experiência. O advogado? É advogado ou assessor? *(Pausa.)*

Ah, não, então, por gentileza. Porque se fosse um assessor... Por gentileza. Está muito bem. Se é o advogado, e principalmente porque o senhor está aqui voluntariamente, queremos agradecer já a disponibilidade de conversar com esta CPMI.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Passo a palavra ao convidado, advogado Eli Cohen, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados, primeiro, gostaria de deixar registrado que me sinto honrado...

Eu não preciso disso.

Eu me sinto honrado de poder colaborar com o mérito desta CPI.

Por outro lado, deveria me sentir feliz, mas, na verdade, não me sinto feliz, porque nós, nosso grupo de trabalho acabou tendo contato com muitos desses aposentados que foram vítimas, muitos desses 6 milhões de aposentados que foram vítimas dessa fraude sórdida, né? E nada, nada...

Por mais que eles recebam o dinheiro de volta, por mais que esta CPI tenha o sucesso completo de eliminar a possibilidade desse absurdo – e, no final, creio que os senhores vão entender por que eu digo absurdo de fraude: ter acontecido por tanto tempo, mais de 15 anos – , ninguém vai devolver, ninguém vai devolver para esses aposentados o sofrimento que eles passaram.

Eu recebi aposentados que, por exemplo, não... Estavam sendo descontados porque eram cegos; ou então, um que, por exemplo, disse que a mãe dele era descontada de um plano odontológico, mas ela não tinha um dente na boca. E casos e casos e casos assim, em que foram eles que nos incentivaram a continuar esse calvário. Eu digo que foi exatamente um calvário até chegar neste momento aqui, porque os senhores não têm a menor ideia da dificuldade de, infelizmente, fazer com que as autoridades tomassem uma providência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja que nós não só desvendamos a materialidade, nós chegamos à autoria. E eu espero que esta CPI faça o mesmo com outras, outras entidades – o mesmo, porque todas elas trabalham da mesma forma. Aliás... Aliás, vou deixar bem claro para vocês. Me desculpe, Sr. Relator, mas se eu o Sr. Relator fôssemos, agora, montar uma associação ou um sindicato voltados aos aposentados, nós teríamos que roubar para que ele desse certo. Não há a mínima – a mínima – possibilidade de esse modelo de negócio existir sem roubar. Não há, e eu vou provar isso. Veja, eu vou provar isso.

Então, espero poder realmente colaborar com esta CPI e me coloco à disposição para esclarecer qualquer coisa.

Se me permitir, eu tenho aí um eslaide que poderia, didaticamente, mostrar como funciona essa organização. A verdade: como funcionam todas as organizações...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Determino à Secretaria que faça a exibição do material trazido pela testemunha.

O SR. ELI COHEN – O que é isso aqui? *(Pausa.)*

Eu só quero um eslaide. Eu só quero um – um. *(Pausa.)*

Esse.

Eu posso levantar, pessoal, e ir até ali?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN *(Fora do microfone.)* – Tudo bem, mas eu acho que vão me ouvir.

Pessoal, vocês vão conseguir me ouvir.

Vejam bem, ele é extremamente didático.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Peço silêncio, por favor, da sala, para que a gente possa ouvir a testemunha, para ficar gravado. *(Pausa.)*

Só um instante, Sr. Cohen. Só um instante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquele microfone ali lhe atende?

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) – Aquele? Eu creio que sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Porque eles vão pegar um sem fio, para que o senhor... Porque é necessário gravar a fala.

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) – Vamos lá.

Eu sei o que os senhores precisam...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não; não, não, não. Não. Só um instante, Sr. Eli Cohen, por gentileza.

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor, para a gente poder fazer a caminhada. (*Pausa.*)

Ali, olhe.

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) – Pronto, melhorou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Segure o tempo dele; segure o tempo dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, ele terá todo o tempo para fazer a explicação necessária aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pode dar início nesse microfone, Sr. Eli Cohen. Antes de ir ao quadro, pode dar sequência...

Já está ligado aí?

Isso, pode começar a dar sequência nesse microfone.

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) – Aqui?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Isso. Luiz Lima, ajude...

O SR. ELI COHEN – Está bom. Vamos lá. *(Fora do microfone.)*

Esta organização funciona para três associações: Ambec...

Vamos lá.

Ambec... *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Aí, pronto. Já está.

O SR. ELI COHEN – Alô, alô. O.k. O.k.

Ambec, Cebap e Unsbras, perfeito? Esse modelo que eu vou explicar – vou deixar bem claro isto aqui – funciona para todos os sindicatos e para todas as associações; todos! Todos, só mudam os personagens; o que não muda é a vítima: o aposentado. Sempre é a mesma; essa não muda, desde 2005. Perfeito?

Vamos lá.

E eu digo 2005, pessoal, não para favorecer um ou outro; não é isso. Eu trabalho com fatos, eu trabalho com ciência, perfeito? Tudo que eu estou falando aqui está provado, e vou deixar com o Presidente tudo separado para que vocês possam ter acesso às fontes de tudo que eu falar aqui. Sou responsável por tudo isso.

Vamos lá.

Muito bem.

Vejam assim: são dois núcleos, basicamente dois núcleos.

O núcleo que eu vou chamar "de Brasília", mas nem precisaria ser Brasília, é só porque o INSS está aqui... É no núcleo de Brasília, onde você tem o lobista, que neste caso é o Careca – e eu espero que vocês encontrem os outros carecas. Tem vários.

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Inclusive, pode anotar mais um nome aí: Márcio Alaor. Esse é um Carecão!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN – Márcio Alaor. Esse é o papa do consignado, do empréstimo consignado. Mas isso é, isso...

Vamos... Vamos lá.

Então, funciona exatamente assim: este cidadão aqui tem o controle do departamento de benefícios do INSS; ele tem o controle. Ele tem o controle ali, perfeito? A questão das informações não é o principal que este cara faz. Por quê? Porque informações você compra em qualquer lugar! Na Santa Ifigênia, né? Na Santa Ifigênia você compra informações de aposentados. O problema não é comprar as informações; o problema é que este departamento aqui tem que fingir cegueira! Tem que fingir cegueira de todos e, veja, de toda natureza, porque não é só a cegueira do tipo "Ah, não; deixa essa ficha que entrou aqui e a gente nem confere a assinatura". Não; não! São cegueiras absurdas que depois a gente vai comentar.

Vamos lá.

Este cara aqui tem o domínio – é um *lobby* –, é o lobista, né? Ele tem o domínio aqui. Muito bem. Mas este cara aqui não funciona se não tem empresas como estas, que são empresas de seguro. Ele precisa ter isso. Por quê? Porque as associações...

Preciso de água. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

As associações fornecem o quê? Pacotes de benefícios, o.k., supostamente pacotes de benefícios. Aliás, logo quando nós começamos com essas investigações, eu quase comprei um pacote desse para minha mãe, porque ninguém morre, você compra, não morre, não há um sinistro de morte.

Esse grupo aqui lesou 1 milhão de aposentados, e não tem um enterro, um dente obturado, mas muito bem, vamos lá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse cara aqui só funciona com o núcleo dois, e o núcleo dois tem que ser alguém que tenha essas empresas de seguro, são empresas sérias, essas empresas aqui são relativamente honestas, veja, elas existem. O problema, na verdade, é que este esquema aqui não existe, mas as empresas existem.

Se o aposentado tivesse acesso, soubesse que tinha esse benefício, talvez ele até usasse, mas como é que você vai usar uma coisa que você nem sabe que tem? Prova disso, pessoal, é que, graças a vocês, ou à CGU, em abril de 2025, 6 milhões de aposentados tiveram esses tais benefícios cortados. Por quê? Porque não se repassou mais um centavo, mas não existe em lugar nenhum, em Judiciário nenhum, nenhum aposentado reclamando do seu benefício – engraçado.

Por isso é que eu digo que essa fraude é 99%, para não dizer 100%. Mas vamos lá. Esse cara aqui repassa as informações para esse cara aqui, que finge... Para esses dois aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Quem são? Quem são? Quem são os dois?

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Sr. Presidente, eu pediria que orientasse o nosso depoente, para que ele nominasse, porque o cara aqui está distante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – É isso, é isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Sr. Cohen, o senhor, por gentileza, pode citar os nomes para que quem está nos assistindo, inclusive, tenha acesso às informações completas, por favor.

O SR. ELI COHEN – É claro, é claro. Está certo. Vamos lá. Vamos lá.

Aqui você já conhece Antônio Carlos Camilo Antunes, esse aqui é Maurício Camisotti, esse aqui é Antônio Luz.

Antônio Luz é quem faz, na verdade, a interface entre as empresas, o Maurício Camisotti tinha e a parte política. E essa foi a pior barreira que nós tivemos por conta da blindagem que esse cidadão sempre teve nesses casos. Mas vamos lá.

Aqui aparece toda... Não convém ficar falando nome por nome, porque isso aqui, na verdade, é o segundo escalão que funciona.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sr. Eli...

O SR. ELI COHEN – Opa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O senhor pode falar o nome de todos? Já que as imagens estão sendo mostradas.

O SR. ELI COHEN – Então, eu vou precisar pegar meus óculos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É, então, por gentileza, o senhor pode declinar os nomes.

O SR. ELI COHEN – Vamos lá.

Luiz Blotta, Luiz Blotta faz uma parte da estruturação, a estruturação estratégica da empresa; Rodrigo Rosolem, o nº 2 deste homem aqui, nº 2, Rodrigo Rosolem; Guido Martinelli, Diretor-Financeiro; e Ademir Fratic, que, se eu não me engano, é sobrinho do Maurício Camisotti, e faz a parte de logística.

Aí você tem o terceiro escalão, e guardem bem o nome, Ramon Novais, financeiro. Aqui passou R\$1 bilhão, na mão deste cara, R\$1 bilhão.

Ele ficava com todos os *tokens* – claro que tudo sob o comando, capitaneado por Maurício Camisotti –, ele ficava com todos os *tokens* dessas associações.

Aqui você tem o contador, Fernando Araújo... E, meus colegas, é constrangedor, mas Vinicius Siqueira, jurídico, e Luciana Lupiano.

Com relação a esse fato, pessoal, vamos... vamos deixar claro uma coisa. Veja, isso aqui não funcionou sozinho. Isso aqui funcionou com a leniência, por exemplo, do Ministério Público; com a leniência de um juiz, que tinha 400, 500 ações ali com o mesmo mérito, e encarava isso como um problema de consumidor. Quer dizer, não é só... isso, isso é... é muito grande, é muito maior.

Claro que ativamente, esse pessoal aqui é que fazia...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Qual juiz?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – ... ou seja, compunha a organização.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Qual juiz?

O SR. ELI COHEN – Hum? Eu não entendi?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Qual juiz? Eu não escutei os nomes. Você falou Vinicius...

O SR. ELI COHEN – Juiz?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Vinicius...

O SR. ELI COHEN – Não, Vinicius.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – "Contou com a leniência de um juiz..."

O SR. ELI COHEN – Em relação a juízes, se eu não me engano, nós temos 12.400 juízes no Brasil, são 12.400 juízes que têm que ser questionados.

(Soa a campanha.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN – Mas é a real! É real. Porque eles poderiam ter inviabilizado esse negócio.

Isso aqui é um negócio, pessoal; isso aqui é um negócio. O que é que eles fazem? Eles jogam 50 mil, adesão. Aí esse pessoal aqui fica preparado para quê? Para que as pessoas que vão reclamar, eles vão lá e pagam.

Então, de 50, sobrou quanto? Quarenta e oito mil. Bom negócio. E para isso tem toda essa estrutura. Só para se ter uma ideia, essa menina aqui, ó, Maurília Ishiwaka, sei lá o quê, olha aqui, ó, ela era ex-funcionária do Reclame AQUI.

Isso aqui é muito bem pensado, pessoal. Esse aqui é um esquema criminoso empresarial, não é, não é um esquema... entendeu? "Ó, vamos lá". Não, todo mundo aqui sabia o que tinha que fazer.

Essa aqui, por exemplo, era especialista em receber oficiais de justiça.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. ELI COHEN** – Hum?**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. PODEMOS - MG. Para interpelar.) – Qual o nome da especialista?**O SR. ELI COHEN** (Para depor.) – Maurília Ishiwaki, Ishiwaka.*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – E a outra foto?**O SR. ELI COHEN** – Juliana Jesus Brandão.**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Ishikawa?*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. ELI COHEN** – Eu tenho todos os dados aí depois...*(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. ELI COHEN – Sim, ela foi contratada; como ela, na verdade, trabalhava no Reclame AQUI e eles sabiam que eles iam ter uma enxurrada de "reclames aqui", então eles contrataram justamente uma pessoa de lá de dentro que sabia manobrar a situação e resolver isso para não aparecer.

Pessoal, isso aqui foi muito bem pensado. Eles só não contavam comigo. A real é essa. *(Risos.)*

Não, eu estou falando sério, a real é essa. Eles só não contavam, contaram que eu, na verdade, seria persistente, porque... agora, uma coisa... uma coisa eu deixo claro: a materialidade desse crime... você não precisa, você não precisa mais do que o Google, mais do que o Google. Eu descobri esse crime, ou seja, eu entendi que isso era um crime em dez minutos, pessoal.

Tá certo que eu trabalho com investigação, eu faço uma advocacia...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Para interpelar.) – Foi quando?



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Dois mil... final de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, vamos deixar as perguntas na sequência da listagem? Vamos deixar o entrevistado, nossa testemunha falar, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Silêncio.

O SR. ELI COHEN – Não, mas até acho pertinente isso aqui, porque também não faz diferença.

Veja bem, a primeira notícia-crime que eu ingressei foi em 2023, abril de 2023.

Infelizmente... Creio que foi no Governo Lula, né? Mas, de qualquer forma, veja, o fato é que ali começou. Eu comecei a investigar em 20 de dezembro de 2022, não é isso? Veja, veja, pessoal, nós temos casos lá complexos, que demoram um ano, dois anos. Esse demorou três meses, pessoal. Três meses e eu já tinha a materialidade, a autoria, já tinha o careca, já tinha o departamento e tudo, todos eles classificados. E ninguém se atrevia a investigar ou a tocar para frente.

Por isso que eu lancei mão, que é um outro instrumento que nós temos, do jornalismo investigativo, que ampliou as nossas investigações. Essa é a realidade. Veja, eu só utilizo o jornalismo investigativo quando as autoridades se recusam... prevaricam, é a real, a verdade é essa. Prevaricam. Aqui é... Isso aqui só foi possível porque todo mundo combinou de não enxergar nada, de não querer enxergar nada. Veja bem, coisas, situações bizarras. Por exemplo, vamos falar sobre essa mesmo, a Ambec. Como vocês vão verificar, esse número aqui já alterou, tá? É porque, mesmo depois da operação... não a Operação Sem Desconto. Nem sei como é que chamava o nome da primeira operação, derivada da nossa notícia-crime. Mas, de qualquer forma, não faz diferença. Mesmo depois da operação que teve busca e apreensão...

É Operação Custo Brasil? Não faz diferença.

Mas, de qualquer forma, mesmo depois de busca e apreensão, continuaram a receber.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, o *lobby* é tão forte, tão forte que as entidades sofreram busca e apreensão, inclusive na casa desses elementos aqui, ó. E mesmo assim, veja bem, mesmo assim, ainda, se eu não me engano, receberam, um ano, duzentos... Este valor aqui: novecentos e poucos milhões.

De qualquer forma, por que está aqui nosso amigo Nelson Wilians? Porque esse foi um dos indícios que me alertou, logo de início. Quando recebi esses dois aposentados – e veja que eu nunca trabalhei para um aposentado fraudado –, eu trabalhei para dois aposentados que eram usados como laranjas nessas associações: a Sra. Maria Aparecida, pessoa extremamente simples, que mora na periferia, e o Sr. Luiz Carlos dos Santos, cadeirante, ex-policia militar, que me procuraram em dezembro e, por obra de Deus, eu acabei atendendo eles, porque era 20 de dezembro e eu, sem desmerecer – e hoje eu agradeço –, mas não sou eu que atendo *pro bono*. Mas naquele momento não tinha outro advogado e eu estava lá. Era 20 de dezembro e estava todo mundo de férias. E alguém me pediu: "Poxa, atende eles aí e tal, é um cadeirante". E eu atendi. Eu digo para vocês – tenho até vergonha de falar – que eu não precisei mais do que dez minutos. Em dez minutos, eu sabia que era uma fraude endêmica. Em dez minutos.

Aí eu pedi para que eles retornassem depois de uma semana e foi quando aí eu disse para eles: "Infelizmente, vocês são..."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – De quais entidades?

O SR. ELI COHEN – Ambec. Nesse momento, era a Ambec. É, Ambec. Nesse momento, era a Ambec. Hoje eu represento o Presidente da Cebap e mais uma funcionária da Cebap, e continuo representando a Ambec, e represento também esse cadeirante que é também do mesmo grupo – perfeito? –, mas só que de uma associação diferente, chamada Obasp, que estava esperando para poder ter o acordo de cooperação técnica.

Porque também tem esta, veja bem: esse cidadão aqui tinha um estoque de associações e ia trabalhando, tanto que, tanto que – eu posso, quando eu me sentar, eu dou a data para vocês –, um pouco antes de estourar a Operação Sem Desconto – veja bem, pessoal, isso é seriíssimo –, eles estavam montando uma cooperativa, inclusive com o endereço, que eu também tenho aqui, e com ata já. A cooperativa de quem que era? Maurício Camisotti e Antônio Carlos Camilo. Eu tenho a ata. Eu tenho a ata. Perfeito? Casa alugada, móveis comprados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eles queriam... Eu trabalho com infiltrados, pessoas que se infiltram onde eu preciso ter informações que sistema nenhum no mundo pode conseguir. E a intenção deles, a intenção deles, por incrível que pareça – e eu peço desculpa para vocês –, era ter mais influência aqui nesta Casa e mais influência no INSS. Aí eles iam dominar. Se vocês não tivessem feito isso, eu falo para vocês que hoje nós teríamos aí 10 milhões de aposentados tranquilamente. Eles não tinham medo algum, pessoal. Se eu estou dizendo pra vocês que eu tenho casos complexos... que eu lanço mão de equipamentos, assim, que nem existem no Brasil... Desse, eu levantei a saia no Google.

Então, quando eu me sentar aqui, desculpa, com todo o respeito que eu tenho pela minha colega que esteve aqui, ela dizer que não sabia, ela dizer... Chega, sabe, a ser um insulto, pessoal. Pessoal, ela não tem... É a Defensora Pública da União. Ela não tem Google!

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Presidente, silêncio na sala, Presidente.

O SR. ELI COHEN – Ela não tem o Google. *(Pausa.)*

Eu sei, eu sei.

Ela não tem o Google ali.

Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sr. Eli, só uma pergunta: o senhor tem mais algum dado no quadro a mostrar?

O SR. ELI COHEN – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Se o senhor não tiver, eu vou convidar....

O SR. ELI COHEN – Tenho, tenho, tenho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – o senhor a se sentar novamente e retomamos daqui.

O SR. ELI COHEN – Vamos lá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das coisas que me levantou logo o alerta foi esse cidadão aqui, que é um dos advogados mais... Eu acredito que seja um dos escritórios mais caros do Brasil, excelente escritório, mas ele era o advogado da Ambec, dessa Ambec aqui; ou seja, em tese, a minha cliente, a D. Aparecida, é que deveria ter assinado o contrato com ele, afinal de contas ela era a Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Que advogado?

O SR. ELI COHEN – Nelson Wilians.

Como é que o Nelson Wilians, ou seja, o escritório do Nelson Wilians – não vou dizer que seja ele, mas de qualquer... –, como é que o escritório do Nelson Wilians é advogado de uma associação que cobra R\$45 de um aposentado? Não tinha o menor sentido.

E aí, são esses detalhes que nos levam a crer que vale a pena investigar. Nesse momento, o Sr. Nelson Wilians representava a Ambec em 460 processos, hoje deve estar com 80 mil – 80 mil.

Tenho certeza absoluta de que eu falei muita coisa que vocês, com certeza – os senhores, desculpa –, já sabem, mas isso, esse golpe não se limita só a essa fraude, ele trava o Judiciário. Nós estamos falando em 500, 600, 800 mil processos ali que estão no lugar de processos sérios, sérios. E, com todo o respeito que eu tenho pela militância da advocacia, o advogado, na minha opinião, jura lealdade ao seu cliente, não ao crime. Uma coisa é o advogado defender o criminoso – eu defenderia um criminoso, todos têm direito à defesa, mas eu não defendo o crime –, e esses advogados aqui defendiam o crime, para que ele pudesse continuar, a real é essa. Eu não posso, eu tenho vergonha desse tipo de situação. Defender o criminoso é uma coisa, defender o crime é outra, pessoal. Você pode defender um traficante porque está preso, agora você não pode fazer uma advocacia preventiva para ele não ser preso e continuar traficando. Isso é quadrilha, pessoal. Isso é partícipe.

Então é isso, Presidente. Paramos por aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O senhor pode sentar-se, por gentileza, Sr. Eli.

Acender a luz novamente.

O senhor tem mais alguma coisa a colocar ou podemos dar início às perguntas, Sr. Eli?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) – Agradeço a paciência e vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, regimentalmente, o Relator tem primazia, ele dá início sem tempo limitado.

Com a palavra o Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPARG (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Boa tarde a todos. Boa tarde ao depoente.

Eu queria saber como é que se pronuncia o nome do senhor.

O SR. ELI COHEN – Eli Cohen.

O SR. ALFREDO GASPARG (UNIÃO - AL) – Eli Cohen?

O SR. ELI COHEN – É. Coincidentemente igual ao espião. Na verdade o meu nome é em homenagem a ele, mas é só uma coincidência.

O SR. ALFREDO GASPARG (UNIÃO - AL) – Sr. Eli...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O sobrenome dele no hebraico depende da sua origem, sefaradita ou asquenaze.

O SR. ELI COHEN – Muito bem, Presidente.

O SR. ALFREDO GASPARG (UNIÃO - AL) – Sr. Eli, estou curioso com a primeira indagação: quem é Dr. Eli Cohen?

O SR. ELI COHEN – Vamos lá. Dr. Eli Cohen é um advogado que entende que a justiça não está na lei e, sim, na consciência, em primeiro lugar. Dr. Eli Cohen é um advogado que não tem preço, tem valor, porque podem ter certeza os senhores que, durante toda essa caminhada, já me ofereceram muito dinheiro, não só em relação a essas associações, como outras que sabiam que iam ter problema. Vamos deixar bem claro que o Maurício Camisotti teve a chance de fazer acordo com os meus clientes. Porque... Eu vou deixar claro para... Relator, eu preciso dizer sobre isso, por quê? Porque aí o senhor vai entender quem sou eu. Eu...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Se o senhor me permitir, o senhor vai ter muitas perguntas a responder aqui. Eu acharia de bom grado sermos o mais objetivos possível, Doutor, me desculpe, mas para a gente poder adentrar ao mérito.

Quando eu fiz a pergunta ao senhor, eu fiz a pergunta no sentido de: o senhor é um advogado? O senhor é um investigador? O senhor é um curioso? Quem é o senhor?

O SR. ELI COHEN – Eu sou um advogado voltado à investigação para solucionar problemas, para evitar judicializações. É isso aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Muito bem.

O senhor tem um escritório próprio? Participa de algum escritório?

O SR. ELI COHEN – Meu escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Como é o nome do escritório do senhor?

O SR. ELI COHEN – Cohen Menin.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Muito bem.

Como foi o senhor foi parar no epicentro de uma denúncia como essa, de um roubo bilionário?

O SR. ELI COHEN – Sr. Relator, aqui eu teria que repetir, então.

O fato é o seguinte: por volta de dezembro de 2022, fui procurado por dois aposentados que diziam estar sendo usados conscientemente; conscientemente, sendo usados. Vou dar o nome aqui: Maria Aparecida Vieira, Ambec; e Luiz Carlos dos Santos, Obasp. Todas essas duas associações são operadas, capitaneadas pelo grupo de Maurício Camisotti. Perfeito?

Então, essas duas pessoas vieram. E, por uma grande sorte de 6 milhões de aposentados, eu acabei atendendo eles. E eu, para falar a verdade, queria mesmo era, com toda franqueza, que aquilo acabasse logo, porque, para mim, era uma coisa que não tinha muito sentido. Por outra, eles estavam ali de forma consensual, recebendo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mas eles foram falando, e eu fui analisando, como eu falei, no Google, pessoal, no Google.

Em poucos minutos, eu já sabia que...

Eu não sabia exatamente a autoria, eu não sabia se Maurício, se o grupo THG estaria envolvido dolosamente, não. Eu não sabia. Não sabia, mas eu sabia que ali existia materialidade de um crime bilionário. Por quê? Porque, ao pesquisar no Google, dezenas de outros sindicatos e associações apareceram com o mesmo *modus operandi*.

Eu falei "cara, nós estamos acostumados com isso". Nós vamos atrás de detalhes, mas isso não era o detalhe, isso era um elefante na sala. É isso que, na verdade, deixou a gente incrédulo com relação ao INSS ou, então, à própria controladoria ou à Polícia Federal. Aquilo era um elefante na sala. Não era um detalhe. Não era um...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Se o senhor me permitir continuar, porque o senhor vai poder, em outras oportunidades, falar sobre isso.

O senhor me disse agora que foi alçado a esse epicentro porque foi procurado por dois aposentados, e, rapidamente, o senhor descobriu que isso era algo gigantesco. É verdade isso?

O SR. ELI COHEN – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual foi a data exata em que o senhor recebeu esses aposentados?

O SR. ELI COHEN – A data exata eu não tenho aqui, mas é entre 18 de dezembro de 2022 até 22 de dezembro.

Eu sei dessa data, porque, na verdade, era quando eu estava sozinho no escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então foi no final de dezembro de 2022.

O SR. ELI COHEN – Foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor disse algo muito interessante, e aqui eu vou misturar um pouco a ordem cronológica, para a gente ir aos pontos fundamentais.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Vamos lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor disse que fez uma notícia-crime.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor fez uma notícia-crime relatando o quê, a quem e em que data?

O SR. ELI COHEN – Vamos lá.

É, na verdade eu tenho aqui uma linha do tempo. Eu gosto de trabalhar com linha do tempo.

Vamos lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas eu estou falando da notícia-crime.

O SR. ELI COHEN – É, a notícia-crime.

A notícia-crime foi no dia 16 de julho de 2024, na terceira delegacia de crimes... De 2023, desculpem; de março.

Quem colocou isso aqui? O.k., pessoal, não faz diferença. Vamos lá.

Dia 6 de março de 2023 foi quando eu protocolei a notícia-crime na 3ª Delegacia do Deic.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Do Deic de onde?

O SR. ELI COHEN – São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Qual a providência tomada pela Polícia Civil do Estado de São Paulo com essa notícia-crime do senhor?

O SR. ELI COHEN – Investigaram; investigaram um pouco, investigaram um pouco e, de repente, não passaram mais a investigar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Qual foi a data em que o senhor tomou conhecimento ou sentiu que essa investigação tinha sido paralisada ou não estava correspondendo às expectativas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Sr. Relator, quando eu entrego uma notícia-crime, a polícia só tem que mandar a intimação – não precisa investigar praticamente nada –, porque eu mando tudo pronto, perfeito?

Muito bem; depois de dois meses e nada acontecendo, eu já sabia que nada ia acontecer.

Então, eu procurei tomar outras providências.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quais providências?

O SR. ELI COHEN – Primeiramente, eu contatei o Otto – o jornalista Otto –, excelente jornalista.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – De onde?

O SR. ELI COHEN – Da revista *Veja*.

E eu vou lhe dizer até quando foi, por quê? Porque ele se interessou muito; na verdade, ele se interessa por todas as matérias que eu mando para ele.

Desculpem, só uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – O senhor pode dar a resposta dele.

O SR. ELI COHEN – O senhor não tem isso aqui?

Muito bem.

O.k.

Eu estava falando...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor falou que procurou...

O SR. ELI COHEN – O.k.

Eu lembro muito bem quando foi, por quê? Porque, apesar de ele ter amado a possibilidade de publicar essa matéria, com todos os detalhes que nós tínhamos, ele não podia fazer, porque estava no segundo turno da eleição de Prefeitos e tudo mais – exatamente nessa época. Então,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele pegou e mandou uma notinha, dizendo o quê? Dizendo que, nas próximas edições, ele iria detalhar o funcionamento desse crime em vários capítulos.

Aí, por conta dessa notinha, o Sr. Luiz Vassallo, jornalista fantástico, investigativo, do jornal *Metrópoles*, me ligou – por conta dessa notinha – e disse: "Eli, estou interessado, cara, estou interessado nesse tema, porque já tentei fazer muita coisa"; mas, claro, ele não tem os equipamentos e ele não tem o *know-how* que nós temos ali à disposição. E, aí, ele me pediu se eu poderia fornecer para ele. E eu falei: "Mas é claro!"; e forneci tudo. Foi graças a ele que se amplificou essa nossa investigação e nós estamos aqui hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sr. Eli, o senhor disse que entrou com a notícia-crime junto à Polícia Civil do Estado de São Paulo e que o passo seguinte foi procurar a imprensa, através desse jornalista que o senhor acabou de citar.

Nesse período, em algum momento o senhor procurou o Ministério Público, a CGU, o Tribunal de Contas ou qualquer outra instituição que tenha atribuição de fiscalização?

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quais instituições o senhor procurou, quando e quais as providências tomadas?

O SR. ELI COHEN – Sr. Relator, as datas exatas eu posso lhe dar daqui a pouco, mas eu vou lhe dizer exatamente o que eu fiz. Na verdade, não vou dizer o que eu fiz. Foi o próprio Ministério Público que me ligou, através do Gaeco de São Paulo, por conta, provavelmente, da notícia-crime que estava ali parada na 3ª Delegacia da DIG.

Uma coisa o senhor sabe... O senhor já foi procurador, promotor, o senhor sabe como funciona isso, né? O senhor recebe uma ligação lá de cima e fala: "Para um pouquinho aí, não dê andamento!".

Então...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Essa ligação eu não recebi, não, viu? (*Risos.*)

O SR. ELI COHEN – Não com o Ministério Público, mas com a polícia isso funciona diariamente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas vamos continuar.

O senhor disse que recebeu um telefonema do Gaeco de São Paulo. Esse telefonema aconteceu em que período?

O SR. ELI COHEN – Posso lhe dar as datas, mas eu não tenho aqui agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas o que é que se solicitava do senhor nesse telefonema?

O SR. ELI COHEN – Tudo o que eu tinha fornecido ao *Metrópoles*, tudo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer pelo menos o ano?

O SR. ELI COHEN – Claro. Claro, foi em 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Foi em 2023.

O SR. ELI COHEN – Tudo aconteceu em 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Certo. E o senhor esteve pessoalmente no Gaeco?

O SR. ELI COHEN – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor sabe se, além desse departamento do Ministério Público, alguém mais procurou o senhor, tipo o Tribunal de Contas ou alguma outra instituição?

O SR. ELI COHEN – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá. Vamos um pouco mais adiante.

Por que foi o *Metrópoles* que noticiou isso? E quando foi isso noticiado? Eu pergunto ao senhor, porque, no inquérito policial da Polícia Federal, são dezenas e dezenas de reportagens do *Metrópoles* que fundamentaram a abertura do inquérito policial. Ai, eu pergunto ao senhor: Foi o senhor quem procurou o *Metrópoles*?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Não. Foi o Luiz Vassallo que me procurou, por conta da pequena notícia que saiu na revista *Veja*.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O Brasil não sabe, evidentemente, quem é Luiz Vassallo, de fonte aberta. Quem é Luiz Vassallo?

O SR. ELI COHEN – Luiz Vassallo é um jornalista investigativo que criou a matéria "Farra do INSS".

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Foi o senhor que repassou para ele os dados das reportagens?

O SR. ELI COHEN – Todos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Todos.

Muito bem.

Dizendo isso, volto à primeira pergunta: quem é Dr. Eli Cohen? Porque foram essas reportagens que embasaram a abertura do inquérito policial da Polícia Federal.

Começando do fim para o começo, o senhor mostrou ali uma organização criminosa, achei muito interessante, afinal de contas, perguntei e o senhor disse que é um investigador. Essa investigação do senhor, ela... Segundo o que está demonstrado, ela chegou a operadores financeiros, tipo o Careca do INSS, o tal do Antônio Carlos Camilo. O senhor já esteve em algum momento com Antônio Carlos Camilo?

O SR. ELI COHEN – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor sabe quais políticos, a nível nacional, no Congresso Nacional, dão suporte a Antônio Carlos Camilo?

O SR. ELI COHEN – Provas, nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor conhece algum Senador, algum Deputado que recebeu mesada de Antônio Carlos Camilo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor conhece algum Deputado ou Senador que recebeu mesada ou qualquer outro tipo de benefício pelas mãos de Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN – O senhor está me perguntando se eu sei ou se eu tenho provas?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Perguntando se o senhor sabe. Agora, evidentemente, que o senhor falar sem provas, eu acho...

O SR. ELI COHEN – Eu não tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – ... que é uma decisão do senhor.

O SR. ELI COHEN – Exatamente, não. Por isso, que eu nunca... Por isso, que nunca, nas matérias, em lugar nenhum...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Vou mudar a pergunta: o senhor ouviu dizer se existe algum político, algum Ministro de Previdência, algum Presidente do INSS que foi favorecido direta ou indiretamente por esse núcleo financeiro dessa organização criminosa?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E como uma organização criminosa desse porte se infiltrou no sistema previdenciário brasileiro sem qualquer suporte político?

O SR. ELI COHEN – Eu não disse que não tem suporte político, eu disse que eu não tenho os nomes.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então, eu vou...

O SR. ELI COHEN – Agora, veja bem... A pergunta do senhor, Sr. Relator, é a resposta. Como? Como isso poderia acontecer? Cabe aos senhores agora fazerem o resto do trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor fez uma investigação... O senhor fez uma investigação tão percuciente com...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – ... tantos dados certos, que eu tive a ousadia de perguntar ao senhor quem está por trás do que o senhor mostrou aqui. O senhor tem condições de dizer, ou o senhor prefere não dizer, ou não tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN – Não, eu não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. ELI COHEN – Veja bem, se eu tivesse estendido as minhas investigações, com certeza, teria; mas não era o escopo da minha... E só para uma correção: eu não sou um investigador, eu sou um advogado investigativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu confesso ao senhor que eu não sei a diferença. *(Risos.)* O senhor pode explicar só para eu poder...

O SR. ELI COHEN – Começa que...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – ... delimitar minhas atribuições.

O SR. ELI COHEN – Começa pelo nome: investigador é só investigador, advogado investigativo é um advogado que se utiliza da investigação para evitar litígios, para não ser mais um dos cem milhões de processos que ficam pendentes na Justiça. Através de investigações, você consegue trazer à mesa acordos que não seriam feitos se você não tivesse – desculpe-me a palavra – levantado a saia do outro lado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quer dizer, o senhor, em breves palavras, está dizendo que usou o Código de Processo Penal com as delimitações próprias da legislação para poder usufruir do direito de investigar, é isso?

O SR. ELI COHEN – Claro, claro, e Provimento 188 da OAB também.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu entendi, no começo, que o senhor tinha um escritório de investigação. Então, na verdade, o senhor não tem esses... Não é um escritório de investigação, o senhor tem um escritório de advocacia que, quando necessário, o senhor adentra...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – ... na investigação. Então, o senhor já fez algum uso desse preceito legal em casos em que o senhor atuou?

O SR. ELI COHEN – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Claro.

O senhor poderia citar um caso de grande porte em que o senhor atuou utilizando desse meio legal?

O SR. ELI COHEN – Operação Encilhamento. Foi o único envolvido que perdeu para o Ministério Público todos os seus imóveis, os outros foram processados. A Operação Encilhamento...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quando ocorreu essa operação? Como essa operação foi assim denominada?

O SR. ELI COHEN – É um braço da Lava Jato.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Um braço da Lava Jato. E atingiu a quem essa operação?

O SR. ELI COHEN – Fundos de pensões. É o meu *karma*.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas havia um rosto por trás disso?

O SR. ELI COHEN – Quatrocentos rostos. Mas esse era um dos líderes que estava morando nos Estados Unidos, em uma *penthouse* em Manhattan.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quem é esse?

O SR. ELI COHEN – Eu não sei se...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Agora o senhor não está dizendo nenhuma novidade. Isso aí, pelo que o senhor está dizendo, já foi publicizado.

O SR. ELI COHEN – Renato de Matteo Reginatto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor teve algum negócio, fez algum negócio com esse cidadão?

O SR. ELI COHEN – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Conhecia ele antes?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Nunca...

O SR. ELI COHEN – Não, não, não! Calma.

Sim. O meu cliente... Eu tinha um cliente que também era vítima dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Certo.

Essa operação já foi encerrada?

O SR. ELI COHEN – Claro, foi sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ele foi condenado?

O SR. ELI COHEN – Foi condenado e extraditado da Itália para cá.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Está cumprindo pena hoje ou já cumpriu?

O SR. ELI COHEN – Desculpa, mas eu não tenho conhecimento, mas eu acho que não, como a maioria – não é? – dos condenados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Só queria saber se o senhor tinha *expertise* e experiência em utilizar essa metodologia em outros casos.

Voltando um pouco a essa temática, eu lhe perguntei se em algum momento o senhor já tinha estado com Maurício Camisotti ou com Antônio Carlos Camilo, e o senhor disse que...

O SR. ELI COHEN – Desculpa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu perguntei se o senhor tinha estado em algum momento com Antônio Carlos Camilo – o Careca do INSS – e Maurício Camisotti. O senhor disse que...

O SR. ELI COHEN – Não, não, não. O senhor me perguntou se eu tive em algum momento com o Careca do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Que é o Antônio Carlos Camilo.

O SR. ELI COHEN – É. Maurício do Camisotti, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então, espera aí. Olha só, o senhor esteve em algum momento com o Careca do INSS?

O SR. ELI COHEN – Jamais.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E com Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Em quais circunstâncias e por quê?

O SR. ELI COHEN – De oferecer a ele que pagasse os 460 processos que estavam em curso – porque eu já sabia que eram fraudes – e que indenizasse os meus clientes porque eu entendia que eles mereciam danos morais em relação a serem utilizados como presidentes de uma quadrilha, de uma fraude dessa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Muito bem, vamos partir dessa premissa. O senhor encontrou com Maurício Camisotti onde e em qual oportunidade?

O SR. ELI COHEN – Muito bem. Se o senhor me perguntar datas, vai ficar um pouco difícil, mas eu tenho tudo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu também não quero lhe pegar em datas.

O SR. ELI COHEN – Mas vamos lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu queria que o senhor fizesse uma visão do tempo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Antes da notícia crime, eu dou a chance para que a outra parte possa... Eu não trabalho para o Ministério Público. Esse é um problema do Ministério... Era um problema do Ministério Público. Então, eu estava ali defendendo os direitos dos meus clientes. Então, o que eu fiz? Eu me sentei com o Sr. Maurício Camisotti e com o Sr. Rodrigo Rosolem – que inclusive me gravou, vamos deixar isso bem claro, mas não faz a menor diferença isso para mim, porque eu sei muito bem o que eu falo – e eu disse para ele o seguinte: veja, eu venho aqui, porque eu já levantei e sei que você é o chefe da quadrilha. Você é o chefe dessa organização.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor se dirigindo a quem? Ao Maurício...

O SR. ELI COHEN – Ao Maurício Camisotti.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Onde foi esse encontro?

O SR. ELI COHEN – Na Nações Unidas, lá na central da THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – THG.

O senhor vai ter a oportunidade, daqui a pouco, de esclarecer o que é THG. Deixe-me dar só um corte aqui. O senhor investigou e descobriu que estava tendo um rombo para milhares de aposentados e, nessa investigação, o senhor descobriu quem era o chefe disso ou quem estava à frente disso e o senhor denominou essa figura como Maurício Camisotti, é isso?

O SR. ELI COHEN – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E o senhor o procurou?

O SR. ELI COHEN – Defendendo os interesses dos meus clientes.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E qual foi a proposta que o senhor fez a Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN – Em termos de números, eu me reservo o direito de não...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas a proposta o senhor disse aí.

O SR. ELI COHEN – A proposta eu vou dizer: que ele indenizasse os meus clientes e que ele pagasse... Veja bem, isso é muito importante, porque poucos advogados se importariam com 460





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

processos de quem eles nem conhecem, mas eu sabia que existiam, eu sabia que eles eram vítimas. Então, eu disse: primeira coisa, você vai pagar esses... Davam R\$2 milhões, se não me engano, as indenizações desses 460 processos e mais ou menos uns 190 Reclame Aqui. Era o começo, o começo da aventura fraudulenta.

De qualquer forma, eu falei: eu só posso fazer um acordo com você se você pagar os 460.... Vamos deixar claro que ele queria fazer o acordo com os meus clientes, o que ele não queria era indenizar os 460 processos que estavam inclusive no escritório do Sr. Nelson Wilians. E eu não pude fazer esse acordo e informei aos meus clientes que, se eu fizesse esse acordo, seria uma extorsão, porque eu sabia que existia o crime, eu sabia a materialidade e eu sabia a autoria. E vamos deixar claro que, naquele momento, eu também sabia de todos os outros, é claro, mas só da materialidade, eu não sabia a autoria. Eu sabia, com toda a franqueza, que todas aquelas adesões em sindicatos eram todas fraudes, mas eu não sabia quem era realmente o dono, quem era o beneficiário daquilo. Então, eu me foquei naquilo em que eu tinha o domínio do fato, que era a Ambec naquele momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. ELI COHEN – O senhor quer saber o que ele respondeu?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pode ser.

O SR. ELI COHEN – Eu acho interessante.

Pelo valor que eu pedi, que não foi nada fora do comum, fora de coisa, para uma pessoa que chegou depois a faturar R\$1 bilhão, ele disse o seguinte... Ele virou para o sócio dele e perguntou: "Qual é que é o advogado mais caro do Brasil? É melhor eu pagar o advogado mais caro do Brasil". É assim que eles tratam as situações. Aí eu disse para ele: então, eu vou lhe dar um conselho grátis: economiza, contrata um pai de santo, porque, na hora que eu começar, meu amigo, não vou parar.

Veja bem, tudo que eu estou dizendo está gravado. Está gravado, porque ele me gravou.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Eli, queria saber desse encontro e quem é que o senhor conhecia. Então, o senhor teve, pela primeira vez, a primeira oportunidade com Maurício Camisotti. Depois desse encontro, o senhor ainda voltou a falar ou estar pessoalmente com Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Com o Careca do INSS, o senhor já respondeu que nunca esteve.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ele já disse que nunca esteve.

O SR. ELI COHEN – Sim, nunca estive. Até gostaria. Gostaria porque, num determinado momento em que eu percebo que ele, na verdade, não tinha absolutamente nenhuma chance de se safar dessa aqui, eu mandei um recado através do advogado dele dizendo que, se ele não quisesse fazer uma delação, que ele a fizesse a mim. Pelo menos eu colocaria mais gente na foto, porque ele não é sozinho: o Maurício Camisotti não é o dono dessa... Não é o *capo del capo*. O Maurício Camisotti é um...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Era uma pergunta que eu ia fazer ao senhor.

O SR. ELI COHEN – E eu vou dizer mais: hoje eles são... É o Valério, é o Marcos Valério do mensalão. E é injusto, porque eles não são sozinhos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Deixe-me continuar aqui para gente objetivar; tem muita gente aí querendo perguntar.

O Careca do INSS. O senhor, nessas investigações – vou voltar a perguntar –, teve conhecimento de se o Careca do INSS distribuía brindes, benfeitorias ou vantagens para algum funcionário público, incluindo políticos?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Viagens, presentes?

O SR. ELI COHEN – Não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor teve conhecimento de se o Careca do INSS, Antônio Carlos Camilo, tinha alguma relação com o Ministro da Previdência, o Presidente do INSS ou o Diretor de Benefícios?

O SR. ELI COHEN – Naquela altura, não. Hoje, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quais as pessoas com as quais o senhor disse que hoje teve conhecimento que ele mantinha relação?

O SR. ELI COHEN – Certamente o Virgílio.

O sobrenome dele inteiro é... *(Fora do microfone.)*

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quem é Virgílio?

O SR. ELI COHEN – Eu só peço desculpas, pessoal, porque no meu escritório deve ter uns sete ou oito casos a cada seis meses. Eu tive que recolher essas informações todas de um caso que já estava engavetado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas o senhor não precisa... Detalhes técnicos.

O SR. ELI COHEN – É que, veja... É que eu tenho outros casos e eu não fiquei a minha vida inteira só neste caso, mesmo porque eu disse...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas vamos nos ater a essa pergunta.

O SR. ELI COHEN – É Virgílio Antônio Ribeiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quem é Virgílio Antônio Ribeiro?

O SR. ELI COHEN – Se eu não me engano, ele era o Diretor do departamento de Benefícios. É este aqui que autorizava, se eu não me engano, as remessas de dinheiro para as associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Vamos voltar para a pergunta: hoje, a pessoa que o senhor tem para nominar, com um possível relacionamento com Careca do INSS, é esse Virgílio? Ou o senhor tem mais alguém dentro da estrutura governamental que o senhor possa citar?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Sr. Relator, nem mesmo o Virgílio saiu das minhas investigações. O Virgílio saiu das investigações da CGU, talvez, que tenha feito... Mas não da minha. Eu fiquei sabendo através das investigações da CGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas, como o senhor é testemunha, o senhor pode falar de conhecimento próprio ou de conhecimento que o senhor adquiriu. Do conhecimento que o senhor adquiriu, o Virgílio seria um elo com Antônio Carlos Camilo, o Careca, não é isso?

O SR. ELI COHEN – Mas é claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto. E, com esse conhecimento adquirido, fora o Virgílio, o senhor tem outros nomes de que tomou conhecimento, dessa relação?

O SR. ELI COHEN – Bom, eu vou dizer, por exemplo, situações que vocês vão acabar materializando, não é?

Esse crime não poderia ter sido realizado se você não tivesse o Presidente do INSS no seu bolso, todo o Departamento de Benefícios do INSS e, na minha opinião, que eu tenho certeza de que os senhores vão chegar lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu ia pedir ao senhor...

O SR. ELI COHEN – ... o Ministro da Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu ia pedir ao senhor que, quando fosse prestar o depoimento, o senhor sabe disso mais do que eu, o senhor fala sem exprimir a sua opinião. Fale de coisas de que o senhor tem conhecimento. Só é tirar essa parte da "minha opinião".

O SR. ELI COHEN – Tá, tudo bem, mas é que o senhor me perguntou algo que eu falei que eu não investiguei.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu sei, mas o senhor tomou conhecimento.

O SR. ELI COHEN – Então eu estou falando minha opinião.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor tomou conhecimento lendo, absorvendo, ouvindo, não interessa. Só queria saber. O senhor disse uma coisa muito importante. O Virgílio, Diretores de Benefício, Presidente do INSS e Ministério da Previdência, não é isso?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Não foi lendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor.

Eu vou pedir ao advogado para se abster de conversar com a testemunha, porque caso... Não, se o senhor continuar conversando com ele, eu vou pedir para o senhor ser tirado da sala. Desculpe. Mas a partir do momento em que ele passa a responder ao Relator, ele não pode mais receber orientações aqui. Por gentileza.

O SR. ELI COHEN – Obrigado, Presidente, porque ele está me atrapalhando.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Olha, eu quero deixar uma coisa muito clara, viu, Dr. Eli? Poucos brasileiros têm esse altruísmo de vir a uma CPMI para colaborar. Não estranhe a minha forma de perguntar. Não é...

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não é desrespeito, nem coerção, é só para a gente objetivar e tirar a impressão de opinião pessoal.

O SR. ELI COHEN – Isso pode não valer nada, mas eu sou seu fã. Há muito tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Para mim, é uma honra. E eu também passei a admirar o senhor pelo seu altruísmo.

Eu queria... O senhor já citou, nessa pergunta, o que me interessa.

Agora vamos falar de Maurício Camisotti.

Maurício Camisotti. O senhor tomou conhecimento, durante a sua investigação, de que ele estaria lá em um dos polos dessa organização. Mas o senhor deixou muito claro que ele não é o *capo*; acima dele, tem outras figuras. Mas com quem Maurício Camisotti, se o senhor teve esse conhecimento por *motu proprio*, por ouvir dizer, por ler, por ouvir algo, com quem Maurício Camisotti mantinha relacionamento na estrutura governamental ou política?

O SR. ELI COHEN – Talvez eu tenha me expressado errado. Ele é o *capo* dessas três, dessa organização aí. Ele só não é, na verdade, o *capo* de toda essa fraude.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Foi bom, foi bom o senhor esclarecer isso.

O SR. ELI COHEN – Precisamos achar os outros Maurícios e os outros Carecas.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Certo. Mas com quem Maurício mantinha esse relacionamento na estrutura governamental e política, se o senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN – Sr. Relator, em 2024 – se não me engano, eu tenho os dados e os nomes –, o senhor vai ter acesso aí a uma festa que foi feita num dos *resorts* mais caros do Brasil.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Onde?

O SR. ELI COHEN – Santa Catarina. Eu tenho todos os nomes de todos os políticos que estavam nessa festa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Festa patrocinada por quem?

O SR. ELI COHEN – Maurício Camisotti.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Essa festa tinha qual objetivo de comemoração?

O SR. ELI COHEN – Veja, o objetivo da comemoração era o aniversário de alguém, mas a pessoa, quando eu levantei, fazia aniversário seis meses depois. Mas de qualquer forma, ali foram vários e vários políticos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sr. Eli Cohen, Relator...

O SR. ELI COHEN – E eu não estou dizendo... Fazendo juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um ponto aqui.

Senhores, o advogado presente, conforme o nosso Regimento Interno, pode passar à testemunha dados e informações. O advogado não pode orientar a testemunha em respostas, como eu coloquei agora há pouco, mas, se o senhor precisar – aqui já colocando – que ele lhe forneça dados que o senhor queira complementar, é permitido pelo Regimento da CPMI, senhor.

Relator, o senhor pode continuar, por gentileza.

O SR. ELI COHEN – Essa festa é pública, pessoal. Isso estava em toda...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Por essa festa ser pública, para nós não cometermos injustiças – porque isso aqui não pode ser palco de estar enxovalhando a honra de ninguém porque foi a uma festa –, eu quero saber quem é que bancou a festa. O senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN – Olha, quem bancou a festa foi a THG, que é a dona de todo esse grupo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. ELI COHEN – Agora, só uma coisa, Relator. Veja, esses políticos, eu não estou dizendo que eles estavam lá por conta de que eles participavam disso. O Maurício Camisotti é... Desculpe falar no palavrado: ele é um vaselina. Ele faz, ele tenta fazer as suas conexões – vamos deixar claro –, não quer dizer que aqueles políticos que estão lá tinham alguma coisa a ver. Eu até acho que não tinham. Vou deixar claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas olhe só: nós estamos falando de uma festa paga pelo grupo THG, que, segundo tem nos autos, está sob a responsabilidade de Maurício Camisotti.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Que o senhor se recorde, quais eram essas figuras públicas que participaram dessa festa?

O SR. ELI COHEN – Vamos lá.

Vocês têm aí? (*Pausa.*)

Eu vou lhe dar uma informação que eu acho que o senhor vai...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, bora... Vamos direto ao...

O SR. ELI COHEN – Mas é sobre isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá, mas vamos... Se o senhor puder ir direto ao ponto, eu agradeceria.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Eu vou lhe dar o nome do agente de turismo desse Sr. Maurício Camisotti que, nos últimos seis anos, pagou todas as passagens, e não só para essa festa, mas para qualquer outro lugar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu vou questionar o senhor sobre isso, mas, por favor, me diga quais os nomes dessas figuras políticas ou conhecidas que estavam na festa do grupo THG.

O SR. ELI COHEN – Tenho tempo para buscar?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então, enquanto o senhor está buscando, eu vou...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. *(Pausa.)*

Enquanto a testemunha busca os dados a serem respondidos, quero fazer uma consulta aos Líderes do Governo e da Oposição sobre a questão da lista de oradores.

Nós temos, por exemplo, o Vice-Presidente da Comissão, que atrasou-se num voo, para chegar, e não conseguiu se inscrever. Também tivemos ali o pedido do Deputado Rodrigo de ser aceito também... O senhor é suplente ou titular – desculpe – Dr. Rodrigo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O senhor não é membro da CPMI, então, no finalzinho...

Eu pergunto se concordariam que nós incluíssemos os dois oradores ao final das demais falas.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente! Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Veja bem, eu não quero ser indelicado com ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... mas, na última reunião, dois Senadores e, se eu não estou enganado, um Deputado chegaram depois do horário aprovado por nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – V. Exa. pediu ao Plenário uma exceção; inclusive, o tempo dos não membros era de três minutos, e V. Exa. concedeu dez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – E nós combinamos, salvo entendimento diferente do meu de quem estava lá, que nós não abriríamos mais exceção, porque aquela decisão foi uma decisão... Então, o que eu quero dizer para o senhor – e a gente está trabalhando junto aqui – é que eu acho que o que a gente combina tem que valer, porque senão a gente... Cada dia vai vir uma exceção nova: hoje é um colega, amanhã pode ser um outro colega, e não pode ser uma coisa discricionária, entende?

Então, eu prefiro, com o prejuízo de parecer indelicado aqui, que tenha uma regra, e aquela regra seja seguida por todo mundo, cumprida por todo mundo.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É isso que eu entendo que é o correto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor; só um instantinho. Nós vamos ouvir com atenção a todos.

Pela Liderança do PSB, o Deputado Duarte Jr., que é parte interessada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Eu concordo em partes com o que o Deputado Pimenta afirma, que é importante ter regras e que essas regras sejam seguidas. Aqui eu não falo apenas como membro titular; aqui eu falo como Vice-Presidente eleito por unanimidade, tanto pela direita como pela esquerda, pelos membros desta CPMI, e eu acho que não faz o menor sentido ser Vice-Presidente de uma Comissão se o Vice-Presidente não tem prioridade de fala! Eu aqui acabo de chegar, porque todo mundo sabe aqui as dificuldades do transporte aéreo, principalmente no que diz respeito ao Nordeste, ao Estado do Maranhão.

Aquilo a que eu estou me referindo é a possibilidade de a gente estabelecer essa regra de que o Vice-Presidente possa fazer os questionamentos após a fala do Relator. Não faz o menor sentido não haver esse tipo de prioridade...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não há previsão para isso no Regimento, Deputado Duarte Jr.

O que eu estou colocando aqui...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Presidente... Só para concluir a questão de ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, o que eu estou colocando aqui...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Só para concluir a questão de ordem, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

Pois não, Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Obviamente, Sr. Presidente... Obviamente...

Eu queria um pouco da atenção.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Só um instante, por favor.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Obviamente, Presidente, como aí falei, aqui repito: não há previsão regimental – se houvesse previsão regimental, eu afirmaria o artigo do Regimento. Por não haver previsão regimental é que cabe aos membros estabelecer esse procedimento, e aqui o que eu estou pleiteando é que haja essa prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Não; não tem. Deputado Duarte Jr., só uma colocação...

Senhores... Coronel, só um minutinho. Eu vou dar a palavra a todos, como tenho feito.

Eu estou colocando aqui o pedido de V. Exa. como uma forma de gentileza e boa convivência entre nós. Está certo que o acordo é válido, mas nós temos dois colegas de Parlamento que querem se pronunciar. Eu, da minha parte, não vejo qualquer dificuldade. O que eu proponho, inclusive, é: se os senhores querem falar em acordo, vamos fazer uma coisa? Na próxima reunião, a partir de segunda-feira, o tempo de inscrição passa a ser de uma hora após a abertura da sessão. Pode ser? Uma hora...

(Intervenções fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, o senhor me desculpe, mas vai chegar gente com uma hora e meia e nós vamos rever essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não; mas, agora, se nós dermos aos dois colegas a possibilidade de falarem no final, ao final de tudo, olhe, com toda a sinceridade...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Presidente, pela ordem.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho, deixem-me terminar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o meu posicionamento é esse de sempre trazer ao Plenário toda e qualquer dúvida para que a gente possa ter um consenso e continuar caminhando.

Pela ordem, Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem.) – Eu acho que podemos até rever o acordo sobre o horário, mas, antes disso, a gente poderia continuar com o depoimento, para a gente não continuar aqui neste debate entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Finalizando a parte do Relator, as indagações do Relator, a gente decide, então, só para a gente não perder a arguição do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Agora, pela ordem também, Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Eu serei muito breve. Eu não tenho objeção nenhuma a que os dois falem ao final, depois de todos que se inscreveram, mas eu só gostaria que em outras, em todas as reuniões, quando tiver o mesmo caso, seja aplicada a mesma regra da gentileza. É isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Da minha parte, será sempre, Deputada. Eu procuro sempre ter uma boa convivência, mas respeito a decisão da maioria.

Eu pergunto desde já, para que a Secretaria tome as providências. A partir de segunda-feira, estenderemos as inscrições para meia hora antes do início da sessão e uma hora após o início da sessão. Todos concordam?

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Presidente, só para concluir a questão de ordem, eu, mais uma vez aqui, trago aqui a fundamentação de que o meu pleito é como Vice-Presidente e como autor do requerimento de convite – como autor de requerimento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O pleito não tem previsão.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O autor de requerimento não terá prioridade do questionamento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O pleito não tem previsão para isso, Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Até mesmo o autor de requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Até mesmo o autor, é o primeiro. O primeiro autor.

Pela ordem, Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu não concordo com o que os colegas estão falando, porque eu estava em uma missão pela Câmara, cheguei ontem a Brasília, para estar aqui hoje. Eu só vou ver minha casa na próxima sexta-feira. Eu também estou tendo problema de voo. Se a gente começar a dar justificativa para todo mundo que não cumpre horário, vai ficar complicado. Nós só temos agora sexta e sábado para ficar com a família, porque domingo eu tenho que pegar um voo para estar aqui na segunda.

Então, eu acho, assim, que todo mundo aqui tem dificuldade, mas se a gente começar a dar gentileza em cima de gentileza, o processo não vai continuar. A exemplo do fato de que já estávamos ouvindo o depoente, tivemos que parar de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, o depoente parou em busca de informações.

Não, não, não...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não, não... Deixa só eu terminar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – No sentido em que a gente não pode mais parar, porque tem muita gente para ser ouvida ainda.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – E a gente não pode perder tempo com pequenos detalhes. Se tem horário para cumprir, vamos cumprir o horário para que a gente possa seguir de forma correta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu entendo e respeito a opinião de V. Exa., principalmente pela origem de V. Exa., como coronel militar, mas nós estamos numa Casa de Parlamento democrático, onde o diálogo é parte de toda a nossa convivência.

Pela ordem, Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG. Pela ordem.) – Presidente, essa questão é a questão com que a gente vai ficar convivendo a vida inteira, se a gente não tiver organização e método.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – E não é por ser militar, ou não ser militar. Eu, durante algum tempo, fui militar, não sou militar. É questão de hierarquia, respeito e organização. Se nós abrirmos mais uma hora, o senhor vai ter certeza de que, daqui a pouco, nós vamos ter aquele cara que vai chegar uma hora e um minuto atrasado, e vai se achar no direito de pedir esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Então, eu entendo: ou libera do jeito que está, mantém do jeito que está, ou libera para quem chegar quando chegar, porque aí a gente acaba com as limitações e estabelece que quem chegar, e enquanto estiver gente chegando, vai ter direito a falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Dra. Mário Heringer.

Nós vamos dar reinício às palavras. Como é de ofício da Presidência...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Presidente, só faltou a mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um minutinho...

A partir da próxima segunda-feira, nas sessões que nós tivermos, o prazo de inscrição se estenderá até uma hora após o início da sessão. Está decidida esta Presidência.

Pela ordem, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria apenas de colocar aqui o meu ponto de vista. Eu acho que, se fosse um pedido para que eles entrassem na fila antes de quem se inscreveu, eu não concordaria, mas, sendo ao final, depois que todos se inscreveram no tempo, eu não tenho nenhuma oposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Deputada.

Vamos dar sequência ao depoimento.

O Relator com a palavra, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, o que eu acho mais interessante é que todos aqui estão imbuídos de bons propósitos, pedindo celeridade, mas cada questão de ordem atrapalha demais. Mas é justo, né? Quem sou eu?

O que eu quero dizer é o seguinte: eu volto a dizer ao país, nós estamos fazendo uma série de perguntas de um roteiro; não quer dizer que, nas respostas que o depoente vai dizer, as pessoas tenham envolvimento. Isso é para nós termos conhecimento do grau de relacionamento do seu Maurício Camisotti, que está no núcleo uma organização criminosa.

Portanto, Sr. Eli, gostaria de saber quais personalidades públicas estiveram presentes de que o senhor tem conhecimento na festa do Grupo THG, que está em um dos núcleos de organização criminosa.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Deputado Marcos Pereira, Presidente do Republicanos; Arthur Lira; Cidinho Santos; Governador do Mato Grosso, Mauro Mendes; Deputado Pedro Lupito...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN – Lupion, desculpa, e Deputado Elmar Nascimento. Esses são os que eu tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Já declarado o nome dos que estavam nessa festa do grupo THG.

Agora vamos diretamente a um ponto crucial. Que ponto crucial é esse? O senhor falou... O senhor falou que dois aposentados lhe procuraram e daí começou a sua atuação profissional. Eu pergunto ao senhor: em relação a esses dois aposentados, o que existia era empréstimo consignado ou desconto associativo?

O SR. ELI COHEN – Como eu disse, eu nunca advoguei para nenhuma vítima que foi vítima desses descontos consignados. Esses dois esses, essas duas pessoas eram usadas pelo Sr. Maurício Camisotti como presidentes da Ambec e de uma outra associação que chama Obasp.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Obasp.

Então, vamos aí, cada resposta que o senhor dá vai ter que me redirecionar.

Eu não sei o que é Ambec. Diga o que é Ambec.

O SR. ELI COHEN – Ambec... O que é Ambec? *(Pausa.)*

A Ambec é uma associação, né? Agora o senhor quer que diga...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, mas eu estou perguntando para a coisa ser bem didática.

O que é Ambec?

O SR. ELI COHEN – Ahm, Sr. Relator, esse pessoal é extremamente criativo. Eles mudam de nome e todos...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor não precisa dizer exatamente o nome...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – É uma associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu preciso que o senhor diga o que é que faz. O que é a Ambec nessa história toda? O que que ela faz?

O SR. ELI COHEN – Ela se propõe a oferecer planos e benefícios ligados a seguro de saúde e funeral a aposentados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto, é exatamente a esse ponto que eu queria chegar.

O senhor chegou à Ambec. O senhor procurou saber desde quando existe a Ambec?

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. ELI COHEN – 2021.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A Ambec foi criada por quem?

O SR. ELI COHEN – Vamos deixar uma coisa...

Veja bem... A Ambec foi criada por quem?

Como assim?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – Foi criada pelo Maurício. Na verdade, ele reciclou uma associação que já tinha sido afastada do INSS por irregularidade e ele reciclou. Neste momento ele colocou, se eu não me engano, foi o tio dele ou o genro, um genro como Presidente...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Aí o senhor me disse uma coisa que eu tenho que voltar atrás. O senhor disse que ele reciclou uma associação chamada Ambec, que já tinha sido afastada.

O SR. ELI COHEN – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Afastada de onde e por quê?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Que já tinha o seu acordo de cooperação técnica cancelado. E aí entrou o trabalho do Sr. Careca, que é justamente também, também, realizar esses acordos com esses funcionários públicos do departamento de benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá.

Aí, olha só, o senhor detém a informação e eu estou precisando tirar dúvidas.

Ambec é uma associação de aposentados, que desconta de aposentados que estão cadastrados por meio de acordos de cooperação técnica, não é isso?

O SR. ELI COHEN – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Aí eu pergunto: quando a Ambec foi descredenciada, o senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN – Não porque não fazia parte...

Não, eu tenho, eu tenho esse dado. Eu não tenho de cabeça o conhecimento, eu não tenho o domínio...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Certo.

Mas pelo que o senhor está dizendo, a Ambec tinha um acordo de cooperação técnica com o INSS...

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – ... e foi descredenciada. E o Maurício Camisotti conseguiu reabilitá-la. É isso?

O SR. ELI COHEN – Isso, o Antônio Carlos Camilo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, aí é o Maurício Camisotti, o Antonio Carlos Camilo ou ambos?

O SR. ELI COHEN – O Maurício Camisotti contrata, com procuração, o Sr. Antonio Carlos Camilo, que inclusive deve estar registrado dentro do próprio departamento como Procurador da Ambec, para atuar sobre os interesses da Ambec. E foi ele que conseguiu reativar o acordo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Isso é fundamental.

Então, o Maurício Camisotti resgatou a Ambec e repassou uma procuração para o Antonio Carlos Camilo, o Careca do INSS. É isso?

O SR. ELI COHEN – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor sabe o ano em que isso aconteceu?

O SR. ELI COHEN – Vamos lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O da reabilitação da Ambec.

O SR. ELI COHEN – Não, veja, a reabilitação...

Já vou lhe dizer já. (*Pausa.*)

Final de 2021, começo de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Aí foi o momento que foi feito o segundo acordo de cooperação técnica?

O SR. ELI COHEN – Sim.

Sr. Relator, se o senhor me permite, a realização de acordos não era crime, era, na verdade, um direito de uma associação tê-los.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Nós sabemos disso.

O SR. ELI COHEN – Na verdade, é como você opera esse acordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Até para esclarecer, isso aconteceu a partir de 1994, num parecer do hoje Vice-Presidente da República, que era o Relator na Comissão de Finanças, a possibilidade de acordo de cooperação técnica. Ninguém está discutindo a legalidade dos acordos de cooperação técnica. A gente está discutindo a safadeza decorrente de alguns acordos de cooperação técnica.

Então, com essa reabilitação, o senhor saberia dizer quantos associados a Ambec adquiriu em 2022, 2023, 2024 e 2025?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Tinha três associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Três associados em que ano?

O SR. ELI COHEN – Quando, quando... Veja, volto a lhe dizer: em final de 2020... No começo de 2022...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – ... a Ambec tinha três associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Em 2022.

O SR. ELI COHEN – É. Em 23 de janeiro de 2021, ela tinha 45 mil associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Eu não entendi.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Agora eu fiquei confuso.

O SR. ELI COHEN – Desculpa, 2023. Desculpa, 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu fiquei confuso.

O SR. ELI COHEN – Não, não. Em 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – No início do ano de 2022, a Ambec tinha quantos associados?

O SR. ELI COHEN – Três associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Qual foi o desconto? O senhor sabe dizer quanto ela arrecadou, em 2022, de desconto associativo?

O SR. ELI COHEN – R\$130, por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – R\$130, por mês.

Em 2023, a Ambec foi para quantos associados?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – 45 mil, arrecadação de R\$2 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – De quanto?

O SR. ELI COHEN – R\$2 milhões.

É só multiplicar 45 mil vezes R\$45.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, mas eu quero saber se o senhor tem o dado de quanto ela arrecadou durante o ano de 2023.

O SR. ELI COHEN – R\$2 milhões, por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Por mês. Isso significa quanto por ano? O senhor pode dizer?

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quanto?

O SR. ELI COHEN – R\$2 milhões vezes 12, R\$24 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto. Então, o senhor está dizendo que, em 2023, ela arrecadou mais ou menos R\$24 milhões.

Em 2024, ela aumentou ou diminuiu o número de associados?

O SR. ELI COHEN – Sr. Relator, eu queria deixar claro que esses números estão no Portal da Transparência.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas a testemunha é o senhor, e o meu papel aqui é fazer as perguntas.

O SR. ELI COHEN – Mas o meu papel àquela época era defender os interesses dos meus clientes.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, eu entendo e elogio o senhor por isso.

Mas, se o senhor tem este dado de 2024: quantos associados estavam vinculados à Ambec e quanto ela arrecadou?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Em 2024?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – Em 2024, 400 mil associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Olha só: ela saiu de 3 para 40, para 400?

O SR. ELI COHEN – 400 mil associados.

Mas tem um detalhe, que aí é onde eu entendo que a torpeza é fora do comum: para que você tenha uma adesão, você precisa ligar para cem pessoas, principalmente quando se trata de aposentados. Cem.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E como é que o senhor faz este cálculo: um, de cem, aceita?

O SR. ELI COHEN – Porque nós trabalhamos com elementos técnicos, fatos e objetivos, e isso é um critério histórico desse meio de adesões, que é o de *telemarketing*, supostamente *telemarketing*. Eu estou lhe dizendo isso e tenho esses dados aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Agora, o senhor me permita: surgiu uma coisa na minha cabeça, e eu preciso retornar a um assunto que a gente já tinha encerrado.

O senhor ia falar de um agente de turismo que bancava viagens...

O SR. ELI COHEN – Não bancava.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Comprava passagens.

O SR. ELI COHEN – Emitia as passagens.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Emitia.

Que agente de turismo é esse?

O SR. ELI COHEN – Barão Turismo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Hein?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Barão Turismo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Fica situado onde?

O SR. ELI COHEN – Santa Marina, Rio Grande do Sul.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Santa Marina.

O SR. ELI COHEN – Santa Maria.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Santa Maria, Rio Grande do Sul.

O senhor sabe o nome desse agente?

O SR. ELI COHEN – Raphael Barão.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor tem o CNPJ dessa empresa?

O SR. ELI COHEN – Posso lhe fornecer.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Se o senhor puder, vai nos ajudar.

O SR. ELI COHEN – Eu só queria deixar claro que eu investiguei um pouco esse cidadão.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu estou vendo.

O SR. ELI COHEN – E ele não tem nada a ver com isso, mas ele, na verdade, emitiu passagens durante seis anos, todas elas de interesse do grupo THG.

Então, ali deve ter bastante informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá.

Vamos voltar para esse assunto da Ambec. O senhor disse que a Ambec tinha três, passou para quarenta e poucos mil associados, em 2023, e passou para mais de 400, em 2024. Eu, sinceramente, não tenho esses dados.

O senhor sabe dizer o que representam 400 mil associados tendo esse desconto e o quanto ela arrecadou?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Tá aqui: R\$18 milhões por mês.

O SR. ELI COHEN – R\$18 a 20 milhões por mês.

Na verdade, eu me equivoquei. Ele tinha 600 mil adesões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela ordem.) – Relator, o senhor podia reiterar a pergunta ao depoente sobre o nome da agência e qual o papel da agência?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Posso; sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Agradeço.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O Senador Randolfe está pedindo para o senhor dizer o nome da agência, o local em que ela se situa e o nome do agente de turismo.

O SR. ELI COHEN – Bom, a participação dele é apenas de agente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim, nós sabemos.

O SR. ELI COHEN – Agora, ele emitiu as passagens de interesse da THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá, mas como é o nome da agência?

O SR. ELI COHEN – Barão Turismos.

O CNPJ...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – De onde ela é?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Santa Maria.

O SR. ELI COHEN – Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Chama Barão Turismos LTDA.

O CNPJ é 21.448.278/0001-04.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ótimo, muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Agradeço, Sr. Relator. Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Vamos voltar à Ambec.

O senhor falou da arrecadação da Ambec de mais de 400 mil associados. O quanto isso representa em recursos direcionados para essa associação no ano de 2024?

O SR. ELI COHEN – 2024? (*Pausa.*)

Perto de R\$300 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – No ano de 2025, a Ambec tinha quantos associados e quanto ela arrecadou?

O SR. ELI COHEN – De 2024 a 2025, a operação adesão acabou, por conta das operações. Então, ele só foi diminuindo, mas sempre teve em torno de 500 mil associados, com uma arrecadação mensal de R\$20 milhões. Ele só arrecadou até abril.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá.

Olhe só, é muito importante o que o senhor está dizendo. O senhor está dizendo que uma entidade associativa arrecadou perto de bilhão, certo?

E o senhor identificou na Ambec uma entidade séria ou uma entidade criminosa?

O SR. ELI COHEN – Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas eu preciso que o senhor responda. Eu não posso agir por moto-próprio.

O SR. ELI COHEN – Uma entidade séria?

Muito bem; vejam, não, era uma entidade quase que no papel, pessoal.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. ELI COHEN – Vamos deixar clara uma coisa: as três entidades...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A gente vai chegar às três, mas vamos falar da Ambec, para a gente objetivar.

A Ambec, pelo que o senhor investigou, era uma entidade séria ou era uma entidade criminosa?

O SR. ELI COHEN – Criminosa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Criminosa – ponto.

Sendo a Ambec uma entidade criminosa, o senhor conseguiu descobrir quem estava por trás da Ambec?

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quem?

O SR. ELI COHEN – Maurício Camisotti.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E o Careca também?

O SR. ELI COHEN – O Careca funcionava como alimentador de dados e de *lobby* dentro do INSS para todas as associações, inclusive a Ambec.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ótimo.

O SR. ELI COHEN – Ganha 27,5% para fazer isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor, em algum momento, esteve com o Presidente da Ambec, ou a Presidente, eu não sei.

O SR. ELI COHEN – É minha cliente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Como é o nome dessa Presidente? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN – É Maria Aparecida Vieira – obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu confesso que o senhor me deixou agora muito confuso.

O senhor fez uma investigação e chegou à Ambec. Perguntei ao senhor o nome da Presidente, perguntei ao senhor se a Ambec era uma entidade criminosa, e o senhor disse que sim. Como é que o senhor virou advogado da Presidente da Ambec? Como é que foi essa lógica? Eu confesso que não estou entendendo.

Olhe só, o senhor descobriu um esquema, esse esquema foi bater na Ambec, a Ambec tem uma Presidente, a Presidente é cliente do senhor. Então, das duas uma: ou essa Presidente o procurou porque é uma laranja, ou essa Presidente o procurou porque se arrependeu de praticar crime.

Eu queria saber como é que o senhor chegou a ser advogado da Presidente de uma entidade criminosa.

O SR. ELI COHEN – O.k., Sr. Relator. Eu já respondi a essa pergunta, mas vou repetir.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu confesso ao senhor que eu... Se o senhor respondeu, não precisa responder de novo.

O SR. ELI COHEN – Não, eu posso esclarecer, porque assim fica mais claro; porque, se o senhor não entendeu, então ninguém entendeu.

Agora, vamos lá. Por volta de 2022, em 20 de dezembro de 2022, fui procurado por dois aposentados: Maria Aparecida Vieira, que ali constava, naquela época, como Presidente da Ambec; e o Sr. Luiz Carlos dos Santos, que era o Presidente da Obasp.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu confesso ao senhor que essa parte eu não tinha detectado.

O SR. ELI COHEN – É, mas eu posso repetir.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, o senhor agora me traz para o centro dos acontecimentos. Então, a Presidente da Ambec e o Presidente de outra associação procuraram o senhor, não é isso?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto. Isso esclarece muita coisa.

O SR. ELI COHEN – O senhor poderia me perguntar, se o senhor quisesse, a razão pela qual eles me procuraram.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Por favor. Eu pensava que eles tinham procurado o senhor pela condição de aposentados com desconto indevido.

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas estou vendo agora que não foi.

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então, qual foi o motivo dos dois Presidentes procurarem o senhor lá atrás?

O SR. ELI COHEN – Porque eles diziam que na casa deles – eles moram bem na periferia, são pessoas extremamente simples – começavam a chegar oficiais de justiça, cobrança e tudo aquilo que a gente sabe, quando, na verdade, você é sócio de um CNPJ viciado desses, né?

E aí, eu disse para eles, naquele momento, falei: "Olha, vocês permitiram ser presidente desta associação, agora isso acontece. Vocês ganham... Quanto vocês ganham?". "Um salário mínimo."

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor me permite interromper aí, porque o senhor disse um dado muito relevante que eu não conhecia: uma Presidente chamada Maria José da Silva, é?

O SR. ELI COHEN – Sim, uma senhora extremamente simples.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Maria Aparecida Vieira, que mora na periferia.

O SR. ELI COHEN – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Presidente de uma associação que arrecadava mais de 300 milhões por ano.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Não naquele momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Naquele momento, arrecadava-se quanto?

O SR. ELI COHEN – Um milhão e oitocentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Um milhão e oitocentos.

Essa senhora continuou na presidência dessa associação até que ano?

O SR. ELI COHEN – Muito bem, logo em seguida a esta reunião, e logo em seguida da... Me dá aqui a coisa, onde está? Não, a linha do tempo.... Logo em seguida que eu descobri... O que ele fez? Que eu descobri que se tratava de fraude, eu informei isso a eles, e eles são pessoas simples. Não sabem nem escrever, eu acho, não me lembro... Mas são pessoas muito simples, mas muito simples. E o que era prometido para eles, é importante o senhor saber desse dado, até para outros questionamentos... Era prometido para eles que, durante seis meses, eles ganhariam...Seis... Um salário mínimo, e que depois eles seriam os gestores dessa associação, mas isso nunca acontecia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas quem prometeu? Sabe-se?

O SR. ELI COHEN – Rodrigo Rosolem, mas por ordem sempre de Maurício Camisotti.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Bom, isso é importante.

O senhor sabe dizer se essas duas pessoas recebiam Bolsa Família?

O SR. ELI COHEN – Hum? Como?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se eram beneficiários do Bolsa Família?

O SR. ELI COHEN – Não tenho a menor ideia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá.

Por quanto tempo essa senhora continuou como Presidente da Ambec?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Essa foi uma boa pergunta. Vamos lá. Muito bem. Até... Durante esses dois meses, nos quais eu fui contatar o Maurício para lhe dizer exatamente o que estava acontecendo e como ele poderia resolver a situação, ele me tratou da forma como eu já explanei aqui. Muito bem, eu voltei e falei isso para eles, e disse para eles: "Olha, vocês são os Presidentes, vocês podem entrar lá dentro e começar a operar". Perfeito? Muito bem.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E ele reconheceu nessa hora que era o Presidente?

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN – Não, não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor está se referindo às duas pessoas, então?

O SR. ELI COHEN – É, aos meus clientes.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ah, tá.

O SR. ELI COHEN – Aí, o que aconteceu? Em 48 horas, a organização do Maurício falsificou assinaturas de todos, falsificou uma ata, isso no dia 06/03 de... Em 23 de janeiro de 2023. Ele falsificou a assinatura dela, fez uma montagem, e ele colocou a mulher que serve café na THG; o CEO dele, que é o José Hermicesar, como secretário... Eu não me lembro agora, Maria Aparecida, uma outra Maria, que inclusive faleceu, como Presidente no lugar, e um outro secretário, que agora eu não me recordo do nome. Não importa, essa ata é falsa, já tem inclusive um inquérito sobre isso, e já foi constatado que é uma montagem grosseira, mas é assim que ele fazia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual foi a outra associação que o procurou naquele momento? Acho que o senhor citou "Ambrais", é?

O SR. ELI COHEN – Não, Cebap e Unsbras, mas não foi naquele momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas o senhor disse que foram dois. Ela...

O SR. ELI COHEN – Obasp.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Obasp. Essa eu nunca ouvi falar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – É. Obasp era uma associação. Apesar de ser antiga, ela estava sendo preparada para ter um acordo de cooperação técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E ela tinha quantos sócios naquela época?

O SR. ELI COHEN – Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Depois ela adquiriu sócios?

O SR. ELI COHEN – Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ela conseguia algum desconto associativo?

O SR. ELI COHEN – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto.

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Vamos adiantar um pouquinho. O senhor falou aí da Ambec como núcleo principal de desconto associativo. Qual era a forma de a Ambec capturar associados para fazer os descontos? Como é que ela capturava? O senhor podia dizer na estrutura do Estado brasileiro se ela fazia isso via INSS, via Dataprev, comprando no mercado negro, como o senhor falou aí, lá na 25 de março, nesse mercado paralelo? Como é que o senhor apurou isso?

O SR. ELI COHEN – Exatamente como ele comprou, como ele adquiriu, desculpa, mas naquele momento, na minha concepção, não era interessante para a nossa investigação, mas os dados vieram do Careca do INSS. Essa era a parte do Careca para receber 27,5%.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então, os dados vieram do Careca do INSS.

O SR. ELI COHEN – Claro. Esse é o trabalho do Careca.

O SR. ELI COHEN – A partir do momento em que você consegue os dados, o INSS tinha uma série de normativas. Qual era a forma de ser implementada a autorização do associado? A gente está falando aí de 500 mil pessoas em algum momento, como o senhor disse. Qual era a forma da implementação dessa autorização? Havia uma falsificação? Havia um oferecimento de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço que, na verdade, era um engodo? O senhor sabe dizer como essa autorização chegava na Dataprev ou no INSS?

O SR. ELI COHEN – Adesões com assinaturas falsas, ligações montadas, que do outro lado não era o aposentado... São criativos, n situações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quando o senhor fala dessas ligações montadas, essas associações tinham estrutura de *telemarketing* para obter essas autorizações de forma fraudulenta?

O SR. ELI COHEN – Veja, eles montaram... Essa organização montou uma operação que, se acontecesse alguma coisa, eles poderiam passar a responsabilidade para alguém. Então, por exemplo, eles tinham que fazer um contrato com empresas de *telemarketing*, mas eram só de papel, porque na verdade eram do Careca. As empresas de *telemarketing* eram do Careca e do Sr. Márcio Alaor, que era o Vice-Presidente do Banco BMG, depois foi o Diretor do Departamento de Benefícios e Consignados do Banco Master, e agora ele é o Diretor do Departamento de Benefícios do PicPay.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Rapaz, você está me falando de uma figura que eu nunca ouvi falar. Eu queria que o senhor repetisse. Onde esse Márcio Alaor entra nessa história de desconto associativo?

O SR. ELI COHEN – É concorrente do Careca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas ele está na mesma posição de operador financeiro?

O SR. ELI COHEN – Desculpe a colocação, mas pelo jeito tinha aposentado para todos eles. A real é essa. Eles faziam a mesma coisa. O Márcio Alaor é conhecido como o Papa do Consignado. Ele vem já desde 2005 fraudando, ao lado do BMG, os aposentados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor está dizendo que o Banco BMG participa de fraude de consignado para aposentados?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – O Banco BMG é o campeão das fraudes. O Banco BMG só existe, só saiu de quatro agências para ter o que é hoje só por conta do consignado das fraudes, e começou em 2005.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Esse banco está situado em qual território da nação?

O SR. ELI COHEN – Mineiro. Minas Gerais.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mineiro.

E onde entra essa questão do Banco Master?

O SR. ELI COHEN – Vamos lá. Veja bem, o aposentado é sempre a vítima, o golpe só muda um pouquinho de cara. Quando o senhor está lidando com... Quando estamos lidando com empréstimo consignado, então vem a relação de bancos que sabem que estão cometendo o crime e que fazem esses empréstimos consignados das mais variadas formas de fraude. Muito bem, esse é um estilo que perdurou de 2005 e que vem até hoje.

A modalidade do pacote de benefício só nasceu por conta de que, em 2016, não era mais obrigatória a contribuição sindical. Os sindicatos tiveram que buscar outras receitas, e eles que inventaram. Na verdade...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quem? Eles quem?

O SR. ELI COHEN – Os sindicatos. Os sindicatos foram a escola desse crime de benefícios – de benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas o senhor fala benefícios do consignado?

O SR. ELI COHEN – Veja bem, todos os produtos são débitos consignados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. ELI COHEN – Agora, um deles é empréstimo consignado...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ELI COHEN – ... e o outro é um tal de pacote de benefícios.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor, como profundo conhecedor da matéria, para que não digam que a gente está aqui protegendo A, B ou C... Durante a sua trajetória profissional, com base nos processos a que o senhor teve acesso, quais bancos estão vinculados a essa modalidade de engodo ao aposentado?

O SR. ELI COHEN – Veja bem, dolosamente...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – Dolosamente, certamente o Banco Master, o Banco BMG é o campeão – o Banco BMG é o campeão –, agora o PicPay...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Como é o nome desse último?

O SR. ELI COHEN – PicPay.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – PicPay?

O SR. ELI COHEN – Do grupo JBS.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – PicPay, certo.

Tem mais algum?

O SR. ELI COHEN – Tem 40.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então, cite, por favor, os que tiverem... os que o senhor tem conhecimento em relação aos descontos.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. *Fora do microfone.*) – O advogado continua orientando as respostas.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas, olha, eu acho que o advogado tem todo o direito de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão, Deputado, tem que ser dirigida à Presidência. Eu estou aqui acompanhando ao lado e estou sendo muito severo com isso. Ele tem requisitado do advogado as informações, as respostas têm sido dadas, até o momento, pela testemunha e continuará assim.

O SR. ELI COHEN – Senhores, eu entendo que eu estou colaborando aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor está colaborando.

O SR. ELI COHEN – O.k.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor citou três bancos. O senhor tem mais bancos a citar, de que o senhor tenha conhecimento, com base nos processos em que atuou?

O SR. ELI COHEN – Certamente, certamente, Master, Banco Master, PicPay e BMG, que é o campeão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Faltam 37.

O SR. ELI COHEN – Hã?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, mas a pergunta que eu fiz foi muito taxativa. A gente não pode botar o mercado financeiro em xeque. Ele tem que dizer com base nos processos de que ele teve conhecimento.

Fora esses três bancos, o senhor tem conhecimento de mais algum banco agindo dolosamente? Porque o senhor disse uma afirmação muito interessante: tinha mais 40.

O SR. ELI COHEN – Cinquenta.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mais 50, mas, com base no seu conhecimento, o senhor pode dizer mais algum banco? *(Pausa.)*

O SR. ELI COHEN – Posso...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – ... quando ele encontrar a lista aqui, mas eu adianto que esses três bancos certamente estão porque foi o próprio Sr. Márcio Alaor que montou os departamentos de consignados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor pode me explicar, enquanto vê os outros bancos, quem é esse Márcio Alaor?

O SR. ELI COHEN – Esse Márcio Alaor... Eu não quis aprofundar as investigações sobre ele porque não era... Para mim não era... Ele saiu por osmose dentro de toda essa investigação. Esse Márcio Alaor é um personagem que vem... que remonta à história de 2005, justamente quando o Presidente Lula editou aquela Medida Provisória – se não me engano – 130, de 2003, estendendo a possibilidade de acordos de cooperação técnica para as instituições financeiras.

Veja que esse foi um pedido do Vice-Presidente do Banco BMG, na época, Roberto Rigotto; abaixo dele, o nosso amigo Márcio Alaor.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor pode interromper aí só para o senhor me explicar o número dessa medida provisória e a época em que ela foi editada?

O SR. ELI COHEN – É a 130, 2003.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Centro e trinta?

O SR. ELI COHEN – MPV 130.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O que é que essa MPV dizia no seu bojo?

O SR. ELI COHEN – Dentre outros, o principal era estender a possibilidade de acordos de cooperação técnica com o INSS para as instituições financeiras, que, até aquele momento, eram só para sindicatos e associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E o senhor disse uma coisa aí que eu achei muito interessante: e foi a pedido de quem?

O SR. ELI COHEN – Veja...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Porque o senhor disse aí.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – ... isso que eu estou falando está nos anais aí...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá, mas...

O SR. ELI COHEN – Vamos lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – ... foi o senhor que falou.

O SR. ELI COHEN – Sim, eu vou repetir e vou afirmar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. ELI COHEN – Veja, essa medida provisória foi praticamente escrita pelo BMG.

Veja que a medida provisória na época... Vamos deixar bem claro, a medida provisória na época tinha um apelo social interessante: era interessante que o aposentado tivesse acesso a um crédito sem burocracia. Veja, era interessante. O problema é como ela foi operada. Ela foi operada aos interesses do Banco BMG, inclusive com a emissão de, se eu não me engano, 10 milhões de cartas com o brasão da Presidência da República, informando para 10 milhões de aposentados que existia essa possibilidade. E naquela época, só existiam dois bancos que poderiam fazer isso: a Caixa e o Banco BMG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu interrompo o senhor aí para perguntar: o senhor falou de uma carta; o senhor tem essa carta para nos disponibilizar?

O SR. ELI COHEN – Eu não tenho essa carta, mas eu tenho o processo inteiro de improbidade administrativa que o Presidente Lula e então o Ministro da Previdência, Amir Lando, responderam até 2011. E como tudo, acabou em *pizza*.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Só para voltar um pouco, antes dessa MPV, não havia possibilidade de consignado?

O SR. ELI COHEN – Não, havia. Não de empréstimo consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu estou falando de empréstimo.

O SR. ELI COHEN – Não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não havia. Então foi essa MPV, em 2003, que deu início a essa possibilidade.

O SR. ELI COHEN – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O que é que leva o senhor a dizer que nenhum outro banco, fora a Caixa e o BMG, tinha a possibilidade de também usufruir dessa questão do empréstimo?

O SR. ELI COHEN – Porque isso é o mérito de um processo que existe, nós temos o processo inteiro aí, eu não sei se está aqui nessa mala, mas eu posso disponibilizar, um processo inteiro onde ficou claro esse favorecimento ao Banco BMG. Foi justa... Veja, isso fez parte do mensalão, pessoal.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Se o senhor puder disponibilizar essa ação para a Secretaria da Comissão, será importante, para eu poder ter um acesso a essa questão do consignado.

O SR. ELI COHEN – Tá.

E um outro detalhe: desde 2005, aparecem já as reclamações de fraude nos consignados. Desde 2005.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor fala isso baseado em quê? O senhor tem alguma ação em mão? O senhor tem acesso? O senhor viu ações a partir de 2005? Porque desde o início do seu depoimento, o senhor disse que o consignado vem com problema desde 2005. Isso aí é baseado em conhecimento técnico?

O SR. ELI COHEN – Isso é baseado em acúmulo de informações. Nós acumulamos informações de várias maneiras, várias. Uma delas, por exemplo, é buscando, nos TJs de todo o Brasil, as ações pertinentes a esse mérito, ou seja, se você encontra, por exemplo, 400 aposentados, em 2006, dizendo que não pediram empréstimo, pronto, você não... Veja, para nós, já é um indício de que... E vamos costurando. Então a situação é essa.

Veja, o desconto consignado, o desconto, o problema do desconto consignado vem desde 2005. E eu não estou fazendo juízo de valor de nenhum Governo, veja, de nenhum Governo, mas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele vem desde 2005. E vem até... E perdura até hoje. A questão do... A figura do crédito consignado, como eu disse, repetindo, a adesão associativa apareceu em 2016, com a proibição da contribuição sindical.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor, para a gente poder continuar, o senhor está esclarecendo os fatos de maneira muito satisfatória. Mas eu preciso fazer uma pergunta que me incomoda bastante: o dinheiro descontado do aposentado, nos que tinham a adesão fraudulenta ou não, esse dinheiro ia diretamente para os cofres da Ambec?

O SR. ELI COHEN – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E esse dinheiro, pelo que o senhor apurou, permanecia na Ambec?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Esse dinheiro saía da Ambec de que forma? Era prestação de serviço ou era roubo descarado, sem precisar fazer nenhuma maquiagem?

O SR. ELI COHEN – Não, veja bem, como eu disse, aquele operador financeiro Ramon tinha os *tokens* de...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Espere aí. Como é o nome do operador financeiro da Ambec?

O SR. ELI COHEN – Ramon Novais.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto.

Ramon Novais era o operador financeiro da Ambec...

O SR. ELI COHEN – Não, ele era o financeiro. O operador financeiro...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá, então ele era o financeiro da Ambec.

O SR. ELI COHEN – Um bilhão passou nas mãos dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá. Aí me explique quem é essa figura, porque eu não sei quem é. Eu quero saber.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – É o financeiro do grupo THG do Maurício Camisotti.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto.

E ele está vinculado formalmente ao THG ou ele está vinculado formalmente à Ambec?

O SR. ELI COHEN – THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – THG.

E esse cidadão, o senhor o reputa como financeiro da Ambec com base em quê?

O SR. ELI COHEN – Investigações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Investigações.

E esse dinheiro saía da Ambec para onde e por meio de que instrumento?

O SR. ELI COHEN – Transferências Pix, transferências TEDs – e tudo do Bradesco, inclusive daquela agência em conluio com Maurício Camisotti, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Que agência do Bradesco o senhor reputa em conluio com o Maurício Camisotti do THG?

O SR. ELI COHEN – Para dizer a verdade, eu não sabia que eu ia falar sobre essa agência, mas, de qualquer forma, eu tenho aqui a agência e o nome do gerente...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Por favor, decline.

O SR. ELI COHEN – Sim, mas não neste momento – né, Doutor? –, porque eu estou lhe dando a informação, mas eu vou lhe dar a prova já, já.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá. Então vamos um pouco mais adiante.

Esse dinheiro saía da Ambec a que título? Era de prestação de serviço, por exemplo?

O SR. ELI COHEN – Isso é o que eles queriam fazer parecer.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então, prestação de que tipo de serviço e por meio de quais empresas ou quais prestadoras de serviço?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Aquelas a que pertencia o pacote hipotético que era oferecido.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Posso ler para o senhor?

Aqui no seu quadro explicativo tem uma Mais Saúde. Fazia parte desse rol?

O SR. ELI COHEN – São várias. Pode ser que sim, pode ser que não; mas, veja: são várias.

Veja bem, ele utilizava, por exemplo, a... Vamos lá, a Brasildental em um pacote da Ambec, a Mais Saúde no pacote da outra, e assim por diante. Veja, isso é o...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto.

Vamos dar um exemplo só. O senhor também não é uma máquina para estar decorando tudo.

Uma vez que o dinheiro saía da Ambec para uma dessas possíveis prestadoras – que o senhor já esclareceu que não prestavam nenhum tipo de serviço –, esse dinheiro saía também dessas prestadoras para alguém?

O SR. ELI COHEN – Eu não quebrei o sigilo da Ambec...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ELI COHEN – ... mas eu posso, mas eu tenho informação...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ELI COHEN – ... de que o dinheiro saía, inclusive para contas particulares do Maurício, do Rosolem e do...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Espere aí. Mas a gente precisa dizer os nomes.

Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Rosolem. Como é o nome do Rosolem?

O SR. ELI COHEN – Rodrigo Rosolem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antônio Luz também é muito importante.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Rodrigo Rosolem.

Antônio Luz. Quem é Antônio Luz?

O SR. ELI COHEN – Antônio Luz. Antônio Luz é um sócio de fato, pequeno, do Maurício Camisotti, e que faz a ligação política com todas as empresas. O Maurício é especialista em consignados. Ele só faz consignados, ou seja, ele tem uma série de contratos com o Governo, com estadual, municipal e o Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O Camisotti?

O SR. ELI COHEN – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer com quais governos ele tem contrato para consignados?

O SR. ELI COHEN – Hoje? Hoje?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Hoje, ou foi ontem...

O SR. ELI COHEN – A Prefeitura de São Paulo tem um, por exemplo, o 123 Tele...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – ... que é de R\$500 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá. O senhor pode citar outros entes federativos?

O SR. ELI COHEN – Não, mas, por exemplo, tinha um contrato do Geap de R\$8 milhões por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor pode esclarecer o que é Geap para o telespectador?

O SR. ELI COHEN – O Geap, basicamente, é como se fosse uma associação dos funcionários públicos federais, e ela contratou... Ela tinha um contrato com a Prevident, com a Prevident, que é uma destas aqui, que estão aqui, a Prevident... Olhe, aqui: Prevident, em azul. Perfeito?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo que o Bolsonaro assumiu, eu não lembro o nome do general, mas ele acabou indicando o general como Presidente...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Presidente de quê?

O SR. ELI COHEN – Do Geap, e ele imediatamente cancelou esses contratos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E o senhor recorda o nome desse general?

O SR. ELI COHEN – Eu não me recordo, mas eu posso lhe dizer que é muito fácil... É, ele não só cancelou esse contrato da Prevident, cancelou também o contrato jurídico com o Nelson Wilians, que também girava em torno de R\$12 milhões, algo assim, por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – No Geap?

O SR. ELI COHEN – É, no Geap.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Nós chegaremos já, daqui a pouco, no Nelson Wilians.

O senhor falou do Antônio Luz, falou do Maurício Camisotti, e eu queria saber do senhor: Luis Blotta – qual a participação de Luis Blotta na questão da Ambec e do THG?

O SR. ELI COHEN – Olhe, esses personagens aqui simplesmente se prevaleciam desse golpe, mas efetivamente qual era o papel dele na história toda... Eu sei que esta diretoria aqui, toda esta diretoria, todos eles tinham uma função, uma função determinada, tanto...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá, ótimo.

Olhe, mas o senhor apresentou um quadro em que cabe a mim, enquanto Relator, ter que esclarecer o papel das figuras que o senhor apresentou. Luis Blotta está situado onde? Na THG ou na estrutura da Ambec?

O SR. ELI COHEN – Todos eles estão situados na THG; a Ambec é uma empresa laranja.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guido Martinez?

O SR. ELI COHEN – Todos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, mas o senhor sabe qual era o papel dele?

O SR. ELI COHEN – Cada um está aqui escrito.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Aqui está dizendo "Diretor Financeiro".

O SR. ELI COHEN – É exatamente o que ele fazia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ademir Fratio...

O SR. ELI COHEN – Fratric.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Fratric.

O SR. ELI COHEN – Ele cuidava dos interesses da THG e associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor sabe qual é o parentesco dele com o Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN – Ele é genro... Não, genro, não; ele é sobrinho.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sobrinho.

Luis Marcos, *controller*.

O SR. ELI COHEN – É o *controller*. THG e associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Douglas Moreira.

O SR. ELI COHEN – Também trabalhava os interesses da THG e associações. Esse é que mandava, por exemplo, *motoboys* para colher assinaturas de presidente, laranja, esse tipo de coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ramon Novais.

O SR. ELI COHEN – Esse é o que operava o dinheiro, ou seja, a mando sempre, claro, de Maurício.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Fernando Araújo.

O SR. ELI COHEN – Contabilidade. Esse aqui é o que faz a mágica.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Esse é o contador?

O SR. ELI COHEN – É. A mágica, eu digo mágica, por quê? Porque existe um outro crime aqui terrível, que é o crime tributário.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Vinícius Siqueira.

O SR. ELI COHEN – Jurídico.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Luciana Lupiano.

O SR. ELI COHEN – Jurídico também. Jurídico interno, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Maurilia Ishikawa.

O SR. ELI COHEN – Administrava as reclamações no Reclame Aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Juliana Jesus.

O SR. ELI COHEN – Ela foi contratada só para receber oficiais de Justiça. Eram dezenas e centenas por dia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Antônio Carlos Camilo Antunes, careca do INSS. Qual é a ligação dele com a THG e a Ambec?

O SR. ELI COHEN – Outra vez?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, isso é só para deixar consignado.

O SR. ELI COHEN – Não, eu sei, eu sei... Ele é o que fornecia, ele é o que fornecia dados para o Maurício, porque o Maurício tinha essas empresas de seguro de que ele precisava para poder completar o crime, porque ele, com esses dados, ele não faz nada. É como se fosse o Pablo Escobar, ele planta cocaína, mas o outro leva. É mais ou menos assim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Olhe, nós estamos falando aqui do grupo THG e da Ambec. Aí eu pergunto ao senhor, o senhor colocou aqui, nesse organograma, o senhor colocou aqui uma foto de um advogado muito conhecido aí nas redes sociais.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Nelson Wilians.

O SR. ELI COHEN – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Nelson Wilians, o que é que tem a ver com a THG e com a Ambec?

O SR. ELI COHEN – Eu nunca acusei ele de absolutamente nada. A única coisa que eu disse é o seguinte...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas botou uma foto bonita aqui.

O SR. ELI COHEN – Sim, mas porque, na verdade, ele representava as associações. E detalhe, ali...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quais associações Nelson Wilians...

O SR. ELI COHEN – A Ambec.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A Ambec?

O SR. ELI COHEN – A Ambec.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Aí, o senhor me permita. Ele é um advogado, ele tem que atuar, mas olha só, a Ambec, o senhor me falou que a Ambec tinha como Presidente uma senhora que foi lhe procurar. Naquela época em que essa senhora foi lhe procurar, Nelson Wilians já estava com a procuração para representar a Ambec?

O SR. ELI COHEN – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E foi a Presidente da Ambec quem contratou Nelson Wilians?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quem contratou Nelson Wilians? O senhor conseguiu apurar?

O SR. ELI COHEN – Não, mas é, é muito fácil, né? É só perguntar para ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, tudo bem, a pergunta, a pergunta é: até a suspensão dos descontos associativos, o advogado da Ambec continuava sendo Nelson Wilians?

O SR. ELI COHEN – Não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quando Nelson Wilians deixou a representação jurídica da Ambec?

O SR. ELI COHEN – Exatamente quando nós começamos a incomodar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E isso se deu em que ano?

O SR. ELI COHEN – Abril, maio... Junho de 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor tem conhecimento de qual era o valor do contrato do escritório Nelson Wilians com a Ambec?

O SR. ELI COHEN – Não tenho a menor ideia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor tem conhecimento de qual era o papel do escritório de Nelson Wilians perante os processos que eram destinados contra a Ambec?

O SR. ELI COHEN – Contestar as ações de pedido de indenização.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor tem conhecimento se isso acontecia em todos os foros ou só em algum determinado?

O SR. ELI COHEN – No Brasil inteiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Então o escritório Nelson Wilians foi contratado pela Ambec para defender as causas de contestação, é isso?

O SR. ELI COHEN – Exatamente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quem... Qual foi o escritório que substituiu o do Nelson Wilians na Ambec? O senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto.

Eu estou perguntando da Ambec.

Agora, quem, nessa sua jornada de investigação, fazia parte formalmente da Ambec? O senhor tem conhecimento? Quais eram os presidente e diretores? Quais eram eles?

O SR. ELI COHEN – Presidentes da Ambec?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim, porque aqui a gente está falando de quem está por trás. Eu quero saber formalmente quem é que estava lá no estatuto.

O SR. ELI COHEN – Até março de 2023, a minha cliente, a Sra Aparecida.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E após essa data, o senhor me disse que foi feito uma ata falsificada.

O SR. ELI COHEN – Exato. A D. Maria Inês, que morreu, que inclusive faleceu, que inclusive...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ela passou a ser a Presidente?

O SR. ELI COHEN – Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E quem a sucedeu?

O SR. ELI COHEN – Não tenho ideia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A Ambec hoje ainda existe?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não...

O SR. ELI COHEN – Existe formalmente, mas ela não... De fato, não existe.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá. Antes das decisões judiciais, a Ambec estava fazendo desconto associativo?

O SR. ELI COHEN – Poderia repetir a pergunta?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Antes das decisões judiciais suspenderem os descontos associativos, a Ambec, até aquela data, continuava arrecadando descontos associativos?

O SR. ELI COHEN – Seiscentos mil aposentados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor tem conhecimento se, além dos descontos associativos, a Ambec também estava envolvida em crédito consignado?

O SR. ELI COHEN – Não, não, não, não, não estava.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não estava?

O SR. ELI COHEN – Não, não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu queria saber do senhor... O senhor falou três associações envolvidas nessa organização criminosa. Quais são as outras duas associações?

O SR. ELI COHEN – Cebap e Unsbras, que foram adquiridas... Foram adquiridas depois que a Ambec já estava com mais ou menos 250 a 300 mil associados. Ai eles adquiriram a Cebap, pelo ano de 2024, bem no início, e rapidamente ela saiu de zero para 400 mil, 300 mil...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ai eu vou ter que repetir o mesmo cronograma.

A Cebap nasceu em que ano?

O SR. ELI COHEN – A Cebap?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – Nas mãos de Maurício...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – Nas mãos de Maurício, em 2024, começo de 2024, final de 2023.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor sabe quantos associados tinha a Cebap na hora que foi adquirida?

O SR. ELI COHEN – Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quantos associados a Cebap adquiriu em 24?

O SR. ELI COHEN – Trezentos e quarenta e quatro mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Isso representava quanto em termos de descontos associativos no ano de 2024?

O SR. ELI COHEN – Quinze milhões por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quinze milhões por mês.

Em 2025, Cebap manteve, diminuiu ou aumentou o número de associados?

O SR. ELI COHEN – Sempre aumentou.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sempre aumentou. Passou para quantos associados?

O SR. ELI COHEN – Eu não tenho aqui os dados, mas a Cebap chegou a 400 mil associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer se essa organização criminosa que o senhor, ali em pé, estava denominando na THG, que nós já falamos o nome, era ela também que estava operando a Cebap?

O SR. ELI COHEN – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. ELI COHEN – Inclusive no mesmo endereço.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – No mesmo endereço de quê?

O SR. ELI COHEN – Da Ambec.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Da Ambec.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse endereço o senhor sabe dizer a quem pertencia?

O SR. ELI COHEN – Maurício Camisotti. O prédio era inteiro dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se o contador da Cebap era o mesmo contador da Ambec?

O SR. ELI COHEN – O mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sabe o nome?

O SR. ELI COHEN – Fernando de Araújo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Fernando de Araújo.

O SR. ELI COHEN – É até hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. ELI COHEN – É da THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E o senhor falou na terceira associação. Como é o nome da terceira associação?

O SR. ELI COHEN – Unsbras.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Unsbras.

A Unsbras nasceu nas mãos de Maurício Camisotti a partir de que ano?

O SR. ELI COHEN – Final... Meio de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Com quantos associados?

O SR. ELI COHEN – Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Em 2024, a Amsbap adquiriu quantos associados?

O SR. ELI COHEN – Unsbras.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Unsbras, desculpe.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Duzentos e cinquenta e dois mil trezentos e quatorze associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Isso representava quanto de desconto mensal?

O SR. ELI COHEN – Onze milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Em 2025 o senhor tem ideia de quantos associados estavam vinculados a essa última?

O SR. ELI COHEN – Duzentos e cinquenta mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Com quanto de desconto associativo por mês?

O SR. ELI COHEN – Entre R\$45 e R\$62.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Multiplicado pelo número de...

O SR. ELI COHEN – Ah, sim, sim, é sempre numa base de 12, de 13, de 14 milhões.

Essa organização, ao todo, inclusive estava ali na tela, chegou a 1 bilhão, quando cessaram os...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Só essa associação?

O SR. ELI COHEN – Não, as três juntas.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – As três juntas chegaram por volta de 1 bilhão.

O SR. ELI COHEN – Novecentos e alguma coisa... Um bilhão.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá, o senhor tinha dito isso.

A forma de retirar dinheiro dessas associações também era por supostas prestadoras de serviço?

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Esse dinheiro, pelo que o senhor tomou conhecimento, quais eram os principais destinatários?

O SR. ELI COHEN – A THG.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A THG.

O SR. ELI COHEN – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Que pertence formalmente a quem?

O SR. ELI COHEN – A Maurício Camisotti; 27,5% para o Careca do INSS, e o resto para a THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor disse um fato muito interessante.

Eu vou lhe perguntar: o senhor conhece a Contag?

O SR. ELI COHEN – Conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Nas suas pesquisas, a Contag foi também vasculhada e investigada pelo seu trabalho?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – A Copab...

O SR. ELI COHEN – Não, não, desculpa, eu preciso corrigir.

Quando nós nos aprofundamos nessa modalidade, nós acabamos...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Na modalidade de desconto associativo.

O SR. ELI COHEN – É.

Nós acabamos tendo informações de todas aquelas que operavam nesse sentido de desconto consignado, através de pacotes e benefícios fictícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Por isso que estou lhe perguntando.

Vou perguntar uma por uma.

O senhor teve conhecimento se a Contag também operava de forma fraudulenta?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor teve conhecimento se a Copab fazia parte desse pacote de fraudes?

O SR. ELI COHEN – Copab?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – Cem por cento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor teve conhecimento se a Contraf, entre parênteses, (Fetraf) operava de também forma fraudulenta?

O SR. ELI COHEN – Qual é esse nome?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Fetraf.

O SR. ELI COHEN – É que é tanto nome, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Contraf/Fetraf.

O SR. ELI COHEN – É...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Se o senhor não se recordar, basta dizer: "Não me recordo".

O SR. ELI COHEN – Eu não me recordo. Só não esqueça o que eu disse inicialmente para o senhor: que esse negócio só funciona roubando.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá bom, mas eu tenho que citar. De repente, o senhor disse que eram 99% assim, mas falou que 1% poderia ser séria.

Sintapi, ligado à CUT. O senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN – Sindnapi ou Sintapi?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sintapi.

O SR. ELI COHEN – Se eu tenho? Não, eu não tenho informações.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. ELI COHEN – Mas veja bem: não tenho informações absolutas, mas eu tenho informações de que são vários e vários e vários processos com o mesmo mérito...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. ELI COHEN – ... de descontos irregulares.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas aqui eu...

O SR. ELI COHEN – Centenas e milhares.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – ... estou falando os nomes específicos. É importante o senhor dizer se tem conhecimento ou não desses nomes.

Sindnapi. Sindnapi.

Inclusive, tem uma *fake news* aí rolando – e tem gente se aproveitando disso –, dizendo que fez acordo entre Governo e oposição para não vir irmão de Presidente Lula. Desse tipo de acordo, nem participei e nem me lembro da oposição ou situação ter dito. Quem tiver interesse na investigação, vai ser proposta a convocação. Quem quiser votar a favor ou contra, problema de quem votar. Mas isso é mentira. Para deixar para a imprensa, quem passou isso para a imprensa está com o nariz muito grande de mentiroso.

Sindnapi. O senhor tem notícia de o Sindinapi também participar desse esquema fraudulento?

O SR. ELI COHEN – Extremamente envolvido.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sindiapi.

O SR. ELI COHEN – Não tenho informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Sintrapp.

O SR. ELI COHEN – Não tenho informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Fift, F-i-f-t, CNTT.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Não tenho informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Aapen.

O SR. ELI COHEN – Não tenho informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Asabasp.

O SR. ELI COHEN – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Abapen.

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Asbrapi.

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Aaspa.

O SR. ELI COHEN – Não.

Posso só dar um adendo? Veja bem: quando eu digo que eu não tenho informação, é porque eu não tive nem o trabalho de dar um Google...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tudo bem.

O SR. ELI COHEN – ... porque, se eu der um Google, eu vou ter como dizer para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas aqui a pergunta é bem objetiva: se o senhor teve informação ou não por Google, por ouvir dizer, por ciência própria.

Unabrazil.

O SR. ELI COHEN – Extremamente envolvida.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Aasap.

O SR. ELI COHEN – Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Abenprev.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Master Prev.

O SR. ELI COHEN – Extremamente envolvida.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Abrasprev.

O SR. ELI COHEN – Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – AAB.

O SR. ELI COHEN – Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Abenprev.

O SR. ELI COHEN – Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Anddap.

O SR. ELI COHEN – Envolvida.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Cenap/ASA.

O SR. ELI COHEN – "C"?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Cenap, C-e-n-a-p.

O SR. ELI COHEN – Não, não, não. Não tenho informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Surgiu outra: Amar.

O SR. ELI COHEN – Essa, extremamente envolvida.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor ouviu falar no envolvimento... O senhor ouviu falar no envolvimento de um André Fidelis?

O SR. ELI COHEN – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor sabe qual é a posição desse citado André Fidelis?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Na época, era o Diretor de Benefícios do INSS, né? Depois, me parece que, quando foi substituído o Presidente... Mas já era uma época em que eu não tinha mais interesse no caso. Eu já tinha feito a minha lição de casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor ouviu falar em mais algum Diretor de Benefícios do INSS envolvido nesse sistema de corrupção?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor ouviu falar de algum Presidente do INSS envolvido nesse sistema de corrupção?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor ouviu falar de algum Ministro da Previdência envolvido nesse sistema de corrupção?

O SR. ELI COHEN – Quando o senhor me pergunta se eu ouvi falar, eu posso dizer para o senhor o que eu...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Baseado em ciência própria, desde investigação própria até por ouvir dizer, em fatos, matérias jornalísticas, confidências, seja lá o que for.

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor sabe que, quando o senhor está dando depoimento e é feita uma pergunta dessa forma direta, calar a verdade também é delito.

Portanto, o senhor está, aqui, escudado pelo dever jurídico de falar o que sabe, sem cometer nenhum tipo de delito.

Volto a lhe perguntar: baseado em tudo que o senhor ouviu, de que o senhor tomou conhecimento, que o senhor leu ou que apurou – o senhor está com o escudo da proteção legal de testemunha –, o senhor ouviu falar se algum Presidente do INSS ou se algum Ministro da Previdência, pouco importa de qual governo... Estamos investigando um período de 2015 a 2025. O senhor ouviu falar de envolvimento de algumas dessas autoridades?

O SR. ELI COHEN – Não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPÁR (UNIÃO - AL) – Bom, assim fica melhor.

O senhor já ouviu falar em alguma *offshore* situada nas Ilhas Virgens Britânicas ou *offshore* ou contas situadas em qualquer país estrangeiro pertencente a alguns desses personagens que nós citamos?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPÁR (UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar na Venus Consultoria & Assessoria?

O SR. ELI COHEN – Não me recordo. Não.

O SR. ALFREDO GASPÁR (UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar em Alexandre Guimarães?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPÁR (UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar em Thaisa Hoffmann?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPÁR (UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar na Curitiba Consultoria em Serviços Médicos?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPÁR (UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar em Eric Fidelis?

O SR. ELI COHEN – Eric Fidelis?

O SR. ALFREDO GASPÁR (UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – O filho do André Fidelis?

O SR. ALFREDO GASPÁR (UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – Que prestava consultoria para, se eu não me engano, a Cobap, não sei, uma dessas associações.

O SR. ALFREDO GASPÁR (UNIÃO - AL) – Certo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor já ouviu falar, o senhor já disse que não conhecia Alexandre Guimarães, não é isso?

O SR. ELI COHEN – Não conheço.

Alguém da minha equipe pode conhecer, porque eu, na verdade...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor recebeu alguma ameaça em relação a essas investigações que o senhor fez?

O SR. ELI COHEN – Várias.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor poderia denominar quem praticou essas ameaças ou de quais formas essas ameaças chegaram até o senhor?

O SR. ELI COHEN – Sempre foram telefonemas anônimos, à meia-noite, à meia-noite e meia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor tem a quem imputar essas ameaças?

O SR. ELI COHEN – Não exatamente. Mas, veja, nós ajudamos, é claro que com a ajuda da CGU... Uma mamata de R\$2,8 bilhões parou. Então, eu acho que eu devo ter um monte de inimigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Por tudo que presenciou, que investigou e por que está passando, o senhor corre risco de vida?

O SR. ELI COHEN – Bom...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor consegue fazer essa análise?

O SR. ELI COHEN – Veja bem, pela forma como eu atuo como advogado, eu sempre me coloco em risco. Então, é um a mais – esse é um pouco maior. E, agora, estando aqui, é mais ainda, porque, até este momento, muitos que perderam essa mamata ainda acreditavam que tinha sido obra do *Metrópoles* – o que foi, vamos deixar bem claro, porque o *Metrópoles* também ajudou bastante, expandiu algumas investigações. Mas, hoje, felizmente ou infelizmente – infelizmente para eles e talvez um pouco de desconforto para mim –, eles sabem quem realmente iniciou tudo isso. (Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Olha, eu não quero ser acometido pela pecha de prevaricador. Eu ainda tenho outras perguntas a fazer, mas, como Relator, vou fazer um requerimento ao Presidente da CPMI, para ser colocado em votação, pedindo proteção policial ao senhor. Só para deixar isso claro, porque, se o senhor amanhecer morto, não vai ser baseado na prevaricação do Relator.

O SR. ELI COHEN – Eu acho que isso não vai acontecer. Eu tenho um plano de benefício desse pessoal aí, e ninguém morre.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá. Se vai acontecer ou se vão pagar o seu plano, eu não sei. Agora, eu não quero ficar com essa responsabilidade.

O SR. ELI COHEN – Agradeço a preocupação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor fez alguma comunicação dessas ameaças?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Tá. Pedi à assessoria para já preparar um ofício direcionado ao Presidente da CPMI solicitando que seja pautado no Colegiado, quinta-feira, um pedido de proteção integral ao depoente. Mas isso só vai ser quinta-feira.

Portanto, solicito ao Sr. Presidente, com o dever de cautela e urgência, que, desde já, oficie à Polícia Federal para dar essa proteção.

Agora tem algumas perguntas aqui que gostaria de fazer ao senhor: como o senhor descobriu esses núcleos financeiros, já que o senhor é um particular na qualidade de profissional e o senhor chegou a um esquema muito grande? Como o senhor descobriu? Em relação à Ambec e à THG, o senhor identificou quantos núcleos financeiros?

O SR. ELI COHEN – O que o senhor quer dizer com núcleos financeiros?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Núcleos financeiros: se havia operações distintas ou estavam todos no mesmo núcleo financeiro dessa organização criminosa?

O SR. ELI COHEN – O mesmo núcleo financeiro, com a mesma pessoa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Ó...

O SR. ELI COHEN – Ramon Novais.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Isso é muito importante.

O senhor tem conhecimento de como era feita essa divisão de lucros?

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. ELI COHEN – 27%... 27,5% para a turma do Careca e o restante ficava com a THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O senhor teve conhecimento sobre esses citados quem tem um padrão de vida acima da média do que nós, pobres mortais? Há exemplo, desses daí, de quem tinha Lamborghini, Ferrari, lancha, jatinho, mansão, cobertura, barra de ouro, seja lá o que for?

O SR. ELI COHEN – O Maurício Camisotti é um nome milionário, vamos deixar bem claro. Ele é o CEO, praticamente, de fato, de um grupo empresarial, que é o THG, bastante influente em contratos milionários, em todo o território brasileiro, em todos os Governos praticamente. Agora, eu não sei se os sinais de riqueza vieram só desse braço criminoso que ele decidiu, de uma hora para outra, realizar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – E o tal do Antônio Carlos Camilo, o Careca?

O SR. ELI COHEN – Só o que se noticia pela imprensa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Vou fazer uma pergunta que me interessa muito: de todos esses noticiados, quantos estão presos? O senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN – Tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Quantos?

O SR. ELI COHEN – Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Isso é bem interessante. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor...

O SR. ELI COHEN – Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Oi.

O SR. ELI COHEN – O senhor me permite... Só um dado que é muito importante...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Claro.

O SR. ELI COHEN – Até para que todos aqueles que venham se sentar aqui e que vão contar um monte de história de que apenas fornecem serviços. É muito importante esse dado que... A Ambec, por exemplo, em 2024, teve em um mês 200 mil adesões. Ele teria que ter ligado para os aposentados de toda a América do Sul e metade dos aposentados dos Estados Unidos.

Veja, são absurdos que fazem com que aquela pergunta que o senhor me disse, se eu tenho conhecimento, se o Ministro da Previdência ou o Presidente do INSS recebia ou não recebia... Para mim, vou ser sincero, pouco importa. Ele deveria saber, se ele não sabia, porque, veja bem, é uma questão de matemática. Para você ter 200 mil adesões em um mês, você teria que ligar para todos os aposentados praticamente do continente americano!

É uma situação torpe. Por isso é que eu disse no começo que isso é algo que você consegue detectar no Google! Não é possível, entendeu? A realidade não é possível. Nós estamos falando só da Ambec. Todas as outras funcionam da mesma forma. Por várias vezes, por exemplo, a Contag mandou 30, 40, 50 mil adesões em um mês! Também deveria ter ligado para 5 milhões. Quem é que consegue... Que estrutura no Brasil consegue ligar para 5 milhões de aposentados em um mês? Em um mês. Nem o Elon Musk. Ninguém. Isso na verdade é só um formalismo, e o pessoal do departamento de benefícios fecha o olho e manda.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem. O depoente está sob juramento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu encerro por aqui, mas peço uma questão de ordem.

V. Exa. me permita fazer um pedido para o senhor submetê-lo ao Colegiado, se assim entender.

Sr. Presidente, diante do encerramento do questionamento do Relator, nós ouvimos aqui que não existe prisão para nenhum dos autores desse crime gigantesco. Inclusive V. Exa. já deu entrevistas nesse sentido e abriu hoje a reunião citando esse fato.

Nós estamos com indícios suficientes de autoria. Nós estamos com prova da materialidade dos crimes. O delegado que representou no inquérito-mãe – eu estou pegando o número agora – citou os pressupostos e fundamentos da prisão preventiva, mas solicitou medidas de não encarceramento, das quais discordo, diante do quadro em que o Brasil se encontra, com milhares de encarcerados por delitos muito menores.

Portanto, eu acho isso um tapa na cara do brasileiro, diante da presença dos pressupostos e fundamentos da prisão preventiva. Seja pela aplicação da lei penal... Este Brasil é muito grande, nós temos vários exemplos de fuga, e há um risco tremendo de fuga desses criminosos. Citarei os nomes.

Diante da garantia da ordem pública, porque nós aqui vimos apenas que não foram operados descontos associativos, mas também teve a operação de nova modalidade de crimes que tirava empréstimo consignado fictício, e o povo brasileiro mais sofrido pagando; diante da conveniência da instrução criminal, quando o depoente disse que tem sido ameaçado, e essas ameaças são direcionadas por integrantes dessa organização criminosa... Ou seja, se não há critérios e requisitos para a aplicação da prisão preventiva nesse caso, não há em nenhum caso do Brasil.

Eu acho que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem a obrigação de oficiar, com base nesses pressupostos e fundamentos, ao Ministro Relator desses casos, o Ministro André Mendonça, para que, com os mesmos fundamentos que foram decretadas em primeiro grau medidas cautelares diversas de prisão, para com os mesmos fundamentos que estão aqui presentes no Pedido do Inquérito mãe 2024-004-5640, que tem mais de 3 mil páginas, todas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentadas. Peço a V. Exa. que submeta a este Colegiado um pedido de prisão preventiva contra Maurício Camisotti, Antônio Carlos Camilo, Antônio Luz, Fernando Araújo, Márcio Alaor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Mas aí se botar o Jair Bolsonaro, tem que botar o Lula. Estão no mesmo parâmetro. Nós não vamos fazer política com isso, nós vamos agir corretamente. Então, nós temos que ter a rigidez dos nossos argumentos para tratar com igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Delegado Caveira, por gentileza. Senhores, Coronel Chrisóstomo, por gentileza, eu peço a V. Exas que a gente mantenha o decoro. Isto é um Parlamento, aqui não cabe qualquer tipo de ilação sobre nomes, por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – É que esse nome foi citado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não foi citado em momento algum aqui.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Foi citado pelo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O nome de nenhum desses, que os senhores colocaram, foi citado aqui até o momento. Os nomes citados estão nesta lista aqui. Então, esta Comissão vai se ater aos nomes que estão sendo citados como provas ou envolvimento, por favor.

Continue, Relator. *(Pausa.)*

Vou colocar V. Exa... Nós temos que formalizar...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – André Fidelis, Virgílio, Eric Fidelis.

André, Eric, Virgílio e o financeiro – eu esqueci o nome – Ramon Novais. Esses são os pedidos para serem submetidos à votação do Colegiado, porque são os personagens principais de uma organização criminosa.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Pela ordem, Presidente. Eu gostaria só de acrescentar ao vosso pedido não só o pedido de prisão, mas também o de bloqueio de bens.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Para o de bloqueio de bens, já houve uma cautelar, mas não há nada que impeça que nós possamos também acrescentar um segundo pedido de bloqueio de bens.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, por gentileza.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – E apreensão de passaporte.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Não, mas a apreensão de passaporte não precisa, porque a gente já está pedindo a preventiva.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Presidente, pela ordem.

Foi feito um pedido de bloqueio de bens seletivo, nós queremos estender isso também às entidades para que possamos tentar, de alguma forma, mitigar o prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. V. Exa. pode formalizar o requerimento e será colocado em votação para que a gente analise.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem.) – Eu queria, Presidente... Além do trabalho do Relator que fez diversas perguntas importantes, acho que todos nós aqui, que nos inscrevemos, também queremos fazer perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – ... para entender o papel de outras pessoas.

Por exemplo, na apresentação que o depoente fez ali no painel, ele fala do José Carlos Oliveira e, na entrevista que ele deu, ele também falou desse personagem. E esse personagem, o que corre à boca miúda é que também é uma figura importante no esquema do roubo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Portanto, gostaria de perguntar sobre ele, e que também esse nome fosse incluso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado Alencar...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – ... que esse nome também fosse incluso no rol das pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... V. Exa. terá o tempo de pergunta.

Nós votaremos... Deputado...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Está propondo votar agora requerimento...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não. Nós vamos formalizar... O Relator formalizará o requerimento, assim como os outros Deputados e Senadores que quiserem os nomes formalizarão...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – A minha sugestão, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... e, ao final, nós faremos a votação nesta Comissão.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – A minha sugestão é exatamente essa...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... vamos ouvir as perguntas dos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim, perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... porque aí mais fatos poderão ir surgindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Votaremos ao final da sessão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Uma coisa mais completa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Bem, senhores, vou suspender a sessão. O Relator encerrou. Vou suspender a sessão por 30 minutos para que a testemunha possa ter o seu momento de descanso.

Retornaremos à sessão em 30 minutos, exatamente às 19h40.

Pois não, Senador.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Presidente, eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Desculpe, desculpe.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... eu fui o primeiro requerente, não é isso? Vou falar em seguida, não é? Eu fui o primeiro requerente, está consignado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Espere aí. Do pedido?

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não, não. Da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está consignado, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – O.k.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sessão suspensa por 30 minutos.

(Suspensa às 19 horas e 21 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, vamos retomar a sessão.

Declaro reaberta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Questão de ordem, pois não, Deputado Van Hattem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro quero congratular o Relator e V. Exa. pela decisão da prisão preventiva, que é algo que a sociedade brasileira tem cobrado, e V. Exa. foi muito feliz, na quinta-feira passada, em entrevista, inclusive repetida por todos os meios, questionando a Justiça brasileira, junto com o Relator, pelo fato de essas pessoas não estarem presas.

Agora, Sr. Presidente, o que me preocupa é que essa prisão preventiva acaba de ser noticiada, e com razão, por todos os meios, porque pública foi, mas se é uma prisão preventiva, ela precisa ser realizada com muita rapidez. Nós deixarmos para votar isso no final desta reunião pode prejudicar a própria finalidade da prisão. E, se não for para votar agora, logo, que pelo menos seja feito um comunicado à Polícia Federal, para que essas pessoas não possam se evadir do país e, eventualmente, evitar que a barra da justiça chegue nelas.

Então, seria esse o pedido, Presidente, para que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A questão de V. Exa. é pertinente, mas é o seguinte: esta CPMI não tem o poder de oficiar à Polícia Federal para restringir liberdade, a não ser que o fato se dê aqui dentro da nossa área. O que nós temos que fazer é votar hoje e encaminharmos ao Supremo Tribunal Federal, que é o Poder Judiciário, que tem, por prerrogativa, a decisão final sobre as prisões. E, se os que estão ora sendo citados, uma vez deferida a prisão preventiva, fugirem, isso tornará a situação deles ainda muito mais difícil, porque uma vez capturados pela Polícia Federal... Para nós, inclusive, da CPMI, se torna até um ponto, de certa forma, positivo, porque nós podemos convocá-los já dentro de outra perspectiva que não hoje, a convocação, e eles com o comparecimento em data marcada.

Muito obrigado, Excelência.

Eu vou ler...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Presidente, Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Pela ordem, Coronel Chrisóstomo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Através da solicitação do nosso Relator, para que se dê proteção ao Doutor que está realizando a oitiva aqui na CPMI, eu quero, pela ordem, solicitar a V. Exa. que apresente essa proteção a partir de hoje. Por quê? Os dados estão aí, Excelência. Muitas mortes, dentro desse Governo, no passado, não foram explicadas. Há, sim, um perigo pela vida desse senhor aqui, do Doutor que está aqui diante do Brasil, abrindo as verdades para nós da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Coronel, mas, primeiramente, é preciso que a testemunha queira a proteção. Se ele não... Se ele não desejar a proteção, esta CPMI não tem o que fazer. O que eu posso hoje dizer é que ele, por solicitação aqui, pediu a proteção para que fosse levado até o hotel em segurança. Nós, imediatamente, faremos isso. A Polícia Legislativa fará de acordo com o que ele solicitou. Agora, a proteção sequente da Polícia Federal, ele tem que dizer se quer ou não quer. É uma decisão de foro íntimo que nós discutiremos daqui para a frente

Senhores, vou ler a relação dos inscritos dentro do prazo regulamentar, para que não reste dúvida, que não pareça dúvida sobre o lugar de fala de cada um.

Senador Rogerio Marinho é o primeiro. Deputada Adriana Ventura, Delegado Fabio Costa, Deputado Paulo Pimenta, Deputada Coronel Fernanda, Senador Izalci Lucas, Senadora Tereza Cristina, Beto Pereira, Deputado Alencar Santana, Deputado Marcel van Hattem, Senadora Soraya Thronicke, Senador Eduardo Girão, Senador Jorge Seif, Deputado Mário Heringer, Senadora Leila Barros, Deputado Coronel Chrisóstomo, Senador Randolfe Rodrigues, Deputado Rogério Carvalho, Deputado Sidney Leite.

Suplentes inscritos: Deputado Zé Trovão, Deputada Bia Kicis, Deputado Luiz Lima, Deputado Rogério Correia, Senador Marcos Rogério, Deputado Orlando Silva, Deputado Fernando Rodolfo.

Não membros inscritos: o Deputado Zucco e o Delegado Caveira. O.k.?

Vamos dar início às perguntas dos Parlamentares.

Dez minutos é o prazo, entre perguntas e respostas, e eu peço a gentileza de que a gente se mantenha.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, ilustre depoente, quero homenagear aqui o trabalho do eminente Relator.

Também quero elogiar aqui as respostas dadas pelo Sr. Eli Cohen. Eu tive a oportunidade de visitá-lo. Quando soube, pelo *Metrópoles*, a dimensão e o tamanho dessas denúncias, imaginei que era importante que ele viesse a esta CPMI. Fui ao seu escritório, conversei com ele, algumas coisas foram colocadas e muitas outras estão sendo colocadas aqui neste momento. Eu acho que a sua vinda aqui, Sr. Eli Cohen, é importante para elucidar uma situação que aparentemente estava varrida para debaixo do tapete.

Eu quero fazer alguns comentários antes de fazer uma pergunta a V. Sa.

Quero dizer o seguinte: V. Sa. afirma, por ocasião do seu depoimento, que essas fraudes começam em 2005, só que V. Exa. se refere aos consignados, aos empréstimos consignados, né?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Exato.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Os descontos associativos – permita-me colocar dessa forma – eram uma espécie de prerrogativa da Contag, porque, até o princípio de 2019, mais de 80% desse total eram só da Contag. Você tem – e aí eu quero um comentário de V. Sa. – 12 ACTs ativos em 2014, 2015, que é o marco temporal estabelecido pelo Relator. Quando você chega no final de 2022 você tem 21 ACTs, sendo que em 2019 e 2020 nove entidades foram descredenciadas justamente por problemas ligados a descontos ilegais, e você chega ao final de 2024, com 37... ao final de 2025, meados de 2025, com 37 ACTs ativos.

Então, a primeira pergunta que eu faço a V. Sa.: o que foi que houve? Por que de repente tanta atenção dessas associações para o INSS, que antes era praticamente um local em que apenas a Contag, ou majoritariamente a Contag, trabalhava com desconto associativo?

O SR. ELI COHEN – Sr. Senador, o senhor... Não prestei atenção; de que época o senhor falou?

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Eu estou dizendo o seguinte: até 2019, a Contag, sozinha, era beneficiária de mais de 80% do total dos valores arrecadados com descontos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

associativos, até o início de 2019. Nós temos aqui, em 2019, 16 ACTs celebrados ativos, tá? Você termina o ano de 2022, que é o final do Governo do Presidente Bolsonaro, com 21 ACTs ativos, e termina 2025 com 37 ACTs; quer dizer, 37 associações de repente descobriram esse filão aí de desconto associativo. A que o senhor atribui de repente essa atenção tão grande ao desconto associativo junto ao INSS?

O SR. ELI COHEN – Veja bem, eu entendo o seguinte, Senador: que...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Eu acho que V. Exa. contou meu tempo antes de eu começar. Já está em seis minutos, não falei quatro minutos aqui. Quatro minutos?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Por favor, responda, Dr. Eli.

O SR. ELI COHEN – Continuando, veja bem: os acordos de cooperação técnica que foram realizados em um ano, ou em outro ano, é muito circunstancial o senhor avaliar se houve vantagem, ou não. Nós sabemos que, claro, que houve – mas é circunstancial. O fato, na verdade, está em como eles são utilizados.

Veja, é um direito de uma associação, ou de um sindicato, se ele tem todos os...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Os documentos.

O SR. ELI COHEN – ...os documentos necessários...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – As condições.

O SR. ELI COHEN – ... para obter esse acordo, é quase que um direito. O fato não é esse, poderia ter 300, desde que todo mundo fosse honesto. O fato é como, na verdade, se manobram esses acordos, não como eles são feitos.

Então, eu sei que foram feitos alguns no Governo Bolsonaro, muitos no Governo Lula, mas isso é circunstancial. Eu entendo, como o senhor também, eu entendo que, claro que isso é, no mínimo, estranho; mas, quando o senhor se detém em situações objetivas e não subjetivas, que são números, adesões, quantidades absurdas de adesões e quantidades de reclamações sobre o mesmo mérito, não há o que...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Eu vou tentar ser mais objetivo, é porque V. Sa. fez uma afirmação que... De 2016, quando acaba com o desconto obrigatório...

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... há uma atenção maior.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Na verdade, foi em 2017, quando há a reforma trabalhista. Então, a partir de 2019, há uma atenção maior.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Veja, o senhor falou sobre três associações, não é isso? Três entidades que eram ligadas ao Camisotti e ao... Como é o nome? Careca do INSS.

O SR. ELI COHEN – Sim, sim...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Nós temos 37 entidades.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Então, a minha pergunta é a seguinte, nós estamos falando de 3,3 bilhões em 2024 – 3,3 bilhões. Isso é quantos por cento?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Significam 8% do total essas três entidades.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Então, 92% não foram objeto da sua investigação, viu, Sr. Relator? São 92%.

Então, o senhor acha que esse método criminoso, de se utilizar de terceiras pessoas para se locupletar com o recurso que é recepcionado pela entidade, utilizando métodos de associar pessoas contra a sua vontade, com diferentes estratégias, é uma situação que se repetiria com essas 37 entidades?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Todas?

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Todas elas.

O SR. ELI COHEN – Eu fico tranquilo de te dizer isso...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Bom, eu só vou chamar a atenção do Relator que...

O SR. ELI COHEN – 100%.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... a gente está falando de 37 entidades que é o que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vou pedir silêncio mais uma vez, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... que foi investigado pelo Sr. Eli Cohen e que, majoritariamente, foram três entidades, o que representa em torno de 8% do total desses valores.

Se nós fizemos uma conta simples, o senhor falou em R\$2,5 bilhões, se fizemos uma conta simples...

Nós chegamos ao final de 2022 com pouco mais de 2 milhões de associados. Isso são dados do Meu INSS obtidos por LAI, tá? E, em meados de 2025, quando houve a operação sem desconto, nós estamos falando aí de 9,6 milhões de associados.

O SR. ELI COHEN – Exato.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – São 9,6 milhões. A se levar em consideração que o que a CGU fez é verdade, ou seja, 98% não reconhece o desconto, vamos pensar em cem. Se fizemos 9,6 milhões vezes R\$50, multiplicado por 12 (um ano), dá quase R\$5 bilhões.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Se pensarmos só nos dois anos e meio, nós estamos falando aí de quase R\$14 bilhões, Sr. Relator. Se eu estou levando em consideração que é o que a CGU está dizendo, que fez uma amostragem e 98% disseram que não sabiam.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu pergunto: o que significou essa corrida aqui? A gente pega aqui 2022, tem R\$780 milhões, e nós chegamos em 2024 com R\$3,3 bilhões. Houve um afrouxamento de controles? Houve um desprezo pelas normas vigentes? Houve uma orquestração de dentro da Previdência por funcionários que estavam em postos estratégicos da sua... na sua apuração? Em locais estratégicos que permitiram que esse número tão grande de associados entrasse sem que despertasse nenhuma preocupação, quando, com 40 mil reclamações em 2019 e 50 mil em 2020, nove entidades foram descredenciadas? A gente está falando de mais de 1 milhão de reclamações no Meu INSS, e o Governo tomou nenhuma providência.

O senhor acha que isso é normal ou havia uma orquestração criminosa dentro da instituição e de fora para dentro?

O SR. ELI COHEN – Bom, como eu já disse, eu trabalho com... eu trabalho com dados objetivos. O fato, o fato aqui é muito claro. Veja, os números... não é minha opinião, são os números. Nós temos aí 1,2 milhões, se eu não me engano, na saída do Governo Bolsonaro. Isso triplicou... duplicou e depois triplicou...

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN – Nós estamos falando em bilhões que foram triplicados.

Ou seja, olha, sem fazer juízo de valor e sem, e sem tender para um lado ou para o outro – até porque eu acho que todos temos que estar só do lado do aposentado, nem com a direita, nem com a esquerda –, mas uma coisa é clara, uma coisa é clara: nós saímos, nós saímos de 1,2 milhões, e, no primeiro ano do Governo Lula, subiu para 2 bilhões... 2 milhões, né? Dois... é que eu estou, é que eu estou sem óculos – porque eles acabaram de quebrar o meu óculos –, então não estou conseguindo enxergar aqui os dados.

Mas, mas, de qualquer forma... e depois subimos a esse número extraordinário. O fato é que se nós... se nós não analisarmos os números, o que é que nós vamos fazer? Nós vamos ficar ouvindo, conversa, falar "Não, mas espera aí; não, mas é assim..." Não, vamos analisar os números. Já que não se entra num entendimento de quem é o pai da criança, analisem os números.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pronto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – A real é essa, até porque esse modelo de fraude já vem, como eu disse, desde 2005. Só mudou de cara. Ele muda de cara, mas mantém a mesma vítima: o aposentado. Essa que é a realidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Sr. Eli Cohen.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não tem outra pergunta, não? Só para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Prazo, Prazo... prazo encerrado. Não, prazo encerrado, Excelência.

Com a palavra, por dez minutos, para perguntas e respostas, a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Cumprimento aqui o nosso excelente Relator, Alfredo Gaspar.

V. Exa. seja bem-vindo, Sr. Eli. Obrigada pela presença.

Eu vou fazer perguntas, assim, bem objetivas, e eu gostaria primeiro de uma explicação. Eu queria entender um pouco a questão da sua fala. Você disse em alguma entrevista – e também hoje reiterou – que todas as associações utilizam essa fraude. A minha pergunta é: há alguma exceção na sua visão?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá, porque daí... O.k. E, se não tem, por que o Ministério Público e a Polícia Federal focaram em apenas 11 ou 12 entidades, quando, na verdade, o senhor fala em 33?

Eu vi que hoje a CGU, finalmente – eu acho que talvez porque o senhor viesse aqui –, falou que vai atrás das outras, mas a minha pergunta é: por que focar em 11, 12 e não nas 33 que o senhor falou?

O SR. ELI COHEN – Na minha opinião, é porque... é porque sempre o mérito da questão não é, sei lá, para alguma parte política não é o aposentado, e, sim, não segurar essa questão – não é? –, ou seja, essa responsabilidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é esse. Na minha opinião é isso, porque, quando eu digo que todas, todas são fraudes...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Uhum.

O SR. ELI COHEN – ... é porque eu venho, além de advogado, eu venho de uma família de negociantes. Não existe o negócio sem roubar. Esse negócio, ele só funciona roubando.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá.

E o senhor disse que peticionou para vários órgãos. Se eu não me engano, foi CGU, Congresso, e parece que sentaram em cima.

Eu queria que o senhor esclarecesse para quem exatamente foram endereçadas essas denúncias e que respostas o senhor recebeu.

O SR. ELI COHEN – Essas denúncias... Eu direcionei as denúncias para a polícia.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Para a Polícia Federal?

O SR. ELI COHEN – Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Para a Polícia de São Paulo...

O SR. ELI COHEN – Veja, os advogados, eles têm, como eu, que sou criminalista investigativo, eu tenho uma relação mais próxima com as autoridades da Polícia Federal. Eu sei quando eles vão levar o caso adiante ou quando não vão.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá, mas para quem o senhor mandou, Sr. Eli? Só, assim, o senhor falou: "Eu encaminhei essa denúncia para fulano do órgão tal e sicrano do órgão tal."

O SR. ELI COHEN – Sim, a 3ª Delegacia da DIG de Crimes Financeiros.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Certo. Então, o senhor enviou essa denúncia para lá.

Agora, a pergunta aqui é a seguinte: você não teve resposta, mas você não oficiou nem Polícia Federal nem Ministério Público nem Congresso, certo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, foi só para esses? O.k.

Agora, a minha pergunta é: o senhor nunca pensou em apresentar uma notícia-crime para a Polícia Federal nem para o Ministério Público. Tem alguma razão para isso?

O SR. ELI COHEN – Mil vezes eu pensei.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Aham...

O SR. ELI COHEN – Mil.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E por que o senhor não apresentou?

O SR. ELI COHEN – Porque eu sei como funcionam essas situações.

Eu vou tentar ser rápido.

Quando eu comentei isso da Operação Encilhamento foi a mesma coisa: eu mandei para o Ministério Público Federal, mandei para a polícia, e ninguém me ligou. E aí eu só mandei para o jornalismo investigativo, e todo mundo me ligou de volta.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Entendi.

Eu tenho uma outra pergunta.

O senhor falou que o senhor representava os clientes ali da Ambec, não é? A minha pergunta objetiva é: como o senhor chegou no Maurício Camisotti?

O senhor explicou, mas, para mim, não ficou claro.

Por que o senhor se sentou com ele e como o senhor chegou até ele? De uma maneira breve, o senhor pode repassar?

O SR. ELI COHEN – Aquilo que qualquer advogado tem a obrigação de fazer: atender aos interesses de seus clientes. Eles entendiam... Na verdade, eu entendia que eles tinham direito a danos morais, afinal de contas, eles estavam encabeçando uma quadrilha.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E daí o senhor solicitou uma visita? Foi prontamente marcada?

O SR. ELI COHEN – O Maurício Camisotti é um senhor muito conhecido em São Paulo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Aham...

O SR. ELI COHEN – No Brasil inteiro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O.k.

Uma outra pergunta é em relação a essa distribuição de 72,5 e 27,5, que o senhor falou, entre o Careca e o Maurício Camisotti. Isso é uma coisa que está no estatuto, no contrato, ou é um combinado entre eles? Essa divisão que o senhor falou da sociedade do Careca do INSS e do Maurício Camisotti.

O SR. ELI COHEN – Está no contrato.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ah, está no contrato. É isso que eu queria esclarecer.

O SR. ELI COHEN – Que eu tenho como disponibilizá-lo também.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada.

Agora, a outra pergunta:

o senhor falou do Maurício Camisotti, que ele é um dos *capi*, mas não é *capo del capo*, que tem outros *capi*, que a gente precisa descobrir os *capi*. O senhor frisou bastante isso. Na sua visão, quem é o *capo del capo*, o "capão"?

O SR. ELI COHEN – Não existe.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não existe.

O SR. ELI COHEN – Cada, cada... Tem sindicatos, por exemplo, que têm associações como laranja. É que veja: eu nunca fui contratado para ampliar as minhas investigações, mas, se eu fizer isso, não sobra um, porque é grotesco. Eles são...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente... Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Questão de ordem, Senador Rogério Carvalho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pera um pouquinho só. Pera um pouquinho. No meio da fala?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu determino à Secretaria que interrompa o tempo da Deputada.

Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para questão de ordem.) – É uma questão de ordem, porque ele está aqui sob juramento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... e, sob juramento, ele não pode fazer determinadas afirmações sem poder provar porque, de repente, ele está colocando determinadas pessoas, entidades em situações...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Protesto, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... sem uma comprovação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Eu sei. Eu só estou levantando...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, ele não pode interromper a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, a questão de ordem está em andamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ele não pode.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, ele pode interromper, Adriana; em questão de ordem, pode.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – É uma questão de ordem para que...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas qual é o artigo da questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Desculpa. Eu gostaria de saber qual é o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um minutinho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – A questão de ordem é objetiva: se o depoente está sob juramento, é importante que ele seja lembrado o tempo todo que está sob juramento porque, se ele começa a acusar, de repente, aqui todas as pessoas que ele falou vai receber um mandado de prisão ou restrições, cautelares. Certo?

Então, a gente precisa tomar cuidado com isso porque é grave essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador. Está colocado.

Obrigado.

Determino a continuidade do tempo para a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, eu só gostaria que a gente criasse aqui uma educação de, pelo menos, não interromper a fala de um Parlamentar. Então, eu queria solicitar que a gente tivesse como regra, pelo menos, fazer questão de ordem depois que acabar a fala, porque senão corta o raciocínio, corta tudo e, no mínimo, é deselegante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está correto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Bom, eu pedi para votar, mas, enfim...

Mas, de qualquer maneira, eu queria... O senhor afirmou, em um determinado momento, Dr. Eli, que os melhores advogados defendem fraudadores e conseguem criar alguma dúvida sobre as empresas e tal. Eu gostaria que o senhor brevemente tentasse mostrar quais seriam essas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

teses jurídicas que são apresentadas para blindar as seguradoras e responsabilizar apenas os laranjas.

Assim, existe uma tese que o senhor construiu sobre isso?

O SR. ELI COHEN – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, o senhor pode falar muito brevemente sobre ela, por favor?

O SR. ELI COHEN – Sim.

Rapidamente, desta forma: se eles são pegos, eles dizem: "Eu só presto serviço. Eu só forneço esse plano de seguro". "Olha, se alguém está fraudando aí, é a associação". Essa é a blindagem deles, a blindagem, e essa foi sempre a dificuldade de o Ministério Público de conseguir levar a responsabilidade penal a essas pessoas, porque isso já aconteceu, em 2014, com a Crefisa e aconteceu, se eu não me engano, em 2019, com a Sabemi, e só foi imputada a responsabilidade civil, não conseguiram imputar a responsabilidade penal, porque eles não conseguiram fazer o que eu fiz, lincando toda a cadeia do crime. Esse foi sempre o cerne da dificuldade de se colocar os verdadeiros beneficiários da fraude na cadeia.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

E eu também quero falar sobre a questão da omissão institucional, que, de certa forma, o senhor tocou nesse assunto. A questão de você ver, muitas vezes, servidores, todo mundo finge que não vê, finge que não sabe, deixa a coisa fluir.

Em quais órgãos ou instituições públicas o senhor sentiu isso de uma maneira muito clara neste caso?

O SR. ELI COHEN – Todos que poderiam ter feito alguma coisa e não fizeram. Todos. INSS, então... E Ministério da Previdência. Veja: todos tiveram conhecimento.

É só entender uma coisa: a farra do INSS, que foi publicada pelo *Metrópoles*, começou dois anos antes – dois anos. Foram roubados milhares e milhares e milhares de aposentados, mesmo depois de o *Metrópoles* ter publicado todo o *modus operandi* de tudo. Essa que é a grande realidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E, antes do *Metrópoles*, o senhor chegou a oferecer para outros veículos de imprensa, ou foi somente para o *Metrópoles* e por qual razão?

O SR. ELI COHEN – Como eu já disse...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu ouvi.

O SR. ELI COHEN – ... eu mandei para a revista *Veja*.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ah, você falou.

O SR. ELI COHEN – E eles publicaram uma notinha, porque eles não tinham condições de fazer naquele momento, porque estava em época de segundo turno de eleição.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você falou.

Agora, eu acho que eu vou para a minha última pergunta, e ela é uma pergunta, assim, bem objetiva.

O senhor, quando entrou aqui, falou, claramente, quando começou...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – É automático.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Quando o senhor começou a fazer a sua exposição, você falou, claramente, que estava aqui por valores, por princípios e falou que já te ofereceram muito dinheiro para não falar.

A minha pergunta objetiva é: quem ofereceu dinheiro para o senhor e quando ofereceu?

O SR. ELI COHEN – N vezes.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Quem?

O SR. ELI COHEN – Pessoas que se diziam ligadas a um sindicato ou a uma associação, mas eu não levo em consideração. Eu vou dizer que isso é muito comum na advocacia que eu faço – é muito comum. É por isso que, quando me oferecem proteção, sim, é claro que é perigoso. Todo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo fala: "Como você é maluco de fazer um negócio desse?". É o que eu vi, aqui, nas minhas mensagens.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso quer dizer que, desses operadores ou de todos esses nomes que foram falados no seu eslaide, não foi nenhum desses? Você está falando que são coisas corriqueiras do dia a dia.

O SR. ELI COHEN – Não, não; não são corriqueiras do dia a dia. É sobre este assunto. "Pare de falar". Principalmente – e eu vou dizer isto –, olhe, eu gostaria que, na verdade, entendesse que eu estou contando só a verdade para colaborar, perfeito?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Sim.

O SR. ELI COHEN – Logo que saiu a questão do Sindnapi e o envolvimento do irmão do Lula, logo em seguida, eu recebi uma ligação anônima a 1h da manhã, para parar de investigar. Eu já tinha parado – a real é essa.

O problema, na verdade, é que o Maurício Camisotti arrebentou com todos eles. Essa é a realidade, porque, veja, foi o Maurício Camisotti que deixou que tudo isso ficasse público e escancarado. Não dava para não incluir todo o resto, porque todos funcionam do mesmo jeito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

Obrigada, Sr. Eli.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada.

Senhores – ao Plenário –, eu fiz as contas aqui, e nós levaremos pelo menos três horas e meia até o final de todos os inscritos; ou seja, nós estamos falando em terminar aproximadamente por volta de 1h da manhã, o.k.?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, eu vou inverter a pauta e vou colocar em votação o requerimento do Relator, que vai ser lido por ele agora, para que a gente possa terminar a votação.

(Tumulto no recinto.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instante.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, nós também vamos fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, nós vamos fazer, mas, senhores, eu não vou encerrar a sessão, não. Eu só vou colocar o requerimento em votação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Vamos votar.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – O senhor está colocando uma votação no momento inadequado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, se até o final da sessão novos nomes surgirem, V. Exas. podem fazer a solicitação, tranquilamente.

Com a palavra o Relator, para a leitura do requerimento.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, os senhores terão a oportunidade de votar contra o requerimento.

Os senhores terão a oportunidade de votar contra o requerimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Presidente. Pela ordem, Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O pedido de prisão preventiva...

Senhores, esta Presidência está colocando em pauta um requerimento extrapauta para a prisão preventiva, como solicitado pelo Relator, e nós vamos votar hoje. A votação será nominal, e os senhores poderão votar "sim" ou "não".

Com a palavra o Relator.

(Tumulto no recinto.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, do art. 3º-A e art. 6º da Lei 1.579, de 1952, e do art. 311 e seguintes do Decreto-Lei 3.689, de 1941, representar pela decretação e prisão preventiva, por conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, dos investigados abaixo consignados: André Paulo Félix Fidelis, Eric Douglas Martins Fidelis, Cecília Rodrigues Mota, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, Thaisa Hoffmann Jonasson, Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, Alexandre Guimarães, Antônio Carlos Camilo Antunes, Rubens Oliveira Costa, Romeu Carvalho Antunes, Domingos Sávio de Castro, Milton Salvador de Almeida Júnior, Adelinon Rodrigues Júnior, Alessandro Antônio Stefanutto, Geovani Batista Spiecker, Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, Vanderlei Barbosa dos Santos, Jucimar Fonseca da Silva, Phelipe Roters Coutinho, Maurício Camisotti – de todos esses 20 devidamente pontuados os pressupostos e fundamentos no inquérito que corre perante o Supremo Tribunal Federal – e o 21º, Márcio Alaor de Araújo, citado pelo depoente aqui presente.

A justificação é muito simples, a pedido da própria Advocacia do Senado, que irá materializar essa petição.

Com base no inquérito policial disponível na rede mundial de computadores que deflagrou a Operação Sem Desconto e nos primeiros depoimentos colhidos ao longo desta CPMI, verificou-se que, mesmo diante da presença de indícios veementes de materialidade e autoria das infrações penais que vitimaram milhões de aposentados e pensionistas, até o momento nenhum investigado se encontra submetido à prisão cautelar. Diante dos evidentes riscos à ordem pública, baseados na manutenção dos crimes de empréstimos consignados fraudulentos, à conveniência da instrução criminal, diante da ameaça direcionada à testemunha aqui presente e da aplicação da lei penal, por risco concreto de fuga, inclusive de patrimônio de alguns investigados no exterior, como *offshores*, solicito a prisão preventiva dos investigados acima consignados, baseado nos pressupostos e fundamentos da prisão preventiva.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator. Obrigado, Relator.

Determino...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Enquanto fazemos a discussão, determino a secretaria que abra o painel para a votação do requerimento do Relator.

Para a inscrição, para discutir, Deputado Mário Heringer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não, a discussão vai ser aberta enquanto nós votamos, mas não cabe aqui.

O Presidente pode colocar em votação. Está dentro do regulamento. Então, determino a abertura...

*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para votar o...

Para discutir, Deputado Mário Heringer.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Olhem, estou colocando para discussão por uma questão mesmo de atendimento a todos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não, a todos. Porque a votação independe da discussão, neste caso, da CPMI.

Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG. Para discutir.) – Presidente, eu queria falar com o senhor muito rapidamente.

(Intervenção fora do microfone.)



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Eu quero entender que todos nós, inclusive, temos vontade de votar a favor dessas convocações, dessas prisões. Não tem aqui ninguém que vem aqui para passar pano para ninguém, mas essa pressa, essa maneira como foi feita, deixou a gente aqui que tinha questionamentos a fazer e outros nomes iriam aparecer, inclusive o nome do José Carlos Oliveira, que foi tudo dentro do INSS. Inclusive, no momento que ele era Presidente lá, no momento que ele estava comandando, é que os maiores ACTs foram feitos, onde 11% dos ACTs que estavam envolvidos foram criados durante o período dele e que geraram, nesse evento, 65% das fraudes estão nessas 11 entidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Deputado.

O senhor pode oficialar.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Eu queria pedir ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O senhor pode fazer o requerimento, é o que eu falei com o Líder do Governo.

V. Exa. pode fazer o requerimento que nós votaremos ainda hoje, nós votaremos ainda hoje.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Eu vou fazer o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O senhor pode fazer o requerimento e nós votaremos ainda hoje.

Os Deputados, Senadores e Senadoras podem votar, o painel está aberto.

(Procede-se à votação.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, o requerimento extrapauta precisa ser votado hoje por decisão desta Presidência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu tinha solicitado para discutir a favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para discutir, Deputado Zé...

A Coronel Fernanda estava em primeiro lugar, para discutir.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Deputados podem votar pelo Infoleg.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Zé Trovão ou Fernanda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A Coronel Fernanda estava antes do senhor.

Logo em seguida, Deputado Zé Trovão e o Deputado Alencar.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Calma. Eu vou pedir para fazerem a lista aqui de todas as manifestações.

Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Para discutir.) – Sim, Sr. Presidente.

Presidente, acho que nós estamos perdendo tanto tempo aqui... Para quem está do lado do povo e que não quer atrapalhar esta CPMI, ficar criando condições para prorrogar é uma falta de...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Ninguém está pedindo prorrogação aqui não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente, eu estou falando e ele está atrapalhando minha fala aqui, Presidente.

Presidente, por favor, peço respeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, vamos ouvir a Parlamentar, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Peço respeito. Atrapalhar a votação, fazer essa bagunça toda aqui, sendo que todo mundo está se declarando a favor... Era mais fácil a gente votar aqui por unanimidade. Na verdade, estão querendo é passar pano. Quem não quer passar pano, vota a favor. Não fica com o meio termo. Não dá para continuar desse jeito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A turma que está aí do Governo, querendo atrapalhar esta sessão tão importante....

É o primeiro ato. As pessoas estão acreditando nesta CPMI. Eu trabalhei para que esta CPMI acontecesse, porque nós precisamos fazer justiça. Não dá para continuar enganando mais o povo.

Presidente, peço que... Peço que esta sessão aprove urgentemente essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A votação está aberta. Obrigado.

Deputado Zé Trovão, por cinco minutos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, agora chegou o momento de separar os homens dos meninos.

Ué, eu escutei desde o início desta CPMI que quem desvendou os roubos foi o PT, foi o Lula, e que diz que quem está pagando agora os aposentados é o Lula. Então, está resolvido aqui, Deputados e Senadores de esquerda, é só votar a favor dessa prisão, que é preventiva, contra homens e mulheres que já foram indiciados pela Polícia Federal! Eles foram mostrados, e mostraram os crimes que eles cometeram!

Então, assim, eu quero ver se o discurso se mantém, porque quem votar contra agora – fique claro para o Brasil – não quer investigar nada, quer papo furado! Aí o discurso acaba e cai por terra aqui! Pode ir para casa, porque vocês não vão ter mais o que falar aqui, não!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor! Silêncio porque é um Parlamentar se manifestando, silêncio!

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Nós temos que ter aqui o mínimo de responsabilidade! Não faça discurso bonito no microfone e vote de maneira errada aqui, não!

Ué, nós temos aqui um depoente que escancarou, escancarou o que aconteceu, e agora vocês vão passar pano? Ué, quer prender mais gente, não tem problema, no final, o Presidente falou, extrapauta de novo, e a gente manda prender mais gente, mas agora o pau tem que cantar em cima de quem? Desses caras aqui ó! Desses aqui!

Ninguém está falando contigo, não, Rogério Correia. O seu lugar é ficar quietinho até a sua hora de fala.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, nós temos que ter o mínimo de coerência aqui. Não fica aí fazendo discurso de protecionista dos velhinhos e na hora de botar vagabundo na cadeia, fica com: "Não, espera um pouquinho"! Espera um pouquinho, para quê? Primeiro que esses caras já deveriam ter sido presos. Nós temos que ter coerência! Não vem com essa papagaiada de vocês, não!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Para discutir.) – Presidente, colegas Deputados – dá licença um pouquinho aqui, colega –, colegas Deputados, Senadores, todos aqui presentes, quero relembrar que todos esses nomes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, há um Deputado se manifestando.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Quero relembrar, Presidente, ao Relator em especial, que todos esses nomes listados foram nomes que a Polícia Federal pediu a prisão – todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não pediu. Pediu o bloqueio de bens.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Houve também pedido de prisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não. Nós acompanhamos o inquérito, Deputado. Nós temos o inquérito.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Posso fazer o meu discurso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, mas não houve esse pedido. Pois não, fique à vontade.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Relembrando, relembrando, o próprio depoente disse que ele foi procurado por entidades, diretores da entidade que fraudaram, que roubaram, ainda na gestão Bolsonaro, e ele falou somente de uma das entidades com maior profundidade. Podia ter dito mais. Quero que ele diga também depois sobre o José Carlos Oliveira, que ele diz





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que era figura central no esquema, mas não abordou durante o seu depoimento. Não sei se ele quis proteger alguém ou não, não sei, mas é importante, nas perguntas que nós vamos fazer, que ele fale mais desse personagem, porque esse personagem também tem que estar no nome daqueles a serem presos, porque ele fraudou e permitiu que a entidade laranja entrasse e roubasse os aposentados. Aqui não dá para gente fazer proteção a ninguém.

Deixo outra pergunta ao depoente: nesta sala tem algum Deputado ou Senador que participou da festa que V. Exa. disse ter sido paga pelo Camisotti?

Olhe bem para todo mundo...

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... que aqui está. Olhe bem e responda isso, porque isso é importante para todos nós para que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado, o senhor terá o tempo para perguntar à testemunha no horário de V. Exa. Não é o momento, é para discutir o requerimento...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Mais um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não é para fazer pergunta à testemunha.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Eu tenho mais um minuto para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Parece que o pessoal tem medo, quando falam alguma coisa, e tenta cercear a palavra. Deixe a gente falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu deixo, mas o senhor terá dez minutos para perguntar, Sr. Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Qual é o receio?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Nenhum.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor terá dez minutos para perguntar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O depoente tem que falar mais coisa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Ele vai falar até 1h da manhã, 2h da manhã, o tempo que der. Nós vamos amanhecer o dia aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Quero que ele diga todos os Deputados que participaram daquela festa. Essa informação é importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Afinal de contas, essa pessoa seria suspeita ao participar desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Alencar.

Com a palavra o Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, boa noite a V. Exa., mais uma vez, ao Deputado Alfredo Gaspar, Relator.

Esta noite é uma noite em que começa a CPMI a fazer justiça no Brasil, o que talvez tenha faltado de outros órgãos, e, lamentavelmente, nós vimos, até pelo relato do depoente, o Sr. Eli Cohen, que houve um apagão deliberado, certamente, de muitas partes, e de outras, infelizmente, por uma omissão que agora finalmente começa a ser corrigida, mas também quem se omitiu vai precisar pagar pela sua omissão, Senador Girão, Deputada Adriana Ventura.

E aqui esta CPMI está demonstrando, com esta votação, celeridade na justiça que se espera. Apesar de ser, obviamente, uma prisão preventiva, ou seja, uma prisão cautelar, ela se mostra absolutamente necessária, repito, não apenas para garantir que essas pessoas, que hoje estão soltas – livres, leves e soltas –, continuem a cometer delitos ou tentem de toda a forma apagar os rastros dos crimes que cometeram, mas também para garantir que esta CPMI não seja o retrato de tantas outras, que é o retrato da impunidade.

Aqui, Deputado Alfredo Gaspar, nobre Relator, V. Exa. está demonstrando o que é fazer perguntas para os convidados, para os convocados, não importando quem seja e de que partido





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja – se é que têm partido –, de uma forma correta a buscar a verdade. E quem reclama hoje, Senador Girão, talvez não esteve, inclusive, na sessão passada. Tivemos uma sessão secreta em que ficou claro que nem a autoridade policial havia requisitado a prisão preventiva. O Deputado que diz o contrário ou faltou àquela reunião ou mente deliberadamente. A autoridade policial, o Delegado do inquérito-mãe disse aqui que não havia pedido a prisão preventiva naquela época e, obviamente, não daria uma opinião diferente agora, porque há outras investigações em curso e já não está mais sob a sua alçada essa decisão – aliás, agora está sob a alçada do Ministro André Mendonça. Se esta Comissão fizer, e certamente fará, o início desta caminhada em busca de justiça, que é votar com maioria, talvez unanimidade, SIM ao pedido de prisão de 20 pessoas, incluindo o do Careca do INSS.

Por isso, Sr. Presidente, aqui, esta Comissão, nesta noite, dá um passo importantíssimo, que é requisitar ao Poder Judiciário, ao Ministro André Mendonça, a prisão preventiva desses 20 suspeitos, mas que nós sabemos que, na maior parte, não são suspeitos tão somente, mas muito mais do que isso, são ladrões do dinheiro de pessoas vulneráveis. Quando nós vemos a apresentação do Sr. Eli Cohen aqui, ficamos estarelecidos mais uma vez, porque a cada notícia é um novo estarelecimento.

Mas, Sr. Eli Cohen, quando o senhor conta como são feitos esses descontos de pessoas vulneráveis – de R\$30, R\$40, R\$50, R\$60, R\$70 –, de quem ganha um salário mínimo, pessoas que moram na área rural, deficientes físicos, pessoas que não têm sequer um celular, muitas vezes, não têm acesso suficiente à informação, não têm agência do INSS próxima à sua casa... ou seja, é um assalto a uma pessoa vulnerável e indefesa pra comprar carro de luxo, pra realizar atividades espúrias, *lobby* o tempo todo.

É hora de esta Casa tomar, realmente, atitude – refiro-me ao Congresso Nacional porque esta é uma CPI mista, uma CPI que tem Deputados e tem Senadores.

E agradeço também a posição de todas as demais bancadas partidárias, Senador Carlos Viana, em homenagem à transparência e à investigação séria que a CPI deve fazer para que não reste, em nenhum momento aqui, qualquer sigilo sobre a visita de quem quer que seja a qualquer gabinete. Quem quer que visite o meu gabinete sabe que é um lugar onde se realizam as coisas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de forma séria. E publicamos as visitas sem o menor constrangimento ou problema, muito antes pelo contrário, porque nós temos visitas que nos honram.

Quem quer que tenha recebido visitas que desonrem esta Casa precisa ser exposto, e os criminosos precisam ser, portanto, punidos.

Vejo V. Exa. já querendo encerrar a votação, portanto, sem mais delongas, para que essas prisões preventivas sejam aqui aprovadas e, depois, confirmadas pelo Ministro André Mendonça, oriento, mais uma vez...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... o voto "sim" da Bancada do Novo, esperando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... o resultado favorável de todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. *Fora do microfone.*) – ... uma rápida questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só lembrando: os Deputados e Senadores que concordam votam "sim". A votação continua aberta. Nós ainda temos votos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente... Uma rápida questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senador Randolfe.

Nós ainda temos: Deputado Rafael Brito, Rogério Correia e Orlando Silva, que estão presentes, e ainda não deram... E a Deputada Bia Kicis, que se ausentou. Acredito que alguém possa entrar em contato com ela porque ela me pediu que, se houvesse votação, ela gostaria de participar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente, é uma rápida...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Questão de ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Para questão de ordem.) – Arguido o 131 do Regimento Comum, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – ... a base de apoio ao Governo está orientando o voto "sim" e, ao requerimento do Relator, a base de apoio ao Governo quer acrescentar mais um nome.

Eu pergunto a V. Exa: V. Exa. colocará o requerimento de acréscimo ao que já foi pedido pelo Relator logo após esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Coloco logo em seguida. Se V. Exa. apresentar, já colocamos aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Está sendo subscrito pela Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores e já está sendo encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É uma questão agora... Já que decidimos, hoje, pedir a prisão, o Governo pode apresentar e vamos para a votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Tá. Nós estamos requerendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Senador. Aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – ... acrescentando mais um nome e encaminhando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Aqui nós vamos ser democráticos com todos.

Com a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Agradeço a V. Exa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu pedi para fazer uso da palavra na discussão desta votação porque aqui todos afirmaram, logo no início dos trabalhos, que não ia ter "passagem de pano", que não iam "passar pano" para ninguém. Não importa se o sujeito que cometeu o crime está na direita ou na esquerda, se cometeu crime vai responder com todo o rigor que a lei prevê.

No entanto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Silêncio.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – ... eu aqui levanto uma questão...

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – ... que me preocupa bastante, pois pode gerar um vício em todos os trabalhos que nós estamos fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio. Há um Parlamentar se manifestando.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O depoente, durante a sua fala, mencionou a festa financiada para comemorar, salvo engano, o aniversário do Camisotti, um evento patrocinado pela THG.

Sobre essa questão, ele apresentou o nome de vários Parlamentares que estavam presentes nessa festa. Não significa dizer que esses Parlamentares são partícipes ou cúmplices de uma prática criminosa. Mas aqui me preocupa o fato de o depoente não ter mencionado o nome do Senador Jorge Seif, que faz parte aqui desta CPMI. Aqui nós temos uma imagem, uma foto com a presença do Senador Jorge Seif nessa festa do Camisotti.

E aqui neste momento, eu votei a favor para requerer ao Supremo a prisão do Camisotti. Então, como nós, neste momento, estamos votando a favor, requerendo que o Camisotti seja preso, requerendo ao Supremo Tribunal Federal, e aqui, membro desta Comissão, tem um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentar, tem um Senador que fez parte desse evento. Eu não tenho absolutamente nada contra nenhum membro aqui desta Comissão, muito menos o Senador Jorge Seif. Mas isso gera uma suspeição.

Então é por essa razão, Sr. Presidente, que ao tempo que discuto a favor desse requerimento, ao tempo que afirmo que votei a favor para requerer a prisão desses 21 nomes, dentre os quais, eu destaco o Careca do INSS, o Maurício Camisotti, aqui eu levanto essa suspeição, que pode gerar um vício a todas essas investigações. O Senador Jorge Seif está aqui, estava presente nesse evento, e o depoente, em nenhum momento, citou. E aqui nós temos imagens que demonstram que há uma participação.

Então esse fato precisa, pelo menos, ser explicado, para que todo o trabalho que aqui nós estamos fazendo não seja colocado por água abaixo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Duarte Jr.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Como foi citado o Senador Jorge Seif, tem direito de resposta pelo art, 14. Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, acabei de protocolar junto à Mesa e peço que seja votado extrapauta. A Polícia Federal já disse que tem nome de Senadores e Deputados que recebiam mesada. Eu solicito a V. Exa. que coloque em votação o pedido à Polícia Federal, que revele os nomes de Deputados e Senadores envolvidos.

Fui convidado para um almoço, não foi festa nenhuma. E chegou lá, tinha vários Parlamentares de todo o Brasil. Essa festa ocorreu a 20km da minha casa, e a pessoa que me convidou é uma autoridade do meu estado, porque eu nem sabia que esse almoço estava sendo oferecido e fui para prestigiar outros Deputados e Senadores que estavam no Estado de Santa Catarina.

Eu não tenho nada a temer que tenha aparecido foto ou o que seja. Eu quero que a Polícia Federal fale os nomes de Deputados e Senadores que recebiam caixinha. E se eu recebi alguma coisa, eu já me comprometo com o Brasil. Se eu recebi um centavo dessa quadrilha imunda, eu renuncio ao meu mandato.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Vosso requerimento será votado na próxima reunião, na quinta-feira. Hoje votaremos como extrapauta, por acordo, o requerimento que o Governo apresentará com o nome a ser votado por esta Comissão.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Determino o encerramento da votação.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, pela Liderança, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Em função do encaminhamento que V. Exa. está dando, o Governo vai apresentar o nome, nós não sabemos qual é, como é que é o acordo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – José Carlos Oliveira.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, haverá votação, Senador.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Haverá votação. Aí é votação.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Como é que a gente vai fazer um acordo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Mas então nós queremos acrescentar um nome também.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não, Presidente. Presidente, então queremos apresentar outro nome também. Apresentaremos outro nome.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Apresenta, vamos para votação. A gente vai para votar. Aqui...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, olha, por favor, por favor, a última coisa que eu gostaria é de fechar os microfones aqui.

Por favor, a última coisa que eu gostaria é de ter que fechar os microfones aqui para a gente dar sequência nos trabalhos da CPMI.

Então, por gentileza. *(Palmas.)*

Está aprovado o Requerimento do Relator, por 26 votos a favor, nenhum voto NÃO.

E zero...

Com a palavra...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente... Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Senador...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente... *(Pausa.)*

Sr. Presidente...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por favor, senhoras. Por favor, senhoras.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por gentileza, Coronel Fernanda, Senadora Leila, retomem os lugares, por favor.

Por favor, retomem os lugares. Por favor.

Coronel Fernanda, por gentileza – por gentileza.

Senadora Leila, por favor – por favor.

Por favor, retomem os lugares.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senadora Leila, por favor. Senadora Leila... Por favor, Senadora Leila. *(Pausa.)*

Não vou suspender. Nós estamos entre Parlamentares, há um decoro aqui – há um decoro aqui.

Coronel Chrisóstomo, por favor.

Senhores, retomamos aqui.

Nós vamos dar sequência e vamos encerrar esta sessão com tudo aquilo a que nós nos propusemos.

Senador Marcos Rogério com a palavra.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Voltou para a ordem dos inscritos? Voltou para a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu darei a palavra a V. Exa. É porque ele está há mais tempo que V. Exa.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Voltou para ordem das inscrições?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Voltou para ordem das inscrições?



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não. Não, não. Eu estou dando a discussão sobre os requerimentos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Tem o Paulo Pimenta.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu também estou inscrita, Presidente. Pela ordem, aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – V. Exa. já falou.

Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu queria, por uma questão de coerência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

Senhores, por favor, silêncio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Senador Girão, por favor.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Nós estamos na fase inicial desta CPML.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu votei a favor do requerimento, embora meu voto não tenha sido computado, em razão de eu estar na condição de suplente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Mas, por uma questão de coerência, eu não posso deixar de sublinhar que a representação por prisão nessa fase da instrução probatória de uma CPMI, para mim, na minha avaliação, não vai no sentido de fortalecer o papel da CPMI.

Essas pessoas que foram mencionadas aqui – boa parte delas –, em razão do apuratório feito em sede de inquérito da Polícia Federal, acho que já deveriam estar encarceradas, presas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... por aquele inquérito policial. O mesmo eu não posso dizer em relação ao trabalho da CPMI, que está no começo.

Eu já tive a oportunidade de, em diversas entrevistas que dei, elogiar a postura firme do Relator desta CPMI – muito preparado, muito versado no papel de Relator –, mas eu estou, por uma questão de dever de consciência no âmbito de uma CPMI... Eu atuei aqui. Na maioria das CPIs do Senado Federal eu tive a oportunidade de atuar e em outras CPIs, desde a época de Deputado Federal, mas eu acho que nós temos muita coisa ainda pra apurar.

O depoimento de hoje aponta em várias direções; ele aponta em várias direções. Então, apenas, a fala que faço neste momento é no sentido de fazer um apelo a todos os Parlamentares desta Comissão – e aí isso inclui o Relator, inclui o Presidente, inclui os membros desta Comissão. O instituto da prisão...

Paulo Pimenta, eu vou pedir...

Esse é um instrumento necessário no curso de um processo como este. A CPMI não pode mandar prender ninguém preventivamente – ela pode prender em flagrante, em caso de falso testemunho, dentro das prerrogativas que a CPMI tem –, mas ela pode, a exemplo de quem preside um inquérito policial, representar por prisão preventiva, como foi feito o apelo aqui.

Mas eu queria fazer um apelo a que nós aprofundássemos as investigações, fizessemos o cruzamento de dados – nós temos elementos chegando, nós temos provas sendo juntadas, nós temos depoimentos sendo dados – para que a gente tenha um resultado mais efetivo e substancial com os trabalhos desta CPMI.

É apenas uma ponderação que faço, porque, a partir deste momento...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... muitos pedidos de prisão serão apresentados, e aí nós podemos desvirtuar o papel da CPMI em razão de situações como essa.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, eu fui citado, gostaria de fazer um esclarecimento: queria dizer ao Senador Marcos Rogério que os pressupostos e fundamentos dessas prisões foram justamente elencados no inquérito policial. Como nós ouvimos aqui o delegado, e o delegado da Polícia Federal, textualmente, mesmo diante dos requisitos da prisão preventiva, não pediu a cautelar, achei por bem que nós tomássemos um requerimento para solicitar ao relator do caso a transformação de medidas de não encarceramento em medidas de prisão preventiva.

Não foi com base na investigação da CPMI, foi com base no inquérito policial.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O.k.; então, Sr. Presidente, com base no que o Relator mencionou neste momento, eu quero dizer que estou em absoluta concordância.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Obrigado.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, sinceramente, eu acho uma manobra terrível isso que está acontecendo aqui. Vou explicar a V. Exa. o porquê.

Nós ouvimos um depoente hoje, nós estamos recolhendo provas. Nós estamos na segunda reunião. O depoente pode ter razão em quase tudo, mas pode ter razão em quase nada! E pode ser que ele tenha sido omissos em outras, porque ele não sabia – ele mesmo disse que, em 20 minutos, ele conseguiu saber isso tudo que ele falou agora no Google. Ele falou isso aí: "Basta dar um Google e em 20 minutos eu sei de tudo".

Por exemplo, o senhor sabe do José Carlos Oliveira? Eu estudei ele. Ele está desde o início, ele saiu lá de baixo e virou Ministro, e, durante esse período, várias e várias e várias empresas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas, inclusive várias que você citou, estavam já no período dele. Olhe, no mínimo nós tínhamos que ter discutido se esse nome inclui ou não... Não basta o Relator escutar o que ele fala e determinar aquilo que o Relator acha porque ele falou, Presidente! Isso foi uma manobra terrível, e V. Exa. não permitiu que a gente fizesse essa discussão.

Não é que... Não tem ninguém aqui contra prender o Careca do INSS. É óbvio que o Careca do INSS está até o topo... do cabelo não pode, mas até o topo da cabeça envolvido nisso, como o tal Camisotti, e provavelmente outros, mas não são só esses. E nós não podemos dar fé a um depoimento... Ele não apresentou uma prova, nenhum documento.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O que ele delata tem validade? Tem, porque eu também conheço o processo. E ele conheceu como advogado investigativo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Como tem também matérias que eu vi, por exemplo, na *Piauí*, *Revista Piauí*, que tem jornalista investigativo, e fez um trabalho, eu julgo, até mais competente do que o dele, mais completo.

Nós vamos, a partir daí, sair prendendo esses que o jornalismo investigativo fez? Sinceramente, não foi correto o que foi feito hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Sr. Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, eu não terminei, eu não terminei, eu ainda tenho 2 minutos e 54 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É porque está marcando cinco minutos, mas é...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Olha lá. Veja bem, a outra questão em relação a isso, nós tínhamos combinado que não teria extrapauta. Os extrapauta seriam todos na quinta-feira,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

até para que nós pudéssemos ver a orientação sobre isso. Agora, se for repetir o que se fez aqui agora, então nos dê direito a apresentar, pelo menos, requerimento de quem não pôde falar – porque V. Exa. não permitiu –, para que possa apresentar requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está concedido, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está concedido. O Líder do Congresso já fez esse questionamento, e já foi colocado: faremos mais um extrapauta com o nome que V. Exa. colocar.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Rogério, só um instantinho. Vamos respondendo aqui, aos poucos, senão a gente vira uma confusão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Veja bem, nós vamos fazer isso. O nome é José Carlos Oliveira pelo que nós conhecemos. Todo mundo conhece essa questão, mas nós vamos estar repetindo um procedimento que a gente espera que não seja a regra da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Agora, Deputado Rogério Correia...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu vou terminar. Vamos dizer, amanhã, para a próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... eu não sei quem vem depor. Se ele sair citando nome...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Na quinta-feira vem a CGU; e na segunda-feira, o ex-Ministro Lupi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim. Se o Ministro Lupi quiser citar um monte de nomes, o Relator vai sair também fazendo prisão preventiva?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado, o pedido de prisão, o requerimento...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu vou só terminar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O requerimento ao Ministro André Mendonça...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É claro que eu votei a favor, porque... Veja bem, por que votamos todos a favor? Porque ninguém é contra prender essas pessoas. E esse é o argumento que estava colocado, mas eu estou querendo chamar a atenção de vocês: não pode ser esse o método de trabalho. Se o método de trabalho for esse, nós vamos sair daqui com 500 pessoas presas porque foram citadas. O que é isso? Isso não é um método correto. Eu participei da CPMI do 8 de janeiro, e isso não existiu em momento nenhum.

Então, eu peço a V. Exa. que não se repita algo desse tipo que foi feito hoje.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – V. Exa. atropelou todos nós, não permitiu que falasse, não permitiu questão de ordem, colocou em votação um requerimento que tinha os nomes que o Relator escolheu. O Relator podia ter escolhido outros nomes também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não, não, no art. 14, são só duas vezes, Relator.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Escolheu os nomes que ele quis escolher...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senão a gente não dá sequência. Senão nós não damos sequência aqui.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ele poderia ter colocado outros nomes. O Relator escolheu os que ele quis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É, ou os que ele citou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, deixa eu terminar, deixa eu terminar...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu termino. E nem todos... É difícil falar porque tem o Presidente falando, o Relator não deixa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deixa terminar. Termine, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O que o Sr. Eli, o Dr. Eli colocou, tinha nomes também que ele citou aí de políticos que estavam lá na festa que ele disse que era festa do Maurício Camisotti, que o Maurício Camisotti... O.k., eu pego a palavra do senhor, que o Maurício Camisotti é quem fez o convite naquela festa, onde o senhor insinuou que tinha vários políticos. Por que não colocou os nomes dos políticos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Deputado, obrigado pela... Respeito.

Os nomes que estão sendo colocados em requerimento ao Ministro André Mendonça para a prisão preventiva estão todos num inquérito-mãe a que nós temos acesso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... e, no depoimento passado, o delegado da Polícia Federal foi claro em dizer que todos estão identificados, inclusive o meio,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde está o dinheiro e que não foi feito pedido de prisão. Nós estamos oficiando ao Ministro para que ele tome as providências o quanto antes.

O último inscrito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O último inscrito, Deputado Paulo Pimenta. Depois retomaremos as perguntas dos oradores.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, naturalmente, pelo fato de o requerimento ter sido feito logo após a fala do advogado, eu – e qualquer outra pessoa aqui presente – deduzi que os pedidos estavam sendo feitos a partir do depoimento.

V. Exa., agora, e o Relator, mesmo que aqui ainda informalmente, estão explicando que não; que, na realidade, esses nomes foram retirados do inquérito. Talvez, se isso tivesse sido explicado desde o primeiro momento, toda essa confusão não teria acontecido.

O que eu quero dizer, Sr. Presidente, é que eu entendo que nós precisamos ter uma racionalidade nas decisões que a gente adota aqui.

O Dr. Eli Cohen veio aqui e fez um depoimento importante. Ele diz o quê? "Olha, tinha um núcleo, que o Careca que pagava funcionários do INSS para conseguir as ACTs, para conseguir as informações; e tinha um núcleo, que eram as empresas seguradoras de saúde, por onde o dinheiro era drenado das entidades para cumprir o seu objetivo criminoso", correto?

Muito bem. Seguindo esse raciocínio, a pergunta que eu gostaria já de ter feito – e por isso que eu gostaria de ter falado antes do requerimento – é: quem autorizou a ACT da Ambec? Se nós estamos pedindo a prisão do cara que pagou, ele pagou para quem? Quem é que autorizou a ACT da Ambec? Foi o Sr. José Carlos Oliveira, que depois foi subindo em várias outras funções até chegar à função de Ministro.

Então, se nós estamos pedindo a prisão do cara porque ele pagava, a pessoa que recebeu também tem que ser presa, dentro dessa lógica.

Por isso que eu entendi que nós deveríamos concluir as perguntas para que nós possamos entender melhor todo o esquema, e, a partir dessa compreensão, nós fazemos um pedido





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

completo, não com o objetivo aqui de não aprovar o requerimento hoje, mas para que a gente possa manter esta coerência.

Então, eu espero que, de fato, no decorrer da discussão de hoje, a gente tenha uma outra oportunidade, e se nós identificarmos que tem algum nome-chave dentro daquilo que o Dr. Eli apresentou e que não estava incluído nesse requerimento original, que esse nome possa ser complementado, e não inventar um nome que não foi citado, que não tem nada a ver, mas, seguindo a coerência da lógica da própria apresentação que foi feita pelo Dr. Eli Cohen. Por isso que eu estou requerendo aqui que a gente possa, de fato, ter uma outra oportunidade e incluir nomes que faltaram.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Deputado Pimenta.

Obrigado.

Relembrando que os nomes que nós hoje aprovamos... o ofício, o requerimento para pedido de prisão – porque nós não estamos determinando prisão, esta CPMI não tem esse poder – será encaminhado ao Ministro André Mendonça. Todos esses nomes estão devidamente qualificados no inquérito-mãe da Polícia Federal, ao qual nós tivemos acesso, e, naturalmente, com as informações embasadas nos depoimentos.

Com a palavra, para perguntas, por dez minutos – e respostas –, o Delegado Fabio Costa.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

A primeira pergunta que todos aqui querem saber é, Dr. Eli Cohen, se o senhor não citou o nome do Senador Jorge Seif, que, como foi dito aqui pelo colega Deputado, estaria naquela festa que foi proporcionada pelo Camisotti, se o senhor não disse porque não sabia ou porque deliberadamente o senhor não quis citar o nome dele?

É importante que todos nós saibamos por que o senhor não citou o nome do Senador.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Para isso a gente precisa... Para isso a gente precisa voltar no contexto da pergunta, né? Primeiro, o Relator me perguntou se eu sabia de algum político que tivesse contato com isso ou tivesse recebido, perfeito?

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Perfeito.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – E aí eu disse: "Olha, eu não sei". Na verdade não sei porque não ampliei as minhas investigações.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Perfeito.

O SR. ELI COHEN – E aí foi uma insistência para que eu explicasse melhor essa situação.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – O senhor falou os nomes que o senhor lembrou, é isso?

O SR. ELI COHEN – Posso terminar?

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – O.k., vamos lá.

Não, eu não falei os nomes que eu... Eu falei os nomes que eu li numa reportagem aqui a respeito da festa. Aí eu disse: "Olha, veja, o que pode ser investigado"... Porque eu acho que a minha função aqui é colaborar para que eu possa produzir fatos para que vocês investiguem, os senhores, desculpa, investiguem, certo? Agora, eu nunca disse... Inclusive eu disse "não vou fazer juízo de valor", mas esses políticos estavam lá.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – O.k.

O SR. ELI COHEN – Cabe a cada um explicar o que estava fazendo. Mas eu não disse absolutamente nada de que eu tenha conhecimento de algum político que recebe propina dessa fraude.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Dr. Cohen, em entrevista concedida ao Portal Metrôpoles, no dia 13 de maio de 2025, deste ano, o senhor afirmou que, pelo fato de ser um dos Diretores do Sindnapi, o irmão de Lula, o Frei Chico, estaria envolvido, por esse motivo, nas fraudes contra os aposentados.

O que eu gostaria de saber é de que forma o Frei Chico poderia estar envolvido nessas fraudes, já que o senhor afirmou que necessariamente ele estaria envolvido, pelo fato de ele ser Diretor, não é?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Deputado Fabio Costa, eu nem vi essa, essa, essa, essa publicação, mas eu li...

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Foi vídeo. O senhor falou em vídeo.

O SR. ELI COHEN – Eu disse isso?

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Sim.

O SR. ELI COHEN – Bom, o que eu disse é o óbvio: se o irmão de alguém, ou seja lá quem for, é diretor, é claro que ele está envolvido. Agora, eu parto de um princípio, nesse caso, Deputado Fabio Costa, de que todos que estão na diretoria são aqueles que não devem ser mirados por vocês. Vocês têm que, na verdade, achar é quem está por trás da diretoria, porque esses todos, inclusive o irmão do Presidente Lula, para mim, ele é um laranja, ele é um laranja, entendeu? A real é essa. É porque quem realmente se beneficia com essa fraude não aparece como diretor, certo? Mas isso não tira que o Sindnapi é uma das campeãs de fraudes contra aposentados. Vamos deixar claro. Agora, não estou dizendo que o irmão do Lula tem alguma coisa a ver direta. Provavelmente deve ser um laranja.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – O.k., obrigado.

Dr. Eli Cohen, como foi amplamente divulgado na mídia, o Grupo THG, de Maurício Camisotti, fornecia os supostos pacotes de benefícios contratados pelas entidades.

Dr. Cohen, como a prestação de serviços ofertada pelas empresas de Camisotti às entidades suspeitas contribuiu diretamente para o cometimento dessas fraudes?

O SR. ELI COHEN – Eu não entendi a pergunta.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Conforme amplamente divulgado na mídia, o grupo THG, de Camisotti, fornecia os supostos pacotes de benefícios contratados pelas entidades.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – O que eu quero saber é como a prestação desses serviços contribuiu para o cometimento das fraudes?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Esse pacote de serviços era só para mostrar formalmente que se estava dando algo por uma adesão. É só isso.

Veja, quando qualquer um que se sentar aqui, diretor ou mesmo donos de seguradoras, que eu acredito que vocês devem chamar todas – Mapfre, Generali e tudo mais –, peçam para que eles tragam o índice de sinistralidade, peçam para que eles tragam as apólices. Ué, veja bem: se a Ambec tem 600 mil adesões, então deve ter 600 mil apólices. Certo? São coisas básicas.

É que, na verdade, eu gostaria de responder a uma outra colocação do Deputado lá, mas tudo bem.

Vamos lá.

Mais alguma coisa?

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Dr. Eli, o senhor apontou que o Careca do INSS foi peça central no vazamento e na venda de dados dos aposentados. Pelo que o senhor apurou, ele agia apenas como um atravessador que negociava essas informações ou ele tinha uma função mais estratégica de articulação ou comando dentro desse esquema?

O SR. ELI COHEN – Veja, ele agia estrategicamente para essas três associações, mas eu lhe garanto que ele também atendia outras entidades. Eu lhe garanto isso, tá bom? Eu lhe garanto. Veja que eu nem precisaria estar falando isso, mas eu estou falando porque também, como o senhor e como todos os senhores, eu me revolto com essa situação. É que é a primeira vez que, na verdade, está sendo roubado o bolso do aposentado, não é o INSS. O INSS é conluio, é parte, é devedor. A real é esta: é o aposentado.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Dr. Cohen, o senhor falou hoje que a MP 130, de 2003, foi o que originou as fraudes investigadas por esta CPMI, haja visto que autorizava o desconto de prestações em folha de pagamento.

Com base nas suas apurações, é possível afirmar que a possibilidade dessas fraudes nasceu no primeiro ano do Governo Lula, 2003, e explodiu nos três últimos anos deste mesmo Governo Lula, no caso Lula 3?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Quer dizer, eu vou fazer só uma correção: eu não disse, na verdade, que a Medida Provisória 130 foi a medida que...

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Ela abriu as portas para as fraudes.

O SR. ELI COHEN – Na verdade, ela criou uma possibilidade.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Exato.

O SR. ELI COHEN – O fato é que, socialmente, ela tinha um lado realmente importante. O problema é que ela foi usada, inclusive, pelo PT. Pessoal, nós estamos falando do Pixuleco 2. Eu não preciso inventar; é só olharem o Pixuleco 2, e vocês vão verificar que está tudo ali, tudo, inclusive a carta do Presidente, quando beneficia o próprio BMG com o timbre do próprio Presidente da República. Quer dizer, veja, eu não invento nada e não estou aqui para pedir para que alguém vá para cadeia ou não, eu só estou dizendo que esses são os levantamentos que nós fizemos.

E vou dizer mais: veja, esses levantamentos estão todos com a Polícia Federal, porque todas as minhas informações foram investigadas pelo 16º DP de Polícia, e a Polícia Federal avocou esse inquérito. Então, todas as minhas informações estão lá. E, por coincidência, até hoje, todos nós só escutamos dois nomes, praticamente, Careca do INSS e Maurício Camisotti, como se fossem os dois; e não é. Ou seja, são os dois que eu levantei – nós, a minha equipe –, perfeito? Essa é a situação.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Dr. Eli, para finalizar, o senhor não ocupa nenhum cargo público, não possui nenhum tipo de proteção ofertada pelo Estado, nenhum tipo de segurança e está fazendo o que, infelizmente, o Estado não fez, desmascarando essa organização criminosa.

Pergunto: o senhor não tem receio de sofrer algum tipo de represália, seja física ou mesmo uma espécie de perseguição, na sua atuação profissional?

E finalizo, Doutor, agradecendo-lhe e o parabenizando pelas relevantes contribuições que o senhor está fazendo ao país.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Deputado Fabio, tudo é possível, tudo é possível, ainda mais quando você parte de uma situação que evita, ou seja, que impede que essas organizações criminosas continuem roubando R\$2,8 bilhões. Veja, eu acho que tem gente que morre por muito menos do que isso neste país.

Agora, o fato é que faz parte do trabalho. O que eu vou fazer? O que eu não vou fazer é me acovardar – esquece –, isso nunca.

(Soa a campanha.)

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado ao Deputado Fabio Costa.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para interpelar.) – Dr. Eli, o Senador Roberto, o Senador Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio! Há um Deputado se manifestando.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O Senador Marinho, no início da sua manifestação, fez questão de dizer que esteve no seu escritório, conversando com o senhor – nenhum problema.

Algum outro Parlamentar, algum outro integrante desta Comissão ou algum outro Parlamentar procurou o senhor nesse último período, para tratar deste assunto?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – A mim, diretamente, não, mas pode ter procurado...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – A sua equipe?

O SR. ELI COHEN – Pode ter procurado alguém.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Quem foi que procurou?

O senhor está sob juramento.

O SR. ELI COHEN – Pode ter procurado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro de que o Senador Izalci também nos procurou...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Certo.

O SR. ELI COHEN – ... mas não passamos praticamente nenhuma informação.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Certo.

O SR. ELI COHEN – E nenhum mais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Dr. Eli, por gentileza, responda com clareza à pergunta do Deputado Paulo Pimenta.

O SR. ELI COHEN – Mas eu respondi.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Então, só o Senador Izalci?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Há mais algum nome que o senhor poderia citar?

O SR. ELI COHEN – Izalci Lucas.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só o Senador Izalci? O.k.

Não tem problema nenhum. É só para que a gente possa saber.

O SR. ELI COHEN – Aqui, vamos deixar claro que eu não passei absolutamente nada.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só quero... O senhor está sob juramento; então, é muito importante tudo o que o senhor fala.

O senhor disse que o senhor foi procurado e lhe ofereceram dinheiro. Quem lhe procurou e quem lhe ofereceu dinheiro?

O SR. ELI COHEN – Ninguém em específico. Pessoas dizem um monte de mentiras nessa hora – a verdade é essa.

Então, você escuta daqui e escuta de lá. São pessoas do convívio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Absolutamente nada específico, como também eu não posso dizer quem foi que me ameaçou.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Então, o senhor não tem ninguém para dizer que o senhor foi procurado e lhe ofereceram dinheiro?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor disse aqui: "Eu fui procurado e me ofereceram dinheiro". O senhor falou várias vezes.

Não tem nenhuma pessoa que o senhor possa...

O SR. ELI COHEN – Não, eu não falei várias vezes. Eu falei uma vez só...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Certo.

O SR. ELI COHEN – ... e continuo falando que – veja bem – pessoas suscitaram a possibilidade.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Quem?

O SR. ELI COHEN – Várias.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Quem falou para o senhor?

O senhor está sob juramento.

O SR. ELI COHEN – Várias. Eu não me lembro agora de nomes. Veja bem, são pessoas...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Uma pessoa procurou o senhor e lhe ofereceu dinheiro, e o senhor não lembra quem foi?

O SR. ELI COHEN – Mas é claro! É assim que funciona.

Você acha que a pessoa chega lá e faz o quê? Ela me dá uma certidão de nascimento?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito.

O SR. ELI COHEN – Dr. Paulo, como é que funciona?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu quero entender, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Atenção, por favor.

O SR. ELI COHEN – Mas deixe me entender, porque o senhor está, na verdade, me colocando numa situação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por favor, vamos respeitar o colega.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não, eu quero entender, porque é muito grave.

O SR. ELI COHEN – Eu não sei.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Nós temos que pegar esse cara.

O SR. ELI COHEN – Não, não, não. Veja bem, tem que pegar quem roubou os aposentados.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sim, mas eu quero saber: esse cara estava em nome de quem?

O SR. ELI COHEN – Isto aqui não é a CPI de quem quis me comprar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor não tem que me responder o que eu não lhe perguntei.

O SR. ELI COHEN – O.k., desculpa.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu só lhe perguntei quem tinha lhe oferecido dinheiro. Por quê?

O SR. ELI COHEN – E eu lhe respondi.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Porque eu acho que é muito grave alguém ter procurado o senhor para tentar impedir que a investigação acontecesse.

O SR. ELI COHEN – O senhor realmente acha isso grave?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Acho.

O SR. ELI COHEN – Grave é roubar seis milhões de aposentados. Isso é grave.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor, na entrevista à imprensa, disse assim: "Peticionei a vários órgãos"; e citou lá CGU, Ministério Público, INSS, Previdência. Depois, foi para a imprensa, porque ninguém fez nada.

O senhor tem cópia dessas petições que o senhor fez a todos esses órgãos públicos?

O SR. ELI COHEN – O senhor... Desculpa.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor tem cópia?

O SR. ELI COHEN – Se eu tenho cópia?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É, das petições...

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... que o senhor fez a todos os órgãos, denunciando a omissão do Estado. Eu acho que é importante a gente saber onde é que estão esses ofícios para saber quem se omitiu na investigação.

O SR. ELI COHEN – Posso responder?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sim.

O SR. ELI COHEN – Vamos lá.

O senhor está colocando palavras na minha boca de uma matéria que eu sequer lembro e sobre a qual não falei. Eu jamais falei que eu tinha enviado diretamente ofícios para a CGU. Mas eu posso lhe garantir que o ofício que o TCU recebeu do Sr. Luiz Vassallo, do *Metrópoles*, foi com todas as minhas informações.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito.

O SR. ELI COHEN – Perfeito?

Agora, eu, diretamente, sim, informei à autoridade estadual...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Policial.

O SR. ELI COHEN – ... de São Paulo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito.

Além da Polícia Civil do Estado de São Paulo, então, o senhor não formalizou a denúncia a ninguém.

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor só denunciou para a Polícia Civil de São Paulo.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – E qual foi o encaminhamento que a Polícia Civil de São Paulo deu para sua denúncia?

O SR. ELI COHEN – Não fez nada.

Não, não. O 16º, sim. O 16º caminhou muito, muito...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Em que ano foi isso?

O SR. ELI COHEN – Em 2023.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Em 2023.

O senhor fez uma denúncia para a Polícia Civil de São Paulo. Esse inquérito foi concluído?

O SR. ELI COHEN – Esse inquérito foi transferido para a Polícia Federal, por isso que a Polícia Federal tem todas as minhas informações.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito.

O senhor disse que o senhor falava com o advogado do Careca, correto?

O SR. ELI COHEN – Não, eu disse que eu "falei" com o advogado do Careca.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Falava com o advogado do Careca.

O SR. ELI COHEN – Não. "Falava" não, "falei".

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Falou. O senhor falou.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Falava...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor teve algum contato, mesmo através do advogado, com o Careca?

O SR. ELI COHEN – Não, não. Ah, pessoalmente? Não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Através do advogado?

O SR. ELI COHEN – Não. Sabe por que eu o contatei, Deputado?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Gostaria de saber.

O SR. ELI COHEN – Porque essa é a minha técnica de investigação. Eu coloco pessoas infiltradas, eu peço para que uma pessoa como essa, que não quer fazer uma delação, fale para mim. Porque é claro que, hoje, na foto dessa fraude, só tem o Maurício e o Careca. E eu disse para o advogado dele, cujo nome eu não me recordo agora, porque não é o advogado que o defende aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito.

O SR. ELI COHEN – É o advogado... Eu disse para ele o seguinte: o que precisa é trazer os outros, trazer gente para essa foto, porque vocês não são sozinhos. Então, fale para que ele me dê informações, e eu vou ajudar a trazer...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito.

O SR. ELI COHEN – ... mais gente para a foto.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor sabe quem concedeu o ACT da Ambec?

O SR. ELI COHEN – Não tenho a menor ideia, e a concessão de ACT não é crime.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas, veja bem, se o senhor tem uma tese de que o Careca pagava servidores do INSS...

O SR. ELI COHEN – Eu não tenho uma tese.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor não tem uma tese?



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Eu tenho provas. Estão na Polícia Federal.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Então, o senhor não acha que a pessoa que concedeu a ACT, no mínimo, é suspeita de ter recebido dinheiro do Careca?

O SR. ELI COHEN – É possível. Eu espero que a Polícia Federal identifique exatamente a responsabilidade de cada um. O fato é que... O importante é que, quando nós estamos trabalhando nesse mundo subjetivo de informações, você tem que ir para os lados objetivos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito, mas, veja bem, o senhor investigou a Ambec; traz muita informação sobre a Ambec; citou vários servidores do ministério, inclusive... Vários foram citados aqui hoje, mas, especificamente, a pessoa principal investigada, a que está em toda a imprensa, a que concedeu a ACT da Ambec, essa não foi citada.

O SR. ELI COHEN – Por que o senhor disse que ela é principal?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu li na imprensa.

O SR. ELI COHEN – Mas por quê?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O Sr. José Carlos Oliveira...

O SR. ELI COHEN – Eu acho que o principal é quem permitiu, por exemplo...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ele era o diretor de benefício do INSS.

O SR. ELI COHEN – Isso. Eu acho que o principal, por exemplo, é quem fez vista grossa para deixar subir, por exemplo, de 1,12 milhão...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas foi ele. Foi exatamente essa pessoa.

O SR. ELI COHEN – A 2,5 bilhões...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito.

O SR. ELI COHEN – Em 2023, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. José Carlos Oliveira era o diretor de benefício, depois foi presidente do INSS, virou ministro.

O SR. ELI COHEN – Sim

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Uma pessoa diretamente envolvida na investigação, está no inquérito. Chamou-me a atenção desse nome não ter sido citado.

O SR. ELI COHEN – Não foi citado?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Pelo senhor.

O SR. ELI COHEN – Sim, não foi citado, claro que não foi. Eu citei, por acaso, o...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não, eu só estou perguntando do José Carlos Oliveira.

O SR. ELI COHEN – Não. Eu não...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor chamou a minha atenção por não ter citado o José Carlos Oliveira, mas não tem problema.

O SR. ELI COHEN – O senhor tem que lembrar qual era o mérito da minha investigação: não era fazer o trabalho de vocês.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Doutor.

O SR. ELI COHEN – Era fazer o meu trabalho.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Doutor, quem está fazendo as perguntas sou eu.

O SR. ELI COHEN – Eu sei, mas estou respondendo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sim.

Então, eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que eu acho que é muito importante a colaboração do Sr. Eli. Eu acho que ele traz vários fatos que são relevantes. O que nós precisamos é preencher, eventualmente, os espaços que estão abertos nessa conexão criminosa.

O SR. ELI COHEN – Concordo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ele fala com propriedade...

O SR. ELI COHEN – Concordo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Que ele identificou um núcleo que corrompia servidores públicos para ter acesso...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ...às listas do INSS, a conseguirem receber ACT. Provavelmente, esse mesmo núcleo de servidores foi que agiu no objetivo de mudar regras que facilitaram que entidades fantasma fossem cadastradas.

O SR. ELI COHEN – Provavelmente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Depois, alteraram as regras de fiscalização, para não ter mais a necessidade de renovação anual, e se nós percorrermos esse caminho que nos aponta aqui o Sr. Eli, com certeza, nós vamos chegar aos autores intelectuais dos mandantes desse crime, porque eu também não acredito que esses bilhões de reais ficaram na mão dessas figuras.

O SR. ELI COHEN – Claro que não. Concordo plenamente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Esse dinheiro foi parar na mão de gente grande, que foi quem botou essas pessoas nas posições de comando, nas posições de mando.

Então, eu cumprimento o senhor e quero lhe dizer o seguinte: eu acho que o senhor dá indícios do caminho que nós temos que percorrer para chegar aos mandantes dessa organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Eli, o senhor falou que estava representando a Ambec. O senhor foi contratado pela Presidente Maria Aparecida, mas eu gostaria que o senhor me descrevesse melhor essa situação, porque ela se colocou na situação de estar sendo vítima de um projeto criminoso. Tinha mais alguns outros diretores dessa associação envolvidos nisso, como ela relatou para o senhor que estava





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo esse crime lá dentro? Quem era a ligação dela ou da associação fora da associação? O senhor poderia deixar isso mais claro?

O SR. ELI COHEN – Muito bem.

A D. Maria Aparecida não tinha a menor ideia e ela não foi no meu escritório para me perguntar ou então esclarecer ou me dizer que estava sendo utilizada para cometer um crime, porque naquele momento ninguém sabia que isso era crime. Ela foi lá simplesmente porque ela não conseguia comprar uma geladeira, porque o nome dela estava sujo e porque oficiais de justiça iam na casa dela. Foi só por isso que ela foi me procurar.

Eu aconselhei ela a voltar lá, naquela época, voltar lá na Ambec, na sede da Ambec, porque eu também não conhecia nada de história de Ambec, de sede de associações, não conhecia absolutamente nada disso. Falei: "Olha, peça para tirar o seu nome, esse é um começo. Aí depois agora, infelizmente, a senhora vai ter que, suportar os efeitos dessas negativas, porque a senhora vai carregar isso por um bom tempo". Foi essa a situação. Não teve absolutamente nada. Essas pessoas são simples demais. Sabe, mas... Inclusive, na matéria do Cabrini, ela sai, ela está lá falando, se não me engano.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Tá, mas isso é a pessoa dela, mas eu quero entender o seguinte, porque dentro de uma estrutura de uma associação, tem a situação do presidente, tem a situação do financeiro, do administrativo... Quem dessa escala fazia essas ações que culminaram no nome dela ser negativado, que levava esse dinheiro, desviava o dinheiro que recebia, que fez esse número de associados crescer? Porque esse aí é o elo pequeno que vai fazer com que a gente chegue no maior. Quem dentro da associação foi esse elo, junto com os demais, que levou até esses atores principais que o senhor já falou aí?

O SR. ELI COHEN – Deputada, a associação só existiu no papel. A associação são empresas laranjas, não existem. A maioria delas não existe. Agora, respondendo à sua pergunta, o grupo THG... Eu passei toda a organização do grupo THG, que, além de trabalhar para o grupo THG, eles administravam e faziam a gestão dessas associações.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Quem fazia papel, dentro dessa empresa THG, a função dentro dessa associação? Porque para eles... Quem assinava o cheque? Quem tinha a senha do banco? Quem tinha a senha do sistema?

O SR. ELI COHEN – Ramon Novais. Veja bem, é um funcionário, tá? É um funcionário, mas sabia muito bem o que estava fazendo.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Funcionário da...

O SR. ELI COHEN – Da THG.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – THG?

O SR. ELI COHEN – Sim. Não existe a associação, Deputada. Não existe.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Ela existe no papel.

O SR. ELI COHEN – No papel...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não, ela existe. Ela existe no papel, mas tem pessoas que estão utilizando ela para outros meios. Não há de se falar que não existe, ela existe, não é isso? Ela tem um CNPJ. Ela está ativa.

O SR. ELI COHEN – Sim, mas veja bem, se para a senhora uma empresa que só está no papel existe, então, ela existe.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor é advogado como eu. Se ela tem CNPJ, ela existe. Eu quero só saber do senhor...

O SR. ELI COHEN – Ao pé da letra ela existe.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Então, o Ramon Novais que era o operador da associação, é isso?

O SR. ELI COHEN – Ele não era o operador da associação. Ele era o financeiro. Ele portava os *tokens*, ele que tinha a relação com o banco, ele que fazia tudo.

A minha cliente, por exemplo, recebia uma vez por semana um *motoboy* enviado por alguns – não sei exatamente, mas com certeza vocês vão descobrir – para que ela assinasse alguma coisa,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é assim que funciona. Eu estou falando só da Ambec, mas pode multiplicar por todas as outras.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor já chegou a falar com esse Ramon...

O SR. ELI COHEN – Nunca.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... em defesa da sua cliente?

O SR. ELI COHEN – Nunca.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Nem o viu pessoalmente? Não esteve na...

O SR. ELI COHEN – Nunca. Ele não devia nada para a minha cliente, quem devia era o Maurício Camisotti. O Ramon é um funcionário.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Mas, mesmo sabendo de uma linha de pesquisa, de investigação, o senhor nunca conversou com ele e nem soube como é que ele fazia...

O SR. ELI COHEN – Não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... como é que ele repassava para o Camisotti? Nada?

O SR. ELI COHEN – Como ele repassava para o Camisotti?

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – É. Como é que ele repassava o dinheiro? Como é que ele repassava essas autorizações?

O SR. ELI COHEN – Ele não tinha categoria de mando, Deputada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não tinha de mando, tinha de execução.

O SR. ELI COHEN – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – De mando, não.

O SR. ELI COHEN – Exato.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Ele recebia a ordem de alguém e repassava.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem como nos informar como isso acontecia?

O SR. ELI COHEN – É claro que não. Eu não estava lá do lado, como é que eu ia saber?

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Mas o senhor não ficou sabendo, nenhuma das pessoas envolvidas nessa associação chegou, em qualquer momento, a lhe relatar isto: como é que ocorria? Como é que o senhor chegou a essa informação da pessoa desse Ramon? Porque o senhor só tinha uma cliente.

O SR. ELI COHEN – Na verdade...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – É só para eu entender essa linha.

O SR. ELI COHEN – A senhora fez uma boa pergunta. A senhora está certa.

Veja bem, o que eu sei de um informante que eu instalei na THG foi que vinha do Rodrigo Rosolem, que é o número dois dessa organização, a determinação para onde ir o dinheiro. E tem coisas curiosas, Deputada. Por exemplo, o dinheiro da Ambec pagava a diretoria de outras associações.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Quais associações?

O SR. ELI COHEN – Obasp, associações que jamais obtiveram o acordo de cooperação técnica, mas que estavam ali na prateleira. E ele tinha que manter aquelas diretorias até a hora que o trabalho do Careca se concluísse. Então, quem pagava esses diretores dessas associações que ainda não tinham o acordo de cooperação técnica é a própria Ambec. Aí a senhora me pergunta: "Mas como é que você sabe?". Eu tenho as transferências.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor tem essas transferências? O senhor viu?

O SR. ELI COHEN – Tenho todas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor as tem para nos disponibilizar?

O SR. ELI COHEN – Todas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Todas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Todas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor coloca...

O SR. ELI COHEN – Inclusive da própria conta do Ramon.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Então, por gentileza, eu peço ao Relator que solicite a cópia dessas...

O SR. ELI COHEN – Vai ser um prazer, Deputada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... transferências e nos entregue.

Quais foram as associações que não tinham o termo técnico e foram beneficiadas?

O SR. ELI COHEN – Nenhuma que não tinha acordo técnico foi beneficiada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não, o senhor acabou de falar que não tinham e foram beneficiadas.

O SR. ELI COHEN – Não, não foram beneficiadas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Que recebiam.

O SR. ELI COHEN – Não, essas associações estavam na prateleira de estoque.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Mas alguém pagava por elas?

O SR. ELI COHEN – A própria Ambec – a própria Ambec.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Quanto mais ou menos? O senhor sabe dizer qual era o valor que elas recebiam?

O SR. ELI COHEN – Um salário... Não, não recebiam. A diretoria recebia um salário mínimo por mês – um salário mínimo por mês. Então, imagine uma coisa, Deputada, quando se quebrar o sigilo, que provavelmente...

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – ... já deve ser quebrado, vai se achar, vai se localizar ali uma transferência do dinheiro da Ambec para o pagamento da Diretoria da Obasp e de outras. Tinham cinco ou seis – cinco ou seis! Como eu disse, eles estavam prontos para fazer uma confederação, inclusive, com reuniões com sindicatos, se não me engano, foi o próprio Sindnapi. Isso o Maurício, quando estiver aqui, ou o próprio Careca, vai provavelmente poder explicar, mas eu estou lhe dizendo o que vocês têm que, na verdade, seguir o caminho. Veja, eu estou lhe dizendo que isso é real. "Ah, mas eu tenho prova dessa reunião com o Sindnapi?". Não, eu não tenho, mas eu estou lhe dizendo que houve o momento em que foi oferecido ao Sindnapi, foi oferecido à Contag, foi oferecido a todas as outras associações...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor tem a data desta reunião e o local, para que a gente possa tentar verificar, através de outros meios, a realização desta reunião?

O SR. ELI COHEN – Nunca me interessou muito isso, mas eu posso conseguir com a mesma pessoa que me deu essa informação.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Por gentileza.

O SR. ELI COHEN – E a pessoa que me deu essa informação ia participar da diretoria dessa confederação, de que, inclusive, eu tenho a ata.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Passe para nós essa ata, por gentileza.

O SR. ELI COHEN – Não tenha dúvida.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Peço para o Relator disponibilizar para todos nós a ata, os recibos...

(Soa a campainha.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... que ele diz que tem.

Obrigada. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – V. Exa. deverá formalizar, Coronel Fernanda, o pedido.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Sim, vou formalizar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Um minuto.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Vou formalizar. Por mim, eu encerro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O.k., obrigado.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro cumprimento o Advogado Eli Cohen. Eu falei com ele por telefone.

No período de recesso, eu tive o cuidado de pesquisar um pouco sobre esse assunto. Eu que sempre participei de CPLs, Petrobras, Lei Rouanet, Carf, JBS, Covid, *bets*... Participei de todas. Então, tive o cuidado de localizá-lo e indagar uma série de coisas que ele, realmente, me confirmou. Da maioria eu já tinha, inclusive, os requerimentos prontos para serem apresentados. Então, os trezentos e poucos requerimentos foram fruto disso aí.

Eu pergunto, Dr. Eli: na sua avaliação, a criação do programa Meu INSS Vale+, que permitia a antecipação de benefícios por meio de uma plataforma exclusiva, sem a participação das principais entidades bancárias... A única exclusiva que cuidava disso se chamava PicPay, da JBS, que não teve licitação, não teve nada – alguém escolheu essa instituição –, e que cadastrou mais de 492 mil aposentados. E a portaria de novembro de 2024 dizia que se podia antecipar até R\$150 sem juros. E esse PicPay, da JBS, começou a antecipar, depois, numa outra portaria, R\$450, cobrando 4,6% de juros e uma taxa de R\$20,99, ou seja, quase R\$10 milhões de cada uma dessas modalidades.

Então, eu pergunto: o senhor acredita que a cobrança de taxas indevidas, que chegaram a 4,6% sob o valor antecipado, e a posterior suspensão do programa após a operação sem desconto da Polícia Federal indique má-fé ou conivência na gestão petista? Persiste com a criação de novas plataformas para roubar os aposentados?

V. Sa. conhece a questão do PicPay?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Conheço a parte importante.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Qual é a parte importante?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Quem é que montou o Departamento de Consignados.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Quem montou?

O SR. ELI COHEN – O mesmo de sempre: Márcio Alaor.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Márcio Alaor. (*Fora do microfone.*)

Dr. Eli, o fato de o Ministro Wolney, quando esteve aqui, que ocupava a segunda posição no Ministério da Previdência, alegar o desconhecimento sobre a criação do programa Meu INSS Vale+ e a sua posterior suspensão imediata após a operação da Polícia Federal não sugere que a mesma lógica de crime organizado, que o senhor denunciou, opera de forma contínua e sistêmica no INSS, agora sob o comando do Governo atual?

O senhor enxerga uma seletividade nas investigações por parte da Polícia Federal que, ao mesmo tempo que suspende o programa, não parece investigar a fundo as responsabilidades políticas por trás da sua criação e os indícios de favorecimento de uma única empresa, que é a JBS?

O SR. ELI COHEN – Eu acredito que sim, claro. Os números... É só analisar os números.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – O.k.

Dr. Eli, a sua investigação mostrou que o esquema de fraudes se baseou na falsificação de documentos e no uso de laranjas.

O senhor tem conhecimento de que o acordo de cooperação técnica (ACT) com a Contag foi assinado por um dirigente que é irmão de um Deputado do PT, e que o Sindnapi, que se beneficiou de uma flexibilização de biometria, tem como Vice-Presidente o irmão do Presidente Lula?

Na sua opinião, essas violações diretas das normas, que beneficiam figuras ligadas à cúpula do Governo, indicam que a má-fé e a conivência dos agentes públicos não são apenas falhas sistêmicas, mas sim, uma política de Estado do Governo atual?

Está aqui a Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, que é clara no seu art. 39: "Fica impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta lei a organização da sociedade civil que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha dirigente [tal, tal] ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau". Então, pelo que está aqui na lei, na portaria, na instrução normativa, sequer a Contag e o Sindnapi, que são responsáveis por 72% da arrecadação, de 2008 até agora, foram R\$12,5 bilhões. Então, V. Sa. tem conhecimento dos ACTs assinados com parentes, contrariando a lei?

O SR. ELI COHEN – Não exatamente. Não exatamente esse detalhe que o senhor falou, mas veja bem, a Contag participava das reuniões e das atas junto ao INSS, as decisões. A Contag... Foi nos computadores da Contag, por exemplo, que os fundamentos da emenda que desfigurou a MP 870 do Governo Bolsonaro foram digitados nos computadores da Contag. A maioria das emendas que desfiguraram essa medida provisória, que, na minha opinião, veja bem, técnica, era absolutamente providencial essa necessidade de revalidação anual. Isso ia fazer com que o negócio não fosse tão vantajoso.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Exato.

O SR. ELI COHEN – Agora, o mais importante disso, e eu não estou fazendo juízo de valor, é que as emendas nas quais fundamentavam os votos de quem desfigurou essa medida foram editadas, várias delas, nos computadores da Contag.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – O.k.

Presidente, só para reforçar o depoente, nessa medida provisória, foram apresentadas 578 emendas, das quais a esquerda apresentou 253, das quais, nesse artigo do cadastramento anual, tem 15 emendas do PT, 15 emendas deles, falando duas coisas: uma, de supressão do artigo, e a outra, para ser o recadastramento em 60 meses, ou seja, cinco anos. Essas são as emendas padrões. Está aqui, olha: Paulo Rocha, Zé Neto, Patrus Ananias, Valmir Assunção são os Deputados que apresentaram essas emendas.

Eu, como Presidente, para viabilizar a aprovação, nós chegamos ao consenso de ser três anos. Então, a emenda que fiz, e que foi acatada, foi exatamente para ficar no meio termo, nem um ano e nem cinco anos. E aí, conseguimos economizar R\$10 bilhões de roubalheira naquela época.

Presidente, ainda no meu tempo, eu pergunto aí: Sr. Eli, na sua experiência, a ausência de uma fiscalização rigorosa, a flexibilização das regras e a manutenção de acordos com entidades





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que operam com dirigentes que são parentes de políticos são fatores que indicam má-fé e corrupção? Em sua opinião, a recusa da AGU em incluir a Contag, que obteve mais de R\$4,1 bilhões em descontos, em suas ações de bloqueio é uma evidência de que a impunidade política é a principal causa da perpetuação do roubo do INSS?

Em sua opinião, a recusa da AGU em incluir a Contag, que obteve mais de R\$4,1 bilhões em descontos em suas ações de bloqueio, é uma evidência de que a impunidade política é a principal causa da perpetuação do roubo do INSS?

O SR. ELI COHEN – Infelizmente, o senhor tem razão. É verdade, porque não tem a menor coerência que não se inclua a Contag, porque ela tem o mesmo *modus operandi*. E eu não estou aqui fazendo novamente um juízo de valor de lados – de esquerda ou direita –, são números. Os números não mentem. São fatos – são fatos!

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Só para reforçar ainda, Sr. Eli, o seu trabalho investigativo aponta que o esquema de fraude se baseou na falsificação de documentos e no uso indevido de dados. O senhor tem conhecimento de que as entidades com os maiores volumes de desconto, como a Contag e o Sindnapi, que movimentaram R\$11,1 bilhões, foram poupados de investigações e bloqueio pela AGU, mesmo com a comprovação das irregularidades?

O SR. ELI COHEN – Bom, veja bem, o que eu posso dizer é que, para que se possa fazer uma medida de quanto aquela associação ou aquela entidade sindical se utiliza da fraude, é simplesmente ver quantos processos existem contra ela com o mesmo mérito, ou então, quantos Reclame AQUI, ou então, quantos pedidos de cancelamentos há no próprio INSS. Veja, novamente: eu só posso trabalhar com fatos. Eu não vim aqui para fazer campanha para um ou para outro; eu vim aqui porque achei que todos nós estivéssemos do lado dos aposentados.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Isso.

Bem, Sr. Eli, com base na sua experiência e nas provas que o senhor apresentou, o senhor acredita que a atitude do INSS...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – ... de continuar a firmar acordos com associações em 2024, mesmo após a CGU e o TCU terem classificado os casos como escabrosos e a autarquia já ter





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebido mais de 1 milhão de requerimentos de exclusão de desconto, demonstra um padrão de conduta que privilegia os interesses da associação em detrimento dos aposentados?

O SR. ELI COHEN – Mas 100% correto – 100% correto.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – A preocupação do INSS era mais com as instituições do que com o próprio aposentado?

O SR. ELI COHEN – Veja: sim, mas é claro. Veja bem, na verdade, eu até acho que essas regras que já existem hoje poderiam continuar, desde que os agentes não sejam corruptos.

Senador Izalci, se o senhor tem um jardineiro na sua casa e o jardineiro lhe rouba, o senhor vai gastar no sistema de segurança ou o senhor vai mandar o jardineiro embora? O senhor manda o jardineiro embora.

Eu não consigo entender por que uma associação, um sindicato tem 500 denúncias, mil denúncias, 10 mil denúncias, e ainda estão colocando sob suspeita o próprio aposentado, que, coitado, tem que provar que aquela assinatura é dele ou que ele fez alguma coisa. É um absurdo! É como se o senhor tivesse que ficar gastando em segurança porque o jardineiro lhe roubou uma vez, aí depois ele roubou a segunda, aí você fala: "Não, vou ter que melhorar a segurança" e continua com o jardineiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PP - MS. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Eli Cohen.

O SR. ELI COHEN – Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PP - MS) – Eu vou fazer uma única pergunta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Izalci já fez muitas das perguntas que eu queria fazer e uma das coisas que, desde que esse assunto entrou na pauta, tem me deixado muito incomodada é principalmente porque são pessoas simples, pessoas da área rural.

E o senhor mencionou, no início da sua fala, que o senhor conseguiu identificar a fraude em apenas 20 minutos de análise, e o senhor sustenta que esse esquema já ocorria desde 2003 ou 2005.

Então, o senhor poderia nos dizer se a maioria dessas... Não sei se o senhor poderia nos dizer se a maioria dessas fraudes, por amostragem, ocorriam em cima de pessoas mais humildes, como os beneficiários de aposentadoria rural? O senhor falou muito da Contag, que é quem cuida dessa categoria dos aposentados rurais. O senhor chegou a perceber algum recorte de beneficiários em áreas remotas, em áreas mais longínquas, de pessoas mais simples?

E, durante as investigações conduzidas por V. Sa. sobre a fraude dos descontos indevidos no INSS, o senhor encontrou elementos, documentos, mensagens ou movimentações financeiras que indiquem qualquer relação operacional, societária ou de transferência de recursos entre o Sr. Maurício Camisotti ou suas empresas, como a Total Health, e entidades ligadas aos trabalhadores rurais, seja no controle, no compartilhamento de base de dados ou em estratégias para burlar a exigência de autorização desses descontos?

Pergunto, pois uma auditoria da CGU revelou que, em novembro de 2023, houve um desbloqueio de descontos de 34.487 beneficiários do INSS sem nenhum tipo de avaliação.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Senadora Tereza Cristina, só um instantinho.

Por favor, eu vou pedir menos barulho para que a gente possa acompanhar a fala da Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PP - MS) – Isso me incomoda muito. Eu queria saber se o senhor poderia me responder se o senhor verificou, nas suas investigações, alguma coisa que chamasse a atenção sobre os trabalhadores da área rural.

Obrigada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – A senhora fez um monte de perguntas. Agora eu vou tentar lembrar, mas, olhe, com relação aos 20 minutos: em primeiro lugar, nós temos, modéstia à parte, um olho clínico rápido de verificar sinais de coisas que não funcionam certo, né? Então, quando eu falei em 20 minutos, e não foi mais – e nem foram 20 minutos, foram dez –, é porque os sinais eram claros. Agora, a materialidade; a autoria, não.

Muito bem, então, vamos... E eu só disse isso porque eu fico... Eu penso: como é que uma estrutura como o Governo brasileiro não conseguiu detectar isso, com todas as informações nos seus próprios sistemas? Não tem o menor sentido! Veja, eu não quis aqui dizer que eu detectei isso em dez minutos para dizer que "Ah, eu sou melhor que todo mundo" – não! Não, eu disse isso para dizer um absurdo, entendeu? Ali, ninguém quis ver – a verdade é essa –, e, provavelmente, porque estava ganhando. A real é essa! É assim que funciona; nós sabemos como funciona.

Agora, a segunda pergunta eu não lembro, Senadora.

Agora, veja, eu vou dizer uma coisa muito curiosa para a senhora: um dos meus clientes, que é o Presidente do Cebap, tem um desconto da Contag, e ele nunca teve sequer um vaso de planta na casa dele! Ele se chama Charles; o sobrenome, porque são tantos, eu não tenho, mas é meu cliente, Presidente do Cebap, perfeito? Ele é descontado há mais de três anos – mais de três anos! – da Contag. É curioso, né? E eu...

A SRA. TEREZA CRISTINA (PP - MS) – Com autorização, claro...

O SR. ELI COHEN – Sim, claro, ele nunca foi agricultor, ele não tem nem sequer um vaso de hortelã na casa dele. Quer dizer, o fato é o seguinte... E eu vou dizer mais, Senadora, a gente não precisa aqui ficar desgastando, falando sobre mil, três mil – um aposentado não deve ser roubado, um aposentado, um. Essa é a realidade.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PP - MS) – Obrigado, Sr. Eli.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Agora, com a palavra o Deputado Beto Pereira.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Para interpelar.) – Presidente, Relator, eu queria, antes de fazer as perguntas ao Sr. Eli, eu gostaria de insistir aqui em algo que eu acho fundamental.

Nós votamos aqui o requerimento que sugere para o Ministro do Supremo Tribunal as prisões fundamentadas no inquérito da Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Hum-hum...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – ... que está sob a posse desta Comissão.

Agora, é fundamental também – e aí eu insisto no requerimento que apresentei – nós solicitarmos a tutela de urgência na cautelar para a indisponibilidade de bens e quebra de sigilo fiscal e bancário desses atores que já foram enumerados pelo Relator, mas também por todas as associações que tiveram o seu vínculo com o Ministério da Previdência, com a ACT.

Agora, é importante dizer que é fundamento deste requerimento algo que já está sendo questionado inclusive pelo TCU. Por quê? Isso aqui foi requisitado pela AGU a apenas 12 associações. Por que esse critério seletivo de apenas 12 associações e não a totalidade de associações que operaram com o INSS?

Portanto, quero aqui chamar a atenção deste Plenário para que nós votemos com urgência esse requerimento na mesma esteira de termos prejuízos a serem reparados – como a prisão preventiva daqueles que foram apontados pelo Relator.

Quero aqui dizer, Dr. Eli, que V. Exa. presta um serviço de extrema relevância ao povo brasileiro, chamando a atenção para uma denúncia gravíssima. Agora, é importante nós deixarmos aqui registrados alguns pontos.

V. Exa foi categórico em dizer que tudo o que sabia, tudo o que investigou foi oferecido a um *site*, a um portal de notícias, através de um jornalista, que é o *Metrópoles*. E, nessa publicação, é enfático dizer que o senhor, em determinado momento, alertou os órgãos de controle – CGU, TCU e Congresso Nacional.

Nós precisamos deixar isso bem claro, porque, inclusive, nós somos citados, o Congresso Nacional é citado. E é importante dizer em que momento, a quem foram endereçados





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

oficialmente ofícios para a CGU, para o TCU e para o Congresso Nacional. Porque aqui é o primeiro crime: foram alertados e não agiram – é o primeiro crime.

Então, nós queremos... é a pergunta que faço... E aqui aqueles que me antecederam em algum momento foram, assim, ao senhor questionar, e o senhor disse: "olha, nós não fizemos nenhum tipo de pedido formal a esses órgãos".

O que eu quero deixar bem claro é que não foi feito e a reportagem deve retificar esta afirmação.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Deputado, foi feito; foi feito pelo Luiz Vassallo. Agora, o senhor deve, o senhor deve perguntar para ele por que ele creditou isso na minha... como se eu tivesse feito, mas foi ele que fez.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Então, o senhor não fez?

O SR. ELI COHEN – Eu não, eu não, eu não fiz; quem fez...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Não, o senhor não fez?

O SR. ELI COHEN – Mas foi feito.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Mas a entrevista é sua.

O SR. ELI COHEN – Não, não, eu nunca... não, o senhor está equivocado.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – A entrevista é sua.

O SR. ELI COHEN – Eu não estou lá sendo entrevistado. Veja bem, ele foi lá, colheu informações... ele nunca me entrevistou. Vamos deixar bem claro isso. O problema, na verdade, é que certos Deputados aqui começam a colocar...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Não, Eli, Eli...

O SR. ELI COHEN – Não, não, não. Veja bem...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – ... deixe eu lhe falar. Tem um vídeo do senhor sendo entrevistado, onde o senhor fala expressamente que o senhor advertiu a CGU, o TCU e o Congresso Nacional. É importante dizer.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fala assim: "eu falei, mas era mentira", ou "não condiz com a verdade".

O SR. ELI COHEN – Não, eu não minto, Deputado. Eu posso ter falado algo que, na verdade, por conta da entrevista, eu deveria ter explicado que não, mas eu mandei para ele para que ele mandasse. Veja...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Então, equivocada a entrevista?

O SR. ELI COHEN – O senhor não deixa eu responder. Essa é a técnica, Deputado? Essa é a técnica?

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Não, não, não, Dr. Eli, eu só quero falar assim: "aqui está a entrevista do senhor".

O SR. ELI COHEN – Se o senhor quisesse saber mesmo, o senhor esperaria eu responder.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Pode responder, então.

O SR. ELI COHEN – Muito bem, muito bem.

O importante disso, Deputado, é o mérito; não é quem mandou. Veja, em primeiro lugar, primeiro lugar, é o mérito, certo? Segundo lugar, acredito eu que eu possa ter falado isso; posso ter falado, mas falei porque, sim, foi enviado pelo TCU e eu vou... para o TCU. E eu vou lhe dizer: muitas vezes eu não envio porque o TCU sequer dá importância, mas quando um repórter investigativo envia, aí ele se mexe, tanto que nós estamos aqui hoje.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Sr. Eli, a pergunta que eu faço...

O SR. ELI COHEN – Eu já respondi.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Não, a pergunta que eu faço tem um fundamento. O fundamento é justamente nós analisarmos quem prevaricou, quem se omitiu diante de uma denúncia tão grave. Por isso, sim, eu gostaria de saber... já sei que não existe nada que foi oficiado por você, pelo senhor para o Congresso Nacional, para o TCU ou para a CGU. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, quem lhe ofereceu dinheiro? Essa pergunta não pode ficar sem uma resposta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja bem, nós não estamos aqui querendo saber nominalmente quem é a pessoa que lhe ofereceu. Agora, o senhor falou, em alto e em bom som, que recebeu ofertas. De que lado veio essa oferta? De que lado veio essa oferta? É importante a gente saber até para ver que interesse essa oferta queria esconder.

O SR. ELI COHEN – O.k. É uma boa pergunta, Deputado.

Vamos lá.

Em primeiro lugar, eu falei, porque estou aqui para falar a verdade e colaborar, perfeito? Agora, se o senhor quiser que eu invente um nome, porque ninguém...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Não, não.

O SR. ELI COHEN – É porque ninguém chega numa situação como essa e apresenta RG, entendeu? Ou manda uma notificação dizendo: "Olha, o senhor aceitaria um suborno, tal, para o senhor ficar quieto?". Não existe isso.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Mas o que é que queriam obstruir, ofuscar, esconder?

O SR. ELI COHEN – Tanto as ameaças de vida como insinuações a fazer algum acordo: para que eu parasse. Vamos deixar bem claro que, nessa época, eu já tinha parado, porque não me interessava mais, porque eu sabia que estava na mão de quem? Estava na mão da Polícia Federal. Então, mas eu já... Não me interessava mais. Eu entendi que eu viria aqui para colaborar, porque inclusive colaborei com a própria Polícia Federal.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – E está colaborando com esta CPI.

O SR. ELI COHEN – Deputado Fabio Costa, eu já disse: o senhor não tem ninguém mais do que o Careca até agora e que o Maurício.

(Soa a campainha.)

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – É Deputado Beto Pereira.

O SR. ELI COHEN – Desculpa, Deputado Beto Pereira. O senhor não tem ninguém mais que o Careca e que o Maurício Camisotti até agora. Isso quer dizer o quê? Isso quer dizer que talvez a Polícia Federal, como tem muitas investigações em curso, não tem o mesmo trato que eu tenho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A real é essa. Essa é a real. E a prova disso é que vocês não têm nenhum outro nome, nenhum outro Careca e nenhum outro Maurício Camisotti.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – A sua investigação foi fundamental...

O SR. ELI COHEN – Obrigado.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – ... e está sendo fundamental para conduzir os nossos trabalhos.

Por último, a D. Maria Aparecida Vieira, que foi ao seu escritório contratar um serviço, como ela chegou até o seu escritório? Ela foi indicada por alguém? Ela estava...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Tempo encerrado, Deputado.

Para encerrar, por favor.

O SR. ELI COHEN – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, pode responder.

O SR. ELI COHEN – Não, eu acho que eu já entendi a sua pergunta.

Bom, muito bem, como eu disse foram dois aposentados: um era um ex-policial militar, cadeirante, certo? E o outro é a D. Maria Aparecida.

Muito bem, esse ex-policial cadeirante tinha um amigo. Esse amigo, que também é um ex-policial civil e que trabalha em várias investigações, em várias investigações pontuais no meu escritório, trouxe ela e pediu um favor – ela não, ele. E o Luiz Carlos trouxe ela junto.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) – Veio na esteira.

O SR. ELI COHEN – Exato. Foi só isso. Foi assim que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ELI COHEN – Para fazer um favor, na época. Era um favor que eu estava fazendo, porque era época de Natal, eu atendi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Beto Pereira.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Para interpelar.) – Depoente, Sr. Eli...

O SR. ELI COHEN – Deputado quem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – ... primeiro lembro o juramento que V. Exa. fez, no início da sessão.... É isso, Presidente? Ele fez o juramento, correto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Perfeitamente.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Sr. Eli, o senhor deu alguma entrevista ao vivo para o site *Metrópoles*?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – De novo.

Essa é a pergunta?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Sim. No dia 13 de maio de 2025.

O SR. ELI COHEN – Várias.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Não, o senhor deu nesse dia, ao vivo; saiu no site *Metrópoles*.

O SR. ELI COHEN – Pode ser.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor deu, e aqui eu vou fazer aspas. Está no YouTube, para quem quiser ver, pegando, inclusive, a fala do Beto.

Aspas do senhor: "Antes do *Metrópoles* [antes do *Metrópoles*, o senhor disse], eu peticonei para todos os órgãos, Polícia Federal, CGU, TCU e até para o Congresso, Polícia Civil, e ficavam todos eles ali aguardando sei lá o quê, sentado em cima. Foi quando o *Metrópoles* começou realmente a divulgar a farra do INSS que todos se mexeram. A real é essa". Fala que o senhor disse.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto: o senhor disse a verdade nessa entrevista ou no depoimento de hoje?

O SR. ELI COHEN – Eu não me lembro exatamente o que eu falei, mas, de qualquer forma, repito, repito: eu posso ter falado que a notificação para a CGU, ou para o TCU, ou para a própria Polícia Federal tenha sido feita com as minhas informações, mas eu usei estrategicamente o Sr. Luiz Vassallo. Veja, e eu acho que vocês deveriam convocá-lo aqui, e ele vai esclarecer tudo isso.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O que nós vamos fazer nós decidimos depois; é a CPI, não é V. Exa. que vai dizer.

Eu estou lhe fazendo uma pergunta objetiva.

O SR. ELI COHEN – É que eu pensei que eu estava aqui para ajudar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Eu estou fazendo uma pergunta objetiva: o senhor mente hoje ou no dia da entrevista?

O SR. ELI COHEN – Eu nunca menti, e, graças...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Então, o senhor tem que esclarecer ou a entrevista ou aqui.

O SR. ELI COHEN – E graças ao meu trabalho, nós estamos aqui hoje.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Graças ao trabalho da Polícia Federal, que investigou.

O SR. ELI COHEN – E, se eu sou mentiroso, então eu sou um mentiroso muito bom para os aposentados.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Estou perguntando, o senhor responda às perguntas.

O SR. ELI COHEN – Agora, se isso é relevante...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Senhor...

O SR. ELI COHEN – É relevante, se eu disse isso numa entrevista?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – É muito relevante. Nós queremos saber quais órgãos foram notificados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Mas os órgãos foram notificados, mas através do *Metrópoles*.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Presidente, gostaria que ele respondesse às minhas perguntas.

O SR. ELI COHEN – Sim, mas eu estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Dr. Eli, Dr. Eli...

O SR. ELI COHEN – O senhor acha que é relevante a autoria?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Muito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... a pergunta dele é clara e objetiva.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Eu estou fazendo a pergunta, o que eu acho relevante ou não é responsabilidade minha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Dr. Eli, a pergunta é: o senhor oficiou a quais órgãos?

Por gentileza, responda à pergunta.

O SR. ELI COHEN – Deputado, se eu falei, eu posso ter me enganado, enganado da autoria. Eu posso ter me enganado – perfeito? –, se eu falei; o senhor está me dizendo, e eu acredito.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Não, não sou eu que estou dizendo, é a entrevista.

O SR. ELI COHEN – O.k., o.k. Eu acho que não faz a menor diferença para os aposentados isso, mas, de qualquer forma, se eu falei... Não deixa eu falar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor tomou alguma providência objetiva em defesa da...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por favor, silêncio. Silêncio.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – ... para preservar o direito e garantir o direito dos seus representados? O senhor disse aí que eram um senhor e também a Sra. Maria. O que o senhor fez? Em qual órgão que o senhor entrou com uma ação para resguardar o direito deles?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Na 3ª Delegacia do Deic.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Entrou com uma ação na Justiça para...

O SR. ELI COHEN – Crimes financeiros.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor foi ouvido nesse processo?

O SR. ELI COHEN – Como advogado?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – No inquérito, nesse inquérito da Polícia Civil de São Paulo, do Governador Tarcísio?

O SR. ELI COHEN – Como advogado?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Como denunciante.

O SR. ELI COHEN – Não, eu simplesmente registrei uma notícia-crime, e o teor dela está aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – E o senhor foi chamado, para dar um depoimento, pela Polícia Civil de São Paulo?

O SR. ELI COHEN – Eu!? Como advogado!?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Sim. O senhor entrou com uma denúncia, fez lá uma... Representou. Em algum momento, no andamento do inquérito, o senhor foi chamado para esclarecer mais informações?

O SR. ELI COHEN – A notícia-crime foi feita por mim, mas a autoria é da D. Maria Aparecida e, provavelmente, do outro Presidente.

Veja bem, eu sou advogado.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – É que, em nenhum momento, o senhor falou que fez em nome dele, o senhor falou que fez em seu nome; o senhor nunca falou que fez em nome dele.

O SR. ELI COHEN – Eu disse que eu fiz em meu nome?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Sim. Deu a entender a todo momento, a todo momento.

O SR. ELI COHEN – Já que o senhor recorre a gravações, veja se eu falei isso.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – A todo momento. O senhor disse aqui hoje, em diversos momentos.

Mas, então, fazendo uma outra pergunta...

O SR. ELI COHEN – O.k., Deputado, gostaria que o senhor fizesse alguma que valesse para os aposentados.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor me respeite!

O SR. ELI COHEN – E o senhor também tem que me respeitar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Dr. Eli.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Respeita o convidado, Deputado, respeita o convidado.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor me respeite. Estou fazendo perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por favor, o senhor tem que responder às perguntas dele, por gentileza. Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, os comentários o senhor pode guardar, com toda tranquilidade. O senhor está como colaborador e estamos agradecidos, mas, por favor, responda às perguntas do Deputado.

O SR. ELI COHEN – É o que eu estou fazendo.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor, em algum momento, para resguardar o direito dos seus clientes, entrou na Justiça tentando reaver o dinheiro do prejuízo que eles tiveram da Ambec?



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Não sei se o escritório entrou na Justiça, mas eu vou lhe dizer uma coisa: jamais faria isso para perder meu tempo, porque a Ambec não tem nada; a Ambec é um papel.

Agora, se o senhor quiser discutir sobre os procedimentos que eu uso e as estratégias que eu uso...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Não, não estou discutindo nada com o senhor; estou fazendo pergunta.

O SR. ELI COHEN – Então, eu já respondi.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Eu estou fazendo pergunta.

O SR. ELI COHEN – Pela terceira vez, inclusive.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Não importa; o senhor responda à quarta – responda à quarta.

O senhor disse que esteve com Camisotti e que lá os senhores conversaram e estavam buscando uma solução. Em algum momento, o Camisotti te ofereceu dinheiro?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Em algum momento o representante do Careca lhe ofereceu dinheiro?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – E o representante de quem lhe ofereceu?

O SR. ELI COHEN – Eu já respondi.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Eu estou te perguntando: o representante de quem?

O SR. ELI COHEN – Eu já respondi.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Presidente...

O SR. ELI COHEN – Eu sou obrigado a responder?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já respondi.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O que o senhor respondeu?

O SR. ELI COHEN – Eu respondi que foram várias ofertas, mas ninguém vem com o nome, com isso... São pessoas que insinuem, mas não deixam os seus nomes, mesmo porque...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor não se lembra de ninguém que insinuou?

O SR. ELI COHEN – ... mesmo porque é impossível me comprar – é impossível –, e todos sabem disso.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor disse ali que o Careca era responsável por pegar os dados e vender os dados para o Camisotti. De quem o Careca comprava esses dados?

O SR. ELI COHEN – De quem ele comprava?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – É.

O SR. ELI COHEN – Provavelmente, ele vai dizer quando ele for inquirido. Eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – É, porque o senhor sabe tudo em dez minutos. De repente, o senhor sabe isso também.

O SR. ELI COHEN – Bom, sei muito mais do que muita gente aqui, né?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O senhor está dizendo que sabe tudo em dez minutos e descobre pelo Google.

O SR. ELI COHEN – Eu estou aqui para quê?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – V. Exa. pode colaborar nesse sentido.

O SR. ELI COHEN – Esses dez minutos...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Você disse o seguinte: que o Careca vendia para o Camisotti. E o Careca comprava de quem?

O SR. ELI COHEN – Que diferença faz?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Muita.

O SR. ELI COHEN – Eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Muita.

O SR. ELI COHEN – Eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Ué, se são dados que ele utilizou para cometer a fraude e praticar o crime, é lógico que é importante.

O SR. ELI COHEN – Deputado, eu não sei. Eu acho que isso é um trabalho...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Então responda que não sabe.

O SR. ELI COHEN – ... é um trabalho desta Comissão descobrir.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Então responda que não sabe.

O SR. ELI COHEN – É o trabalho dessa Comissão.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Então o senhor responda que não sabe.

O SR. ELI COHEN – Mas eu disse.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Então, ótimo!

O SR. ELI COHEN – Foi a primeira resposta.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Responda que não sabe.

O senhor disse na entrevista também que tomou conhecimento em 2021 – isso está em vídeo, gravado –; e, hoje, aqui, o senhor disse em 2022. Afinal...

O SR. ELI COHEN – Como é que é? Não entendi.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Na entrevista que o senhor deu, o senhor disse que tomou conhecimento em 2021; e, hoje, o senhor disse que foi em 2022.

O SR. ELI COHEN – Isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Em qual dos anos, de fato, o senhor tomou conhecimento?

O SR. ELI COHEN – Em 2021 e eu nunca mudei. Foi dia 20 de dezembro, só que, na verdade, eu tomei as atitudes em 2022. É que o senhor não prestou atenção.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Então, o senhor tomou conhecimento do roubo em 2021?

O SR. ELI COHEN – Não, eu não tomei conhecimento; eu percebi que ali existia uma fraude. Veja bem, nós estamos falando em 20 de dezembro.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – De que ano?

O SR. ELI COHEN – De 2021.

Muito bem.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O.k.

O SR. ELI COHEN – Em 2021.

Em 2022, passamos a investigar, e foi exatamente o que aconteceu.

Veja, eu nunca mudei o meu discurso.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Se essas pessoas te procuraram em 2021, provavelmente isso já vinha ocorrendo há alguns anos. O senhor atentou para a partir de que ano elas falam que teria essa irregularidade? Porque, se elas o procuraram em 2021 lhe trazendo uma informação de que tinha irregularidades, o que depois se comprovou que era um roubo, a partir de que momento estavam ocorrendo essas irregularidades, objetivamente, na informação que elas lhe levaram?

O SR. ELI COHEN – Deputado, parece que o senhor escutou uma outra pessoa. Eu nunca disse que eles foram ao meu escritório para dizer de irregularidades. Eu disse que eles foram ao escritório porque eles não conseguiram comprar uma geladeira, e o nome deles estava sujo. Eu é que descobri as irregularidades.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – E ele já recebeu em 2021, de várias citações, que o nome estava sujo, é isso?

(Soa a campanha.)

O SR. ELI COHEN – Era a reclamação deles, de que eles recebiam, às vezes, um oficial de Justiça, ou então recebiam um...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – O.k., uma demanda judicial.

O SR. ELI COHEN – É, uma...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Vou fazer uma pergunta: o que é que o senhor acha daqueles que tentaram acabar com o cadastramento dos beneficiados? O que é que você acha dessa conduta? É uma conduta criminoso, ou pelo menos a intenção?

O SR. ELI COHEN – Eu acho que, levando em consideração que o Departamento de Benefícios do INSS tinha corruptos, sim, foi ruim.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Então, só quero aqui, Senador Izalci, novamente, relembra-lo da sua emenda, em que o senhor tentou excluir a obrigatoriedade de não ter cadastramento.

Então, não adianta vir aqui fazer discurso, sendo que tem a digital aqui de V. Exa. na MP 871. E, se o advogado fala a verdade, ele mesmo diz que aqui tem uma intenção criminoso por detrás.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Eu concedo o direito de resposta ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Para explicação pessoal.) – Presidente, posso ler aqui as emendas do Zé Neto, do PT da Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Dois minutos, Senador. Dois minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Paulo Rocha, Patrus Ananias, Valmir Assunção, todas elas. São duas, são cópias: suprimir o §7º do art. 115, ou seja, tirar totalmente o cadastramento. E a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra emenda padrão, na hipótese prevista no inciso V, que seja revalidada a cada 60 meses. Então, a proposta do PT era retirar tudo isso, ou no máximo 60 meses.

Eu, como Presidente da Comissão, tenho a obrigação de tentar aprovar a medida provisória, porque o rombo era de mais de R\$10 bilhões. E nós aprovamos com meio-termo: três anos. Foi só isso que aconteceu, as pessoas precisam entender isso. Fica essa narrativa, repetindo a mesma coisa de sempre.

Está aqui. Vou deixar com V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – ... para colocar nos *Anais*. As emendas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Senador.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadores.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, eu quero começar, Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Eli Cohen que, de minha parte, Doutor, o senhor vai ter o tratamento mais adequado e, mais do que adequado e respeitoso, tratamento elogioso, inclusive, por alguém que reconhece, na sua conduta como cidadão, a conduta admirável de quem quer buscar justiça, verdade e punição àqueles que roubaram o povo brasileiro.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, de minha parte, o senhor pode ter total tranquilidade, porque eu não estou aqui para fazer o que os petistas estão fazendo com o senhor, tentando desestabilizá-lo emocionalmente, o que o senhor não está, inclusive, permitindo que façam, pela categoria que tem. Até porque petista gosta mesmo é de defender bandido, tanto é que o maior deles está sentado no Palácio do Planalto aí como Presidente da República, graças à impunidade deste país.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou aqui para deixá-lo tranquilo, porque o que eu quero fazer é buscar a verdade, como o senhor também tem buscado desde o início dessa trajetória, sem esse tipo de constrangimento que estão tentando fazer com a testemunha. O que o PT está tentando fazer aqui com o senhor é coagir testemunha, é assediá-lo. Não vou permitir que isso aconteça e, por isso, conte com o melhor tratamento de minha parte.

Que era uma laranja de um desses sindicatos, mas que também defendeu lesados do INSS, não é certo isso?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso eu queria entender. Então, o pedido de indenização que foi feito para o advogado que o senhor citou antes foi para a D. Maria Aparecida?

O SR. ELI COHEN – E para o Sr. Luiz Carlos Santos, Presidente da Obasp.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para os dirigentes lesados.

O SR. ELI COHEN – É.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor poderia, por gentileza, dizer qual era o valor dessa indenização que havia sido proposta?

O SR. ELI COHEN – Para quem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para eles.

O SR. ELI COHEN – R\$2 milhões.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para cada um deles, R\$2 milhões?

O SR. ELI COHEN – R\$1 milhão para cada um.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – R\$1 milhão para cada um.

O SR. ELI COHEN – Eu acho que era o justo, tendo em vista que eles, na verdade, representavam a presidência dessa fraude. Vamos deixar claro: não era uma coisa simples, pessoal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E quem fez essa proposta?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Quem fez a proposta?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – De R\$1 milhão de indenização para cada um?

O SR. ELI COHEN – Não. Eu pedi.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para quem?

O SR. ELI COHEN – Maurício Camisotti e Rodrigo Rosolem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E qual foi a resposta deles ao pedido?

O SR. ELI COHEN – "É melhor a gente procurar o melhor advogado do Brasil".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas não dariam essa indenização de R\$1 milhão para cada um?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor disse que também pediu a indenização para os mais de 400 lesados de que o senhor teve conhecimento que teriam sido lesados.

O SR. ELI COHEN – Não, não, não. Veja bem... Existe uma associação que se chama A Vida.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo.

O SR. ELI COHEN – Eu acredito que deve ter sido suspensão por conta dessa suspensão de ações contra o INSS. E essa associação está recadastrando todas essas vítimas. E não são 400. Vão ser, com certeza, 50 mil, 100 mil.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É que o senhor citou o número de 400, 500. Inicialmente me parece...

O SR. ELI COHEN – Não, não... Eram 400. Eram 400.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo, mas eles não aceitaram indenizar nem essas 400?

O SR. ELI COHEN – Não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E nem as duas que o senhor defendia?

O SR. ELI COHEN – Não.

Exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo.

Eu queria entender também de onde o senhor tirou o percentual de 27,5% que o senhor tem dito nas entrevistas. Seria o percentual que ficava com o Careca?

O SR. ELI COHEN – De um contrato que eles assinaram.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O que dizia esse contrato?

O SR. ELI COHEN – O contrato assina... É como se fosse um relacionamento de corbans. Esse nome corbans é muito importante, que é o que eles denominam de intermediadoras, aquelas que deveriam estar fazendo o contato com o aposentado, o *telemarketing*, perfeito? O Careca era dono de algumas, e o Márcio Alaor de outras. Junto com o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN – Herbert, que é o sócio... Mas são sócios. De qualquer forma, a pergunta do senhor foi... De onde eu tirei?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Os 27,5%.

O SR. ELI COHEN – Exatamente desses contratos, que eu posso disponibilizar aqui para a Presidência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor sabe que o Brasil teve imposto sindical que foi extinto com a reforma trabalhista.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor vê vinculação entre o fim do imposto sindical e o recolhimento desses recursos que poderiam irrigar, inclusive, sindicatos que antes recebiam dinheiro de outra fonte?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Veja bem... Claro, totalmente.

Veja bem... A criação dessa figura de fraude foi justamente para substituir a receita. Foi exatamente isso.

Na verdade, as associações, os sindicatos, nesse sentido, eram como escolas desse crime. As associações simplesmente apareceram depois se aproveitando daquilo que o sindicato poderia fazer. Eles também faziam... Entraram empresários desses, inescrupulosos, como o Maurício e outros, e todos esses que estão a.... Todos. Mas, sim, essa modalidade de fraude do aposentado, sim, foi por conta de uma necessidade de substituição de receita. Veja...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Que havia sido frustrada com o fim do imposto sindical, por exemplo.

O SR. ELI COHEN – Exato. Isso está claro. Veja, é só fazer um estudo da...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois veja, Sr. Presidente, a defensora pública que esteve aqui na semana passada disse para dois Deputados – tanto para Deputada Adriana Ventura como para o Deputado Delegado Fabio Costa – que havia sido expedido ofício para que providências fossem tomadas por este Ministério que hoje não está mais nas mãos de Carlos Lupi, mas esteve sob a condução de Carlos Lupi, que inclusive caiu logo depois do escândalo.

Eu acho que esse fato é relevante, Sr. Presidente, porque foi tratado agora há pouco também do cadastramento, e havia um decreto, aliás, ainda há um decreto em vigor, o 10.410, de 2020, que estabelece que o Governo deve fazer a validação dessas assinaturas e não é feito de acordo com aquilo que está naquele decreto lá atrás.

Então, esse é um fato relevante e precisa ser chamada a atenção aqui de todos, até porque a gente vê uma grande teia de interesses: petistas tentando constranger aqui um depoente que está em busca da verdade e da justiça; um ex-Ministro da Previdência que caiu e que é justamente um dos maiores defensores de imposto sindical, e aí me refiro a Carlos Lupi; e agora nós vemos aqui claramente toda essa engrenagem funcionando, roubando dos idosos indefesos. É de uma sordidez tão grande que sinceramente dá asco, dá asco.

Eu quero congratular, sim, o Sr. Eli Cohen por ter feito esse trabalho...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e estar trazendo.

Eu queria concluir aqui perguntando ao senhor, que disse numa entrevista ao *Metrópoles* o seguinte, para saber da participação não só dos presidentes que serão ouvidos, inclusive alguns laranjas, como o senhor mesmo defendeu uma delas, Maria Aparecida, mas não só os presidentes, como também dirigentes... O senhor disse na entrevista ao *Metrópoles* – que tanto está sendo aqui levantada e criticada pelo PT, uma entrevista transparente – em que o senhor diz, inclusive, que tudo começou, no seu caso pessoal, por volta de 2021, mas na mesma entrevista ele disse que tem roubalheira desde 2005! Mas isso não importa para o PT, não é isso que eles querem ouvir. Eles querem tentar incriminar uma parte da política, mas não olhar para o próprio Governo e a corrupção que só aumentou exponencialmente nesses últimos anos.

Eu queria lhe perguntar o que o senhor quis dizer aqui na entrevista do *Metrópoles* quando declarou literalmente, eu leio aqui a transcrição da sua entrevista. "Por exemplo", diz o senhor, "no sindicato do irmão do Lula, com o qual não tive relação direta, [imagino que se refira ao sindicato, não ao irmão do Lula, certo?] o simples fato de ele ser diretor já o envolve".

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu queria que o senhor comentasse sobre esse envolvimento do irmão do Lula como dirigente do sindicato. Na sua opinião, por que o simples fato dele ser dirigente já o envolve na corrupção e no esquema do INSS? Por que o irmão do Lula... Por que esse escândalo está dentro da família do Presidente Lula?

O SR. ELI COHEN – Por que implica ele? Porque a lei diz isso. Veja bem, essa é a responsabilidade de cada diretor, e, se ele não sabia, deveria saber. Veja, é muito fácil, então, você vai... "Eu sou só o diretor". Então, vai responsabilizar quem se não são os diretores? Os diretores são os donos, são os gestores. Veja, eu falei aqui que eu até acho que o irmão do Lula...

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN – Não tenho mais informação, eu até acho que ele é um laranja. Volto a falar, Deputado Marcel...



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Laranja de quem? De quem ele seria o laranja?
O irmão do Lula é laranja de quem?

O SR. ELI COHEN – É isso que vocês têm que investigar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Do Lula?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Será?

O SR. ELI COHEN – Do...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor tem certeza de que ele não é laranja do Lula?

O SR. ELI COHEN – Não, não, eu não tenho... Eu estou dizendo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor está afirmando sob juramento. O senhor tem certeza de que o irmão do Lula não é laranja do Lula?

O SR. ELI COHEN – Laranja do Lula?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não sabe?

O SR. ELI COHEN – Não, eu não sei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não sabe.

O SR. ELI COHEN – Mas eu digo que provavelmente não, mas isso não quer dizer absolutamente nada, porque, veja, a responsabilidade do irmão dele é por lei, não é porque eu acho que ela deve ter, é a lei, a lei imputa a responsabilidade aos diretores.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o filho do Lula? O senhor tem algum conhecimento de algum envolvimento de ele ser laranja também eventualmente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Sr. Eli.

O SR. ELI COHEN – Na época... Na época, não, há um tempo, quando eu retomei essa situação, até por conta que eu sabia que isso ia acontecer, nós começamos a ampliar um pouco





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a investigação, mas eu não posso, na verdade, incriminar, mas chegou a aparecer uma ligação entre o filho com uma lobista. Mas, veja, isso é tudo ainda suposição.

O fato, na verdade, Deputado Marcel, é que aqui só existe uma situação. Nós temos de certeza, primeiro, que o aposentado foi roubado. Segundo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Qual seria essa lobista?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, Excelência, o prazo já se esgotou para perguntas. Por favor, ele está encerrando a resposta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é uma informação importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Mas ele está encerrando a resposta. O prazo já esgotou, por favor.

O SR. ELI COHEN – Segundo, se os governos têm responsabilidade nisso, em X ou em Y, isso pode ser determinado até com informações objetivas e números, mas, por exemplo, o PT não pode dizer que não sabia. Eu nem estou dizendo, fazendo juízos de valor de que o PT meteu a mão ou então o Ministro. Não. Eu estou dizendo o seguinte... Em uma reportagem de *O Antagonista* de 2016, está aqui: "Paulo Bernardo e PT roubaram velhinhos aposentados". Então, veja, eu não estou dizendo que ele roubou, mas, no mínimo, eles sabiam, afinal de contas, está aqui. Quer uma outra? Está aqui: "Ex-Ministro Paulo Bernardo recebeu mais de R\$7 milhões em propina", "Fraude em crédito consignado desviou R\$100 milhões". Isso aqui é o Pixuleco 2, pessoal. Não sou eu que... Olhe aqui: "Polícia Federal conclui inquérito que investiga Gleisi e Paulo Bernardo e envia relatório ao STF". Fraude...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E quem é a lobista?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado Marcel, o prazo já se esgotou.

O SR. ELI COHEN – E aqui tem um pior...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vou pedir ao Relator, então, que depois peça quem é a lobista...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por gentileza...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que teve contato com o filho do Lula...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O prazo já se esgotou.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... dentro do escândalo do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O senhor tem mais alguma resposta a dar, Sr. Eli?

O SR. ELI COHEN – Só mais uma outra coisa: "Gleisi Hoffmann foi eleita em dinheiro desviado de aposentados pelo marido". Veja, não sou eu que estou falando. Agora, isso não prova que a Gleisi Hoffmann...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, só um instantinho. Deixem...

O SR. ELI COHEN – ... mas prova que o PT sabia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... a testemunha terminar.

O SR. ELI COHEN – É só isto: o PT sabia. Agora, nem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência.

O SR. ELI COHEN – Não estou fazendo juiz de valor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência. Obrigado. Obrigado, Marcel van Hattem.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Presidente, antes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – O Relator tem direito a pedir esclarecimento a qualquer tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, pois não, senhor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu achei uma pergunta que ficou sem resposta: quem é a lobista?

O SR. ELI COHEN – Sr. Relator, nós estamos ainda em caminho de investigações. Eu posso lhe dar isso na próxima semana com muito mais conteúdo. Eu não posso lhe dizer, porque eu não tenho nem a menor certeza de que isso realmente existe.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Pronto. Então, a resposta está dada.

O SR. ELI COHEN – Mas eu lhe garanto que eu vou fazer questão – questão! – de lhe passar essa informação, porque eu mesmo não tenho nada o que fazer com ela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fiz uma permuta com o Deputado Mário Heringer, então eu vou para o lugar dele, mas, antes eu gostaria de dizer... de pedir para que o senhor coloque na pauta, extrapauta, do Requerimento 01491, de 2025, para incluir o Sr. José Carlos Oliveira naquele rol de pedido de prisão, ou Ahmed Mohamad Oliveira Andrade, porque ele mudou de nome – estranho, mas, enfim. Já está protocolado.

Vou trocar com o Deputado. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Deputado Mário Heringer, com a palavra.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG. Para interpelar.) – Presidente... *(Fora do microfone.)*

Presidente, Sr. Relator, Sr. advogado, Sr. Eli Cohen...

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – O senhor aqui trouxe para a gente muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O microfone está ligado, Excelência?

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Está, mas está baixo, não é?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Está baixo.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – É, podiam aumentar se for possível. Alô, alô. Melhorou. Agora sim.

Então, o senhor trouxe muita coisa aqui, Dr. Eli, que realmente causa muito espanto. Desde o momento em que o senhor começou a colocar todas essas posições, eu fiquei aqui muito atento o tempo todo exatamente porque o nosso propósito aqui é escolher e enxergar a verdade – eu não tenho dúvida nenhuma.

O Relator, o nosso colega Deputado, e o nosso colega Presidente Carlos Viana deram ao senhor fé pública, porque, antes de o senhor apresentar as provas, só e simplesmente as suas palavras fizeram com que o Relator propusesse essa prisão. Votamos todos a favor, por uma razão única: nenhum de nós aqui está aqui com a intenção de proteger quem quer que seja.

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – E eu acho muito importante que o senhor tenha trazido vários nomes e acho que a gente tem mais nomes ainda para a gente avaliar.

Eu não presumiria a culpa, por exemplo, do Ministro Paulo Guedes, porque ele era o Ministro da Economia, que era, inclusive, o que presidia a Previdência na época... na ocasião em que o meu companheiro, o meu amigo pessoal, inclusive, o Senador Rogerio, era o Secretário da Previdência.

Eu não presumiria aqui que o Onyx Lorenzoni também tivesse feito isso e, muito menos, presumiria nada sobre qualquer um, mas, quando são citadas, as pessoas precisam e devem ter o benefício da dúvida, o benefício do contraditório. E, nesta Comissão, infelizmente, nessa atitude, apesar de eu ter votado a favor, eu achei que faltou isso. Faltou a discussão da matéria em tempo hábil, com tranquilidade, dando o tempo necessário para a discussão, e é uma crítica que eu quero fazer a toda esta Comissão.

O nosso país está precisando, sim, ser passado a limpo. O nosso país precisa muito, muito dessas atitudes. O nosso país precisa de coragem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico imaginando aqueles funcionários do INSS que não têm nada a ver com isso e que hoje sofrem o estigma por serem do INSS, em que todo mundo passou a ser bandido no INSS, o que não é verdade. Coitados desses funcionários que têm que responder por isso. Coitados dos velhinhos que foram lesados, roubados. É por isso que nós entendemos que aqui nós não podemos proteger ninguém.

Não há o que se fazer para proteger ninguém, mas nós temos que tomar um cuidado muito grande, Dr. Eli, é com a responsabilidade do que nós, como membros desta CPI, estamos fazendo.

O SR. ELI COHEN – Concorde.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – E eu não tenho dúvida nenhuma de que... Ainda vou fazer algumas perguntas para o senhor, somente para repor algumas dúvidas que eu tenho, mas eu não tenho dúvida nenhuma quanto à vontade de resolver o problema que o senhor trouxe aqui. Eu não tenho dúvida nenhuma.

Me preocupa muito a maneira com que as pessoas querem escolher o culpado disso ou daquilo. Nós precisamos de trabalhar no método. Por que é que esse método ocorre? Como é que ele ocorreu? Quais foram as evoluções que aconteceram para que nós chegássemos a essa bandalheira toda, para que nós chegássemos a essa condição envergonhante para nós como políticos? Porque nós, aqui nesta reunião, foi citado o nome de políticos. E é muito ruim. É péssimo. Nós tivemos citado o nome de Senador, tivemos citado o nome de Deputados. E não cabe nenhuma desculpa neste momento de dizer que eu não sabia, porque a opinião pública já nos julga com antecipação.

O SR. ELI COHEN – É verdade.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Então a reputação das pessoas que estão passando por aqui, a gente precisa de ter, no mínimo, o cuidado com a reputação. Onde não há presunção de inocência, não há o mecanismo de defesa.

Mas eu, para não continuar só falando e fazendo discurso, eu queria fazer algumas perguntas para o senhor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor disse, no início da sua fala, que foi uma sorte que, no dia 20 de dezembro de 2021, a Sra. Aparecida, Maria Aparecida e um policial que estava numa cadeira de rodas chegaram no seu escritório, e por acaso, o senhor estava lá naquele dia, as outras pessoas já não estavam, e o senhor resolveu atendê-los. E o senhor citou que o senhor resolveu atender, porque foi até uma raridade, porque o senhor não faz serviço *pro bono*. Isso ficou claro para todos que o senhor...

O SR. ELI COHEN – É exatamente isso.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Não faz serviço *pro bono*.

Eu tenho algumas perguntas: o senhor entrou, antes de chegar para tentar uma negociação com o Camisatti... É Camisatti, não é? Com o Maurício Camisatti.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Como é que é? Camisotti. Desculpa, é um erro meu, não é nenhuma ironia, não. Com o Camisotti.

O senhor tentou, entrou com algum processo, alguma proteção dessas duas pessoas que o senhor entendeu que eles estavam sendo usados como laranja? Entrou com algum processo na Justiça com o objetivo de proteger essas pessoas que estavam sendo usadas na má-fé das pessoas que estavam ganhando dinheiro?

O SR. ELI COHEN – Sim, tem um inquérito policial registrado também no Deic em relação à Maria Aparecida. Em relação a...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Não, não, eu não pedi o inquérito. Se o senhor entrou com uma ação judicial profilática.

O SR. ELI COHEN – Essa é uma medida. Essa é uma medida. Essa é uma medida.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – O senhor entrou com essa medida. Tudo bem, então continuamos.

O senhor assinou um contrato *pro bono* com essa Sra. Maria Aparecida? Eu esqueci o nome do outro. O senhor assinou um contrato *pro bono*?

O SR. ELI COHEN – Luiz Carlos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Luiz Carlos. O senhor assinou um contrato *pro bono*?

O SR. ELI COHEN – Isso não cabe a mim, ao escritório, mas provavelmente, sim, inclusive procuração e tudo mais.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Perfeito.

Qual era o valor do êxito nesse contrato?

O SR. ELI COHEN – Não faz diferença. Provavelmente o usual, 20%.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Vinte por cento?

O SR. ELI COHEN – É isso.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – E o senhor fez um pedido nesse de R\$2 milhões?

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Tá.

O senhor pode apresentar esse contrato *pro bono* que o senhor fez, que não era mais tão *pro bono*? Uma vez que ele dá 20% do resultado da causa, ele não é *pro bono*, ele tem objetivo financeiro. O senhor pode apresentar cópia desse contrato, para que nós possamos fazer a avaliação?

O SR. ELI COHEN – Quando o senhor diz "pode" é porque eu tenho a opção?

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Eu estou perguntando só se o senhor pode.

O SR. ELI COHEN – É. É que eu tenho a opção de não mostrar, né? É claro que eu não vou mostrar. Isso é um direito do meu cliente. Eu não vou expor ele.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Bem, o senhor está aqui sob juramento, e o senhor está aqui para cumprir uma determinação desta CPI. O senhor não pode também se omitir. O senhor pode mentir e a gente descobrir. O senhor pode não mentir e o senhor pode ficar até quieto, mas, para ficar quieto, o senhor tem que obter uma permissão lá do Supremo, para o senhor ficar quieto. Então, eu não estou te pedindo nada...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Eu conheço a lei, Deputado.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Eu também conheço.

Eu não estou te pedindo nada, não quero te causar constrangimento, mas eu preciso esclarecer essa questão. Essa questão é fiduciária – é pecuniária, desculpe. Esse envolvimento, esse interesse...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Pode ser que o senhor esteja com muita raiva – o que eu também estaria, porque é um ladrão esse tal de Maurício Camisotti... Pode ser. Eu também estaria com muita raiva dele. Estou.

O SR. ELI COHEN – Tenho certeza disso.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Pode ser que essa raiva tenha sido deflagrada pela impossibilidade de o senhor obter os honorários?

Essa é a minha última pergunta, Presidente.

O SR. ELI COHEN – Não tenho raiva nenhuma do Maurício Camisotti. Eu não gosto é do que ele fez, não dele. Não tenho nada contra ele.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) – Tudo bem. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Mário Heringer.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, lhe cumprimentando pelo belíssimo trabalho que tem feito, o Relator e o Vice-Presidente também da Comissão.

Cumprimento o Sr. Eli Cohen, também o Dr. Rafael Rodrigues, a equipe de advogados aqui.

Eu queria, antes de iniciar, pedir para passar um vídeo, à nossa Secretaria, por gentileza.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Olha, nós estamos tratando aqui de pessoas. Isso não é um caso de direita, de esquerda, de Governo Bolsonaro, de Governo Lula. Esse é um caso de humanidade: milhões de brasileiros sendo lesados, pessoas menos favorecidas, que confiaram no sistema previdenciário no momento de maior dignidade, em que elas vão precisar para comprar um remédio...

De acordo com os seus relatos, Dr. Eli, a fraude teria começado em 2005, no segundo mandato do Presidente Lula. Quais fatores legais ou regulatórios possibilitaram que esse modelo de fraude se instalasse no crédito consignado, que é outra coisa de que a gente tem que puxar aí o fio da meada?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Essa é uma pergunta?

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – É: quais fatores legais ou regulatórios possibilitaram que esse modelo de fraude se instalasse no crédito consignado?

O SR. ELI COHEN – Veja bem, eu, na verdade, tenho acesso a matérias jornalísticas da época. Eu não aprofundi as minhas investigações porque não era meu mérito me aprofundar em crédito consignado; os bancos não estavam envolvidos naquela situação da Ambec naquele momento. O fato é que, como eu disse, para que a gente possa ter certeza do que nós estamos fazendo, nós precisamos ter todo o genoma do crime. Veja: se o Governo daquela época tinha culpa ou não, eu não sei; mas que lá começou, sim, começou, e os próprios processos que tinha lá demonstram isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – E o curioso é que o senhor citou alguns nomes de bancos aqui, né? O BMG... E me parece que não é novidade o BMG. Desde a época do mensalão, do Marcos Valério, como o senhor bem colocou aqui, o BMG foi peça fundamental com relação a isso. O senhor colocou o PicPay, do grupo JBS. É uma relação próxima com este Governo – não é de hoje –, com o Governo Lula.

Eu fico preocupado, muito, com relação ao que está acontecendo de novo, parece que se voltou à cena do crime mesmo, como diz o Vice-Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto para o senhor: as provas levantadas pelo senhor através da investigação foram ou estão sendo utilizadas pelos órgãos de fiscalização, hoje, controle e apuração, como AGU, CGU, Polícia Federal, entre outros? Como está sendo a sua relação com essas instituições? Elas já o procuraram? O senhor já prestou depoimento a elas?

O SR. ELI COHEN – Excelente pergunta.

Não, ninguém me procurou, mas eu sei que eles estão usando, porque eles requisitaram todo o inquérito da 16ª DP, em que eu faço o manual de instrução do crime.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Muito estranho, né? A essa altura do campeonato não procuraram o senhor ainda.

É verdade que o valor do pedágio para uma associação se credenciar no INSS chegava até o valor de R\$5 milhões; se não pagasse, não se credenciava? Teve denúncias de associações que não conseguiram se credenciar? O senhor tem algum conhecimento disso? E, se sim, para quem ia esse valor de propina?

O SR. ELI COHEN – Eu não tenho conhecimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Não tem conhecimento. Mas, na sua opinião, o Ministro da Previdência sabia?

O SR. ELI COHEN – Se não sabia, deveria saber; ele é o Ministro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Muito bom. Importante.

Na sua visão, havia convivência ou omissão dos dirigentes do INSS e do Governo Federal para que esse esquema prosperasse por tanto tempo? Qual a participação do Dataprev nesse esquema aqui, nesse contexto de fraude?

O SR. ELI COHEN – Do Dataprev, veja bem, do INSS, Dataprev, Governo, o que nós temos que entender, na verdade, é que os fraudadores eram pontuais, né? Você tinha fraude, você tinha corruptos dentro do Dataprev, como tinha corruptos no Departamento de Benefícios. E eu digo isso porque, sem eles, isso não aconteceria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve algum tipo de pressão política ou interferência de Parlamentares ou partidos para manter os convênios suspeitos que possibilitaram a fraude?

O SR. ELI COHEN – Não que eu tenha conhecimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O senhor pode afirmar que os recursos desviados, esses bilhões de reais, dos aposentados e pensionistas do Brasil, podem ter alimentado campanhas eleitorais ou projetos políticos? O senhor já ouviu isso de alguma forma?

O SR. ELI COHEN – Bom, eu acabei de ler aqui uma notícia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Pode falar novamente?

O SR. ELI COHEN – Novamente?

Veja, especificamente sobre a possibilidade de esse dinheiro ter sido usado para uma campanha política, está aqui na revista *Veja*, certo? Matéria de 2016, dizendo: "Gleisi Hoffmann foi eleita com dinheiro desviado de aposentados, pelo marido, indicam planilhas".

Agora, veja, não sou eu que estou... Ah, não, isso aqui é de 2020, 2020. Aqui, ó...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito. Perfeito. Antes disso...

O SR. ELI COHEN – Tem mais uma outra notícia que fala sobre isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Por favor, por favor.

O SR. ELI COHEN – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Cobap.... É, do site da... Não sei por que, mas está aqui, oh: "Gleisi Hoffmann foi eleita com dinheiro desviado de aposentados, pelo marido, indicam planilhas". Ah, é a mesma, é repetição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – É, antes disso, em 2011, tem uma manchete aqui do consultor jurídico, acusação de improbidade, envolvendo o Ministério Público no Distrito Federal, dizendo que Lula e ex-ministros são acusados de favorecer bancos. Que banco é esse?

O SR. ELI COHEN – BMG.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – BMG...**O SR. ELI COHEN** – Só o BMG.**O SR. EDUARDO GIRÃO** (NOVO - CE) – Exatamente, o BMG.

Sr. Presidente, eu quero reiterar uma sensibilidade do senhor aqui, do Relator, na última quinta-feira...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... já tarde, quando a gente terminou a audiência, uma senhora, a Sra. Euzimar, que hoje não vai poder ser ouvida, mas eu acho muito importante a gente ouvir as pessoas que estão sofrendo com isso.

Então, ela colocou coisas ali que realmente precisam que o brasileiro tome conhecimento da maldade, da crueldade que está sendo feita com esses brasileiros. Os números aqui são escandalosos, da Ambec. De três associados, em 2022, passou para 40 mil, em 2023; depois para 600 mil, em 2024.

A Cebap, a Unibras... São coisas assim que você fica... Com tanto dinheiro roubado assim, ao monte, como isso aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Sim...**O SR. EDUARDO GIRÃO** (NOVO - CE) – ...e ninguém percebeu durante esse tempo todo?

Parabéns pelo trabalho.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

O requerimento para que a D. Ezimar seja ouvida vai ser votado na próxima quinta-feira.

Com a palavra, o Senador Jorge Seif.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, Dr. Eli, em se comprovando a veracidade do seu depoimento, eu quero dizer ao senhor que as suas investigações pessoais serão uma das mais relevantes contribuições à nação brasileira no combate à maior covardia contra os maiores vulneráveis neste país, que são nossos idosos, aposentados e pensionistas, e que foram lesados, Dr. Eli, em bilhões de reais – "b" de bola, bilhões de reais –, por uma quadrilha instalada nas maiores posições de poder e expondo a convivência... conveniência, convivência e recebimento de dinheiro sujo e roubado de milhões de brasileiros.

Eu consultei a minha equipe e nós temos um problema de data. O senhor deu duas referências de data que o senhor precisa esclarecer.

O SR. ELI COHEN – O.k.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – No início do seu depoimento, em uma resposta ao nosso Relator, o senhor disse que descobriu a fraude em dezembro de 2022 e fez a queixa à Polícia Civil de São Paulo em março de 2023. Depois, o senhor respondeu ao Deputado Alencar...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – ... que o senhor fez a descoberta em 2021 e, em março de 22, o senhor fez a denúncia.

Qual data o senhor pode, por favor, confirmar? Qual a data que procede? A que o senhor respondeu ao Relator ou a que o senhor respondeu ao Deputado Alencar, de São Paulo?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Senador, eu posso ter me confundido em relação ao mês, porque como, na verdade, eu os atendi em 20 de dezembro de 2021, então, eu posso ter falado em algum momento 22, porque na verdade nós, praticamente, não fizemos nada em 21, começamos em 22. Então, pode ser que eu tenha me confundido só por conta disso.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Então, só para deixar claro, o senhor descobriu a fraude, a partir do depoimento daquela senhora que lhe procurou, em dezembro de 2022...

O SR. ELI COHEN – Não, não. Não... É, em dezembro de 2022, exato.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – É isso: dezembro de 2022.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E fez a queixa na Polícia Civil de São Paulo em março de 23, é isso?

O SR. ELI COHEN – 06 de março de 2023.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – O.k, o.k., então. Obrigado pelo esclarecimento.

Então, eu quero parabenizar o senhor pelo trabalho, né? Pelo trabalho que o senhor faz.

Eu queria também declarar que este país tem um profeta, um profeta chamado Geraldo Alckmin. E eu tenho duas críticas a algumas de suas falas. Respeitosamente, eu vou contradizer o senhor, porque tem um profeta no Brasil chamado Geraldo Alckmin, que, nas eleições presidenciais de 2018, quando era candidato, falou: "O PT quer voltar à cena do crime". E eu lhe digo porquê: o ex-Ministro Carlos Lupi, já em 2011, no Governo Dilma, já foi demitido, em dezembro de 2011, por fazer *lobby* para ONGs. Então, ele já tem as mãos sujas dentro do Governo Federal, o que agora se repete.

E, em segundo lugar, eu quero falar ao Brasil sobre um senhor chamado Frei Chico, e aproveito para esclarecer ao Brasil o seguinte: nós precisamos, Sr. Eli, expor a verdade dos fatos. Alguns canais de imprensa publicizaram que havia um acordo entre governistas e oposicionistas sobre a blindagem do irmão do Presidente Lula, o Sr. Frei Chico, Presidente de uma associação que descontou mais de R\$300 milhões, segundo as investigações já trazidas à tona. Não foi 1 milhão, 2 milhões, foram R\$300 milhões dos aposentados, em nome do Sindnap.

E quero afirmar ao Brasil, ao senhor e ao Brasil, porque pessoas da minha cidade, nesse final de semana inteiro, aonde eu ia, falavam: "Pô, vocês fizeram acordo para blindar irmão do Presidente Lula?" Então eu quero dizer aqui ao Brasil, Sr. Eli, aproveitando aqui o seu depoimento, que foi muito esclarecedor e vai ajudar muito esta Comissão, que não houve nenhum acordo com os governistas, a não ser investigações de 2015 para frente. Mais nenhum acordo nós poderíamos fazer com o Partido dos Trabalhadores. Ou o Brasil acha que Rogerio Marinho, Marcel Van Hattem, Jorge Seif, Marcos Rogério, Bia Kicis, Izalci Lucas, Tereza Cristina, e tantos outros que lutam diariamente pelo Brasil fariam qualquer acordo de blindar o irmão de Lula? Jamais faríamos isso e eu quero deixar isso aqui consignado.

Segunda coisa, eu quero lembrar ao Brasil quem é Frei Chico, irmão de Lula, que já tem um histórico, Sr. Presidente, de malfeitorias. O pessoal esquece, mas a internet está aí para lembrar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse cidadão figura na lista da Odebrecht e o codinome dele era Metralha. E ele foi acusado pelo Ministério Público Federal de receber propinas em 2019. Por isso eu discordo do senhor que ele é laranja. Ele já tem nome sujo desde 2019. Então ele não é laranja coisa nenhuma. Se é laranja é do irmão dele. Eu não tenho dúvida disso. E infelizmente a Justiça Federal, mais uma vez, inocentou mais um canalha, mais um ladrão, exatamente como fez com o atual Presidente da República.

Quero também, Sr. Presidente, lembrar ao senhor... E desafio aqui todos os Senadores e Deputados. É um desafio que eu faço, tá? Eu protocolei o Requerimento 1.492, que já está protocolado, Sr. Presidente, junto a esta CPMI, e peço que seja votado extrapauta ainda hoje, e que a Polícia Federal revele os nomes de Deputados e Senadores que receberam mesadas de associações que roubaram nossos aposentados, pelo simples motivo de que esta CPI pode estar contaminada. Se algum Deputado ou Senador, de direita ou de esquerda ou de centro, participa da CPMI e recebia mesada de roubos dos nossos aposentados, Sr. Presidente, nós temos que afastar, investigar e, se comprovados os ilícitos, caçar e expulsar do Parlamento. Sr. Presidente, isso é urgente para dar transparência e reiterar a confiança que o Brasil tem nesta CPMI.

Eu protocolei...

A Polícia Federal já disse, na reportagem da Record, na semana passada, que Parlamentares, Senadores e Deputados, recebiam mesadas. Nós não podemos ouvir essa informação, receber essa informação e fingir que nada aconteceu. Então, eu peço aos Senadores de direita e de esquerda, aos Deputados de direita e de esquerda: vamos agir com coragem. Quem tem as mãos limpas não tem medo dessa lista, e eu não tenho medo dessa lista.

Eu quero que seja aprovado e vou votar, em primeiro lugar, pela imediata publicação – ainda que seja secreta para o senhor, não precisa ser pública, mas tanto faz, que seja pública para dar transparência à população brasileira – dos nomes de Deputados e Senadores que, infelizmente, recebiam mesada com dinheiro sujo, dinheiro de sofrimento, dinheiro de roubo, dinheiro de canalhice de quem roubava velhinhos que mal sabem ler e escrever, como nós acabamos de ver aqui no vídeo.

Por último, Sr. Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Excelência, se cair na minha mão, não vai ter nada secreto, não, vamos ler tudo aqui.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Muito bem! Ótimo! Que seja assim.

Eu digo porque a Polícia Federal pode pedir algum tipo de sigilo, mas nós precisamos trazer isso a público.

Por último, Sr. Presidente, de acordo com as informações relevantes que o Sr. Eli Cohen trouxe hoje, eu recomendaria a esta Comissão, a todos os Senadores e Deputados que pedissem proteção policial...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – ... a ele e aos seus familiares, porque o que ele fez pelo Brasil, a coragem dele, *via crucis* para que ele fosse ouvido.

Então, Sr. Eli, muito obrigado.

Discordo do senhor de que o Frei Chico... E eu fui atrás deste nome também: Frei. Será que tem alguma ligação com a Igreja Católica? Não, era só um apelido, porque, se for Frei, só se for da igreja do capiroto, porque, para roubar R\$300 milhões dos nossos velhinhos, não tem nada com Deus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Senhores...

Só recomendo a V. Exa. que o requerimento para essa lista de políticos, essa afirmação seja dirigida diretamente também ao Ministro André Mendonça, que hoje é o responsável por todos os inquéritos que estão em andamento sobre esse assunto.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Eli Cohen, o senhor disse que é advogado da Sra. Maria Aparecida e do Sr. Luiz Carlos. Certo?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – A Sra. Maria Aparecida, em tese, laranja da Ambec. E o Sr. Luiz Carlos, de qual associação?

O SR. ELI COHEN – Obasp.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Probasp.

O SR. ELI COHEN – Obasp.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Obasp. O.k.

Eu gostaria de saber qual foi a medida judicial que o senhor ajuizou em defesa dos seus clientes e contra quem?

O SR. ELI COHEN – Presidente, eu já respondi a essa pergunta dez vezes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Responda, objetivamente.

O SR. ELI COHEN – Pode me fazer a pergunta novamente?

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor pode devolver o meu tempo, porque o depoente estava ausente.

O SR. ELI COHEN – Cansado, não é ausente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Determino à Secretaria mais um minuto para a Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Dr. Eli Cohen, o senhor disse que advoga para a Sra. Maria Aparecida e para o Sr. Luiz Carlos.

Eu gostaria de saber qual foi a medida judicial que o senhor tomou para defender os seus clientes e contra quem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Muito bem.

Em primeiro lugar, o nosso escritório evita medidas judiciais, porque são 110 milhões de processos para 14,4 mil juízes, e nós sabemos o caos que é. Então, nós trabalhamos com outras técnicas de solução de problemas. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, que eu já esclareci...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Qual foi a solução?

O SR. ELI COHEN – A solução foi, neste caso, uma solução prévia de uma notícia-crime na 3ª Delegacia do Estado de São Paulo, de crimes financeiros.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Na 3ª Delegacia...

O SR. ELI COHEN – Isso, eu tenho a notícia-crime aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k. Ela já terminou, foi aceita? Houve inquérito?

O SR. ELI COHEN – Como eu disse...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor a está acompanhando?

O SR. ELI COHEN – Como eu disse, engavetaram, provavelmente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Qual é o resultado prático para os seus clientes? Porque, em tese, eles foram lesados. Na área cível, o senhor não tomou nenhuma medida? Reparação de danos, ressarcimento...

O SR. ELI COHEN – Contra a Ambec?

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Contra a Ambec, contra o INSS, por omissão...

O SR. ELI COHEN – Posso responder?

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Sim, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Provavelmente, se eles tivessem entrado em qualquer outro escritório do Brasil, sim, tomariam essa medida. Eu não tomo para não perder meu tempo e nem o dos meus clientes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – É curiosa essa forma de advogar.

O SR. ELI COHEN – Mas dá certo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k. Na sua opinião.

O SR. ELI COHEN – Não, não é...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Mudando de assunto, Dr. Cohen, o senhor não trouxe um resultado prático para os seus clientes.

Em entrevista ao *site* do *Metrópoles*, no dia 13 de maio de 2025, o senhor afirmou – abro aspas... Eu não vou pedir para colocar o vídeo aí, porque vai tomar muito tempo nosso, mas o que o senhor disse foi o seguinte: "Antes do *Metrópoles*, eu peticionei para todos os órgãos, Polícia Federal, CGU, TCU, até para o Congresso, para a Polícia Civil, e ficavam todos eles ali aguardando sei lá o quê, sentados em cima. Foi quando o *Metrópoles* começou realmente a divulgar a farra do INSS, e todos se mexeram. A real é essa".

Pergunto, Dr. Eli Cohen: o senhor pode nos informar qual foi a data em que fez a denúncia à Controladoria-Geral da União?

O SR. ELI COHEN – Bom, eu já respondi, mas, de qualquer forma, eu vou responder novamente.

A denúncia no TCU foi feita por intermédio do Luiz Vassallo, como também eu tive que fazer para que as minhas investigações tomassem essa amplitude que tomaram.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor pode nos informar, por favor, depois, o protocolo dessa denúncia? Disponibilizar?

O SR. ELI COHEN – Claro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – E aí o senhor também nos informa qual foi a data em que fez a denúncia à Polícia Federal e ao INSS? O senhor pode nos informar?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – A resposta é a mesma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k. Vamos lá.

Eu só quero registrar, Sr. Presidente, que eu consultei os dois órgãos federais mencionados pelo depoente e que não possuem registro algum da sua suposta denúncia – nem a CGU, nem a Polícia Federal. E mais: eu consultei também o Ministério da Previdência Social, o INSS, a AGU e a Dataprev, e nenhum desses órgãos registrou qualquer denúncia do depoente. Então está comprovado aqui, infelizmente, possível notória ofensa ao 342 do Código Penal. Mas vamos lá.

O senhor sentou aqui e falou de algumas autoridades... Primeiro, o senhor chegou dizendo que era um dos maiores *experts* no assunto, deste assunto.

O SR. ELI COHEN – Eu nunca disse isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Disse isso na hora...

O SR. ELI COHEN – Eu nunca disse isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Bom, enfim...

Por favor, eu vou terminar, eu estou com a palavra.

O senhor sentou aqui e falou de algumas autoridades escolhidas, se esqueceu de outras que claramente estavam envolvidas no mesmo período, como o próprio Sr. José Carlos Oliveira, ou, para quem preferir, vulgo Ahmed Mohamad Oliveira Andrade.

O senhor falou também de várias entidades também escolhidas, mas se esqueceu de outras como o caso da Conafer. O senhor sabe que a Conafer, porque o senhor é um *expert*... O senhor sabe que a Conafer é apontada no inquérito da Polícia Federal como uma das associações que mais lucraram nesse esquema, e o lucro pode chegar a R\$4 bilhões? E que houve investigação dentro do INSS contra a Conafer, que, em agosto de 2021 – agosto de 2021 –, o novo Diretor de Benefícios do INSS, mais uma vez, José Carlos Oliveira, ou vulgo Ahmed Mohamad Oliveira Andrade, esse novo diretor, deu um fim nas investigações internas. O seu depoimento é bastante seletivo. Então, o senhor esquece que peticionou em vários órgãos, que acusou... O senhor está igual o mussum ensaboado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, além de tudo, também há narrativas do senhor que primeiro diz que tudo começou em 2008, depois voltou para 2005; na entrevista, 2021. Aí disse várias vezes que tudo começou em dezembro de 2022, quando o senhor foi procurado por Maria Aparecida e Luiz Carlos.

Pergunto para o senhor... Gostaria de saber – como o senhor se esqueceu da Conafer, vamos tratar da Conafer –: o senhor conhece a Conafer?

O SR. ELI COHEN – É uma pergunta, Senadora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – É, sim ou não, por favor.

O SR. ELI COHEN – Conheço... conheço ela, porque está na relação das entidades.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k.

O senhor disse ao Relator também que a entidade Amar Brasil é uma das grandes envolvidas na corrupção, certo? Então, certamente, o senhor sabe, com certeza, que José Carlos Oliveira, o vulgo Ahmed Mohamad Oliveira Andrade – mudou de nome, não sei por quê –, era Ministro do Governo Bolsonaro quando foi assinado o ACT da entidade Amar Brasil. O Ministro da Previdência do Governo de Bolsonaro fez parte do quadro societário da empresa Fayard Organização e Serviços Empresariais.

José Laudenor da Silva, citado diversas vezes no inquérito da Polícia Federal, tinha procuração para atuar em nome dessa empresa. O senhor sabia disso? Sim ou não, por favor.

O SR. ELI COHEN – Não. Não fazia parte.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – E aqui, por fim, isso para informar os nossos colegas. Por quê? Ouvi dizer aqui que o Sr. José Carlos Oliveira pode ter sido até citado no inquérito, mas não é investigado. Eu quero passar para os senhores também aqui, ó, do inquérito: p. 86... Podem anotar: pp. 875 e 1.202; pp. 873 e 874, 870. São as páginas que evidenciam...

(Soa a campanha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – ... que o antigo Presidente do INSS, depois Ministro e também sempre trabalhou durante todo o Governo Bolsonaro, José Carlos Oliveira, o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ahmed Mohamad Oliveira Andrade – esquisitíssimo mudar o nome desse jeito, algo assim que não tem explicação, parece piada... Então, o senhor foi muito seletivo. Lamento e vamos ver se alguém tem a coragem aí. Eu gostaria até de estar neste momento absolutamente correta em relação a V. Exa., mas vou ainda lhe dar o benefício da dúvida e aguardar as demais falas dos Senadores para a gente ter certeza de se o senhor realmente está ofendendo o art. 342 do Código Penal. O senhor, que é um penalista, só tratou da parte criminal, deve conhecer muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – ... as consequências.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente Carlos Viana.

Dr. Eli, o senhor testemunhou aqui que foi contratado – mais uma vez, vou voltar a essa temática –, que foi contratado em dezembro de 2022 e protocolou a primeira notícia-crime em março de 2023. Porém, trouxe aqui dados de associações referentes aos anos de 23 e 24. Eu, inclusive, notei semelhanças e um pouco de incongruência em relação aos dados constantes da tabela do Acórdão 1.115, de 2024, do TCU.

Eu pergunto se os dados citados por V. Sa., em relação ao quantitativo de associados e aos valores repassados às associações e sindicatos, foram obtidos junto a esse acórdão do TCU, o 1.115, de 2024, ou são oriundos da sua investigação?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Da minha investigação?

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – É, se são oriundos...

O SR. ELI COHEN – Absolutamente. Não, claro que não!

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Foram do acórdão? Foi aquele...? Foram os números que estão no acórdão do TCU que...?

O SR. ELI COHEN – Eu não entendi a pergunta, Senadora, desculpe.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Você não entendeu a pergunta?

O SR. ELI COHEN – É, foi o que eu disse.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – É do acórdão ou da sua investigação?

O SR. ELI COHEN – De novo, eu não entendi a sua pergunta.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Vou repetir. O senhor protocolou a primeira notícia-crime em 2023. Porém, trouxe aqui dados de associações referentes a 2023 e 24. Eu, inclusive, notei semelhanças e incongruências em relação aos dados constantes da tabela do Acórdão 1.115, de 2024, do TCU.

Eu pergunto... Tem esses dados do Acórdão 1.115, do TCU. Eu pergunto, se esses dados – porque são os dados do TCU, de associados e os valores que...

O SR. ELI COHEN – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – ... essas instituições receberam, essas associações receberam. Eu pergunto se os dados que o senhor trouxe são da sua investigação, são oriundos puramente da sua investigação, ou o senhor obteve esses dados através do acórdão?

O SR. ELI COHEN – Veja bem, todos os dados, em relação a Ambec, Unsbras e Cebap, sim, da minha investigação; o resto é público.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Perfeito.

O SR. ELI COHEN – Está no portal de transparência do INSS.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Considerando as suas investigações, o senhor identifica alguma medida administrativa ou legislativa que facilitou o esquema das fraudes? Por exemplo, qual foi o impacto da alteração de um ano para três anos no prazo para a revalidação dos associados em 2019? O senhor entende que houve um impacto?

O SR. ELI COHEN – Claro.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Né? E qual foi o impacto do fim dessa revalidação em 2022? O senhor tem estudo sobre isso na sua...?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Tem? O senhor poderia passar para nós?

O SR. ELI COHEN – Claro. Veja, o impacto... Enquanto a medida provisória surtiu seus efeitos...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Isso.

O SR. ELI COHEN – Tivemos um decréscimo de 90 mil aposentados, 90 mil... É aqui, né?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN – Isso, 90 mil aposentados. Em seguida às emendas...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – À MP?

O SR. ELI COHEN – Não, à lei especial da qual derivou... A derivada dessa medida provisória. Aí novamente começou a subida.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Certo.

O SR. ELI COHEN – Perfeito? E essa subida, na verdade, foi razoavelmente.... Ela passou de... 1,060 milhão em 2020, depois 1,120 em 2021, em 2022 subiu um pouquinho mais, e aí explodiu em 2023, dobrou, e em 2024 quadruplicou.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Então, o senhor acha que houve um impacto de fato com essa alteração de revalidação de um ano para três anos?

O SR. ELI COHEN – Como eu disse, eu trabalho com números, com estatísticas...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Perfeito. Então, o senhor concorda.

O senhor destacou em suas denúncias o uso indevido de dados sigilosos. O que pode nos dizer ou apontar sobre as fragilidades encontradas pelos criminosos para atuar contra os aposentados? E se há alguma ação ou omissão legal ou administrativa que tenha permitido o crescimento dessas fraudes? O senhor percebeu, nas suas investigações, na sua investigação, isso?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – É, eu percebi na análise, na análise, mas essa compra de dados e essa facilitação, como eu disse – e eu não confundi as datas, mas o.k... –, vêm desde 2005. Veja que se utilizam dados de aposentados. Essa é uma realidade. Não sou eu que estou dizendo. São os números que estão dizendo, são os processos. Veja, não sou eu. Veja, o que eu precisei adentrar a essa situação histórica é porque eu preciso, eu faço questão que a equipe entenda o genoma da situação, até para que a gente não cometa injustiça. É só isso. Eu entendo que a maioria entende que: "Ah, mas veja bem, você só está seletivamente falando sobre o Governo isso...". Veja, os números estão dizendo isso, não sou eu.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Não, eu entendi, Dr. Eli. Eu só estou querendo saber o seguinte...

O SR. ELI COHEN – Não, eu entendo...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – O senhor, na sua investigação, detectou alguma ação ou omissão legal ou administrativa que tenha permitido esse crescimento?

O SR. ELI COHEN – Novamente, os números sugerem que houve...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Uma omissão.

O SR. ELI COHEN – Omissão não, conluio...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Uma convivência.

O SR. ELI COHEN – Convivência e corrupção, claro, claro.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Perfeito.

Por fim, uma pergunta de grande interesse, inclusive da população aqui do DF. O senhor trouxe informações assustadoras sobre as fraudes de consignados de aposentados, mais especificamente sobre o Banco Master. O senhor falou BMG, falou do Master. Ocorre que, neste exato momento, o Banco Regional de Brasília, que é um banco público, já adquiriu parte da carteira do Master e busca adquirir o controle da instituição. Muito tem sido dito que boa parte do Banco Master é exatamente a carteira de consignados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor poderia elaborar mais sobre o esquema supostamente fraudulento do Banco Master em operações de consignados para os aposentados, já que o senhor citou esses três bancos?

O SR. ELI COHEN – Não era mérito do meu aprofundamento, mas eu posso lhe dizer que existiam vários métodos, como, por exemplo, reaproveitamento de contratos sem o aposentado autorizar, falsificação às vezes de assinatura, depósito a menor, n... Veja, na verdade...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Isso no banco, pelo banco?

O SR. ELI COHEN – É, a maioria dos bancos que trabalham com consignados. Esse, em especial, eu digo, porque quem montou o departamento de benefício... o departamento de consignados é o Marcelo Alaor, o Papa dos Consignados.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Perfeito.

O SR. ELI COHEN – É um outro careca.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Obrigada. *(Fora do microfone.)*

Obrigada, Sr. Presidente; obrigada, Dr. Eli.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Leila Barros.

Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo. *(Pausa.)*

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Doutor, Doutor! Aqui, aqui, Excelência. Aqui.

Primeiro, eu quero agradecer pelo senhor. O Estado de Rondônia agradece a sua vinda, a sua disponibilidade e as suas verdades. O Estado de Rondônia, que quer justiça para os nossos velhinhos, agradece. Muito obrigado.

Eu estou vendo que o senhor está cansado. Todo mundo está cansado aqui.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Não, não, mas estou bem. Estou aqui para colaborar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – O.k., mas eu queria fazer um pedido para o senhor: eu queria que o senhor tirasse todas as suas "vestes", entre aspas, todas as cores partidárias e pensasse no nosso povo, nos nossos idosos que estão sofrendo.

Vou apresentar as minhas perguntas ao senhor.

O atual Presidente, ex-presidiário, é o maior sindicalista de todos os tempos, e os roubos não param aos aposentados.

Doutor, de acordo com sua investigação, os membros do PT sabiam desses roubos?

O SR. ELI COHEN – De acordo com as minhas investigações, sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Ah, a turma do PT sabia. Ótimo! Está vendo, né, Rondônia! Está vendo!

Sr. Doutor, outra pergunta.

A narrativa do Presidente Lula é que a fraude começou no Governo Bolsonaro e foi ele que descobriu. Segundo esse gráfico aqui... O senhor sabe desse gráfico aqui, né?

O SR. ELI COHEN – Provavelmente.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Segundo esse gráfico, suas investigações comprovam essa fala do Lula? É verdade essa narrativa?

O SR. ELI COHEN – Não. Sinceramente, com todo o respeito, isso parece uma piada de mau gosto.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Pronto, Excelência, está respondido: piada de mau gosto do Lula! O roubo é dele! De 2022 para 2024 – 2024 –, cresceu quatro vezes mais, Brasil! É essa a verdade! Então, os lulistas que apoiam o roubo e são ladrões estão mentindo, Brasil! Eles sabiam de tudo!

Por falar nisso, o Lupi, numa pergunta que fiz numa Comissão, lá na Câmara dos Deputados, o Lupi disse, relatou: "Eu sabia do roubo". Ele merece também ser preso. Ele declarou, na Câmara dos Deputados, que sabia do roubo, Presidente. As coisas estão claras.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Doutor, por favor, você identificou algum padrão geográfico nesse roubo ou demográfico nas fraudes, como a concentração em populações vulneráveis, indígenas, como eu, quilombolas, como eu, e ribeirinhos, como eu?

O SR. ELI COHEN – Não, eu, na verdade, não fui por esse lado, mas provavelmente eles usaram pessoas que tinham dificuldades de questionar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Sim, senhor, obrigado.

Agora, eu queria fazer um pedido para o senhor. Faça igual o Palocci fez, o Ministro Palocci, em 2019, na CPI do BNDES. Os petistas estavam lá comigo, e eu perguntei para ele: "Palocci, Lula roubou?". Ele disse: "Muito, mas não foi só isso que vocês estão falando, não. Roubou muito mais". Aí eu perguntei para ele – quem perguntou fui eu –: "Palocci, onde está esse dinheiro?". Ele disse: "Nos paraísos fiscais". Eles sabem, quem ele estava comigo lá. E eu perguntei: "Que paraísos fiscais?". Ele disse: "Essa parte eu não posso falar".

Então, eu faço agora uma pergunta para o senhor, doutor: o senhor identificou alguma saída desse dinheiro sujo para paraísos fiscais?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Está respondido.

O SR. ELI COHEN – Mas, só complementando a pergunta passada, que o senhor fez, rapidamente...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Sim, senhor.

O SR. ELI COHEN – Veja, o absurdo é tão grande... E eu não estou isso imputando a um Governo ou outro...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Não.

O SR. ELI COHEN – ... estou dizendo só em relação à fraude, perfeito? Porque dados... Foi muito interessante a pergunta do senhor. Dados, por exemplo, de indígenas, são mais caros, na hora da venda, do que dados... outros dados de regiões como São Paulo. Por quê? Por conta que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

os, por exemplo, 50 mil dados de uma região muito... com muita dificuldade de comunicação, valem mais.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – É uma região remota.

O SR. ELI COHEN – Exatamente. Valem mais, porque a chance de eles questionarem é menor. Olha que absurdo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Você vê, né? É horrível, a coisa é feia.

Doutor, há evidências de que o esquema continua ativo ou evoluiu para outras formas de fraude após o início das investigações?

O SR. ELI COHEN – Não, graças aos senhores, aqui, o esquema acabou. Esse acabou. Não existe, hoje não há nenhum repasse, nem repasse de... Porque eu também monitoro, no Portal da Transparência, por uma questão pessoal, que não faz nem parte do nosso trabalho, mas hoje não existe nenhuma associação que recebe qualquer transferência do INSS referente a débito consignado. E, volto a dizer, não existe nenhuma ação e nenhuma reclamação de nenhum suposto beneficiário reclamando que quer, por exemplo, sei lá, passear num hotel, ou então obter um dente – não existe nenhuma reclamação. É como se cancelassem todos os planos na Amil de uma hora para outra, e não houvesse ações judiciais do beneficiário dizendo: "Não, mas eu quero utilizar". Não, não existe.

Então, isso leva a crer – e nós trabalhamos com esse tipo de situação – que os planos, na verdade, até poderiam existir, mas o aposentado não sabia.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Sim, senhor.

O senhor afirma que o *modus operandi* dos golpes e roubos iniciaram em 2005...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... e nunca mais parou. Esses golpistas, que são especialistas em roubo e que se escondem nos sindicatos e associações, foram combatidos ou incentivados nos governos de 2005 até 2025?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Incentivados eu não posso dizer, mas, combatidos, nunca. Eu mesmo tive uma dificuldade enorme para estar aqui agora, veja, para a gente chegar até aqui. Hoje eu estou sendo, de repente, colocado como se eu fosse, se eu estivesse mentindo sobre uma situação ou outra que eu posso ter até me confundido. Isso é uma coisa...

Veja, nós temos vários casos no escritório, e, às vezes, um jornalista fala alguma coisa, e eu pego e respondo àquilo que ele quer ouvir, assim, rapidamente, mas sem, sem distorcer os fatos. Mas neste caso, por exemplo, em que ficam questionando todo tempo, como se isso fosse resolver o problema do aposentado, nesse caso, provavelmente, foram notificações feitas pelo Luiz Vassallo com os nossos documentos, e o TCU só se viu obrigado a se mexer – e depois eles acionaram o CGU – por conta das ampliações das nossas investigações no Metrôpoles, porque todos sabiam o que estava acontecendo. Por anos – por anos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Sim, senhor.

Sr. Presidente, eu tenho um requerimento aí, com o senhor. Já está protocolado. Dois requerimentos, para bloqueio de bens da Ambec e do Sindnapi. Eu gostaria que o senhor tornasse público, assim que for possível.

O SR. ELI COHEN – Coronel, eles não têm nada.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Eles não têm nada?

O SR. ELI COHEN – Tem papel.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Só papel?

O SR. ELI COHEN – Não existe. Não existe.

Eu já fiz esse trabalho de responsabilizar realmente quem são os beneficiários dessa fraude. Então...

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN – ... quer responsabilizar a Ambec? Responsabilize a THG, Maurício Camisotti. Vai responder a quem? À minha cliente, que mora na periferia de São Paulo? Ela não tem nada!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um golpe bem armado – bem armado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Sim, senhor.

A gente fala que foram roubados pobrezinhos. Lá em Rondônia, uma advogada me procurou, que estava sendo roubada também; um empresário me procurou, que estava sendo roubado – aposentado, né? –; um Prefeito me procurou, que estava sendo roubado.

Não foram só os pobrezinhos, Doutor. Os brasileiros todos – mais de 9,6 milhões, conforme os senhores falaram – estão sendo roubados.

Chega! Prisão e cadeia para esses ladrões!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Coronel Chrisóstomo.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Meus cumprimentos ao senhor e ao Relator.

Sr. Eli, recuperando um tema que já foi batido aqui em alguns momentos, o senhor pode, mais uma vez, só destacar a data de sua denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Randolfe, só um instantinho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – A testemunha está pedindo dez minutos para ir ao banheiro. Se V. Exa. se importar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – V. Exa. se importa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, claro...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, eu suspendo a reunião por dez minutos, por favor.

O SR. ELI COHEN – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Necessidade fisiológica é sempre urgente, necessária e atendida.

(Suspensa às 23 horas e 20 minutos, a reunião é reaberta às 23 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Com a palavra, retomando a sessão, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Eli, recuperando um tema que já foi abordado aqui várias vezes, recuperando o debate sobre a linha do tempo, a primeira denúncia o senhor recebe quando?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Como é que é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – A primeira denúncia quando o senhor recebe? Sobre o esquema.

O SR. ELI COHEN – A primeira denúncia... quando eu o quê, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Quando o senhor recebeu a primeira denúncia sobre o esquema?

O SR. ELI COHEN – A primeira denúncia? A primeira denúncia foi feita pela *Veja*, através das minhas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, quando o senhor tem contato com as informações sobre o esquema? Quando é?

O SR. ELI COHEN – Foi entre dezembro... final de dezembro de 2021 e começo de... até janeiro de... De 2022, né? De 2022 e janeiro de 2023.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – E essa denúncia é formulada à Polícia Civil de São Paulo quando?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – 16... Não, não, não. Aqui ó. Ah, a denúncia? 6 de março de 2023.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – O senhor sabe me precisar o porquê desse intervalo? O senhor recebe a denúncia, o senhor tem uma denúncia sob o seu conhecimento em 2021, o senhor só entrega à Polícia Civil em 2023.

O SR. ELI COHEN – Sim, é responsabilidade de um advogado, primeiro, levantar os dados, né? Veja bem, com todo o respeito, eu, em 10 ou 15 ou 20 dias, ou melhor, 30 dias, ou 3 dias, 30 dias, eu fiz, eu fiz mais do que, por exemplo, o INSS...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – É, mas nós não estamos falando de 30 dias; estamos falando de um ano, né?

O SR. ELI COHEN – Não... Como de um ano? De... O senhor está confundindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Vamos lá! O senhor recebe a denúncia quando?

O SR. ELI COHEN – Veja bem, eu tenho conhecimento dos fatos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Isso.

O SR. ELI COHEN – ... em dezembro de 22, perfeito?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não é 21; é 22.

O SR. ELI COHEN – 22.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – É porque o senhor falou, ainda há pouco, 21.

O SR. ELI COHEN – E corrija imediatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Tá. Então foi em 22...

O SR. ELI COHEN – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – ... que o senhor tem conhecimento dos fatos.

O SR. ELI COHEN – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Quando de 22?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Final de dezembro de 22.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – De 22, perfeito.

O SR. ELI COHEN – Bem, bem final, depois do dia 20.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Perfeito.

O SR. ELI COHEN – Acredito até que seja o dia 20.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – E dizia respeito a qual entidade?

O SR. ELI COHEN – À Ambec.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – À Ambec.

O senhor falou, salvo melhor juízo, no começo do seu depoimento, que teve um crescimento exponencial do número de associados e, por conseguinte, da arrecadação da Ambec. O senhor sabe dizer quando foi que iniciou aquele salto de três associados para 40 mil? Em qual intervalo de tempo foi?

O SR. ELI COHEN – Sei. Em seis meses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, sei... Mas em que ano foi?

O SR. ELI COHEN – Senador, desculpe, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, mas é porque o senhor disse ainda há pouco, na resposta anterior, que o senhor monitora todos os dados no Portal da Transparência. Em 21, 22 e 23, o Portal da Transparência existia.

O SR. ELI COHEN – Mas eu não monitoro aquilo de 2000... Eu monitoro hoje para saber se as associações e os sindicatos estão recebendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, tudo bem. Mas, quando o senhor recebeu uma denúncia, o senhor não foi ao Portal da Transparência para monitorar o que de fato ocorria? Como o senhor constatou para fazê-lo?

O SR. ELI COHEN – Também fiz. Exatamente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Então, o senhor sabe me dizer quando foi esse crescimento, porque o senhor falou isso no começo aqui.

O SR. ELI COHEN – De três para 45 mil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Eu sei, mas qual foi o período?

O SR. ELI COHEN – Se o senhor esperar, eu posso lhe dar o número exato. O senhor quer o número?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, o número eu sei. Eu queria saber: se o senhor monitora o Portal da Transparência, quando foi o período?

O SR. ELI COHEN – De novo, eu monitoro o Portal da Transparência hoje para saber se os sindicatos e as associações continuam roubando. É só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, então o senhor não monitorava antes para constatar o que ocorreu?

O SR. ELI COHEN – Sim, mas eu tenho mais o que fazer, Senador. Desculpa, eu tenho 500 clientes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Eu sei, mas o senhor mesmo... A razão pela qual o senhor veio para cá para essa CPI foi porque o senhor mesmo se autodenominou aqui como especialista nesse tema e o senhor dismantelou esse esquema. Eu estou lhe fazendo uma pergunta básica sobre a principal entidade denunciada pelo senhor, a Ambec, a do Careca: qual foi o período em que houve esse crescimento da entidade?

O SR. ELI COHEN – Mais uma vez, teria que recorrer a registros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Está bom. Então vou ajudá-lo, já que o senhor não consegue.

O SR. ELI COHEN – Mas essa resposta... O senhor mesmo conhece o Portal da Transparência e o senhor vai tê-la.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Pois é, mas, Doutor, quem começou falando nesse local...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Eu não disse que eu sou... Eu não disse que eu sou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Deixe-me lhe responder. Quem começou falando de Portal da Transparência aqui não fui eu. Foi o senhor na pergunta anterior.

O SR. ELI COHEN – Sim!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Foi o senhor que falou que monitora o Portal da Transparência.

O SR. ELI COHEN – Mas eu estou falando hoje...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Com base no seu monitoramento, essa é uma pergunta básica que eu imaginava que o senhor já soubesse. Mas tudo bem.

Então, só para lhe dizer: em 31 de agosto de 2021, em ACT assinado nessa data... O senhor está lembrado agora? Em 31 de agosto de 2021, em ACT assinado nessa data, 31 de agosto de 2021, era Diretor de Benefícios do INSS o Sr. José Carlos Oliveira, foi credenciada a Ambec. Os três associados da Ambec são dessa data, 31 de agosto de 2021. Aquela receita da Ambec de que o senhor falou aqui que não está lembrando a data é dessa data aqui.

O SR. ELI COHEN – Não, eu estou lembrando a data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Então o senhor confirma que é 31 de agosto?

O SR. ELI COHEN – Eu estou, eu estou lhe dizendo que entre... Qual a data que eu tenho? Qual foi o dia da ata fraudulenta? Então está aqui, ó.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, deixa eu te responder, deixa eu te ajudar. Em 31 de agosto de 2021, é assinado. O senhor está tendo dificuldade em encontrar, deixa eu te responder aqui, está bom? Em 31 de agosto de 2021, é assinado o ACT da Ambec. Aqueles três associados que o senhor não lembra de quando constava, qual era a data, é dessa data. Os R\$135 de arrecadação são dessa data, 31 de agosto de 2021, que o senhor não deve estar lembrando agora, mas estava no famoso Portal da Transparência – e não fui eu que falei, foi o senhor. O salto que o senhor falou, mas o senhor não está lembrando a data, é em 2022, de três associados para 40 mil associados, na Ambec.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Isso, isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Que bom que o senhor está lembrando agora!

O SR. ELI COHEN – Eu lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Então, um salto em 2022: a arrecadação pula de R\$135 para R\$16 milhões de 2021 a 2022. Só para ficar bem claro, porque o senhor faz uma linha do tempo a partir de 2022, 23. Então, só para trazer os dados do Portal da Transparência que o senhor mesmo relatou ainda há pouco.

Encerrando, só para falar isso em relação à Ambec, já pulando no tempo que resta, sobre uma outra circunstância que eu gostaria de lhe perguntar. O senhor falou, respondendo ainda há pouco, e aí foi o senhor que falou, respondendo à Senadora Leila sobre o Banco Master, o senhor falou em reaproveitamento de contratos sem o aposentado autorizar. O senhor lembra? Isso o senhor respondeu ainda há pouco.

O SR. ELI COHEN – Eu disse que eram modalidades utilizadas pelos... pelas instituições financeiras...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Perfeito.

O SR. ELI COHEN – ... principalmente aquelas que têm como... no departamento de consignados, o Sr. Márcio Alaor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Perfeito, perfeito. Esse é o tipo de prática...

O SR. ELI COHEN – Senador, o senhor é que tem que, na verdade, agora colocar em...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Eu sei, eu sei, mas deixe só eu lhe fazer a pergunta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente, só querendo ajudar, ele não está na condição de investigado aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Magno, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Só lhe perguntar... Mas é na condição de testemunha que eu estou perguntando.

O SR. ELI COHEN – Não, não, mas pode... Está tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – O Magno está socorrendo o depoente por quê?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Mas não é... Mas é testemunha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Mas é de testemunha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Mas é de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Randolfe, dê sequência ao questionamento, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Eu estou querendo dar. O senhor pode recuperar o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Um minuto para o Senador Randolfe, determino à Secretaria, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Obrigado.

É porque, via de regra, o Senador Magno gosta de interromper as nossas inquirições, mas voltando então à pergunta ao Sr. Eli.

O senhor fez uma resposta, o senhor respondeu à Senadora Leila se referindo ao Banco Master. O que eu quero lhe perguntar é o seguinte: o que leva a esse tipo de reaproveitamento de dados por parte do banco? O senhor... Dos bancos, perdão. O senhor acredita que o aumento do limite consignável, presente em lei, que foi aprovado por lei, levou a esse aumento do reaproveitamento, a esse reaproveitamento de contratos por parte de instituições financeiras, como é o caso do Banco Master?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Não, eu não posso, na verdade, comentar sobre a questão de leis e tudo. O que eu posso dizer é que esse reaproveitamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, mas não é de lei.

O SR. ELI COHEN – O.k. Esse reaproveitamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – O aumento da margem consignável...

O SR. ELI COHEN – Hum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – O aumento da margem consignável tem uma decorrência direta a isso, o aumento, o reaproveitamento de contratos?

O SR. ELI COHEN – Não, não. Não, eu, como disse desde o início, acho que o empréstimo consignado tem um fim, uma função social importante para o aposentado, que tem uma dificuldade enorme de conseguir empréstimo em bancos que não tenham esse tipo de possibilidade. Veja, a intenção é boa, o problema é que, na verdade, fizeram disso uma roubalheira. Essa que é a grande realidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Perfeito.

E, para concluir, no tempo que me resta, Sr. Eli: o Sr. Camisotti, o Sr. Maurício Camisotti, qual o papel que o senhor atribui a ele? E o senhor saberia dizer se tem elementos, o senhor pode trazer a essa CPI elementos sobre o envolvimento dele com políticos...

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – ... e que tipo de envolvimento?

O SR. ELI COHEN – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Mas qual o papel que o senhor atribui a ele, o Sr. Maurício?

O SR. ELI COHEN – Não, nós sabemos que existe. Veja bem, nós sabemos que existe, mesmo porque ele não...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – ... roubaria tanto se ele não tivesse uma blindagem. Veja, eu sei que, na verdade, aqui existem n interesses, eu estou falando dos fatos. Veja, sem uma blindagem, ele jamais conseguiria. Agora, eu não posso dar nome de nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não, o senhor não precisa dar nome, mas, nas informações e no que o senhor apurou...

O SR. ELI COHEN – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – ... o senhor tem dados que indicam que ele teve envolvimento, teve participação, teve cobertura de políticos?

O SR. ELI COHEN – Eu adoraria saber. Seria leviano da minha parte colocar ou indicar qualquer nome, mesmo que eu tivesse só, simplesmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – E em relação ao esquema? O senhor diria que ele é uma peça central?

O SR. ELI COHEN – Não. Ele é uma peça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Quais... Agora falando para concluir.

O SR. ELI COHEN – Eu até acho que isso é muito injusto, o que estão fazendo, porque ele não é sozinho, ele tem... A foto, na foto tem que vir mais gente. Tem muita... Veja bem, devem ter pelo menos uns 50 maurícios camisottis e uns outros 50 carecas do INSS.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – E, por último, o senhor acha que seria possível...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Concluindo, de fato. O senhor acha que seria possível, tanto nesse caso da Ambec como em outros casos, as entidades, as associações terem sido beneficiadas se não tivessem algum tipo de cumpliciamento com a diretoria de benefícios do INSS de qualquer Governo, de qualquer gestão?

O SR. ELI COHEN – É impossível. É impossível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Pois não, Presidente.

Eu começaria pela questão do crédito consignado. O Dr. Eli trouxe para cá também a questão do crédito consignado. O crédito consignado é antigo no Brasil. Na verdade, desde a década de 90, por exemplo, o BMG, que é lá de Minas Gerais – eu conheço a história desse banco... Desde 1990, a década de 90, já havia crédito consignado. E crédito consignado, eu concordo com o Dr. Eli, não é um mal em si. Crédito consignado é bom, desde que seja algo feito honestamente, porque ele não vai cobrar juros, vai cobrar menos etc.

Em 2003, o Presidente Lula, então, fez uma portaria ampliando a possibilidade de crédito consignado, que já existe e já existia, inclusive para bancos. O próprio BMG já o fazia desde a década de 90. Então, esses créditos consignados vinham tendo um aumento grande e chegaram a questões, por exemplo, que eram muito polêmicas em 2022, o que aqui ninguém quis lembrar até agora, quando o Presidente Jair Bolsonaro, em véspera de eleição, estendeu o crédito consignado para Bolsa Família e BPC, aí sim, um verdadeiro absurdo.

Não sei se o senhor concorda comigo que é um absurdo, para Bolsa Família e BPC, que são serviços prestados dessa forma, o crédito consignado. É uma pergunta que eu gostaria que o senhor respondesse: o que o senhor acha de crédito consignado para BPC e Bolsa Família?

O SR. ELI COHEN (Para expor.) – Eu não posso, não posso responder a essa pergunta, eu não tenho absolutamente nenhum tempo para estudar isso, não tenho como responder isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim, mas foi feito – viu? – esse crédito consignado, em véspera de eleição, para BPC e Bolsa Família. Eu achei que o senhor iria ficar indignado, porque são pessoas pobres – as de BPC, então! – as pessoas roubadas, que são os mais simples, mais pobres do Brasil. Isso foi feito em véspera de eleição. Acho que é de indignar qualquer um pegar essas pessoas tão pobres e fazer isso. Foi feito no Governo Bolsonaro o crédito consignado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Presidente Lula fez, em 2003, não havia mal nenhum em expandir o crédito consignado a não ser que os bancos, como o BMG e outros, comesçassem a fazer na marra e a roubar. Aí é outra história, é aonde a gente quer chegar.

Mas vamos passar para as entidades, porque aí há uma confusão de datas. As entidades, elas tiveram um grande crescimento a partir de 2018, 2019. Antes disso, tinha mais ou menos dez entidades que prestavam serviço, que eram as credenciadas. Depois dessa data, 2018 e 2019, é que nós tivemos uma ampliação grande. E aí entra uma figura que eu também estranhei o senhor não saber dela, que é o José Carlos Oliveira. Quando ele foi da Diretoria de Benefícios, ele assinou três ACTs. Assinar ACT não é problema nenhum, mas foram três entidades picaretas. Basta o senhor ver...

O SR. ELI COHEN – Todas são picaretas, Senador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Todas são picaretas. As entidades todas são picaretas, principalmente as que vieram nessa data – todas.

Ele assinou três picaretas. Quando ele foi Presidente, ele assinou mais 17 picaretas. Então, só o Sr. José Carlos Oliveira fez ACTs de 20 entidades picaretas – só ele. Foram milhões de aposentados que aí se deram mal. E esse José Carlos Oliveira colocava isso para dois operadores: um deles, Antônio Carlos Careca, que nós conhecemos hoje – provavelmente tem muitos outros –; e o outro, que aí já era uma associação mais robusta, era o Camisotti, que fez essa festa, esse festão de que o senhor falou, que teve até Senador lá. Foi lá também na festa do Camisotti. Teve políticos que talvez estejam com medo aí, querendo tanto saber os nomes, talvez para se sentirem mais aliviados, quem sabe não aparecem na lista. Mas o Camisotti, então, ganhou todo esse recurso.

Eu não sei se o senhor sabia que essa data, essa quadrilha formada, portanto, não surgiu com o senhor sabendo das coisas.

O SR. ELI COHEN – Claro que não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu acho que o senhor tem uma data...

O SR. ELI COHEN – Claro que não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... a partir do senhor e antes. O que veio depois do senhor é uma coisa e antes é outra. Não é assim, não. O senhor não é tão bom assim, não.

O SR. ELI COHEN – Não, isso é que é o pior, Senador, porque, na verdade, já tiveram outras oportunidades e não fizeram nada.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Isso, exatamente. Isso é o que eu ia falar.

O senhor acha que o Bolsonaro sabia disso? Porque o senhor disse que o PT...

O SR. ELI COHEN – Eu não acho.... Eu não acho...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor falou que o PT...

O SR. ELI COHEN – Como é que eu vou achar?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... não podia deixar de saber.

O senhor acha que o Bolsonaro devia deixar de saber?

O SR. ELI COHEN – Senador, eu não trabalho com achismo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ah, mas com o PT o senhor trabalha. O senhor disse que o PT não pode alegar que não sabia.

O SR. ELI COHEN – Ué, mas o que é que eu...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E o senhor acha que o Bolsonaro pode alegar que não sabia?

O SR. ELI COHEN – É a *Veja* que está dizendo isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu sei como é que o senhor é.

O SR. ELI COHEN – Senador...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Está bom, eu sei que o senhor tem lado.

O SR. ELI COHEN – Senador...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É evidente que o senhor veio aqui defender um lado. Eu não quero nem fazer pergunta. Se eu perguntar em que o senhor votou...

O SR. ELI COHEN – O senhor tem uma dúvida de que eu tenho lado?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e o senhor não disse que não é no Bolsonaro, é claro que eu tenho.

O SR. ELI COHEN – O senhor tem uma dúvida? O meu lado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, o lado político. Não venha fazer demagogia, não.

O SR. ELI COHEN – O meu lado é o do aposentado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Do aposentado sou eu. Estou falando do lado político. O senhor votou em quem?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Se eu perguntar para o senhor...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Excelência.... O voto é secreto, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, eu estou perguntando, ele responde se quiser ou não.

Eu não escutei todo mundo falar? Eu não fui interrompido nem pelo Presidente, ninguém interrompeu ninguém. Ninguém interrompeu. Então, é óbvio que a pergunta é muito simples.

O SR. ELI COHEN – Eu acho que eu vou responder para o senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O Sr. Jair Bolsonaro... O senhor acha que, assim como o senhor falou do PT, que não podia alegar que não sabia... O senhor já viu aí que o Senador Izalci, por exemplo, disse que entregou isso tudo para ele, e o senhor sabe disso, o senhor tem acompanhado essa história. O Senador Izalci entregou para ele ainda na transição, junto com





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

auditores-fiscais. O Senador Izalci falou isso. O senhor acha que o Bolsonaro pode alegar que não sabia? É a pergunta que eu faço.

O SR. ELI COHEN – Como é que eu acho?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas o senhor acha que o PT pode alegar que não sabia?

O SR. ELI COHEN – Deputado Rogério, uma coisa que eu posso lhe dizer é o seguinte: primeiro, com a sua primeira pergunta, é que eu não gostaria de ser roubado nem com a mão esquerda, nem com a mão direita.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, o senhor não gostaria de que o aposentado fosse roubado no Governo Bolsonaro.

O SR. ELI COHEN – Não faz a menor... Não faz a menor diferença.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor acha... Então, faço outra pergunta: essa quadrilha atuou no Governo Bolsonaro ou não?

O SR. ELI COHEN – Claro que não, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não?

O SR. ELI COHEN – Claro que não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – A quadrilha não atuou no Governo Bolsonaro? Essa quadrilha?

O SR. ELI COHEN – O quê? A quadrilha? Claro que atuou. Claro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ah! Pois é.

Olha o José Carlos Oliveira.

O SR. ELI COHEN – Eu sempre disse para o senhor que aqui nesta Comissão...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Você teve até um ato falho aí, hein? Deu até um ato falho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – Veja bem, eu sempre disse, nesta Comissão, que todas as associações e todos os sindicatos, não todos assim, mas que trabalham com esse, com essa, essa suposta... benefícios para... esses supostos benefícios para aposentados, todos, todos, todos...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu também acho, eu concordo.

O SR. ELI COHEN – Todos precisam lançar mão dessa fraude.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu concordo. Então, veja bem, essa quadrilha é antiga.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E durante o Governo Bolsonaro, ela funcionou muito.

O SR. ELI COHEN – É, mas o que não justifica...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Só do Zé Carlos Oliveira, eu vou, vou chegar lá. Só do Zé Carlos Oliveira foram 20; Vinte entidades picaretas do Zé Carlos Oliveira. Vinte.

O SR. ELI COHEN – É possível.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ele foi superintendente do Mato Grosso, depois ele virou, em São Paulo, depois ele foi para a diretoria de uns benefícios, depois ele foi para Presidente do INSS, depois ele virou Ministro. Em todos esses ele deixou lastros. E ali ele fomentou essa quadrilha que vinha ali, me parece óbvio. Basta o senhor dar um Google que o senhor vai ver isso. Agora...

O SR. ELI COHEN – Óbvio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Agora, é óbvio. Então, Zé Carlos Oliveira, nós temos que prestar bastante atenção na quadrilha que ele formou.

Agora, isso ocorreu durante todo esse período. E o pessoal fala: "Olha, demorou demais!". Eu também acho. Agora veio um Despacho 65. Esse Despacho 65 o senhor sabe de quem que foi?

O SR. ELI COHEN – Não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Esse Despacho 65 é que acabou com qualquer possibilidade, como o senhor sabe, de desconto de todas as entidades picaretas. Esse despacho foi feito no Governo do Presidente Lula agora. O senhor sabe que 2 milhões já aderiram ao acordo de ressarcimento e 99,5 vão receber até segunda-feira? Ou seja, o Presidente Lula soube.

O SR. ELI COHEN – Foi o CGU, né?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ah, mas é Governo do Presidente Lula que fez a medida. A medida...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Ô, Deputado, por favor. Por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não me deixam falar, não. É assim. Não têm a menor educação.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por favor. Quando V. Exa. for falar, V. Exa não vai querer ser interrompido. Determino mais um minuto ao Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Obrigado. Obrigado, Presidente.

Eu já vou terminando, para angústia dos bolsonaristas. É óbvio que durante o Governo Bolsonaro, ele poderia também fazer uma medida como o Governo do Presidente Lula fez. Ele poderia ter acionado a Controladoria-Geral da União, ele não fez. O senhor sabia que ele não fez. Ele também não acionou a Polícia Federal. Aliás, tinham dois... Antes do senhor, dois funcionários do INSS, em 2021, fizeram essa denúncia. Foram perseguidos, tiveram ameaça dentro do INSS. O senhor já leu isso.

O SR. ELI COHEN – Eu fiquei, eu fiquei sabendo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor não foi o primeiro.

O SR. ELI COHEN – É uma senhora, por sinal.

Não, mas eu nunca disse que eu fui o primeiro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois é.

O SR. ELI COHEN – Eu fui o primeiro que consegui chegar até aqui.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois é. Os outros foram muito ameaçados durante o Governo Bolsonaro. E aí eles continuaram, continuaram e continuaram. Agora a coisa acabou. Terminou. As pessoas estão recebendo. É no Governo do Presidente Lula, é claro, graças à CGU, à Polícia Federal.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas foi uma ação do Governo. Essa medida foi criada...

O SR. ELI COHEN – Deputado, graças ao meu trabalho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Graças ao trabalho do senhor. Está bom.

O SR. ELI COHEN – A Polícia Federal já sabia disso há muito tempo, o Ministério Público sabia, em cada ação de indenização...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas o senhor sabe que se o senhor estivesse no Governo do Bolsonaro, o senhor não teria conseguido isso? Porque ele não ia fazer essa medida, ele não fez.

O SR. ELI COHEN – Bom, aí...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Até o Izalci avisou a ele, no início do Governo, e ele preferiu não fazer. Então, foi graças ao Presidente Lula, porque o senhor podia ter descoberto isso tudo e não ter sido feito nada. Então, o senhor é muito, mas o senhor não é tudo, não.

O SR. ELI COHEN – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu queria dizer um pouco isso.

O SR. ELI COHEN – Obrigado. Vou tomar como um elogio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não adianta o senhor tentar inventar uma data em que existe o senhor, o que vem depois e antes. Não. Houve uma medida de um Governo que determinou que tudo acabasse e devolvesse o recurso, como está devolvendo.

Amanhã, o pessoal do Bolsonaro está meio nervoso, mas amanhã começa o julgamento por outros crimes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Bem, como último inscrito...

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Eu fui citado duas vezes por esse Senador, deixa eu dizer a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Eu acabei de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senador Izalci, o art. 14 só pode ser citado duas vezes durante as sessões.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Pois é, essa é a segunda vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não... Já fizemos outras vezes aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Minha...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência, duas vezes no genérico. Então, eu peço paciência a V. Exa., mas dessa vez eu não vou acatar o pedido de V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Tá. Eu vou perdoar, porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – O último inscrito dos titulares é o Deputado Sidney Leite, que não está presente.

Iniciamos a lista dos suplentes.

O Deputado Zé Trovão com a palavra.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

Alô? Ei, ei. Ei.

Sr. Presidente, eu vou começar a minha fala rebatendo a fala do Deputado que me antecedeu, e eu não citarei o nome dele, para ele não ter direito de resposta, senão a gente vai ficar até as 2h da manhã. Ele é mentiroso quando ele diz que o Bolsonaro não fez nada.

Senador "Ezalci", não citei o nome de ninguém aqui, tá? Senador "Ezalci"... Izalci, quando entregou, no Governo de transição, as denúncias que tinha sobre o INSS, foi aí que surgiu a MP 871, que bloqueava imediatamente qualquer tipo de desconto.

Lembrando a esta Casa, mais uma vez, tem que ser repetitivo porque eles têm memória curta: o responsável pela derrubada desta MP foi o Congresso Nacional, com o voto da esquerda.

Agora vamos falar do que verdadeiramente interessa. A gente não veio aqui para ficar fazendo palco político para elogiar o Lula.

A auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU), com 37 páginas de conteúdo técnico e objetivo, e clara ao apontar os desvios de 6,3 bilhões relacionados a entidades que operam em convênios com o INSS, e com um documento de leitura acessível, que qualquer cidadão atento compreende em poucos minutos, tamanha a sua didática e gravidade, no entanto, a chamada...

Atenção que, em ação movida pela AGU, foi solicitado o bloqueio de bens no valor de 2,5 bilhões, envolvendo 12 entidades e seus dirigentes. Restam, portanto, 3,8 bilhões, que sequer





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram incluídos pelo pedido da AGU, confirmado pela possível omissão grave. Por que eu estou falando isso aqui novamente? Nós precisamos colocar em votação um requerimento meu que está aqui de imediato afastamento de Sr. Messias, que simplesmente prevaricou ao deixar R\$3,8 bilhões sem terem sido bloqueados. No meu requerimento, eu ainda reafirmo que não só ele tem que ser indiciado, tem que vir a esta Casa, como ele tem que ser afastado imediatamente do seu cargo até que seja apurado.

Mas a gente vai mais além, Sr. Eli Cohen, a quem eu quero agora falar da sua coragem, agradecer a sua paciência, porque eu sei que não é fácil ficar ouvindo bobagem de esquerdista que defende ladrão, porque o que o Lula é é ladrão. Roubou, foi condenado, e eles defendem esse tipo de gente.

E aqui querem passar o paninho para dizer que eles são a favor de idoso. Eles são a favor de ninguém. Eles são a favor apenas de um idoso, um acéfalo que está sentado lá na cadeira de Presidente.

Eu quero parabenizar o senhor porque o senhor veio aqui de bom grado...

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Muito obrigado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... e o senhor fez um brilhante trabalho. E isso nós temos que valorizar.

Com muitas coisas que o senhor fala, talvez, até eu não concorde. É natural. Vivemos numa democracia, mas é muito gratificante ver uma pessoa que determinou a sua vida a estudar algo e sequer está sendo pago para isso.

Então, a gente tem que ter muita gratidão por esse tipo de atitude que nos faz entender que ainda vale a pena acreditar em muitas pessoas.

O SR. ELI COHEN – Obrigado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Então, Presidente, o tempo é escasso, dez minutos voam, mas eu quero deixar aqui que não existe explicação jurídica para quatro entidades, bem como seus diretores, que não tiveram os seus bens bloqueados. Não existe.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero nem fazer pergunta ao senhor, mas quero ressaltar uma coisa: que nós temos também, Presidente, ONGs, entidades no exterior, as quais, muito provavelmente, se a gente buscar, nós vamos encontrar muitos paraísos fiscais.

Olhem só, há um esforço por parte de alguns envolvidos em concentrar o debate nas datas em que as fraudes começaram, na velocidade em que elas se deram ou no período político em que elas se originaram, mas nós temos que saber que existem pessoas cujo nome eu posso até citar: Sr. Marcos Vinicius Dias Nunes, Vice-Presidente e Secretário de Relações Exteriores. Qual é o sentido de nós termos ligação no exterior no caso do INSS, se o INSS trata apenas – apenas – do quesito nacional dos aposentados brasileiros?

Então, existem muitas coisas aqui que precisam ser investigadas e que precisam ser passadas por um crivo muito importante. E nós só vamos alcançar o resultado final se houver o que houve aqui hoje.

E quero parabenizar todos que votaram favoravelmente pelo pedido, pela indicação da prisão de 21 pessoas que já deveriam estar presas, porque, aqui no Brasil, é assim: quem não deve já está em prisão domiciliar e, muito provavelmente, amanhã e nos próximos dias, será jogado numa cela; mas quem deve está lá na Barra da Tijuca, está lá no Rio de Janeiro sendo *coach*, através de uma cobertura, mesmo depois de ter sido condenado a 400 anos de prisão, mais alguém que a esquerda defende.

Agora, eu vou fazer duas perguntas ao senhor para que a gente encerre aqui, porque o senhor foi muito esclarecedor hoje.

O senhor disse que, após sair a denúncia sobre o irmão do Lula, o senhor afirma que recebeu uma ligação a 1h da manhã com ameaças. Pergunto: o senhor acha que essas ameaças aconteceram para que eles protegessem o irmão do Lula?

Segunda pergunta: o senhor também falou sobre uma lobista que tem ligação direto com o filho do Lula, mas o Lula tem vários filhos. O senhor poderia indicar a qual filho do Lula o senhor estava se referindo?

O SR. ELI COHEN – É a pergunta? Eu estou um pouco cansado, mas...

A primeira pergunta qual foi?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – A primeira pergunta é se o senhor acha que, após saírem as matérias de que o irmão do Lula estava envolvido com a corrupção do INSS, o senhor recebeu essas ligações com ameaça, 1h da manhã. O senhor acha que tem ligação?

O SR. ELI COHEN – Não, claro que não. Eu não posso dizer nada sobre isso. Eu só sei que, na verdade, foi uma coincidência, mas eu recebo ameaças. Em cada caso em que eu trabalho, no final, eu vou colecionando inimigos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – São muitas coincidências, né? O senhor recebeu uma ligação logo depois...

(Soa a campainha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... de uma denúncia que partiu do senhor, e apareceu a cara do abençoado do tal do frei, que de frei não tem nada, né?

Agora, a segunda pergunta que eu lhe fiz é: qual é o nome do filho do Lula que o senhor cita que tem uma relação com essa lobista?

O SR. ELI COHEN – Como eu disse, Deputado, eu trabalho com informantes. Esses informantes... Um deles, agora, nessa semana passada, ventilou essa situação, mas eu estava tão preocupado em me preparar aqui para poder colaborar com vocês que, na verdade, nem dei muita atenção e deixei isso para um segundo momento para fazer uma investigação em relação a essa situação. É alguém de que eu não me lembro o nome que é ligada ao Careca do INSS. Então... É uma senhora, cujo nome eu não tenho agora – mas eu vou fazer questão de avançar nessas investigações –, que é sócia do Careca; é sócia do Careca em alguma empresa ou qualquer coisa desse tipo e que tem uma ligação... Mas eu acho isso muito ainda circunstancial e acho apelativo isso aí nesse momento.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Nada é relativo quando se trata de uma investigação tão importante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Zé Trovão.

Deputada Bia Kicis, com a palavra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu começo cumprimentando V. Exa. pela condução impecável desta CPMI, e o Relator também.

Dr. Eli Cohen, parabéns por estar aqui, pela sua coragem, e colaborando tanto para elucidar hoje um dos maiores escândalos do nosso país – e olha que não são poucos.

Eu quero também lamentar que a grande mídia tenha abandonado a cobertura da CPMI, tão logo a oposição conseguiu retirar os governistas à mesa, para alívio dos aposentados. Mas vamos em frente.

Eu quero dizer, sobre a ilação de que o Congresso não fez nada... Eu fui Presidente da CFFC (Comissão de Fiscalização Financeira e Controle) em 2023. Por iniciativa deste Deputado ao meu lado, Deputado Evair de Melo, nós convocamos o Ministro da Previdência, Carlos Lupi, exatamente para tratar desse assunto. Estou aqui com a lista de perguntas feitas a ele. Então... "Quantas eram as entidades que tinham os ACTs?". Ele respondeu que eram 23. Perguntamos sobre os benefícios: como que esses benefícios eram feitos esses descontos... Ele disse que havia o bloqueio, que os benefícios eram totalmente bloqueados, e só por iniciativa do beneficiário é que eles seriam desbloqueados. Mas isso não aconteceu, não foi realidade.

A gente sabe que, pela norma que foi editada no Governo Bolsonaro, os benefícios de fato nasciam bloqueados e só mediante o pedido da parte beneficiária que eles eram desbloqueados. Mas, em 2023, houve esse desbloqueio total dos benefícios, em afronta, inclusive, à legislação, e isso no ano de 2023. Fizemos várias perguntas sobre se havia registro de acusações de descontos desautorizados em favorecimento de entidades sindicais e associações; em caso positivo, qual a monta de cada dedução, quantos beneficiários foram lesados; quanto aos descontos autorizados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, menos, menos barulho, por favor, silêncio.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... quais foram as diligências realizadas. Então, desde 2023 que a gente vem tentando trazer à luz esse problema e resolver esse roubo dos aposentados, mas nada teve sucesso, a não ser agora essa CPMI, na qual eu realmente coloco as esperanças, não só



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

minhas, como sei que o povo brasileiro está de olho também nessa CPMI. E eu tenho certeza de que essa não vai terminar em pizza, dada a qualidade da Presidência, do Relator e a vontade dos membros, dos integrantes para que seja realmente elucidado, e graças a pessoas como o senhor que está aqui para nos ajudar.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Obrigado.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu quero perguntar... quero dizer o seguinte: no dia 6 de março de 2023, foi o dia da sua denúncia no Deic. E o dia 7 de março foi o dia que nós oficiamos, inclusive, o TCU, mas o TCU até hoje não respondeu o nosso ofício, não deu uma resposta.

Eu gostaria de saber do senhor, se for possível nos responder, se o senhor encontrou sinais de conivência ou até mesmo de beneficiamento de servidores públicos por parte dos fraudadores. Estamos falando apenas de omissão ou houve também participação ativa no esquema por parte de servidores públicos?

O SR. ELI COHEN – Cem por cento participação ativa. Não há a menor chance de essa fraude ter sucesso se não tem a participação, no mínimo – no mínimo –, do departamento de benefícios.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Obrigada.

O SR. ELI COHEN – E mais uma outra coisa, quando perguntaram para o Ministro Carlos Lupi, ele tinha todos, mês a mês, os dados dos pedidos de cancelamento. Isso já deveria ter indicado um alerta. Eram 60 mil pedidos de cancelamento. Isso não é normal. Não é normal.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu tenho aqui um dado de que seriam cerca de 400 mil pedidos de cancelamento por mês.

O SR. ELI COHEN – Não, chegou a... Exato. Chegou a 400 mil.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – E, convenhamos, isso é um tsunami estatístico.

O SR. ELI COHEN – Sim.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Como é possível que o INSS, sob comando dessas autoridades, não tenha detectado algo tão gritante?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELI COHEN – E Deputado... Deputada, desculpa. Deputada Bia, quer dizer, bem, a senhora está me falando em 400 mil pedidos de cancelamentos direto no *site* do INSS, fora 500 mil ações judiciais, fora 300 ou 400 mil reclamações no Reclame Aqui. Veja, não há... É, não há explicação. Veja, no mínimo, se não há... se não há dolo, há negligência, no mínimo.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O senhor declarou que só depois das reportagens do portal *Metrópoles* é que as autoridades se mexeram. E aqui eu estou, já deixei bem claro que o Congresso se mexeu antes, tá? Tem aqui dois Deputados e todos que integravam a CFFC, que atuamos como pudemos, dentro da nossa alçada.

O SR. ELI COHEN – Eu me lembro.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O senhor declarou, então, só depois da reportagem. Me diga uma coisa, na sua opinião, isso significa, no seu entendimento, isso significa que, sem pressão da imprensa, o Governo atual continua fingindo que não havia problema algum?

O SR. ELI COHEN – Mas não tenha dúvida, claro! Eu só lancei mão do jornalismo investigativo, porque o Estado não agia. Isso já aconteceu também na Operação Encilhamento, como eu disse aqui, isso está claro, isso está nos registros – veja bem –, exatamente a mesma coisa, exatamente! Eu tive que passar todo o material para a imprensa, e depois, aí, sim, houve uma atitude nessa... Veja bem, a Operação Encilhamento, que se referia a esse cidadão – né? –, só isso, que estava morando nos Estados Unidos, morando em uma *penthouse* e tudo mais.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O senhor identificou...

Durante a gestão – eu ia fazer uma pergunta, mas o senhor já respondeu –, durante a gestão de Carlos Lupi, houve alguma mudança no tratamento dado às suas denúncias? Como o senhor interpreta a súbita saída do Ministro logo após a revelação do escândalo, coincidência ou fuga de responsabilidade?

O SR. ELI COHEN – Não, com certeza. Na verdade, o Governo não teve outra... senão afastar ele, porque, veja, novamente eu falo: os números, eu só me atenho aos números, só me atenho... O fato de isso beneficiar a direita ou a esquerda é outra história. Eu sei exatamente o que acontece. Eu teria vergonha de vir aqui para beneficiar a direita, e ficar brincando, e ficar deixando de lado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

os números. Os números falam por si sós, por si sós! Não há necessidade de equipamentos de investigação, nem nada. É simplesmente analisar os números.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Assim como o senhor examina os números e gosta de fatos, eu também gosto de fatos. Eu estou ouvindo muita história aqui de que: "Ah, é o Lula que está investigando. O Lula...", mas me chama atenção uma coisa, a esquerda não assinou a CPMI, não assinou! É muito simples. Os fatos estão aí na cara para quem quiser ver. Narrativa? É fácil criar narrativa. Agora, olhar os fatos e deixar que os fatos falem mais alto, que os fatos sejam reveladores e se deixar convencer pelos fatos tem gente que não quer.

Mas eu falo ao povo brasileiro, eu falo a todos aqui presentes, todos que nos assistem: a esquerda fez de tudo para impedir esta CPMI. Foi a Oposição que lutou bravamente. Parabéns, Coronel Chrisóstomo! Parabéns, Coronel Fernanda! Parabéns, Dr. Frederico também, Deputado Dr. Frederico, que iniciou uma coleta de assinaturas, antes mesmo do escândalo, ele já estava também buscando uma CPI! Parabéns a todos que assinamos e lutamos por esta CPI, e estamos aqui, e não vamos desistir! Nós estamos lutando pelos aposentados...

(Soa a campanha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... pelos idosos, pelos velhinhos, pelos vulneráveis.

A esquerda não só fez de tudo para que esta CPI não ocorresse, mas também, quando conseguimos o número necessário, fez de tudo para tomar de assalto esta CPMI, para que ela terminasse em pizza. Não fosse a estratégia, não fosse o trabalho árduo da Oposição – e aqui eu quero enaltecer o trabalho do Líder Sóstenes, do nosso Líder Rogerio Marinho e de tantos outros, do Zé Trovão, do Senador Girão, que abriu mão da sua candidatura para viabilizar que hoje V. Exa. estivesse sentado nessa mesa e conduzindo dessa forma firme, correta –, talvez terminasse em pizza. Mas não vai terminar: para alívio dos aposentados do Brasil e pensionistas, nós estamos aqui. E pessoas como o senhor engrandecem esta nação.

Muito obrigada.

O SR. ELI COHEN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada Bia Kicis.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso penúltimo orador da noite e inquiridor, Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Obrigado, Presidente Alfredo Gaspar.

Obrigado, Dr. Eli Cohen. O senhor... Eu tenho observado o senhor desde o início aqui, desde a apresentação. O senhor me passa muita sinceridade e me passa muita paixão pelo que o senhor acredita. É muito nítido isso.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Obrigado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É um jeito um pouquinho diferente, mas eu acredito que no final vai dar certo.

E agradeço ao seu advogado Rafael.

Dr. Eli, na quinta-feira, estava eu e poucos Deputados aqui ouvindo um Delegado da Polícia Federal, o Sr. Bruno – foi fechado, não foi transmitido. É o meu sétimo ano como Deputado Federal. Aquele momento, ouvindo o Delegado Bruno, foi um dos momentos em que eu tive mais descrença do nosso país, porque nitidamente ele estava sendo intimidado. E, quando o Relator Alfredo Gaspar perguntou se ele estava sendo orientado para não responder a algumas perguntas que ele já havia apontado na investigação dele de forma muito clara, ele apontou para o lado, que era um outro rapaz da Polícia Federal e que foi convidado a se retirar, juntamente com outro.

Nós observamos que o senhor foi muito feliz quando falou que quem é o *capo* está fora desse esquema, que são aqui os sindicatos de fachada, os operadores financeiros e os recebedores de propina. É claro que o chefe não está aqui, é muito nítido.

E eu estou numa encruzilhada aqui, porque eu acabei de receber o telefonema de um eleitor de Rio das Ostras, no Rio de Janeiro, o Sr. Benedito, de 74 anos, que imprimiu aqui – nós imprimimos –, e ele agradece muito ao senhor. Um eleitor também chamado Roberto Rodrigues, do Rio de Janeiro, também com seus 70 anos... De Copacabana esse Roberto. O Sr. Benedito é descontado desde agosto de 23 até março de 25 pela Ambec (Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos), situada na Vila Olímpia, em São Paulo, na cidade de São Paulo. E o Sr. Benedito mora em Rio das Ostras. Ele nunca teve conhecimento, ele só foi perceber





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois que o escândalo veio à tona e, por isso, ele agradece ao senhor. Quarenta e cinco reais. Sabe quanto o Sr. Benedito recebe de aposentadoria? Um salário mínimo...

O SR. ELI COHEN – Exatamente.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E sabe quem está defendendo a Ambec? Quando o Deputado Rogério Correia perguntou aqui se o Bolsonaro sabia, o Lula sabe que é o filho do Ministro da Justiça, o Sr. Ricardo Lewandowski, o Sr. Enrique Lewandowski que defende a Ambec.

O SR. ELI COHEN – Essa informação é minha também.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor quer falar como um filho de um Ministro da Justiça, ex-Ministro do STF, o Sr. Enrique, que foi contratado aqui ó paralelamente...? Conflitos de interesse são evidentes. O filho do Ministro da Justiça do Brasil... Aí se o Lula não sabe, é brincadeira! Eu, se eu fosse Presidente, demitiria na hora o Ministro da Justiça. Eu, se eu fosse pai desse rapaz, jamais permitiria que ele defendesse essa organização criminoso. Imagine um Delegado da Polícia Federal tendo um filho de 25 anos fazendo segurança de bicheiro no Rio de Janeiro. Que vergonha! Isso...

E aí eu começo a entender por que o Delegado da Polícia Federal está sendo intimidado; por que a Sra. Patrícia, uma Defensora Pública, fica acuada e não consegue responder com sinceridade, se ela no contracheque é paga para justamente ela fazer os apontamentos negativos de tudo que está acontecendo.

E aí eu queria apenas compartilhar com você, porque o senhor já respondeu muita coisa. O filho do Ministro da Justiça do Brasil, o Sr. Ricardo Lewandowski, atua como advogado para entidades como Cebap e Ambec, ambas vinculadas a Maurício Camisotti, sendo que a Ambec o contratou um mês e meio antes da Operação Sem Desconto, o que suscita dúvidas sobre a imparcialidade e a seletividade na fiscalização.

Dr. Eli, eu anotei o que o senhor falou aqui, e que para mim é autoexplicativo, e que valeu toda esta reunião: "Não há como esse tipo de negócio ter sucesso se as pessoas não roubarem".

E o senhor falou... Outra: quando o senhor apontou aqueles advogados aqui no quadro que o senhor mostrou, o senhor me falou uma coisa que eu não vou mais esquecer. Eu só fiz um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

período de Direito, eu tive que trancar para ir para duas Olimpíadas, depois eu me formei em Educação Física, mas eu achei muito bonito. "O advogado ou defende o criminoso, ou defende o crime", tá? O advogado pode defender o criminoso, mas ele...

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – É a lealdade dele, é a lealdade dele...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ele não pode defender o crime, mas ele pode, se ele quiser.

O SR. ELI COHEN – Ele pode defender o criminoso, mas não o crime.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É isso, a escolha é dele.

O filho do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, na sua opinião, ele defende o criminoso ou defende o crime?

O SR. ELI COHEN – Veja bem, isso também é um fato objetivo, eu posso comentar sobre isso, infelizmente, né? É um colega, mas infelizmente é a situação.

Veja, essa informação foi também passada ao *Metrópoles* por mim, inclusive cópia da ata de reunião no INSS, onde eles estiveram. Agora, o fato é o seguinte. Poderia ser que ele não soubesse – poderia ser –, mas veja bem: três meses antes – antes –, a Ambec, a Ambec... o Cebap, a Ambec, todos eles já tiveram, já foram alvo de busca e apreensão do Deic, veja bem... do Gaeco, ou seja, eles foram até o departamento de benefícios do INSS para reforçar as relações da entidade com essas associações, que já tinham sido alvo de busca e apreensão. E eu sei disso, porque, veja bem, nós tivemos acesso à ata de reunião onde ele explica isso – ele, ele mesmo. E não foi só ele, né? Ele foi com três outros advogados, com dois outros advogados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN – Não, não. E se esses documentos... Veja, tudo que eu disse aqui eu só posso dizer e... ou aguardar ser processado, ou ter prova.

Então, eu posso lhe garantir que quem se aventurar a me processar vai ficar numa situação bem difícil, porque eu tenho provas.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado, Dr. Eli Cohen.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, em se tratando do filho do Ministro Ricardo Lewandowski e do tamanho do escândalo, porque... Quando o senhor falou que o advogado tem a opção de defender o crime, o criminoso, na verdade, quando eu falei, eu me pondo como pai de um rapaz que manifesta a vontade de defender uma instituição que assalta aposentados... Esse desconto aqui, do Sr. Benedito, de R\$45 por mês, desde agosto de 2003 até março de 2025, é que paga o salário desse escritório.

O SR. ELI COHEN – Claro, claro.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Então, eu fico imaginando a cabeça dessas pessoas. Um Ministro da Justiça, ex-Ministro do STF, que chega numa fase aí de 75, 80 anos, se presta a esse papel.

Então, quando a gente vê esses casos no Brasil, a gente perde a esperança. Eu, sinceramente, quinta-feira, quando eu vi um delegado da Polícia Federal com medo aqui de falar, aquilo me tocou muito, assim, com toda a sinceridade.

Por isso que eu admiro a sua coragem, Dr. Eli. Eu nada mais vou perguntar para o senhor. Eu só tenho a agradecer em nome de dois aposentados do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Benedito, de 74 anos, nascido em 1951, e o Rodrigo... E o Roberto, de Copacabana, que também deve estar na faixa dos seus 70 anos.

E digo aqui que o Governo, membros do Governo Lula que à época faziam oposição ao Governo Bolsonaro, entre 2019 e 2022, eu nunca – é o meu segundo mandato – presenciei, no meu mandato, um Deputado Federal do PT subindo à tribuna e fazendo apontamentos negativos de desvio de recursos do INSS ou de roubo de aposentado, tampouco um requerimento de informação durante o mandato do Bolsonaro. Pelo contrário, a Contag, que é um dos sindicatos mais antigos do nosso país, de 1963...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... que foi responsável pela fundação da CUT e que é o campeão de arrecadação... A cada R\$10 roubados dos aposentados, desde 2015, R\$4 vão na direção da Contag. E a gente tem aqui projetos que foram incentivados pela Contag. A gente teve





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas apontadas por essa instituição que foram apresentadas hoje pelos políticos que fazem parte do Governo Lula.

Muito obrigado, Dr. Eli, pela sua contribuição.

O SR. ELI COHEN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Luiz Lima.

Como último orador, Deputado Fernando Rodolfo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de iniciar aqui minha fala parabenizando o Dr. Eli pela sua coragem, pela sua disponibilidade de servir ao país, entregando todo o seu tempo e sua dedicação a desvendar esse que é, sem sombra de dúvidas, um dos maiores escândalos de corrupção já vistos no nosso país. E depois de tudo que a gente ouviu aqui, fica a certeza de que, a partir da sua investigação, nós tivemos a grande mídia interessada no assunto e, posteriormente, a investigação da Polícia Federal.

O senhor falou aqui que, em dezembro de 2022, foi procurado por duas pessoas, dois aposentados, que relataram ali estarem com restrição no nome, porque o nome estava sendo utilizado pela associação Ambec. A partir de que momento, Dr. Eli, surgiu aí o nome do Maurício Camisotti? O senhor disse que procurou o Camisotti em nome desses dois aposentados, tentando ali fazer uma reparação.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – E como é que foi que o senhor chegou até ele?

O SR. ELI COHEN – Veja, analisando a Ambec, você encontra ali o benefício que é formado por vários seguros. Esses seguros todos eram da THG. Era isso.

E detalhe: todas as ações judiciais, as 460 ações judiciais que existiam, todas elas eram contra a Ambec, no caso, e contra todas essas seguradoras, porque existe aí a responsabilidade objetiva e a cadeia de consumo – na responsabilidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – No cartão CNPJ da Ambec, registrado aqui na Receita Federal, consta um número de telefone, que é o DDD 11, 99894-4353, e esse número de telefone está registrado em nome da Benfix Corretora de Seguros e Administradora de Benefícios Ltda. Essa Benfix, por sua vez, está registrada no nome do Maurício...

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – ... Camisotti e da Cecília Montalvão Simões...

O SR. ELI COHEN – É esposa.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – ... esposa dele.

Essa Benfix foi utilizada nessa engrenagem aí para desviar o dinheiro dos aposentados, Dr. Eli? (*Pausa.*)

O SR. ELI COHEN – Desculpa, Deputado. Pode repetir?

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Qual foi o papel da Benfix nessa engrenagem aí dos descontos da associação?

O SR. ELI COHEN – Era a gestora que era utilizada entre a associação e o grupo de seguradoras, para não existir uma ligação direta. Então, é como se você tivesse uma gestora que os interesses dela estavam voltados aos interesses da associação.

É através dessa gestora que ele conseguia fazer a gestão com o Ramon, que já foi apontado aqui.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Então, a esposa do Camisotti também está envolvida?

O SR. ELI COHEN – Acredito que não, Deputado. Acredito que não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Ela sendo sócia da Benfix?

O SR. ELI COHEN – Não, sim... Foram...

Veja bem: legalmente sim, mas, de fato, eu posso lhe dizer que nós não encontramos absolutamente nada, nenhuma parte, nenhuma conduta ativa dela ou coisa assim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Tá.

E aí, o senhor, então, procura o Camisotti. O senhor se identifica como advogado, representando ali dois aposentados, inclusive um deles que era o presidente, tinha o nome como presidente...

O SR. ELI COHEN – São os dois presidentes, da Obasp e da Ambec.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – E como é que foi o seu contato com ele? Como é que foi...

O SR. ELI COHEN – Normal, como sempre, como todas as vezes.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Então, o senhor já tinha contato com o Camisotti antes.

O SR. ELI COHEN – Sim, eu já tinha contato, mas não tinha nenhum... Ele é muito conhecido. Ele é extremamente conhecido. E muito rico, por sinal. Então, foi fácil, porque eu creio que ele queria me fazer acreditar que ele só oferecia serviços, prestava serviços, que era exatamente o que ele queria fazer parecer: "Olha, mas eu só presto serviços". Não...

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Essa não foi a primeira vez, então, que o senhor falou com o Camisotti.

O SR. ELI COHEN – A primeira vez que eu falei com... Não. Não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Já tinha falado antes.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Sobre outros assuntos.

O SR. ELI COHEN – Não, sobre um assunto.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – E, aí, ele tenta lhe passar a impressão de que estava tudo dentro da normalidade...

O SR. ELI COHEN – Sim...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – ... usando um aposentado como presidente.

O SR. ELI COHEN – Sim.

E, por conta deste contato, Deputado – e isso é muito importante –, é que eu dei pra ele a chance de ele retornar. Eu disse: "Olha, eu não posso... Veja...".

Na verdade, eu nunca tive intimidade com ele, eu nunca tive nada. Eu conheço ele como conheço milhares de pessoas lá em São Paulo. Então, eu disse para ele: "Olha, eu vou te dar um conselho. Veja, o conselho meu é este: você vai ter que pagar todas as ações e depois você vai ter que equacionar aí um valor de indenização para os meus clientes". Como funciona sempre, Deputado. Isso não foi absolutamente... transcorreu exatamente como eu faço sempre. Eu, primeiro, descubro toda a situação e eu digo: "Olha, eu vou judicializar isso aqui". A ideia é essa. Este é o trabalho do advogado: é resolver o problema do seu cliente. "Veja, se você pagar todas as vítimas, se você pagar, indenizar todas as vítimas, o.k., mas eu te aconselho: pare por aqui, porque isso não vai acabar bem."

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN – Foi esse... Foi essa situação. E ele pegou e deu aquela resposta: "Vou contratar o melhor advogado do Brasil, é mais barato".

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Entendi.

Naquele momento ali, o senhor deixou claro para ele que iria tocar para frente...

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – ... que iria avançar.

O SR. ELI COHEN – E detalhe: dali, passados três ou quatro meses, isso está bem claro numa linha do tempo que eu posso disponibilizar, que ela é absolutamente didática, com mensagens, com tudo, ele... a progressão de adesões foi assim monstruosa. E aí ele se viu numa situação de onipotência, ele comprou mais o Cebap e depois comprou mais a Unsbras e por mês ganhava 70, 80 milhões por mês.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – E ele, sabendo que o senhor iria denunciar, que o senhor iria avançar com isso, não tentou de forma alguma colocar panos quentes ali...

O SR. ELI COHEN – Não...

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – ... naquela conversa. Muito pelo contrário.

O SR. ELI COHEN – Não, seguiu a vida dele. Veja bem, é impunidade total.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Ignorou.

O SR. ELI COHEN – É o tipo de pessoa que acha que o dinheiro compra tudo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Dr. Eli, só para esclarecer um ponto aqui, o senhor, algumas horas atrás, chegou a falar aqui que partiu... foram elaborados em computadores da Contag documentos que embasaram...

O SR. ELI COHEN – As emendas.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – ... as emendas aqui, as emendas que surgiram no sentido de evitar a revalidação que era proposta...

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – ... para esses descontos. Como é que o senhor tem essa informação de que a Contag foi utilizada, os computadores da Contag?

O SR. ELI COHEN – Está na imprensa, através dos metadados – está na imprensa. E isso não tem como apagar – esse é o problema do vigarismo –, fica tudo gravado. O que não pode ter é um perdigueiro atrás e costurando as informações. Mas o vigarista, o problema dele é que fica tudo gravado, seja por computador ou qualquer outro meio.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Só era isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Fernando Rodolfo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, para encerramento dos trabalhos, a testemunha tem direito a cinco minutos para as considerações finais.

Pergunto ao Sr. Eli Cohen se deseja fazer uso do tempo regulamentar.

O SR. ELI COHEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Por gentileza, cinco minutos para a testemunha.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) – Eu continuo com o espírito de colaboração e vou fazer, nesses cinco minutos, uma sugestão para que vocês direcionem esse levantamento de dados em ter certeza de quem são os culpados ou não.

Veja bem, existem várias, várias formas, várias formas de discussões e narrativas de defesa, mas existe uma que os senhores podem fazer que não vai deixar absolutamente nenhuma dúvida de quem são beneficiários: quebra de sigilo bancário de todas as entidades... Veja bem, de todas as entidades e sindicatos, no primeiro nível, segundo nível e terceiro nível – quando eu quero dizer nível, é a transferência. E aí eu garanto para vocês que vocês vão chegar na minha conclusão, que todas são fraudes – todas. E vão encontrar todos os Maurícios Camisottis e todos os Carecas, e isso de forma absolutamente rápida e eficiente.

Eu não tenho essa possibilidade, mas eu acredito que os senhores têm. E, se isso acontecer, aí não vai ter narrativa. E se isso cair mal ao Presidente Bolsonaro, o ex-Presidente, ou cair mal ao Lula, também não vai ter como desculpa. Mas ali vão aparecer todos, principalmente ligados ao sindicato. Todos vão aparecer. Todos!

É isso. Espero que vocês realmente, os senhores e as senhoras realmente consigam encontrar todos os Maurícios e todos os Carecas. Esses caras não podem ficar sozinhos na foto. Não é justo também. Não é justo, inclusive, para o aposentado.

E, quanto à responsabilidade do INSS pagar, claro que tem que pagar. O INSS é parte. Por negligência ou não, sem a conivência de funcionários do INSS esse crime nunca aconteceria. Então, tem que pagar sim. Existe lei, responsabilidade objetiva, solidária, é normal isso. Agora, o direito retroativo de cobrar essa gangue toda aí não tenha dúvida que o INSS tem, mas a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigação de pagar, tanto quanto do Maurício, igual. Inclusive os bancos que receberam. Veja, o Banco Bradesco, por exemplo, que recebeu esse bilhão de reais que eu disse, também é responsável. Onde é que está o princípio da vigilância? Ele deveria ter perguntado: "Espera aí. Que origem é isso aqui? Espera aí. E essas adesões aqui existem mesmo?".

Então, a situação é endêmica, e as pessoas não conseguem entender por que eu preciso, por exemplo, lançar mão de ir para o *Metrópoles* ou para a *Veja*. É por conta disso. Veja a resistência que eu tive aqui. Veja o Deputado Luiz Lima, um Delegado de Polícia Federal intimidado.

Então, depois é muito fácil ficar falando: "Mas o senhor falou aquilo, o senhor falou... ". É normal, isso acontece; você pode falar alguma coisa ou outra, mas a dificuldade de chegar aqui foi um calvário, foi um verdadeiro calvário. E alguns que me criticaram aqui estão certos. Eu não, não... Não fui eu que descobri.

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN – Não fui eu que descobri o primeiro núcleo, mas o segundo núcleo sim. Ninguém nunca, nem no caso da Crefisa, que já era o momento para que isso já não acontecesse mais, e nem no caso da Sabemi, nunca se chegou ao segundo núcleo. Nunca. Então, se isso... Se o dia de hoje puder colaborar para que isso nunca mais aconteça, eu já estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Primeiramente, quero agradecer a colaboração do Sr. Eli Cohen, a paciência em prestar declarações a esta CPMI.

Também, por dever de ofício desta Presidência, há um requerimento que foi colocado de que se peça à Polícia Federal a proteção a V. Exa.

Eu pergunto se V. Exa. deseja que isso seja levado adiante.

O SR. ELI COHEN – Eu agradeço, agradeço a preocupação, mas não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Então, o requerimento fica prejudicado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O encerramento aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agora, é preocupante ver uma testemunha dizer que não quer a segurança da Polícia Federal, Sr. Presidente. Só para ficar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – É, ele...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tempos estranhos que vivemos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – ... deixou claro aqui. Muito bem.

Agradeço também...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pode solicitar também à polícia militar...

(Interrupção do som.)

O SR. ELI COHEN – Não posso passar a minha vida fugindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Como, Deputado Rogério?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Se ele está desconfiado da Polícia Federal, como está insinuando o Deputado Van Hattem, ele pode... O Van Hattem insinuou isso. Ele pode solicitar, para não ser tempos estranhos, a Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, muito obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor colocou palavras na minha boca.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores, senhores...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Porque eu mesmo sou perseguido pela Polícia Federal lá...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Então está aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Eu mesmo sou perseguido pela cúpula, não pelo...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Quero agradecer a paciência de todos os Senadores e Deputados.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então eu não estou fazendo palavras na sua boca, você mesmo está dizendo, Van Hatten.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Eu sei que tivemos momentos aqui tensos, de embate, mas creio que cumprimos a nossa função em todos nos posicionarmos e darmos respostas, as possíveis até agora, ao povo brasileiro.

Agradeço ao Relator também todo o trabalho.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Convidamos para a próxima reunião desta CPMI, a ser realizada quinta-feira, dia 04/09/2025, para a apreciação de requerimentos e oitiva de Eliane Viégas Mota, Diretora de Auditoria da Controladoria-Geral da União.

Eu iria propor uma reunião na quarta-feira, extra, mas acabei... Penso que não é uma boa decisão diante da quantidade de trabalhos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 11 minutos do dia 01/09/2025, a reunião é encerrada à 0 hora e 34 minutos do dia 02/09/2025.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

